

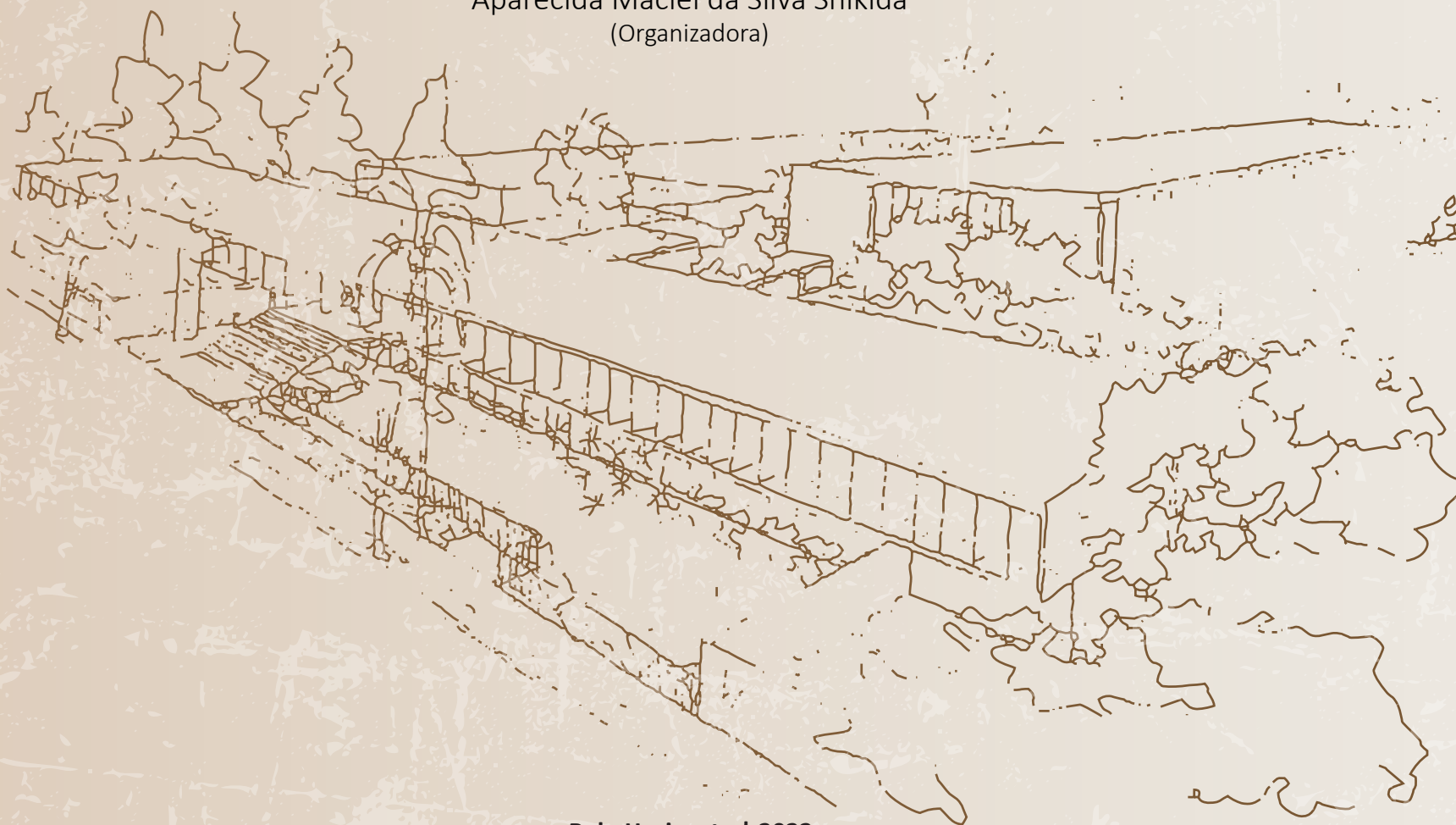
50
anos

de história
de pesquisas
de políticas públicas
cuidando de Minas

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO 50 ANOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA:

trajetórias de trabalho, projetos e contribuições para o desenvolvimento de Minas Gerais

Aparecida Maciel da Silva Shikida
(Organizadora)



Belo Horizonte | 2022

Coleção
MINEIRIANA





Coleção
MINEIRIANA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

50 ANOS DE HISTÓRIA E MEMÓRIA:

*trajetórias de trabalho, projetos e contribuições para o
desenvolvimento de Minas Gerais*

Aparecida Maciel da Silva Shikida
(Organizadora)

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro
2022

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador

Romeu Zema Neto

Vice-governador

Paulo Eduardo Rocha Brant

Secretário de Estado de Planejamento e

Gestão (Seplag)

Otto Alexandre Levy Reis (janeiro de 2019 a
abril de 2021)

Alameda das Acácias, 70 – São Luiz

31.275-150 – Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3448-9400

Home page: <http://www.fjp.mg.gov.br>

Fundação João Pinheiro – FJP

Presidente

Helger Marra Lopes

Vice-presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Todos os direitos reservados. Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita da Fundação João Pinheiro.

F981 Fundação João Pinheiro – 50 anos de história e memória [recurso eletrônico] : trajetórias de trabalho, projetos e contribuições para o desenvolvimento de Minas Gerais / organizado por Aparecida Maciel da Silva Shikida. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2022.
529 p. : il. (Coleção Mineiriana).
Formato: PDF

ISBN 978-65-88757-06-2 [recurso eletrônico]

1. Fundação João Pinheiro – História. I. Shikida, Aparecida Maciel da Silva.

CDU 061.61 FJP



Coleção
MINEIRIANA

Série Estudos e Ensaios

A **Coleção Mineiriana** é um programa editorial da Fundação João Pinheiro que tem em seu histórico publicações de livros clássicos raros, textos inéditos e muito especialmente coletâneas críticas de fontes, ou seja, obras de referência cujo sentido maior tem sido disponibilizar para a comunidade de pesquisadores, estudantes e público em geral acervos e documentos essenciais para o avanço do conhecimento do estado.

Coordenação Maria Marta Araújo

CONSELHO EDITORIAL: Helger Marra Lopes (Presidente da Fundação João Pinheiro); Carolina Proietti Imura (Diretora de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro); Paulo Sérgio Lacerda Beirão (Presidente da Fapemig); Gabriela Moulin Mendonça (Presidente do BDMG Cultural); Amilcar Vianna Martins Filho; Ângelo Oswaldo de Araújo Santos; Bernardo Novais da Mata Machado; Caio César Boschi; Carlos Antônio Leite Brandão; Eleonora Santa Rosa; Eliana Regina de Freitas Dutra; Friedrich Ewald Renger; Jacyntho José Lins Brandão; João Antônio de Paula; João Paulo Cunha; Lucília de Almeida Neves; Maria Efigênia Lage de Resende, Maria do Carmo Alvarenga de Andrade Gomes; Maria Marta Martins Araújo; Renato Pinto Venâncio; Roberto Borges Martins; Roberto do Nascimento Rodrigues

Este projeto teve início na Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa, sob a orientação do diretor Bernardo Novais da Mata Machado

Aparecida Maciel da Silva Shikida (Coordenação)

Jana Ferreira Diniz

Giovanni José Caixeta

Roger de Miranda Guedes

Colaboração

Joana Ferreira

Luzia Oliva Barros

Pesquisadoras Visitantes (PCRH-Fapemig)

Ivana Denise Parrela

Maria Aparecida Moura

Estagiários

Anna Luísa Rodrigues Carvalho

Daniele Augusta dos Santos Silva

Gabrielle Thuanny de Castro Araújo

Henrique Vieira Gomides

Jessica dos Santos Mourão

Marina Braga Burgarelli

Mateus Pereira Werneck Silva

Patrícia Rangel Gonçalves do Sacramento

Rafael Henrique Pinto Magalhaes

Taillan Rivail Ismael de Miranda

Equipe editorial da obra

Aparecida Maciel da Silva Shikida

Eduardo Teixeira Leite

Fernando Martins Prates

Heitor Vasconcelos

José Oswaldo Guimarães Lasmar

Paulo Frederico Hald Madsen

Roger de Miranda Guedes

Núcleo de editoração da Biblioteca

Agda Mendonça

Ana Paula da Silva

Equipe Assessoria de Comunicação

Bárbara Andrade Corrêa da Silva (projeto gráfico)

Heitor Vasconcelos (revisão e diagramação)

Olivia Bittencourt Siqueira (coordenação)

Tiago Alves Silva (direção)

Agradecimentos

Anita Cristina Cardoso Magalhães

Max Melquiades Silva

Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro (AEFJP)

Sumário

PARTE I: 1960 - 1969: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - A IDEIA DE PLANEJAMENTO EM MINAS GERAIS.....	18
A criação da Fundação João Pinheiro.....	19
PARTE II: 1970 - 1979: A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE PESQUISA PARA MINAS GERAIS.....	36
1970 a 1973 - O desenvolvimento e planejamento centralizado e a inserção da Fundação João Pinheiro no governo do estado de Minas Gerais - a consolidação de um projeto.....	37
Fundação João Pinheiro na década de 1970: projetos de desenvolvimento em disputa.....	56
PARTE III: 1980 - 1989: A FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO E A CONSOLIDAÇÃO DA EXCELÊNCIA NAS PESQUISAS INSTITUCIONAIS.....	86
A Fundação João Pinheiro e seus desafios na década de 1980.....	87
PARTE IV: 1990 - 2014: A FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: NOVOS DESAFIOS, NOVAS TRAJETÓRIAS...111	
A busca de uma nova identidade: crise e reação institucional (1990-1995).....	112
Entre o prestígio e a superação de desafios: a história da Fundação João Pinheiro na busca pela manutenção de sua importância e seu reconhecimento no período de 1995 a 2007.....	129
Fundação João Pinheiro: de 2007 a 2014 mantendo seu caráter estratégico e inovador.....	155
Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro: a memória institucional.....	179
ENSAIOS TEMÁTICOS: AS TESSITURAS DA PESQUISA NA FJP.....	208
A Fundação João Pinheiro: a trajetória dos processos de planejamento do estado de Minas Gerais...209	
A saúde como tema de pesquisa na Fundação João Pinheiro.....	221
A Fundação João Pinheiro e a pesquisa em educação após a constituição de 1988.....	241
Uma trajetória em prol do desenvolvimento em administração no estado de Minas Gerais.....	261
A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho: um olhar interessado.....	287

A Fundação João Pinheiro e a Política Ambiental em Minas Gerais.....	307
Trajétoria institucional da temática segurança pública na Fundação João Pinheiro.....	325
A trajetória da área da cultura na Fundação João Pinheiro: um recorte.....	343
A atuação da Fundação João Pinheiro nos estudos urbanos.....	359
Estudos em Desenvolvimento Humano.....	383
Contas Regionais – O cálculo do Produto Interno Bruto em Minas Gerais.....	397
Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH – uma experiência bem-sucedida na Fundação João Pinheiro.....	415
Biblioteca professora Maria Helena de Andrade.....	427
Posfácio: 2014 a 2018 - Entre projetos e gestos - Fundação João Pinheiro: a casa da política pública mineira.....	447
Galeria dos presidentes da Fundação João Pinheiro.....	464
Lista de siglas.....	515

A Fundação João Pinheiro tem uma história belamente marcada pela dedicação à pesquisa, ao ensino e à extensão. Ao longo dos seus 50 anos, consolidou-se como uma das mais relevantes instituições do Brasil por sua produção técnico-científica que mapeia e orienta o desenvolvimento de Minas Gerais e do país.

Portanto, nada mais apropriado que ter uma obra que conte essa trajetória e marque o cinquentenário desse que é um patrimônio intelectual do Estado. Neste livro é possível acompanhar todo o caminho percorrido até aqui, desde o ponto em que a Fundação ainda era uma ideia, a sua materialização, trazendo à memória um legado ímpar de conhecimento na área da administração pública.

Por ser uma obra que resgata a história, este livro é lançado, muito oportunamente, como parte da Coleção Mineiriana, um dos mais relevantes programas de pesquisa histórica e de edição de fontes documentais do país, conduzido com brilhantismo pela Fundação João Pinheiro desde 1993. Essa coleção acrescenta ao conhecimento sobre o estado informações preciosas para se compreender, com suas particularidades e peculiaridades, a Minas Gerais que tanto amamos.

Ao conhecer os caminhos que levaram a Fundação João Pinheiro ao protagonismo como instituição de planejamento em Minas Gerais e, mais tarde, a ser reconhecida como uma das melhores escolas de administração pública brasileiras, temos em mãos um desenho da história do estado e o panorama geral da história do país nessas cinco décadas. De forma muito bem traçada, cada texto desta obra nos proporciona uma viagem no tempo e nos oferece a visão definitiva do quão indispensável é um centro de produção de conhecimento para um estado das proporções de Minas Gerais.

Desejo a todos uma boa leitura e espero que fiquem tão encantados quanto eu com esta obra.

Romeu Zema
Governador do Estado de Minas Gerais

Com este livro, a Coleção Mineiriana agrega ao seu catálogo de obras essenciais ao conhecimento do Estado e à disponibilização de informações que substanciam o trabalho de pesquisadores, estudantes e opinião pública de forma geral, uma peça de altíssimo valor, a qual celebra os 50 anos de fundação de uma das mais importantes instituições de pesquisa e ensino, voltada ao conhecimento profundo e sistemático da administração pública, e à formação e capacitação dos mais altos quadros técnicos da Administração Pública do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

Contando com um corpo de analistas de referência, espalhados por seus vários centros de pesquisa direcionados aos diversos assuntos que permeiam a dinâmica do funcionamento da administração da máquina pública, ao longo de sua história, a Fundação João Pinheiro tem cumprido seu papel de forma ímpar, ao prover a sociedade e ao Estado com dados, informações e análises de alta performance, as quais subsidiam tanto o planejamento, a formulação e avaliação das mais diversas políticas públicas, assim como as tomadas de decisão dos diversos atores econômicos.

Além disso, nascida em seu seio e desenvolvida a partir da visão vanguardista e republicana de seus idealizadores, encontra-se a Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, que tem como missão principal a modernização e profissionalização da administração pública. Ao longo de sua existência a Escola de Governo tem nutrido os vários órgãos que compõem a estrutura da Administração Direta e Indireta do Estado com profissionais do mais alto nível de formação técnica, capacidade crítica e gestão pública, exemplificados naqueles pertencentes à carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. A Escola de Governo antecipa em décadas a necessidade de uma crescente profissionalização do serviço público.

Dessa forma, no momento em que a sociedade conclui sobre a necessidade do conhecimento técnico e científico como base sólida da preparação e da atuação de seus governantes, a Fundação João Pinheiro chega ao seu cinquentenário como uma das mais

importantes fontes de produção de excelência em gestão e centro de referência do pensamento da administração pública no Brasil e no mundo.

Neste sentido, convido o leitor ao prazer de percorrer as páginas que se seguem com a reconstrução da trajetória desta instituição, consubstanciada no desempenho dos profissionais e servidores que fizeram e fazem do seu trabalho um exemplo da capacidade de sofisticação do povo mineiro em construir e transformar sua realidade. A FJP é a prova de que o “pessimismo da inteligência não abala o otimismo da vontade” e é, antes de tudo, a bússola para guiar as políticas do Estado no desenvolvimento da sociedade.

Ao final, tenho certeza que a experiência, assim como a minha, será a de intensificação do sentimento de orgulho e exaltação da mineiridade existente em cada um de nós.

Otto Alexandre Levy Reis

*Secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais entre janeiro de 2019 e
abril de 2021*

Um rico passado que inspira o futuro

Inspirados por meio século de história e projetos que marcaram a evolução da administração pública em Minas Gerais e no Brasil, a Fundação João Pinheiro oferece ao público mais uma valiosa obra da Coleção Mineiriana, desta vez com um sabor de celebração que só conhecem instituições sólidas, que contam com a confiança do governo e da sociedade.

Tenho a honra e o orgulho de fazer parte dessa instituição em seu 50º aniversário. Dentre todas as iniciativas de comemoração realizadas, posso afirmar que este livro foi o empreendimento mais longo, complexo e afetivo. Para chegar até aqui, foram quase cinco anos de muita dedicação, inúmeros pesquisadores e outros profissionais mobilizados e incontáveis horas de trabalho.

A ideia de construir uma linha temporal que costurasse a história da FJP ao contexto do Estado e aos acontecimentos sociopolíticos e econômicos do país nessas cinco décadas resultou em um registro histórico preciso, que acompanha essa trajetória da forma mais fiel possível para garantir ao leitor acesso a uma profunda perspectiva da memória institucional.

Sob diferentes pontos de vista, muitos deles de homens e mulheres que viveram essa história, apresentamos neste livro artigos e ensaios que, juntos, reconstroem o caminho que formou a identidade da instituição, levando-a à geração de informações com inegável padrão de excelência, transformando-a, assim, em referência nacional nas suas áreas de atuação.

A Fundação João Pinheiro vivenciou, nesse período, ciclos de contribuições de acordo com as oportunidades que se apresentaram. E é fato que a instituição sempre esteve presente na produção de dados e de estatísticas e na formulação de estudos e análises fundamentais para a compreensão da dinâmica socioeconômica e para a gestão pública de Minas Gerais.

Desde a concepção dessa instituição, sua concretização e consolidação como um

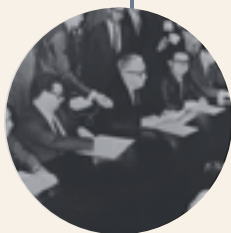
importante centro de produção de conhecimento do Brasil, a FJP sempre buscou estar à frente de seu tempo. Além de toda a inovação na área da pesquisa, antes mesmo da abertura de sua escola, esta Casa já se destacava na capacitação de profissionais para a área pública. Tudo isso se comprova nestas páginas, em uma história repleta de personagens marcantes e de outros que, apesar de anônimos, mantiveram vivo o amor pela pesquisa, pelo ensino e o espírito pioneiro que sempre caracterizou a Fundação João Pinheiro.

Esta obra chega para registrar, antes de tudo, que somos gratos ao passado e ávidos pelo que podemos realizar no futuro. Que venham mais 50 anos!

Helger Marra Lopes
Presidente da Fundação João Pinheiro

Linha do Tempo

1960



1970 Evento de instalação da Fundação João Pinheiro

1968 - Diagnóstico da Economia Mineira (BDMG)
1969 - Criação da Fundação João Pinheiro



1970 Assinatura do contrato FJP e BDMG para elaboração do Programa de Diversificação da Zona da Mata

1970

1970 - Primeiro estatuto da FJP
1970 - Instalação da Fundação João Pinheiro
1971 - Revista Fundação JP
1971 - Convênio com a Columbia University (EUA)
1971 - FJP é vinculada ao Conselho Estadual do Desenvolvimento
1972 - Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA/FJP)
1972 - Criação da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
1973 - Criação da Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro
1973 - FJP é declarada entidade de utilidade pública
1975 - Criação do Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia
1977 - Desvinculação do Cetec da FJP
1977 - Convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)
1979 - Diretoria de Planejamento Social e Urbano (DPSU/FJP)

1980



1980 Entrega do prêmio João Pinheiro em comemoração ao 10º aniversário da FJP

1980 - Metodologia para o treinamento a distância (CDA)
1982 - Programa Estadual de Cidades Intermediárias
1984 - Programa de Especialização em Administração Pública (PEAP)
1985 - Convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG)
1986 - Decreto que autoriza o Curso Superior em Administração Pública (Csap)
1986 - Revista Análise & Conjuntura
1987 - Início do Curso Superior em Administração Pública (CDA)
1987 - Grupo de Modernização Administrativa (GEMA)
1987 - Transferência da FJP para sede na Pampulha
1989 - Centro de Estudos Econômicos e Regionais (CEER)

1990

1990 Seminário
Sessenta Anos
da Revolução de
30, promovido
pela FJP



1990 - Estudo Análise
Regional da Funcionalidade
da Economia Mineira

1990 - Centro de
Desenvolvimento dos
Municípios (CDM)

1991 - Estudos básicos para a
institucionalização da UEMG

1992 - Centro de Estatística e
Informações (CEI/FJP)

1992 - Escola de Governo
Professor Paulo Neves de
Carvalho (EG/FJP)

1995 - Mestrado em
Administração Pública

1996 - Extinção do Plambel

1997 - Medalha do Centenário
da Prefeitura de Belo
Horizonte

1997 - Série Caderno de textos



2000 Mesa de
homenagem aos
30 anos da
Fundação João
Pinheiro

2000

2000 - Decreto n° 40.970

2002 - Índice Mineiro de
Responsabilidade Social
(IMRS)

2006 - Sistema Datagerais

2007 - Fórum
Latino-americano de Políticas
Sociais: abordagens e desafios.

2007 - Certificado de
Reconhecimento Especial pela
elaboração do Atlas de
Desenvolvimento Humano da
Cidade de Recife 2005

2009 - Início do
acompanhamento da Lei
Robin Hood

2009 - Pesquisa por Amostra
de Domicílios (PAD-MG)

2009 - Biblioteca Digital do
Estado de Minas Gerais

2009 - Lançamento do IMRS

2010

2012 Lançamento
Datagerais



2011 - Medalha Professor
Paulo Neves de Carvalho

2012 - Convênio com o BID
para execução do Prodev

2014 - Prêmio TI & Governo
2014

2015 - Plataforma Diagnóstico
MG

2016 - Prêmio Melhores
Universidades

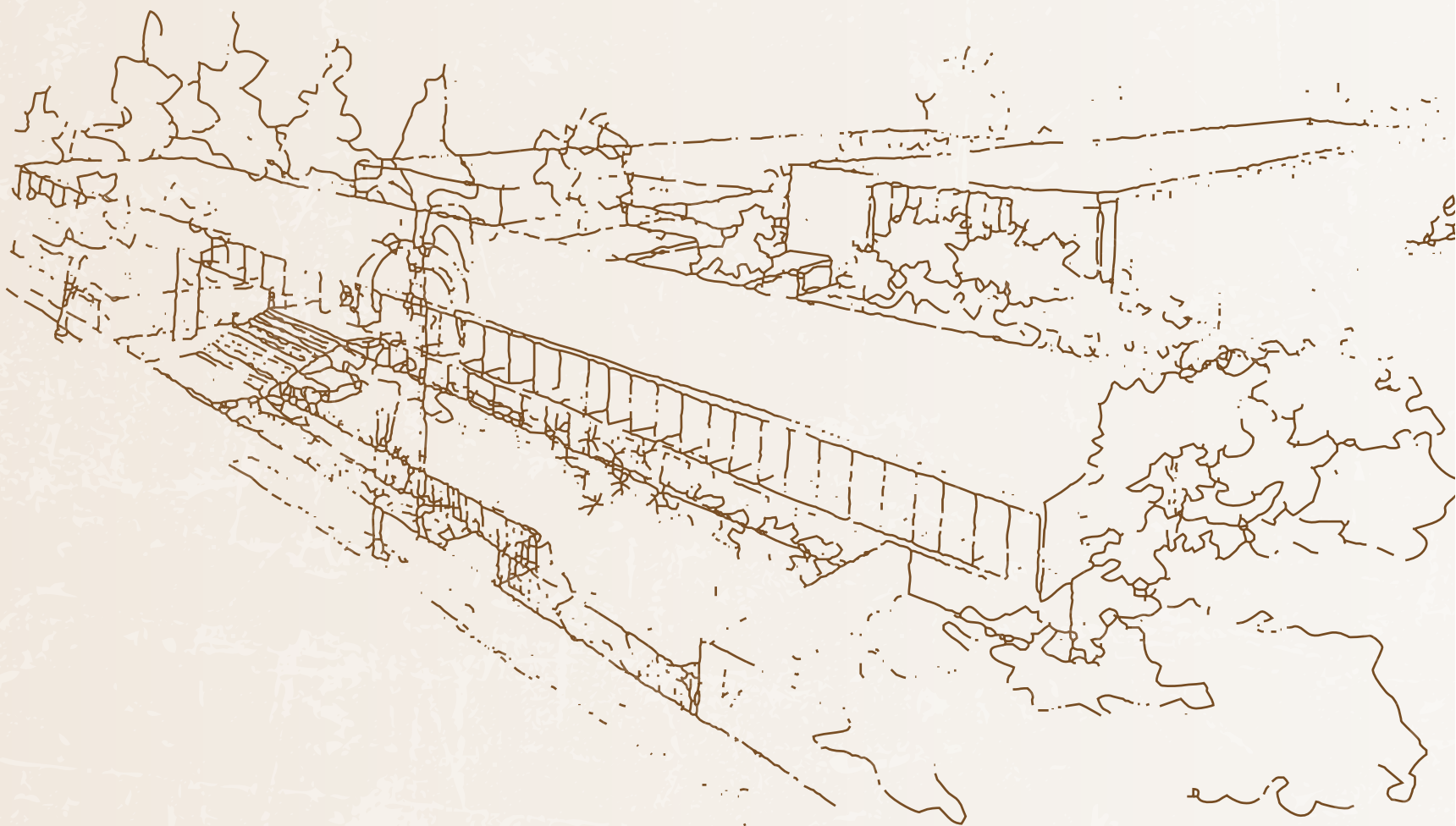
2017 - Geoportal do Café

2017 - História do Café das
Matas de Minas: 1808-2015

2018 - Mulheres do campo de
Minas Gerais: trajetórias de
vida, de luta e de trabalho
com a terra

PARTE I

1960 - 1969: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - A IDEIA DE PLANEJAMENTO EM MINAS GERAIS



A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Marina Alves Amorim¹

Letícia Godinho²

Introdução

O capítulo aborda a construção de um sistema de planejamento em Minas Gerais, na década de 1960, e busca reconstruir os passos para a criação da Fundação João Pinheiro (FJP), uma das instituições que o compunha, sob o pano de fundo da discussão política e econômica que marca essa década. O objetivo é situar e narrar historicamente a criação de uma instituição pública, a FJP, que ora comemora 50 anos.

Ao discutirem a trajetória de formação da ideia e da prática do planejamento em Minas Gerais, Cintra e Haddad (1978) distinguem três períodos: o primeiro período, cujo marco é o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, de 1947, indica o início do moderno planejamento no estado; o segundo, de adoção de um planejamento centralizado, baseado em um estudo

1 Pesquisadora da FJP. Doutora em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em letras pela Université Rennes 2/ Université d'Haute Bretagne (UHB) – França.

2 Pesquisadora da FJP. Doutora em ciência política pela UFMG.

pormenorizado da economia mineira, o Diagnóstico da Economia Mineira, de 1968; e o terceiro, considerado “ponto crítico” da experiência de planejamento de Minas Gerais, do qual a referência é a Reforma Administrativa de 1971 e o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES) do mesmo ano. A criação da FJP, em 1969, ocorre, portanto, nesse percurso de consolidação do “mecanismo central do planejamento” em Minas Gerais.

Não obstante, uma parte da literatura enfatiza que o tema do planejamento, entendido como desenvolvimento politicamente orientado, ocupa lugar de destaque na história político-econômica de Minas Gerais desde décadas anteriores. De forma precoce, emerge e consolida-se, ao longo do período que se estende de 1903 a 1969, uma racionalidade técnico-política que dá ensejo a variados projetos, a programas e a instituições de planejamento estatal. Logo, a década de 1960 dá continuidade a essa já longa tradição de presença do Estado na orientação das atividades socioeconômicas em Minas Gerais, que acaba por produzir, ao final dos anos 1960, uma rede expressiva de instituições de pesquisa e de planejamento.

Em 1966, o governador é Israel Pinheiro da Silva (Partido Social Democrático - PSD), que sucedeu a José de Magalhães Pinto à frente do Governo de Minas Gerais. Ele permaneceu como governador do Estado até 1971. Tratava-se de um colaborador do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) e do primeiro prefeito de Brasília. O Ato Institucional nº 1 (AI-1), decretado pelo regime militar em 1964, não modificara o calendário das eleições estaduais e mantivera as eleições diretas para governador, ainda que com veto da chamada “linha dura” das Forças Armadas a algumas candidaturas. Contudo, a vitória de opositores em lugares importantes, como é o caso de Minas Gerais, alarmou os militares e serviu como prova de que estariam sendo condescendentes com seus opositores. Desse fato, se originam o Ato Institucional nº 2 (AI-2) e o Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 1965 e 1966, respectivamente, sendo que o último estabeleceu a eleição indireta nos estados (FAUSTO, 2010).

Portanto, em Minas Gerais, por volta de 1969, ano de criação da FJP, há ora alinhamento, ora não alinhamento entre a gestão estadual e a gestão federal. Resta saber como esse contexto afeta a trajetória de construção do sistema de planejamento em Minas Gerais e a consolidação da ideia de planejamento no contexto nacional.

1 A política econômica e o planejamento governamental na década de 1960

No início dos anos 1960 e, posteriormente, com a chegada de Antônio Delfim Netto (1928-) e de Hélio Marcos Penna Beltrão (1916-1997) ao Ministério da Fazenda e do Planejamento, pelas mãos do General Arthur da Costa e Silva, em 1967, procurou-se promover um desenvolvimento capitalista associado, sem aplicar uma receita puramente liberal, na medida em que o Estado intervinha em uma área extensa e muitos setores da indústria, dos serviços e da agricultura se beneficiaram disso. Uma parte das reformas propostas pelo Plano Trienal, do regime anterior, seria retomada no Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg). Entretanto, o que se fez, com ele e em seguida, foi proporcionar um crescimento no país, aproveitando-se de um contexto econômico favorável, porém, concentrando riqueza. Isso porque o ideário que inspirou o Paeg refutava a necessidade das chamadas “reformas de base”.

Tais projetos eram expressão da disputa que marcou a década de 1960, entre dois grandes projetos de desenvolvimento econômico e social para o Brasil. De um lado, estavam os economistas estruturalistas ou cepalinos³, entre os quais se destacavam Celso Furtado (1920-2004), Maria da Conceição Tavares (1930-), Francisco de Oliveira – Chico de Oliveira (1933-2019) e Paul Singer (1932-2018), entre outros, que defendiam a implantação de um modelo autossustentado de crescimento, voltado para a produção e consumo interno. Para tanto, o Estado precisaria investir, compensando o impulso gerado pela substituição das importações, além disso, ampliar e diversificar a demanda

³ O nome faz alusão à ligação desses economistas com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão das Organizações das Nações Unidas (ONU), criado em 1949.

interna, por meio da realização de reformas de base, que incluíam a reforma agrária, bem como outros mecanismos redistributivos.

De outro lado, economistas liberais, entre os quais se destacaram Eugênio Gudin (1886-1986) e Octávio Gouveia de Bulhões (1906-1990), defendiam um modelo econômico centrado no mercado, portanto mais ortodoxo. Nessa perspectiva, caberia ao Estado apenas garantir estabilidade monetária e um modelo de tributação que incentivasse os investimentos privados. Dessa forma, o crescimento viria como o resultado da ação da iniciativa privada sob condições econômicas favoráveis (PRADO; EARP, 2003).

Octávio Gouvêa de Bulhões, então Ministro da Fazenda no governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, juntamente com o Ministro do Planejamento, Roberto de Oliveira Campos (1917-2001), desenharam o Paeg, lançado em 1964. Assim, juntamente com os militares, era outra escola econômica que chegava ao poder no Brasil (FAUSTO, 2010).

Em meio a essa disputa, em Minas Gerais, em 1962, foi criado o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), instituição que daria origem à FJP, poucos anos mais tarde, a partir de um desmembramento do seu Departamento de Estudos e Projetos (DEP). No Estado, o debate nacional em torno da questão do desenvolvimento, viveu tendo como epicentro o banco, que nunca se limitou a somente financiar projetos e programas. Funcionou também como um centro de pensamento, indutor de instituições e formulador de políticas públicas (PAULA, 2016). O BDMG se manteve próximo das grandes linhas do pensamento desenvolvimentista, sendo que o desenvolvimento reformista era a base das concepções do DEP. Prova disso é o Diagnóstico da Economia Mineira, elaborado pelo DEP e lançado pelo banco em 1969 (PAULA, 2016). Além disso, muitos economistas do BDMG eram, nesse momento, também professores da Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que tinha uma longa história de colaboração e compartilhamento com o pensamento cepalino e desenvolvimentista.

Após o advento do Diagnóstico da Economia Mineira, ocorreu um rompimento de orientações em Minas Gerais, o que levaria à constituição de um grupo preocupado com o crescimento da economia mineira, sobretudo a partir da industrialização, e de outro concentrado na resolução dos problemas mineiros de forma mais ampla, o que incluía tanto os problemas econômicos quanto os sociais (PAULA, 2016).

2 O sistema de planejamento governamental em Minas Gerais na década de 1960

Na década de 1960, Minas Gerais já possuía um arcabouço institucional relativamente avançado e mobilizado para o planejamento governamental. Em 1961, foi criada a Coordenação Geral dos Assuntos do Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, que teve curta existência. No mesmo ano, foi criado o Conselho do Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (Codemig) e, em 1962, como mencionado na seção 1, foi criado o BDMG, de onde nasce a FJP, sete anos depois.

A proposta de criação original do BDMG foi de um deputado da oposição que fez aprovar projeto de lei na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), criando mais uma sociedade de capital misto a ser administrada pelo Estado, sociedade essa responsável pelo fomento econômico exclusivamente ao setor agropecuário. Por meio de vetos governamentais, o Poder Executivo adaptou o projeto, transformando a instituição em uma autarquia e o Banco de Desenvolvimento Agropecuário em Banco de Desenvolvimento (GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2009).

O debate era animado pela elite técnica regional (principalmente via suas associações profissionais) e pelas entidades representativas dos setores produtivos mineiros. Entretanto, de acordo com muitos intérpretes, os esforços orientados ao planejamento eram, em grande medida e nessa conjuntura, alimentados pela existência da Face/UFMG. De fato, devido a sua aproximação estreita com instituições como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), o Instituto

Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Cepal, a Face/UFMG acabou, em muitos momentos, por protagonizar o debate sobre o desenvolvimento e o planejamento governamental no Brasil (PAULA, 2016).

A atuação do BDMG foi decisiva, juntamente com as iniciativas para a consolidação do sistema de planejamento em Minas Gerais nos anos seguintes. Em 1965, foi criada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico. Já em 1966, ela elaborou a proposta de constituição de um Sistema Estadual de Planejamento. O Conselho Estadual de Planejamento estaria encarregado de estabelecer as diretrizes básicas da política de planejamento do estado, enquanto o Gabinete de Planejamento, Coordenação e Controle cuidaria dos aspectos técnicos do planejamento.

Ainda em 1966, o Governo mineiro buscou implementar uma reforma, visando à modernização da administração estadual. Objetivava-se: melhorar a qualidade dos serviços públicos; prover melhores condições ao corpo técnico; racionalizar o trabalho da administração, procurando instituir ferramentas para a análise dos fatos administrativos e suas implicações econômicas e sociais; promover a elaboração de planos e a tomada de decisões fundamentadas em dados científicos.

O principal resultado desse movimento foi a criação do Centro de Processamento de Dados (Cepro), em 1967. Sua administração era conduzida pelo Escritório Técnico de Racionalização Administrativa (Etra) que, em 1968, foi transformado em fundação. O Cepro tinha como objetivos: realizar estudos, pesquisas e divulgação técnica; planejar e assistir a implantação da reforma administrativa e executar o serviço de processamento de dados e tratamento de informações; entre outros. Em 1972, a Etra seria transformada em Companhia de Processamento de Dados de Minas Gerais (Prodemge). A Etra, o Conselho Estadual de Desenvolvimento e o BDMG eram, assim, os principais centros consolidadores do sistema de planejamento do Estado (PAULA, 2016).

Da grande interdependência entre o BDMG e a Face/UFMG, nasce também o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG, em 1967. Em um movimento paralelo,

é criada outra instituição com grande impacto, o Instituto para o Desenvolvimento Industrial (Indi), cuja criação, em 1968, foi impulsionada pela Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig). A escassez de energia do início dos anos 1950 não permitiria induzir novos investimentos, o que foi suplantado com a criação da Cemig. Diante da nova situação energética, eram necessárias ações mais profundas para atrair novos investidores, motivando, então, a criação do Indi (CINTRA; HADDAD, 1978).

Data de 1969 o Diagnóstico da Economia Mineira, publicado pelo BDMG. Segundo Godoy, Barbosa e Barbosa (2009), o diagnóstico havia sido produzido em função do contexto de diminuição da autonomia dos estados para definir os rumos de suas políticas. Ele expressa a estratégia do Governo estadual de mobilizar a autoridade tecnocrática para sensibilizar o Governo federal, como revela a mensagem do governador Israel Pinheiro da Silva ao presidente da República, que precedeu a divulgação do diagnóstico:

Essa obra pretende afirmar-se como instrumento por meio do qual o Governo da União, conhecendo a realidade do Estado, possa decidir da validade das sugestões que se apresentam a Vossa Excelência. À medida que as sugestões sejam coerentes com as indicações que nasceram de estudo a tal nível técnico, representarão providências que permitam a Minas Gerais vencer obstáculos e retomar o desenvolvimento. Estou convencido de que Vossa Excelência, ao examinar nossos problemas, convencer-se-á de que Minas Gerais, fiel aos seus destinos, há de vencer o atraso relativo em que se encontra, contando com a indispensável ação do Governo Federal (PINHEIRO, 1967 *apud* GODOY *et al*, 2009, p. 13).

O objetivo do documento era possibilitar a compreensão das especificidades da evolução econômica do estado por meio de um estudo inaugural e de grande envergadura que servisse de suporte a uma intervenção planejada e orientada politicamente, voltada a restabelecer o equilíbrio da economia mineira. Com abrangência e profundidade temática e espacial, explicitavam-se, no documento, as disfunções de uma economia regional subdesenvolvida: sua condição de exploração secular – primeiro na mineração, depois no fornecimento de minério e produtos primários para os polos industriais, e, por fim, na exportação de insumos industrializados e de energia elétrica para

a industrialização de São Paulo. Isso se traduzia em baixo grau de urbanização, em predomínio das atividades agropecuárias, em grandes diferenças de produtividade e em níveis reduzidos de atendimento à saúde e de escolarização (GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2009).

As premissas fundamentais para a elaboração do diagnóstico já estavam presentes em documentos anteriores, como os relatórios do Congresso Agrícola, o Plano de Recuperação Econômica e o Plano de Eletrificação, o que revela uma certa linha de continuidade na consolidação do planejamento em Minas Gerais: a consciência do atraso relativo; a matriz desenvolvimentista; o papel do Estado; a importância do planejamento e o subdesenvolvimento como problema a ser superado por meio de intervenção política. Somando-se a isso, os temas levantados foram além de uma observação geral da economia, visto que abordavam o papel do empresariado, as características da sociedade e a estrutura institucional e política (GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2009).

O trabalho teve grande impacto e significado para o BDMG, seja pela repercussão que obteve, seja pelo perfil dos técnicos que se dedicaram à sua produção. O documento fortaleceu tanto o DEP quanto a própria tecnocracia mineira, em detrimento da elite política (DINIZ, 2018; CINTRA HADDAD, 1978).

3 A criação da Fundação João Pinheiro

A Lei Estadual nº 5 599, de 12 de dezembro de 1969, autorizou a criação da FJP, uma “[...] fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social” (MINAS GERAIS, 1969). No momento da sua criação, a sua finalidade era promover o desenvolvimento do estado por intermédio da contribuição “[...] para a realização dos objetivos do Conselho Estadual de Desenvolvimento, podendo ainda cooperar com o setor privado no que se relacione a tais objetivos” (MINAS GERAIS, 1969). À FJP, competia, sobretudo: (1) a prestação de serviços relacionados com a transferência, com a adaptação, com o aperfeiçoamento, com a criação

ou a aplicação de técnicas nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social; (2) o apoio a órgãos e entidades que operavam nos seus campos de atuação; (3) o aperfeiçoamento de profissionais nas diversas técnicas que fossem objeto da sua atividade (MINAS GERAIS, 1969). As áreas de atuação da FJP eram as seguintes:

I. planejamento do desenvolvimento estadual, envolvendo estudo, pesquisa e programação econômico-social, inclusive estudo de oportunidade; II. estudo, pesquisa, divulgação e aplicação de métodos e técnicas de organização racional do trabalho e processamento de dados por sistemas mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos; III. execução de serviços de geografia e estatística; IV. execução de projetos de pesquisa e prestação de serviços no campo da tecnologia social básica; V. ensino, por meio de cursos afins com as [suas] atividades (CINTRA *apud* PAULA, 2016, p. 1081).

Tendo em vista a obtenção de autorização para a instituição da FJP, quem encaminhou o projeto de lei para a ALMG foi o BDMG, o Conselho Estadual de Desenvolvimento e o Etra. Trata-se de um resultado concreto de um estudo realizado pelo BDMG, intitulado *Análise do Setor Público em Minas Gerais* (PAULA, 2016).

Por um lado, a FJP veio garantir que o BDMG pudesse se dedicar a sua vocação, que é a de ser um banco de desenvolvimento, até mesmo porque os custos de ir além eram crescentes e pressionavam a sua situação financeira. Por outro lado, garantir que, tendo o BDMG tomado esse caminho, uma instituição assumisse as atividades de planejamento que ele vinha desempenhando. A origem da FJP, portanto, é o DEP/BDMG. Ao ser fundada, ela absorveu parte da equipe do banco, principalmente desse departamento (PAULA, 2016).

Trata-se de um passo importante na construção de um sistema de planejamento em Minas Gerais, cujos antecedentes se enraízam nas teses e iniciativas de João Pinheiro da Silva (1860-1908). Governador de Minas Gerais entre 1890 e 1908, sua gestão se caracterizou por uma perspectiva abrangente e modernizadora. João Pinheiro buscou a diversificação do sistema produtivo, sem descuidar do café e do aprimoramento da qualidade da produção por intermédio da modernização

tecnológica. Além disso, tentou fomentar o desenvolvimento de cooperativas de produção, por meio do auxílio direto dos poderes públicos, entre eles os bancos, e promover a educação pública em diferentes níveis para desenvolver a inserção de mão de obra qualificada no processo econômico no médio e no longo prazo (DULCI, 1999).

Ainda no início do século XX, portanto, são as teses e iniciativas desse republicano positivista que imprimem a percepção precoce acerca da presença necessária e indispensável do Estado, das políticas públicas e do planejamento governamental para o desenvolvimento da sociedade. As referências fundadoras da FJP se assentam nessa tradição longa e sem paralelos da atuação estatal que se traduziu em uma rede notável de instituições de pesquisa, de planejamento e de governo.

Nesse mesmo sentido, Godoy, Barbosa e Barbosa (2009) ressaltam a linha condutora: a perspectiva do planejamento econômico, que emerge no princípio do século XX e se estrutura com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, de 1947, e a consolidação de um conjunto de instituições que expressam a racionalização da administração pública e a influência do estilo de gestão das empresas de capital misto mineiras. Ainda que tensionada pelo contexto implacável da década de 1960, quando estiveram em disputa projetos decisivos sobre os sentidos e os compromissos do processo de desenvolvimento nacional e estadual, essa visão se evidencia novamente nas instituições criadas para apoiar o planejamento governamental, significando verdadeira mudança de patamar na história de Minas Gerais (PAULA, 2016). Tal percurso será fundamental para a consolidação do planejamento governamental em Minas Gerais, na virada da década de 1970, com a reforma administrativa e a formulação do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES).

Nesse movimento, destaca-se o desenvolvimento de um corpo técnico que emerge, ganha complexidade e se expressa ativamente na esfera pública. Esse é um percurso que denota justamente as interconexões entre academia e administração pública, razão técnica e razão política. Por isso, para Furtado:

É necessário manter estreitamente unidos a ação técnica e o comando político [...] a ação do técnico não tem sentido de se exercer isoladamente [das articulações político partidárias]. Em outras palavras: a ação do técnico, em nossa geração, tem necessariamente uma dimensão social (FURTADO, 1962 *apud* DALAND, 2011, p. 456).



Cerimônia de instalação da Fundação João Pinheiro, presidida pelo governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, e ministros de Estado. Vê-se Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, primeiro presidente da FJP, entre outros

Fonte: RI-FJP/MG

O governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro da Silva, ladeado pelos ministros Antônio Delfim Neto, da Fazenda, e Reis Veloso, do Planejamento, por ocasião da instalação da Fundação João Pinheiro (FJP)

Fonte: RI-FJP/MG



3.1 Com a palavra, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, um ator central⁴

Em 1965, Israel Pinheiro da Silva foi eleito governador de Minas Gerais. Ele tomou posse em 1966 e permaneceu no cargo até 1971. “Eu cheguei em Belo Horizonte em agosto de 1966, vindo de Brasília, onde dirigia o Jornal Correio Braziliense. Em janeiro de 1967, eu assumi a Presidência do BDMG.”

⁴ Foi presidente da FJP entre 1970 e 1971 e entre 1985 e 1988.

Quando eu já estava no Estado, trabalhando como Assessor de Fiscalização e Controle do Governo, e soube que eu iria para o banco, chamei uma pessoa e outra da casa para conversar. Nessas conversas, eu entendi que o BDMG era dividido em dois, o pessoal dos estudos e do planejamento e o pessoal do chamado setor bancário. Quando falo do pessoal dos estudos e do planejamento, eu estou me referindo ao DEP. A Fundação João Pinheiro surgiu a partir do DEP, na minha gestão à frente do BDMG.

Silviano Cançado de Azevedo⁵ era, então, o diretor encarregado de toda a área de operação do banco, e Fernando Antônio Roquette Reis⁶ dirigia o DEP. Na época, o banco não tinha dinheiro, mas fazia estudos espetaculares. Eu cheguei querendo saber como estava a situação do BDMG, e os diretores me mandaram os relatórios. O relatório do Paulo Valadares⁷, o do setor financeiro, era o que mais me preocupava. Mas o segundo relatório sobre o qual me debrucei, o do Fernando Reis, era muito importante. Fernando trouxe 30 estudos encaminhados e parados, inclusive um que me chamou muita atenção, chamado *Diagnóstico da Economia Mineira*. Descobri que esse diagnóstico era uma iniciativa local, ideia do próprio Fernando, junto com José Vianna de Assis e Paulo Camillo de Oliveira Penna.

O *Diagnóstico da Economia Mineira* era geral, setorial e regional. Então, nele, o estado estava dividido regionalmente e com os seus segmentos econômicos. A equipe do banco era de primeira linha! Eu cheguei à conclusão de que nós dispúnhamos de uma equipe que era melhor do que a do BNDE. Quem era da equipe? Por exemplo, o Álvaro Fortes Santiago⁸. O Álvaro era um espetáculo! Uma pena que ele morreu cedo... Tinha o Fernando Reis, que eu já mencionei, o Élcio Costa Couto⁹, o Marneu Ferreira Starling¹⁰, o Oto Jacob. Fazia parte da equipe também o Teodoro Alves Lamounier¹¹, que até morreu

5 Trabalhava no BDMG, participou do Conselho Curador da FJP.

6 Também foi professor da Face/UFMG, tendo feito parte do núcleo de fundadores do Cedeplar.

7 Chegou a ser, posteriormente, presidente da FJP entre março e setembro de 1971.

8 Professor da Face/UFMG, também atuou no BDMG e na FJP.

9 Professor da Face/UFMG, fez parte do núcleo de fundadores do Cedeplar.

10 Professor da Face/UFMG, também atuou no BDMG e na FJP.

11 Sociólogo, foi diretor do Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) da FJP.

recentemente. Esse foi o único que eu nomeei. E o Abílio Santos. Depois ele saiu do BDMG e foi ser presidente do Indi, a agência de promoção de investimento e comércio exterior de Minas Gerais. Esses são apenas alguns nomes.

O pessoal do banco, no entanto, tinha salário baixo, trabalhava meio expediente. Todo mundo era também professor. O BDMG funcionava naquele prédio da Avenida Carandaí, em quatro andares de um edifício, sendo que um alugado, ou seja, o espaço era apertado. E esse endereço já era melhor do que o anterior, dois andares emprestados na Praça Sete. À frente da casa, uma das primeiras coisas que eu fiz foi justamente comprar o imóvel da Avenida Carandaí.

Eu aumentei o salário do pessoal do banco. Além disso, eu disse que, todo quadrimestre, se o balancete desse positivo, uma parte seria dividida entre os funcionários. Mas eu exigi, em troca, a jornada em tempo integral.

Acontece que o custo de finalização do *Diagnóstico da Economia Mineira*, que ficou pronto em 1968 e saiu em 1969, terminou me impedindo de pagar o quadrimestre aos funcionários que eu tinha prometido, embora o resultado do balancete fosse positivo. Aí, foi uma briga interna: todo mundo contra o DEP, que era o responsável pelo diagnóstico. As pessoas estavam contando com esse dinheiro, e ele não veio, pois ele terminou custeando o fechamento do diagnóstico. Houve uma reação monstruosa! Foi uma guerra! O problema não era o setor bancário, pois o banco estava bem: a aplicação estava grande no banco; havia dinheiro e grande parte dele, em torno de 60% ou 70%, não era de repasse, ou seja, era recurso próprio. O BDMG já era o segundo maior banco de desenvolvimento do país, na época, perdia apenas para o BNDE. Então concluiu-se que o problema era o DEP.

– O que eu vou fazer? – essa era a pergunta que eu me colocava como gestor. Simplesmente, não dava para eles conviverem mais no banco. Eu senti que não dava. Muito bem, foi quando eu resolvi criar outra instituição. Pensei: – Antes de deixar o BDMG, eu vou criar uma fundação. Vou tirar, assim, o DEP todinho do banco, vou aproveitar essa gente, porque não tem igual no Brasil inteiro, e colocar essa gente para fazer pesquisas para o Estado, nas áreas econômica, administrativa e tecnológica, em uma instituição à parte. Os três temas nasceram do meu pensamento de base

econômica. Quais são os segmentos da economia? São esses três.

Para convencer o governador, o Israel Pinheiro, pensei:

– Sabe como que se resolve esse problema? Basta colocar o nome de João Pinheiro. Isso porque João Pinheiro era o pai de Israel Pinheiro, e ele era maluco pelo pai.

Uma noite, jantamos no Palácio das Mangabeiras. Estava eu, Gigi¹², minha esposa e filha do governador, dona Coracy¹³ e João Virgílio¹⁴, meu cunhado. Eu me lembro que estávamos tomando sopa e eu disse assim:

– Doutor Israel, eu vou criar uma fundação.

Ele indagou:

– Como?

Eu completei:

- E o nome vai ser Fundação João Pinheiro.

Ele respondeu:

– Então tem que ser grande!

Aí, eu criei a Fundação João Pinheiro. Alugamos um prédio na Avenida João Pinheiro, o edifício João Pinheiro, para sediá-la. O que eu quero dizer, portanto, é que a Fundação nasceu de uma briga interna do banco, que precisava ser resolvida. A única coisa a ser feita era apartar os dois grupos, dar a cada um o seu espaço, pois os dois eram necessários para o Estado. Eu dei uma casa própria para o pessoal do DEP. Essa é a verdade. Não tem nada de estudo por trás, não tem nada disso. A Fundação nasceu de um desses rompantes que a gente tem. Se eu não tivesse tido, talvez, não se fizesse. E, naquele momento, eu tinha poder para fazer acontecer, o que também é fundamental num processo desses. Mas deixo registrado que eu fiz tudo isso pelo interesse comum, ou seja, joguei com o que eu tinha em mãos para realizar para o Estado.

12 Trata-se de Maria Regina Pinheiro Diniz Pereira, uma das filhas de Israel Pinheiro e Coracy Pinheiro, esposa de Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz.

13 Trata-se de Coracy Uchôa Pinheiro, esposa de Israel Pinheiro.

14 Trata-se de João Virgílio Pinheiro, um dos nove filhos de Israel Pinheiro e Coracy Pinheiro.

Agora, é verdade, a Fundação também é o resultado de uma das conclusões dos próprios estudos do DEP: faltava essa instituição em Minas Gerais. Esses estudos tocaram fundo em mim. Eles foram muito importantes, do meu ponto de vista¹⁵ (DINIZ, 2018).

Referências

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico da Economia Mineira**. Belo Horizonte: BDMG, 1968. 6 v.

BASTIAN, Eduardo F. O Paeg e o Plano Trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 139-166, jan./mar. 2013.

CINTRA, Antônio Octávio; HADDAD, Paulo Roberto. **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DALAND, Robert. A atitude de Goulart com o planejamento. *In*: FURTADO, C. **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

DINIZ, Clélio Campolina. Minas Gerais e a economia nacional. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 23, p. 205-221, jul./dez. 2018.

DINIZ, Hindemburgo Chateaubriand Pereira. Belo Horizonte, 04 jul. 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida e Bernardo Novaes da Mata Machado.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 13. ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp, 2010.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. **Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da economia mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. (Texto para discussão,

¹⁵ O texto que compõe o subitem é resultado da transcrição de parte da entrevista de Hindemburgo Diniz (DINIZ, 2018) pelas autoras do capítulo.

347).

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MINAS GERAIS. Lei nº 5399, de 12 de dezembro de 1969. Autoriza a instituição de Fundação dedicada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 13 dez. 1969, p. 5, col. 1.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

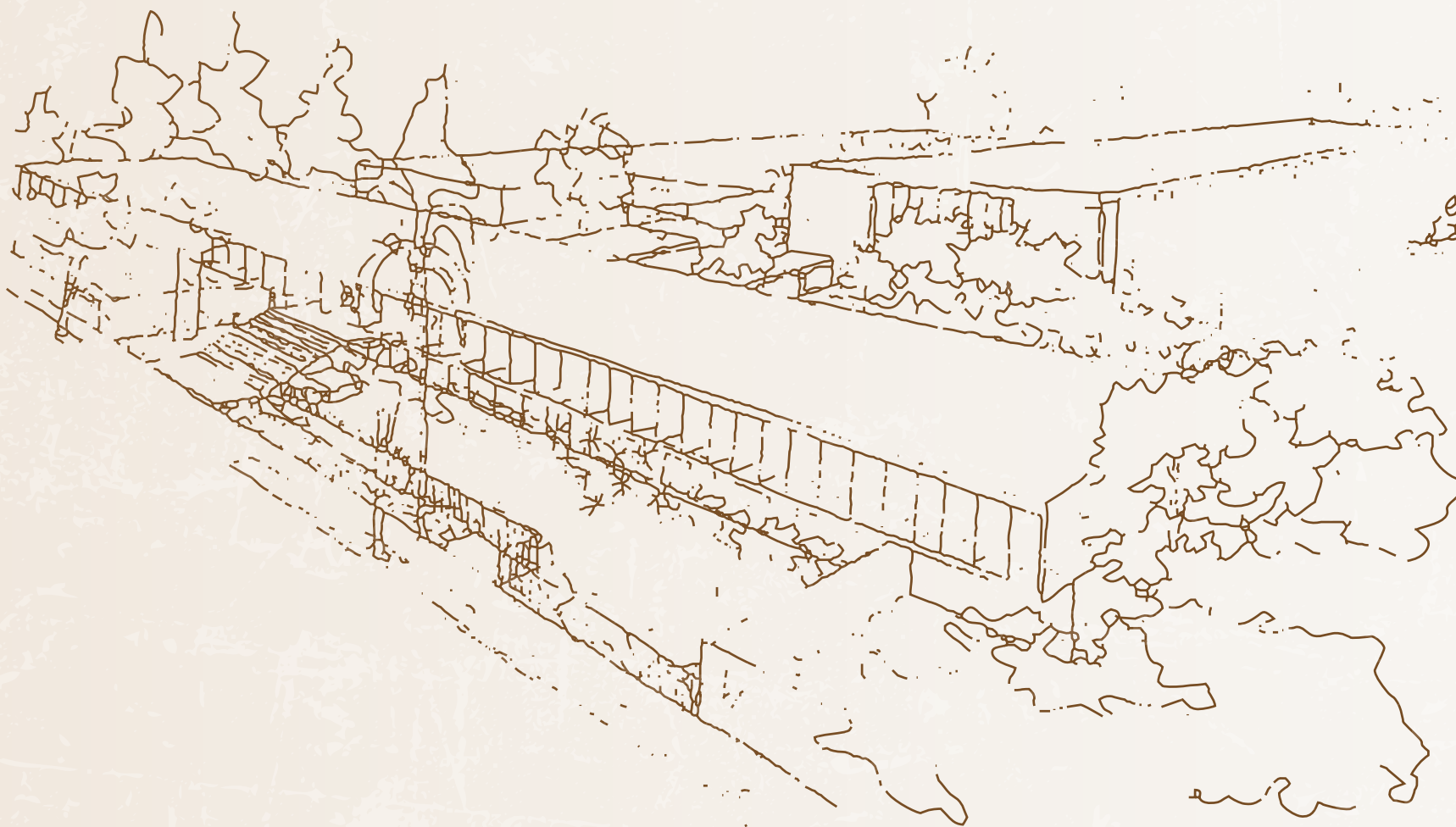
PAULA, João Antônio de. FACE/ UFMG, BDMG e Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais. **Nova Economia**, v. 26. n. Especial, p. 1075-1095, 2016.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, 4). p. 207-241.

VILLARINO, Leandro Vizin. A estrutura e o mercado: uma análise comparativa do Plano Trienal e do PAEG. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 2 (143), p. 372-388, abr./jun. 2016.

PARTE II

1970 - 1979: A CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE PESQUISA PARA MINAS GERAIS



1970 A 1973 - O DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO CENTRALIZADO E A INSERÇÃO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO NO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - A CONSOLIDAÇÃO DE UM PROJETO

Helena Teixeira Magalhães Soares¹⁶

Este texto objetiva apresentar a fase inicial de funcionamento da Fundação João Pinheiro (FJP) entre os anos de 1970 e 1973. A análise perpassa brevemente pela contextualização social e histórica do cenário internacional a partir dos anos 1930, assinalando mudanças referentes ao papel dos Estados na economia e que, do ponto de vista histórico e científico, repercutirá fortemente nos aspectos políticos, econômicos e sociais do Brasil nas décadas seguintes.

Em Minas Gerais, na década de 1960, vários elementos de delineamento estatal tiveram influência desse cenário internacional. Isso culminou na criação de um sistema de planejamento do Estado, com vários órgãos e entre eles a FJP, criada em 1969. Serão tratados neste capítulo os anos imediatos a essa criação e as interlocuções com a conjuntura internacional.

¹⁶ Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro e professora na Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho.

1 Antecedentes históricos e desafios para inovações na ciência

O marco histórico do planejamento para o desenvolvimento econômico foi a crise de 1929, que contemplou minimamente a existência da dimensão social no contexto da gestão econômica e política.

No Brasil, já em 1923, verifica-se uma mudança de paradigma no que se refere ao desempenho do Estado perante a sociedade. Na busca de superar uma atuação restrita a práticas focais, vê-se, por exemplo, a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (Lei Eloy Chaves), voltadas para os trabalhadores das empresas de ferro, entre outras ações realizadas no período.

Em meados dos anos de 1930, o pensamento econômico apresentado por John Maynard Keynes em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicado originalmente em 1936 pela coleção *Os Economistas*, implicou reconhecer o papel do Estado na economia para a continuidade da roda de produção e consumo. Pela teoria keynesiana, a capacidade de investimento depende da possibilidade de acesso a meios de pagamento e não à reserva monetária ou chamada poupança, como definia a visão econômica clássica. Nesse sentido, aponta-se para o Estado o papel de interventor pelas políticas sociais na realização de investimentos. Esse novo paradigma para a ciência econômica, respalda o segundo marco histórico, ou seja, a posição do Estado norte-americano ao extrapolar suas fronteiras rumo ao planejamento dos outros Estados.

O segundo marco histórico refere-se ao deslocamento do pensamento norte-americano em relação ao liberalismo econômico até então veementemente defendido. O conjunto de medidas econômicas deflagradas pelo governo de Roosevelt (1933-1945), intitulado *New Deal*, levou ao reposicionamento do Estado no desenvolvimento econômico.

Os Estados Unidos assumiram o protagonismo do liberalismo econômico mundial mediante a Guerra Fria (1947-1991), tendo adotado como uma de suas estratégias a criação de instituições especializadas em planejamento para o desenvolvimento econômico e social em países latino

americanos. Trata-se de proposta similar à da Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 30 de abril de 1948, que atuava em favor desse do modelo econômico liberal norte-americano. Em paralelo, foram criadas agências responsáveis pela implementação e pelo monitoramento dos planos. As instituições de excelência e as agências reguladoras contribuíram para um novo delineamento do percurso da gestão pública em nível setorial, regional e nacional.

No campo da ciência, com a crise de 1929, atrelou-se o conhecimento ao crescimento econômico, porém os EUA e a Europa apresentaram medidas econômicas restritivas para os países tidos como subdesenvolvidos. Uma delas refere-se ao Acordo Geral de Comércio e Tarifas – *General Agreement on Trade and Tariffs* (Gatt), que estabelecia cotas e elevação de tarifas, assinado por 23 países, um deles o Brasil, em 30 de outubro de 1947, em Genebra.

Nesse contexto acirrado pelos entraves ideológicos em escala mundial e acordos internacionais com restrições comerciais e pela conjuntura interna do país em função das instabilidades econômicas e sociais – produção agrícola pós-escravagista – Minas Gerais sentia diretamente os desdobramentos. No esforço de mudança de cenário, em 1947, o governador Milton Soares Campos (Milton Campos) implantou o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, a “primeira tentativa de planejamento econômico sistêmico na esfera estadual no Brasil” (PAULA, 2016, p. 1076).

Em 1951, surge a iniciativa de organização de um sistema de planejamento no estado com a criação do Conselho Estadual de Economia e Administração, instalado, porém, somente em 1959. No percurso para o desenvolvimento, o governador Juscelino Kubitschek de Oliveira (1951-1955), com o *slogan* “Energia e Transporte”, criou a empresa Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), versão brasileira da *Tennessee Valley Authority* (TVA), empresa norte-americana especializada em planejamento e desenvolvimento regional. Para o autor Bernardo Novais da Mata Machado (2016, p.20), “já desde a origem, a Cemig é uma instituição de planejamento, e não só de produção de energia. [...] Ela dá início a uma metodologia de elaboração de projetos no modelo que os bancos internacionais exigiam na época”.

Em 1961, foi criada a Coordenação dos Assuntos do Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, com breve existência.

Em 1965, foi criada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico. Em 1966, ela elaborou proposta de constituição de um sistema estadual de planejamento constituído pelo Conselho Estadual de Planejamento, encarregado de definir as diretrizes básicas da política de planejamento do estado, enquanto o Gabinete de Planejamento, Coordenação e Controle cuidaria dos aspectos técnicos do planejamento (MEDEIROS, 1966 *apud* PAULA, 2016, p. 1077).

Nesse mesmo ano, a OEA aprovou a Carta de Punta del Este. Também chamada “Aliança para o Progresso”, ela trouxe evidências da dilatação das relações econômicas entre esses países por meio das instituições financeiras internacionais e dos Estados Unidos. O presidente Costa e Silva (1967-1969) criou o Plano de Ação Concentrada (PAC), parte integrante do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED 1968/1970), cuja função principal foi a coordenação das unidades federativas para desenvolvimento de ações em prol do progresso.

As restrições para fomento de pequenas e médias empresas por parte do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e as disputas internas com o setor agrário foram as principais causas para a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) em 1962, pelo então governador José de Magalhães Pinto (Magalhães Pinto). A instituição foi resultado da articulação com o empresariado industrial mineiro representado na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Anos mais tarde, o BDMG será a instituição origem da FJP.

Os condicionantes econômicos externos e a desarticulação entre os setores econômicos internos constituíam-se em entraves para a articulação de um sistema de planejamento de políticas no país. A partir da iniciativa do Governo federal em investimento na inovação científica, por intermédio de uma política de financiamento em ciência e tecnologia, a fim de prover a modernização do parque industrial do país, fortalece-se a necessidade de instituições de planejamento. Em 1963, com a criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec) no Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES) e, posteriormente, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em 1967, é erguido o esteio do sistema de planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais.

Em 1967, o governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro da Silva, nomeia Hindemburgo Pereira Diniz para a Presidência do BDMG em um contexto de crise política em Brasília, onde Diniz exercia a Presidência do Correio Brasiliense. A primeira iniciativa foi a liberação de venda de 50% das ações das empresas estaduais que não tinham controle total como Usiminas, Petrobrás, a Cia Vale do Rio Doce e a Cemig, atraindo investidores como o Banco de Crédito Real do Estado de Minas Gerais S.A. (Credireal) e agentes internacionais.

Em 1968, o BDMG elaborou o Diagnóstico da Economia Mineira que apontou a necessidade de diversificação nos espaços econômicos de Minas Gerais. Em parceria com a Cemig, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi) que tinha como objetivo atrair investimentos produtivos para o estado. Juntos BDMG, Indi e a Companhia de Distritos Industriais (CDI), que era responsável pela administração dos novos distritos industriais, formaram o tripé que impulsionou a industrialização de Minas Gerais (WERNECK, 2009).

O *Diagnóstico da Economia Mineira* reunia importância política, econômica e social e tornou-se o instrumento técnico que subsidiou decisões governamentais visando ao desenvolvimento:

O *Diagnóstico da Economia Mineira* deve ser considerado marco por quatro razões principais: i. por sua abrangência e profundidade temática e espacial, já que se trata de volumoso conjunto de estudos sobre a formação econômica e social de Minas Gerais; ii. por ser o primeiro grande documento do BDMG que, em 1968, contava com apenas seis anos de criação e atuação; iii. pelo número e pelo perfil dos técnicos que se dedicaram a sua produção, inclusive pela importância do documento como fator de fortalecimento do poder da tecnocracia mineira, em detrimento da elite política; iv. pela grande repercussão que obteve após sua publicação, uma vez que reforçou concepção

de empobrecimento relativo de Minas e de sua exploração por outras unidades da Federação (DINIZ, 1981 *apud* GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2010, p. 2).

Além de importantes estudos para a economia mineira, a equipe do BDMG assumiu também o acompanhamento das aplicações que garantiam a credibilidade das empresas estaduais frente ao Governo federal. No entanto, esse papel cumulativo de agência financeira e de planejamento gerou divergências internas e configurou o que o presidente da instituição chamou de lucro zero e lucro bancário.

O conflito que dá origem à FJP é um conflito entre o grupo bancário, que acha que o banco necessita ser lucrativo, e o grupo orientado pelo Fernando Reis, do Departamento de Estudos e Planejamento (DEP), que acha que o banco precisa crescer com o crescimento da economia do estado de Minas Gerais, emprestando recurso para fomentá-lo (MACHADO, 2016. p. 26).

Já em 1969, o BDMG realizou o estudo *Análise do Setor Público de Minas Gerais*. Seus resultados induziram a articulação com o Escritório Técnico de Racionalização Administrativa (Etra) e o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED) para a proposição de um projeto lei de criação de uma “fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, administração e da tecnologia básica e social.” (FJP, 1979, p. 9). Fazia-se necessário um órgão com domínio estatístico a fim de contribuir para a melhoria das análises de risco e retorno. Em 12 de setembro de 1969, foi aprovado o projeto lei proposto para criação da Fundação João Pinheiro (FJP), a Lei nº 5.399, com as seguintes atribuições:

- I. planejamento do desenvolvimento estadual, envolvendo estudo, pesquisa e programação econômico-social, inclusive estudo de oportunidade de investimento;
- II. estudo de pesquisa, divulgação e aplicação de métodos e técnicas de organização racional do trabalho e processamento de dados por sistemas mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos;
- III. execução de serviços de geografia e estatística;

IV. execução de projetos de pesquisa e prestação de serviços no campo da tecnologia social básica;

V. ensino, por meio de cursos afins com as atividades contidas nos itens anteriores. (FJP, [1971], p. 1).



Cerimônia de instalação da Fundação João Pinheiro – 1970

Da esquerda para direita: o governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro da Silva; o ministro João Paulo dos Reis Veloso; o ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima; e Pio Soares Canedo, entre outros

Fonte: RI-FJP/MG

Em 25 de agosto de 1970, a FJP instala-se oficialmente. Parafraseando o historiador Ronaldo Couto (2014), a FJP foi a institucionalização de um centro de excelência de estudos e propostas de interesse da economia mineira que já nascia vocacionada para essa missão.

2 Protagonistas, mais que pioneiros!

O corpo técnico que compunha o DEP no BDMG tornou-se referência positiva para o projeto da FJP. Como ratificou Diniz (2018, p.30) “Vou tirar o DEP todinho, vou aproveitar essa gente, e essa gente não tem igual no Brasil inteiro, porque a estrutura de economista no banco era melhor do que a do BNDES”. O pensamento idealizado por Diniz (2018), tendo como referência a base econômica do BDMG, era conceber, como primeira ideia, uma espécie de “*holding* de fundaçõeszinhas”, uma na área tecnológica, outra na administrativa, outra na econômica.

A partir do feito, alguns membros da equipe do BDMG foram absorvidos na composição de cargos da FJP, em especial os profissionais do DEP. Segundo Machado (2016, p.27), “Para que ela sobreviva, é previsto na lei de criação uma porcentagem do lucro anual do BDMG para a Fundação João Pinheiro”. Marneu Ferreira Starling assumiu a Vice-Presidência da parte econômica, e Silviano Cançado de Azevedo inicialmente o apoiou nos trabalhos de estruturação da instituição, tendo em seguida sucedido Hindemburgo Pereira Diniz no banco.

Reunião na Fundação João Pinheiro entre o presidente, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, Silviano Cançado de Azevedo e Marneu Ferreira Starling e técnicos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) para apresentação dos trabalhos concluídos pela instituição – 1971

Fonte: RI-FJP/MG



Por ser criada como instituição de direito privado, porém com fomento de dinheiro público, coube o acúmulo da Presidência do BDMG e da FJP, tendo Hindemburgo Pereira Diniz assumido a cadeira em setembro de 1970 até março de 1971. Para ele, o papel da FJP era distinto do trabalho das instituições de ensino superior. Ela exigia que profissionais se dedicassem integralmente a estudos em favor do desenvolvimento do estado, com reconhecimento e apoio para essa tarefa importante. Em consonância com a legislação da época, a formação das equipes de trabalho e a estruturação interna da FJP eram de livre arbítrio dos gestores, dado o caráter de direito privado que perdurou até a Constituição de 1988. Entre 16 de março e 21 de setembro de 1971, Paulo Valadares Versiani Caldeira, vice-presidente no mandato anterior, respondeu interinamente pela Presidência da FJP.

É em 1971 que Rondon Pacheco assume como governador de Minas Gerais e convida Luís de Oliveira Castro para presidir a FJP. O convite a Luiz de Oliveira Castro para a Presidência

derivou da convivência profissional com Paulo José de Lima Vieira, escolhido para ser secretário de desenvolvimento, ex-chefe do Indi e colaborador do órgão no estudo de criação do Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec):

Desde maio de 1970, a Fundação João Pinheiro já fizera estudos preliminares sobre um órgão de estudos e pesquisas no campo da tecnologia que dispusesse, inclusive, de capacidade experimental. Apresentou um projeto ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral para a obtenção de recursos do Programa de Ciência e Tecnologia Miniplan-CNPq-BID (FJP, [1971], p. 26).

Em 23 de setembro do mesmo ano, Luís de Oliveira Castro assume a Presidência, permanecendo até 11 de junho de 1974. Esse período, entre 1971 e 1974, ficou conhecido como tríplice diretoria, marcado pelas diretrizes rumo ao avanço econômico e social de Minas Gerais. A FJP desenvolveu estudos em diversas áreas como saúde, saneamento, transporte e educação e prestou apoio aos municípios na gestão de recursos.

Ainda em 1971, foi lançada a *Revista Fundação JP*, produzida pelo Setor de Informação da Diretoria de Comunicação. Foi a primeira publicação com divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela instituição e outros órgãos do Governo estadual. Essa produção foi importante para a projeção da instituição no cenário brasileiro, com tiragem em torno de seis mil exemplares, que circulavam nos principais centros nacionais e internacionais, distribuída em 21 países.

A Lei nº 5.792, de 8 de outubro de 1971, que criou o Sistema Estadual de Planejamento, trouxe a definição da vinculação da Fundação João Pinheiro com o Conselho Estadual do Desenvolvimento (CED).

A inovação se fez presente nos trabalhos iniciais da instituição conforme definiu o presidente Luís de Oliveira Castro:

Eu era sempre assaltado, digamos assim, pelos jovens que trabalhavam lá. Porque todos eles muito desejosos de seguir em frente, de fazer coisa, de realizar. Estão sempre

inventando maneiras, modos de tocar para frente. Os rapazes (os diretores), às vezes até muito novos, mas eufóricos, trabalhadores, pujantes (CASTRO, 2008 p.13).

No período do governo de Rondon Pacheco (1971-1975), ventilou-se a proposição de fechamento da FJP, sob justificativa de dificuldades financeiras para a manutenção da máquina estatal, o que foi arduamente combatido dentro das áreas governamentais em face da capacidade institucional e de sua importância para o próprio estado nos cenários nacional e internacional.

A FJP era fruto do *Diagnóstico da Economia Mineira* de 1968, tendo sido estruturada a partir do ideário nascido na parceria entre o DEP e o *Instituto Latinoamericano Y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes)*, órgão de importante influência no planejamento econômico e social da América Latina. Ressalta-se que o Ilpes é um instituto permanente e com identidade própria, pertencente à Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (Cepal).

No período anterior à criação da FJP, ainda nos anos 1960, havia sido firmado um convênio com a Secretaria Estadual da Fazenda e o Conselho Estadual de Desenvolvimento com o objetivo de contribuir com os governos para o desenvolvimento econômico e social e apoiá-los por intermédio do aperfeiçoamento das instituições:

descentralização das atividades industriais, por meio de incentivos fiscais, creditícios e infraestruturais. Para isto entraria em uma o BDMG com os financiamentos e projetos, a Secretaria da Fazenda e os municípios com a promoção de facilidades e isenções fiscais, o Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi)¹⁷ faria estudos de oportunidades industriais, e a Companhia de Distritos Industriais (CDI) ofereceria a infraestrutura em forma de Distritos Industriais [...] (SIQUEIRA, 2001, p. 93-94 *apud* PAULA, 2016, p, 1082).

A equipe de técnicos do Ilpes se juntou aos profissionais do DEP e criou metodologias de planejamento e gestão. A dissolução do grupo do DEP do BDMG para a primeira composição

¹⁷ O Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi), atualmente se chama Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais. <https://www.indi.mg.gov.br/o-indi/sobre-o-indi-2/>

de técnicos da FJP significou também a incorporação do conhecimento contido nos trabalhos desenvolvidos junto ao Ilpes.

Nas palavras do primeiro presidente da instituição, Hindemburgo Diniz (2018, p.53), “A FJP aproveitou o pessoal. Não só isso, aproveitou as ideias” e em outubro de 1970, os projetos de desenvolvimento do estado de Minas Gerais passam a ser de responsabilidade da FJP:

A Fundação João Pinheiro assina convênio com o Conselho Estadual de Desenvolvimento, visando à definição de uma estratégia de desenvolvimento para Minas Gerais. Passou à alçada da FJP em 26 de outubro de 1970 e foi a principal frente de trabalho na área de pesquisa econômica e social. [...] Esse convênio, de que participa também o Instituto Latino Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), órgão da Cepal/ONU que contribuiu com os estudos (FJP, [1971]).

Nos seus primórdios, a FJP assume a execução do convênio entre o BDMG, o Conselho Estadual do Desenvolvimento (CED) e a Secretaria da Fazenda. Ele também contemplava a participação do Ilpes e foi impulsionador da criação do sistema de indicadores, tendo como referência o *Diagnóstico da Economia Mineira*. O sistema foi consolidado entre setembro de 1970 e setembro de 1971, respaldado no contrato tripartite entre BDMG, Ministério da Fazenda e Banco Central do Brasil.

Nesse período, os técnicos elaboraram uma metodologia para o diagnóstico urbano que permitiu avaliar as necessidades de investimentos a partir de uma configuração espacial com polos de desenvolvimento do estado. Tratava-se de um novo padrão espacial para o crescimento estadual. Desse estudo, desdobraram-se análises de regiões macroeconômicas, como o relatório sobre o Núcleo Polarizador no Sul de Minas de 1970 (FJP, [1971]).

Pelo CED, os técnicos realizaram estudo sobre os planos de aplicação do Fundo de Participação dos Municípios com população de mais de 75 mil habitantes na época, resultando em um manual de aplicação das quotas.

No cenário desenvolvimentista, a passagem da economia de caráter agrícola à urbana e industrial desafiava o Governo estadual a propor alternativas de incremento da produção agropecuária. Buscando garantir a correlação positiva dos dois setores, os agentes governamentais propuseram a implantação de uma política de incentivo à produção com substituição gradativa do processo artesanal para a tecnológica. Dessa forma, o setor agrícola tornou-se um mercado de consumo da indústria nacional e fornecedor de insumo e para consumo da população simultaneamente.

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, evidenciava a estruturação da economia brasileira via sistema financeiro, potencializada a partir de 1970. No cumprimento da exigência feita pelo Banco Central, a FJP apresentou estudos de suporte ao modelo financeiro, como o documento *Diretrizes para Aplicação do Crédito Rural em Minas Gerais* e *O Suplemento de Mecanização dos Procedimentos Agrícolas* (FJP, [1971]). Realizou também a revisão do programa financeiro da agroindústria açucareira de Minas Gerais, proposto pela Cooperativa dos Produtores do Açúcar de Minas Gerais (Copaminas).

Quanto ao setor industrial, a FJP realizou estudos sobre as perspectivas de mercado de produção de ferro gusa em Minas Gerais (1971) e apresentou propostas para a expansão e melhoria da qualidade da produção. Outro estudo refere-se à vocação industrial da área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do *Programa de Reativação Industrial* (FJP, [1971]). Os diagnósticos da área industrial abarcaram indústrias do setor têxtil que haviam paralisado suas atividades nos cinco anos anteriores. Característica comum aos casos analisados foi a fragilidade em termos de competência de gestão, como na Companhia Fiação e Tecelagem Sarmento, na Companhia Mineira de Várias Indústrias (FJP, [1971]), localizada em Capim Branco, entre outras. Estudo feito por Costa (2016) sobre a crise da Companhia Fiação e Tecidos Sarmento ratifica tal análise:

O maquinário ultrapassado e a precariedade no fornecimento de energia para alimentar a fábrica, aliados à falta de habilidade na gestão do empreendimento por parte dos

diretores, foram aspectos decisivos nos rumos que a Companhia tomou na década de 1960 em direção à falência (COSTA, 2016, p. 58).

Tais análises contribuíram para a formulação de propostas, realizadas pelos técnicos da FJP, de capacitação do empresariado mineiro.

Diante desse quadro, no mandato do presidente Luís de Oliveira Castro, a FJP celebrou o convênio com a Universidade de Colúmbia com o objetivo de realizar treinamentos para os empresários em Minas Gerais. Essa iniciativa redundou na criação do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), responsável pela oferta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão na área de administração na FJP (FJP, [1971]).

[...] Nós fizemos alguns cursos com apoio da Universidade de Columbia. É claro que isso custava muito dinheiro. Mas eu acho que foi bom pra agitar o meio. [...] A Fundação João Pinheiro mandou vários rapazes pra fazer mestrado nos Estados Unidos em administração (CASTRO, 2008, p.18).



Assinatura do convênio entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e a Universidade de Columbia para planejamento e implantação do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) – 1971

Vê-se o professor Garland Chester Owens representando a Universidade de Columbia; Luis de Oliveira Castro, presidente da Fundação João Pinheiro; Felipe Erasmo Cabral, Couros Monadjemi e Sdat Ozmen, técnicos da Fundação João Pinheiro (FJP)

Fonte: RI-FJP/MG

Por iniciativa do Governo federal, no percurso para a consolidação de projetos desenvolvimentistas, o *Programa de Cidades Históricas (PCH)* foi implementado em 1973. Sob

a supervisão do Ministério do Planejamento, o programa apresentou uma nova concepção na maneira de abordar as cidades históricas. Elas passaram a ser consideradas detentoras do potencial de produtoras de capital, alicerçado no patrimônio cultural. Nessa vertente, as cidades históricas assumiram a vocação de gerar o seu desenvolvimento econômico por meio da atividade turística.

A FJP inseriu em sua estrutura interna a equipe de profissionais que configurariam o Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU), que depois passou a ser o Centro de Economia e Estudos Urbanos (CEEU) em 1972. A primeira tarefa dessa equipe foi a realização do *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento das Cidades de Ouro Preto e Mariana*. Ele marcou a inserção de historiadores e profissionais de áreas similares que reconhecem na releitura de fatos sociais e históricos a possibilidade de compreensão do mundo. A partir desses projetos, a FJP foi se tornando referência especializada no estudo e planejamento do desenvolvimento regional, em função também da inclusão de informações sociais e históricas nos estudos e nas pesquisas.

Outro departamento importante da instituição foi o Centro de Recursos Naturais (CRN). Ele desenvolveu trabalhos na área de seleção e levantamento ambiental de florestas e de regiões de Minas Gerais. Foram realizados estudos como o levantamento das formações vegetais da área territorial, para o *Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região do Nordeste de Minas Gerais (Prodevale)*, que objetivou subsidiar os pequenos produtores rurais. Também foram feitos levantamentos da área para seleção de glebas com potencial de se tornarem distritos agroindustriais e um levantamento de aspectos físicos de limites do parque florestal do Rio Doce.

Na gestão de Paulo Valadares, o último departamento interno criado foi o Centro de Processamento de Dados. A equipe técnica desse departamento ficou responsável pelo desenvolvimento do programa de atuação integrada da indústria açucareira da região Centro-oeste do estado de Minas Gerais. Também nessa gestão se deu o plano inicial para a instalação do Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec-MG) em março de 1972, realizado em parceria com o Indi (FJP, [1971]):

[...] adequado aproveitamento de recursos naturais brasileiros [...] a tecnologia deve ser apresentada (para a população) dentro de um contexto econômico e eventualmente social, que demonstre as vantagens decorrentes de seu emprego. (FJP, 1971, p. 10).

Em 9 de novembro de 1973, o governador Rondon Pacheco assina o Decreto Lei nº 15.819, que reconhece a Fundação João Pinheiro como entidade de utilidade pública.

Muitos feitos e muitas realizações. Na releitura da história, fatos e eventos convergiram para as deliberações institucionais. No entanto, é necessário reconhecer a orientação racional feita por homens como fator aglutinador, senão agente propositor dos processos. Nas palavras de Luís de Oliveira Castro (2008, p.18), o corpo técnico qualificado sedimentou a instituição desde os seus primórdios como referência no cenário do estado e do país: “Ela [a Fundação João Pinheiro] ia empurrando o presidente pra frente”.

Por meio de sua diretoria e de seu corpo técnico, a Casa elaborou e disseminou projetos que culminaram na formulação de políticas públicas e sua institucionalização.

O primeiro deles tratou do Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel), em 1972, que resultou na criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 1974. O Plambel foi a primeira experiência de planejamento integrado a partir da elaboração de diagnósticos e planos de desenvolvimento realizados pelo corpo técnico da FJP.

Em 1968, havia sido criado o Escritório de Planejamento Urbano de Contagem (Epuc), que realizou estudos cujas análises foram decisivas para a construção da represa Vargem das Flores num consórcio entre as cidades de Contagem e Betim, a instalação da Central de Abastecimento da área metropolitana (Ceasa) e do Centro Industrial de Contagem (Cinco). Com base no artigo 157 da Constituição de 1967, que permitia à União criar regiões metropolitanas, iniciou-se o esforço para a estruturação de uma instituição cujo objetivo fosse desenhar a região metropolitana de Belo Horizonte. Em meio às disputas entre as consultorias contratadas pelo governo municipal na época e

a CED, o governador Rondon Pacheco delegou à FJP a elaboração do plano metropolitano. Essa equipe dará origem ao Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel).



Governador de Minas Gerais Rondon Pacheco assina contrato com a FJP para elaboração do Plano Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte pelo Plambel (1971). Vê-se, à esquerda, o prefeito de Belo Horizonte, Oswald Pieruccetti, Rondon Pacheco, o secretário de Planejamento, Paulo José de Lima Vieira, o presidente da FJP, Luís de Oliveira Castro, e, discursando, o coordenador do Plambel, Gilson de Assis Dayrell

Fonte: RI-FJP/MG

Outra instituição tecnocrática impulsionada pelos trabalhos da FJP foi o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em 1972. Inicialmente, havia sido celebrado um contrato com o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, que concebeu o Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais, alterado depois para Sebrae. A criação de uma instituição de amparo ao pequeno e médio empreendedor originou-se das iniciativas do BNDES que, anos antes, em 1964, criou o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme) e o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec). Estudos posteriores realizados pela FJP com a finalidade de diagnosticar o potencial e os desafios das empresas de médio porte para maior contribuição com o desenvolvimento econômico contribuíram para a proposição da referida instituição de fomento às micro e pequenas empresas.

Parafraseando Diniz (1981), a concepção de desenvolvimento incentivada pelo capital internacional, em consonância com os grupos nacionais, adotada pelos gestores mineiros na época,

evidenciou o predomínio da racionalização do crescimento econômico, o que exigia um corpo técnico qualificado que contribuísse sistematicamente para a gestão das políticas públicas em nível estadual. A FJP materializou um importante papel de proposição do planejamento das políticas econômicas e sociais de Minas Gerais, atenta a cada tempo e contexto da época, referendada pelo processo sócio histórico brasileiro e assim, das instituições de planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais.

Referências

- AMARAL, Daniel Furlan. **Efeitos do fim do Acordo Multifibras sobre a produção e o emprego dos setores têxtil e de vestuário no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.
- CASTRO, Luís de Oliveira. Belo Horizonte, 17 de setembro de 2008. Entrevista concedida a Mário Cléber Martins Lanna Júnior e Maria Valeska Duarte Drummond.
- COSTA, S. M. F. **A crise da “Companhia Fiação e Tecidos Sarmento”**: memórias e narrativas operárias: São João Nepomuceno/MG, 1960-1971. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DINIZ, Hindemburgo Pereira. Belo Horizonte, 4 de julho de 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel Shikida e Bernardo Novaes da Mata Machado.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades da Fundação João Pinheiro no período de 1971 a 1974**. Belo Horizonte: FJP, 1974.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fundação João Pinheiro**: notícia histórica, áreas de atuação, trabalhos realizados. Belo Horizonte: 1979. 93 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informe**: atividades set. 1970 / set. 1971. Belo Horizonte: FJP, [1971]. 41 f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento>.

php?iCodigo=53180&codUsuario=0. Acesso em: 19 nov. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano para instalação de um centro tecnológico em Minas Gerais.** Belo Horizonte: FJP, [1971]. 64 f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=43308>. Acesso em: 4 maio 2020.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. Da arte de conhecer as doenças: o *diagnóstico da economia mineira* de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 343-388, 2010.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. Belo Horizonte, 15 de julho de 2016. Entrevista concedida a Aparecida Maciel Shikida e Mirna Chiari.

PAULA, João Antônio de FACE/UFMG, BDMG e Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, 2016, p. 1075-1095.

SAFAR, G. H.; DIAS, M. R. A. C. Design e planejamento econômico: a criação do Setor de Desenho Industrial do Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC, na década de 1970. **Estudos em Design**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 87-101, [2017]. Disponível em: <https://estudosemdesign.emnuvens.com.br/design/article/view/486>. Acesso em: 4 maio 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. Ciência e tecnologia na década perdida: o que aprendemos? *In*: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (ed.). **Lições da Década de 80**. São Paulo: EDUSP-UNRISD, 1995. p. 241-266.

WERNECK, Caio Alves. **Bancos de desenvolvimento e regiões subdesenvolvidas**: uma análise da atuação do BDMG na região de baixo dinamismo econômico. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração Pública). Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO NA DÉCADA DE 1970: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA

Ana Paula Salej Gomes¹⁸

A década de 1970 representa uma fase importante da história da Fundação João Pinheiro (FJP). Seus primeiros dez anos foram marcados por muitas mudanças nos contextos internacional, nacional e local – cenário do processo de estabelecimento, consolidação e projeção da instituição. Os projetos desenvolvimentistas dos governos dos generais Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974) e Ernesto Beckmann Geisel (15 de março de 1974 a 14 de março de 1979) são pano de fundo importante da história de Minas Gerais e da FJP. Os programas federais representaram oportunidades de captação de recursos e promoção do desenvolvimento mineiro tanto para o governo de Rondon Pacheco (15 de março de 1971 a 14 de março de 1975) como para o de Antônio Aureliano Chaves de Mendonça – Aureliano Chaves (15 de março de 1975 a 15 de março de

¹⁸ Pesquisadora da Fundação João Pinheiro e professora da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, com pós-doutorado em Administração Pública, doutorado e mestrado em Ciência Política, especializações em Administração e graduação em Economia e Administração/Comércio Exterior.

1979). Este capítulo dedica-se especialmente à consolidação e projeção da FJP no período de 1973 a 1979. O elemento condutor da história nele retratada é o papel atribuído à instituição na promoção de desenvolvimento de Minas Gerais. Ele está organizado em quatro partes. A primeira procura evidenciar o papel atribuído à FJP no Sistema Estadual de Planejamento durante o governo de Rondon Pacheco. A segunda parte destaca a ação da FJP ao longo do governo de Aureliano Chaves, evidenciando as mudanças de diretrizes e a capacidade da FJP de respondê-las. A terceira parte tece algumas considerações sobre o primeiro ano do governo de Francelino Pereira dos Santos, destacando a mudança na estrutura da FJP. Por fim, são traçadas as considerações finais.

1 A inserção da FJP no sistema estadual de planejamento durante o governo Rondon Pacheco

O início do governo de Rondon Pacheco foi marcado pela incerteza acerca da sobrevivência da FJP. Seu presidente e idealizador, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, deixou o cargo, ocupado interinamente por Paulo Valadares Versiani Caldeira, vice-presidente de pesquisa tecnológica. Nos seis meses em que ele exerceu a presidência, não ocorreram alterações na estrutura da FJP. Siqueira (2001, p.101) afirma que a instituição foi esvaziada nesse período e posta em quarentena. É fato que alguns pesquisadores retornaram a suas instituições de origem, especialmente para o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG) e o Conselho do Desenvolvimento Estadual (CED). No entanto, os documentos evidenciam a manutenção das atividades.

A despeito da mudança na gestão, o *Informe de Atividades* de setembro de 1970 a 1971 (FJP, 1971a) mostra uma gama expressiva de procedimentos no primeiro ano de operação da FJP. Merece atenção a edição de diversos trabalhos de pesquisa e estudos sobre a realidade econômica de Minas, com destaque para:

- *As Diretrizes para o Desenvolvimento Econômico e Social no Quinquênio 1971-1975*, documento de referência para a elaboração do *Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES)*, para o período 1972-1976 (MINAS GERAIS, 1971a).
- O *Programa de Reativação Industrial*, em parceria com a Secretaria da Fazenda, que identificou a existência de 609 indústrias paralisadas em Minas Gerais em 17 de junho de 1971 e orientou esforços para a recuperação de várias delas, como por exemplo, o Instituto Ezequiel Dias¹⁹.

Outro destaque foi a conclusão do plano do Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) e o início de sua implantação. Simultaneamente, observam-se avanços no processo de planejamento e implantação do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA). Além disso, lançou o primeiro número da *Revista Fundação JP* e preparou o segundo.

No *Informe de Atividades* de setembro de 1970 a 1971 (FJP, 1971a) é possível observar a transformação e a consolidação das vice-presidências em estruturas organizacionais: a Vice-Presidência encarregada de planejamento e pesquisas econômicas e sociais torna-se o Instituto de Pesquisa Econômico-Social (Ipes)²⁰; a encarregada do campo da pesquisa tecnológica passa a se chamar Setor de Tecnologia; por fim, a Vice-Presidência encarregada de racionalização administrativa torna-se o CDA, que começa a operar em 1972.

Em setembro de 1971, Luís de Oliveira Castro é designado presidente da FJP, dando início a uma nova fase da história da instituição. O novo presidente, engenheiro de minas que atuava pelo Indi na elaboração do *Plano para a Instalação de um Centro Tecnológico em Minas Gerais*, era pessoa

¹⁹ O Instituto Ezequiel Dias constituía-se de uma indústria farmacêutica e um laboratório de bromatologia, de propriedade do Governo do Estado. Em virtude de problemas de ordem financeira, encontrava-se semiparalisado. Ele é a origem da Fundação Ezequiel Dias (Funed), indústria farmacêutica mineira reconhecida nacional e internacionalmente por suas pesquisas tecnológicas (FJP, 1971a, p.12).

²⁰ A principal frente de trabalho do Ipes foi o convênio com o Conselho Estadual de Desenvolvimento, visando à definição de uma estratégia de desenvolvimento para Minas Gerais, que passou à alçada da Fundação João Pinheiro em 26 de outubro de 1970.

de confiança de Paulo José de Lima Vieira, secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e vice-presidente do CED.

O Sistema Estadual de Planejamento foi alvo de várias mudanças logo no início do governo Rondon Pacheco que afetaram a FJP de várias formas. Primeiramente, a instituição passa a ser vinculada diretamente ao CED. Entretanto, ganha um *status* diferente de outras entidades na mesma situação, sendo posta sob a supervisão direta do presidente do CED, o governador, e não do vice-presidente como nos demais casos. A finalidade da FJP é alterada, ela passa a ser “contribuir para a realização dos objetivos do Conselho Estadual de Desenvolvimento e pode ainda cooperar com o setor privado no que se relacione com tais objetivos” (MINAS GERAIS, 1971a, art. 25). Destaca-se também a mudança em suas competências, que não abrangem mais atividades como o processamento de dados por sistemas mecânicos, eletromecânicos e eletrônicos e serviços de geografia e de estatística.

Por fim, chama atenção a mudança na estrutura organizacional da FJP, com a extinção do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, além de alterações na composição do Conselho Curador que passou a ser presidido pelo vice-presidente do CED e secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Tinha ainda como membros natos os secretários de Estado do Governo, da Fazenda e da Agricultura, o superintendente da Indústria e do Comércio e os presidentes do BDMG e da Cemig. O Departamento Estadual de Estatística, o Departamento Geográfico do Estado²¹ e a Fundação Escritório Técnico de Racionalidade Administrativa (Etra) se desvinculam da FJP. Isso reflete a mudança na estrutura do CED: além de órgãos de assessoramento, ele passou a incluir órgãos de atividades auxiliares, entre os quais figuram o Instituto Estadual de Estatística e o Instituto de Geociências Aplicadas (IGA).

Várias mudanças destacadas evidenciam o fortalecimento do CED. Sua relação com a FJP foi estreitada por meio da vinculação dela a ele. Dessa forma, o governo aumentou seu controle sobre

²¹ Apesar da desvinculação ao regulamentar o CED, o governo Rondon mantém a cooperação da FJP com os órgãos originados desses departamentos. Por exemplo, no Decreto nº 14.323, de 4 fevereiro 1972, é estabelecido que a FJP participaria da elaboração dos planos e programas anuais do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), assim como comporia o Conselho de Coordenação Cartográfica.

a Fundação João Pinheiro. “A alteração substancial em sua competência [da FJP] procurou evitar o paralelismo de atribuições com o conselho, órgão superior de fixação da política econômica e social do governo” (FJP, 1979a, p.7). Essa alteração aponta para novas expectativas quanto ao papel da instituição no Sistema Estadual de Planejamento, deixando de ser uma instituição articuladora e coordenadora de instituições de pesquisa para tornar-se uma de pesquisa. Já quanto às suas áreas de atuação, observa-se maior foco no tripé economia, administração e tecnologia básica e social.

Os primeiros meses da gestão de Luís de Oliveira Castro são dedicados principalmente à reorganização da equipe de assessoria e gestão. Ainda em dezembro de 1971, são publicadas alterações na estrutura²², que passa a ter como seu órgão executivo a Presidência. A publicação do Decreto nº 14.323, de 4 de fevereiro de 1972, que regulamenta o CED, e a do Decreto nº 14.376, de 13 de março de 1972, que aprova o Estatuto da FJP, marcam o final da fase de instabilidade institucional. Essa estrutura se mantém sem alteração até 1975 (FJP, 1979a, p.8), abrindo caminho para a consolidação da FJP²³. Registra-se ainda que, em 1973, pelo Decreto nº 15.819, de 9 de dezembro de 1973, a FJP foi reconhecida como entidade de utilidade pública.

1.1 A consolidação da Fundação João Pinheiro como instituição de pesquisa no período 1972-1974

Pode-se afirmar que, a partir de março de 1972, a FJP entrou em um processo gradual de consolidação. Apesar de não se observarem alterações institucionais, a estrutura organizacional foi se adaptando, de forma a refletir a importância obtida pelas temáticas no seu portfólio de trabalhos. Para atender as necessidades efetivas, aderindo a um formato “mais funcional e adequado à natureza dos serviços que presta” (FJP, 1973a, p.9), foram criados diversos órgãos e subórgãos.

22 Lei nº 5.861, de 27 de dezembro de 1971.

23 O Estatuto da FJP aprovado nessa ocasião só foi revogado mais de 40 anos depois, em 20 de dezembro de 2003, pelo Decreto nº 43.707.

A filosofia que orientou a constituição da FJP se fundava na ideia de que o desenvolvimento repousa sobre o tripé racionalidade econômica, racionalidade administrativa e avanço tecnológico (FJP, 1979a, p.5). Ele se traduzia, respectivamente, no planejamento econômico e social, no esforço permanente de modernizar o aparelho estatal e as organizações privadas e no desenvolvimento de capacidades tecnológicas para a exploração e o aproveitamento corretos do *habitat* (FJP, 1979a).

É por meio desse tripé de desenvolvimento que se orienta a análise do processo de consolidação institucional apresentada a seguir.

1.1.1 O planejamento e a promoção do desenvolvimento econômico e social mineiro

O eixo de análise “planejamento e a promoção do desenvolvimento econômico-social mineiro” expressa o elemento racionalidade econômica da tríade sobre a qual a FJP foi estruturada (FJP, 1979a, p.5). Mola mestra do processo de desenvolvimento, o planejamento é tema essencial na consolidação da instituição e, portanto, foi objeto de trabalho de estruturas específicas no período 1970-1974.

Entre o final 1970 e o início de 1971, o Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipes)²⁴ foi a estrutura responsável por essa temática. Ele recebeu como responsabilidade a execução de convênios que o Banco de Desenvolvimento mantinha com o Conselho Estadual do Desenvolvimento e com a Secretaria da Fazenda [...]. Realizou assim diversos trabalhos, alguns ainda iniciados no Conselho Estadual do Desenvolvimento (CED) (FJP, 1979a, p.12).

²⁴ A primeira referência ao nome Ipes foi encontrada no *Informe: atividades set.70/set.71* (FJP, 1971a). Documentos anteriores, especialmente as atas de reunião do Conselho Curador e da Diretoria, não se referiam à Vice-Presidência e à Diretoria adjunta de Planejamento e Pesquisas Econômico-Sociais (Portaria FJP nº 8/1970, de 30 de novembro de 1970).

A relação direta do Ipes com o CED lhe conferiu um leque extremamente amplo de atividades e temáticas e uma forma particular de organização, orientada por programações²⁵. Suas quatro equipes técnicas dedicavam-se a: programação geral (estudos regionais e setoriais, contas regionais e indicadores de conjuntura); programação agropecuária e recursos naturais renováveis; programação industrial; e projetos (estudos transversais e de mercado). No período 1970-1971, o Ipes concluiu estudos sobre ensino primário, saúde e saneamento, transportes, indicações metodológicas para diagnóstico de equipamentos urbanos, diretrizes para aplicação de crédito rural, programas de desenvolvimento econômico e regional, instrumentos para promoção industrial exportação e importação e perspectivas de mercado para produtos específicos, como gusa (FJP, 1971a, p.4-8). O instituto elaborou também o programa de reativação industrial, iniciou pesquisa sobre indústrias paralisadas e definiu diretrizes para sua reativação. Por fim, merece atenção a criação de um banco de dados com a finalidade de viabilizar a obtenção de informações de maneira rápida, que permitissem ao sistema de planejamento superar o tradicional obstáculo representado pela inexistência ou inacessibilidade das estatísticas (FJP, 1979a, p.12).

Em outubro de 1971, a reorganização do Sistema Estadual de Planejamento reestruturou o Gabinete de Planejamento e Controle e provocou impactos sobre a organização interna da FJP, especialmente o Ipes. Tal fato, somado “à amplitude de áreas que cumpria ao instituto atender, recomendou, pouco mais de um ano após sua instalação, o desdobramento de suas atividades em setores novos” (FJP, 1979a, p.13). Assim, o Centro de Projetos de Desenvolvimento (CPD)²⁶ e o Centro de Estudos Econômicos e Urbanos (CEEU) foram criados em 1972.

O CPD cobria as áreas de assistência gerencial, fotointerpretação e projetos especiais. O setor de assistência gerencial foi o que ganhou maior proeminência. Em 1971, ficara evidente a

25 Decreto nº 14.323, de 4 de fevereiro de 1972, evidencia que o planejamento estadual era consolidado na programação de desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais. Por sua vez, ela era dividida em programações global (estadual), setoriais e regionais que orientavam a ação do Executivo.

26 O CPD foi criado em abril de 1972 (FJP, 1973b, p.2). Valternomem Coelho dos Santos foi designado seu superintendente pela Portaria nº 10/72, de 13 de abril de 1972.

necessidade de aprofundar estudos sobre a problemática das pequenas e médias empresas (FJP, 1971a, p.15).

No cenário nacional, essa temática também ganhara força. Reconhecendo a importância das empresas pequenas e médias no processo de desenvolvimento nacional, o governo brasileiro passou a se utilizar de uma série de instrumentos de política econômica para alcançar o fortalecimento dessas empresas, como a criação de linhas especiais de crédito. No entanto, constatou-se que somente a assistência financeira não era suficiente e que essas empresas necessitavam de apoio gerencial (FJP, 1973a, p.12). Nesse contexto, foi instituído o sistema brasileiro de assistência gerencial à empresa pequena e média, com a criação do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (Cebrae). Em Minas Gerais, o Banco de Desenvolvimento e a Fundação João Pinheiro foram escolhidos para compor a representação estadual do Cebrae, o que resultou na criação do Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais (Ceag-MG)²⁷.

No processo de constituição do Ceag-MG, a Fundação João Pinheiro encaminhou ao Ministério do Planejamento o documento *Programa Integrado de Assistência Técnica à Pequena e Média Empresa*, com o qual se credenciou para execução das tarefas a que se propunha o Ceag e viabilizou também o credenciamento do Cetec, responsável pela execução de um dos subprogramas.

Sob a rubrica projetos especiais, o CPD prestava assistência gerencial a empresas que não eram alvo do projeto com o Ceag-MG nas áreas de produção, administração e econômica e financeira. Deu assistência a diversas indústrias no estado e realizou pesquisas e projetos relevantes para as Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A. (Cemig) e o Centro de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa-MG), entre outros.

²⁷ O Ceag-MG é o hoje o Sebrae Minas. Teve sua primeira sede na Av. João Pinheiro, 146 – 9º andar. Foi constituído como sociedade civil sem fins lucrativos e tinha como fundadores o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro. Entre seus objetivos, destacam-se: a promoção e coordenação da ação dos diversos organismos relacionados com a atividade gerencial das empresas pequenas e médias, a promoção e o estímulo à adoção de técnicas de administração modernas e compatíveis com o seu porte e esquemas de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoal das pequenas e médias empresas.

Criado com a finalidade de possibilitar o reconhecimento de áreas grandes com eficiência e economia de tempo e recursos, o setor de fotointerpretação priorizou os levantamentos de informações básicas, necessárias à formulação de planos regionais.

Destacam-se os levantamentos realizados para o Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel), sobre os recursos naturais dos catorze municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, para o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Instituto Estadual de Florestas (IEF), sobre as formações vegetais da região do Cerrado e, para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sobre os recursos naturais para o Projeto Integrado de Colonização de Sagarana. (FJP,1979a,p.20).

Respondendo à expansão da demanda por informações qualificadas, geradas a partir da utilização de aerofotografias e de outros registros obtidos por sensores remotos, esse setor deu origem ao Centro de Recursos Naturais (CRN) já no final de 1973.

Por sua vez, o Centro de Estudos Econômicos e Urbanos (CEEU) foi criado também em 1972²⁸ para a realização de estudos, pesquisas e projetos nas áreas de economia e urbanismo. Sua existência foi breve. Em dezembro do mesmo ano, em decorrência do volume de trabalho, as duas áreas que o compunham foram desmembradas em dois novos centros (FJP,1973a, p.15).

Ao longo de 1972, a área de economia do CEEU dedicou-se à elaboração de programas de desenvolvimento (Triângulo Mineiro e Microrregião de Cataguases-Leopoldina), do Projeto de Reorganização Administrativa e Análise Mercadológica da Loteria do Estado de Minas Gerais (Lemg) e de estudos sobre o Sistema de Contas Nacionais e Regionais e à análise de conjuntura. Nesse último caso, várias ações projetaram a FJP nacionalmente. A primeira refere-se ao convênio com o Instituto de Planejamento Econômico-Social (Ipes)²⁹, do então Ministério do Planejamento (Miniplan), para reunir informações e análises do setor público estadual. A segunda é um estudo

28 A Portaria FJP nº 16/72, de 2 de maio de 1972, designa Álvaro Fortes Santiago seu superintendente.

29 Instituto de Planejamento Econômico-Social (Ipes), atual Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

sobre contas regionais para apuração do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais de 1971 e 1972 e um diagnóstico do comportamento da economia mineira. Por fim, a publicação do *Boletim de Conjuntura*, em convênio com o Ministério da Fazenda/Banco Central para a divulgação dos trabalhos realizados pelo Setor de Contas e de monografias e artigos especializados em assuntos econômicos.

Em 1973 e 1974, já como Centro de Economia Aplicada (CEA), a área de economia focou em trabalhos que poderiam fornecer insumos para o Sistema Estadual de Planejamento e produziu, especialmente, indicadores setoriais e regionais e dados conjunturais (FJP, 1974a, p.6). “Voltado para a produção, análise e divulgação de indicadores da conjuntura econômica mineira, abrangendo mercado de produtos, mercado financeiro, evolução dos negócios, finanças públicas, mercado de trabalho e mercado de preços” (FJP, 1974a, p.7), o *Boletim de Conjuntura* foi publicado mensalmente e ganhou destaque na literatura especializada do estado. A partir de julho de 1974, ele foi unificado com a revista da FJP, que passou a chamar-se *Revista da Fundação JP - Análise e Conjuntura*, publicada mensalmente, e não mais trimestralmente (FJP, 1975, p.5).

Também em 1973 e 1974, a equipe do CEA seguiu com a apuração do PIB de Minas Gerais 1971 e 1972³⁰ e passou a revisar o PIB 1960-1970 com o intuito de garantir uma série histórica consistente. Nesses anos, também foi planejada e iniciada a quantificação da estrutura setorial do emprego e o acompanhamento das contas do setor público. Já as assessorias realizadas foram vinculadas aos trabalhos realizados então na área de urbanismo junto aos governos do Acre e dos territórios de Roraima e Rondônia. Nesses dois territórios, foram focados os setores de saúde e educação.

Em 1972, o Instituto de Pesquisas e Projetos Urbanos (IPPU) era a área do CEEU especializada em urbanismo. O “crescimento rápido e desordenado das cidades passou a exigir a progressiva intervenção governamental” (FJP, 1979a, p. 21). Na esfera federal, o lançamento do Programa de Ação Concentrada (PAC) pelo Ministério do Interior (Minter) em 1969, contemplando as áreas de habitação, saneamento, assistência municipal e ação comunitária, representou novas oportunidades

30 Realizada em 1972.

para a FJP. No nível estadual, além de salientar a importância do planejamento urbanístico da Área Metropolitana de Belo Horizonte, o I PMDES também destacava a política de urbanização, enfatizando a importância do fortalecimento das cidades polo, da descentralização administrativa dos serviços públicos e do reforço do equipamento urbano. Assim, a conjunção das iniciativas federais e estaduais transformou a área de urbanismo em uma das mais importantes da FJP desde seu início.

Uma de suas primeiras ações e mais importantes nessa área foi o Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel). Em 30 de junho de 1971, foi assinado convênio entre o estado de Minas Gerais e os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte³¹. Nele se estabeleceram as “bases de cooperação entre o estado, por meio do CED, e os municípios convenientes, visando ao prosseguimento dos trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte” (FJP, 1974b, p.1). Com isso, cria-se um grupo executivo³² para elaborá-lo na FJP:

De sua instalação como grupo executivo localizado na Fundação João Pinheiro até o seu desligamento, decorrente da transformação em autarquia, o Plambel elaborou estudos específicos nas mais diversas áreas, consubstanciados em grandes conjuntos de relatórios que, de modo geral, apresentam contribuições nas áreas de desenvolvimento econômico e social, demografia, atuação das agências governamentais na região, condições do sítio natural, uso do solo urbano, infraestrutura urbana, transportes urbanos, habitação, plano de estruturas urbanas de região metropolitana e plano de ocupação do solo da área (FJP, 1979a, p.19).

A atuação do grupo executivo do Plambel na FJP se estendeu até que ele fosse instituído como autarquia em 30 de abril de 1974³³ e tivesse a seu cargo a realização dos trabalhos definidos para as áreas metropolitanas brasileiras na legislação federal (FJP, 1974b, p.12).

31 Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Santa Luzia e Vespasiano.

32 Durante sua existência na FJP, esse grupo foi coordenado por Gilson Assis Dayrell.

33 Lei nº 6303, de 30 de abril de 1974.

Nos seus primeiros meses de atuação, o IPPU engajou-se em outros trabalhos de grande repercussão. Foram iniciados estudos e planos de desenvolvimento urbano para diversas cidades mineiras e do extremo norte do país, mais especialmente em Roraima e no Amapá. Primeiramente, o Ministério do Interior contratou a realização de estudos e pesquisas para a formulação de um *Programa de Desenvolvimento Institucional do Território Federal de Roraima*. Ainda em 1972, foram celebrados contratos para estudos setoriais no Amapá e em Rondônia (FJP,1973a,p.8).

No final de 1972, com o desmembramento do CEEU, o IPPU deu origem ao Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU)³⁴, que só foi instituído formalmente em 1º de março de 1973³⁵. Em 1973 e 1974, o CDU esteve engajado no *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*, cujo objetivo era manter o patrimônio artístico e histórico das duas cidades e propiciar a elas condições de crescimento equilibrado (FJP, 1974a, p.10). O projeto foi financiado pelo Governo federal, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (Ministério da Educação e Cultura), pelo governo do estado, por meio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha), e pelas prefeituras de Ouro Preto e Mariana³⁶. Convém assinalar que esse foi um dos trabalhos mais abrangentes e notáveis do gênero já realizados no país, com repercussão internacional (FJP,1975,p.8).

Os trabalhos do CDU no norte do Brasil se estenderam a 1973 e 1974, quando foram realizados planos de desenvolvimento urbano para municípios de Roraima (Boa Vista e Caracarái) e Amapá (Macapá). Na esfera estadual, destacam-se diversos trabalhos que responderam à estratégia de desenvolvimento estadual, como o *Programa de Desenvolvimento Urbano para Minas Gerais*, realizado em cooperação com o BDMG em 1973, o *Projeto da Companhia Urbanizadora de Juiz de Fora* e os estudos sobre as diretrizes de desenvolvimento da microrregião do Vale do Aço.

34 Teodoro Alves Lamounier foi designado superintendente do CDU na data de sua instituição, em 1º de março de 1973, pela Portaria FJP nº 8/1973.

35 Portaria FJP nº 7/1973.

36 O plano foi contratado de fato somente em dezembro de 1973.

1.1.2 O esforço permanente de modernizar o aparelho estatal e as organizações privadas

No processo de concepção da FJP, fez-se evidente que a concretização do planejamento dependia da existência de competências gerenciais tanto no setor público como no privado. A criação do Centro de Desenvolvimento em Administração “Paulo Camillo de Oliveira Penna” (CDA) tinha como objetivo possibilitar a correção de deficiências administrativas, traduzindo o empenho do governo de evidenciar a importância do desenvolvimento de pessoas no processo de crescimento econômico e social (FJP, 1979a, p.13).

Constituído em 1971, a partir do assessoramento da Universidade de Columbia³⁷, o CDA³⁸ começou a atuar em 1972 e tinha como atividades principais o curso de pós-graduação e programas de treinamento para executivos. Diferentemente da previsão inicial, suas atividades contemplavam tanto o setor público como o privado. Para garantir a viabilidade do CDA e a disponibilidade de professores e material de ensino, foram estabelecidos contatos com universidades em Minas Gerais e em outros estados brasileiros. Dessas parcerias, destacam-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), também de São Paulo.

O primeiro programa foi ofertado em janeiro de 1972, em Araxá, no formato de um curso em tempo integral para executivos de alto nível com a participação de diversos professores de Columbia. Nesse mesmo ano, foram oferecidos outros seis cursos de curta duração com as seguintes temáticas: análise e pesquisa de mercado, *marketing* e *marketing* internacional; administração financeira, análise financeira e controle administrativo.

37 Os primeiros contatos com a Universidade de Columbia se deram ainda em 1970, tendo sido impulsionados pela visita do vice-presidente da FJP, Raimundo Nonato de Castro, a essa universidade no final do ano com o intuito avaliar suas competências e capacidade de apoiar a FJP no desenho e na oferta de cursos para altos executivos. O contrato com a universidade foi assinado em maio de 1971, Deão Associado Garland Chester Owens tendo sido designado para trabalhar em Belo Horizonte (FJP, 1971a, p.29)

38 Inicialmente as atividades de ensino foram conduzidas pelo Centro de Ensino, criado em março de 1971 e sob responsabilidade do diretor-adjunto, Cornélio Octávio Pinheiro Pimenta, designado pela Portaria FJP nº 12/1971, de 4 de março de 1971.

Para formar um corpo especializado de pessoal, ainda em 1972, a FJP enviou oito técnicos para se especializarem na Universidade de Columbia e na Fundação Getúlio Vargas (FJP, 1973a, p.12). A perspectiva de que a escassez de recursos humanos devidamente treinados nos níveis mais elevados limitasse o processo de desenvolvimento mineiro e brasileiro elevou as expectativas de crescimento do CDA. Nesse ano, destaca-se também a aquisição de novas instalações, adequadas aos trabalhos didáticos conduzidos pelo CDA, na região da Pampulha, onde também funcionou provisoriamente o Cetec.

Em 1973, além dos cursos em administração, de *marketing* e política e estratégia empresarial para altos executivos, foram oferecidos também os de comportamento organizacional e administração e tecnologia de frigoríficos (FJP, 1974, p.5) e de métodos quantitativos aplicados à administração de empresas. Foi organizado o *Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional*. Nesse ano também é ofertado o primeiro *Curso de Especialização em Administração* (CEA), com duração de 12 meses.

Ainda em 1973, observa-se que o CDA começa a ganhar expressão nacional ao assinar convênio com o Ministério do Planejamento para execução do Programa Nacional de Treinamento Executivo. Seu objetivo era “proporcionar treinamento a altos executivos e elementos de *staff*, responsáveis diretos pela formulação da política de suas respectivas organizações” (FJP, 1974a, p.6), com destaque para o convênio com o Cebrae/Ceag.

Em 1974, o CDA iniciou duas novas turmas do CEA e os cursos de curta duração se estenderam a novas temáticas como: desenvolvimento organizacional e *underwriting* e análise de informações para decisões de investimento. O *Programa de Política e Estratégia Empresarial para Altos Executivos* chegou a sua sétima edição, em turma na qual 62% dos participantes eram de outros estados brasileiros (FJP, 1975, p.3). A demanda para formação de altos executivos estimulou outras iniciativas para esse público, como a *Executive Appreciation Session* e o *Seminário para Altos Executivos de Bancos e Instituições Financeiras*.

A relação do CDA com o sistema empresarial e seu compromisso com resultados expressaram-se, também, na manutenção de um escritório para promover a colocação de seus graduados, o *placement office*. Ele pretendia ainda acompanhar de perto o desenvolvimento dos ex-alunos do centro.

Por fim, dada a natureza de suas ações e de seu principal público, cabe notar que as atividades do CDA eram autofinanciadas ou necessitavam de pequeno suporte financeiro. Em alguns casos, ele era auferido por meio de acordos com outros organismos interessados. O Relatório da FJP de 1974 (FJP, 1975, p.2) mostrou o potencial econômico dessa área de atuação específica. Em seus primeiros três anos de atuação, o CDA se consolidou como um centro importante da FJP e um dos principais espaços brasileiros para o aperfeiçoamento de pessoal destinado a ocupar posições de relevo nas administrações governamentais e em empresas privadas, contribuindo, assim, para a consolidação da imagem da instituição.

1.1.3 O desenvolvimento de capacidades tecnológicas em Minas Gerais

Dada sua importância no desenvolvimento do estado e a especificidade dos assuntos que lhe são afetos, a evolução da temática “tecnologia” na FJP foi diferenciada (FJP, 1979a, p.17). Logo após sua instauração, foi definida a criação de uma entidade dedicada exclusivamente ao setor tecnológico, na época de tratamento prioritário tanto no âmbito federal como no estadual, o que poderia viabilizar a implantação acelerada de um centro de tecnologia (FJP, 1973a, p.2).

Providências técnicas e administrativas iniciais para a instauração do centro tecnológico foram tomadas pela FJP já em 1970, quando seu plano de instalação e implementação foi objeto de trabalho do grupo formado por técnicos do Setor de Tecnologia da FJP e do Indi, assessorados pela empresa Arthur D. Little Inc., de Cambridge, Estados Unidos. No final de 1971³⁹, sua instalação e implementação se mostravam prementes.

39 Ata da Sessão do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro de 27 de dezembro de 1971.

Em março de 1972, foi instituída a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec-MG)⁴⁰, instalada provisoriamente no prédio da Pampulha⁴¹. Imediatamente, alguns funcionários da FJP foram postos à disposição do Cetec⁴², o que significou o fim do Setor de Tecnologia da FJP. Ao financiamento de cinco milhões de dólares obtido no âmbito do Programa de Ciência e Tecnologia/Miniplan/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) se somou a contrapartida do estado de Minas Gerais, outros cinco milhões de dólares, para cobrir os custos de instalação e operação do Cetec de 1972 a 1974 (FJP,1971b,p.27).

Sucessor do antigo Instituto de Tecnologia, extinto em 1973⁴³, o Cetec representou o primeiro fruto da expansão natural da Fundação João Pinheiro (FJP, 1979a, p.16). Tinha como dirigente o presidente da FJP, e suas pesquisas se orientaram no sentido de:

imprimir desenvolvimento e aperfeiçoamento dos produtos fabricados na região, sem descurar de novos produtos e novos processos. Considerando o potencial econômico de Minas Gerais o Cetec passou a dedicar maior parcela de seu esforço às áreas de mineração, metalurgia, minerais não-metálicos, tecnologia de alimentos de origem animal e engenharia ambiental (FJP,1979a,p.18).

Para ativar a capacidade de pesquisa aplicada existente em Minas Gerais, o Cetec manteve cooperação mediante contratos ou subcontratos de pesquisa (FJP, 1979a) com o Instituto Costa Sena da Fundação Gorceix, da Escola de Minas e Metalurgia da Universidade Federal de Ouro Preto, a Escola de Engenharia, da Universidade Federal de Minas Gerais e o Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR), nesse último caso, em convênio com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

40 Ata da Sessão do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro de 20 de março de 1972. A escritura foi lavrada em cartório em 29 de março de 1972.

41 Adquirido pela FJP em 1972, o prédio da Pampulha foi a antiga Escola Bancária do Banco da Lavoura, como evidencia a Ata da Sessão do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro de 27 de dezembro de 1971. O Cetec e a gráfica foram os primeiros ocupantes do prédio.

42 A equipe inicial do Cetec também contaria com pessoal do Indi, segundo ata da sessão do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro de 27 de dezembro de 1971' e 'Plano para Instalação de um Centro Tecnológico em Minas Gerais' (FJP,1971b).

43 Decreto n° 15.211, de 30 de janeiro de 1973.

Em todo o governo Rondon Pacheco, o Cetec desenvolveu suas atividades estreitamente vinculado à FJP e ao Indi⁴⁴ como evidencia o Esquema de Trabalho Integrado (ETI) no setor de geologia, mineração e transformação de minérios, instituído pelo Decreto n° 15.289, de 26 fevereiro de 1973.

2 Do governo Aureliano Chaves ao início do governo Francelino Pereira: nova concepção do sistema de planejamento, novos desígnios

O início do governo Aureliano Chaves, em 15 de março de 1975, marca também o início de um novo período na história da FJP. Nomeado presidente em março, logo após a instalação do novo governo⁴⁵, José Israel Vargas não hesita em imprimir na FJP o papel que lhe caberia no novo governo. Na semana seguinte à sua nomeação, cria o Conselho Diretor, subordinado à Presidência⁴⁶. Composto por quatro diretorias – Planejamento, Programas Públicos, Tecnologia e Meio-Ambiente e Ciência – o conselho aponta para mudanças nas atribuições da FJP, institucionalizadas pelo Governo estadual, posteriormente, mediante os decretos n° 17.112, n° 17.113 e n° 17.114, os três de 22 de abril de 1975.

O Decreto n° 17.112 estabelece que o Conselho de Desenvolvimento Econômico, ao qual a FJP era vinculada, passa a se chamar Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Além de assumir as atribuições do CED, a nova secretaria recebe outras responsabilidades, entre as quais destacam-se a coordenação do Sistema de Planejamento, o orçamento e a modernização administrativa, as medidas relativas à política de desenvolvimento econômico e social do estado e a política de desenvolvimento científico e tecnológico. A vinculação da FJP à secretaria é confirmada pelo Decreto n° 17.113, artigo 5.

44 Em 1971, o Indi passa a integrar a estrutura da Superintendência da Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Minas Gerais (Lei n° 5.792, de 8 de outubro de 1971), fazendo parte do Sistema Operacional de Indústria, Comércio e Turismo. Sua presença cada vez maior na captação de investimentos, por meio de seus estudos de viabilidade e assistência técnica, fortaleceu elo do Indi com o BDMG. A FJP deixou de ser sua mantenedora em 1974.

45 Sua nomeação se deu em 19 de março de 1975 (FJP, 1979a, p.9).

46 Portaria FJP n° 14/1975, de 26 de março de 1975. Revogada e atualizada pela Portaria n° 23/75, de 14 de maio de 1975.

Para a Fundação João Pinheiro, a grande mudança promovida pelo Decreto nº 17.112 foi a inclusão de um novo objetivo para a instituição: o planejamento, a instalação, a coordenação e o controle das atividades de desenvolvimento e aplicações de conhecimentos científicos e tecnológicos, inclusive os relativos ao meio ambiente, em Minas Gerais (art. 17). Seriam por ela coordenadas as atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia básica e social, de competência de órgãos e entidades da administração pública estadual e das fundações criadas ou sob a administração do Estado⁴⁷. Dessa forma, a FJP reassume a função de coordenação e articulação e um papel chave no desenvolvimento tecnológico do estado, aproximando-se do papel daquilo para que fora idealizada em 1969. Observa-se que, no novo modelo, a articulação das entidades e dos órgãos seria feita pelo Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia, coordenado pelo presidente da FJP⁴⁸.

Tais mudanças apontavam para um papel de mais prestígio para a instituição no governo Aureliano Chaves. As capacidades e competências desenvolvidas ao longo dos seus primeiros quatro anos de operação tinham fortalecido sua imagem dentro e fora do estado.

O relatório de atividades do exercício 1975 (FJP, 1976, p.3-4) mostra que, na época, continuava operando a Secretaria Geral, o Centro de Desenvolvimento em Administração, o Centro de Desenvolvimento Urbano e o Centro de Recursos Naturais. No entanto, o Centro de Economia Aplicada foi extinto, e seu pessoal, incorporado ao Instituto Estadual de Estatística. A criação da Diretoria de Ciência não se concretizou.

Durante 1976, os centros remanescentes são ligados às diretorias da seguinte forma: à Diretoria de Planejamento se liga o Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU); à Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente se liga o Centro de Recursos Naturais (CRN); à Diretoria de Programas Públicos se liga o Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA). Essa nova estrutura vigora até o início de 1977.

47 Em outras palavras, entidades e órgãos envolvidos com o desenvolvimento da pesquisa pura e aplicada.

48 O Decreto nº 17.114, de 22 de abril de 1975, dispõe sobre o Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia.

No governo Aureliano Chaves, 1977 foi um divisor de águas na trajetória da FJP. Em 12 de janeiro, José Israel Vargas deixa o cargo de presidente, ocupado interinamente por Hélio Braz de Oliveira Marques até a nomeação de Antônio Octávio Cintra em 26 de janeiro de 1977. A mudança de presidente é concomitante com a mudança do *status* da FJP na estrutura do Governo estadual, ocorrida com a nova orientação do Sistema Estadual de Planejamento.

Com o Decreto nº 18.406, de 4 de março de 1977, o governo reorganiza a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação e integra as atividades de planejamento, orçamento e modernização da administração pública do Estado no Sistema Estadual de Planejamento. A FJP figura na nova estrutura como entidade vinculada à secretaria e unidade de suporte técnico ao sistema.

Na mesma data, o Decreto nº 18.407 institui e estabelece a composição do Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia. Esse novo sistema tinha como órgão central a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, criada em dezembro de 1976⁴⁹. Isso resultou na transferência da competência e de atribuições de outros órgãos ou entidades da área de ciência e tecnologia para a nova secretaria, o que, no caso da FJP, provocou a extinção da Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente e a absorção pela secretaria dos aproximadamente 60 técnicos e 33 funcionários administrativos que integravam a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) (FJP, 1978, p.4).

Essas mudanças marcam o início de um novo momento da FJP no governo Aureliano Chaves. Suas atividades se concentraram nas áreas de planejamento regional (Diretoria de Planejamento), planejamento microrregional e urbano (Centro de Desenvolvimento Urbano)⁵⁰, setor público (Diretoria de Programas Públicos) e recursos humanos (Centro de Desenvolvimento em Administração). Essas diretrizes e as estruturas a elas correspondentes se mantêm até o final desse governo.

⁴⁹ Criada em 16 de dezembro de 1976 pela Lei nº 6.953.

⁵⁰ O CDU e o CDA são elevados ao nível de diretoria pela Portaria FJP nº 3/77, de 16 de dezembro de 1977.

As atividades desenvolvidas pela Fundação João Pinheiro durante o governo Aureliano Chaves permitiram que ela seguisse contribuindo com o processo de desenvolvimento mineiro. A despeito das mudanças pelas quais passou no período, com sua integração ao Sistema Estadual de Planejamento, continuou a atuar em três eixos: racionalidade econômica, racionalidade administrativa e avanço tecnológico.

2.1 O planejamento e a promoção do desenvolvimento econômico-social

O eixo econômico e social é aquele em torno do qual se processaram as maiores mudanças na ação da FJP quando se comparam os governos de Rondon Pacheco e Aureliano Chaves. Se no primeiro ocorreu um processo de desdobramento temático, marcado pela gradual constituição de novos centros à medida que a instituição se especializava em novas temáticas, no segundo observa-se estabilidade quanto às estruturas e temáticas tratadas, definidas logo no início de 1975.

Três áreas da FJP situavam-se nesse eixo: a Diretoria de Programas Públicos, a Diretoria de Planejamento e o Centro de Desenvolvimento Urbano. As duas primeiras foram criadas logo que José Israel Vargas assumiu a Presidência. Já o CDU foi mantido na reorganização da FJP em 1975, evidenciando a importância do planejamento urbano no processo de desenvolvimento e a importância da FJP nesse setor em Minas Gerais e no país.

Criada em 1975, a DPP era a unidade encarregada dos estudos nas áreas social e institucional para apoiar o Sistema Estadual de Planejamento. Sua equipe era especializada em demografia, saúde, educação, recursos humanos (FJP, 1978, p.26) e sua ação, organizada em setores: recursos humanos, planos regionais e setor público. O setor de recursos humanos dedicava-se à análise da disponibilidade de mão de obra, evidenciando restrições quantitativas e qualitativas na força de trabalho e estudando fluxos migratórios. Nos planos regionais e nos projetos de desenvolvimento urbano do CDU atuava nos aspectos social e institucional. Por fim, no setor público, dedicou-se à análise institucional de

sistemas operacionais estaduais e a projetos de fusões de instituições públicas, com destaque para os projetos para o sistema de saúde mineiro, a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem) e trabalhos relacionados com o direito do consumidor. Suas frentes de trabalho no desenvolvimento social, emprego e trabalho e modernização administrativa fortaleceram-se ao longo da gestão.

No caso da temática relacionada com a modernização administrativa, destaca-se que, em 1977, a FJP criou o Programa de Modernização Administrativa (Promor) como instrumento de apoio técnico à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (Seplan-MG). A finalidade básica era coordenar e controlar atividades e projetos de desenvolvimento organizacional, de reforma e modernização administrativa. O Promor teve coordenação própria⁵¹ diretamente subordinada à Presidência da FJP, centralizando os diversos projetos de modernização administrativa realizados.

Dessa forma, ao final de 1978, a DPP foi organizada em três coordenadorias⁵²: Programas Emprego e Trabalho, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Regional. Tal estrutura evidenciava que a temática modernização administrativa passara a ser objeto específico de outra área. A despeito de não atuar mais em assessoria dessa natureza, a DPP realizou estudos metodológicos a respeito da modernização do setor público em 1978, estudo sobre os esforços de reforma e modernização administrativa de Minas Gerais a partir de 1960 e estudo das funções do Estado e do grau de suficiência de recursos financeiros necessários às despesas decorrentes do exercício dessas funções.

Também criada em 1975, a Diretoria de Planejamento teve como principal atribuição o planejamento regional, traduzido, basicamente, em planos regionais de desenvolvimento integrado. Sua criação significou a retomada da temática do planejamento na instituição, contudo sob nova perspectiva, a da abordagem regional. O foco regional coadunava com a preocupação expressa no *II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (II PMDES)*: promover o desenvolvimento de áreas problema, atenuando os desequilíbrios regionais de Minas Gerais em termos físicos, econômicos e sociais.

51 Portaria FJP nº 23/73, de 8 de agosto de 1977.

52 Portaria FJP nº 28/78, de 6 de outubro de 1978.

A ação na área de planejamento se pautou pelo reconhecimento de que um estado com as dimensões de Minas Gerais não poderia ser tratado de forma homogênea. “É preciso respeitar as diferenças regionais acentuadas e, portanto, tratar isoladamente cada região que apresente características homogêneas” (FJP, 1976, p.5). Nesse sentido, orientou sua atuação para as seguintes regiões do estado: área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Vale do Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Sul de Minas. Essa diretriz marcou sua atividade durante todo o período 1975-1978.

Para cumprir com seu objetivo, a Diretoria de Planejamento atuou de forma a coordenar órgãos e entidades da administração direta e indireta, sob a orientação da Seplan MG. O aspecto multidisciplinar do planejamento regional exigiu também uma intensa interação com as demais diretorias da FJP, especialmente a Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente (DTMA) e a DPP.

Em 1976, o foco foram os levantamentos preliminares de recursos naturais nas quatro regiões indicadas. Em 1977, os projetos em desenvolvimento eram três: *Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroestes de Minas Gerais, Planoroeste II e Planejamento do Desenvolvimento do Sul de Minas*. Em 1978, além desses, estavam em andamento o *Plano de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília* e o *Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas*.

Simultaneamente aos planos regionais, essa diretoria ampliou suas ações realizando estudos especiais de interesse geral da economia do estado e programas especiais de desenvolvimento de caráter nacional (FJP, 1979a, p.4).

Criado na gestão anterior, o Centro de Desenvolvimento Urbano é mantido no processo de reorganização da Fundação realizado em 1975 por José Israel Vargas. Assim como o CDA, o centro é uma evidência do processo de consolidação e projeção estadual e nacional da instituição. Em 1975, continuava atuando no norte do país, mais especificamente no Amapá, onde dedicava-se ao *Plano Diretor de Porto Grande*. A qualidade técnica do trabalho sobre Ouro Preto e Mariana propiciou o

surgimento de novas demandas no município de Ouro Preto (Plano de Expansão da Universidade Federal de Ouro Preto), e em uma área nova, a de bens culturais.

Ainda em 1975, atendendo a nova orientação institucional, a FJP passou a se dedicar mais a projetos de interesse da Seplan MG (FJP, 1976, p. 22): formulação de políticas estaduais de planejamento do desenvolvimento urbano para polos regionais, centros médios, núcleos afetados pela implantação de grandes projetos, cidades históricas e estâncias; programas especiais ligados ao desenvolvimento urbano, notadamente estudos sobre centros sociais urbanos e habitação popular; apoio ao planejamento estadual no campo do desenvolvimento urbano e articulação com o planejamento municipal.

Em 1976, o CDU foi integrado à Diretoria de Planejamento, reforçando o foco nos projetos de interesse da Seplan MG. Destacam-se a coordenação da implantação em Minas Gerais do *Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos*, o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento de microrregiões diversas e o estudo de possibilidades de adaptação e aproveitamento do cassino de Lambari.

Já em 1977, o CDU volta a ter o *status* de diretoria, e suas atividades foram organizadas em torno de quatro eixos: a política estadual de desenvolvimento urbano; o laboratório de planejamento urbano; a assessoria técnica aos municípios em planejamento urbano e a assessoria técnica ao sistema estadual de planejamento. Seus principais projetos e estudos desenvolvidos nos dois últimos anos do governo Aureliano Chaves estavam incluídos em quatro programas: Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, Programa de Desenvolvimento Urbano, Programa de Cidades Históricas e Programas Especiais. A ação do CDU nos municípios levou o nome da FJP para todas as partes do estado.

2.2 A formação de recursos humanos como estratégia de desenvolvimento

Consolidado ao longo da gestão anterior, o CDA deu continuidade ao processo de expansão de suas atividades. Continuaram sendo executados convênios na esfera de atuação do *Programa Nacional de Treinamento de Executivos* e os trabalhos para o Ceag-MG. A oferta do Curso de Especialização em Administração (CEA) manteve-se em bases anuais.

No entanto, resultado do novo processo de industrialização, a mudança no ambiente de negócios provocou uma reavaliação da estratégia adotada pelo CDA em seu primeiro quinquênio de existência. A análise dos dados possibilitou a identificação do deslocamento da demanda de cursos abertos para os fechados, do interesse em cursos de desenvolvimento de executivos para cursos de desenvolvimento das empresas que conjugavam aulas e consultorias, com foco no desenvolvimento tecnológico da área de administração (FJP,1979a).

Em 1976, o CDA elaborou um programa de pesquisas para o biênio 1976-1977 com o intuito de “constituir um ponto de interação entre as ideias e metodologias de pesquisadores pertencentes ao mundo acadêmico e as necessidades e os interesses de executivos” (FJP,1977, p.134). Esse foi um passo em direção à reformulação de seus objetivos (FJP, 1978, p.28), quando, em 1977, passou a estruturar sua ação em três eixos: ensino, pesquisa e consultoria. No período, destaca-se a realização de duas pesquisas. A primeira, *Avaliação das Necessidades para o Desenvolvimento Gerencial: Análise Transversal do Setor Privado em Minas Gerais*. A segunda, *Desenho de Metodologia para a Formação de Recursos Humanos na Área de Sistemas de Informação*. Ambas ilustram os esforços do centro para se manter à frente em seu setor de atuação.

Em 1978, observa-se o aumento da oferta de cursos fechados, o delineamento de programas para segmentos específicos e a exploração de novos mercados, especialmente o treinamento para executivos latino-americanos (FJP,1979a, p.66). Esse último caso mostra a consolidação do CDA como umas das principais instituições brasileiras de treinamento gerencial.

2.3 A reinserção da área de tecnologia na pauta da FJP

Ao final do governo Rondon Pacheco, a atuação da FJP na área tecnológica se dava principalmente por intermédio do Cetec. Ao responsabilizar a FJP pela coordenação do Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia, o governo Aureliano Chaves reinsere a temática em sua agenda de pesquisas. Nos quase dois anos em que se manteve nessa posição, as atividades foram conduzidas primordialmente pela DTMA, cuja principal atribuição era coordenar a formulação e a proposição de programas estaduais de pesquisa tecnológica e de proteção ao meio ambiente. Fator decisivo para a criação da DTMA foi o “fato de a tecnologia ter sido objeto de trabalho de diversos órgãos, estanques e sem coordenação central, o que chegou a causar em passado recente a duplicação de trabalhos, com conseqüente custo elevado” (FJP, 1976, 11).

À DTMA coube a implantação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente e a atuação na promoção do desenvolvimento tecnológico nas seguintes áreas: pesquisa fundamental; tecnologia industrial; tecnologia agropecuária; transportes; informação científica e tecnológica; incentivos à ciência e tecnologia e recursos humanos para ciência e tecnologia. Se se somar o meio-ambiente aos temas anteriores, eram nove frentes de atuação. Elas foram relacionadas no *Segundo Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES II)*, lançado em 1976. Geraram por volta de 150 projetos de duração variável (FJP, 1977, p.9). O planejamento, acompanhamento e controle desses projetos proporcionariam a organização e o melhor funcionamento do sistema estadual.

As ações da DTMA assumiram basicamente duas formas: o planejamento global de cada área anteriormente citada e a colaboração na elaboração de planos regionais por intermédio da elaboração de projetos de desenvolvimento tecnológico e de proteção ambiental. Nesse último viés, a DTMA atuou junto com a Diretoria de Planejamento em vários planos regionais, como o *Programa Integrado para a Área Mineira da Sudene* e o *Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais (Planoroeste II)*.

Além do PMDES II, as seguintes políticas também direcionavam o trabalho da diretoria: a integração ao modelo de desenvolvimento científico e tecnológico nacional e a contribuição com a sua implementação, a racionalização do aproveitamento dos recursos naturais, o desenvolvimento de novas fontes energéticas e a promoção da internalização do meio ambiente em todos os níveis de decisão.

Em 1976, o Centro de Recursos Naturais foi integrado à DTMA. Em 1975, o CRN ainda estava atuando em Rondônia e no Acre. No primeiro, dedicava-se ao *Projeto Levantamento de Solos, da Aptidão Agropastoril dos Solos e Inventário Florestal*, contratado pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco). No segundo, produziu estudos referentes aos recursos naturais e à agropecuária do *Plano Básico do Desenvolvimento Econômico e Social do Acre*, contratado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Os levantamentos de recursos naturais continuaram em 1976. São exemplos os trabalhos no *Planoroeste II* e nas áreas de carvoejamento de Minas Gerais, além dos levantamentos preliminares de parte dos planos regionais (FJP, 1977, p.31).

Com a saída do Cetec da órbita da FJP, a criação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e a instituição do Sistema Operacional de Ciência e Tecnologia representaram o afastamento da FJP da temática.

3 A manutenção da Presidência da FJP no primeiro ano do governo Francelino Pereira

Em 15 de março de 1979, na mesma data em que Aureliano Chaves assume a vice-presidência do país, Francelino Pereira toma posse como governador de Minas Gerais⁵³. Diferentemente do ocorrido nas outras duas mudanças de governo mencionadas, o presidente da FJP foi mantido

⁵³ Seu governo se estende até 15 de março 1983.

em seu cargo. Antônio Octávio Cintra permaneceu até março de 1980. Mantiveram-se também a vinculação da Fundação à Seplan MG e seu papel de unidade de suporte técnico do Sistema Estadual de Planejamento.

Em 1979, a FJP deu sequência ao desenvolvimento de trabalhos nas áreas de planejamento regional, microrregional e urbano, de desenvolvimento organizacional, de análise das políticas públicas e de formação de recursos humanos para os setores público e privado (FJP,1980, p.4).

No plano organizacional, fato digno de menção é a modificação realizada em sua estrutura orgânica em abril de 1979⁵⁴. O Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) e a Diretoria de Programas Públicos (DPP) se fundem para formar a Diretoria de Planejamento Social e Urbano (DPSU). A mudança foi amparada na afinidade de propósitos do CDU e da DPP, ambos voltados para o estudo de comunidades e a elaboração de planos de desenvolvimento social. Segundo o *Relatório de Atividades do Exercício de 1979* (FJP,1980), a fusão buscava aproveitar melhor a capacidade técnica disponível na FJP.

A DPSU tinha como atribuições a formulação de políticas públicas relacionadas com os temas de desenvolvimento social e urbano. Era integrada por quatro coordenadorias: Emprego e Trabalho, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Social Regional e Estudos e Planos Urbanos. Entre os programas do CDU, o único não transferido para a DPSU foi o *Programa de Cidades Históricas*, que passou para a responsabilidade da Assessoria Técnica da Presidência (ATP). Sua criação e sua estrutura foram os primeiros sinais da inserção de um novo objetivo para a FJP: “a realização de projetos, programas e estudos que visem ao atendimento dos segmentos carentes da população, tanto no âmbito urbano quanto no rural, identificando criteriosamente os beneficiários desses programas” (FJP,1979b).

No início do governo Francelino Pereira, o desenvolvimento social ganha uma proeminência não observada nas gestões que lhe antecederam na década de 1970. Essa nova orientação é

⁵⁴ Portaria n° 021A/79, de 17 de abril de 1979.

formalizada ainda em 1979, com a instituição do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (Prodecom), cuja finalidade era “estimular projetos de caráter comunitário sob a forma de financiamento a fundo perdido e de prestação de serviços pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social” (MINAS GERAIS, 1979). A FJP foi uma das instituições que compuseram seu Conselho Deliberativo. Inicia-se assim uma nova fase da participação da FJP no desenvolvimento mineiro.

4 Considerações finais

A trajetória da Fundação João Pinheiro entre 1971 e 1979 evidencia que as mudanças de governos ocorridas no período promoveram transformações na compreensão da dinâmica de promoção do desenvolvimento e no papel da instituição nesse processo.

Orientador de sua criação e organização inicial, o tripé economia, administração e tecnologia básica e social vai se mostrar presente nas várias configurações institucionais da FJP ao longo da década. No entanto, as incertezas quanto a seu papel no setor de tecnologia acompanham-na em todas as fases. Nessa história, a tecnologia foi uma área marcada pela descontinuidade. No polo oposto, está a área de administração, marcada por um processo contínuo de amadurecimento. Concebido a partir de diagnóstico cuidadoso, o Centro Desenvolvimento em Administração (CDA) mostrou capacidade de reconhecer alterações nas demandas governamentais e empresariais e de se adaptar a elas. Em face das fragilidades e da necessidade de modernização da gestão das empresas e do setor público, ele se transformou em um dos principais ativos da FJP.

Quanto à área econômica e social, observa-se que a amplitude e complexidade da temática se mostram na multiplicidade de estruturas a ela dedicadas. Na área, estruturas dividiram-se dando origem a composições mais especializadas: do Instituto de Pesquisa Econômico-Social (Ipes) nasce o Centro de Projetos de Desenvolvimento (CPD) e dele se originou o Centro de Recursos Naturais (CRN). Nasce também do Ipes o Centro de Estudos Econômicos e Urbanos (CEEU). Dele se originam

o Centro de Economia Aplicada (CEA) e o Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU). Juntamente com o CDA, o CDU figura como uma das estruturas mais sólidas da FJP no período. Em sua resiliência revela-se a importância do desenvolvimento local. As atividades do CDU possibilitaram a expansão de atividades em duas outras áreas: cultura e desenvolvimento social.

A história da Fundação João Pinheiro também mostra que temáticas por ela consolidadas muitas vezes se fortaleceram e migraram para outras instituições. No período compreendido entre 1973 e 1979, várias das estruturas operacionais implantadas pela FJP deram origem a órgãos que posteriormente assumiram vida própria e independente. A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) foi o primeiro fruto da expansão da FJP. Também se transformaram em instituições autônomas: o grupo de pesquisa econômica e estatística que originou a Superintendência de Estatística e Informação (SEI), órgão da administração direta da Seplan MG; o grupo de planejamento metropolitano, transformado na autarquia Superintendência do Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel); o grupo de consultoria a empresas pequenas e médias que deu origem ao Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (Ceag MG) e o Grupo Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente, transformado na Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

Outro papel relevante exercido pela FJP nos anos 1970 foi criar, adaptar e aperfeiçoar metodologias em várias áreas, com destaque para o planejamento regional e urbano e para a modernização administrativa. Sua história também mostra que o processo de consolidação e projeção alcançados exigiu que ela aprimorasse sua própria gestão, aplicando ferramentas gerenciais de ponta na época.

Cabe por fim dizer que uma instituição que se propõe a apoiar o processo de planejamento e desenvolvimento deve tornar-se apta a entender que o conceito de desenvolvimento e o de promoção do desenvolvimento são interpretados e compreendidos de forma distinta e que a mudança faz parte de seu DNA. A mudança é uma necessidade constante, e não um problema quando há capacidade

de inovar. Assim, conhecer a história da FJP na década de 1970 permite entender as raízes que a sustentam e nutrem nos anos que se seguem, garantindo sua existência por cinquenta anos.

Referências

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fundação João Pinheiro**: notícia histórica, áreas de atuação, trabalhos realizados. Belo Horizonte: FJP, 1979a. 58 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informe**: atividades set. 1970 /set. 1971. Belo Horizonte: FJP, 1971a. 41 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano para instalação de um Centro Tecnológico em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FJP, 1971b. 56 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório 1972**. Belo Horizonte: FJP, 1973a. 62 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório 1973**. Belo Horizonte: FJP, 1974a. 35 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório 1974**. Belo Horizonte: FJP, 1975. 34 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades da Fundação João Pinheiro no Período de 1971 a 1974**. Belo Horizonte: FJP, 1974b. 30 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades do Centro de Projetos de Desenvolvimento no exercício de 1972**. Belo Horizonte: FJP, 1973b. 54 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades do Exercício de 1975**. Belo Horizonte: FJP, 1976. 54 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades do Exercício de 1976**. Belo Horizonte: FJP, 1977. 170 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades do Exercício de 1977**. Belo Horizonte: FJP, 1978. 184 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades do Exercício de 1978**. Belo Horizonte: FJP, 1979b. 170 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades do Exercício de 1979**. Belo Horizonte: FJP, 1980. 193 p.

MINAS GERAIS. Decreto nº 19.965, de 19 de julho de 1979. Institui o Programa de Desenvolvimento de Comunidades e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, p.5_col.3, 20 jul. 1979. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=19965&comp=&ano=1979>. Acesso em: 12 jul. 2019.

MINAS GERAIS. Lei nº 5792, de 8 de outubro de 1971. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Planejamento, cria a Superintendência da Indústria, Comércio e Turismo e dá outras providências. **Diário do executivo**, Belo Horizonte, p. 5_col1, 9 out. 1971a.

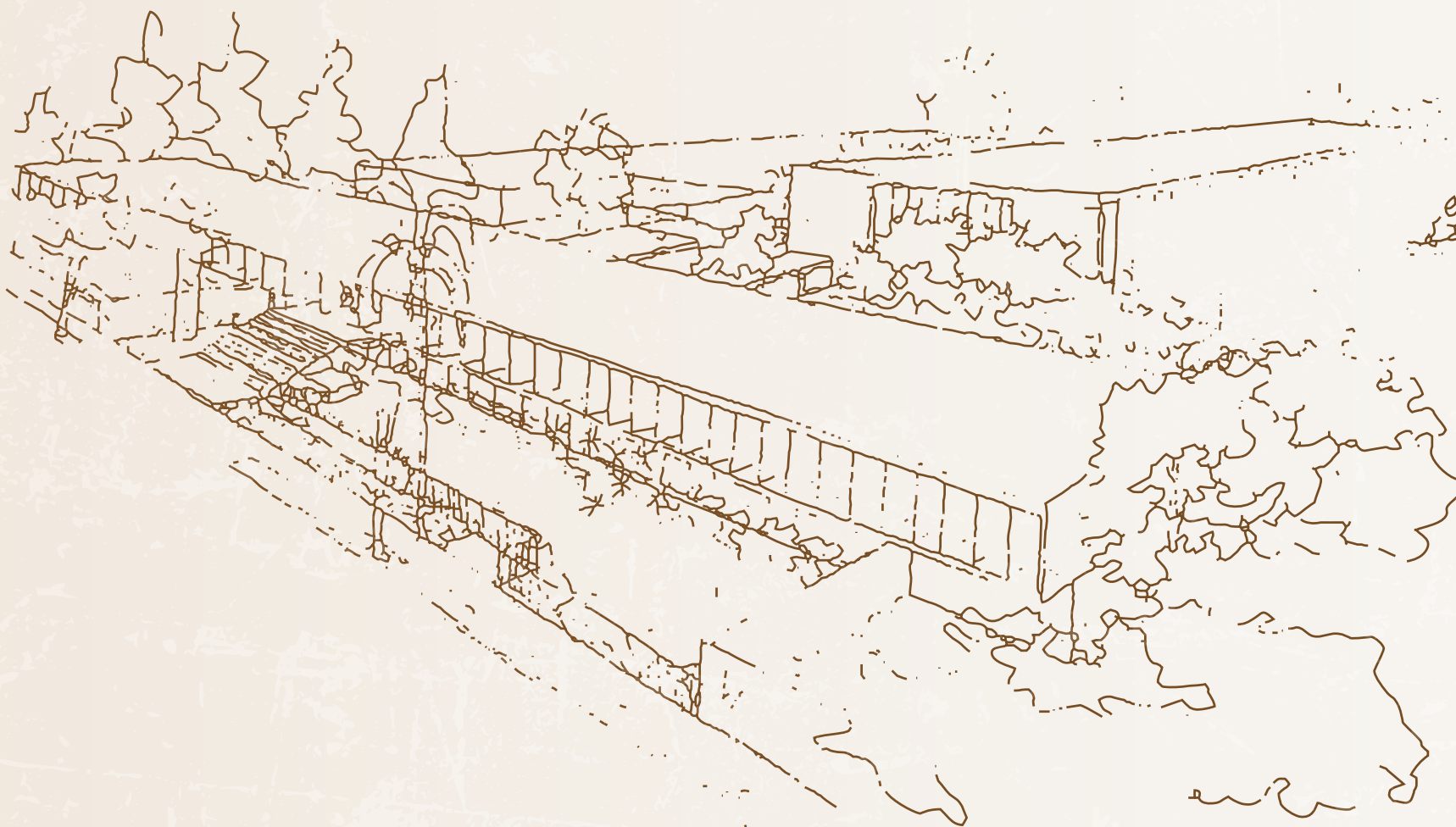
MINAS GERAIS. Lei nº 5852, de 14 de dezembro de 1971. Aprova o plano mineiro de desenvolvimento econômico e social, para o quinquênio de 1972 a 1976, com as ressalvas constantes do anexo da presente lei. **Diário do executivo**, Belo Horizonte, p. 5_col 1, 15 dez. 1971b.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. *In*: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em: 15 maio 2019.

SIQUEIRA, Jack. **Planejamento e desenvolvimento em Minas**. Belo Horizonte: Armazém de ideias, 2001. 188 p.

PARTE III

1980 - 1989: A FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO E A CONSOLIDAÇÃO DA EXCELÊNCIA NAS PESQUISAS INSTITUCIONAIS



A FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO E SEUS DESAFIOS NA DÉCADA DE 1980

Ana Luiza Gomes de Araujo⁵⁵

Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira Leite⁵⁶

Introdução

Na década de 1980, acontecimentos importantes em âmbito nacional e estadual trouxeram repercussões à trajetória institucional da Fundação João Pinheiro (FJP) e a sua consolidação como instituição de pesquisa.

Esse período conturbado apresentou como principais fatos históricos a redemocratização brasileira, o processo constituinte federal e a constituinte mineira. Na década de 1980, o Brasil teve como presidentes João Baptista de Oliveira Figueiredo (15 de março de 1979 a 15 de março de 1985) e José Sarney (15 de março de 1985 a 15 de março de 1990). Ressalta-se que Tancredo de Almeida Neves,

⁵⁵ Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Integrante do Núcleo de Pesquisa sobre a história da Administração Pública Brasileira Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

⁵⁶ Graduada em Letras, mestre em Administração Pública pela FJP. Integrante do Núcleo de Pesquisa sobre História da Administração Pública Brasileira Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.

apesar de ter sido eleito, veio a falecer e não assume como presidente do Brasil. Minas Gerais teve quatro governadores: Francelino Pereira dos Santos (1979 a 1983), Tancredo de Almeida Neves (1983 a 1984), Hélio de Carvalho Garcia (1984 a 1987) e Newton Cardoso (1987 a 1991).

Ao longo dessa década, a FJP teve seis presidentes: Carlos Maurício de Carvalho Ferreira (5 de março de 1980 a 18 de março de 1983), Aluísio Pimenta (17 de março de 1983 a 29 de maio de 1985), Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz (julho de 1985 a março de 1987), Hamilton Parma (21 de março de 1987 a 27 de maio de 1988), Aluizio Gonçalves Werneck (25 de maio de 1988 a 3 de agosto de 1989) e Antônio Abrahão Caram Filho (4 de agosto de 1989 a 24 de abril de 1990).

A segunda metade da década de 1980 se caracterizou como anos críticos para a FJP marcados pela transição de um período de florescimento, autonomia gerencial e financeira e destaque no cenário socioeconômico e cultural estadual e nacional a uma grave crise financeira, institucional, com períodos prolongados de greve, perda de prestígio e de servidores qualificados.

Como grande instituição, entretanto, a FJP reinventou-se e encontrou os caminhos para seu renascimento e sua reinserção no cenário institucional.

O presente capítulo apresenta os principais fatos que contextualizam a conjuntura histórica nacional e estadual da década de 1980 e aponta a atuação da FJP no período.

1 A década de 1980: redemocratização do Brasil e as constituintes

No país e em Minas Gerais, os maiores acontecimentos históricos que perpassam essa década dizem respeito à redemocratização e à elaboração das constituições federal e estadual. Por meio da promulgação da Constituição da República de 1988, instaura-se uma nova ordem jurídica, que trará impactos na relação entre cidadão e Estado, nos direitos e nas garantias assegurados e até mesmo no

papel a ser desempenhado pela FJP como instituição de pesquisa, sua natureza jurídica e a maneira pela qual passa a compor seu corpo técnico.

Nos primeiros anos da década 1980, foram implementados projetos objetivando o desenvolvimento de diferentes regiões de Minas Gerais e também de outros estados. O Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) continuou a ofertar o Curso de Especialização em Administração (CEA)⁵⁷, iniciado nos primeiros anos da década de 1970, voltado para a área privada, que proporcionava um olhar aprofundado das organizações em geral e de seu papel social. O curso era em nível de pós-graduação (*lato sensu*) e reconhecido nacionalmente pela sua excelência. Teve a sua 11ª turma formada em 1980 (FJP, 1981). Outros cursos também eram ministrados pelo CDA em duas modalidades, dependendo da demanda: os cursos abertos ao público, com inscrições abertas a qualquer interessado por temas, conteúdo e ingresso por meio de processo seletivo; os cursos fechados, contratados por empresas com ênfase em assuntos específicos, de acordo com as respectivas áreas de atuação e de interesse.

Cabia à Diretoria de Planejamento (DP) elaborar os planos regionais integrados e coordenar as ações a serem desenvolvidas em cada região, considerando as devidas características geográficas, econômicas e sociais. Em 1980, estavam em andamento o *Plano de Desenvolvimento Regional para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul*, o *Planejamento do Desenvolvimento do Sul de Minas*, o *Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais (Planoroeste II)* e o *Plano de Desenvolvimento Regional Integrado da Região Central do Estado de Minas Gerais*.

Em 5 de março de 1980, o economista Carlos Maurício de Carvalho Ferreira tomou posse como presidente da Fundação João Pinheiro. Ressalta-se que tanto Antônio Cintra quanto Carlos Maurício chegaram à Presidência depois de terem sido pesquisadores da instituição em década anterior. Relembrando sua época como presidente da instituição, Carlos Maurício relata que a encontrou já bem consolidada. “Era uma instituição reconhecida pela qualidade de seus recursos humanos, dos

⁵⁷ Programa inédito no país, tinha a orientação direta da *Columbia University*.

trabalhos técnicos e científicos e pelo alto nível dos treinamentos para a área empresarial e pública” (FERREIRA, 2018).

Como um dos pesquisadores da Diretoria de Planejamento na década de 1970, Carlos Maurício coordenou o *Plano de Desenvolvimento do Sul de Minas*, que continuou em andamento na sua gestão como presidente. O plano foi realizado por um grupo formado por pesquisadores da FJP e do Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi), financiado pelo grupo alemão GMK. O objetivo desse investimento em infraestrutura no sul de Minas Gerais era preparar a região para receber empresas que começaram a se deslocar de São Paulo para locais próximos, buscando descongestionar o polo industrial paulista.

Nessa época, também foi reformulada a *Revista da Fundação João Pinheiro*, que passou a ter um enfoque mais científico e modernizado o *Informativo João Pinheiro*, com uma linguagem mais acessível. Por fim, entre 1980 e 1981, o CDA desenvolveu uma metodologia para treinamento a distância. Os trabalhos e as pesquisas eram desenvolvidos na Coordenadoria de Tecnologia Educacional (CTE). As aulas, com os conteúdos colocados à disposição nos cursos presenciais oferecidos pelo CDA (contabilidade pública; limpeza urbana; matemática financeira, planos diretores, código de postura etc.) eram gravadas no estúdio da FJP e postas à disposição nos telecentros, localizados nas macrorregiões do estado de Minas Gerais (Montes Claros, Uberaba, Juiz de Fora, Uberlândia e outras). A cada telecentro eram entregues televisores, videocassetes, fitas com o conteúdo gravado e material didático. A FJP também oferecia treinamento para as regionais e colocava à disposição uma central telefônica para os alunos tirarem dúvidas sobre o conteúdo. Esse pode ser considerado o primeiro passo do ensino a distância na FJP.

A partir de 1981, a economia brasileira entrou em recessão. Conforme Nery (2010), isso levou frações das classes dominantes que apoiavam o regime instituído em 1964 a, de certo modo, retirarem tal apoio.

A insatisfação desses setores foi canalizada, em parte, para a luta parlamentar e para os Executivos estaduais, o que levou a emenda que restabeleceu eleições diretas para governadores a partir de 1982 a ser aprovada no Congresso por unanimidade (ELEIÇÃO..., 1980). Nessas eleições, foi escolhido Tancredo de Almeida Neves, governador de Minas Gerais, para exercer o mandato a partir de 15 de março de 1983.

Ainda sob a presidência de Carlos Maurício, tomavam corpo, na FJP, propostas para mudanças na estrutura administrativa elaboradas desde a gestão anterior, com o objetivo de torná-la mais moderna e dinâmica. O estudo sobre a viabilidade e a operacionalização dessas mudanças foi feito na então Secretaria Geral da Presidência (SG). Ao longo de 1980 e 1981, tais mudanças foram colocadas em prática: a implantação da nova estrutura organizacional da unidade específica de treinamento, a implantação do orçamento de caixas na Divisão de Controle, o informativo da posição semanal de compras, a submissão dos registros contábeis, a implantação do manual de transporte, a elaboração do manual de normas patrimoniais e a reformulação da biblioteca. Iniciado em março de 1980, o processo de modernização foi concluído em 1981, dando continuidade ao que se iniciou na gestão anterior (FERREIRA, 2018).

Por outro lado, além da modernização da estrutura administrativa, a FJP destacou-se no período pela consolidação da produção editorial de folhetos e livretos para o Governo estadual, realização de 130 contratos e convênios com várias instituições, apuração de 140 participações dos administradores da FJP e servidores da instituição em palestras, cursos, mesas-redondas, ciclos de debate e encontros. Também foram finalizados projetos ligados ao desenvolvimento patrimonial e turístico na região de Campo das Vertentes e em Santa Bárbara. Realizaram-se treinamentos de caráter gerencial em atendimento a demandas no país e fora dele, destacando-se os projetos desenvolvidos no Equador e na Dinamarca, em colaboração com o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae) e da Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (Sarem).

No segundo ano da gestão de Carlos Maurício como presidente da FJP, a Diretoria de Planejamento (DP) desenvolvia projetos especiais, como o Programa Mineiro de Abastecimento, o Programa Especial de Crédito Rural, a Evolução da Administração Indireta do Estado, Avaliação Econômica de Culturas Energéticas, o Programa de Monitoria do Programa Nacional do Álcool (Proalcool), a Matriz das Vocações Locacionais da Indústria do Brasil e o Seminário Energia: Tecnologia e Planejamento.

O ex-presidente Carlos Maurício Ferreira (2018) afirma que um dos trabalhos importantes realizados na sua gestão foi o Programa de Cidades de Porte Médio, financiado pelo Banco Mundial. O objetivo seria travar um pouco a migração desordenada para Belo Horizonte. “Na época, a capital não tinha e ainda não tem condições de absorver tanta mão de obra” (FERREIRA, 2018). O programa previa equipar municípios para receberem e acomodarem pelo menos parte das migrações que vinham do norte do estado para a capital. Eles deveriam situar-se num raio de 50 a 100 quilômetros de Belo Horizonte e já contar com infraestrutura mínima para ser aproveitada, reforçada e ampliada.

Os relatos de Carlos Maurício sobre a atuação da FJP durante a sua gestão mostram que, além do interesse em elaborar programas para fortalecer as áreas mais produtivas do estado, como o Plano de Desenvolvimento do Sul de Minas, Desenvolvimento da Região Central do Estado de Minas, houve também a preocupação estatal de investir em áreas mais pobres e carentes do estado. Isso se deu por meio de estudos e projetos procurando reduzir as taxas de pobreza e auxiliando os pequenos produtores rurais. “Essa era a ênfase dada pelo Governo estadual na época, uma ênfase muito forte nos planos e programas do setor público” (FERREIRA, 2018). Carlos Maurício salienta a importância de se elaborar programas de desenvolvimento para as regiões do Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Leste de Minas. Para ele, “[...] isso precisava de estudos aprofundados, e a FJP tem capacidade total de contribuir muito. Minas precisa ser sempre pensada regionalmente. Minas Gerais é muito diferente em cada região” (FERREIRA, 2018).

Em 16 de março de 1983, Carlos Maurício deixou a Presidência da FJP. Como legado, ele cita as mudanças organizacionais concluídas em 1981 e o empenho bem-sucedido de desenvolver ao máximo as possibilidades de financiamento dos programas propostos até então e de assegurar recursos financeiros para novos projetos da FJP.

Farmacêutico de formação e ex-reitor da UFMG, Aluísio Pimenta substituiu Carlos Maurício na Presidência da FJP e ficou no cargo de 17 de março de 1983 a 29 de maio de 1985. Com a sua chegada, os microcomputadores foram trazidos para a FJP. Em sua entrevista, concedida em 2009, o ex-presidente descreve como encontrou a instituição:

Eu cheguei à Fundação João Pinheiro muito encantado com os profissionais. Eu vinha dos Estados Unidos, onde o computador já estava presente. Para o americano, o computador era do dia a dia. Não havia internet como hoje, mas já era possível [...] então sugeri importar um computador para a João Pinheiro. Houve uma reação contrária de alguns elementos mais conservadores, porque todas as coisas, mesmo os informes, se faziam à máquina (PIMENTA, 2009).

Essa foi uma mudança substancial para o trabalho realizado na FJP e para o desenvolvimento dos projetos da área técnica e científica, da área administrativa e da comunicação. Como o Brasil não fabricava microcomputadores, Aluísio Pimenta solicitou ao Governo estadual a compra de alguns, importados dos Estados Unidos. Segundo o ex-presidente:

O secretário de Estado de Administração e Finanças, por exemplo, não tinha. Era uma novidade ainda um pouco distante. Eles não conheciam, e nisso a FJP foi um instrumento de modernização [...] O uso dos computadores gerou desconfiança e resistência de vários funcionários. Diziam: esse negócio de máquina é bem estranho, como se os computadores viessem para substituir a capacidade de raciocínio das pessoas (PIMENTA, 2009).

Aluísio Pimenta chegou à FJP num período em que a relação com o governo era complexa, uma vez que caberia à instituição o desenvolvimento de ações para o Estado. Ao mesmo tempo, havia

um problema de retenção do repasse devido de recursos públicos para a realização dos trabalhos da instituição. De acordo com Pimenta (2009), aos poucos, o governo começou a regularizar o envio dos recursos. Segundo ele, “os governos estaduais instalados na ditadura viam a Fundação João Pinheiro como um apêndice do Estado”. (PIMENTA, 2009). No entanto, há uma mudança de paradigma com a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), ambos instituídos em apoio às pesquisas e aos projetos inovadores das fundações e demais instituições, cuja atuação tinha o foco em programas de cunho socioeconômico e cultural.

É importante mencionar outros feitos da FJP nos idos de 1983: elaboração de programas de desenvolvimento para o Alto São Francisco e o Vale do Jequitinhonha, reestruturação do sistema de acompanhamento dos projetos, criação do Grupo de Pesquisa Política Científica e Tecnológica para o setor siderúrgico (CNPq), assinatura de 115 contratos e convênios com várias instituições públicas e privadas, criação do Núcleo de Relações Internacionais (NRI) da FJP.

Ao longo de 1984, o CDA ofertou cursos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos na área da administração pública, e foram elaborados o *Diagnóstico Nacional da Indústria da Construção Civil* e o *Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro)*. Também foram feitas consultorias técnicas para o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), Hidrominas e a Universidade Federal de Goiás, entre outros.

Aluísio Pimenta deixou a presidência em 29 de maio de 1985 e foi substituído por Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, que assumiu o cargo pela segunda vez e permaneceu à frente da instituição até março de 1987. Hindemburgo já havia presidido a FJP em seus anos iniciais (setembro de 1970 a março de 1971) e, em sua segunda gestão, tinha por objetivo a construção da nova sede e a implantação das áreas de informática, robótica e telemática.

Em 1985, Hindemburgo assume a presidência com um discurso entusiasmado. Buscava provocar reflexões nos funcionários sobre “a importância de se estudar o futuro”. Logo no início

da sua gestão, a FJP promoveu um seminário sobre microeletrônica e sociedade. Para ele, estudar o futuro queria dizer se aprofundar no conhecimento referente às novas tecnologias “que tinham capacidade de abrir vias, saber o que pode acontecer e como vai se espalhar” (DINIZ, 2018).

Hindemburgo tinha a preocupação permanente de tornar a FJP independente do orçamento do Estado, com recursos próprios para projetos independentes. Para ele, a FJP tinha unicidade própria e, em função de seus objetivos, tinha capacidade técnica e visão da realidade local. Assim, poderia concorrer com empresas privadas para elaborar e desenvolver projetos. No entanto, “os recursos de que dispúnhamos eram para se manter. Nada de lucro” (DINIZ, 2018).

Em 27 de novembro de 1985, numa reunião importante do Conselho Curador, ficou autorizada a criação do Curso Superior de Administração Pública (Csap). Posteriormente formalizado pela Lei nº 9.360, de 9 de dezembro de 1986, seria oferecido pelo Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA).

Nesse contexto, uma crise salarial é vivenciada na FJP. Há uma perda de capital humano na instituição causada pelas políticas de plano de cargos e salários. Na época, o presidente da FJP chega a afirmar que “se o impasse do plano de cargos e salários não for resolvido e, por consequência disso, a FJP perder mais funcionários de alto nível, ele deixará a presidência da entidade” (FJP, 1985).

As dificuldades da FJP em relação à manutenção de seu corpo técnico, todavia, estavam longe de acabar. Os próximos anos seriam ainda mais difíceis. Reduziu-se consideravelmente a autonomia, com a alteração da natureza jurídica para pessoa jurídica de direito público, a realização de concurso público e aplicação do Regime Jurídico Único passaram a ser obrigatórias.

Ainda em 1985, o Governo estadual criou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), única agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Voltada para o futuro e para empreender grandes mudanças, a maneira de pensar do presidente Hindemburgo resultou em tremendas transformações internas, envolvendo estrutura administrativa, reaparelhamento de equipamentos e o início da construção e reformulação da sede própria, na Pampulha.



*Construção da sede própria da
Fundação João Pinheiro, Pampulha, 6 de
maio de 1986*

Fonte: RI-FJP/MG

Com a venda do prédio ocupado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (Seplan MG), os recursos obtidos foram investidos na construção de nova ala da sede da FJP, na Pampulha. Na verdade, o CDA já funcionava no prédio desde a década de 1970, construído nos anos 1960 pelo Banco da Lavoura para abrigar o centro de treinamento e capacitação para seus funcionários. Em 1986, foi iniciada a construção de uma nova ala no espaço central do terreno, até então ocupado por uma área de lazer e um campo de futebol, além de obras de requalificação da estrutura do prédio antigo. Essa nova sede abrigaria o CDA e as demais diretorias da FJP, que funcionavam em prédios no centro de Belo Horizonte. Em 1986, teve início a primeira turma do Curso Superior em Administração Pública, oferecido pelo CDA.

2 A Constituição da República, a Constituição mineira e os impactos na FJP

Os anos de 1986 e 1987 foram marcados por vários fatos históricos. Em 15 de novembro de 1986, a população compareceu às urnas para eleger os membros da Constituinte, composta de 487 deputados e 72 senadores (BONAVIDES, 2004, p. 458). Em 1º de fevereiro de 1987, deu-se a instalação da Assembleia Nacional Constituinte. A direção dos trabalhos coube ao ministro Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal. Além do presidente da República, José Sarney, estavam presentes à mesa o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, e o senador Humberto Lucena, presidente do Senado. Em 1988, é promulgada a nova Constituição Federal do país. “A Constituição Federal de 1988 (CF/88) é o símbolo maior de uma história de sucesso: a transição de um Estado autoritário, intolerante, para um Estado democrático de direito.” (BARROSO, 2008, p. 28).

Em se tratando do capítulo referente à administração pública, a CF/88 trouxe prescrições importantes, como a obrigatoriedade do concurso público para provimento de cargos e empregos públicos, salvo os cargos de provimento em comissão, e a obrigatoriedade da aplicação do regime jurídico único na administração direta, autárquica e fundacional.

Tais dispositivos tiveram impactos imediatos na FJP. A partir de então, ela deveria compor seu corpo técnico mediante concurso público, uma vez que a regra constitucional se mostrou ampla, aplicável a toda a administração direta e indireta, abarcando as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.

Em 21 de março de 1987, o contador Hamilton Parma assume a Presidência da FJP e permanece no cargo até 27 de maio de 1988. O período em questão foi marcado por muitas dificuldades financeiras e institucionais. Em 25 de maio de 1988, Aluizio Gonçalves Werneck foi nomeado presidente. Ambas as gestões foram assinaladas por polêmicas e críticas de desmantelamento da máquina pública. Durante a gestão de Parma, houve várias denúncias de nepotismo na instituição e perseguição a servidores grevistas.

Iniciada em 15 de dezembro, a greve foi surpreendida um dia depois com demissões de 16 funcionários, o que a AEFJP⁵⁸ chamou de “terrorismo”. Oficialmente, o argumento utilizado para as demissões foi “enxugamento da máquina administrativa”, o que contestado com as afirmações contidas em boletim lançado pela associação dos funcionários, de que o atual presidente tem contratado “parentes e amigos com funções pouco precisas” ou “contratação de consultores para cumprir jornada completa de trabalho” e, também de “empregados administrativos por meio da Adservis”. [...] E, para exemplificar, citam os funcionários a contratação dos seguintes servidores: Agostinho Parma, irmão do presidente, como auditor, José Maciel, amigo do presidente, também como auditor, e outros amigos, Antonio Lopes Sá e Abílio Campos, na Assessoria Internacional (WERKEMA, 1988c).

Na época, o governador era Newton Cardoso (1987-1991). Sua gestão primava pelo agravamento da crise institucional, imobilismo e por perspectivas de fechamento da instituição, além das greves de servidores e da demissão de grande parte de seu corpo técnico. Conforme matéria publicada no jornal Estado de Minas (WERKEMA, 1988b):

A crise que domina a Fundação João Pinheiro e que a leva à estagnação e ao imobilismo parece ter raízes, além do simples conflito com seus funcionários, na greve que já dura um mês. Em verdade, para os analistas do processo histórico da instituição e de sua evolução institucional, o fato tem causas mais profundas no campo conceitual e ideológico. [...] O principal problema é a incapacidade da atual diretoria de definir o papel de uma instituição como a FJP e, em função disso, dar-lhe projetos e operacionalidade. E a instituição, na sua essência básica, é altamente dependente da ação de sua diretoria, que necessita buscar projetos no governo e na iniciativa privada, em outros estados e até no exterior. É claro que para isso, é preciso ter experiência, relações, currículo e conhecimentos. [...]. Em crise, imobilizada e estagnada, em quadro de incerteza institucional, financeira e técnica, a FJP tem dias de perplexidade.

58 Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro (AEFJP).

Além dos problemas relacionados aos servidores, a FJP precisou ainda enfrentar o desmantelamento do Curso Superior de Administração Pública, pela transferência da primeira turma, instituída em 1986, para a União de Negócios e Administração (UNA), instituição privada de Minas Gerais. Várias ações foram movidas por alunos, que vieram a ser nomeados somente em 1992.

Preocupa-se o presidente Hindemburgo Diniz com o retorno de um dos compromissos de origem da Fundação João Pinheiro: treinar administradores públicos para o Estado. E, considera, no seu relatório de 1986, que “ponto a salientar, entre as grandes conquistas, é sem dúvida, o de ter obtido autorização de funcionamento, por meio de decreto presidencial, de seu curso superior de Administração Pública, com características curriculares sem paralelo no Brasil, cujo vestibular em virtude de legislação estatal, tem força de concurso público para ingresso em carreira criada com o objetivo de absorver seus formandos”. Realizou-se o primeiro vestibular, com 84 candidatos para cada vaga. Passaram 40 alunos, matriculados no primeiro ano.

Mas a atual administração entendeu de extinguir o curso. Não vê nele oportunidade nem adequação à atual administração, que quer economizar gastos com funcionalismo [...]. Não pagam as bolsas prometidas [...]. O curso acabou sendo entregue à UNA, instituição privada que o manterá, todavia precisando cobrar. Os alunos já se reuniram e estudam ação na Justiça para cobrar o que lhes foi prometido ao tempo do vestibular por força de legislação federal e estadual (WERKEMA, 1988a).

A admissão de pessoal sem concurso público, ocorrida nas gestões de Hamilton Parma e Aluizio Gonçalves Werneck, em contrariedade à norma constitucional, foi inclusive objeto de análise pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (processos 127715 e 126849), conforme mencionado em relatório encaminhado ao órgão pelo ex-presidente Caram Filho, em 2003, no qual consta:

A determinação recebida pelo signatário, do então governador do Estado e do secretário de Planejamento e Coordenação Geral, quando convocaram o signatário, até então superintendente do BDMG e diretor da MGI, foi para corrigir todas as irregularidades,

restaurando o indispensável clima de moralidade, harmonia, motivação, espírito público característicos daquela instituição e da sua qualificada equipe técnica. [...] Até mesmo a Fundação de Seguridade dos Celetistas do Estado (Fundasemg), da qual a FJP foi uma das principais instituidoras e mantenedoras, estava sob intervenção federal e investigação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, tantas e tão graves eram as irregularidades ali praticadas (FJP, 2003).

Além de toda a crise institucional, da estagnação, das greves e dificuldades enfrentadas pela FJP em 1988, havia ainda uma limitação à autonomia institucional, estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

“O legado da Constituição de 1988 trouxe a efervescência social e a diversidade política presentes no país após o regime militar, o que determinou o modelo de todas as constituintes estaduais” (ASSIS; SOMARRIBA, 2013). Em Minas Gerais, a participação de diversos segmentos sociais foi contemplada nos trabalhos constituintes que abarcaram uma série de simpósios, seminários e encontros envolvendo a participação tanto de especialistas quanto de representantes da sociedade, estudantes e técnicos. A participação dos diversos segmentos sociais resultou em nada menos que dez mil sugestões populares relativas a diversos temas que dão a conformação do atual diploma constitucional (RESENDE, 2014).

A Constituição mineira de 1989 foi a primeira constituição estadual promulgada após a Constituição Federal de 1988 e foi fruto de um longo processo de discussões que se iniciaram três anos e meio antes da sua promulgação. As inovações trazidas por ela ao ordenamento jurídico chamam atenção no que concerne à incorporação de princípios jurídicos que não constaram da CF/88, como é o caso do princípio da razoabilidade, o que denotou o comportamento pioneiro e arrojado de Minas Gerais. Em certa medida e de forma inovadora, também se buscou assegurar aos mineiros o direito a um governo honesto, conforme o artigo 73 da Carta mineira, que estabelece que “a sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz”. Foi também previsto de forma expressa no artigo

14, § 5º, que “ao Estado somente é permitido instituir ou manter fundação com personalidade jurídica de direito público, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação”, o que gerou grande impacto na FJP.

Tal determinação levou a uma alteração substancial na formação jurídica da instituição. Até então, ela tinha personalidade jurídica de direito privado, o que lhe assegurava mais autonomia gerencial, a possibilidade de contratar seus servidores pelo regime privado, celetista, e ainda a flexibilidade na estipulação da remuneração paga, com a possibilidade de uso de bonificações por trabalhos desenvolvidos. Essa autonomia esvaziou-se com a alteração da natureza jurídica da FJP, que passou a se submeter a uma série de amarras de direito público. Entre elas se destaca a obrigatoriedade de adoção do regime estatutário aos servidores em decorrência da regra do regime jurídico único, adotado em Minas Gerais pela Lei Estadual nº 10.254/90.

Ao mesmo tempo, por força de um dispositivo constitucional, houve um rearranjo do formato jurídico da FJP no final da década de 1980. Ela deixa de ser um órgão de direito privado e passa a ser de direito público. Isso limitou sua autonomia administrativa e agilidade operacional, fatos que diminuíram a capacidade institucional de concorrer com o crescente número de empresas competidoras do setor privado (PRATES, 1986).

Essa situação foi apontada por Caram Filho como o estopim para uma série de ações judiciais, em face da mudança de regime jurídico dos servidores.

Tinha uma quarta perna nessa história de recursos humanos. Era a quantidade absurda de ações trabalhistas. Na época, os empregados ainda eram da CLT, passaram para o regime único depois da Constituição. Praticamente todos os empregados, até os que já haviam falecido estavam na Justiça do Trabalho. Então teve um quarto componente: começar a fazer acordos (CARAM FILHO, 2018).

Partindo da sua experiência à frente da FJP em período anterior à mudança da natureza jurídica, o ex-presidente Carlos Maurício aponta os impactos verificados após essa alteração:

Em termos de orçamento, tinha suas limitações, nem sempre a FJP podia contratar, às vezes precisava pra um ou outro projeto, mas também, por ser de direito privado, ela tinha muitos projetos com o setor privado. Ela perdeu um pouco nessa transição quando se perdeu essa flexibilidade, de ser um órgão, uma fundação pública de direito privado. Tornou-se uma instituição mais pública [...] mais engessada. Os presidentes passaram a ter maior dificuldade nessas circunstâncias. Ela tinha, por exemplo, uma gráfica muito grande, que conseguia fazer muitos trabalhos internos e pra todo estado de Minas Gerais, que dava recurso, porque se cobrava, não era gratuito. Alguns secretários apareciam lá falando “Mas a FJP é um órgão público, vocês vão me cobrar?” “Eu tinha que mostrar: “Olha aqui o estatuto, é um órgão público, mas de direito privado, não temos como fazer gratuitamente... Se o senhor for lá no governador e o governador falar que pode fazer e garantir os recursos pra fazer”, faremos. Mas ele ia lá e o governador e o secretário falavam “Não! Se quiser, suas empresas que contratem a FJP.” (FERREIRA, 2018).

Alinhada às dificuldades salariais que culminaram nas greves e ao desmonte operado pelo governo Newton Cardoso, a perda de flexibilidade de gestão colocou a FJP em situação crítica.

Na realidade, a movimentação que houve na Fundação foi durante os quatro anos do segundo mandato do Hélio Garcia, quando a Fundação procurou uma reorientação. Porque ela teve, até 1986, uma trajetória ascendente em todas as áreas: pública, privada, municipal. De 1987 a 1990, uma crise profunda, muito grave, perdeu quadros, greve e, desânimo. A partir de 1991 iniciou-se uma recuperação. Mas na recuperação já não foi focada no setor privado, já não havia mercado, foi voltada para o setor público, auxílio aos municípios, ao estado e a Escola de Governo passaram a ser as prioridades da FJP. E de lá para cá ela deveria se especializar nesse segmento, [...] (ANASTASIA, 2017).

Em 4 de agosto de 1989, o advogado e administrador de empresas Antônio Abraão Caram Filho assume a Presidência da FJP em substituição a Aluizio Gonçalves Werneck. Caram ficou no cargo até 24 de abril de 1990.

Sobre a sua chegada à FJP, Caram conta que não tomou posse de imediato, logo após ter sido nomeado para o cargo em 4 de abril de 1988 conforme o termo de sua nomeação publicado no Minas Gerais:

Fiquei 20 dias negociando. Usei esse tempo para negociar as condições de gestão. A situação era absolutamente caótica. A FJP estava para fechar. Na prática estava fechada. As pessoas não tinham motivo para vir aqui, às vezes não tinham sequer recurso (CARAM FILHO, 2018).

Em seu relato, antes de assumir a Presidência, Caram decidiu pedir uma auditoria do Tribunal de Contas e outra de um grupo de auditores da Auditoria Geral do Estado, na época vinculado à Secretaria da Fazenda. Queria um levantamento da situação em que se encontrava a FJP naquele momento. E os relatórios apontaram para muitos problemas, “sem mencionar o estado de espírito das pessoas, a situação financeira era caótica.” (CARAM FILHO, 2018).

Havia meses que muitos fornecedores não recebiam pagamentos. Chegou a um ano sem pagar praticamente água, luz, telefone, gasolina, oficina de revisão e manutenção dos carros. Os consultores das pesquisas não recebiam, os salários estavam muito atrasados. Os relatórios mostraram ainda que não se recolhiam os encargos descontados dos empregados, e tinha aí um crime de apropriação indébita. “A situação era essa. O clima era de comoção, o estado de espírito o pior possível, o ânimo praticamente zero.” (CARAM FILHO, 2018).

Havia também outro problema: a situação dos recursos humanos - muitos pesquisadores e funcionários titulados haviam deixado a FJP desmotivados pela falta de perspectiva gerada pela grave crise instalada. A situação adversa em todos os sentidos encontrada na FJP foi enfrentada pelo presidente que, coincidentemente, já havia trabalhado em propostas para otimização e modernização de estruturas administrativas de outras instituições estatais.

A reestruturação proposta por Caram se sustentou em quatro pilares fundamentais: o primeiro pilar teve como foco a informatização, considerada a coisa mais importante a ser tratada

naquele momento. Isso porque, após os microcomputadores trazidos por Aluísio Pimenta em 1983, não houve mais investimentos na área. A rapidez com que esses equipamentos se tornam obsoletos fez com que a situação da informática encontrada na instituição em 1989 “estivesse próxima de zero.” (CARAM FILHO, 2018).

Aqui havia três computadores, três equipamentos, ficavam no corredor. Havia uns nichos nos corredores, um em cada andar. Para uso comum. Se pusesse nas salas, só quem estava dentro poderia usar. O servidor não iria entrar na sala do outro, então ficava no corredor. E fazia fila, e ele só editava texto e olhe lá. Não era um processador de dados, não usava planilhas, não usava nada [...] (CARAM FILHO, 2018).

Grande parte dos documentos, na época, eram datilografados. Para uma instituição do nível da FJP, com o volume de trabalho que tinha, seria fundamental ter equipamento de edição para agilizar o processo. A datilografia é sujeita a erros e toma tempo. Com recursos da Secretaria da Fazenda e consultoria técnica da Companhia de Processamento de Dados de Minas Gerais (Prodemge), foram abertos os caminhos para a informatização compatível com o que a FJP precisava.

O segundo pilar da reestruturação administrativa promovida por Caram refere-se aos pagamentos pendentes e o compromisso de colocá-los em dia, inclusive os encargos sociais. O terceiro pilar voltou-se para o reenquadramento, aumento salarial dos funcionários, a readmissão dos funcionários da FJP demitidos ilegal e injustamente pela gestão anterior e a demissão dos funcionários trazidos ou admitidos irregularmente também pela gestão anterior.

O quarto pilar da reestruturação foi a resposta a uma grande quantidade de ações trabalhistas pendentes. Na época, os empregados ainda eram regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e precisariam passar para o regime estatutário em razão da previsão do regime jurídico único estipulado pelo artigo 39 da Constituição Federal de 1988.

Nos acordos realizados, criou-se uma escala de prioridades para o atendimento. Não havia recursos financeiros disponíveis, e os acordos foram sendo realizados aos poucos: os viúvos de

funcionários, os que tinham filhos deficientes, os mais velhos e assim por diante. As pendências foram sendo solucionadas por partes.

No fim desse período, esboça-se uma reação, com o retorno do Curso Superior de Administração Pública para a FJP, a readmissão dos funcionários demitidos e, já no início da década de 1990, a realização do primeiro concurso público para admissão de novos funcionários.

3 Considerações finais

Ao se fazer um levantamento dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos ao longo dos anos 1980, ainda que pouco aprofundado, é possível observar que foi um período de mudanças substanciais nos cenários de Minas Gerais, do Brasil e da FJP mais precisamente. Tais mudanças tiveram grande impacto na gestão de cada um dos seis presidentes que estiveram à frente da instituição na década.

O estudo realizado e apresentado neste capítulo contou com dados obtidos por meio de fontes diversas (entrevistas com ex-presidentes da instituição, pesquisa documental, consulta à legislação pertinente, a periódicos da época e a autores especializados na história recente da administração pública brasileira), o que permitiu ter acesso a um pouco do contexto político e econômico estadual e nacional do período e da história da FJP em um dos seus momentos mais críticos. Isso porque, nos três últimos anos da década, ela passou de uma instituição sólida, reconhecida nacionalmente pela excelência do seu corpo técnico e do trabalho altamente qualificado desenvolvido nas áreas de planejamento econômico, urbano e social – o que era feito desde seu início, em 1970 – a uma situação de crise institucional de tal nível que levou à cogitação, inclusive, de seu fechamento.

No entanto, a FJP se mostrou maior e mais forte do que as dificuldades e conseguiu superar esse período crítico, retomando o seu caminho nos anos seguintes.

Ao final deste capítulo, é possível afirmar que esse momento de retomada da instituição às suas origens certamente pode ser creditado, em grande medida, ao que se segue: a solidez das bases em que foi criada, o avanço tecnológico a serviço da melhoria da qualidade dos trabalhos desenvolvidos, a preocupação dos seus dirigentes em manter profissionais especializados em diversas áreas do conhecimento, tendo em vista a elaboração de projetos e programas que impulsionassem o crescimento do estado, a otimização dos recursos humanos e materiais, o oferecimento de cursos de qualificação profissional em alto nível e, por último, o fato de a instituição ter conseguido colocar Minas Gerais em evidência no cenário socioeconômico, político e cultural do país.

Dito de outra forma: nos anos 1980, a FJP já havia se estabelecido como uma instituição forte e estava enraizada de tal maneira no sistema de planejamento do Estado que suportou o seu pior momento de crise com determinação. Teve a chance de ter no seu comando pessoas de coragem e reconhecidamente de qualidade técnica que ajudaram a reconstruir e dar continuidade à sua história como uma instituição pública de excelência.

Referências

ANASTASIA, Antônio Augusto Junho. Belo Horizonte, 4 de setembro de 2017. Entrevista concedida a 13 nov. 1980. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/eleicao-nos-estados-volta-a-ser-direta>. Acesso em: 21 maio de 2019.

FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho. Belo Horizonte, 18 de maio de 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel Shikida e Anna Luísa Carvalho.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da sessão do Conselho Curador**, 27 de novembro de 1985. Belo Horizonte: FJP, 1985.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento em Administração. **Relatório de atividades do CDA/FJP no período de janeiro a dezembro de 1980**. Belo Horizonte: FJP, 1981.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Exposição acerca de admissão de funcionários sem concurso público**: autos de nº 127715 e 126849. Belo Horizonte: FJP, 20 jan. 2003.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. 22. ed. Belo Horizonte: ALMG, fev. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990**. Institui o Regime Jurídico Único do Servidor Público Civil do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 1990. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=10254&comp=&ano=1990>. Acesso em: 28 maio 2019.

MINAS GERAIS. Lei nº 9360, de 9 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a criação da carreira de administrador público no poder executivo e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, p. 3_col1, 10 dez. 1986.

NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.24, p. 70 -77, 1º sem. 2010.

PIMENTA, Aluísio. Belo Horizonte, 8 de abril de 2009. Entrevista concedida a Mário Cléber Martins Lanna Júnior.

PRATES, Antônio Augusto. Dilema Institucional dos Institutos de Pesquisa no País. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v.1, n.1, 1986.

RESENDE, Antônio José Calhau (org). **25 anos da Constituição mineira de 1989**: teoria, prática, história, inovações. Belo Horizonte: ALMG, 2014. 112 p. (Coleção Memória do Poder Legislativo, 5).

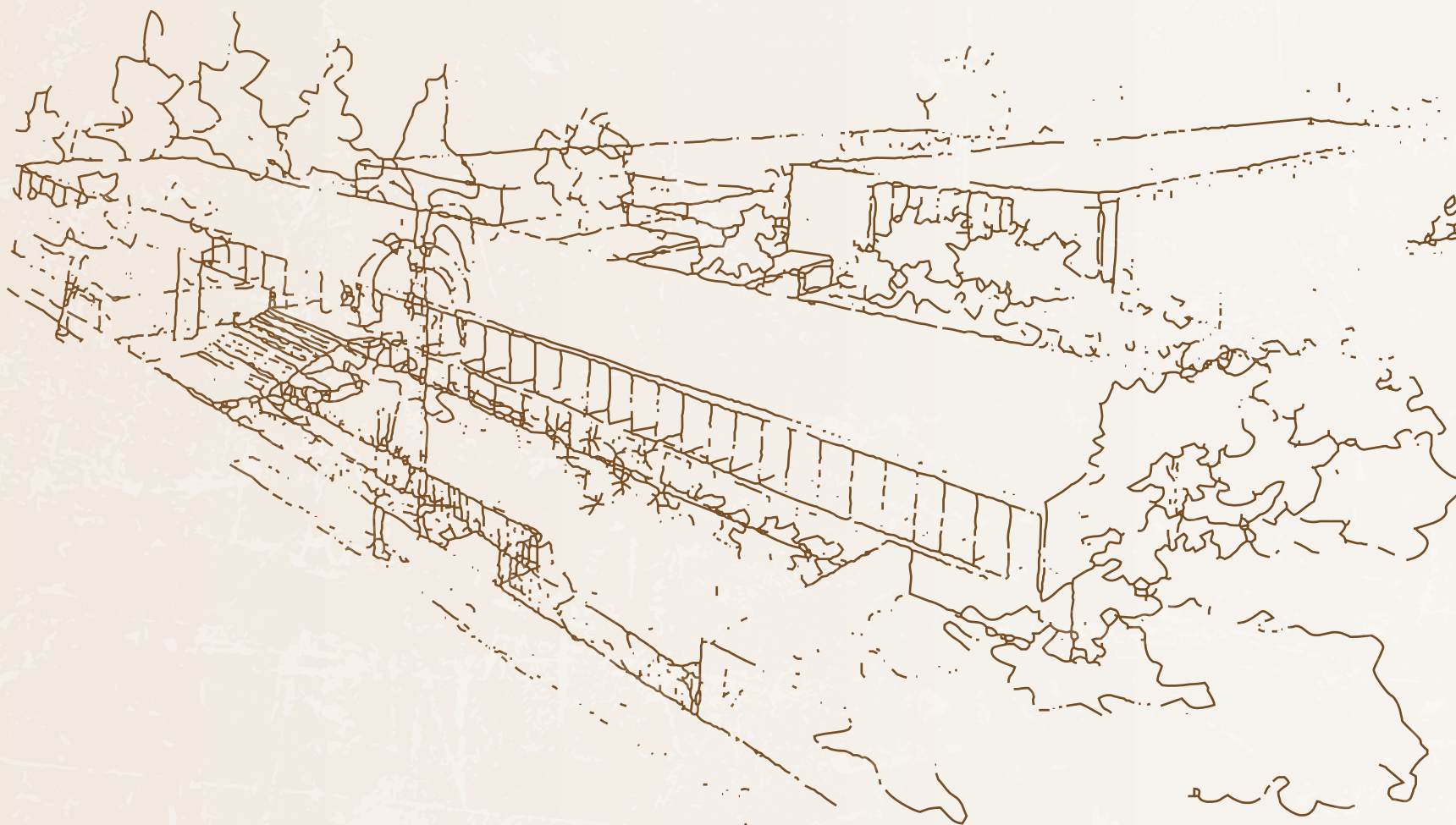
WERKEMA, Mauro. A extinção de um curso que é pioneiro no país. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 22, 17 jan. 1988a.

WERKEMA, Mauro. Descaso compromete sobrevivência da instituição: instituição já foi modelo em Minas Gerais e no país: hoje imobilismo e perplexidade. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 22, 17 jan. 1988b.

WERKEMA, Mauro. Parma demite grevistas; contrata amigos e irmão. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 22, 17 jan. 1988c.

PARTE IV

1990 - 2014: A FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: NOVOS DESAFIOS, NOVAS TRAJETÓRIAS



A BUSCA DE UMA NOVA IDENTIDADE: CRISE E REAÇÃO INSTITUCIONAL (1990-1995)

*Renato Somberg Pfeffer*⁵⁹

*Raquel de Mattos Viana*⁶⁰

Introdução

A história de uma instituição como a Fundação João Pinheiro (FJP) pode ser melhor assimilada imaginando-se um poliedro. É impossível ver as várias facetas dessa figura geométrica simultaneamente, não importa a posição que o observador assuma. Para enxergar os infinitos aspectos da verdade histórica, é necessário que ele se coloque em posições diversas e escute fontes variadas. Dadas as limitações de espaço deste livro, assumiu-se *a priori* que o texto apresentado é um retrato incompleto da realidade embasado, fundamentalmente, nos depoimentos dos presidentes da FJP entre 1990 e 1995 e em documentos oficiais produzidos pela instituição.

⁵⁹ Pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro e professor na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

⁶⁰ Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro e professora na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

Na segunda seção, o texto aborda as mudanças estruturais que marcaram os campos econômico e institucional no Brasil no final do século XX. Na terceira seção discutem-se as conjunturas estaduais do período e como esses cenários interferiram na dinâmica da FJP. Rememoram-se, também, os discursos presidenciais sobre a necessidade de se recuperar sua importância institucional no âmbito nacional e internacional, perdida ao longo dos anos. Em seguida, na quarta seção, é retratada a reconstrução da instituição, mais uma vez valendo-se dos depoimentos presidenciais acrescidos de documentos institucionais. A título de conclusão é feita uma breve análise de algumas limitações historiográficas do presente trabalho.

1 As conjunturas econômicas do final do século XX

Os anos 1990 foram marcados por mudanças estruturais nos campos econômico e institucional no Brasil. Objetivando a retomada do crescimento econômico para superar a crise da década anterior, um novo modelo de desenvolvimento foi gestado para que o país se integrasse à economia mundial. Nesse sentido, um conjunto de políticas macroeconômicas foi implementado. Belluzzo e Almeida (2002) afirmam que as mudanças desse período foram embasadas no Consenso de Washington⁶¹, cujos preceitos incluíam, entre outros, a abertura comercial e financeira, a busca da estabilidade econômica e o processo de privatizações. Decorrente da financeirização da riqueza em nível global na década de 1980, esse processo provoca uma reorientação do papel desempenhado pelo Estado. A partir daí cada Estado nacional, em maior ou menor grau, balizará as suas ações para se adequar ao novo modelo (CHESNAIS, 2002).

No contexto brasileiro, o governo Fernando Affonso Collor de Melo (1990-1992) foi a primeira expressão sistemática dessa crença na redução do papel do Estado como propulsor do

⁶¹ Formado a partir da crise do keynesianismo, o Consenso de Washington é influenciado “pelo surgimento e afirmação como tendência dominante de uma nova direita, neoliberal, a partir das contribuições da escola austríaca (Hayek, Mises), dos monetaristas (Friedman, Phelps, Johnson), dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da escola pública (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen).” (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 5).

desenvolvimento econômico *pari passu* com a financeirização da economia nacional. Em busca da superação da crise e da estabilidade econômica e sob influência do referido Consenso de Washington, o Brasil passou a adotar reformas estruturais na busca de um ambiente favorável ao desenvolvimento autossustentável. Partiu-se do princípio de que o protecionismo, o dirigismo estatal e a regulação dos mercados criavam distorções que impediam a produtividade e consolidavam a ineficiência.

De maneira sucinta, as propostas levavam à promoção da disciplina fiscal, da liberalização comercial e financeira e da redução da participação do Estado na economia, ou seja, o papel do Estado frente ao projeto de desenvolvimento do país passaria de um “Estado empresário” para o que seria um “Estado regulador e fiscal” das atividades econômicas (YANO; MONTEIRO, 2008, p.2).

Iniciada de forma tímida na década anterior, coube ao presidente Fernando Collor de Mello a intensificação dessas políticas de abertura econômica e privatização. A associação entre a pouca competitividade da indústria nacional, a restrição do livre mercado e a intervenção do Estado na economia ganham força. No entanto, a instabilidade política gerada pelo *impeachment* presidencial em 1992, aliada à elevação da inflação, levou ao arrefecimento no ritmo de implantação deste projeto que foi retomado com intensidade no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

Mesmo com a desorganização no governo Fernando Collor de Mello, Cysne (2000) contabiliza 33 empresas federais desestatizadas entre 1990 e 1994 sob o argumento de aumentar a eficiência, aumentar os investimentos, estimular a competição, melhorar os serviços. Nos governos do presidente Fernando Henrique, as desestatizações foram aprofundadas e foram consideradas essenciais para a reforma do Estado. Ressalta-se que as privatizações das empresas federais vão ser acompanhadas pelas privatizações de empresas estaduais, em especial, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (YANO; MONTEIRO, 2008)⁶².

⁶² Envolvendo-se diretamente com os caminhos tomados pelo projeto liberal no Brasil, o Centro de Estudos Regionais (CER) da FJP elabora uma *Análise regional da funcionalidade da economia mineira em 1990* e, em seguida, elabora o estudo *Política de Privatização do Estado de Minas Gerais: Avaliação Preliminar e Subsídios para Reorientação, Potenciais e Restrições a uma Nova Atuação do Governo de Minas Gerais* (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1990. MINAS GERAIS, 1990).

Em síntese, é possível afirmar que a crise do desenvolvimentismo e as medidas de austeridade adotadas ao longo dos anos 1980 produziram o que se convencionou chamar de década perdida no Brasil: *deficit* público; inflação; desequilíbrio das contas externas e política recessiva do governo se conjugavam de forma avassaladora (GIAMBIAGI; VILLELA; CASTRO; HERMMAN, 2004). A agonia do modelo desenvolvimentista centrado na intervenção estatal provocou a paralisação de projetos governamentais e interrompeu o crescimento do milagre brasileiro (GUIMARÃES, 2003). Passando pelo processo de redemocratização e buscando se afirmar no novo contexto liberal internacional, o Brasil continuava convivendo com a inflação e estagnação econômica no início da década de 1990. Tal situação se reproduzia nos estados forçados a conviver com a escassez de recursos e a dificuldade de planejamento. Minas Gerais, especificamente, vivenciava uma situação de debilidade da máquina administrativa (FJP, [1994]).

2 A Fundação João Pinheiro e os tempos difíceis

Entre 1990 e 1995, o estado de Minas Gerais viveu os últimos anos do governo Newton Cardoso (1987-1991) e o segundo governo de Hélio de Carvalho Garcia (1991-1995). Já funcionando em sua sede própria, inaugurada em 1987 na região da Pampulha, a FJP teve, nesse período, quatro presidentes: Antônio Abrahão Caram Filho (agosto de 1989 a abril de 1990); Roberto Gonçalves Pereira (abril de 1990 a junho de 1991); Antonio Augusto Junho Anastasia (junho de 1991 a outubro de 1991) e Luís Aureliano Gama de Andrade (outubro de 1991 a janeiro de 1995). Os dois primeiros foram indicados pelo governador Newton Cardoso⁶³, enquanto os dois últimos, o foram pelo governador Hélio de Carvalho Garcia.

Segundo relatos dos próprios presidentes, na época, eles não esperavam as suas indicações por Newton Cardoso para ocuparem a presidência da FJP. Antônio Abrahão Caram Filho era

⁶³ Durante a gestão de Newton Cardoso, além dos presidentes citados, a FJP ainda teve dois outros: Hamilton Parma (março de 1987 a março de 1988) e Aluizio Gonçalves Werneck (maio de 1988 a agosto de 1989).

oriundo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e nunca havia aspirado ao cargo de presidente da FJP. “E para ser sincero, não me achava à altura. Eu tinha assistido ao início da concepção da Fundação e achava que ela tinha que ser preservada num nível em que eu não preenchia determinados requisitos” (CARAM FILHO, 2018a). Roberto Gonçalves Pereira, por sua vez, ficou bastante surpreso com a nomeação: “Deve estar havendo algum equívoco... Não sou cientista, não sou pesquisador [...] Sou um peão. O que eu vou fazer na Fundação João Pinheiro?”. E a orientação recebida, por parte do governador Newton Cardoso, era objetiva, ou seja, “administrar a FJP como a uma empresa” (PEREIRA, 2018). Ele se lembra da notícia de sua posse no jornal Estado de Minas o taxando como mais um aliado do governador com a missão de fechar a instituição.

Os presidentes da FJP indicados por Hélio de Carvalho Garcia, Antonio Augusto Junho Anastasia e Luís Aureliano Gama de Andrade, possuíam vínculos estreitos com a instituição. O presidente Antonio Anastasia já havia trabalhado na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e assume interinamente por quatro meses até a posse do presidente Luís Aureliano Andrade. Ambos haviam contribuído para construção do projeto “Minas no Século XXI” do governador. Andrade tinha como meta assumir a presidência da FJP e recuperar o prestígio da instituição:

Eu tinha 13 anos de trabalho na Fundação João Pinheiro [...] Eu fui técnico, coordenador, diretor e finalmente presidente dela [...]. Eu achava que eu tinha um compromisso com ela. Para mim era um desafio retomá-la e dar a ela uma nova feição que tinha perdido e sido descaracterizada (ANDRADE, 2009).

Já no final da década de 1980, era notória a crise instalada na FJP e o rompimento da solidez da década anterior embalada pelo desenvolvimentismo. A crise é reflexo do fim do milagre econômico brasileiro, da ausência de recursos e de uma “certa descrença no planejamento” (ANDRADE, 2009). Ao assumirem o cargo, os presidentes indicados pelo governador Newton Cardoso enfatizam esse declínio:

A Fundação João Pinheiro estava para fechar. As pessoas não tinham motivos para ir lá, às vezes não tinham nem recurso. Ela tinha sido transferida do centro da cidade

para a Pampulha. [...]. E as pessoas foram transferidas meio que compulsoriamente, enquanto estava tudo bem, mas depois ir para a região da Pampulha era um sacrifício. [...]. Ninguém sabia por onde começar, ninguém tinha plano para nada, ninguém tinha projetos novos. Já estava há muitos meses sem pagar praticamente todos os fornecedores – água, luz, telefone, gasolina, encargos sociais [...]. Muitos tinham saído e a perda, a sangria foi brutal. E como eu disse, ou demitidas ou pediram demissão. Então era um quadro dramático, terrível. O futuro não era promissor para os que estavam aqui [...] (CARAM FILHO, 2018a).

E ainda:

Olha, eu me lembro muito bem que eu administrei a Fundação João Pinheiro realmente como se fosse a minha casa. Da seguinte forma: eu reuni os diretores na época, superintendentes, reuni com todos. Tudo que nós fazíamos era em função daquele grupo que estava ali [...] Nenhuma decisão era tomada sem o conhecimento deles [...] Nessa reunião alguém falou: “vou resumir como é que está a Fundação João Pinheiro pra você: nós vendemos o almoço para comprar a janta”. Essas foram as palavras dele [...] Foi aí que eu contei para ele: “Eu não sei porque estou aqui, mas se estou, Deus tem um propósito na minha vida [...] E começamos a trabalhar. A FJP totalmente desmotivada, os funcionários totalmente desmotivados.” (PEREIRA, 2018).

De forma geral, pode-se afirmar que o governo Newton Cardoso marcou uma grave crise institucional com uma campanha salarial acirrada e demissão de funcionários. Ao menos na fase inicial de sua gestão, a possibilidade de privatização era real, mas foi revertida no final de seu mandato:

Eu falei: “Olha, você sabe que pode ser que uma das hipóteses seja fechar a Fundação, encerrar as atividades. Se for essa, eu estou fora, eu não vou lá para fechar [...] eu não vou fazer isso, respeito muito a Fundação João Pinheiro, acho que ela tem que ser preservada.” (CARAM FILHO, 2018a).

Sobre essa possibilidade de encerramento das atividades, Andrade (2009) dá o seguinte depoimento:

[...] No governo Newton Cardoso, a FJP vai para o buraco [...] Vai lá no fundão. Se desarruma, desarticula praticamente tudo. É um período de vacas magras, período não só de vacas magras, mas um período de inquietação, a direção não tem legitimidade perante o corpo técnico, a sensação é a de que há uma conspiração para liquidar com a João Pinheiro [...] (ANDRADE, 2009).

A esse quadro caótico, devem ser acrescentadas a má utilização dos recursos fundacionais, as denúncias de nepotismo e a má administração atribuídas a dirigentes nomeados pelo governador Newton Cardoso. Para piorar o panorama da FJP, ampliam-se as denúncias quanto à gestão da instituição. Houve a transferência controversa do Curso Superior de Administração Pública (Csap)/FJP, criado em 1986 e conduzido pelo Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), para uma instituição privada de ensino: a União de Negócios e Administração (UNA). A primeira turma permanece apenas um ano na FJP e é transferida para a UNA em março de 1988. O curso que foi “autorizado a funcionar pelo Decreto Federal nº 92.745, de 1986, com a transferência da primeira turma para UNA, não teve continuidade na época, retornando para a Fundação em 1992.” Anastasia (2017) lembra que a escola foi criada em 1992 e havia sido “inspirada na *École Nationale D’administration Publique* na França, a ENA, e sobre os auspícios do nosso grande mestre da administração pública mineira, o professor Paulo Neves de Carvalho”. Após uma trajetória conturbada, a primeira turma é nomeada em 1992.

O meu mérito, se há algum, foi dizer assim: “Começa a aula amanhã [...] Gente, coloca os alunos sentados e começa, depois que começar vocês organizam as matérias, voltam de onde parou.” (CARAM FILHO, 2018a).

Com o retorno do curso, novas propostas surgem, como bem aponta Andrade (2009):

Eu tinha uma ideia clara: para mim o novo enfoque da FJP deveria ser o quê? Escola de Governo [...] O Hindemburgo imaginou aquele programa original [...] ter um concurso

público, fez aquilo como um curso de administração regular. Eu era contra, eu queria que fosse pós-graduação, que fosse mestrado, e ele quis fazer um curso de graduação. Quando entra o Newton, ele desmoraliza o programa, transfere para UNA e praticamente acabou com ele. Então quando eu assumo, eu pego aquele negócio, aquele grupo que estava voltando, uns dez ou 12 gatos pingados, ressentidos, sem saber para onde ir, sem nada [...] Então aí nasce a ideia da Escola de Governo. Eu sugeri uma escola que não apenas formasse, que retomasse essa atividade, pusesse lá o curso de graduação, mas também incorporasse a pós-graduação e fosse o centro de treinamento para o pessoal do Estado (ANDRADE, 2009).

Cada presidente da FJP citado neste capítulo elaborou e tentou implementar propostas para recuperar o prestígio e reestruturar a instituição. Na gestão do presidente Antônio Caram (1989-1990), por exemplo, houve aumento de salários, reenquadramento de servidores, readmissão de servidores demitidos, realização de acordos na justiça do trabalho encerrando ações derivadas da passagem para o regime único após a Constituição de 1988 (CARAM FILHO, 2018a). O presidente Roberto Gonçalves (1990-1991), por sua vez, preocupou-se com a baixa autoestima dos servidores. Para isso, cuidou da elaboração de um plano de carreira que foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e referendado pelo governador Newton Cardoso. Em seguida, enquadrou os servidores de acordo com suas qualificações (PEREIRA, 2018). Por fim, os presidentes Antonio Anastasia (1991) e Luís Aureliano Andrade (1991-1995), apoiados pelos compromissos que estavam no plano de governo de Hélio de Carvalho Garcia, ajudaram a construir e buscaram recuperar o prestígio e a força da FJP que passava por uma fase de decadência, em termos de serviços prestados, devido às perdas salariais e à saída de técnicos qualificados (ANASTASIA, 2017).

Era, sem dúvida, uma tarefa árdua que acabou tendo sucesso. Cada presidente foi fundamental para essa conquista.

3 A reação institucional: construindo o novo a partir dos fragmentos

A reação mais acentuada da FJP vai ocorrer, em especial, a partir do governo Hélio de Carvalho Garcia. Consolida-se a Escola de Governo, os funcionários demitidos são readmitidos, com base na Lei Estadual nº 10.961/92, e o primeiro concurso público para admissão de novos funcionários é realizado em 1994 (MINAS GERAIS, 1994). Os anos seguintes, no entanto, ainda seriam marcados pela oscilação entre o crescimento e a reformulação da identidade da instituição.

A crise institucional estava associada à diminuição das demandas do setor público por projetos e à redução dos rendimentos dos servidores públicos de Minas Gerais, que passava por uma grave crise fiscal. Como órgão de planejamento, a FJP passa a enfrentar dificuldades e desafios. Tal cenário exigiu que ela buscasse novas fontes de recursos e que ampliasse seu leque de serviços.

Ao mesmo tempo, por força de um dispositivo constitucional, o formato jurídico da Fundação João Pinheiro foi rearranjado no final da década de 1980. Com a Constituição Estadual de 1989, ela deixa de ser um órgão de direito privado e passa a ser de direito público. Isso limitou sua autonomia administrativa, assim como a agilidade operacional, o que diminuiu a capacidade institucional de concorrer com o número crescente de empresas competidoras do setor privado (PRATES, 1986).

A FJP passou por uma transformação importante em decorrência da Constituição Federal de 1988 e da estadual, que a reproduzia em 1989. Na origem, a Fundação pagava o que queria [...] E você tinha meios de recrutar o melhor do melhor, a parte técnica, o quadro técnico era o melhor do melhor (CARAM FILHO, 2018a).

Ainda:

Ela tinha flexibilidade, o pessoal era CLT. Depois de 1988, ela tornou-se uma autarquia, uma fundação pública. Perdeu flexibilidade, perdeu rapidez, tornou-se mais burocrática (ANASTASIA, 2017).

Por outro lado, sua transformação em órgão de direito público provocou a necessidade de revitalização e adequação à nova realidade. A FJP reafirma-se, então, como entidade voltada para o desenvolvimento de Minas Gerais por meio da realização de pesquisas, consultoria, capacitação de pessoal nas áreas de economia, administração, estudos regionais, planejamento urbano e regional. Ou seja, a crise não paralisou a João Pinheiro. Ao contrário, serviu como estímulo para que ela se adequasse à nova conjuntura, propondo ações destinadas à sua reestruturação e modernização, consolidando-se como uma instituição multidisciplinar voltada para formulação de políticas e resolução de problemas da administração pública.

A Constituição foi votada e sancionada em outubro de 1989 e foi um marco importantíssimo para vida do Estado e para a da FJP. Alguns projetos que aconteceram, importantíssimos para o Estado e para a Fundação, nos anos seguintes, tinham tudo a ver com a construção das disposições transitórias, tinha alguns dispositivos que falavam em projetos que o Estado tinha que tocar, a partir dali, autorizavam o Estado a fazer algumas reformas e a Fundação capitaneou isso (CARAM FILHO, 2018b).

Anastasia (2017) enfatiza que a FJP recebeu no governo Hélio de Carvalho Garcia a missão de comandar tanto a institucionalização da nova Constituição Estadual quanto da nova matriz econômica do estado. Andrade (2009), por sua vez, lembra que foi criada uma estratégia para que a Fundação tivesse funções recorrentes para o estado, para o mercado e para os empresários. Ela passou a produzir, por exemplo, informações relevantes por intermédio do Centro de Estatística e Informações (CEI), ganhando visibilidade e tornando-se uma referência nacional.

Entre 1991 e 1994, a FJP teve como estrutura básica seis centros de estudo e a Escola de Governo. Eram eles: o Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), responsável pela preparação de recursos humanos, realização de pesquisas na área de administração e de modernização de gestão de órgãos e entidades; o Centro de Estudos Políticos e Sociais (Ceps), com o papel de avaliar políticas públicas e seus efeitos na área social e de pesquisas no campo social; o Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc), que desenvolvia pesquisas na área de memória

cultural, em especial do estado de Minas Gerais; o Centro de Estudos Econômicos (CEE), elaborando análises de conjuntura que envolviam formação de preços, inflação, industrialização e diagnóstico de economias setoriais, entre outros, que poderiam subsidiar planos de desenvolvimento; o Centro de Desenvolvimento Municipal (CDM), cuja principal meta era fortalecer a capacidade de gestão dos municípios, apoiando a descentralização administrativa; o Centro de Estatística e Informações (CEI), criado em 1992, a partir da incorporação das atividades da extinta Superintendência de Estatísticas da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (Seplan MG), com a atribuição de divulgar dados estatísticos de Minas Gerais, entre eles o Produto Interno Bruto (PIB) e dados demográficos dos municípios; e, por último, a Escola de Governo (EG), objetivando a profissionalização do servidor público por meio de cursos de capacitação, graduação, extensão e especialização (FJP, [1994]).

No início da década de 1990, essa estrutura organizacional passou por um processo de informatização pioneiro. O presidente Antônio Caram Filho (1989-1990) já destacara a necessidade de modernização do parque tecnológico naquele período adequando-o às necessidades da FJP. Ele afirma ter dado início a esse processo de modernização em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais (Prodemge), até então responsável pelas compras por uma questão de logística (CARAM FILHO, 2018b). Posteriormente, o presidente Luís Aureliano Andrade (1991-1994) importa “os melhores computadores da época” em uma compra estimada em “cem mil dólares”, e que deram à FJP um novo vigor (ANDRADE, 2009).

Ao mesmo tempo, o corpo técnico da instituição, que havia passado nos anos anteriores por um processo de perda e renovação, foi capacitado. Tal iniciativa foi coroada pela realização de um concurso público para diversas áreas de pessoal. *“Quando eu assumo, eu percebo que a Fundação João Pinheiro tinha perdido quadros [...], tinha envelhecido e perdido quadros [...]. E não tinha condições, então a gente faz o primeiro concurso”* (ANDRADE, 2009). Por meio dessa revitalização foi possível que os diversos centros supracitados incrementassem projetos e pesquisas objetivando

retomar a contribuição para o planejamento estatal. A FJP participou de quase todos os programas estaduais no início da década de 1990.

Entre os grandes projetos destacam-se:

a) Estruturação, pelo CDM, do projeto de desenvolvimento institucional do *Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios do Estado de Minas Gerais* (Somma) que buscava organizar institucionalmente e modernizar a infraestrutura de 150 municípios mineiros, tendo o BDMG como agente executor e contando com recursos do Banco Mundial (Banco Interamericano de Desenvolvimento - Bird) e do Estado (FJP, [1992]). Segundo Andrade (2009), não havia técnicos para elaboração do projeto e, por isso, a Fundação João Pinheiro foi contratada para fazer os estudos: “As projeções de população, estimativas de ganho com mudanças institucionais, com investimentos na área de meio ambiente, tudo isso foi feito na Fundação” (ANDRADE, 2009).

b) Elaboração e formatação do *Pró-Educação*, pelo Ceps, no intuito de avaliar a política estadual de descentralização e aprimoramento do ensino público.

c) Participação na reforma do Estado, por intermédio do CDA, que elaborou programas de reestruturação operacional e modernização institucional e planos de cargos e salários de diversos órgãos estatais (Fundação Clóvis Salgado, TV Minas, Imprensa Oficial, Rádio Inconfidência, entre outros). Tal atuação do CDA estava vinculada a uma transformação profunda de sua concepção original, que objetivava atender a iniciativa privada. O presidente Luís Aureliano Andrade justifica essa mudança afirmando que esse papel não era mais necessário: “Já tinha um monte de empresa aqui, de organizações que dariam conta disso, não tinha sentido a FJP entrar nessa área, continuar nessa área” (ANDRADE, 2009). A reestruturação gradativa do CDA, portanto, foi para direcioná-lo à área pública.

d) Execução, pelo CEE, do programa de base, com definição de uma metodologia para elaboração de planos regionais de desenvolvimento socioeconômico, em convênio com a Universidade de Illinois/Estados Unidos (FJP, 1994).

e) *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)*, desenvolvida pelo CEI na Região Metropolitana (BOLETIM..., 1995-2013). A PED foi um dos produtos desenvolvidos pelo CEI incorporado pela FJP na primeira parte dos anos 1990. A intenção era fortalecer a FJP, tornando-a um órgão estratégico de produção contínua de dados e informações sobre a economia mineira.

f) *Coleção Mineiriana* (lançada em 1992), organizada pelo Cehc, desenvolvida para preservar e publicar textos relevantes para compreensão da história de Minas Gerais.

g) *Política Ambiental em Minas Gerais: Atores e Instituições*, com o objetivo de estudar a institucionalização da política ambiental no estado de Minas Gerais a partir da década de 1970.

h) Formação de quadros para o serviço público a partir da Escola de Governo. O Curso Superior de Administração Pública (Csap) foi reformulado e regularizado. Foi criado também o programa de mestrado (1995).

Por um lado, pode-se afirmar que os projetos institucionais desenvolvidos nesse período tendem a modificar o perfil tradicional com a redução de trabalhos de grande porte voltados para área de planejamento urbano e desenvolvimento regional. Por outro lado, amplia-se a gama das temáticas, atingindo os setores de agropecuária, habitação, educação, comércio, finanças públicas, história e relações de trabalho. Com financiamento crescente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), relatórios e estudos de menor porte tomam o lugar dos grandes projetos. Essas tendências são acompanhadas pela incorporação das funções de estatística, até então desempenhadas pela Seplan. Tornada o órgão de estatísticas de Minas Gerais, a FJP transforma-se em referência no acompanhamento de índices como PIB estadual e dos municípios mineiros, estatísticas sociais e demográficas e na geração de outras estatísticas municipais.

Parte considerável dessa reorientação e revitalização institucional da FJP ocorreu durante o segundo mandato do governo Hélio de Carvalho Garcia, quando ela deixou de focar no setor privado e voltou-se para o setor público (ANASTASIA, 2017). Na visão do presidente Luís Aureliano Andrade,

ao final desse governo diversos fatos comprovam que a FJP estava fortalecida novamente, entre os quais ele destaca a instituição da Escola de Governo, a legalização e credenciamento de cursos, a criação da pós-graduação, a implantação do CEI, a instituição da Pesquisa de Emprego e Desemprego e o recrutamento de novos técnicos (ANDRADE, 2009).

É interessante notar que, embora essa mudança de perfil da FJP tenha se consolidado no governo Hélio de Carvalho Garcia, foi no final do governo Newton Cardoso que ela começou a ser gestada. Iniciou-se, àquela época, uma mudança na cultura organizacional que foi assim percebida pelo presidente Antônio Caram Filho (1989-1990):

Fizemos uma reunião com os superintendentes que estavam na hora, sentamos em uma salinha pequena depois que eu me apresentei, perguntei assim “Qual é o plano?” Não tinha um plano [...] A FJP não era adequadamente remunerada pelo serviço prestado [...] Criou-se uma mentalidade do trabalho pelo trabalho [...] Então nós mudamos o negócio. Tudo vai ser pago [...] Não tinha nada de graça (CARAM FILHO, 2018b).

O país estava se modificando, e a FJP acompanhava o ritmo das reformas, em especial, as pressões pela reforma do Estado. Na vanguarda, a instituição procura investir em novos procedimentos em busca de sobrevivência. Temáticas como eficiência, monitoramento, transparência, política social incorporaram-se aos projetos da FJP e são temas discutidos frequentemente pelos alunos da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Frente às dificuldades dos momentos de crise, a instituição enxergou oportunidades. As décadas seguintes seguem essa tendência de ampliação das áreas de atuação institucional, abrangendo todo o campo das políticas públicas e aproveitando-se, para isso, de seu quadro técnico qualificado e multidisciplinar.

4 Balanço do período 1990-1995 e reflexões finais

Comemora-se com este livro a história de uma instituição que se tornou uma referência nacional apesar das crises pelas quais passou. Foi durante as adversidades, aliás, que a Fundação João Pinheiro soube se reinventar e sair mais fortalecida. As fontes consultadas, por exemplo, se restringiram, basicamente, aos depoimentos dos presidentes e documentos institucionais e o texto do capítulo acaba se rendendo à historiografia tradicional que enfatiza os fatos, as relações causais entre os acontecimentos e uma narrativa de curto prazo, no caso, o período 1990-1995. No entanto, quando possível, o texto se deixou influenciar pela “nova história” (LE GOFF, 1994), utilizando a metodologia de história de vidas e fazendo análises estruturais, mesmo que limitadas.

No entanto, essas tentativas de análise do texto são insuficientes para esconder seu aspecto mais negativo: o silêncio a que foram relegadas as pessoas comuns, cujas experiências e influência na mudança social são fundamentais. Afinal, “a história tem que ser contada pelas pessoas que fizeram a história, eu acho que não são os presidentes” (CARAM FILHO, outubro de 2018). A história nunca é objetiva. Assim como o historiador olha para o passado com seu ponto de vista, quem vivenciou a história tem pontos de vista diversificados. Mas, como dito anteriormente, este texto se limita principalmente a comemorar a trajetória da Fundação João Pinheiro.

Se quisermos realmente romper a lógica da visão linear e progressiva do conhecimento histórico, não podemos reduzir a história a mero saber arqueológico. Concebida a partir dos sofrimentos das vítimas e dos projetos não realizados, a história também deveria ser lembrada para estimular os atores do presente a criar uma sociedade transformada e melhorada. Por um lado, essa hermenêutica do tempo e da história que recupera o passado de outro modo escapa às pretensões deste capítulo. Por outro lado, este texto pode abrir caminho para se construir o presente de outra maneira ao deixar latente a necessidade de trazer à tona, em algum momento, a voz dos que tiveram seus nomes e sonhos olvidados e levar em conta que o que ocorreu poderia ter se passado de outra maneira.

Referências

- ANASTASIA, Antonio Augusto Junho. **[Fundação João Pinheiro 50 anos]**. Entrevista concedida a Aparecida Maciel Shikida, Giovanni José Caixeta, Anna Luísa Carvalho. Belo Horizonte: FJP, 4 set. 2017.
- ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. **[Fundação João Pinheiro 40 anos]**. Entrevista concedida a Mário Cléber Martins Lanna Júnior. Belo Horizonte: FJP, 22 jul. 2009.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, João Gomes de. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 412 p.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOLETIM PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Belo Horizonte: FJP, 1995-2013. Mensal.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-23, abril de 1991.
- CARAM FILHO, Antônio Abrahão. **[Fundação João Pinheiro 50 anos]**. Entrevista concedida a Aparecida Maciel Shikida, Roger Guedes, Anna Luísa Carvalho. Belo Horizonte: FJP, 20 mar. 2018a.
- CARAM FILHO, Antônio Abrahão. **[Fundação João Pinheiro 50 anos]**. Entrevista concedida a Aparecida Maciel Shikida, Giovanni José Caixeta, Rafael Henrique, Henrique Gomides. Belo Horizonte: FJP, 10 out. 2018b.
- CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.11, n. 1, p. 1-44, jun. 2002.
- CYSNE, Rubens Penha. Aspectos macro e microeconômicos das reformas. *In*: BAUMAN, Renato (org.). **Brasil**: uma década em transição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. p. 54-100.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Econômicos e Regionais. **Análise regional da funcionalidade da economia mineira**. Belo Horizonte: FJP, 1990. 78 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Econômicos. **Programa de Promoção do Desenvolvimento Integrado dos Vales Pobres PROMOVALE**: termos de referência: suporte para elaboração do plano regional de desenvolvimento integrado. Belo Horizonte: FJP, 1994. 34 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Programa Somma**: projeto de desenvolvimento institucional: estrutura de operacionalização. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, [1992].

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades 1991-1994**. Belo Horizonte: FJP, [1994]. 25 p.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMMAN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea [1945/2004]**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **Historical institutionalism and economic development**: the political economy of import substitution industrialization in *Brazil*. 2003. Tese (Doutorado em Politics – Political Economy) – University of Sheffield, Sheffield, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Política de privatização do estado de Minas Gerais**: avaliação preliminar e subsídios para sua reorientação. Belo Horizonte: [Fundação João Pinheiro], 1990. 63 p.

MINAS GERAIS. Tribunal de contas. **Atos de admissão e movimentação de pessoal n° 127715**. Belo Horizonte: TCE, 1994. Disponível em: <https://tcnotas.tce.mg.gov.br/TCJuris/Nota/BuscarArquivo/1171567>. Acesso em: 11 jun. 2019.

PEREIRA, Roberto Gonçalves. **[Fundação João Pinheiro 50 anos]**. Entrevista concedida a Aparecida Maciel Shikida, Giovanni José Caixeta, Gabrielle Thuanny. Belo Horizonte: FJP, 4 out. 2018.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Dilema institucional dos institutos de pesquisa no país. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 73-87, set./dez. 1986.

YANO, Nina Machado; MONTEIRO, Marley Modesto. Mudanças institucionais na década de 1990 e seus efeitos sobre a produtividade total dos fatores. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36, 2008, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/30417>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ENTRE O PRESTÍGIO E A SUPERAÇÃO DE DESAFIOS: A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO NA BUSCA PELA MANUTENÇÃO DE SUA IMPORTÂNCIA E SEU RECONHECIMENTO NO PERÍODO DE 1995 A 2007

Kamila Pagel de Oliveira⁶⁴

Introdução

No período entre 1995 e 2007, a Fundação João Pinheiro (FJP) passou por muitas mudanças em sua dinâmica de atuação e de posicionamento interno e externo em relação ao Governo de Minas Gerais. A FJP que se destacou nos anos 1970 – tanto por seus projetos de vanguarda e alto desempenho nas áreas de saúde e saneamento, transporte e ensino primário quanto pela elaboração de planos de desenvolvimento regional e urbano em várias regiões do estado – enfrentou, nessas duas décadas, momentos que oscilaram entre desafios, prestígio e reconhecimento, inclusive de órgãos externos, sobretudo até 1998. Até 2007, houve uma necessidade real de superação das dificuldades relacionadas a disputas políticas e restrição financeira.

⁶⁴ Doutora em Administração pela UFMG, linha de pesquisa de Estudos Organizacionais e Sociedade. Mestre em Administração pela UFMG. Graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2006). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). Coordenadora da Assessoria em Projetos de Desenvolvimento de Pessoas da Escola de Governo Paulo Camilo Neves de Carvalho da FJP.

A primeira metade dos anos 1990 marcou uma consolidação institucional importante da FJP. De acordo com Guimarães (2010), muito do que vinha ocorrendo no cenário institucional ao longo dos anos 1980 permaneceu na década posterior, como a diminuição de projetos voltados para o planejamento urbano e desenvolvimento regional e um aumento de trabalhos na área de História. Nessa década, observam-se também projetos importantes no campo da agropecuária, habitação, das finanças públicas e relações comerciais, além da área de administração pública em geral. É importante salientar que essas orientações também são observadas na década de 2000, marcada pelo crescimento de pesquisas na área de turismo e cultura, geografia e relações comerciais (GUIMARÃES, 2010).

Outro fator importante de ser notado é a ampliação, a partir da década de 1990, de serviços de consultoria e assessoria a municípios, por meio da elaboração de planos diretores e plano de cargos e salários. Ainda de acordo com Guimarães (2010), nesse período, passa a haver mais espaço para o desenvolvimento de diagnósticos e a implantação de programas direcionados à promoção do desenvolvimento local.

Nesse momento, destacam-se a incorporação de diversos produtos e serviços no portfólio da FJP e um fortalecimento institucional em campos distintos e complementares, como a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a fonte de dados e indicadores de políticas públicas e a escola de formação para a área pública.

No entanto, apesar de sua diversificação de entregas e reconhecimento externo, esse período marca também uma dificuldade de posicionamento estratégico por parte da instituição na própria política governamental, sobretudo na segunda metade da década de 1990. Tal contexto acompanhado das dificuldades financeiras e orçamentárias do Estado afetam os projetos em andamento na FJP.

Para uma análise pormenorizada dessa década, torna-se relevante a apresentação dos governadores do estado de Minas Gerais e os respectivos presidentes da FJP que estiveram à frente

da instituição no período entre 1995 e 2007. Tendo em vista que este capítulo tem como fonte de dados importante as entrevistas realizadas com os ex-presidentes da FJP, a Figura 1 apresenta de forma organizada esses atores, indicando o período em que estiveram à frente da instituição.

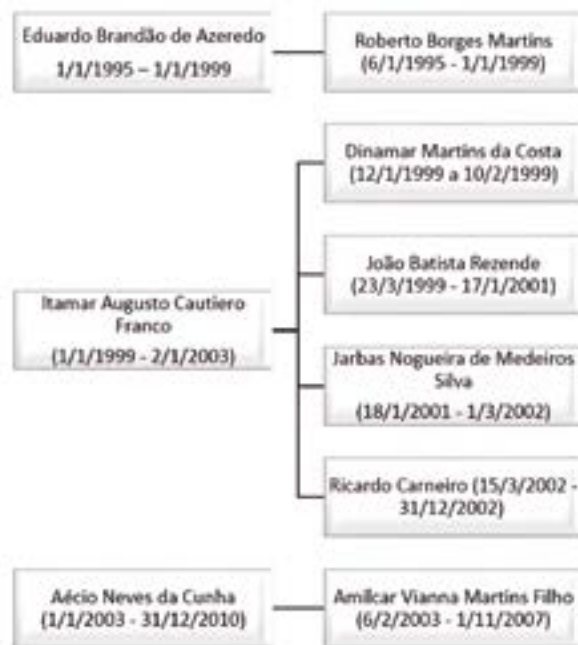


Figura 1 – Governadores de Minas Gerais e presidentes da FJP – 1996-2007

Fonte: elaboração própria

Conforme será visto ao longo do capítulo, a proximidade e a relação estabelecida entre os governadores e os presidentes indicados para conduzir a Fundação João Pinheiro e o papel concedido a essa instituição pelo governador interferem no reconhecimento interno e externo da Fundação João Pinheiro.

1 De 1995 a 1998: o prestígio e o reconhecimento interno e externo da FJP

De 1995 a 1998, a FJP foi gerenciada por um único presidente, Roberto Borges Martins⁶⁵, economista que passou boa parte de sua vida profissional na academia, sobretudo na Universidade

⁶⁵ Roberto Borges Martins. PhD em economia pela *Valderbilt University*. Foi presidente da FJP no período 6 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 1999.

Federal de Minas Gerais (UFMG). Seu grande conhecimento sobre a economia mineira e a história econômica de Minas Gerais contribuiu para a sua indicação para presidente da FJP, feita pelo então governador Eduardo Azeredo. Roberto Borges Martins permaneceu no cargo até o término do mandato desse governador.

Em sua gestão, a FJP agrega um conjunto de atividades e projetos que lhe conferem reconhecimento notório em nível nacional e internacional, além do fortalecimento da autoestima da equipe em função de uma proposta dinamizadora e de valorização. Segundo o então presidente da FJP, boa parte desse sucesso se deve ao fato de que ele contou com grande autonomia para indicar sua equipe de diretores. Para ele, uma decisão acertada, que possibilitou indicações que não levaram em consideração a identificação partidária, mas sim a competência técnica de cada profissional, valorizando inclusive os servidores da Casa.

A minha participação na FJP foi marcada por apartidarismo. Eu nunca perguntei a ninguém em quem ele votava, de que partido era. Trabalhei com a prata da casa. Não cheguei e mandei o time embora para contratar um time novo (MARTINS, 2018).

Na gestão de Roberto Borges Martins, a FJP apresentava oito centros de pesquisa em seu organograma: Centro de Estudos Econômicos, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Centro de Estatística e Informações, Centro de Desenvolvimento Municipal, Centro de Desenvolvimento em Administração, Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos, Centro de Estudos Históricos e Culturais e Centro de Estudos Econômicos e Sociais e a Escola de Governo, diretamente ligada à Presidência.

Uma das atividades assumidas pela FJP nesse período refere-se ao assessoramento aos municípios. Elas foram agregadas muito em função da incorporação da autarquia de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), que ocorreu a partir da Lei nº 12.153, de 1996. Realizados até então pela autarquia, os trabalhos de pesquisa, documentação, estudo e orientação técnica aos municípios foram transferidos e ficaram sob responsabilidade da FJP.

Ressalta-se que o Plambel⁶⁶ nasce na FJP, em 1971, torna-se uma autarquia à parte, mas retorna em 1996, juntamente com seu corpo técnico e profissional. Sua incorporação se deu no Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (Cemme) conforme consta no Relatório de Gestão de 1995 a 1998, quando, por intermédio do Cemme, a FJP assume parte das atribuições do Plambel, e o centro começa a vivenciar uma fase de prestação de consultoria para as prefeituras, atividade que passou a fazer parte dos serviços oferecidos pela FJP.

Essa incorporação trouxe uma série de responsabilidades à instituição, entre elas articular-se com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (Seplan MG) e a Assembleia Metropolitana de Belo Horizonte (Ambel); formular propostas de planejamento para funções públicas de interesse comum; manter um sistema de informações metropolitanas, principalmente cartográficas, e assessorar de modo específico o município parceiro. Além disso, a FJP começa a auxiliar os municípios na implementação de políticas públicas com enfoque regional, na modernização, qualificação de servidores e dirigentes desses entes, na recuperação do planejamento e na potencialização dos recursos próprios e na criação de mecanismos locais de fomento às atividades econômicas, entre outras (FJP, 1998).

Outro produto importante que passa a ser oferecido pela FJP em meados da década de 1990 é a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Ela possui caráter permanente e tem como objetivo identificar a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho regional a partir de um levantamento sistemático sobre emprego, desemprego e rendimentos.

A PED era realizada pelo Instituto de São Paulo e, segundo o presidente Roberto Martins, a FJP precisava pagar *royalties* pela metodologia. No entanto, a partir de dezembro de 1995, a FJP assumiu a realização da pesquisa, na época feita em parceria com a Secretaria de Estado

⁶⁶ O Plambel foi o nome do Grupo Executivo do Plano Metropolitano de Belo Horizonte, criado na Fundação João Pinheiro (1971). Posteriormente passou a designar a autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1974). Depois a autarquia passou a se chamar Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1975) e, por fim, Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1985), ainda com *status* de autarquia. Volta a fazer parte da FJP em 1996.

do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Setascad/MG), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade/SP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos/MG (Dieese/MG). A partir de então, a FJP passou a ser responsável pelo levantamento e pela análise mensal dos dados sobre o mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte (FJP,1998).

O Centro de Estatística e Informações também passou por mudanças consideráveis em meados da década de 1990 e assumiu a realização do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios a partir de 1996, tornando-se responsável pelo cálculo do PIB de todos os municípios de Minas Gerais. O PIB dos municípios oferece um conjunto de informações sobre a economia, como o crescimento real e nominal das atividades econômicas, destacando as medidas de políticas econômicas mais relevantes e os impactos sobre a trajetória de crescimento do estado, comparando-o com o Brasil. Por sua vez, o PIB dos municípios e regiões de Minas Gerais faz uma estimativa de geração de renda por municípios com base em indicadores econômicos que permitem o cálculo da estrutura de participação de cada município por atividade econômica no total do estado (FJP,1998).

De acordo com Guimarães (2010), ao incorporarem funções de estatística e de informações, os movimentos de reestruturação da instituição na década de 1990 fortaleceram o papel da FJP como órgão de estatísticas de Minas Gerais. Tal papel se consolidou a partir do acompanhamento do PIB estadual e municipal, do fornecimento de estatísticas sociais e demográficas e da geração e compilação de outras estatísticas municipais.

Em dezembro de 1997, forma-se a segunda turma do Curso de Administração Pública (Csap)⁶⁷. Ela teve o seu desenvolvimento integral na EG/FJP, já que a turma formada em 1992 concluiu o curso no Centro Universitário Una.

Em julho de 1997, os formandos submeteram-se ao Exame Nacional de Cursos, conhecido como "provão", e obtiveram o conceito A na avaliação. A escola classificou-se entre um pequeno

⁶⁷ Inicialmente, o curso chamou-se Curso Superior de Administração Pública. Posteriormente, passou a Curso de Administração Pública. A sigla pela qual ele é conhecido, Csap, todavia, permaneceu inalterada.

grupo de instituições prestigiosas (FJP,1998). Tal nível de excelência que se destacou desde a primeira turma avaliada permanece até os dias atuais. O Csap se inclui entre as melhores posições em todas as avaliações externas das quais ele participa.

Ainda na esfera da Escola de Governo, a gestão de Roberto Martins foi assinalada pela implantação, em 1995, do programa de pós-graduação *stricto sensu* Mestrado em Administração Pública: Sistemas de Informação e Gestão. O mestrado tinha como objetivo a qualificação de quadros de alto nível do serviço público e era desenvolvido em parceria com o Departamento de Ciência da Computação da UFMG. O curso foi concebido como um mestrado profissionalizante, destinado principalmente a organizações e funcionários públicos interessados em capacitação mais verticalizada no campo de políticas públicas. Em 1998, o mestrado contou com uma nova área de concentração, gestão de políticas sociais, e redirecionou a área de informática para tecnologias da informação (FJP,1998).

O Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc) também se destacou pela incorporação de novos produtos e serviços e intensificou sua atuação nas áreas de conhecimento da história, antropologia e cultura. O centro passou a realizar estudos e pesquisas relacionados com o universo mineiro, num esforço de preservação e valorização da memória cultural do estado (FJP, 1998). A partir da constatação da carência no mercado editorial de obras importantes para o entendimento do processo de formação histórica e cultural de Minas Gerais e de Belo Horizonte, o Cehc priorizou a publicação de algumas obras básicas e inéditas por meio das coleções Mineiriana e Centenário.

A Coleção Mineiriana foi criada em 1993 e teve suas publicações intensificadas no período de 1995 a 1999. É um programa de pesquisa histórica que edita obras de referência e relevância para o conhecimento referente a Minas Gerais dos séculos XVIII, XIX e XX. A Coleção Mineiriana é considerada um dos programas de pesquisa mais importantes voltados para a história e memória documental de um estado da Federação brasileira. Em 1996, a FJP desenvolveu o projeto de criação e implantação da base de dados da Coleção Mineiriana, coordenado pela Biblioteca Professora Maria

Helena de Andrade/FJP e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). Por meio desse projeto, foi possível reunir os dados bibliográficos das coleções sobre Minas Gerais que se encontravam na Biblioteca Pública Estadual, no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha MG), na Faculdade de Ciências Econômicas (Face)/UFMG e na própria FJP. Entre 1995 e 1998, a Coleção Mineiriana lançou mais de 20 títulos.

Já a Coleção Centenário, criada em 1997, tinha como objetivo restaurar, nos moldes da Mineiriana, as obras e os textos importantes sobre Belo Horizonte, marcando o centenário da criação da capital do estado. Foram escolhidos para publicações quatro segmentos distintos: obras de referência (dicionários históricos, inventários de fontes, bibliografias, cronologias, catálogos, atlas e documentos diversos), estudos e ensaios inéditos, biografias e clássicos (obras já esgotadas e/ou de difícil acesso) (FJP, 1998). A celebração do primeiro centenário de Belo Horizonte ocorreu em 12 de dezembro de 1997. A partir da Coleção Centenário, vários livros foram reeditados. Segundo relato de Roberto Martins (2018), essa coleção conferiu à FJP o prêmio Gentileza Urbana, concebido, desenvolvido e lançado pelo Departamento de Minas Gerais do Instituto de Arquitetos do Brasil em 1993, com o objetivo de estimular iniciativas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida urbana⁶⁸.

A figura 2 apresenta a primeira edição da Coleção Centenário, publicada em 1997. Ela mostra os anos iniciais de Belo Horizonte por meio de postais, percorrendo uma fase na qual a cidade planejada do início do século cresce e se consolida, aproximando-se da dinâmica da metrópole atual.

Segundo Roberto Martins, seu envolvimento era direto em todas essas publicações.

Nós publicamos muitas coisas. E eu me envolvia muito e não simplesmente dizia: Faça. Não! Muitos dos livros da Mineiriana têm estudos críticos feitos por mim. Apresentações feitas por mim. Eu participava de tudo na Mineiriana (MARTINS, 2018).

⁶⁸ <http://iabmg.org.br/site/premio-gentileza-urbana-2018/>.



*Primeira edição da
Coleção Centenário - 1997*

Fonte: RI-FJP/MG

Esse envolvimento e apoio da alta gestão nos projetos institucionais certamente fortaleceram as realizações das pesquisas e seus resultados, auxiliando na consolidação da excelência das publicações.

Outra iniciativa dessa gestão fundamental tanto para o reconhecimento da excelência da FJP quanto para o prestígio adquirido naquele momento foi o convênio estabelecido com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para realização de estudo sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O estudo calcula o IDH para a realidade dos municípios e reflete as especificidades e os desafios de cada região para alcançar o desenvolvimento humano. A FJP passou a calculá-lo para todos os municípios brasileiros e as divisões intramunicipais (aproximações de bairros) das regiões metropolitanas do país. Assim, além da divulgação do IDH pelo Brasil, a FJP passou a calcular o IDH para outros estados brasileiros, fazendo-o de modo desagregado por bairro. O convênio com o Pnud deu notoriedade à instituição e, de acordo com Roberto Martins (2018), a partir desse produto, a FJP passou a ser demandada por governos estaduais e prefeituras, o que difundiu seu nome por todo o Brasil.

O Pnud fazia o IDH dos estados brasileiros. Nós fizemos o IDH dos municípios de Minas Gerais. E depois fizemos o IDH dos municípios do Brasil inteiro. Todos os municípios do Brasil. E depois fizemos o IDH dos bairros de Belo Horizonte. Nós divulgamos o conceito do IDH e calculamos o IDH [...] A Fundação, anos depois, era contratada para fazer o IDH dos municípios da Bahia, dos municípios de Sergipe, por exemplo. E fazendo por bairros. Nós fizemos para o Rio de Janeiro (MARTINS, R., 2018).

O IDH passou então a subsidiar a implementação de políticas públicas e a distribuição de recursos públicos com base nos índices calculados pela FJP. A realização do IDH conferiu a ela vários prêmios, como assinala o presidente:

Então o IDH foi uma coisa muito importante. Colocou a FJP em destaque. Ganhou prêmios da ONU. [...] Fomos a Nova York receber esses prêmios. E fomos falar de IDH no Uruguai [...]. Foi uma coisa muito importante. [...] Fizemos um *software* espetacular... Uma coisa que marcou época. Na verdade, a FJP ganhou um prêmio pelo mecanismo de apresentação dos resultados (MARTINS, R., 2018).

Após a apresentação do projeto para a Organização das Nações Unidas (ONU), o Pnud organizou sua apresentação para o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Roberto Martins e a equipe do IDH foram apresentá-lo pessoalmente, e ele passou a ser referência nacional.

E lá fomos nós apresentar. Foi a turma toda apresentar o trabalho para o Fernando Henrique Cardoso. [...] ele tinha reservado 40 minutos na agenda para escutar. Ele ficou duas horas e meia e ficou tão encantado com o resultado que depois convidou a gente para almoçar com ele no Palácio da Alvorada. Ele ficou encantado com o negócio (MARTINS, R., 2018).

Todas essas iniciativas conferiram à FJP muito prestígio, o que fez com que as pessoas se sentissem realizadas em trabalhar na instituição. “O interessante é que a FJP ficou satisfeita consigo mesma. Ela começou a ter orgulho. Deu uma levantada [...] na autoestima” (MARTINS, R., 2018).

Após o término da gestão de Roberto Martins, ele foi presidir o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), convidado pelo presidente reeleito Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, tal convite se deu exclusivamente pelo sucesso do trabalho desempenhado pela FJP, demonstrando o reconhecimento de sua excelência.

Logo, é possível perceber que esses anos da década de 1990 foram primordiais para a FJP ser reconduzida ao patamar de uma instituição de excelência, como tinha sido em outros momentos. Ela estende seu leque de serviços em áreas como qualificação, formação e suporte à formulação e implementação de políticas públicas e destaca-se como centro de estatísticas, informações e provedora de serviços de consultoria. Vários desses produtos tiveram continuidade nos anos seguintes. A instituição, no entanto, começa a enfrentar dificuldades para manter a posição ocupada até aqui.

2 De 1999 a 2002: a dificuldade de se posicionar estrategicamente na política governamental do estado

A partir da posse do governador Itamar Augusto Cautiero Franco, em 1999, buscou-se adotar uma nova política para retomar a vocação original da entidade como órgão de suporte técnico e administrativo ao desenvolvimento de Minas Gerais. No entanto, a partir do relato de alguns presidentes do período de 1999 a 2002, trata-se de um momento caracterizado por grandes dificuldades financeiras e de ausência de apoio institucional para a realização de ações que a mantivessem com a projeção alcançada nos anos anteriores.

O período em questão contou com a gestão de quatro presidentes. O primeiro, Dinamar Martins da Costa⁶⁹, nomeado para um intervalo na transição entre Roberto Martins e o indicado pelo então governador Itamar Franco, o servidor da instituição João Batista Rezende⁷⁰. Após João Batista

⁶⁹ Dinamar Martins da Costa, economista. Presidiu a Casa de 12 de janeiro de 1999 a 10 de fevereiro de 1999.

⁷⁰ João Batista Rezende, economista, servidor da FJP. Foi presidente de 24 de março de 1999 a 17 de janeiro de 2001.

e ainda no governo Itamar Franco, a FJP contou com Jarbas Nogueira de Medeiros Silva⁷¹ e Ricardo Carneiro⁷².

Três dos quatro presidentes nomeados no período eram servidores da Fundação João Pinheiro, o que parece demonstrar valorização da instituição e reconhecimento da qualidade de sua equipe. No entanto, se, por um lado, tal iniciativa pareceu representar a valorização do trabalho desenvolvido pelos seus servidores, por outro, parece ter imposto limitações a uma atuação mais autônoma por parte desses presidentes. Nos depoimentos de João Batista Rezende e Ricardo Carneiro, é perceptível que esse período foi marcado pela falta de autonomia gerencial e ausência de apoio político para que a instituição avançasse na implementação de novos projetos. Grande parte dessas dificuldades deve-se ao período político e econômico atravessado por Minas Gerais, que fragilizou a atuação da FJP.

Depois da nomeação provisória de Dinamar Martins, tomou posse o professor João Batista Rezende, que permaneceu no cargo de 23 de março de 1999 a 17 de janeiro de 2001. João Batista teve muitas dificuldades à frente da FJP, a começar pela falta de autonomia em compor a sua equipe de diretoria.

A grande discussão aqui era que nós não conseguimos fazer toda a diretoria. E vem aquele pessoal de fora, sobre quem você, às vezes, não tem controle. Pessoas vieram pra cá, algumas pleiteavam até mesmo a presidência, foi um momento muito difícil. [...] Porque nós tínhamos um grupo daqui da FJP, tentávamos fazer as coisas. Esse grupo vem de fora e dificulta. [...] Tivemos diretorias ocupadas por cargos políticos [...] Isso dificulta. Cada um busca defender os seus interesses. [...] “Eu venho para a FJP, vou para lá e consigo fazer a minha política, atender os meus correligionários”. Então começava a atender prefeitos e atender interesse do prefeito porque ele era candidato ou era ligado ao ganho de algum deputado (REZENDE, 2017).

71 Jarbas Nogueira de Medeiros Silva, graduado em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi presidente da FJP de 18 de janeiro de 2001 a 1º de março de 2002.

72 Ricardo Carneiro, matemático. Foi presidente da FJP de 15 de março de 2002 a 31 de dezembro de 2002.

Percebe-se, portanto, que a FJP se apresentou nesse período como um instrumento político com ocupação de cargos importantes por quem não tinha a competência técnica necessária, o que prejudicou a formação da equipe de direção da instituição e, possivelmente, a qualidade dos produtos e serviços prestados.

Apesar da intenção do então governador de destacá-la como órgão de projeção nacional, esse momento foi marcado pelo rompimento de Itamar Franco com o presidente Fernando Henrique Cardoso em função de um conflituoso processo de negociação da dívida do estado para com o Governo federal. No início de 1999, alguns governadores recém-empossados questionaram os termos dos contratos de renegociação da dívida estadual com o Governo federal, entre eles Itamar Franco. Nesse mesmo ano, ele decretou a moratória da dívida mineira por 90 dias. A medida ocasionou o bloqueio de repasses do Governo federal ao Estado, de modo a assegurar o pagamento das prestações da dívida. Além disso, a relação política também é dificultada. Segundo João Batista, a situação afetou a realização de projetos:

Itamar nos chama e nos dá uma tarefa, uma missão. “Olha, nós precisamos resgatar a Fundação João Pinheiro, a queremos como órgão nacional”. Nesse período acontece aquele rompimento com o Fernando Henrique Cardoso, então todos aqueles trabalhos que nós fazíamos para o Governo federal cessaram. Nós não conseguimos mais trabalhos com a instância federal, com exceção de alguns colegas que já tinham projetos em andamento. Esses conseguiam alguma coisa, dar continuidade. Foi difícil, nós tivemos que voltar para dentro de Minas Gerais. Então nós tentamos formar um grupo aqui, e esse grupo veio de fora. [...] E o governador Itamar Franco era o governador e o ex-presidente. Queria fazer alguns estudos nacionais, alguns trabalhos. [...] Fizemos uma proposta muito interessante para reestruturar, reformular e rever a FJP, mas infelizmente ela não foi adiante (REZENDE, 2017).

Além do problema político, o momento também é delimitado pela falta de recursos financeiros, a despeito do fato de que, nesse momento, a FJP possuía autonomia para investir os recursos obtidos a partir da captação dos projetos.

Não obstante as dificuldades apresentadas, a importância da FJP foi reconhecida pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) em cerimônia comemorativa pelos seus 30 anos de criação. A reunião especial da ALMG ocorreu em 18 de maio de 2000 em solenidade que contou com a presença de vários deputados, diretores, servidores e ex-presidentes da FJP. O então deputado José Henrique, que a presidiu, enalteceu a FJP: “Ela se firmou, ao longo desses 30 anos, como instituição de peso”. A Casa foi reconhecida por seu papel importante no “planejamento e esforço modernizante permanente, baseado no tripé da racionalidade econômica e administrativa e no avanço tecnológico, em busca do desenvolvimento de Minas Gerais”⁷³.

João Batista Rezende recebeu a placa comemorativa e, em seu discurso de agradecimento, afirmou:

Devemos refletir sobre os objetivos que presidiram a sua criação e sobre a realidade que reorientou o planejamento do Estado, dando outros contornos à instituição, com tarefas como formação de pessoal para a administração pública⁷⁴ (REZENDE, 2000).



Entrega da placa comemorativa dos 30 anos de criação da FJP a João Batista Rezende pelo deputado José Henrique – 1999

Fonte: RI-FJP/MG

⁷³ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2000/05/SCT173876.html>. Acesso em: 2 jun. 2019.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2000/05/SCT173876.html>. Acesso em: 2 jun. 2019.

A partir de 2001, os centros especializados passaram a ter a seguinte configuração: Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), Centro de Estatística e Informações (CEI), Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES), Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc), Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (Cemme) e Escola de Governo (EG).

Na gestão de João Batista Rezende, destacaram-se os projetos relacionados à Coleção Mineiriana, que possuíam recurso assegurado, além da tentativa de atuar junto à reestruturação administrativa de municípios. Ainda no que diz respeito à Coleção Mineiriana, foi assinado um acordo de cooperação técnica com o Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) para viabilizar a edição de cinco obras paralisadas por falta de recursos financeiros. Além disso, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, o Cehc lançou o projeto Estante Mineiriana. Seu objetivo era valorizar e difundir a memória histórica de Minas Gerais por meio da doação de exemplares da Coleção Mineiriana para as principais instituições culturais do interior do estado. Nessa parceria, realizou-se ainda a exposição “Republicanizar a República: 70 anos da Revolução de 30 em Minas Gerais.” Foi um evento de destaque na imprensa e no meio cultural na época. A equipe do Cehc foi responsável pela pesquisa histórica e concepção da mostra (FJP,2001).

Durante o segundo semestre de 2000, destaca-se ainda o início do projeto de reposicionamento estratégico da FJP, uma tentativa evidente de restabelecer sua importância.

O projeto surgiu da comprovação da incompatibilidade entre a execução dos trabalhos de administração da casa e os de sistematizar as demandas por uma renovação estrutural da Fundação João Pinheiro, de maneira a adequá-la às demandas atuais e superar os vícios institucionais adquiridos. Para tanto, foram contratados consultores, que, por notório conhecimento do assunto e da instituição, se habilitaram para a execução dessa tarefa. Os trabalhos se iniciaram em setembro e, ao final do ano, o relatório preliminar foi entregue para leitura. Os recursos para a execução dessa consultoria são do convênio Fundep/Seplan/MG para a Modernização Administrativa do Estado de Minas Gerais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001).

Ainda a partir de 2000, o CEI passou a desenvolver o projeto *Monitoramento de Políticas Públicas do Estado de Minas Gerais*, regulamentado pelo Decreto nº 40.970, de 23 de março de 2000. Por meio da estruturação de uma base informatizada receptora de dados interligada às diversas fontes geradoras de informações do estado, ele passaria a gerar um fluxo contínuo de estatísticas relevantes para o acompanhamento sistemático da execução de políticas públicas, visando a avaliar o desempenho operacional na implementação de determinadas ações (FJP, 2001).

No mesmo período, numa iniciativa pioneira, foi lançado o Guia dos Arquivos e Acervos Documentais do Estado de Minas Gerais (1522-1945), uma realização do Centro de Estudos Mineiros da UFMG que contou com o apoio da FJP e da Fapemig (FJP, 2001).

Após a gestão de João Batista Rezende, assumiu a Presidência Jarbas Nogueira de Medeiros Silva, que permaneceu por pouco mais de um ano, de 18 de janeiro de 2001 a 1º de março de 2002. Entre suas ações, destacam-se: a instituição de comissão destinada a elaborar estudos relacionados ao projeto “parque tecnológico”, elaborado em conjunto com o Governo do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte e outras entidades; criação de um comitê técnico, com a incumbência de discutir e apresentar sugestões para linhas de atuação da Fundação João Pinheiro, buscando articulá-las com assuntos de natureza relevante e de interesse de Minas Gerais. O presidente incumbiu a Assessoria de Comunicação de elaborar um veículo de informação técnica, com periodicidade mensal; além da recepção de William Weissam, cônsul dos EUA. Em março de 2001, a Fundação João Pinheiro também recebeu o embaixador do Líbano. Em março de 2002, o servidor da casa e professor Ricardo Carneiro assume a Presidência e permanece por menos de um ano, de 15 de março de 2002 a 31 de dezembro de 2002. Com conhecimento em planejamento, Ricardo Carneiro passou pela Seplan MG e Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Minas Gerais até chegar à FJP. Reforçando a percepção do professor João Batista, Ricardo Carneiro também reconhece as dificuldades políticas e financeiras vivenciadas durante o governo Itamar Franco.

Quando entrou, Itamar não recebeu uma situação financeira favorável, muito pelo contrário. Ele herdou salários atrasados, décimo terceiro para ser pago. Era um contexto

de crise financeira. Ele tentou aquela saída, que não deu certo, da renegociação da dívida. [...] Tinha um embate político. Não conseguiu, a mídia o massacrou [...]. No início do governo dele teve uma força muito grande: a Fazenda. E a mentalidade da Fazenda, entre outras coisas, é de corte, [...] ainda mais em período de crise financeira (CARNEIRO, 2017).

De acordo com Ricardo Carneiro, tais dificuldades afetaram sobremaneira a composição do quadro de pessoal. Para ele:

Uma das grandes preocupações da Fundação João Pinheiro na época foi o esvaziamento, perda de quadros, defasagem salarial e outros. Tinha até um estudo feito no período, uma espécie de um documento que mostrava a situação difícil que a instituição vivia, de esvaziamento, de perda de quadros, com um cenário que no horizonte não muito longo de tempo levaria à morte por inanição, por falta de reposição de quadro. Se hoje a gente é envelhecido, na época já era envelhecido, estava perdendo muita gente, não só por não conseguir reter, mas também por aposentadoria. Então, do ponto de vista mais geral, a preocupação foi ver se era possível fazer algum tipo de encaminhamento (CARNEIRO, 2017).

Diante desse cenário, houve uma tentativa de recuperação da FJP, mas sem sucesso:

Foi pelo menos uma tentativa, porque a gente tinha esse envolvimento. Eu sou um servidor da Fundação João Pinheiro, então você tem um compromisso, eu não estou aqui de passagem. [...] Final de mandato, não tem muito que você possa fazer, mas a gente até que tentou [...] As pessoas não vão se envolver em algo que não lhes diz respeito. Na época, a gente chamava a atenção para a característica mais ou menos única da Fundação João Pinheiro: uma instituição que era um pouco o Ipea, um pouco o IBGE, um pouco o Enap [...]. Existia essa consciência de que era necessário fazer alguma coisa. Junto com essa consciência, uma sensação de certa impotência. Até para fazer alguma coisa você tem que ter boa vontade do outro lado. Tem que ter apoio político. A FJP não tinha (CARNEIRO, 2017).

Assim como se observa na gestão de João Batista Rezende, Ricardo Carneiro também encontrou dificuldades de obter respaldo político para as iniciativas que trariam benefícios à FJP e a manutenção do reconhecimento favorável, interno e externo, obtido em anos anteriores. Nota-se que as dificuldades vivenciadas pelo governo mineiro tiveram um impacto muito grande na FJP, que não conseguiu implementar novos projetos ou novas iniciativas durante o governo Itamar Franco. Apesar do esforço dos presidentes, a FJP não contou com autonomia política, administrativa e financeira para manter o caráter de pioneirismo de projetos anteriores.

Nesse contexto, destaca-se a realização da pesquisa de origem e destino em 2002. A *Pesquisa Origem-Destino Domiciliar*, ou *Pesquisa OD*, é a ferramenta de planejamento principal da mobilidade urbana. Ela fornece um retrato dos principais padrões de deslocamento na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), correspondentes a um dia útil típico⁷⁵. Como se trata de uma pesquisa de alta complexidade, é realizada de dez em dez anos. A *Pesquisa OD 2002* foi realizada pela FJP e envolveu um conjunto grande de pesquisadores, estagiários e alunos do Csap.

Outra ação importante foi a comemoração dos dez anos da Escola de Governo, ocorrida em 16 de dezembro de 2002. Tendo em vista a importância do professor Ricardo Carneiro na consolidação da Escola de Governo, essa celebração marca uma etapa importante de sua gestão na FJP. O evento contou com a participação do prefeito de Belo Horizonte, de representantes da UFMG, do Banco Mundial e da Fundação Ford, além da homenagem a ex-alunos, ex-presidentes da FJP e ex-diretores da EG.

Além dessas ações, diante das dificuldades do período, a FJP buscou manter os projetos, as pesquisas e publicações de caráter contínuo e permanente.

⁷⁵ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/dados/pesquisa-origem-destino>
Acesso em: 10 jun. 2019.

3 De 2003 a 2007: as restrições orçamentárias e financeiras e a busca de alternativas de financiamento dos projetos da FJP

A década de 2000 foi marcada por modificações estruturais decorrentes das políticas de modernização do Governo estadual. Assumindo-o em janeiro de 2003, Aécio Neves da Cunha implementou o Programa Choque de Gestão, em virtude do contexto de crise fiscal e de ineficiência na gestão dos recursos públicos, semelhante ao apresentado no resto do país.

Diante de um cenário de *deficit* financeiro, da capacidade limitada de investimento público, capacidade institucional baixa e necessidade de mudança no modelo de gestão administrativa, o governo mineiro buscou adotar medidas que visavam ao ajuste fiscal e ao alcance do desenvolvimento econômico, político e social do estado (VILHENA *et al.*, 2006).

Objetivando melhores resultados para a máquina administrativa, aumento dos recursos públicos e utilização mais eficiente, estabeleceu-se que o Choque de Gestão atuaria em quatro frentes de trabalho: crescimento de receita, redução de despesa, reestruturação de processos de trabalho e gerenciamento de projetos públicos (VILHENA *et al.*, 2006).

No período de 2003 a 2006 ocorreu a implementação da primeira geração do Choque de Gestão. Segundo os idealizadores, a proposta “implantou, assim, um modelo de gerenciamento com ênfase no enfrentamento do *deficit* fiscal e fortemente ligado à formulação e execução do Portfólio de Programas Estruturadores e instituiu os primeiros acordos de resultados.” (BDMG, 2013, p.14).

Na FJP, após a eleição de Aécio Neves, Amilcar Martins⁷⁶ assume como presidente da instituição, a partir do convite de Antonio Augusto Anastasia, então secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag MG). Foi o presidente de maior longevidade na FJP, tendo permanecido no cargo até novembro de 2007.

⁷⁶ Amilcar Vianna Martins Filho, historiador. Foi presidente da Fundação João Pinheiro no período de 6 de fevereiro de 2003 a 1º de novembro de 2007.

De acordo ele, sua gestão é marcada por um período de muita crise financeira, o que prejudicou todos os órgãos e todas as entidades estaduais, inclusive a FJP.

Foi um período de muita dificuldade. Era o Choque de Gestão, a gente não tinha dinheiro para coisa alguma. [...] Não era um problema específico da Fundação João Pinheiro. Antonio Anastasia era secretário de planejamento e foi quem cuidou dessa reorganização do Estado. Eu acho que foi uma experiência bem-sucedida, mas muito sofrida para quem estava lá. Não tínhamos recursos para coisa alguma [...]. A Pesquisa de Emprego e Desemprego, de Origem e Destino e outros projetos permanentes mantiveram-se, também com muita dificuldade. Com ajuda da Fapemig, conseguimos manter o programa editorial da Coleção Mineiriana com menos ênfase, com número menor de publicações, mas conseguimos manter o programa (MARTINS, A., 2018).

Uma conquista importante nesse momento foi a obtenção de recurso financeiro vindo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o que representou uma alternativa de financiamento aos projetos, dadas as limitações financeiras e orçamentárias do Estado. A previsão de concessão de recurso do BDMG à FJP está contida na Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993. Seu art. 92 estabelece:

Fica o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) autorizado a doar à FJP o valor equivalente a 5% do lucro líquido anual da instituição, a ser repassado em quota única até 30 de junho do exercício seguinte (MINAS GERAIS, 1993).

Amilcar Martins relata assim essa conquista:

Apesar das dificuldades, nós conseguimos avançar um pouco. Uma coisa importante eu consegui com a ajuda do Antonio Anastasia: o cumprimento da legislação que estabelece que o BDMG precisava repassar uma porcentagem de seu lucro para a Fundação João Pinheiro. [...] Isso nunca tinha sido feito. Entrei com a solicitação, e o Anastasia me deu força. Ele era secretário de Planejamento. O BDMG resistiu. Aí entramos com recurso e conseguimos esse dinheiro. Foi um dinheiro muito importante, foi fundamental. Nós fizemos uma grande reforma do prédio pela primeira vez. Com dificuldades. A primeira vez que o prédio foi reformado, foi consertado. Foi muito importante (MARTINS, A., 2018).

Dessa forma, na situação de ajuste fiscal, a garantia desse recurso vindo do BDMG possibilitou à FJP manter os projetos e as pesquisas considerados prioritários.

Um projeto importante desenvolvido nessa gestão pela Escola de Governo foi a elaboração do *Plano de Monitoramento e Avaliação dos Programas Descentralizados da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte*. Em 2003, foi firmado um convênio entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), a Escola de Governo da FJP (EG-FJP) e a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (SMAS-PBH). O plano envolvia o planejamento do acompanhamento sistemático, do monitoramento e da avaliação dos programas e serviços da assistência social em Belo Horizonte: o Serviço de Orientação Sócio-Familiar (Sosf) e o Plantão Social e o Núcleo de Apoio à Família (NAF).

Em setembro e outubro de 2003, foram realizadas atividades de capacitação das equipes de Belo Horizonte em temas de marco conceitual e gestão por resultado em programas sociais, seguidas da elaboração da matriz lógica de planejamento de cada programa. Posteriormente, foram trabalhados em forma mais sistemática os indicadores de êxito e de desempenho dos programas e suas respectivas fontes de verificação, buscando estabelecer a coerência e vinculação deles com o Sistema de Informação dos Serviços de Assistência Social (Sisas). Baseando-se nesses subsídios, foram elaborados os temas referentes à organização da função de monitoramento e avaliação na SMAS (FJP, 2003).

Em 2004, em parceria com o BDMG, foi realizado o Curso de Altos Estudos do BDMG. Seu objetivo era analisar aspectos, parâmetros, diretrizes, cenários e estratégias fundamentados na compreensão da realidade política, econômica, social e cultural de Minas Gerais e do Brasil, como contribuição à capacitação profissional e ao trabalho com comunidades e formação de lideranças. Tinha como público-alvo gestores e gerentes de organizações públicas e privadas.

Segundo Amilcar Martins, a Escola de Governo teve grande projeção e atuação nesse período: “A Escola de Governo, a menina dos olhos da Fundação, era a minha menina, foi resgatada de forma importante nesse período.” (MARTINS, 2018).



Folder do concurso público vestibular da turma ingressante em 2003

Fonte: RI-FJP/MG

Além dos dois projetos mencionados, outro fator importante dessa projeção foi a posição de destaque obtida pelos estudantes do Curso de Administração Pública (Csap) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), realizado em 2006. O Enade é uma avaliação dos cursos de ensino superior organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) cujo objetivo é avaliar a qualidade do ensino superior nacional. Essa foi a primeira edição do Enade aplicada aos cursos de administração e, portanto, a primeira que contou com a participação dos

alunos do Csap. O curso obteve o primeiro lugar geral. A turma que realizou a avaliação foi a que ingressou no concurso de 2003.

Foi ainda assinado o termo de cooperação entre a Escola de Governo e a *Lyndon B. Johnson School of Public Affairs* da Universidade do Texas, em Austin, em 2006. A partir dessa cooperação, foi estabelecido o *Minas Gerais Leadership Program*, por meio do qual servidores da FJP realizaram o curso *Leadership Conference in Program Evaluation and Leadership Management*. Posteriormente, a metodologia aprendida nesse programa foi compartilhada com os servidores do Estado em parceria entre a FJP e a Seplag.

A FJP também participou da elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2007-2023. Dessa forma, foram desenvolvidos estudos aprofundados sobre alguns temas considerados relevantes para o desenvolvimento mineiro, com um enfoque comparativo entre outros países e estados brasileiros. Tais estudos foram produzidos por 25 acadêmicos especialistas ligados a diversas instituições, sobretudo a UFMG e a FJP. Os temas selecionados foram: políticas públicas e demografia, crescimento econômico, eficiência e produtividade total dos fatores em Minas Gerais, inovação tecnológica e desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano, emprego e renda, pobreza e desigualdade de renda, saúde, educação básica, criminalidade, região metropolitana e transportes e desenvolvimento regional (SILVEIRA, 2013).

Já ao final da gestão de Amílcar Martins, foi publicada a Lei Delegada nº 159, de 25 de janeiro de 2007, contemplando a reforma administrativa do governo reeleito de Aécio Neves. A lei reestruturou a FJP, extinguindo o Cemme, o Cehc e o CDA. As atividades finalísticas foram incorporadas pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas Paulo Camilo de Oliveira Penna (CEPP), pelo Centro de Estatística e Informações (CEI) e pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (MINAS GERAIS, 2007).

4 Considerações finais

O período de 1995 a 2007 pode ser dividido em três fases distintas: a primeira, de reconhecimento e notoriedade, predominou entre 1995 e 1998; a segunda, de 1999 a 2002, assinalada pela ausência de apoio político e de posicionamento estratégico da FJP na política estadual e pela tentativa da instituição de manter sua importância; a terceira, de dificuldades financeiras impostas, sobretudo, pelo Choque de Gestão de 2003 a 2007.

Apesar das dificuldades políticas, administrativas e financeiras observadas em boa parte do período em questão, trata-se de um momento de grande relevância para a FJP. Ela implementou projetos importantes, de expressão interna e externa. Percebe-se a diversificação do portfólio de serviços e produtos oferecidos com a implantação de ações de destaque, como a realização da PED, o cálculo do IDH e do PIB Municipal, além do fortalecimento da Coleção Mineiriana e a consolidação da Escola de Governo como um centro de excelência. Nesse período há, portanto, o fortalecimento de uma instituição que se destaca em três campos distintos e complementares: centro de pesquisa, fonte de dados e indicadores de políticas públicas e escola de formação para a gestão pública.

De 1995 a 2007, salienta-se o foco de atuação da FJP não apenas em Minas Gerais, mas também sua relação forte com outros estados e municípios principalmente. Diferente de períodos anteriores, nessa fase não se observa aproximação da FJP com a iniciativa privada; sua atuação esteve mais relacionada a órgãos e entidades públicas de todos os entes.

Tal excelência está intimamente relacionada à presença de uma equipe extremamente qualificada e multidisciplinar que, apesar das dificuldades, primou por buscar manter a importância da FJP e pela excelência e qualidade nos produtos e serviços realizados.

Referências

- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Do Choque de Gestão à Gestão para a Cidadania: 10 anos de desenvolvimento em Minas Gerais.** Belo Horizonte: BDMG, 2013.
- CARNEIRO, Ricardo. Belo Horizonte, 12 de setembro de 2017. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de monitoramento e avaliação dos programas descentralizados da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: FJP, 2003.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades 1995 – 1998.** Belo Horizonte: FJP, 1998.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório anual de atividades da Fundação João Pinheiro 2000.** Belo Horizonte: FJP, 2001.
- GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **Fundação João Pinheiro 40 anos: o contexto, as mudanças e o foco de atuação da instituição.** Belo Horizonte, 2010. Não publicado.
- MARTINS, Amilcar. Belo Horizonte, 13 de junho de 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida.
- MARTINS, Roberto Borges. Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida.
- MINAS GERAIS. Decreto nº 40.970, de 23 de março de 2000. Dispõe sobre o fornecimento de informações relevantes originárias de diversos órgãos e entidades da administração pública estadual à FJP, para desenvolvimento do projeto de monitoramento de políticas públicas do Governo do Estado de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado:** Diário do Executivo, Belo Horizonte, 24 mar. 2000. p. 1 col. 2.
- MINAS GERAIS. Lei delegada nº 159, de 25 de janeiro de 2007. Altera a Lei Delegada nº 86, de 29 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a Estrutura Orgânica Básica da Fundação João Pinheiro. **Diário Oficial do Estado:** Diário do Executivo, Belo Horizonte, 26 jan. 2007. p. 23_col.1.
- MINAS GERAIS. Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993. Cria a Autarquia Imprensa Oficial do Estado de

Minas Gerais – IO-MG –, altera estrutura orgânica de Secretarias de Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado:** Diário do Executivo, Belo Horizonte, 20 jan. 1993. p. 2 col.2.

MINAS GERAIS. Lei nº 12.153, de 21 de maio de 1996. Extingue a autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Plambel - e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado:** Diário do Executivo, Belo Horizonte, 22 maio 1996.

REZENDE, João Batista. Belo Horizonte, 1 de setembro de 2017. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida.

SILVEIRA, Mauro Cesar da. **O processo de formulação da estratégia:** um estudo de caso longitudinal sobre o **processo** de construção das estratégias do Governo de Minas Gerais entre 1995 e 2011. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

VILHENA, Renata *et al.* **O Choque de Gestão em Minas Gerais:** políticas de gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: DE 2007 A 2014 MANTENDO SEU CARÁTER ESTRATÉGICO E INOVADOR

Maria Isabel Araújo Rodrigues⁷⁷

Como instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag MG), a Fundação João Pinheiro (FJP) é fonte de conhecimento e informações para o desenvolvimento do estado e do país. Desde a sua criação, mantém como característica a inovação contínua na produção de estatísticas e na criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais⁷⁸.

Considerando o papel estratégico da FJP no processo de tomada de decisão governamental, discorrer-se-á sobre o seu lugar e ofício na estruturação do Estado de Minas Gerais entre os anos de 2007 e 2014.

⁷⁷ Possui graduação em Direito pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (1999), graduação em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (1998), especialização em Auditoria e Controle pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (2001) e é mestre em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atualmente é diretora geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

⁷⁸ <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em 1 jun. 2019.

Em 2007, a Presidência da instituição era ocupada pelo historiador Amilcar Vianna Martins Filho⁷⁹, 22º. presidente da FJP. Amilcar Martins foi o presidente que mais tempo permaneceu no cargo: quatro anos e nove meses (6 de fevereiro de 2003 a 1 de novembro de 2007).

Elegi-me deputado e fiquei um período de quatro anos na Assembleia e depois voltei para a administração do Estado já no governo do Aécio Neves. Foi quando eu fui para a Fundação e fiquei muitos anos na instituição. Na verdade, até 2007, e eu já era do conselho da Mineiriana. Tinha muito contato e amigos na Fundação João Pinheiro e foi um convite natural, do governo de Aécio Neves. Quem me fez o convite foi o nosso professor Anastasia, conversei com ele e falei: eu não sou economista, não tenho formação nessa área, mas ele disse “é um cargo administrativo, você não tem que ser especialista e terá equipes. A Fundação João Pinheiro tem uma excelente equipe de técnicos e especialistas.” (MARTINS, 2018, p.04).

Amilcar Martins sempre demonstrou um carinho especial pelos trabalhos realizados pelo Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc) da FJP, com participação inclusive no Conselho da Mineiriana, projeto editorial da FJP vinculado a este Centro.

Uma coleção importantíssima. É provavelmente, é a maior coleção de assuntos mineiros publicados, além da Revista do Arquivo Público Mineiro, que é o maior conjunto de informação sobre a história de Minas Gerais, a Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro é extraordinária e teve um grande impulso durante a presidência do Roberto Martins (MARTINS, 2018, p.5).

Um dos trabalhos publicados em 2007, com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura, foi o projeto *Experiências de Financiamento à Cultura em Municípios de Minas Gerais: Gastos Públicos, Aparato Institucional e Mecanismos de Incentivo*. O projeto construiu um referencial analítico visando a subsidiar a reflexão, por parte de gestores públicos, artistas, agrupamentos artístico-culturais, produtores, pesquisadores, acadêmicos e empresas interessadas no patrocínio de projetos culturais sobre as políticas públicas de cultura em âmbito municipal no estado de Minas Gerais.

⁷⁹ Graduado em História, mestre em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em História pela *University of Illinois Champaign*.

Para construção de tal referencial, foi realizada análise dos gastos municipais em cultura tomando-se como parâmetro três principais indicadores de desempenho: gastos em cultura/gastos totais, gastos *per capita* em cultura e esforço de gasto *per capita* em cultura. Da análise de tais indicadores, foi possível apontar uma carência de investimentos no setor cultural, por parte das administrações municipais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007, P 105).

Ainda em 2007, em 1º de novembro, Ricardo Luiz Santiago⁸⁰ assume a presidência da Fundação João Pinheiro, e permanece até 2 de dezembro de 2008. Antes de assumir a presidência da FJP, ele trabalhou em várias outras instituições de renome em pesquisa, desenvolvimento e planejamento. Foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto de Planejamento de Gestão Governamental; secretário-geral na Secretaria de Planejamento do Governo Federal, e gerente do Departamento Regional de Operações no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com ampla experiência no campo do planejamento e da pesquisa, ao assumir a presidência da FJP tinha como proposta tornar a avaliação de políticas públicas o carro chefe da FJP (SANTIAGO, 2018). Segundo ele, a instituição já possuía áreas com forte tradição, como o Núcleo de Estudos em Segurança Pública (Nesp) e as estatísticas oficiais, tais como Produto Interno Bruto (PIB), contas regionais, Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e outros. Por isso, o que se buscava, na época, era a inclusão e o fortalecimento da área referente à avaliação de políticas públicas.

Eu fui chamado para ser presidente, obviamente, muito por meu currículo de Ipea, eu já tinha sido presidente e técnico do Ipea. E na época, a ênfase, provavelmente, era levar essa experiência para a FJP, principalmente o programa do Governo do Estado para resultados, que na verdade, é um tema de avaliação de políticas públicas. E esse foi o grande norte que eu queria implantar, entre as várias atribuições da Fundação e, estabelecer uma coisa muito específica, um programa específico, eu tenho certeza que continuou depois com o Afonso sendo presidente, ou seja, promover avaliação de política pública. Esse era o grande objetivo (SANTIAGO, 2018, p.5)

80 Ricardo Luiz Santiago, economista, foi o 23º presidente da FJP (2007-2008), no governo de Aécio Neves da Cunha em Minas Gerais.

No final de 2008, foi realizada, na FJP, em parceria com o BID e o Banco Mundial, uma reunião visando à reflexão e apresentação de propostas sobre a temática.

No primeiro ano, nós conseguimos fazer um seminário com o BID e o Banco Mundial sobre avaliação de políticas públicas, e exatamente nesse seminário aconteceu uma reunião de técnicos de várias instituições do Brasil, estabelecemos uma rede de monitoramento de avaliação de políticas públicas, uma rede que existe até hoje no Brasil e curiosamente foi implantada em uma reunião convocada pela FJP, com as pessoas presentes e que depois manteve vida própria. Surgiu dentro desse carro chefe de políticas públicas que a gente queria engatar, entre outras coisas (SANTIAGO, 2018, p.5).

Dos muitos representantes presentes, há os exemplos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Os debates culminaram na refundação da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, atuante no país até os dias de hoje e que:

[...] tem contribuído para a disseminação de informações e conhecimentos no campo do monitoramento e avaliação, por meio de seminários anuais, seminários regionais, cursos de curta duração e a publicação da Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, sempre em parceria com diversas instituições (RBMA, 2016).

Durante 2008, a FJP se dedica também a outros projetos de igual importância e merece ser assinalada a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. No início de 2008, o Curso de Administração Pública (Csap)⁸¹ passa pelo processo de avaliação realizada por uma comissão constituída pelo Conselho Estadual de Educação, obtendo a renovação de seu reconhecimento com a nota máxima. Ressalta-se que essa graduação faz parte de uma das etapas do concurso público para ingresso na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) em Minas Gerais e é uma experiência única no país. Desde a sua criação, o curso mantém o pioneirismo

81 Inicialmente, chamado Curso Superior de Administração Pública, passou a, posteriormente, Curso de Administração Pública. A sigla pela qual é conhecido, Csap, permaneceu inalterada.

e o caráter inovador, sempre alinhado às práticas de ensino mais modernas. Além disso, o Csap possui sua excelência reconhecida e valorizada entre os diversos entes da Federação e no campo de públicas⁸² como um curso que contribui para a melhoria da gestão pública brasileira. Ele possui, ainda, sua excelência reconhecida por órgãos de regulação educacional externos, como Conselho Estadual de Educação, Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Como exemplo, em 2006 o curso posicionou-se no primeiro lugar entre os cursos de administração no Exame Nacional do Desempenho de Estudantes (Enade/Mec). No último Enade, realizado em 2015, posicionou-se novamente no primeiro lugar entre os cursos de administração pública e recebeu nota máxima. Além disso, o Csap sempre obteve notas elevadas no Índice Geral de Cursos (IGC) e cinco estrelas nas avaliações do Guia do Estudante. Em 2016 e 2017, ganhou ainda o Prêmio Melhores Universidades - Excelência Especializada, concedido pelo Guia do Estudante.

Ainda durante a presidência de Ricardo Santiago, em 2008, a Escola de Governo formou 1.765 alunos em seus cursos de capacitação, graduação, especialização e mestrado, acelerando o seu desenvolvimento no que se refere à oferta de cursos de capacitação e pós-graduação *lato sensu*. Além disso, implementou ações que contribuíram para a melhoria da nota do curso de mestrado junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Uma dessas ações foi a instituição da avaliação de desempenho por resultados, que ainda se encontra vigente e permanece como modelo inovador no Poder Executivo do estado de Minas Gerais.

A Fundação João Pinheiro tem duas grandes áreas: a área de pesquisa e estudo, e a parte de ensino da escola. Preciso falar da escola que eu não conhecia e foi uma coisa

82 Campo de públicas é uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes, egressos-profissionais e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, de universidades brasileiras, para designar, essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia (PIRES *at al.*, 2014).

fantástica, uma surpresa para mim [...] Eu conhecia da reputação da Fundação João Pinheiro, o trabalho, na época muito forte, nas áreas urbana e regional, entre outras coisas. O que eu não conhecia era a escola, que foi uma surpresa fantástica, eu sou um admirador dessa escola, eu acho uma experiência absolutamente fantástica para o Brasil, para formação de quadros no setor público. Enfim, essa escola que eu não conhecia. Aliás, sobre a FJP, a sua reputação foi o que me atraiu para aceitar o convite e voltar para Minas (SANTIAGO, 2018, p.7).

Em outro braço de estudo, a FJP apresentava, de dezembro de 1995 a julho de 2014, a *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED RMBH)*. Em 2008, a pesquisa apontou importantes resultados:

A taxa média de desemprego total diminuiu 19,7%, a maior retração observada de um ano para o outro. Ao passar de 12,2% em 2007, para 9,8% em 2008, alcançou o menor percentual desde o início da pesquisa (1996). A taxa de desemprego aberto decresceu de 8,8% para 7,5%, a de desemprego oculto pelo trabalho precário de 1,8% para 1,1% e a de desemprego oculto pelo desalento, de 1,6% para 1,2% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009, p. 02).

A *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED RMBH)* foi criada com o objetivo de “investigar a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho regional, a partir de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, P. 01). Para realizá-la, a FJP adotou a metodologia desenvolvida em conjunto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), de São Paulo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996).

Em dezembro de 2008, o professor Afonso Henriques Borges Ferreira⁸³ passa a ocupar a presidência da FJP. O professor Afonso Henriques tem uma trajetória profissional bastante ligada à academia, em que atuou como professor no Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenou o Programa de Pós-graduação em Economia na mesma instituição e atuou como professor da Pós-graduação em Administração Pública na Escola de Governo.

83 Afonso Henriques Borges Ferreira foi o 24º presidente da Fundação João Pinheiro (2 de dezembro de 2008 a 1º de janeiro de 2011).

Em entrevista concedida à FJP em 20 de setembro de 2017, Afonso Henriques destacou o importante papel exercido pela instituição nas discussões do *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI)* e sua participação no Comitê do Estado para Resultados, demonstrando o alinhamento entre FJP e Seplag.

As duas grandes demandas da Seplag foram montar o programa de capacitação e treinamento e a *Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD)*, esta última vinda do Programa Estado para Resultados, por sua vez vinculado à Seplag [...] Sempre houve uma colaboração muito intensa. Também participávamos das discussões do PMDI, e eu fazia parte do Comitê do Programa Estado para Resultados, que era responsável pela seleção dos empreendedores públicos. [...] Nessa época, estávamos muito presentes nos trabalhos em conjunto com a Seplag. O meu tempo era quase igualmente dividido entre Fundação, Seplag ou Estado para Resultados [...]

E a FJP sempre prestou serviços para outras áreas do governo. Tinha a *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)* com a Secretaria de Assuntos Sociais [...] nós estávamos prestando serviços para várias áreas (FERREIRA, 2018, p.24 -25).

Nesse contexto, em 2009, é publicado o Decreto Estadual nº 45.029, de 29 de janeiro, que criou o Núcleo de Gestão Estratégica de Resultados, de natureza consultiva, com a finalidade de coordenar as atividades de monitoramento e avaliação de políticas públicas no estado de Minas Gerais⁸⁴. O presidente da FJP fazia parte desse núcleo com a tarefa de acompanhar o andamento da *Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD)*, implantada por meio de um projeto piloto executado pelo Programa Estado para Resultados (EpR) em parceria com o Banco Mundial:

A ideia de se ter uma pesquisa domiciliar em Minas Gerais surgiu em meio às discussões realizadas entre EpR e seus diversos parceiros, entre eles o Banco Mundial e a Fundação João Pinheiro, com vistas ao aprimoramento da gestão para

84 O Núcleo de Gestão Estratégica de Resultados foi instituído observado o disposto no art. 2º, I, da Lei Estadual nº 17.347, de 16 de janeiro de 2008, que dispõe que integram o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2008-2011 o Anexo I, contendo os programas e as ações da administração pública estadual, organizados pelas áreas de resultados definidas na Lei nº 17.007, de 28 de setembro de 2007, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), evidenciando os Programas Estruturadores, os Programas Associados e os Programas Especiais.

resultados. Esse aprimoramento seria possível, em alguma medida, com a ampliação das possibilidades de se construir indicadores que medissem a efetividade da política pública implementada no estado e que estivessem mais diretamente relacionados (*sic*) aos resultados esperados no médio e longo prazo (*sic*) estabelecidos no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2007-2023 (PMDI 2007-2023) (MINAS GERAIS, 2008, p.3).

Baseada em uma amostra de 18 mil domicílios, distribuídos nas dez regiões de planejamento do estado e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a *PAD*, realizada a cada dois anos, coletava informações sobre saúde, educação, trabalho, renda e benefícios, entre outros temas, além das características das residências e dos indivíduos. Os dados serviam de base para a construção de uma formulação da realidade social, econômica e cultural da população mineira, orientando o direcionamento de esforços e recursos específicos para as diferentes regiões do estado⁸⁵.

Destaca-se o caráter inovador do projeto piloto para aplicação da *PAD*, com a elaboração de questionários eletrônicos para a pesquisa, com conteúdo inédito e considerável grau de complexidade em prazo exíguo (MINAS GERAIS, 2008).



*Lançamento do Boletim PAD-MG.
Presidentes Marilena Chaves,
Ricardo Luiz Santiago e Afonso
Henriques Borges Ferreira,
outros servidores da FJP e Gláucia
Macedo, do EpR – 2014*

Fonte: RI-FJP/MG

⁸⁵ <http://fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2766-pesquisa-por-amostra-de-domicilios-pad-mg-e-boletins-pad>. Acesso em: 1 jun.2019.

Ferreira (2018) lembrou que, embora existissem várias dificuldades do ponto de vista administrativo para realização de contratações necessárias, do ponto de vista de trabalho, foi possível motivar servidores para o projeto, o que possibilitou a realização de algumas entregas. Ressaltou que a *PAD* foi o projeto maior, mais ambicioso, porque os demais já estavam consolidados e lamentou o fato de a *PAD* não ter ido para a frente, embora parecesse uma boa ideia em princípio, ter uma pesquisa domiciliar.

O ano de 2009 foi de muito trabalho para a FJP. Nesse período, por meio do Decreto Estadual nº 45.094, de 4 de maio de 2009, foi criada a Biblioteca Digital Raymundo Nonato de Castro, com o objetivo de reunir, preservar e tornar disponível a memória técnica e científica, em versão integral e digital, dos órgãos e das entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. À FJP, com o apoio da Seplag, compete a administração, coordenação e monitoramento das atividades da Biblioteca Digital. Ao instituí-la, a FJP evidencia seu alinhamento com as novas tecnologias e demonstra que acompanha a evolução do mundo globalizado. Segundo Ferreira (1994):

Mais do que um simples elenco de atividades, essa ação programada constituiu-se em um diagnóstico do setor, cujas conclusões apontaram para a necessidade da geração de documentos primários, formação e desenvolvimento de coleções, automação de bibliotecas, bases de dados bibliográficos, difusão e uso de informação, recursos humanos e assuntos internacionais relacionados com informação científica e tecnológica (FERREIRA, 1994, p. 04).

Nesse mesmo ano, em 16 de julho, por meio do Decreto Estadual nº 45.137, foi criado o Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento (Seis), do qual faz parte a FJP. Ele foi instituído na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais (Sedru MG) com a finalidade de caracterizar os serviços de saneamento básico do estado, por meio da coleta, sistematização e divulgação de informações estatísticas. Conforme disposto no artigo 4º do Decreto

Estadual nº 45.13/09, competia à FJP a operacionalização das ações técnicas e científicas necessárias para a implantação e execução do Seis mediante:

- I - realização direta, execução e gerenciamento das atividades, com vistas à caracterização da qualidade e abrangência dos serviços de saneamento básico no Estado e em seus municípios, de forma contínua;
- II - coleta e sistematização de dados estatísticos sobre saneamento básico, gerados por instituições públicas do Estado;
- III - coleta e sistematização de dados estatísticos sobre saneamento básico, fornecidos pelas prefeituras municipais e pelas operadoras dos sistemas de saneamento;
- IV - checagem da qualidade e consistência das informações levantadas, garantindo a qualidade dos dados estatísticos;
- V - planejamento e aplicação de ações que visem à melhoria contínua da qualidade das informações, inclusive mediante capacitação funcional das instituições, dos municípios e dos órgãos estaduais envolvidos;
- VI - sistematização dos bancos de dados;
- VII - geração de indicadores selecionados para divulgação e subsídio ao planejamento setorial;
- VIII - elaboração de relatórios analíticos; e
- IX - divulgação dos resultados das pesquisas empreendidas, para os órgãos públicos e para sociedade civil em geral (MINAS GERAIS, 2009c).

Ao operacionalizar ações técnicas e científicas necessárias à implantação e execução do Seis, a FJP demonstrou a importância de sua articulação com os demais órgãos e entidades do estado de Minas Gerais, apoiando e fomentando a pesquisa visando ao desenvolvimento do estado.

Durante 2009, foi realizada a *Pesquisa Diagnóstico da Proteção Social Básica nos Municípios Mineiros: uma Análise Sobre Insumos, Processos e Serviços*. A pesquisa procurava atender a demanda formulada pela Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria de Estado Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Subas/Sedese MG). O que se pretendia era a elaboração de um diagnóstico a respeito das unidades do Centro de Referência da Assistência Social (Cras) em Minas Gerais. Conforme relatório final apresentado pela FJP, a pesquisa centrou-se no estabelecimento de uma análise do funcionamento e da infraestrutura que os equipamentos de proteção social básica dispõem. Objetivou, ainda, a mensuração dos trabalhos, dos processos e dos serviços desenvolvidos, da gestão da informação e do monitoramento das atividades realizadas.

Também conforme relatório final da pesquisa (FJP,2009), além do enfoque centrado na análise dos equipamentos, analisou-se a gestão da assistência social nos municípios mineiros, identificando elementos e dimensões relativas à capacidade estatal para produção de políticas de proteção social no âmbito municipal. Com isso, obtiveram-se informações não apenas da estruturação dos Cras e de sua articulação com os serviços sociais e assistenciais e de outras políticas públicas municipais, mas também a respeito do desenvolvimento da gestão nos municípios.

Para o órgão gestor estadual, a produção de informações sobre o funcionamento dos Cras e sobre as configurações da gestão da política de proteção nos municípios mineiros contribuiu, de forma efetiva, para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Ao buscar capturar a diversidade de situações de vulnerabilidade e as condições heterogêneas dos municípios para enfrentá-las, a pesquisa ofereceu subsídios para ampliar a capacidade de coordenação do órgão gestor estadual e para fortalecer sua ação no campo da proteção social (FJP,2009).

Fechando 2009, foi realizado o seminário *Proteção Social Não-Contributiva e Vulnerabilidade Social: Modelos e Desafios para a Intervenção Pública*. O evento contou com importantes apresentações, tais como: *Social Models: a Nordic Perspective*, de Kenneth Nelson (Universidade de Stockolm); *La Integración de Políticas Sociales: Aspectos Conceptuales y Modelos Organizacionales*, de Roberto Martinez Nogueira (Argentina); e *Intersectorialidad y Gestion Integral de la Protección Social: ¿De Qué Hablamos?*, de Fabian Repetto (Argentina). A efetivação desse seminário demonstrou a articulação acadêmica entre a FJP, instituições públicas, particulares, nacionais, internacionais e contribuiu com a consolidação na formação profissional e na implementação de políticas públicas, colocando, mais uma vez, a FJP em posição de destaque como instituição de pesquisa e ensino.

Em 2010, com parceria entre o Banco Mundial e a FJP, foi realizada a pesquisa *Building the Evidence Base of Crime and Violence Prevention in Brazil – Case of Minas Gerais*, que procurou:

[...] por meio de estratégias distintas, construir evidências sobre a prevenção do crime e da violência no Brasil, mapeando-se possíveis explicações sobre a redução da criminalidade ocorrida na década de 2000, em específico no Estado de Minas Gerais e sua capital, Belo Horizonte (CRUZ *et al.*, 2011).

Essa pesquisa foi realizada por pesquisadores do Centro de Estudos de Políticas Públicas e da Escola de Governo, o que demonstra a grande articulação entre as diretorias da FJP.

Em 2011, Marilena Chaves⁸⁶ assume a Presidência da FJP. Única mulher a ocupar o cargo até o presente momento, torna-se a 25ª presidente da instituição. Economista de formação, começou sua carreira na FJP como estagiária na década de 1970 e testemunhou os primeiros passos da instituição e a sua consolidação no planejamento estadual. Ainda nesse período, foi contratada como assistente de administração para trabalhar no projeto *A Nova Industrialização de Minas*. No início dos anos 1990, foi efetivada no cargo de pesquisador pleno. Também exerceu os cargos de Subsecretária da Indústria, Comércio e Serviços na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede MG),

86 Primeira mulher a ocupar o cargo, Marilena Chaves foi a 25ª presidente da Fundação João Pinheiro (12 de janeiro de 2011 a 17 de janeiro de 2015).

Secretária Adjunta de Turismo e Diretora de Planejamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), de onde veio para assumir a presidência da FJP (CHAVES, 2017).

A primeira designação que o professor Anastasia me deu foi continuar na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no mesmo posto, como subsecretária de Indústria, Comércio e Serviços. No dia seguinte, porém, eu ainda estava recebendo cumprimentos pela minha nomeação, ele mudou de ideia e me designou presidente da Fundação João Pinheiro (CHAVES, 2017, p.17).

Em entrevista à FJP, a presidente Marilena Chaves pontua a sua veia de pesquisadora e como sua gestão enfatizou essa identidade da FJP:

Eu gostava mesmo era de entrar nos projetos. Nessa época, foi elaborado pela equipe da FJP o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Eu lia tudo. Quando não dava tempo, eu escutava as apresentações e dava opinião [...] Ficava fascinada com os estudos da Mineiriana. Procura levar visibilidade para a Mineiriana, o *IDHM* e assim levar visibilidade para Fundação João Pinheiro... Visibilidade internacional, inclusive com várias premiações. O *IMRS* é um trabalho sensacional. [...]

O Programa de Desenvolvimento da Gestão por Resultados nos Estados e Distrito Federal (Prodev), também foi muito importante e nós fizemos um projeto que era de apoio à administração de todo o país, de todas as gestões estaduais para o Consad, que é o Conselho de Secretários de Administração de todos os estados, do país (CHAVES, 2017, p. 24 - 28).

Corroborando o depoimento da presidente Marilena Chaves, nesse período foram desenvolvidos o *IDHM* e o *IMRS*. Também, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE MG) doou aos municípios mineiros o *Atlas da Educação de Minas Gerais*, elaborado pela FJP. Ele continha os dados estatísticos necessários ao diagnóstico da educação de cada município. Isso se deu a partir da publicação da Lei Estadual nº 19.481/11, que instituiu o plano decenal de

educação do estado, com as diretrizes e metas da educação no período de 2011 a 2020, para que os 853 municípios pudessem elaborar cada um seu plano.

Ainda em 2011, por meio do Decreto Estadual nº 45.755, foi criada a medalha Professor Paulo Neves de Carvalho, destinada a homenagear o cidadão mineiro que tenha:

- I – desempenhado como agente público papel de extraordinária relevância em prol da administração pública estadual;
- II – contribuído de maneira relevante para a expansão do desenvolvimento das boas práticas de gestão pública;
- III – atuado com notável destaque na gestão pública do Estado; ou
- IV – realizado trabalhos, estudos e pesquisas acadêmicos ou científicos que contribuam para a gestão pública (MINAS GERAIS, 2011a).

Grande defensor da valorização do funcionalismo público, Paulo Neves de Carvalho, que dá nome à Escola de Governo/FJP, talvez influenciado por sua formação – mestre e doutor em Ciência da Administração Pública – sustentava a tese de que o direito administrativo sozinho não resolveria problemas organizacionais. Do mesmo modo, alertava para o fato de que administração pública pouco se debruçava sobre o comportamento do agente público como pessoa empenhada na consecução dos objetivos fundamentais do Estado. Para o professor, a escola de formação do agente público seria suporte para viabilizar um modelo de gestão pública. Além disso, Carvalho acreditava ser impossível avançar na gestão pública sem investimento na formação de seus agentes (PINTO; RODRIGUES, 2014).

Foram agraciados com a medalha: o professor Vicente de Paula Mendes (2012); o desembargador José Fernandes Filho (2013); o senador Antonio Augusto Junho Anastasia (2014) e a professora Maria Coeli Simões Pires (referente a 2015, recebida em 2018).

Em março de 2012, foi realizado o seminário *Participação e Políticas Públicas: Avaliando a Efetividade das Instituições Participativas no Brasil*. Na ocasião, foi lançado o livro *Efetividades*

nas Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação. O evento foi realizado em parceria com o Ipea e contou com Leonardo Avritzer (UFMG), Roberto Pires (Ipea) e Flávia Brasil (FJP) como palestrantes.

Em outro seminário, foi tratado o tema corrupção e transparência, realizado em abril de 2012 e em parceria com a UFMG, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE MG), Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais (OGE MG), Controladoria Geral da União (CGU) e Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (CGE MG). A discussão a respeito do fenômeno da corrupção é extremamente atual e relevante para a administração pública, uma vez que “a corrupção administrativa prejudica o profissionalismo do serviço público e frustra os servidores honestos, afetando seu desempenho e reduzindo sua produtividade” (BREI, 1996, p.108).

Em junho de 2012, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), teve lugar o curso *Participação Popular, Controle de Políticas Públicas e Planejamento Governamental*, ministrado pela professora Vanice Regina Lírio do Valle, procuradora do município do Rio de Janeiro. Ao longo do curso, houve vários debates com professores convidados. Um dos debates, *Judicialização das Políticas Públicas e a Subversão do Planejamento Estatal: Alternativas de Provimento Jurisdicional*, contou com as participações de Elida Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e Licurgo Joseph Mourão de Oliveira, auditor (conselheiro substituto) do TCE MG. Ainda em junho, com o apoio da Fapemig, foi realizado o curso *Administración Pública Relacional: Gestión De Redes y Dinámicas Relacionales*, ministrado por Joaquín Brugué Torruella, professor na *Universidad Autónoma de Barcelona*. Os eventos conotam os múltiplos diálogos promovidos pela instituição com espaços estaduais e internacionais.

Agosto de 2012 foi de muito movimento da FJP. No dia 14, foi realizado o seminário *Regulação de Serviço Público*, durante o qual o professor e advogado Marçal Justen Filho proferiu a palestra *Atualidades do Direito Administrativo Brasileiro*, e Maura Galuppo, pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), falou sobre a composição das tarifas de energia elétrica. No dia 24, foi realizado

o seminário *Direito Administrativo e Sustentabilidade*, com a participação do conselheiro do TCE MG Cláudio Couto Terrão e de Juarez Freitas, professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No mesmo dia, foi inaugurado o busto em homenagem ao professor Paulo Neves de Carvalho e lançado o livro *Paulo Neves de Carvalho: Suas Lições por seus Discípulos*.

Em 20 de setembro, ocorreu reunião especial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), requerida pelos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Bonifácio Mourão, em homenagem à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho pelos seus 20 anos de fundação. Na ocasião, o governador de Minas Gerais, Antonio Augusto Junho Anastasia, entregou a medalha Professor Paulo Neves de Carvalho ao professor Vicente de Paula Mendes.



*Entrega da medalha Professor
Paulo Neves de Carvalho
ALMG – 2012*

Fonte: RI-FJP/MG

A presidente Marilena Chaves chama a atenção para 2014, quando foram celebrados os 45 anos da Fundação João Pinheiro e os 22 anos da Escola de Governo:

A Escola de Governo estava muito bem, como sempre foi. Nesse período, eram comemorados os 45 anos da Fundação João Pinheiro e também os 20 anos da Escola de Governo. E o ano do professor Paulo Neves, patrono da Escola. Então foi um ano de

muitas celebrações realizamos encontros demonstrando toda essa evolução. Foi um período muito feliz (CHAVES, 2017, p.24).

Ainda em setembro de 2012, foi realizado o seminário *Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público*, com a participação de Rosane Marques, vice-presidente da FJP, e Fernanda de Siqueira Neves, subsecretária de Gestão de Pessoas da Seplag MG.

Em outubro de 2012, realizou-se o seminário *A Fuga para o Direito Privado: As Novas Formas de Atividade Contratual da Administração Pública*. Ele contou com os palestrantes Maria João Estorninho, catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a professora Luísa Cristina Pinto e Neto e o professor da UFMG Florivaldo Dutra de Araújo e, em novembro de 2012, caminhando para o encerramento do ano comemorativo do 20º aniversário da Escola de Governo, foi a vez de outro, *O Controle de Progressividade no Custeio dos Direitos Fundamentais*, com participação da professora Élide Graziane Pinto.

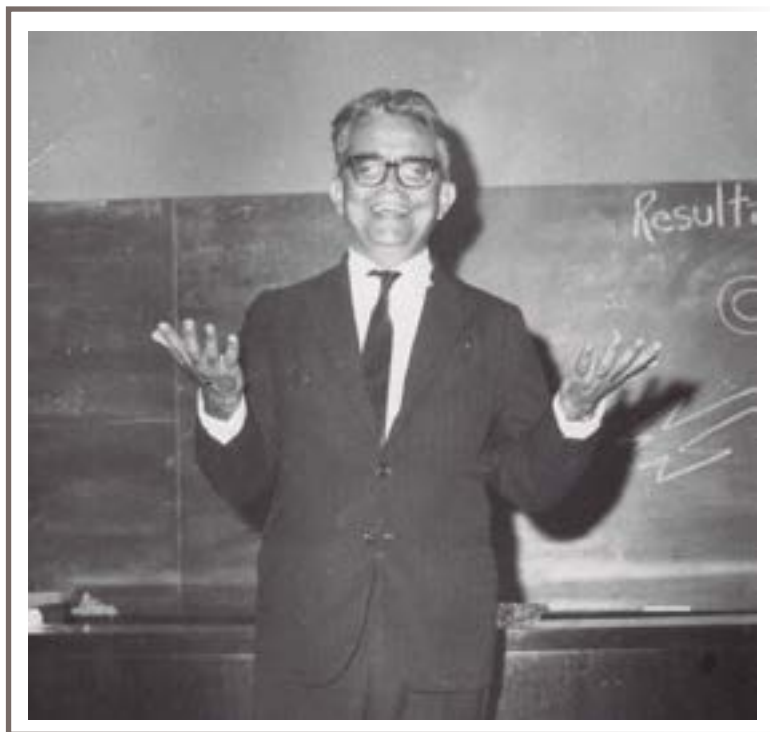
Encerrando 2012, mais um seminário, *A Experiência Exitosa do EPPGG⁸⁷*, do qual participaram as egressas do Curso de Administração Pública Ana Luiza Gomes Araújo, Mônica Moreira Esteves Bernardi, Maria Isabel Araújo Rodrigues e Kamila Pagel de Oliveira.

Os eventos que marcaram os 20 anos de história e memória da Escola de Governo, importante braço da FJP, evidenciaram a forte articulação entre FJP e outras instituições de pesquisa, além de profissionais que atuam tanto na esfera pública quanto na de natureza privada. E o mais importante, evidenciam a preocupação da FJP em participar dos debates contemporâneos com profissionais de referência nas respectivas áreas de conhecimento.

Além dos eventos, um dos atos comemorativos foi a criação do Núcleo de Referência da Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho, por meio do Decreto Estadual nº 45.937, de 23 de março de 2012. Sua finalidade é desenvolver atividades de recuperação, discussão, produção,

⁸⁷ EPPGG: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

preservação e divulgação da memória do professor nas dimensões humana, científica, acadêmica, profissional, institucional e social.



Professor Paulo Neves de Carvalho

Fonte: RI-FJP/MG

Iniciou-se 2013 com a renovação do reconhecimento do Curso de Graduação em Administração Pública por intermédio do decreto com numeração especial 43, de 7 de janeiro de 2013. O reconhecimento foi obtido após a Escola de Governo passar por um processo de avaliação feito por comissão instituída pelo Conselho Estadual de Educação, que atribuiu nota máxima ao curso. A avaliação corrobora a qualidade do curso e seu caráter inovador.

Durante 2013, várias discussões sobre inovação foram iniciadas. Em uma delas, a FJP, por meio do Programa de Capacitação de Recursos Humanos/Fundação de Amparo à Pesquisa de Estado de Minas Gerais (PCRH/Fapemig), promoveu o curso *Modelos de Análise de Programas Intersetoriais e de Inovação na Gestão Pública*. Para ministrá-lo, foi convidada Nuria Cunill-Grau, especialista nos temas de gestão e políticas públicas, sobretudo no âmbito da democratização das relações entre

Estado e sociedade e sistemas de monitoramento e avaliação, no contexto da América Latina. Ele contou com a participação de vários pesquisadores da FJP e docentes da Escola de Governo e foi um embrião para as discussões sobre a necessidade de refletir sobre inovação no setor público.

O ano de 2013 foi encerrado com a realização, na Escola de Governo, do 4º Congresso Internacional: *Governo, Gestão e Profissionalização em Âmbito Local Frente aos Grandes Desafios do Nosso Tempo*. A conferência de abertura, *La Participación Ciudadana: Banalizada en Tiempos de Bonanza, Imprescindible en Tiempos de Crisis*, foi proferida por Joaquín Brugué Torruella, da *Universidad Autónoma de Barcelona/Igop*; a de encerramento, *La Gestión Pública Municipal en México: Situación Actual y Perspectivas en un Mundo Globalizado*, por Arturo Ordaz Álvarez, da *Universidad de Sonora*. Durante o congresso, foram apresentados artigos em oito eixos temáticos: federalismo e governos locais; fortalecimento do governo municipal; desenvolvimento regional; governança e participação social; governos locais e problemas centrais da governabilidade; modernização dos governos e inovação administrativa; profissionalização do serviço público e, por fim, ética e governo. Durante o congresso, foram apresentados 85 trabalhos disponíveis no site da FJP⁸⁸.

Em 2014, foi lançado o livro *Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho: O Êxito da Experiência Mineira no Tripé Ensino, Pesquisa e Extensão*. Ele destinou-se a estimular uma reflexão crítica a respeito de temas relevantes à gestão pública e contou com nove artigos de autoria de pesquisadores, professores e colaboradores da Escola de Governo.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria e a modernização dos recursos humanos, por meio da educação a distância nas três esferas de governo e em empresas privadas, em 2014, foi implantado o Núcleo de Educação a Distância na Escola de Governo. Durante o ano, foi ainda consolidado o Núcleo de Referência à Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho por meio da constituição do acervo físico e digital (5 000 documentos diversos aproximadamente) e da publicação

88 <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/4congresso-internacional>

de um artigo científico na Revista Fórum Municipal & Gestão das Cidades. Nele ocorreu a discussão sobre a concepção do direito administrativo vivo, a partir de sua ótica.

Por fim, foi implantado o novo projeto pedagógico para o Curso de Administração Pública (Csap) na Escola de Governo. Ele continha os seguintes pontos diferenciais: currículo flexível; ampliação da carga horária total para integralização do curso para 3.265 horas; inclusão de disciplinas optativas e projeto aplicado e inclusão das atividades de imersão; entre outros. Com a implantação do novo projeto pedagógico, buscou-se mais aproximação entre a teoria e a prática. Por isso, entre as novidades do Csap, a decisão foi destacar as atividades de imersão profissional. Elas permitem aos alunos atuarem nos municípios mineiros com um objetivo duplo: fazer com que contribuam para a administração pública local, utilizando e aplicando o conhecimento e a competência adquiridos em sala de aula e possibilitar a vivência de diferentes realidades, contribuindo para a sua formação. A partir dos projetos de imersão profissional, o Estado pode fortalecer sua capacidade, sobretudo nas ações que possuem ligação com o município, melhorando a articulação em rede e os resultados das políticas públicas intersetoriais, por meio da atuação dos alunos orientados por professores do Csap.

Ao longo do período de 2007 a 2014, a FJP teve uma atuação estratégica e inovadora que só foi possível pela excelência e comprometimento de seus pesquisadores e seu corpo técnico administrativo formado por servidores qualificados, capazes de inovar, com conhecimento sistêmico e possuidores de competências diversas. Em 50 anos de existência, a FJP continua reconhecida por sua excelência no ensino, pela produção de estatísticas e criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais.

Referências

BREI, Zani Andrade. A corrupção: causas, consequências e soluções para o problema. **RAP**, Rio de Janeiro, v.30, n. 3, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8088/6904>. Acesso em: 04 jun. 2019.

CHAVES, Marilena. Belo Horizonte, 1 set. 2017. Entrevista concedida à Aparecida Maciel da Silva Shikida.

CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz; BATITUCCI, Eduardo; PEIXOTO, Betânia; GODINHO, Letícia; SOUSA, Rosânia Rodrigues de; SILVA, Sérgio Félix da. **Criminalidade em Belo Horizonte: notas para discussão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2011. (Texto para Discussão, 1).

FERREIRA, Afonso Henriques Borges. Belo Horizonte, 20 set. 2017. Entrevista concedida à Aparecida Maciel da Silva Shikida.

FERREIRA, José Rincon. O impacto da tecnologia da informação sobre o desenvolvimento nacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v.23, n.1, p. 9-15, janeiro de abr. 1994.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Experiências de financiamento à cultura em municípios de Minas Gerais: gastos públicos, aparato institucional e mecanismos de incentivo**. 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte PED/RMBH**. Boletim Anual 1996, ano 2, n.1, jan. 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte PED/RMBH**. Boletim Anual 2008, ano 14, n.13, jan. 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Pesquisa Diagnóstica da Proteção Social Básica nos Municípios Mineiros**: uma análise sobre insumos, processos e serviços. Belo Horizonte: FJP, 2009.

MARTINS, Amilcar, 13 jun. 2018. Entrevista concedida à Aparecida Maciel da Silva Shikida.

MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 45.937, de 23 de março de 2012**. Cria o Núcleo de Referência da Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte: ALMG, 2012. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45937&comp=&ano=2012&aba=js_textoAtualizado#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.029, de 29 de janeiro de 2009**. Cria o Núcleo de Gestão Estratégica de Resultados e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 2009a. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45029&comp=&ano=2009&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 01 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.094, de 4 de maio de 2009.** Institui a Biblioteca Digital Raymundo Nonato de Castro, dispõe sobre sua atuação no armazenamento e divulgação da memória técnico-científica dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 2009b. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45094&comp=&ano=2009&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.137, de 16 de julho de 2009.** Cria o Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento - SEIS, e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 2009c. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45137&comp=&ano=2009&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.755, de 7 de novembro de 2011.** Cria a “Medalha Professor Paulo Neves de Carvalho”. Belo Horizonte: ALMG, 2011a. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45755&comp=&ano=2011&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.758, de 07 de outubro de 2011.** Dispõe sobre o 20º Aniversário da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: ALMG, 2011b. Disponível em https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45758&comp=&ano=2011&aba=js_textoOriginal#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº. 19.481, de 12 de janeiro de 2011.** Institui o Plano Decenal de Educação do Estado. Belo Horizonte: ALMG, 2011c. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=19481&comp=&ano=2011&aba=js_textoAtualizado#texto. Acesso em: 1 jun. 2019.

MINAS GERAIS. Vice-governadoria. **Relatório e parecer do projeto piloto da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais.** Documento interno. Belo Horizonte, 2008.

PINTO, Luciana Moraes Raso Sardinha; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo. A Escola de Governo “Professor Paulo Neves de Carvalho” da FJP e a formação do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESCOLAS DE GOVERNO, 10, 2014, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: ENAP, 2014.

PIRES, Valdemir; SILVA, Suylan de A. M.; FONSECA, Sérgio Azevedo; VENDRAMINI, Patrícia; COELHO, Fernando de Souza. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v.6, n.3, jul./set. 2014, p.110-126. ISSN 2175-5787.

REDE BRASILEIRA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO. **Como associar-se**. Rio de Janeiro, 5 out. 2016. Disponível em: <http://redebrasileirademea.ning.com/page/como-associar-se>. Acesso em: 31 maio 2019.

SANTIAGO, Ricardo Luiz. Belo Horizonte, 22 fev. 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: A MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Aparecida Maciel da Silva Shikida^{89 90}

Introdução

A história da Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro (AEFJP) começou há mais de 40 anos (1973). Na verdade, três anos após a efetiva constituição da Fundação João Pinheiro (FJP). O contexto social, econômico e político em que a AEFJP se instituiu é amplamente estudado pela historiografia mundial e, por isso, de grande relevância para compreender melhor a sua criação.

Sob a ótica da literatura nacional e internacional, o período compreendido entre 1968 e 1973 é conhecido como o milagre econômico brasileiro e, também, como anos de chumbo e repressão.

89 Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro e professora na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

90 A autora agradece as colaborações de Daniela Goes Paraiso Lacerda, pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro, de Giovanni José Caixeta, pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro e professor na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, e de Eduardo Teixeira Leite, pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro.

Sob a égide de um regime militar e tendo o presidente Emílio Garrastazu Médici como dirigente de Estado, a partir de 1968 há uma grande aceleração no desenvolvimento econômico: o Brasil cresceu, em média, mais de 10% ao ano. Além do aumento do Produto Interno Bruto (PIB), o período foi caracterizado pelo processo de industrialização, pelo declínio da inflação, por *superavits* comerciais e pelo otimismo que pairava no país (VELOSO, VILLELA; GIAMBIAGI, 2008). É, também, um período marcado pela consolidação do *Plano de Integração Nacional (PIN)* e, com ele, a efetivação de grandes obras como: a Ponte Rio-Niterói; a Transamazônica; a Santarém-Cuiabá; a Perimetral Norte e outras rodovias. Há ainda: a implementação de uma política desenvolvimentista de incentivos fiscais à indústria e à agricultura; a implantação do *Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep)*; a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1970; a construção da Usina Binacional Hidrelétrica de Itaipu (abril de 1973), resultado do tratado assinado com o Paraguai; a entrega de casas populares pelo Banco Nacional de Habitação (BNH); o aumento dos serviços de saúde e a força tarefa de alfabetização de adultos por meio da campanha do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Não obstante, também foi um período marcado pela repressão do governo sobre as atividades de cunho político, contrárias ao regime militar. Cresce consideravelmente todo tipo de coibição às organizações civis e institucionais com uso sistemático da violência. Por isso, ficou também conhecido como anos de chumbo. Médici fez uso da propaganda oficial para recrudescer o regime e imprimir a marca do ufanismo exacerbado, criando o *slogan* “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Nos anos do regime militar, o país vivenciou o desmonte das organizações sociais (movimentos urbanos e rurais) que pudessem ser vistas como de “esquerda”. A extrema repressão tornava “estéril o terreno onde qualquer política de esquerda, de centro ou de direita, poderia prosperar” (WEFFORT *apud* NUNES, 1987, p.92). Ainda no início dos anos 1970,

[...] começam a surgir em diferentes bairros das cidades brasileiras formas muito variadas de práticas associativas. São sociedades de “amigos de bairro” (SAB), grupos

de leitura dos Evangelhos organizados por padres progressistas, grupos de compras comunitárias, clubes de mães, comunidades que tentam criar e gerir suas próprias creches, grupos de operários que não podem fazer suas reuniões nas fábricas e sindicatos etc. Aí constituíam-se pontos de encontro de vários setores que haviam experimentado a derrota e para os quais os espaços públicos estavam fechados (NUNES, 1987, p. 94).

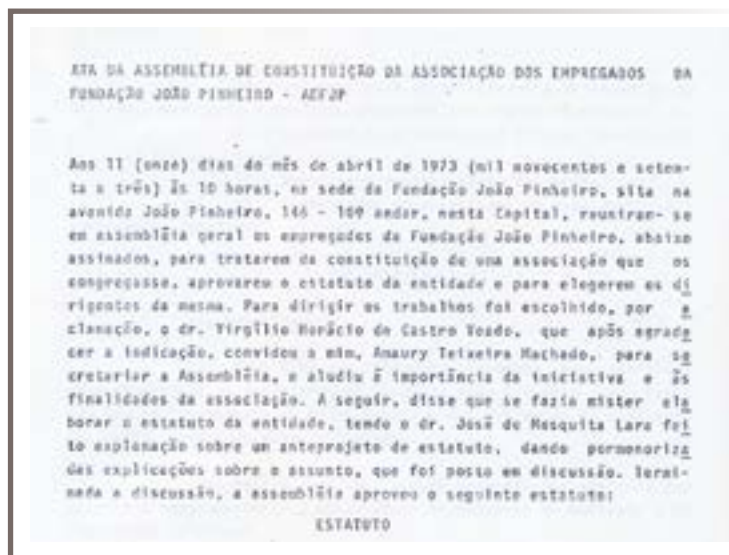
É nesse contexto brasileiro, pouco favorável à criação de congregações, que, em 11 de abril de 1973, em assembleia geral, foi criada a Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro como entidade sem fins lucrativos.

Historicamente, as primeiras agregações ou representações sociais em ambiente de trabalho, com finalidades voltadas para interesses específicos de determinada classe, datam do início do século XX, na Europa, num momento de maior organização das indústrias e de seus trabalhadores. O que era proposto, inicialmente, por essas agregações, estava voltado às relações e condições de trabalho, mediação e conciliação de conflitos. Posteriormente, as associações de trabalhadores passaram a ampliar suas atuações e se dedicaram também ao auxílio em assuntos de assistência social, abrangendo a educação, a saúde, a cultura e o lazer. Conservavam, no entanto, o caráter de representações políticas junto aos órgãos nos quais estavam inseridas. Nos moldes contemporâneos, uma associação é a reunião de um grupo de pessoas em defesa de interesses, com finalidades e objetivos comuns e sem fins lucrativos. “Portanto, são pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos, que se formam pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultados financeiros entre elas.” (TUPINAMBÁ; FERREIRA, 2015, p. 45).

Em 2019, ano do cinquentenário da FJP, a AEFJP completa 46 anos de existência. São 46 anos de histórias e memórias que têm na sua origem e em seus primeiros passos a marca do idealismo e do arrojo de seus fundadores. Os caminhos tomados pela AEFJP sempre foram marcados por lutas, parcerias e embates, defesa de interesses coletivos, participação política, incompreensões e desgastes próprios das organizações que têm como fundamento a reivindicação, a defesa e a preservação

dos interesses de seus associados. Tendo como princípio primeiro prestar serviços e dar ampla assistência aos que a ela se filiam, suas ações sempre foram pautadas, desde o início, por um estatuto que ia sendo adaptado aos novos contextos, norteados trabalhos em prol do conagraçamento e da defesa dos interesses de todos os servidores da FJP.

No primeiro momento, a AEFJP apresenta como estrutura administrativa a Diretoria, o



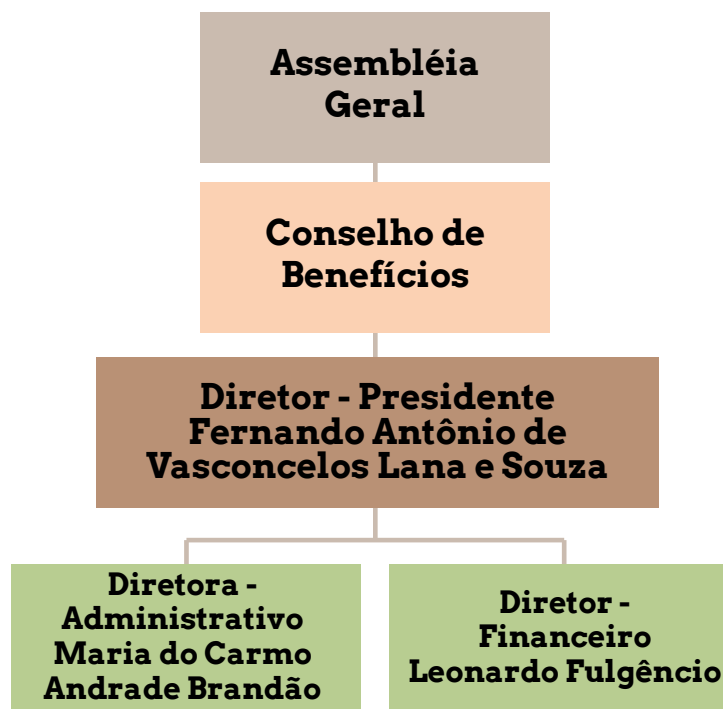
*Ata da Assembleia de Constituição
AEFJP- 11 de abril de 1973*

*Fonte: Associação dos Empregados da
Fundação João Pinheiro, 1973*

Conselho de Benefícios e o Conselho Fiscal.

À Assembleia Geral competia “eleger e destituir os membros do Conselho de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovar as contas da Diretoria, alterar o estatuto, decidir sobre conflitos de competência diversos dos órgãos e deliberar sobre a dissolução e destino dos seus bens”.

Ao Conselho de Benefícios cabia fixar as contribuições dos associados e estabelecer os requisitos, as condições e os quantitativos dos benefícios. Era formado pelo presidente da FJP, que seria também seu presidente, pelos diretores da AEFJP e por mais três membros eleitos pelos associados, juntamente com três suplentes, por um ano.



*Organograma 1973 - Associação dos Empregados da
Fundação João Pinheiro.
Ata da assembleia geral realizada em 11 de abril de 1973
Elaboração: equipe do projeto FJP 50 anos*

Fonte: AEFJP

À Diretoria, constituída por um diretor-presidente, por um diretor-administrativo e por um diretor-financeiro, cabia a representação da AEFJP. E por fim, ao Conselho Fiscal, seção IV, art. 25, vinculado diretamente ao Conselho de Benefícios, competia “fiscalizar permanentemente a contabilidade da associação e a utilização do seu patrimônio e opinar sobre a prestação anual de contas e sobre os balancetes mensais da Diretoria”, com a inteira liberdade de aferir “livros documentos da associação, devendo os membros da Diretoria prestar-lhe todas as informações solicitadas”. O Conselho Fiscal era formado por três membros, sendo dois indicados pela FJP e um eleito pelos associados, juntamente com seu suplente, por um período de um ano (AEFJP, 1973).

Em seu primeiro estatuto, a AEFJP, com o presidente Fernando Antônio de Vasconcelos Lana e Souza, apresenta normas gerais, como o número ilimitado de filiados, a sede fixa em Belo Horizonte, a concessão de auxílios, as garantias, os empréstimos, a prestação de assistência em diversas modalidades. Também, a promoção de benefícios, do aprimoramento físico e social dos associados, do conagraamento e da representação de seus associados em suas reivindicações coletivas (AEFJP, 1973). A legislação aplicável e os benefícios oferecidos pela AEFJP só poderiam ser usufruídos a partir de 90 dias após a filiação. A contribuição mensal seria de 0,5% de sua remuneração, observados os limites mínimo e máximo de contribuição.

Na assembleia de constituição da AEFJP, estava presente o presidente da FJP, Luís de Oliveira Castro, que em outras palavras disse esperar que ela atingisse sua finalidade de assistência e caminhasse rumo aos objetivos que inspiraram a sua criação. Também se comprometeu, em nome da FJP, a auxiliar a nova entidade em tudo que lhe fosse possível, conforme a situação da FJP e as necessidades da associação, tal como contribuir mensalmente com a AEFJP com valor igual a uma ou duas vezes ao arrecadado como contribuição dos seus associados.

1 A consolidação de um projeto

O período compreendido entre 1973 e 1983 pode ser considerado de consolidação. Com a criação (1969) e estruturação interna da FJP (a partir de 1970) e diante de um cenário controverso de ditadura militar, a FJP se fortalece. Articula seus primeiros centros, investindo na qualificação profissional de seus técnicos e realizando os primeiros trabalhos voltados para o planejamento e para o desenvolvimento em Minas Gerais. Nesse contexto, a AEFJP inicia seus trabalhos, buscando consolidar as premissas definidas em suas assembleias.

Em dezembro de 1975, buscando a expansão de seu quadro social, é decidida em assembleia a admissão de associados que não fossem empregados da FJP:

Além dos fundadores, poderão ser admitidos como associados os empregados da Fundação João Pinheiro, da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, do Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana e das entidades vinculadas a essas (AEFJP, 1975, cap. II, art. 4º).

Assim, a partir de 1975, a AEFJP reúne os servidores da Fundação João Pinheiro (FJP), Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), do Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais (Ceag), da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (Seplan MG) e Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT). Nesse mesmo período, o então presidente da FJP, José Israel Vargas (1975-1977), autoriza um aumento de 50% da contribuição feita para a AEFJP. Ela passou de 1% para 1,5% sobre a folha de pagamento, enquanto os empregados contribuiriam com 1%.

É nesse contexto que se começa a pensar em uma área de lazer para os associados. Em 1977, é autorizada a implantação e o uso da área recreativa em terreno da FJP no bairro do Horto (AEFJP, [1977], p. 5). Assim, em comodato com a FJP, iniciou-se a construção de um centro recreativo e, com os recursos disponíveis na época, construiu-se: campo de futebol, campo de futebol de salão, *playground* e piscina. Também foi feito o saneamento do lago, a arborização e construída uma área de estacionamento interno. Em 1982, na ata da Assembleia Geral Extraordinária da AEFJP, registra-se a consolidação da área recreativa (AEFJP, 1982).

As atividades internas da AEFJP funcionavam em um espaço e nas instalações cedidos pela FJP. Com a ampliação do número de associados e, conseqüentemente, de suas atividades, a associação viu-se compelida a se mudar. Em 1977, transfere suas atividades para sede própria na rua dos Goitacazes 71, edifício Palácio das Indústrias, com a autorização do então presidente do Conselho de Benefícios, Antônio Octávio Cintra (presidente da FJP 1977-1980). Nas salas 910 e 911, foram implantados o escritório da associação e um consultório odontológico que prestou serviços aos associados. Essa assistência oral foi substituída por um plano de saúde oral, em reestruturação feita na associação em 1984.



*Área recreativa da AEFJP
Bairro Horto – 1982*

Fonte: RI-FJP/MG

No mesmo ano, a AEFJP deu entrada no Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS), em Brasília, em requerimento solicitando que fosse definitivamente declarada sociedade de fins filantrópicos.

Na área de auxílio e amparo ao servidor, a AEFJP, por intermédio do programa de assistência financeira, oferecia adiantamento de 25% do salário bruto (descontado no mês subsequente); adiantamento de emergência para tratamento de saúde, para casos de roubo, falecimento, incêndio, com amortização em até cinco parcelas consecutivas, descontadas na folha de pagamento. Do mesmo modo, oferecia o programa habitacional de emergência (para reparos emergenciais) no valor de até três salários líquidos e amortização em até dez parcelas mensais consecutivas, sem taxa de juros, com a primeira prestação vencendo 60 dias após a concessão. Vários convênios foram assinados; entre eles Minas Clínica, Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e Seguros Previdência do Sul. Em 1980, é firmado o convênio com a Cooperativa de Trabalho Médico (Unimed) para atendimento médico, hospitalar e laboratorial. Em 1981, foi instituído o programa de assistência à infância, com auxílio-amamentação e auxílio-infância. Em 1982, a AEFJ passa a editar o boletim de circulação interna *O Associado* (AEFJP, 1982, p. 2), sob a coordenação do diretor de divulgação, Alcindo Ribeiro de Sousa⁹¹.

⁹¹ Alcindo Ribeiro de Sousa, segundo diretor-presidente da AEFJP (1973-1975).

É uma fase marcada pela crescente ampliação do número de associados, com ingresso de agregados oriundos de entidades contratantes de mão de obra e com vínculos com a FJP. Também é assinada a ampliação do contrato de comodato entre FJP e AEFJP, cedendo área para construção de quadras de esportes, piscinas, prédio com restaurante, salas de jogos e cômodos para atividades culturais, o que seria uma sede campestre. Além disso, foram celebrados diversos outros convênios e realizados muitos eventos comemorativos.



*Festa de Natal dos funcionários no
restaurante da Fundação João Pinheiro –
23 dez. 1981*

Fonte: RI-FJP/MG

2 A mudança no cenário político e econômico e seus reflexos na AEFJP 1984-1986

Em meados da década de 1980, o país vivia um período importante e bastante distinto. Por um lado, sob o ponto de vista político, houve a redemocratização, as grandes mobilizações populares e a promulgação da Constituição de 1988. Por outro lado, sob o ponto de vista econômico, o descontrole inflacionário, o desarranjo nas contas públicas e a adoção do primeiro plano econômico de combate à inflação – o Plano Cruzado – congelando preços e salários. Juntamente com os demais planos instituídos no período, ele fracassou e culminou num quadro de hiperinflação.

Essa crise econômica e de mercado reflete-se na FJP e na AEFJP. Os salários começam a declinar, há evasão de mão de obra, com conseqüente diminuição dos recursos para a AEFJP. Não obstante, há maior consciência do papel da AEFJP na luta pelas carreiras e pelas condições gerais do servidor na FJP. Isso pode ser evidenciado com a alteração no estatuto da AEFJP, proposta em sua assembleia geral extraordinária realizada em 11 de julho de 1984, na qual se demonstrava a preocupação com a conjuntura daquele momento e a necessidade de mudança no estatuto conforme a abertura de sessão de Antônio Machado de Carvalho⁹²:

Desde 1973, o estatuto sofreu cinco alterações que ainda não levaram a um formato ideal. Daí a necessidade de um estatuto mais condizente com a situação atual, que atenda aos anseios fundamentais dos associados (AEFJP, 1984a).

Nessa mesma linha, José Ernesto Ballstaed⁹³ toma a palavra para

Mostrar a necessidade de modificações neste estatuto, como bem frisou o Sr. Antônio Machado. Estamos vivendo uma época de mudança no país, que justifica o desejo de mudanças em todas as áreas. Espero que esta Comissão tenha receptividade para aceitar as sugestões de todos os associados desta Casa (AEFJP, 1984a).

Diante do cenário incerto que pairava sobre o país, a FJP e a AEFJP também sentiram os reflexos da crise. Na ata da assembleia extraordinária da AEFJP, de 25 de outubro de 1984, está na pauta a discussão referente à deliberação de alteração no estatuto, as reivindicações salariais dos empregados da FJP e outros. A compreensão das dificuldades torna-se latente nos discursos dos associados em assembleias, notadamente em relação aos salários e às carreiras:

Deusdedit declarou que não poderia se afirmar que havia uma campanha na FJP, mas sim uma preocupação de alguns colegas de como encaminhar as questões salariais e de trabalho. Junia Horta propôs que a assembleia tentasse conhecer o novo plano de cargos e salários em elaboração na Fundação João Pinheiro, já que tínhamos interesse de ver

⁹² Primeiro diretor de Assuntos do Trabalho da AEFJP.

⁹³ Diretor da ATP (Assessoria Técnica da Presidência) da FJP.

implantado um novo plano antes de janeiro de 1985, quando poderá haver mudanças no governo. João Almada disse que já estava havendo conversas com o empregador e que já havia interesse em conceder 100% do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC). Quanto ao plano de cargos e salários, já está sendo elaborado por uma comissão e informou que ele já tomou conhecimento quando substituiu um diretor da Fundação [...] (AEFJP,1984b).

Nessa assembleia geral, o papel ativo da AEFJP na busca pela melhoria nas carreiras dos servidores da FJP fica evidenciado e a necessidade de que isso acontecesse antes das eleições previstas para o ano seguinte. Francisco Maciel⁹⁴ corrobora essa intenção:

Francisco Maciel propôs que a assembleia elegeisse uma comissão que já tivesse como membro nato alguém da diretoria da associação, que a assembleia definisse o cronograma de trabalho da comissão e propôs as seguintes reivindicações: 100% do INPC, reposição das perdas salariais, volta do pagamento no dia 30 e conhecimento e acompanhamento do plano de cargos e salários da FJP [...] (AEFJP,1984b).

A assembleia realizada em 7 de novembro de 1984 mantém as reivindicações dos servidores pelo reajuste salarial e pela participação dos funcionários na discussão da elaboração do novo plano de cargos e salários da FJP, como explica João Luiz da Silva Dias⁹⁵.

A associação era quem fazia a defesa dos interesses dos funcionários na relação de plano de cargos e salários, plano de saúde, assistência médica, seguro de vida. Então esse era o papel da associação (DIAS, 2018).

Os representantes dos associados participam ativamente das lutas sociais e, em busca da garantia dos direitos dos servidores, promovem duas greves em 1987, quando há perseguições, demissões e a tentativa de esfacelamento da associação. Um período difícil coloca-se à vista da AEFJP.

94 Advogado da Consultoria Jurídica.

95 Presidente da AEFJP 1982-1985.



*Informativo de greve
AEFJP – 1988*

*Fonte: Associação dos Empregados da Fundação João
Pinheiro, 1988*

3 As lutas conduzidas pela Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro (1987-1999)

Diante da grave conjuntura institucional do país, momento em que a FJP enfrenta acirrada crise salarial, com a demissão de funcionários, toda a negociação sobre a elaboração de um plano de saúde próprio é interrompida.

Eu era diretor de benefício e ação social, e nós estávamos gestando um plano de saúde que era um primor. Esse plano de saúde era elaborado pelo nosso assessor, o professor Virgílio Baião, da Faculdade de Medicina da UFMG, ele era médico do trabalho da Usiminas e estava concebendo o projeto todo com base no projeto da Usiminas. Então era uma participação intensa dos funcionários, pois era bastante favorável aos servidores (BORGES, 2018).

A crise parecia se agravar, não só pelas interrupções nas negociações do plano de saúde próprio como também pelo clima de insatisfação com a falta de condições de trabalho, incluindo salários abaixo dos padrões de mercado. Depoimentos de servidores da FJP relatam que alguns dirigentes da Fundação chegaram a chamar a polícia militar para dentro da instituição no intuito de coibir as manifestações.

A polícia foi lá. Eu sei que os empregados da FJP estavam sentados na escadaria, e alguém mandou a polícia para cima dos funcionários, para prendê-los. Só que a atitude da polícia foi outra: “Não podemos fazer isso, eles estão sentados, eles não estão fazendo nada! Eles estão sentados ali”. E nós fomos ao Conselho Regional de Administração, tudo foi denunciado. Reunimo-nos no conselho regional com o presidente e um conselheiro de lá, foi tudo assim (BORGES, 2018).

O Curso Superior de Administração Pública (Csap) chegou a ser entregue a uma instituição privada de ensino superior. No segundo momento, o prédio principal – parte da área de cursos, de responsabilidade do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) da FJP, estava em contrato para ser usado por uma instituição de consultoria (FJP, 1989b).

O prédio da Fundação João Pinheiro foi doado para uma instituição privada de Belo Horizonte. Juntamente, entregaram-se os alunos que ela não conseguiu rever, destruíram a turma praticamente toda, mas o prédio não, a associação barrou. A associação nesse ponto era combativa, o presidente foi para o (jornal) Estado de Minas e apresentou o contrato que cedia um bem público para empresa privada [...] Já o curso foi mais difícil. A AEFJP não conseguiu rever [...] O curso foi todo transferido para a UNA. [...] Os alunos entraram em pânico. O curso e os alunos eram de alto nível. A FJP entrou com recurso para tentar voltar a ter o curso. Nesse meio tempo é que apareceu o projeto de entrega do prédio [...] O presidente da associação disse: “Nós vamos divulgar isso na imprensa”. Aí divulgaram na imprensa o contrato que estabelecia a doação de um bem público... Que esse bem seria transferido para a área privada. [...] Foi aquele clima na FJP, mas conseguiu-se reverter. O prédio não foi entregue, e a FJP ganhou na Justiça o direito de ter de novo o curso (BORGES, 2018).

E nesse contexto de crise institucional, em julho de 1989, é assinado um contrato com uma empresa de consultoria privada que trazia como objeto:

A prestação de serviços especializados de consultoria gerencial, assessoria superior, planejamento e implementação de um núcleo de cursos de treinamento e

especialização em administração de empresas, ciências econômicas e áreas afins, bem como de seminários técnicos (FJP,1989b).

Uma cláusula desse contrato determinava que a execução do objeto do contrato seria realizada “basicamente nas dependências da contratante [ou seja, da FJP] e, eventualmente, em outros locais necessários ou indicados à sua execução” (FJP, 1989b, p. 2). O Conselho de Gestão Técnica (CGT) da FJP recomendou que o contrato não fosse realizado. Entre suas ponderações, constava que ele significava uma intervenção no CDA da Fundação por uma equipe não pertencente à instituição, sem comprometimento algum com a linha de trabalho e a imagem da FJP. O CGT explica que o objeto da proposta de contrato coincidia “com os objetivos gerais da Fundação João Pinheiro e, mais especificamente, com os do CDA.” (FJP,1989a).

Apesar dessa manifestação contrária, o contrato foi firmado e encontrou ferrenha resistência interna, com repercussão na imprensa local, o que levou à sua rescisão por solicitação da própria empresa de consultoria. A continuidade desse contrato poderia significar o fim do CDA. Coube à AEFJP promover a mobilização interna e a denúncia, revelando tal fato à imprensa local.

A divulgação desses acontecimentos na imprensa local contribuiu para a interrupção dos processos e a exoneração do presidente da Fundação João Pinheiro. Foi um período longo, marcado por várias demissões que chegaram a desarticular setores inteiros da FJP. Alguns servidores descrevem um sentimento de perseguição. Dias (2018) relata a existência de uma lista com nomes de quem seria chamado pela presidência para ser desligado.

Tinha o trabalho de espionagem, essa coisa de dedurar a gente. Começaram a fazer as listas de demissões. E as demissões foram uma burrice astronômica [...] A coisa foi em cima das pessoas estratégicas na FJP. Exatamente o grupo que carregava o piano. A Joana D’Arc lá na biblioteca. Quem é Joana D’Arc? Ela é carregadora de piano. Uma pessoa, uma referência para todo mundo, pessoa extremamente qualificada, dedicada. Luciano Amorim. O Luciano tinha conhecimento enorme, super dedicado. Também

carregador de piano. Então foram em cima das pessoas sobrecarregadas. Tinham que quebrar as colunas. Por que a Joana foi demitida? Porque era da associação, da diretoria da associação. Então isso era de uma mediocridade absoluta (DIAS, 2018).



*Artigo de jornal
Belo Horizonte - 1989*

Fonte: Estado de Minas, 20 de maio de 1989

Ainda sobre demissões, Luciano Amorim Borges se expressa assim:

Muita gente foi mandada embora. Lembro que eu estava trabalhando numa sala hoje ocupada pela diretora do CDA. Eu pensei: “Vou ficar batendo máquina ali, fazendo meu trabalho”. Mas de repente ouvi gritaria, meu Jesus Cristo! Passei na biblioteca [...] A Joana tinha acabado de ser demitida! O pessoal estava em pânico, chorando... Pensei: agora mesmo sou eu. Subi para a minha sala, estava uma colega nossa hoje da Receita Federal, Elisa, tremendo. E aconteceu! Fui embora [...] cheguei na Praça Sete... Eu sei que encostei num poste, fiquei ali... Depois entrei no cinema, não sabia por que eu estava ali, cheguei em casa... Quando eu cheguei em casa, meu pai e minha mãe me disseram: Georgina telefonou, Jaime Blay te telefonou, estão te procurando [...] Pensei: Eu sei por quê. Como é que você conta uma coisa dessas? Como é que você conta que trabalhou tantos anos e [...] Falei: “Olha, fui demitido”. Meu pai passou mal, ficou 15 dias de cama [...] Passei um ano demitido (BORGES, 2018).

Para João Luiz da Silva Dias, um dos dirigentes da AEFJP, as paralisações tinham um caráter de conscientização, de convocação de todos os servidores para tomada de posição frente à forte crise que se apresentava:

Eu entrei na expectativa de fazer uma gestão administrativa. Mas de cara, deparamos com essa questão salarial. E o que o Newton passou a fazer não era verdadeiro. Ele era obrigado a pagar gatilho sim, porque o gatilho era uma imposição legal, uma lei que se impunha a todos os celetistas, e nós éramos celetistas. Então começamos tentando fazer uma negociação. [...] E fizemos a nossa greve. Tinha sessão cultural. Tinha atividade o tempo todinho. Não era greve em que o pessoal some. Não era para cada um ficar em casa, era greve lá, com ocupação. Na primeira greve, a do meio do ano, foi um movimento muito bonito, um astral excelente. Nós fizemos dentro da FJP. Nós ocupamos a FJP e levávamos pessoas lá no auditório, artistas. Fizemos as atividades todas e, no dia do julgamento do dissídio, foi todo mundo lá para o tribunal, lá na Getúlio Vargas. [...] E ganhamos, ganhamos tudo (DIAS, 2018).

Apesar da aparente vitória, as coisas não se encaminharam como deviam. O segundo movimento de paralisação se fez necessário:

Foi todo mundo lá para o tribunal e com faixas, todo mundo de branco e amarelo. Muito bonito. E era muito organizada a nossa greve [...] Ganhamos e claro, veio aquele negócio, ganhou, mas não levou [...] Aí nós tivemos que entrar com outra ação de cobrança. Chega no final do ano, a mesma coisa, então vamos para a segunda greve, só que a segunda greve já foi repressão, de fechar a FJP, de não deixar os servidores entrarem (DIAS, 2018).

O objetivo era desarticular não apenas a AEFJP, mas a própria FJP, que já vinha perdendo nomes importantes de seu quadro de pesquisadores por questões salariais e pelo fato de a crise, na segunda metade dos anos 1980, ter agravado muito a situação.

Julgamento da legalidade da greve dos servidores da Fundação João Pinheiro Tribunal Regional do Trabalho – 1987

Fonte: RI-FJP/MG



Ainda em 1989, entra para a Presidência da FJP Antônio Abrahão Caram Filho⁹⁶. Juntamente com a AEFJP, ele negocia a readmissão de parte dos servidores demitidos e fica o tempo necessário para reestruturar a Fundação. É substituído pelo presidente Roberto Gonçalves Pereira, que intermedia a negociação de um novo plano de carreiras para os servidores da FJP.

Foi um período muito difícil. O Caram entrou fazendo essa reestruturação e organização financeira. Então foi esse período que o Caram teve [...] ele assumiu com vontade e disposição de fazer. E era um negócio que se impunha fazer desde logo, desde pronto, porque a própria Justiça já tinha determinado. E a FJP se recusando a fazer, demorando a fazer. A demissão era arbitrária, tinha sido uma represália. E tinha atingido sobretudo a própria João Pinheiro. Então se impunha fazer, e ele retomou esse processo. Para surpresa nossa, ele sai e entra o Roberto⁹⁷. A gente tinha a expectativa de que ele ficasse pelo menos até o final do governo (DIAS, 2018).

No fim desse período, aconteceu o retorno do Csap para a Fundação, a readmissão de parte dos servidores e a realização do primeiro concurso público com novos servidores pesquisadores. Ressalta-se que parte dos servidores só consegue seu reingresso na FJP por via judicial. Há uma recomposição da Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro.

⁹⁶ Antônio Abrahão Caram Filho, presidente da FJP (4 de agosto de 1989 a 24 de abril de 1990).

⁹⁷ Roberto Gonçalves Pereira, presidente da FJP (25 de abril de 1990 a 5 de junho de 1991).

Outros eventos marcantes ocorridos no final da década de 1980 foram a promulgação da Constituição Federal em 1988 (BRASIL, 1988) e da estadual em 1989 (MINAS GERAIS, 1989), que trouxeram importantes transformações tanto para a instituição quanto para seus servidores.

Do lado institucional, a Constituição Estadual estabeleceu que “ao Estado somente é permitido instituir ou manter fundação com a natureza de pessoa jurídica de direito público” (art. 14, §5º), que “ficam mantidos os atuais órgãos e entidades da Administração Pública até a reestruturação administrativa global do Estado, a se efetivar nos termos de sua Constituição” (art. 10 – Disposições Constitucionais Transitórias) e que “as entidades da administração indireta se adaptarão às disposições da Constituição no prazo de trezentos e sessenta dias contados da sua promulgação” (art. 10, Parágrafo único – Disposições Constitucionais Transitórias). Ou seja, com isso, a FJP deixaria de ser um órgão de natureza de direito privado e passaria a ser de direito público.

Por conseguinte, em relação aos servidores, a Constituição Federal estabeleceu que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreiras para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas” (art. 39, caput – redação original, posteriormente alterada pela EC nº 19/1998); enquanto, no mesmo sentido, a Constituição Estadual fixou que “a atividade administrativa permanente é exercida em qualquer dos poderes do Estado, nas autarquias e nas fundações públicas, por servidor público, ocupante de cargo público em caráter efetivo ou em comissão, ou de função pública” (art. 20, caput combinado com inciso I – redação original). Desse modo, até então ocupantes de emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os empregados da FJP passaram a ter seu emprego regido pelo regime jurídico único, de que trata a legislação estatutária dos servidores públicos civis do estado de Minas Gerais.

No contexto desse movimento de luta, nos anos 1980, nasce o Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais (Sintappi), criado a partir da AEFJP (Sintappi, c2019). O primeiro presidente é João Luiz da Silva Dias,

o mesmo da AEFJP. O objetivo era representar os trabalhadores (públicos e privados) de empresas de assessoramento, pesquisas, perícias e informações de Minas Gerais. Com a criação do Sintappi e com a redução do quadro social da AEFJP, em decorrência da diminuição do quadro de empregados da FJP, uma nova realidade administrativa e política despontava. Era preciso estabelecer outra dinâmica para a associação.

A ascensão das mobilizações populares, a consciência e a participação política dão à AEFJP uma visão mais democrática. Ela passa a integrar fóruns e associações intersindicais de servidores nas lutas pelo Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia e pelos planos gerais dos servidores públicos.

Na década de 1990, nas assembleias, os debates continuaram a girar em torno das recomposições salariais e agravavam-se as distorções ocorridas em torno dos salários, sobretudo a partir de 1987, além da proposta de enquadramento dos funcionários da FJP no quadro da carreira do pessoal de Ciência e Tecnologia (AEFJP, 1990). Também se constata a diminuição da receita da AEFJP com a proibição constitucional da transferência de recursos públicos para entidades privadas, como as associações.

Em 1993, conforme ata da assembleia de março desse ano, ocorre uma grande mobilização dos servidores. Além do tema relacionado à votação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), na qual se retirariam dois terços da receita da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), os associados votavam pela paralisação no dia 10 de março – acompanhando os servidores estaduais, em particular, os da saúde, educação e fazenda. Tratam-se de reivindicações relativas à ausência de uma política de recomposição real dos salários (AEFJP, 1993a). No mesmo ano, discutiam-se, ainda, os problemas relacionados ao valor da contribuição sindical, ao plano de saúde (contratado da Unimed) e a outras alterações no estatuto (AEFJP, 1993b).

4 A mudança do perfil da associação, de seus associados e a luta pelos planos de carreiras: 2000 – 2018

A partir dos anos 2000, a AEFJP passa a exercer um novo papel na instituição. Parte se deve à redução no número de seus associados, parte, à preponderância de aposentados ou de servidores que apresentam condição para tal. Obviamente, esse perfil diferenciado, se comparado com o de anos anteriores, muda as formas e as prioridades de ações. O início dos anos 2000 tem como foco as negociações com plano de saúde (melhores taxas de reajustes com a Unimed), assessoria jurídica aos associados e investimentos na área recreativa. Não obstante, a luta por melhores condições de trabalho (salarial, plano de carreiras e outros) continua a fazer parte da pauta de reivindicações.

Em 2002, a AEFJP informa aos servidores que todas as emendas apresentadas ao projeto de lei que tratava do Plano de Carreiras da Ciência e Tecnologia foram derrubadas (AEFJP, 2002). Quatro meses depois, apresenta uma série de propostas para o fortalecimento das carreiras das autarquias e das fundações de Minas Gerais. Em 22 de outubro de 2002, essas propostas são encaminhadas ao governo de transição do governador Aécio Neves da Cunha. A AEFJP se reúne com Antonio Augusto Junho Anastasia, coordenador da equipe de transição, que se empenha a levar ao governador a proposta do Plano de Carreiras da Ciência e Tecnologia. Nessa mesma reunião, Anastasia também se compromete a atender as reivindicações em relação à regularização dos pagamentos dos salários dos servidores que estavam em atraso.

Em meados da década de 2000, a AEFJP passa por um período de dificuldade financeira, resultado de um processo trabalhista movido contra ela. Perde seu único patrimônio, duas salas no edifício Palácio das Indústrias, na rua Goitacazes 71, além de arcar com uma indenização em dinheiro. A AEFJP ainda ficou com uma dívida de encargos previdenciários para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Imposto de Renda (IR), negociada em parcelas. Suas contas bancárias foram bloqueadas, impedindo-a de realizar pagamentos de dívidas já assumidas (AEFJP, 2005b).

A diretoria em exercício recorre a empréstimos na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda (Sicoob Nossacoop) e em outras fontes. Eles foram liquidados quando a FJP pagou a indenização referente às benfeitorias realizadas na área recreativa, no Horto, conforme o contrato de comodato assinado em 15 de maio de 1984.

Outros assuntos importantes faziam parte das pautas de lutas e debates: vale-transporte dos servidores, concurso público, data-base e efetivação dos servidores em função pública. Em julho, os dirigentes da associação já pontuavam a falta de expectativa de que o presidente da FJP atendesse às reivindicações apresentadas em documento e que isso significaria o início de um processo de atuação sistemática por parte dos dirigentes da AEFJP, quanto às reivindicações. Propôs-se, então, a elaboração de um documento sobre perda salarial dos servidores da FJP. Junto com ele seria encaminhado um ofício informando o impacto que o reajuste salarial provocaria na folha de pagamento. O objetivo era se mobilizar em torno da tabela da área de ciência e tecnologia, e não apenas da FJP.

Tabelas salariais e progressão horizontal, pontos que foram pauta de campanha, cujo encaminhamento e repasse dos últimos acontecimentos merecem ser levados à plenária. [...] Diante da relevância e do impacto de tais questões na vida dos servidores, julga-se oportuna maior proximidade deste conselho com a atual Diretoria na discussão e promoção dessas ações. [...] Decidiu-se encaminhar um ofício ao presidente da AEFJP manifestando a preocupação deste conselho com o encaminhamento de tais questões, o conselho tendo se colocado à disposição para qualquer apoio necessário neste sentido (AEFJP, 2005b)⁹⁸.

Nessa mesma reunião, decidiram por encaminhar à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag MG) as reivindicações listadas: revisão do percentual aplicado ao reajuste salarial e apresentação de uma tabela salarial que contemplasse os servidores em fim de carreira e servidores inativos. Outro tópico discutido foi a possibilidade de se realizar um

⁹⁸ Ofício do Conselho Deliberativo da Associação de Empregados de Fundação João Pinheiro manifestando à Presidência da Associação o seu posicionamento em relação a assuntos de interesse dos associados.

seminário com todos os servidores da instituição, no qual se pudesse refletir e debater sobre os novos rumos da FJP, reconhecendo e assinalando suas perspectivas e oportunidades reais. A perenidade dessa associação e a manutenção de seus associados estiveram intrinsecamente relacionadas à continuidade e ao fortalecimento da FJP, sempre salientados nas atas de assembleia geral, de conselhos e de diretorias e na própria defesa que a AEFJP fez e faz em benefício da instituição.

Somente em 2006, o escritório da AEFJP muda-se definitivamente para o prédio da FJP, na Alameda das Acácias 70, no bairro São Luiz. A FJP cedeu uma sala no primeiro andar de seu prédio, e é nesse local que a sede da AEFJP funciona atualmente. Nesse mesmo ano, é iniciada a avaliação das possibilidades de se manter em funcionamento a área recreativa para 2007. A sede campestre já vinha gerando *deficits* e com grande impacto na sustentabilidade financeira da AEFJP que não se encontrava em condição de investir em melhoria e manutenção. Além disso, a área era pouco frequentada (AEFJP,2006b).

Também em 2006 foi concluída a implantação das carreiras de Ciência e Tecnologia e a AEFJP acompanha de perto as regras de transposição. Nessa nova carreira, havia a possibilidade de os antigos servidores trocarem o quinquênio por uma gratificação de avaliação a ser paga de acordo com a avaliação de desempenho. Na reunião de 21 de dezembro, foi comunicado que os servidores teriam um prazo maior para decidirem sobre permanecer ou não na carreira antiga e que teriam orientação de advogados, colocados à disposição pela AEFJP e pelo Sintappi-MG.

A defesa dos direitos adquiridos nas carreiras urge, pois esses direitos já estão garantidos pela legislação vigente e não devem depender de negociação ou da variação da receita. A ideia é garantir uma política salarial e não política remuneratória, mas tal fato parece difícil somente com alteração da redação do projeto. Pode-se tentar encaminhar um substitutivo cujo teor contemple os interesses dos servidores. Todavia, caso não haja a possibilidade, uma outra proposta seria solicitar uma audiência pública, acionar lideranças políticas e fazer campanha de conscientização criando um fato político que force o governo a negociar uma política salarial mais justa para com os funcionários públicos (AEFJP,2006a).

E ainda:

Quanto aos possíveis casos de perdas salariais com a implantação das novas carreiras, o presidente informou que a AEFJP já contactou o advogado do Sintappi, Samuel Maciel, para acompanhar caso a caso e emitir parecer sobre a situação geral das possíveis perdas na mudança para as novas carreiras [...] Temos que ter o cuidado com os termos utilizados: para o servidor o que interessa é ter uma política salarial e não remuneratória, isto é, definição de uma data base para garantir recomposição salarial anual conforme o índice da inflação no período. [...] A distinção entre política salarial e política remuneratória é que nessa última o governo inclui na memória de cálculo para abatimento da promoção, progressão e quaisquer adicionais por tempo de serviço adquiridos no período. A Coordenação Intersindical está discutindo esse tema para levar uma proposta para o governo (AEFJP,2006c).

Nas pautas da assembleia de 2008, o debate voltou a ser a situação financeira da AEFJP e os salários dos servidores da FJP. E é nessas circunstâncias que acontece a devolução da área recreativa à FJP por distrato. A devolução foi motivada por crise financeira da AEFJP, uso indevido da área, alocação inadequada do espaço para pessoas e entidades não ligadas à FJP ou à associação. Tais fatores traziam prejuízos éticos, morais e financeiros à AEFJP.

Aos 30 dias do mês de julho de 2008, às 17 horas, na sede da Fundação João Pinheiro, reuniram-se o presidente da FJP, Ricardo Luiz Santiago, a presidente da Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro (AEFJP), Iara Leal Santana, e a procuradora-chefe da FJP, Emanuela Costa Almeida, a fim de estabelecer os procedimentos a serem adotados para o distrato do contrato de comodato celebrado entre FJP e AEFJP, cujo objeto é a área de 18.150,00 m² (dezoito mil, cento e cinquenta metros quadrados), integrante do imóvel de propriedade da FJP localizado na av. José Cândido da Silveira n° 2.000, bairro Horto, nesta capital, cuja entrega/devolução para a Fundação João Pinheiro está prevista para 14 de agosto de 2008 (AEFJP,2008).

Assim, em 28 de agosto de 2008, foi dado início ao processo de devolução de toda a área para FJP. Também foram elaborados cálculos de indenização à AEFJP pelas obras de melhorias feitas na

área. As estimativas de indenização basearam-se nos relatórios de prestações de contas da AEFJP. Por meio da Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio, a Seplag elaborou os cálculos para indenizar a AEFJP conforme cláusulas constantes no referido contrato de comodato.

Em 2009 e 2010, outras lutas se acrescentam. Em março de 2009, juntamente com a coordenação intersindical, pleiteia-se o reposicionamento na carreira por tempo de serviço, incluindo a participação em duas manifestações de rua, com ampla divulgação aos servidores da FJP e a convocação de duas assembleias. Na fase de implantação do decreto de reposicionamento das carreiras (2010), a AEFJP desempenhou um papel importante de apoio e esclarecimentos aos servidores da FJP. Foi instituído um sistema de plantão para elucidação das dúvidas dos servidores ativos e inativos da FJP.

Em 2011, a AEFJP inicia o debate com os servidores da Fundação sobre a alteração do plano de carreiras juntamente com o grupo técnico intersetorial da instituição, comissão instituída pela Vice-Presidência da FJP. Ainda nesse período, o governo acena com a possibilidade de gratificações para pesquisadores e professores, alegando que apenas essa categoria estava com os salários defasados em relação a outras carreiras do Estado. Os pesquisadores e servidores ameaçam entrar em greve, preocupados com o destino da FJP. Novamente a AEFJP assume o compromisso de acompanhar e apoiar seus associados e demais servidores da FJP.

Em 2013, é implantada a Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência (Giped) e a Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino (GFPE)⁹⁹. Com as novas gratificações, intensifica-se o debate referente ao plano de carreiras. Ressalta-se que a AEFJP não se desvia do cuidado assistencial dos associados, promovendo campanhas de vacinação em parceria com FJP, eventos recreativos e conagraçamentos, firmando convênios em benefício dos associados e se empenhando em negociações com a Unimed, entre outras ações.

⁹⁹ Decreto nº 46.180, de 13/3/2013 (EG – concessão Giped) - Regulamenta a concessão da Gratificação de Incentivo à Pesquisa e Docência (Giped) e a Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino (GFPE), instituídas pela Lei nº 20.591, de 28 de dezembro de 2012, na Fundação João Pinheiro, e dá outras providências.

Nos últimos anos, a AEFJP vem se dedicando arduamente à elaboração de um novo plano de carreiras próprio para os servidores da FJP, à sua aprovação e efetivação. Em 2018, esse plano de carreiras foi aprovado (MINAS GERAIS, 2018), e os passos seguintes são regulamentá-lo e atualizar, incluir e aprovar a nova tabela salarial. A proposta foi aprovada pela Seplag e encontra-se na Casa Civil. A AEFJP também busca a paridade de vencimentos entre servidores ativos e aposentados, um novo reordenamento dos planos de carreiras e a recomposição salarial dos servidores.

Além disso, nos últimos quatro anos, foram realizadas ações em favor de toda a FJP, como as obras nos jardins internos, com a criação de áreas de convivência para associados e demais servidores da FJP, humanizando as relações e o ambiente de trabalho. Em contrapartida à cessão da sala utilizada pela AEFJP na sede da Fundação, a associação tem contribuído com a manutenção desse espaço de convivência. Do mesmo modo, apoiou a pesquisa e elaboração dessa obra.

Em meados de 2018, a AEFJP entregou aos candidatos ao governo de Minas Gerais um documento com as propostas, expectativas e a descrição das atribuições e da importância da FJP no contexto do Estado.

É interessante perceber que a AEFJP sempre defendeu os direitos e os interesses, proporcionou benefícios, lazer, cultura a todos os servidores da FJP e não se restringiu apenas aos seus associados, o que faz dela, uma associação maior do que se pensa ou se espera. E embora possa parecer estarem em posições antagônicas, de um lado uma fundação pública, de outro uma instituição que representa seus servidores com questões próprias, de fato seus horizontes e caminhos se encontram na defesa dos interesses públicos e do bem-estar da sociedade mineira.

Buscou-se aqui um registro da história de uma associação que entrelaça sua memória com a de uma fundação que, em 2019, comemorou seus 50 anos de existência. Obviamente, fatos, pessoas e narrativas ficaram de fora para que, posteriormente, se possa continuar contando outras memórias e outras histórias. É assim que a vida, cheia de recordações, pode ser celebrada.

Referências

ALMADA, João Alves. Belo Horizonte, 10 de abril de 2017. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida, Joana D'Arc Inácio Ferreira e Giovanni José Caixeta.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Geral, 11 de abril de 1973**. Belo Horizonte: AEFJP, 1973.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária, 11 de julho de 1984**. Belo Horizonte: AEFJP, 1984a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária da AEFJP, 25 de outubro de 1984**. Belo Horizonte: AEFJP, 1984b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Extraordinária da AEFJP, 31 de março de 2008**. Belo Horizonte, AEFJ, 2008a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária, 1 de dezembro de 1975**. Belo Horizonte: AEFJP, 1 dez. 1975.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária, 12 de março de 1982**. Belo Horizonte: AEFJP, 1982.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da Assembleia de Constituição, 11 de abril de 1973**. Belo Horizonte: AEFJP, 1973.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da reunião contrato de comodato celebrado entre FJP e AEFJP, 4 de agosto de 2008**. Belo Horizonte: AEFJ, 2008b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da reunião de diretores da AEFJP, 30 de julho de 2008**. Belo Horizonte: AEFJP, 2008c.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de 09 de março de 1993**. Belo Horizonte: AEFJP, 1993a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de 18 de dezembro de 1990**. Belo Horizonte: AEFJP, 1990.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de 19 de setembro de 2003.** Belo Horizonte: AEFJP, 2003b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de 29 de setembro de 1993.** Belo Horizonte: AEFJP, 1993b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião de diretores da AEFJP, 10 de junho de 2005.** Belo Horizonte: AEFJP, 2005a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião de diretores da AEFJP, 30 de novembro de 2005.** Belo Horizonte: AEFJP, 2005c.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião do Conselho Deliberativo da AEFJP, 10 de agosto de 2005.** Belo Horizonte: AEFJP, 2005b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião de diretores da AEFJP, 15 de dezembro de 2006.** Belo Horizonte: AEFJP, 2006b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião do Conselho Deliberativo da AEFJP, 31 de outubro de 2006.** Belo Horizonte: AEFJP, 2006a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião do Conselho da AEFJ, 21 de dezembro de 2006.** Belo Horizonte: AEFJP, 2006c.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião, 25 de abril de 2007.** Belo Horizonte: AEFJP, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata de reunião do Conselho da AEFJ, 10 de agosto de 2005.** Belo Horizonte: AEFJP, 10 ago. 2005b.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Carta aberta.** Belo Horizonte: AEFJP, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estatuto da AEFJP.** Belo Horizonte: AEFJP, 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo n. 7.** Belo Horizonte: AEFJP, 3 mar. 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo da Greve, n. 2.** Belo Horizonte: AEFJP, 4 jan. 1988.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informativo.** Belo Horizonte: AEFJP, 12 jun. 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informe ao associado.** Belo Horizonte: AEFJP, 13 jun. 2003a.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades de 1977.** Belo Horizonte: AEFJP, [1977].

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades da AEFJP:** 1982. Belo Horizonte: AEFJP, [1982].

BORGES, Luciano Amorim. Belo Horizonte, 20 de maio de 2018. Entrevista concedida a Aparecida Maciel da Silva Shikida e Giovanni José Caixeta

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

BUENO, Eduardo. Os anos de chumbo. *In: Brasil: uma História: cinco séculos de um país em construção.* Rio de Janeiro: Leya, 2012. p. 402-417.

CORREIA, Michelle Godinho. **Anos de Chumbo.** Disponível em: www.infoescola.com/historia/anos-de-chumbo/. Acesso em: 22 maio 2019.

DIAS, João Luiz da Silva. Belo Horizonte, 20 de junho de 2018. Entrevista concedida a FJP. Aparecida Maciel da Silva Shikida e Luzia Oliva Barros

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Conselho Técnico de Gestão. Ata de reunião extraordinária de 03, Jul., 1989. Belo Horizonte: FJP, 1989a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Contrato de prestação de serviços FJP/PJ/1989.** Dispõe de celebração

de contrato entre Fundação João Pinheiro e Consultare – Consultoria Superior S/C Ltda., objetivando a prestação de serviços de consultoria especializada em cursos de treinamento e especialização e seminários técnicos. Belo Horizonte: FJP, 10 de julho de 1989b.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 526 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989. Belo Horizonte: ALMG, 1989. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Con&num=1989&ano=1989>. Acesso em: ago. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23178, de 21 de dezembro de 2018**. Institui as carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas do Poder Executivo e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 2018.

NUNES, Edson. Movimentos populares na transição inclusiva. **Lua Nova**, n.13, São Paulo, set. 1987. p. 87-94.

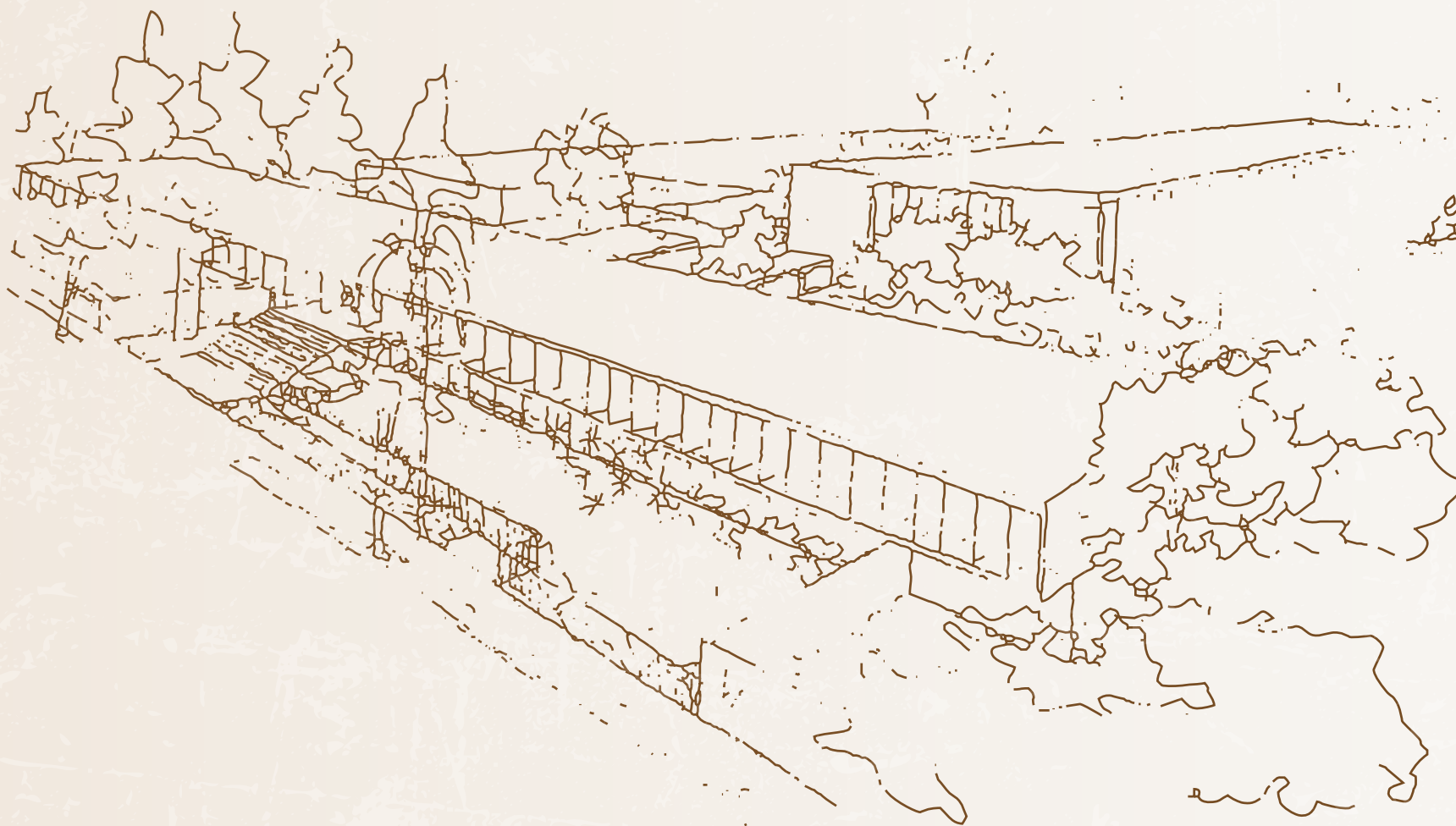
SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência. *In: Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 437-466.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PESQUISAS, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E CONGÊNERES DE MINAS GERAIS. **História e princípios**. Belo Horizonte: Sintappi-MG, c2019. Disponível em: <http://sintappimg.org.br/index.php/2014-12-03-16-52-41/historia-e-principios>. Acesso em: 19 mar. 2019.

TUPINAMBÁ, Carolina; FERRADEIRA, Mariana. As principais questões relacionadas às associações de empregados: uma análise atual e crítica. **REDP**, Rio de Janeiro, v.15, p. 42-73, jan./jun. 2015.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, abril de jun. 2008.

ENSAIOS TEMÁTICOS: AS TESSITURAS DA PESQUISA NA FJP



A FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: A TRAJETÓRIA DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Paulo R. Haddad*¹⁰⁰

No final dos anos 1960, o estado de Minas Gerais estava em pleno processo de decadência econômica. Com sua economia semiestagnada e profunda crise fiscal, o estado tinha, como potencialidades socioeconômicas para a retomada de seu processo de desenvolvimento, três heranças do período pós Segunda Grande Guerra: uma adequada infraestrutura de energia e transporte, consolidada na gestão do governador Juscelino Kubitscheck de Oliveira; um dos melhores sistemas educacionais do país em nível secundário, técnico e, principalmente, superior; uma base ampla e diversificada de recursos naturais renováveis e não renováveis espalhados em suas diferentes regiões.

Apesar dessas potencialidades, era inexpressiva a formação bruta de capital fixo, das empresas e do governo, que pudesse dinamizar os diferentes mercados de trabalho e gerar renda e benefícios para as famílias. No estudo demográfico realizado pela Fundação João Pinheiro (1981a,

¹⁰⁰ Paulo R. Haddad foi Diretor de Planejamento da FJP de 1975 a 1978 e presidente do Conselho Deliberativo da FJP de 1979 a 1982, como secretário de Planejamento do Governo do estado de Minas Gerais.

1982a) para a formulação do Programa Estadual de Centros Intermediários ou Cidades de Porte Médio, estimou-se que, ao longo dos anos 1960, em torno de 17% da população migraram (migração líquida) para outras unidades da Federação (UF) ou para o exterior. Não se tratava de um processo migratório seletivo, uma vez que, na sua composição, havia muitos fluxos diferenciados por nível de educação, por nível de renda, por gênero etc.

Nobel de Economia em 1998, Amartya Sen vê o processo de desenvolvimento de uma nação ou de uma região em termos de expansão das liberdades substantivas. Para ele, o desenvolvimento requer a superação de diversos fatores provenientes da falta de liberdade: a pobreza assim como a tirania; poucas oportunidades econômicas e a sistemática privação social; negligência dos serviços públicos num contexto de intolerância ou de hiperatividade de Estados repressivos.

Especificamente, na raiz do intenso processo emigratório dos mineiros estava a falta de oportunidades para a sua realização familiar, pessoal e profissional nas diversas regiões do estado.

Entre as lideranças estaduais, um sentimento de inconformismo com o *status quo* foi criado por esse descompasso ou hiato entre, de um lado, uma economia estadual de baixo crescimento com falta de oportunidades para a crescente onda de jovens qualificados ou semiquilificados em busca de mercados de trabalho e, de outro lado, uma economia com todas as pré-condições fatoriais para dar início a um novo ciclo de expansão econômica.

Como se sabe, um ciclo de expansão se caracteriza, em geral, por um período relativamente longo (em torno de uma década) de crescimento sustentado, com taxas de expansão global e setorial elevadas e generalizadas, precedido de um conjunto de reformas econômicas e institucionais, que viabilizam a eliminação dos pontos de estrangulamento e de outros óbices à mobilização das potencialidades de desenvolvimento econômico e social.

Como diz Celso Furtado (1983), o desenvolvimento se sustenta, no longo prazo, quando se baseia na ativação e na canalização de forças sociais e na melhoria da capacidade associativa e do

exercício da iniciativa inovadora. O desenvolvimento de Minas Gerais, no longo prazo, ocorreria quando, endogenamente, se manifestasse uma energia capaz de mobilizar recursos tangíveis (capital físico, capital natural) e intangíveis (capital social, capital institucional), que se encontrassem latentes ou dispersos em suas regiões e segmentos produtivos.

A partir do inconformismo, iniciou-se, então, uma notável experiência de desenvolvimento endógeno, cujo marco inicial foi a edição de seis volumes do *Diagnóstico da Economia Mineira* (BDMG, 1968). Nele se explicitava, na melhor linguagem técnica na época, o que fazer, como fazer, onde fazer e para quem fazer as medidas para tirar Minas do atraso em relação ao Rio, São Paulo e ao próprio país.

Os resultados dessa experiência foram muito relevantes. Minas Gerais passou por um processo de industrialização acelerada (crescimento médio de 11% ao ano) e assumiu o segundo posto na economia nacional, abaixo apenas de São Paulo. Os mercados de trabalho se dinamizaram e se diversificaram. Em cinco anos, foram atraídos mais de 500 projetos diretamente produtivos graças a um sistema de promoção industrial eficiente e a um engenhoso sistema de incentivos fiscais. Tratava-se de uma experiência de desenvolvimento endógeno da qual nasceria a Fundação João Pinheiro (FJP).

Um processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política dos recursos humanos, materiais e institucionais. Fica, portanto, na dependência das qualidades de suas lideranças políticas e comunitárias, que na época se mostraram proficientes em Minas Gerais.

Esse processo não brota no terreno da apatia, da inércia ou da passividade dessas lideranças. Não há grandes mudanças endógenas onde não há inconformismo quanto à precariedade dos indicadores econômicos e socioambientais, quanto ao subaproveitamento das potencialidades de crescimento e sem visão de futuro.

Se uma boa infraestrutura econômica é necessária para o crescimento de uma região, a condição suficiente irá depender dos capitais intangíveis (capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social) de que a região dispõe. Nos anos 1970, foram as novas instituições criadas ou consolidadas a partir de 1968 – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), FJP, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater MG), Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI MG), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi)¹⁰¹, Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) – que fizeram o desenvolvimento acontecer.

O desempenho institucional da FJP foi excepcional em diferentes períodos da história de Minas, nos últimos cinquenta anos. A sua missão era formar executivos para o setor público e o setor privado; a de processar informações e indicadores socioeconômicos e culturais; a de elaborar programas e projetos de desenvolvimento sustentável (eficiência econômica + sustentabilidade ambiental + equidade social). A FJP buscava apoiar os objetivos do processo de planejamento de médio e de longo prazo do estado de Minas Gerais.

Destaco o período de 1975 a 1982, quando estive diretamente engajado na FJP. Nessa época, a FJP dispunha de proeminente *status* político e notável centralidade administrativa no conjunto do Governo estadual. Possuía um quadro de excelentes técnicos formados em diferentes disciplinas nos melhores cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior, aos quais se associavam experientes gestores da administração pública estadual e pesquisadores universitários altamente qualificados.

Nesse período, cujos presidentes foram José Israel Vargas, Antônio Octavio Cintra e Carlos Maurício de Carvalho Ferreira, a FJP concebeu e elaborou diversos programas e projetos de desenvolvimento no interesse do estado e do país que se destacavam pelo rigor técnico, pela inovação metodológica e pelo alto grau de praticidade de execução operacional. Muitos desses programas

101 O Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi) atualmente se chama Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais. <https://www.indi.mg.gov.br/o-indi/sobre-o-indi-2/>

e projetos foram negociados pelo governo do estado junto ao Banco Mundial, ao KFW/GTZ¹⁰² da Alemanha e aos órgãos da administração direta e indireta do Governo federal (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980a, 1981b, 1982b), atraindo investimentos e financiamentos para as diferentes regiões e setores produtivos de Minas Gerais. Numa perspectiva pragmática de análise custo-benefício, observa-se que, em moeda corrente, esses recursos financeiros chegaram a representar mais de 100 vezes o que a FJP custou para o orçamento geral do Estado.

Entre esses programas e projetos, desenvolvidos entre os dedicados especialistas das diversas áreas de conhecimento da FJP, destacaremos dois que tiveram mais visibilidade junto à opinião pública estadual e aos organismos financeiros de fomento internacionais. São eles o *Programa das Cidades de Porte Médio* e o *Programa de Promoção do Desenvolvimento dos Cerrados no Brasil* (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980b, 1980c). Seus resultados viriam a ser determinantes na configuração da história social e econômica de Minas Gerais nos anos seguintes.

No final dos anos 1970, Minas Gerais havia completado uma década do bem-sucedido plano de industrialização e de modernização econômica e administrativa. Grande parte dos novos empregos gerados por esses processos, entretanto, havia se concentrado na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e no seu entorno, provocando imensos problemas de transporte, de poluição ambiental, de hiperurbanização de suas áreas periféricas e de crescente assimetria social.

No início do governo Francelino Pereira dos Santos (1979-1983), a FJP elaborou um programa de promoção do desenvolvimento das principais cidades de porte médio do estado: Uberaba, Uberlândia, Montes Claros, Poços de Caldas, Varginha, Juiz de Fora, Pouso Alegre etc. Os objetivos do programa eram três: fortalecer a infraestrutura econômica e social dessas cidades, melhorar seu potencial de atração de novos projetos de investimentos e ampliar sua capacidade de funcionar como

102 Banco de fomento alemão/cooperação técnica alemã - *Bank aus Verantwortung (Kreditanstalt für Wiederaufbau)/Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (German Technical Cooperation Agency)*

metrópoles de equilíbrio regional. O programa procurou inspiração conceitual no modelo da França ao equacionar o problema da Grande Paris no pós-Segunda Grande Guerra.

O que se desejava evitar, principalmente, era a consolidação de um modelo de sistema urbano megacefálico, uma região metropolitana hipertrofiada, lado a lado com um interior do estado raquítico do ponto de vista da oferta de serviços urbanos de maior nível hierárquico e das novas oportunidades econômicas.

O programa custou por volta de um bilhão de dólares a preços da época (mais do que o dobro a preços atuais) e foi executado durante cinco anos, financiado com recursos do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Governo federal. No ato de assinatura do contrato do empréstimo no Palácio da Liberdade, o presidente do BID apelidou o programa de “cidades-dique”, destacando o seu papel no redirecionamento dos fluxos migratórios intraestaduais, e assim o programa ficou conhecido popularmente.

Desde o início do século XXI, observam-se resultados muito positivos do programa. As cidades beneficiárias apresentam indicadores econômicos e sociais excelentes em termos dos padrões nacionais. Foram o sítio preferencial para a localização dos novos investimentos no estado, inclusive no período pós-Plano Real, e, principalmente, reduziu-se drasticamente a pressão migratória sobre a RMBH, onde a qualidade de vida dá sinais de menor deterioração relativa.

O segundo programa está vinculado à revolução da agricultura tropical, concebida e implementada sob a liderança do ministro Alysson Paulinelli e, refere-se ao desenvolvimento dos cerrados brasileiros que se tornaram um celeiro mundial na produção de proteína vegetal e de proteína animal. Em 1976, a FJP, na gestão do professor José Israel Vargas, elaborou o *Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais (Planoroeste)*. Ele seria implementado posteriormente nas regiões do Noroeste e do Alto Paranaíba, em Minas, e estendido por inúmeras regiões do Centro-Oeste do Brasil, assim como em algumas regiões da Bahia, do Maranhão e do

Piauí nas últimas décadas a partir do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1984).

O *Planoroeste* foi um plano de desenvolvimento regional integrado. Em suas equipes, envolvia diferentes especialistas da FJP (geólogos, economistas, botânicos, antropólogos, ambientalistas, sociólogos etc.) numa ilustração de como a instituição havia se transformado numa poderosa estufa de metodologias de planejamento do desenvolvimento sustentável integrado.

Além do *Planoroeste*, foram elaborados outros planos regionais de desenvolvimento para as regiões da Zona da Mata, do Rio Doce e do Sul de Minas, adaptados depois para o propósito fundamental de negociação e atração de recursos financeiros, materiais e institucionais visando a implementar as políticas, os programas e projetos por ele definidos. Nesses planos, discutiram-se as alternativas e estratégias de desenvolvimento para cada região e as melhores oportunidades de se estabelecer uma articulação sistemática entre as ações setoriais do setor público e suas políticas de desenvolvimento econômico e social.

A partir do final dos anos 1980, observa-se que diferentes governadores de Minas Gerais, no exercício de seu mandato, passaram a atribuir à FJP menor importância relativa no processo decisório da gestão pública dos programas e projetos de desenvolvimento mineiros. Há, pelo menos, três razões que explicam a perda do *status* político e da centralidade administrativa do órgão: a desarticulação institucional do sistema estadual de planejamento de médio e de longo prazo, semelhante ao que ocorreu no Governo federal; a crise fiscal e financeira do Estado, limitando sua capacidade de negociar programas e projetos de desenvolvimento; o estilo pragmático dos novos governantes em busca de recursos financeiros internos e externos, a partir de decisões *ad hoc* e imediatistas numa perspectiva de curto prazo.

É indispensável que os governantes se disponham a enfrentar os desafios que nos esperam nas próximas décadas para que a FJP retome seu protagonismo na administração estadual e volte a ser uma instituição encarregada das atividades de ensino e pesquisa e também o núcleo fundamental

de pensamento sobre as alternativas do processo de desenvolvimento sustentável do Estado, centro de formulação de políticas públicas, programas e projetos e, por último, uma instituição que possa dar vida operacional a esse processo, semelhante ao que acontece com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em relação ao Governo federal.

Há mais de duas décadas que a posição da economia de Minas se encontra relativamente estagnada em torno de 9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e com o PIB *per capita* inferior a 10% do PIB *per capita* do Brasil. Deixamos de crescer sistematicamente acima do crescimento médio do país desde 1985. Na lista das unidades Federativas por PIB *per capita* de 2015, estamos em 11º. lugar. Voltamos à posição ocupada na Federação antes da Segunda Grande Guerra (1939), após disputar a segunda posição com o Rio de Janeiro nos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980. Minas precisa acelerar o seu crescimento, conceber e implementar um novo ciclo de expansão e deixar para trás as fronteiras sombrias da decadência econômica.

O segundo desafio que se apresenta para o desenvolvimento socioambiental e socioeconômico mineiro é o desequilíbrio intraestadual. Se traçarmos um eixo virtual dividindo o estado, tendo como extremos Rio de Janeiro e Brasília, à direita, nas Mesorregiões do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, em Microrregiões do Vale do Rio Doce e da Zona da Mata, será encontrado um panorama típico da regressão econômica do Nordeste brasileiro. E à esquerda, áreas com a prosperidade típica do interior desenvolvido de São Paulo no Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba, no Sul e Sudoeste do estado. Essa dualidade espacial do desenvolvimento de Minas, felizmente, não chega a configurar uma pobreza de recorte africano, graças às políticas sociais compensatórias do Governo federal. Num regime democrático, um processo de crescimento econômico não pode aprofundar essa dualidade básica; na verdade, deve sim seguir a premissa do budismo, segundo a qual nada é mais democrático do que o sol, pois quando se levanta ilumina igualmente todas as regiões.

A pobreza, contudo, é um fenômeno ligado às desigualdades sociais da renda e da riqueza, e não apenas ao seu rebatimento espacial. Em uma comparação com as 27 unidades da Federação, Minas Gerais ocupa o décimo lugar em termos da concentração da renda e da riqueza no conjunto de um país considerado um dos mais desiguais entre todos os países do mundo. Um país em que a renda média dos trabalhadores é inferior ao salário mínimo. Primeiro grande formulador do liberalismo econômico, Adam Smith já dizia, em 1776, que nenhuma sociedade pode certamente ser próspera e feliz se a maioria de seus membros é pobre e miserável.

Não há um sequenciamento intertemporal entre primeiro ajustar as contas públicas para depois promover o desenvolvimento do estado. Esses objetivos são sinérgicos e devem ocorrer inteligentemente, de forma simultânea e complementar. Nos tempos atuais, quem faz o progresso econômico são, fundamentalmente, empreendedores privados de diferentes escalas. O papel do governo é conceber e implementar instrumentos econômicos e mecanismos institucionais que favoreçam as iniciativas inovadoras desses empreendedores.

O exercício eficiente e eficaz das funções tradicionais do Estado (educação, saúde, segurança, justiça) é, por si só, indispensável para a promoção do bem-estar social sustentável da população e da produtividade total dos fatores de produção. Enfim, o processo de desenvolvimento é de natureza endógena e se realiza por meio da mobilização social e política dos recursos potenciais e latentes da sociedade civil.

Se não houver o enfrentamento desses problemas, assim como o de outros, estruturais, que permeiam o atual contexto histórico de Minas, políticas públicas equivocadas e governança fraca sobre esses assuntos podem se tornar o embrião de grandes desastres socioeconômicos e ambientais. Não há espaço para aprendizes de feiticeiro que acabam desencadeando forças que não conseguem controlar.

É missão de todo processo de planejamento prospectar o futuro da economia e gerar cenários alternativos de desenvolvimento com custos de oportunidade menores para a sociedade. Esses cenários servem para definir políticas que irão coordenar o aumento da produtividade dos recursos naturais renováveis e não renováveis, para mobilizar potencialidades latentes, a expansão e a concentração de capital humano e institucional em setores-chave, para eliminar eventuais pontos de estrangulamento na infraestrutura econômica etc. Servem, porém e principalmente, para que os agentes públicos e privados possam se comprometer com projetos de investimento de lenta maturação, pois sua racionalidade econômica se exprime no curto, no médio e no longo prazo.

Destaca-se, também, o desafio de manter elevado grau de consistência entre as decisões a serem concebidas e executadas nas políticas públicas. Keynes dizia que, em época de crise, somos guiados, em grande parte, pelos fatos sobre os quais temos maior confiança, mesmo que esses sejam decididamente menos relevantes para as questões em debate, do que pelos fatos sobre os quais nosso conhecimento é vago e escasso. Essa atitude torna-se propensa a induzir colapsos no contexto em que uma economia se torna complexa e na qual as interdependências e transversalidades no processo decisório passam a prevalecer sobre as soluções simplistas.

Não é tarefa simples conceber e implementar uma grande transformação num Estado que acumulou tantos problemas que vão desde o equacionamento de uma profunda crise fiscal que atormenta diuturnamente os dirigentes públicos e a própria população até a superação das mazelas das desigualdades e assimetrias que prevalecem entre os seus grupos sociais e regiões. Diante desses desafios, há um espaço institucional para que as equipes técnicas da FJP, revitalizada e atualizada, com seus consultores e em cooperação com outras organizações acadêmicas, possam coordenar um novo processo de desenvolvimento sustentável para a Minas Gerais do século XXI com pleno domínio das duas instâncias formais do planejamento.

Uma instância teleológica em que se delimitam finalidades, objetivos e metas a serem perseguidos pela sociedade e pelo poder público de Minas. E uma instância processual, na qual se

definem os procedimentos ou o conjunto de etapas, de estágios e de módulos, de métodos a serem mobilizados tanto para tornar real ou efetiva a instância teleológica, quanto para retificá-la, levando em consideração as próprias vicissitudes de sua implementação. Vale dizer, o uso do que há de mais avançado no campo do conhecimento científico com o compromisso de sua efetiva implementação transformadora.

Desenvolver com distribuição pessoal e espacial dos frutos do crescimento econômico e com sustentabilidade dos ativos e dos serviços ambientais, eis os grandes desafios que nos esperam para uma transformação estrutural da economia de Minas Gerais no século XXI. Objetivos utópicos para um Estado que está atolado numa profunda crise fiscal? Certamente não. Como dizia Oscar Wilde: o progresso não é senão a realização das utopias. E a FJP está tecnicamente preparada para realizar essas utopias como parte de sua missão institucional.

Referências

- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico da Economia Mineira**. Belo Horizonte, 1968. 6 v.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Assessoria Técnica da Presidência. **Relatório de atividades**: 1980. Belo Horizonte, 1981b. 153 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Assessoria Técnica da Presidência. **Relatório de atividades**: 1981. Belo Horizonte, 1982b. 178 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Projetos II. **Estudos para a redefinição do programa de desenvolvimento dos cerrados**: POLOCENTRO. Belo Horizonte, 1984. 9 v.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estudos para uma política estadual de desenvolvimento urbano**: o processo de desenvolvimento urbano em Minas Gerais. Belo Horizonte, 1982a. 3 v.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Planoroeste II**: Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Noroeste do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1980c. 13 v.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Programa de Centros Intermediários (cidades-dique)**: resumo e custos dos projetos e administração. Belo Horizonte, 1980b. 73 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Programa Estadual de Centros Intermediários**: concepção, metodologia e síntese. Belo Horizonte, 1981a.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades**: 1979. Belo Horizonte, 1980a. 193 p.
- FURTADO, C. **A nova dependência**: dívida externa e monetarismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

A SAÚDE COMO TEMA DE PESQUISA NA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

*Edite Novais da Mata Machado*¹⁰³

*Fátima Beatriz Carneiro Teixeira P. Fortes*¹⁰⁴

Introdução

O tema da saúde esteve sempre presente na agenda de pesquisas da Fundação João Pinheiro (FJP) ao longo de seus 50 anos. Por meio da elaboração de estudos, de propostas de intervenção, da construção de indicadores e da avaliação de programas, os pesquisadores da FJP contribuíram para que se conhecesse o estado de saúde da população, a organização e o acesso aos serviços públicos de saúde, assim como subsidiaram a atuação governamental nos três níveis de governo. Salienta-se que, em 2005, a FJP foi reconhecida pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES MG) como instituição parceira do Sistema Único de Saúde (SUS) e agraciada com a medalha Ordem do Mérito da Saúde.

103 Pesquisadora aposentada da FJP.

104 Pesquisadora aposentada da FJP.

Com o objetivo de recuperar a contribuição da FJP para a produção do conhecimento na área da saúde pública, este texto foi dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na seção 2 são abordados os primeiros estudos que foram realizados com vistas, principalmente, a subsidiar a SES MG na implantação do sistema operacional da saúde no início dos anos de 1970. Para essa etapa, além da pesquisa documental, foi realizada uma entrevista com Mercês Somarriba¹⁰⁵. Já na seção 3 registra-se a contribuição da FJP na elaboração dos diagnósticos e das propostas de intervenção dos diversos planos de desenvolvimento (regional, urbano, rural) do estado. Na seção 4, por sua vez, são apresentados os trabalhos destinados a, principalmente, contribuir para com a implementação do SUS, criado pela Constituição Federal de 1988. Por fim, na seção 5, são apresentadas as conclusões.

1 Os primeiros estudos: diagnósticos e subsídios à formulação de políticas de saúde

O estudo *Minas Gerais 1971-75 – Perspectivas – Saúde e Saneamento*¹⁰⁶ inaugurou a linha de trabalhos nessa área. O objetivo era subsidiar a formulação de políticas de saúde do Estado. Foi elaborado pela equipe de Programação Geral da FJP, em conjunto com a Assessoria de Planejamento e Coordenação (APC) da SES MG e da Companhia Mineira de Águas e Esgotos (Comag). Contou, ainda, com assistência técnica da Organização Panamericana de Saúde (Opas).

Em termos do nível de saúde da população do estado, o estudo revelou uma situação desfavorável, evidenciada por alto coeficiente de mortalidade infantil e taxas elevadas de mortalidade por doenças transmissíveis. Destaca-se que a saúde é abordada numa concepção ampliada, relacionada às condições sanitárias e ainda como decorrência do estágio de desenvolvimento das

105 Além de ter atuado como pesquisadora no momento inaugural da pesquisa em saúde, Mercês Somarriba retornou à FJP como consultora, nos anos 1990, para integrar a equipe responsável pela criação do mestrado na Escola de Governo e participar de vários projetos de pesquisa.

106 Muitos dos trabalhos elaborados pela FJP foram digitalizados e estão disponíveis no sítio da Biblioteca Digital do Estado de Minas Gerais (www.bibliotecadigital.mg.gov.br).

regiões do estado. Mostrou também que a organização do setor saúde era caracterizada por “uma pletera institucional” acarretando a superposição de atribuições e, conseqüentemente, a dispersão dos recursos. Defendeu a descentralização operacional por meio da implantação de centros executivos regionais de saúde, com autonomia decisória, e da realização de atividades preventivas e de medicina simplificada na área rural.

Os resultados desse trabalho subsidiaram a SES MG tanto na definição das diretrizes e ações de saúde quanto na implantação do Sistema Operacional de Saúde Pública (Sosp). Cabe esclarecer que os sistemas operacionais foram criados no estado, no âmbito das mudanças implementadas para a criação de um aparato institucional de suporte à nova concepção de planejamento que se buscava implementar. Para tanto, os órgãos da administração pública (direta e indireta), com funções e objetivos similares, foram organizados em sistemas, sob o comando das secretarias de Estado. Em cada um deles, foi criada uma assessoria de planejamento e coordenação (APC). Integrando os sistemas operacionais, foi criado o Sistema Estadual de Planejamento, tendo como órgão central o Conselho Estadual de Desenvolvimento, criado em 1968.¹⁰⁷

No âmbito da SES MG, a construção do Sosp, que tinha como um dos eixos norteadores a extensão da cobertura das ações de saúde “até as pequenas comunidades das áreas rurais”, ocorre no bojo de uma reforma do Sistema Público Estadual de Serviços de Saúde que introduziu métodos de planejamento em saúde e de avaliação de projetos. Entre as características dessa reforma, pode-se citar: centralização normativa; desconcentração regional da supervisão por meio dos centros regionais de saúde; especialização institucional em saúde pública e medicina simplificada¹⁰⁸ (MENDES, 1997).

107 Em 1975, o Conselho Estadual de Desenvolvimento foi transformado em Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

108 Como modelo alternativo de organização de serviços de saúde, medicina simplificada ou medicina comunitária referem-se aos programas desenvolvidos no âmbito dos cuidados primários em saúde, a partir da Conferência de Alma Ata (Organização Mundial da Saúde, 1978), com o objetivo de ampliar a assistência médica a populações desassistidas (programas de extensão de cobertura, tanto de regiões rurais como urbanas).

Em 1975, a Diretoria de Programas Públicos (DPP) foi criada na estrutura da FJP com o objetivo de subsidiar o sistema de planejamento do Estado com pesquisas e estudos aplicados nas áreas social e institucional. Entre 1976 e 1978, e em parceria com a SES MG, a DPP realiza três estudos importantes, dois deles com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), voltados para o sistema operacional de saúde que vinha sendo estruturado em todo o estado e, em especial, na região do Norte de Minas. São eles: (1) *Análise Institucional do Sistema Operacional de Saúde Pública de Minas Gerais* (1976), (2) *Análise Sócio Institucional do Centro Regional de Saúde de Montes Claros* (1977) e (3) *Fhemig: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais* (1978).

O primeiro teve por objetivo analisar o sistema operacional de saúde do Estado, as políticas adotadas e as relações entre a administração direta e indireta, de modo a identificar pontos de estrangulamento que afetavam o desempenho do sistema.

O estudo avança em relação às abordagens tradicionais que privilegiam os aspectos formais das organizações, ao enfatizar os fatores que condicionam seu comportamento, tais como as concepções que orientam as políticas, as exigências emanadas do universo institucional, da clientela e do sistema público. A respeito da política estadual, por ele se questiona, entre outros aspectos, a ênfase no tratamento individualizado em detrimento da atuação sobre o meio ambiente para controlar as doenças transmissíveis, a orientação nitidamente curativa e em detrimento das campanhas de imunização e outras medidas preventivas de massa.

O objetivo do segundo estudo foi analisar o funcionamento do Centro Regional de Saúde de Montes Claros, um dos primeiros a ser implementado no estado, tendo em vista a execução do *Projeto Sistema Integrado de Prestação de Serviços de Saúde do Norte de Minas*.

Pelo estudo se conclui que os princípios fundamentais do modelo de sistema de saúde contido no referido projeto seriam problematizados e redefinir-se-iam, no decorrer de sua implementação, em função dos limites impostos pelas condições socioeconômicas e políticas regionais, que, por

sua vez, se acham inseridas no contexto nacional mais amplo. Isso porque o projeto continha, como proposição básica, o amplo acesso aos serviços de saúde por meio de instrumentos conflitivos com a estrutura socioeconômica e política dominante no país, de caráter extremamente excludente do ponto de vista da maior parte da população.

O terceiro estudo acarretou grande impacto na estrutura do Sosp, na medida em que teve por objetivo orientar a tomada de decisões para extinguir as diferentes fundações de saúde do estado¹⁰⁹ e criar a Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig). Entre as razões apontadas constavam duas: a necessidade de promover uma distribuição espacial melhor dos recursos hospitalares de acordo com a regionalização de saúde de Minas Gerais e aumentar a oferta de serviços hospitalares à população.

Outro marco importante da pesquisa em saúde na FJP desse período foi o *Projeto Estudos de Política Social*, também financiado pela Finep, em que a saúde passa a ser examinada como política social. O projeto contribuiu para a reflexão tanto sobre as condições de saúde da população do estado quanto das ações que vinham sendo desenvolvidas por parte da SES MG. O primeiro relatório (1980) tratou do estudo de caso sobre medicina simplificada no Vale do Jequitinhonha, focando dois municípios: Itamarandiba e Francisco Badaró. Já o segundo relatório, de 1981, analisou o perfil sanitário de Minas Gerais, a estrutura de serviços e o surgimento das experiências bem-sucedidas de medicina simplificada em Minas Gerais, exemplificadas com as ações do Centro Regional de Diamantina, que abarca a região do Vale Jequitinhonha, e as do Centro Regional de Montes Claros, na região mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A discussão dos resultados desses estudos mobilizou equipes da SES MG atuantes no âmbito central e nas regiões de saúde já implantadas e fez do Estado um exemplo nacional no atendimento às necessidades de saúde das populações que, até então, encontravam-se sem assistência pelo sistema de atenção à saúde, estruturado segundo a lógica do atendimento médico previdenciário - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps).

109 Fundação Educacional de Assistência Psiquiátrica (Feap), Fundação Estadual de Assistência Leprocomial (Feal), Fundação Estadual de Assistência Médica de Urgência (Feamur) e Fundação Hermantina Beraldo (FHB).

Em 1978, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (Seplan MG), o governo do estado de Minas Gerais divulgou os *Ensaio sobre a Economia Mineira*, cujo Livro 10 apresenta a situação sanitária do estado de Minas Gerais, elaborado por equipe da FJP.

A coleção dos ensaios consistiu num conjunto de documentos, elaborados sob a supervisão da Seplan MG, com o propósito de avaliar questões consideradas estratégicas para o desenvolvimento do estado. Como salientou o documento, os estudos e as pesquisas realizados revelaram progressos importantes e relevantes em vários setores de atividades, mas colocaram a descoberto problemas que deveriam ser enfrentados para que se pudesse dar continuidade ao processo de desenvolvimento. O estudo da situação sanitária abrangeu análise do nível de saúde dos habitantes de Minas Gerais, das causas das doenças apresentadas por sua população, dos serviços de saúde colocados à sua disposição e, por último, da análise institucional das entidades vinculadas à saúde, incluindo instituições voltadas ao saneamento – Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa MG) e Fundação Serviço de Saúde Pública (Fsesp) – e à habitação – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab Minas), além da SES MG, do Inamps, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) e do Centro de Pesquisas René Rachou (Fiocruz Minas).

Na primeira parte, o estudo expôs a situação de saúde. Demonstrou associação inversa entre os índices de mortalidade e os de renda, saneamento, habitação e nutrição. Apontou as elevadas taxas de mortalidade infantil em determinadas regiões do estado, como o Vale do Jequitinhonha (em que um quarto das crianças nascidas vivas morriam antes de completar um ano de idade no final da década de 1960) e, ainda, as altas taxas de mortalidade por doenças infectocontagiosas e nutricionais no mesmo período. Na segunda parte do estudo, foi feita uma análise detalhada de cada instituição. Demonstrou-se a necessidade de integração entre as entidades e de coordenação de propostas e políticas. Isso exigiria mudanças nos marcos legais e administrativos nas esferas

estadual e federal, levando-se em conta as grandes desigualdades socioeconômicas prevalentes entre regiões e municípios de Minas Gerais.

Outro estudo importante, realizado pela equipe da FJP em 1979, tratou do acesso da população de baixa renda aos serviços de saúde (*População de Baixa Renda. Volume I. Saúde*). A partir de contrato com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi desenvolvida uma metodologia que possibilitou a criação de indicadores de avaliação do acesso a serviços de saúde ambulatoriais em Belo Horizonte e Juiz de Fora segundo a ótica do usuário.

Embora não tenha sido demandado pela SES MG, esse estudo apresentou proposições orientadas à reestruturação dos serviços de saúde, antecipando alguns dos princípios que seriam introduzidos com a implantação do SUS na década seguinte, em 1988: hierarquização e descentralização; coordenação municipal; criação de conselho de usuários; distribuição de medicamentos e utilização de profissionais da medicina informal. Ressalta-se que esse estudo assinala uma inflexão importante nos projetos até então desenvolvidos ao introduzir na pauta de pesquisa em saúde o tema do “acesso”, uma das bandeiras do movimento pela reforma sanitária então em curso no país. Salienta-se que esse movimento, que propunha uma mudança radical no sistema de saúde vigente no país¹¹⁰, vista como parte integrante de um processo mais amplo de democratização, conseguiu inscrever na Constituição de 1988 a saúde como direito de todos e dever do Estado. Desde então, o acesso constitui um dos grandes desafios do SUS, criado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Entende-se que a FJP contribuiu para com a produção de conhecimento que subsidiou a atuação da SES MG no enfrentamento do desafio de criação de um sistema unificado de saúde pública

110 O modelo dominante de atenção à saúde então vigente no país caracterizava-se pela dicotomia entre ações coletivas de saúde e assistência médica individual. As primeiras (epidemiologia, controle sanitário, elaboração de planos e normas para a saúde da população) eram de responsabilidade do Ministério da Saúde, diretamente ou indiretamente, por meio das secretarias estaduais de saúde. O atendimento médico individualizado cabia ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) mais especificamente. Ao vincular a assistência médica à previdência, grande parcela da população ficava excluída da atenção (COHN, 1996, p. 4).

por meio de estudos e de eventos como a *Palestra de Emanuel de Kadt*, da *University of Sussex*, na Inglaterra, ocorrida na FJP no final dos anos 1970 sobre as novas concepções de saúde, medicina simplificada, cuidados primários, ilustrados com a experiência inglesa (SOMARRIBA, M., 1978; KADT, E., 1976).

Por fim, a FJP também assessorou a SES MG, na primeira metade dos anos 1980, por meio da elaboração de estudos específicos: *Projeto para Avaliação de Eficácia do Componente B-71: Implantação de Unidades de Saúde em Montes Claros*, de 1982, e *Pesquisa sobre Prevalência das Formas Intestinais, Hepato-Intestinal e Hepato-Esplênica em Localidades do Município de Coração de Jesus*, de 1985. Outras demandas da SES MG atendidas pela FJP, nesse período, resultaram no *Programa de Aperfeiçoamento para Chefias dos Centros Regionais de Saúde* e em trabalhos voltados para a melhoria da gestão em áreas como transportes e serviços gerais, administração de material e fluxos financeiros.

2 A saúde nos planos de desenvolvimento

A partir de meados da década de 1970, uma nova linha de pesquisa em saúde é constituída na FJP para atender à demanda de elaboração de diagnósticos e propostas de intervenção para os diversos planos de desenvolvimento (regionais, urbanos e rurais), e para os *Planos Mineiros de Desenvolvimento Integrado (PMDI)*.

Entre 1974 e 1985, foram inúmeros os planos e programas elaborados pela FJP, por solicitação da Seplan MG, nos moldes do modelo do “planejamento para negociação”¹¹¹.

111 O “planejamento para negociação” foi uma estratégia utilizada por Minas Gerais e outros estados para obter recursos financeiros do Governo federal e das agências internacionais por meio da compatibilização dos objetivos estaduais aos nacionais de modo a viabilizar a política estadual de desenvolvimento.

Deve-se mencionar que, no auge da fase de elaboração de planos de desenvolvimento, a FJP também contribuiu para com o Ministério do Interior, por meio da elaboração de três programas para os territórios federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima em 1974. Em 1979, a FJP elaborou os programas especiais de desenvolvimento dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mediante contrato com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco).

Se, a partir dos anos 1990, assiste-se ao arrefecimento do planejamento no Estado, destaca-se a atuação da FJP na assessoria técnica aos municípios por intermédio tanto de estudos para que se conhecesse a realidade sanitária quanto da elaboração de diagnósticos e diretrizes para a atuação do poder público (planos diretores e outras iniciativas). A demanda por esses estudos, que tiveram início em meados dos anos 1970, manteve-se ao longo de toda a história da FJP.

Por fim, mas ainda no âmbito dos planos de desenvolvimento, interessa registrar a atuação da FJP na avaliação de dois programas de desenvolvimento. O primeiro, *Pesquisa de Saneamento Básico Ambiental e Saúde Pública: Avaliação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (Prodecom)*, de 1992, contou com financiamento da Finep e teve por objetivo melhorar a qualidade de vida da população por meio da implantação de serviços e equipamentos urbanos e da participação da comunidade. A saúde foi abordada em seu contexto amplo e multifatorial, e foram realizadas pesquisa e avaliação utilizando o inquérito parasitológico escolar como indicador das condições de saúde da população e das condições sanitárias das favelas de Belo Horizonte. O segundo programa, *Avaliação do Programa de Cidades Intermediárias do Estado de Minas Gerais*, de 1984, tratou, entre outros aspectos, do acesso aos serviços de saúde. Procurou-se verificar a relação entre o incremento de atendimento e a implantação das ações do programa. A realização dessas avaliações, sem dúvida, contribuiu para a formação de equipes e o desenvolvimento de metodologias que, mais tarde, orientaram as avaliações dos programas de saúde.

3 Contribuições para a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a entrada de novos temas na agenda de pesquisa

A partir dos anos 1990, com o arrefecimento do planejamento regional no estado, o surgimento dos inúmeros desafios postos pela implementação do SUS e de novos temas como o envelhecimento populacional e a questão ambiental, assiste-se a uma ampliação da agenda de trabalhos sobre a temática da saúde na FJP.

Atenta às mudanças demográficas do país e com o suporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), a FJP elaborou, em 1993, o estudo *População Idosa em Minas Gerais e Políticas de Atendimento: Perfil da População Idosa e Diagnóstico das Políticas de Atendimento na Região Metropolitana de Belo Horizonte*.

O estudo visou a conhecer o idoso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) “[...] em toda a sua plenitude e com todas as suas necessidades e seus desejos” e, dessa forma, cooperar para a compreensão do “[...] quadro complexo de uma sociedade que ainda não se deu conta de que envelhece e de que relega seu idoso a uma condição de ostracismo e dependência.”

Ressalta-se que a temática do idoso foi retomada por pesquisadores da FJP, em 2011, em estudos sobre as instituições de longa permanência para idosos, nos quais a assistência à saúde foi abordada como um dos aspectos analisados para caracterizar essas instituições.

A problemática das condições de saúde também foi estudada na sua interface com o meio ambiente a partir do final dos anos de 1980. Foi expressiva a atuação das equipes multiprofissionais de pesquisadores da FJP na reflexão sobre o tema e em resposta às novas exigências legais, como os estudos de impacto (*Usina Hidrelétrica de Nova Ponte: Estudos Ambientais: Análise dos Impactos sobre a Saúde*, de 1989; *Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Saúde*, de 1995. Em 1995, o estudo *O SUS em Minas Gerais: Avaliação das Atividades de Implementação e Efeitos junto aos Usuários* inaugura uma linha de pesquisa que teria por objetivo conhecer e contribuir para com a implementação do SUS).

Desafios como a organização do sistema, o financiamento, a descentralização, a regulação e a regionalização da atenção foram objeto de estudo da FJP, assinalando assim o compromisso institucional com a promoção e efetivação do direito à saúde, como preconiza a Constituição Federal de 1988. Os estudos focalizaram tanto a população (condições de saúde e acesso aos serviços de saúde) quanto a atuação governamental.

A esse respeito, vale registrar que, além de atender a demandas da SES MG, foram elaborados estudos por iniciativa de pesquisadores da FJP e financiados pela Fapemig, pelo Ministério da Saúde (MS), Ministério de Ciência e Tecnologia e por organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Aliança para Pesquisa em Políticas e Sistemas de Saúde (Fórum Global para Pesquisa em Saúde, Organização Mundial da Saúde). Parte desses estudos foram favorecidos pela criação da Escola de Governo (EG) como uma diretoria da FJP no final de 1992. De fato, em 1996, com a incorporação de novos pesquisadores aos quadros da EG, delinear-se três novas áreas de pesquisa: a de saúde, a de assistência à criança e ao adolescente e a de segurança pública. Ainda a respeito da EG, destaca-se sua contribuição acadêmica na forma das inúmeras monografias, dissertações de mestrado, artigos produzidos e teses de doutorado com potencial de contribuir para com o SUS e com a SES MG em particular. A esse respeito, é importante citar a tese da então professora da Escola de Governo, Telma Menicucci, que recebeu menção honrosa de doutorado no concurso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) de 2004 e foi publicada pela editora Fiocruz, em 2007 (*Público e Privado na Política de Assistência à Saúde no Brasil: Atores, Processos e Trajetória*, UFMG, 2003).

Em 1996, a partir de demanda da SES MG, a FJP avalia os primeiros consórcios intermunicipais de saúde do estado, experiência considerada bem-sucedida para equacionar a organização do atendimento especializado em saúde (*Avaliação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde dos Municípios das Microrregiões do Alto Rio Grande e do Alto São Francisco*).

Ponto crucial para a implementação do SUS, a mensuração e a distribuição dos gastos em saúde (federal, estadual e municipais) entre regiões e municípios foi abordada nos estudos *Gasto Federal com Assistência à Saúde em Minas Gerais: Um Estudo sobre a Desigualdade na Distribuição dos Recursos Financeiros*, de 1997, e *Gasto Estadual e Municipal com Saúde no Estado de Minas Gerais: Um Estudo de Caso*”, de 1999. O primeiro foi financiado pela Fapemig; o segundo, financiado e coordenado pelo Ipea¹¹². Os estudos sobre o gasto em saúde foram retomados no início dos anos 2000 a partir de convênio com SES MG¹¹³, tendo sido realizados mais dois: *Gasto Público com Saúde em Minas Gerais: Análise dos Gastos Realizados pelas Instituições Estaduais de Saúde (1997-2002)*, de 2005, e *Gasto Público com Saúde nos Municípios de Minas Gerais (2000-2002)*, de 2005.

Um dos princípios doutrinários do SUS, a descentralização foi abordada em dois trabalhos. O primeiro, *Descentralização e Governança no Setor Saúde em Belo Horizonte*, de 1998, fez parte de um subprograma de análise comparativa entre países do Programa de Descentralização e Governança do Pnud. Além de responsabilizar-se pelo financiamento, o Pnud estabeleceu parâmetros capazes de tornar comparáveis os estudos levados a cabo pelos países que participaram da iniciativa. O trabalho mostrou como a descentralização da gestão dos serviços contribuiu para o bom governo¹¹⁴ ou governança, focalizando mais especificamente o componente da participação, e permitiu caracterizar a experiência como um caso relativamente bem-sucedido no contexto brasileiro. O segundo, *A Reforma do Sistema de Saúde no Brasil: a Descentralização como Diretriz e a Igualdade como*

112 O Ipea coordenou o levantamento e acompanhamento do gasto público na área social nos estados e nos municípios brasileiros. Em Minas Gerais (estado e municípios), o levantamento e a sistematização do gasto social e de saúde, em particular, foi realizado pela FJP.

113 Nos anos 2000, a produção de trabalhos na área da saúde foi particularmente extensa em função, principalmente, do convênio firmado com a SES MG em 2004.

114 A ideia de bom governo passou a ser identificada com um amplo conjunto de características interrelacionadas e que tendem a se reforçar mutuamente. Entre tais características, podem ser mencionadas a participação da população no processo de tomada de decisões, a transparência do processo político-administrativo, a busca ativa do consenso, o compromisso com eficiência e eficácia, *accountability* perante o público, parcerias envolvendo atores do setor público, privado e da sociedade civil na condução dos negócios públicos. Embora não propriamente uma característica do bom governo, a descentralização é considerada condição facilitadora (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1998).

Princípio, de 1999, teve por objetivo identificar a concepção de igualdade e/ou equidade em saúde prevalente na legislação brasileira e avaliar em que medida a descentralização vinha contribuindo para o alcance dessa meta. Essa pesquisa foi financiada com recursos do Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento da Reforma do Estado, instituído pelos Ministérios da Educação e Cultura, da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) e de Ciência e Tecnologia.

Em 1999, foram realizados os estudos *Perfil de Morbi-Mortalidade e Evolução das Condições de Saúde* (1980-1996) e *Aspectos da Organização Espacial da Atenção Hospitalar do Sistema Único de Saúde*. Em 2005, o estudo *Mensuração e Acompanhamento da Mortalidade Infantil no Estado de Minas Gerais* retoma a discussão sobre as condições de saúde da população mineira e o acesso aos serviços de saúde. Seus resultados mostraram melhoria nos indicadores de mortalidade infantil e da morbimortalidade geral e também do acesso a serviços públicos ambulatoriais e hospitalares após a implantação do SUS, muito embora os municípios pequenos e médios enfrentassem os desafios de organizar as redes municipais de saúde e de integrá-las aos serviços de maior complexidade.

Também tratam das condições de saúde da população os artigos produzidos pela equipe da Escola de Governo entre os anos de 2006 e 2010: *À Procura de Identificação dos Padrões de Mortalidade no Brasil*, de 2006, e *The Color of Child Mortality in Brazil, 1950-2000*, de 2010.

O acesso é retomado na pauta da pesquisa em saúde da FJP, resultando nos seguintes artigos: *Desigualdades em Saúde no Brasil - Análise da Estratificação Social do Acesso aos Serviços de Saúde* e *Desigualdades em Saúde no Brasil - Análise Comparada do Acesso aos Serviços de Saúde por Estratos Ocupacionais*, ambos de 2009, e *Diferenças no Acesso aos Serviços de Saúde da População Brasileira - Uma Análise Comparada a partir das Pnad 1998, 2003 e 2008*, de 2014.

Na linha de pesquisas destinadas ao fortalecimento da capacidade de formulação de políticas públicas socialmente relevantes (*research for policy*), destaca-se o projeto de 2003, de avaliação dos efeitos da introdução do Piso de Atenção Básica (PAB), sobre a distribuição de recursos e a prestação

de serviços no âmbito da atenção básica nos municípios de Minas Gerais, financiado pela Aliança para Pesquisa em Políticas e Sistemas de Saúde (Fórum Global para Pesquisa em Saúde, Organização Mundial da Saúde). Entre suas conclusões, foi apontada a necessidade de se adotar um modelo de alocação equitativa de recursos no estado que contemplasse a discriminação positiva dos municípios com maiores necessidades em saúde, dado que a introdução do PAB foi insuficiente para romper com as desigualdades prevalentes na distribuição e na oferta de atenção básica à saúde entre municípios do estado.

O estudo que decorreu desse, *Metodologia de Alocação Equitativa de Recursos: Uma Proposta para Minas Gerais*, de 2004 e já no âmbito do convênio com a SES MG, reuniu equipes do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da FJP para a elaboração de um novo método de distribuição de recursos para atenção básica que considerasse as necessidades de saúde das populações dos diferentes municípios. Foi elaborado um Índice de Necessidade de Saúde (INS), composto a partir de variáveis epidemiológicas e socioeconômicas. Com base nesse indicador, criou-se um fator de alocação de recursos em saúde (FA) que passou a ser utilizado pela SES MG para a distribuição dos recursos estaduais aos municípios em alguns de seus programas. Ao transferir mais recursos para os municípios com maior necessidade, buscou-se reduzir as desigualdades entre grupos populacionais e áreas geográficas e, dessa forma, operacionalizar o princípio de equidade estabelecido pelo SUS. Salienta-se que, em 2018, por meio de acordo de cooperação técnica entre a FJP e o Centro de Desenvolvimento em Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG), o INS foi revisto e atualizado, num trabalho acompanhado pela SES MG, a quem cabe a decisão política pela sua adoção em substituição ao anterior. O tema foi ainda analisado no artigo *Desigualdades nas Necessidades em Saúde entre os Municípios de Minas Gerais: uma Abordagem Empírica no Auxílio às Políticas Públicas*, de 2017.

Também em 2004, a partir de demanda da Prefeitura de Belo Horizonte, foi elaborado o projeto *Análise do Desempenho Gerencial: Sistema Único de Saúde/SUS-BH*, que buscou

identificar os principais desafios para os gerentes de unidade de saúde em função das exigências das transformações no modelo de atenção à saúde.

O estudo *Regulação da Assistência à Saúde: o Caso de Minas Gerais*, de 2005, teve por objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento da atividade de regulação nos sistemas nacionais de saúde. Para isso, buscou analisar a experiência internacional e a literatura sobre o tema e articulá-las com a experiência concreta de Minas Gerais a partir dos instrumentos regulatórios propostos nacionalmente no SUS.

Entre 2005 e 2007, a partir de convênio com a SES MG, a FJP elaborou vários estudos com foco nos serviços hospitalares: *Estudo de Avaliação Externa do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS/MG (Pro-Hosp): Módulo Macrorregional* (2005), *Caracterização da Rede Hospitalar do SUS-MG* (2005), *Fatores Associados ao Uso de Serviços Hospitalares* (2005), *Fluxo de Internações Hospitalares em Minas Gerais* (2005), *Caracterização dos Hospitais do Pro-Hosp* (2007) e *Diagnóstico das Maternidades da Rede SUS/MG* (2007). Para tanto, foram mobilizados pesquisadores de outras instituições de pesquisa, como Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e UFMG, além da equipe de pesquisadores da FJP que, a essa altura, se especializara no campo da saúde coletiva.

Os desafios advindos da necessidade de garantir a regionalização da assistência à saúde, um dos princípios organizativos do SUS, foram discutidos no estudo *Regionalização da Atenção à Saúde em Contexto Federativo e suas Implicações para a Equidade de Acesso e a Integralidade da Atenção*, de 2008, financiado com recursos tanto do Programa Pesquisa para o SUS (Ppsus) – Ministério da Saúde, Ministério de Ciência e Tecnologia, SES MG e Fapemig – quanto alocados diretamente pela SES MG. Seu objetivo foi analisar o processo de regionalização da saúde em Minas Gerais, tendo como ponto de partida a constatação da complexidade da gestão do SUS no contexto federativo, o reconhecimento do papel estratégico do nível estadual de governo nesse processo e a importância atribuída à regionalização como estratégia para garantir o acesso às ações e aos serviços de saúde de forma integral por meio do fortalecimento e da otimização da rede de serviços.

Em 2009, para atender à demanda por avaliações de programas, da equipe do programa Estado para Resultados (EpR)¹¹⁵, do Governo de Minas Gerais, foi criado na estrutura da FJP o Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas. Das seis avaliações realizadas, quatro foram de programas da SES MG, duas delas (de impacto e de implementação) para o Pro-Hosp e o Programa de Redução da Mortalidade Infantil e Materna Viva Vida.

A distribuição dos investimentos no SUS também foi discutida por pesquisadores da FJP nos seguintes trabalhos: *A Distribuição das Necessidades e da Oferta de Serviços de Saúde no Estado do Rio de Janeiro: Uma Contribuição para a Identificação de Prioridades de Investimento*, de 2009, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj); *Índice para Priorização de Investimentos Financeiros na Atenção Primária do SUS*, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e *A Distribuição das Necessidades de Saúde e da Oferta na Atenção Primária no Estado do Rio de Janeiro: Uma Contribuição para a Identificação de Prioridades de Investimento*, ambos de 2010.

A discussão da oferta de serviços e de recursos humanos foi retomada nos estudos *Desigualdades na Oferta Municipal de Equipamentos para a Atenção Primária à Saúde no Estado de Minas Gerais* e *Estimação das Desigualdades na Oferta dos Serviços de Saúde da Atenção Primária no Estado do Rio de Janeiro*, ambos de 2014, e *Equidade na Evolução de Médicos na APS do SUS em Minas Gerais no Contexto do Programa Mais Médicos*, de 2018.

Por fim, cabe registrar a contribuição da FJP na avaliação, construção e divulgação de indicadores de saúde. No primeiro caso, estão os seguintes trabalhos: *Avaliação das Estatísticas Vitais de Nascimentos e Óbitos Infantis para as Macrorregiões de Planejamento de Minas Gerais*, de 1996, *Ajuste das Estruturas de Mortalidade para Brasil, Unidades da Federação, Regiões*

115 O programa Estado para Resultados (EpR) foi criado pela Lei Delegada nº 112, em 25 de janeiro de 2007, como estrutura provisória, e extinto em 31 de janeiro de 2011. Entre seus objetivos, podem ser citados: alinhar as ações estratégicas de governo, de forma a proporcionar a atuação articulada dos órgãos e acompanhar e avaliar os resultados das políticas públicas implementadas pelo Governo estadual. Sua coordenação ficava sob responsabilidade do vice-governador estadual, em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag).

Metropolitanas e Capitais, de 2006, e *Avaliação da Qualidade das Informações de Nascimento do Registro Civil e do Sinasc para Minas Gerais*, de 2017. No tocante à construção e divulgação, citam-se o *Atlas de Desenvolvimento Humano*, o *Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)* e o *Perfil de Minas Gerais*, trabalhos de atualização periódica, e ainda a participação da FJP na Rede Interagencial de Informação para a Saúde (Ripsa).

4 Conclusões

O grande desafio na área da saúde pública tem sido cumprir o que foi estabelecido pela Constituição de 1988: criar e implementar o Sistema Único de Saúde (SUS) tendo como princípios doutrinários a universalidade, a integralidade e a equidade. As instituições de saúde pública foram mobilizadas nesse esforço de organizar um sistema de saúde e viabilizar o atendimento a toda a população, seja nas áreas rurais remotas e dispersas, seja nos grandes e pequenos municípios brasileiros.

Entre as instituições de pesquisa, parceiras do movimento em favor do SUS, a FJP destacou-se em Minas Gerais na elaboração de estudos e pesquisas, desde a fase de organização de um sistema operacional de saúde pública que antecedeu a criação do SUS até a sua implementação propriamente dita.

Já em seus primeiros trabalhos na década de 1970, a FJP mobilizou sua equipe de especialistas em planejamento governamental para estudos do setor da saúde. Com isso, subsidiou o sistema estadual com propostas direcionadas à desconcentração regional dos serviços, à ampliação da assistência à saúde e à reorganização institucional dos órgãos centrais. Nesse período inicial, a FJP também contribuiu para o conhecimento das condições de saúde da população do estado e do acesso às ações e aos serviços.

Nas décadas seguintes, a FJP produziu estudos de avaliação que apoiaram a implementação do SUS, de programas estratégicos e da ação governamental voltada à redução das desigualdades no acesso e no financiamento da saúde.

Outra importante linha de atuação foi constituída pelos diagnósticos e propostas de intervenção nos planos de desenvolvimento (regional, urbano, rural) e nos planos diretores dos municípios.

A criação e divulgação de indicadores de saúde que compõem os índices de responsabilidade social (*Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS*) e desenvolvimento humano (*Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM*), entre outros, e a avaliação das estatísticas vitais de nascimentos e óbitos completam a atuação relevante da FJP no desenvolvimento da pesquisa em saúde em Minas Gerais.

Referências

COHN, Amélia. **Desigualdade, desenvolvimento social e políticas sociais no Brasil**. São Paulo: Cedec, 1996. 46 p. (Cadernos Cedec, 57).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho. **Descentralização e governança no setor saúde em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1998. 109 p.

KADT, E. de. Las desigualdades en el campo de la salud. *In*: LIVINGSTONE, M.; RAEZYNSKI, D. **Salud pública y bienestar social**. Santiago: Univ. Chile/CEPLAN, 1976. p. 47-57.

MENDES, Eugênio V. **A reforma do Estado e o sistema público estadual de serviços de saúde de Minas Gerais**: relatório final de consultoria. Belo Horizonte: SEPLAG, 1997. Mimeografado.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Público e privado na política de assistência à saúde no**

Brasil: atores, processo e trajetória, 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. Belo Horizonte, 2018. Entrevista concedida a Edite Novais da Mata Machado e Fátima Beatriz Fortes.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. **Community health and class society:** the programme of Norte de Minas, Brazil. 1978. Tese (Doutorado) – University of Sussex, Falmer, UK, 1978.

A FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988

*Bruno Lazzarotti Diniz Costa*¹¹⁶

Apresentação

Este capítulo recupera a constituição dos estudos sobre desigualdade e as políticas educacionais como uma área específica de produção e reflexão na Fundação João Pinheiro (FJP) a partir de um núcleo de projetos e pesquisadores. São necessários, porém, dois esclarecimentos a respeito do que será tratado aqui. Em primeiro lugar, quando se mencionam os termos “núcleo” e “área específica”, é preciso ter claro que não se trata de processo de constituição formal, se isso significa designação de atribuições, designação de pesquisadores ou equipes por meio de portarias ou da institucionalização de unidades administrativas ou orçamentárias. A institucionalização narrada aqui é o processo intencional e deliberado que reuniu um conjunto de pesquisadores de mais de um centro de pesquisa da FJP a partir de projetos estruturadores sobre a educação básica em Minas Gerais. Isso induziu a constituição de equipes multidisciplinares, incluindo estudantes de graduação

116 Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela UFMG, pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1995.

e mestrado, a interlocução com agências de fomento e secretarias de educação estadual e municipais. O processo gerou massa crítica que levou a, além dos produtos específicos dos projetos, a titulação de pesquisadores na área, a constituição de disciplinas na graduação e mestrado, a monografias de conclusão de curso e dissertações de mestrado, a produção e publicação de artigos acadêmicos em periódicos. Após a conclusão dos projetos que deram a partida à formação desse núcleo, a apresentação e submissão de outros projetos de pesquisa às instituições de fomento continuaram a acontecer, bem como o reconhecimento da instituição como *locus* de produção de conhecimento sobre as políticas educacionais e o recrutamento de novos pesquisadores na área, entre outros elementos, que mantiveram na instituição uma agenda ativa e a capacidade instalada em pesquisa educacional. É dessa institucionalização que se trata aqui.

Em segundo lugar, deve-se ter claro que a discussão de temas educacionais acompanha e se confunde com a própria trajetória da Fundação João Pinheiro. No contexto da valorização e institucionalização da função de planejamento em que surge e se consolida a FJP e da ênfase no desenvolvimento econômico do modelo de planejamento predominante na época, a expansão educacional sempre figurou como uma condição do processo de industrialização e recuperação ou atualização econômica do Brasil e de Minas Gerais.

Além disso, seja por demanda específica do estado ou de outros órgãos, em mais de um momento, a FJP foi chamada a contribuir com informações, indicadores, diagnósticos, proposições ou reflexões nos quais a educação constituía o foco central ou secundário: trabalhos do grupo de demografia ligado ao então Centro de Estatística e Informações (CEI), com estimativas de demanda e acesso educacional, por exemplo, ou as reflexões de pesquisadores do Centro de Estudos Políticos e Sociais (Ceps) a respeito de políticas educacionais para a infância e adolescência. Tudo isso contribuiu para que a FJP nunca deixasse de ser referência na discussão sobre planejamento e políticas educacionais¹¹⁷.

117 Em uma lista nada exaustiva, podem-se mencionar diversos exemplos dessa produção muito variada: PINTO *et al.* (1978a); GOSLING *et al.* (1995); PINTO *et al.* (1978b); ANDRADE; PINTO; GUSTIN (1983); PENNA (1984); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1991).

Em outro eixo de atuação da FJP, a educação foi sempre uma dimensão central de produção e reflexão desde a constituição e consolidação, nos anos 1990, de um núcleo para lidar com o desenvolvimento humano e as informações sobre gestão municipal, que se desdobraram em várias áreas e cujas faces mais visíveis – mas não as únicas importantes – são os relatórios e o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, o *Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS)* e as informações sobre os critérios da redistribuição dos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), conhecido como Lei Robin Hood.

Dessa forma, o processo que se descreverá aqui está longe de expressar ou reivindicar uma autoria ou inauguração da discussão sobre a temática educacional na FJP. Ou, ainda, de se afirmar que a esses processos e atores se resume a trajetória do debate e da produção sobre educação nessa instituição. Trata-se, mais modestamente, do contexto que permitiu e produziu na instituição, nos anos 1990, um espaço e uma agenda constituídos em torno da política educacional como campo específico de produção. E, para que esse relato faça sentido, é preciso salientar que, além das iniciativas na FJP, havia uma conjuntura particularmente fértil para a reflexão sobre as políticas educacionais no momento.

1 O contexto

Mesmo em comparação com outros países da América Latina, o atraso educacional brasileiro era notório (em alguma medida ainda é, apesar de avanços importantes desde o período da redemocratização) e podia ser resumido em três grandes problemas: a média geral era muito baixa, a desigualdade, muito alta e a mobilidade entre gerações, muito pequena (SILVA; HASENBALG, 2000). A recuperação desse atraso na segunda metade do século XX passou a enfrentar dois desafios adicionais: o crescimento demográfico e os deslocamentos populacionais, decorrentes tanto do processo de industrialização e urbanização quanto das migrações intensas em direção ao sudeste do país. A conjugação desses dois processos com o já agudo *deficit* educacional trouxe à cena o

problema da cobertura – ou seja, a oferta de vagas em número e distribuição adequados à demanda educacional – no centro da política e das prioridades educacionais. Desse modo, a expansão do sistema educacional, seu financiamento e a oferta suficiente de vagas monopolizavam os debates sobre política educacional fora dos espaços propriamente pedagógicos e sociológicos, nos quais a produção e discussão em torno da tradição teórica preocupada com os mecanismos de reprodução social no âmbito da educação eram dominantes desde meados dos anos 1980 (REIMERS, 2000; PLANK; MOTTER; GOMES, 2001).

A virada para a década de 1990 implicou mudanças nesse cenário e nesse contexto em vários âmbitos. No plano internacional, dois movimentos contribuem para a mudança e diversificação da agenda educacional. Em primeiro lugar, a Cúpula de *Jontiem*, chamada Educação para Todos, traz para o centro do debate internacional a importância da igualdade de oportunidades educacionais e das políticas para elas orientadas (REIMERS, 2000).

Ao mesmo tempo, a recuperação do prestígio da economia neoclássica levou, no âmbito do chamado Consenso de Washington nas agências multilaterais, ao destaque para a necessidade de criação de “capital humano” por meio da educação, tornando-a uma política pública dotada de legitimidade ao longo de todo o espectro político (BONAL, 1998; WOODHALL, 1997).

Na América Latina, a tradução dessa tendência é bem expressa no documento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) “*Educación y Conocimiento, Ejes de la Transformación Productiva con Equidade*” (UNESCO, 1992), que acresce a dimensão da busca pela equidade à centralidade que se atribuía à competitividade como tarefa da educação nos documentos que tratavam dos países centrais. Esse movimento tem consequências práticas: por exemplo, agências multilaterais de financiamento, como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passam a induzir, estimular e financiar processos de reforma educacional (segundo seu próprio modelo, cujas características serão comentadas à frente) em vários países em desenvolvimento (BIRSDALL; SABOT, 1996).

No Brasil, o processo de democratização, que deságua na Constituição de 1988, requalifica o federalismo brasileiro, fortalecendo os níveis subnacionais, inclusive do ponto de vista educacional. Ainda na década de 1990, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Cury, Horta e Brito (1997) reforça a ênfase na autonomia dos entes subnacionais em estabelecer seus próprios sistemas de educação, em termos de organização, currículos e tempos escolares. Procura também estabelecer alguma coordenação, determinando ênfases para a atuação de cada nível de governo.

Há, portanto, uma renovação do interesse pela educação e ampliação das preocupações e da agenda, com implicações importantes para a política educacional em todo o país, a partir de princípios, objetivos e instrumentos tão variados quanto a nova agenda. Em Minas Gerais, duas iniciativas importantes expressam esse momento: de um lado, o Governo estadual, com apoio e ampla divulgação do Banco Mundial, lança sua proposta de reforma educacional, baseada na melhoria de insumos, ampliação da autonomia escolar (inclusive autonomia financeira e administrativa) e em ações mais padronizadas de capacitação. De outro, a escola plural, levada a cabo pela prefeitura de Belo Horizonte e mais fortemente orientada pelas preocupações pedagógicas e pela inclusão efetiva dos grupos mais vulneráveis ao processo educativo, direcionaria sua reforma para os tempos e espaços escolares, para currículo e progressão (SARAIVA; COSTA, 2010; CASTRO, CARNOY, 1997).

Como se demonstrará adiante, esse processo, combinado à dinâmica interna da FJP, propiciará a inclusão e institucionalização de uma área de pesquisa em política educacional na instituição.

2 Fundação João Pinheiro: recrutamento e criação da Escola de Governo

Na primeira metade dos anos 1990, a FJP também experimentou mudanças importantes de estrutura e capacidade institucional que renovaram sua agenda histórica e deram impulso a

novos temas e abordagens, inclusive no caso da educação que, como se afirmou, sempre figurou na pauta de pesquisa da instituição. Dois movimentos simultâneos de recuperação da instituição caracterizam esse processo.

Em primeiro lugar, a reestruturação da carreira de pesquisador, que incluiu uma recuperação salarial parcial e a realização de concurso público para o cargo em várias áreas, permitiu o recrutamento de uma nova geração de pesquisadores em diversas áreas das ciências sociais e humanidades: sociologia, ciência política, economia, história, direito e administração, entre outras, a maioria deles em processo de titulação (mestrados ou doutorandos). Isso não só ampliou a capacidade instalada da FJP como, em contato com grupos e áreas de pesquisa na instituição, produziu uma comunicação entre gerações que manteve e renovou a produção técnica e acadêmica tradicional da Fundação.

Em segundo lugar, nos anos 1990, foi também criada a Escola de Governo (EG) como unidade da FJP e instituição de ensino superior isolada, ou seja, não vinculada a uma universidade ou a um centro universitário. A EG e sua trajetória são tratadas especificamente em outros capítulos desta obra. Para a compreensão da criação e institucionalização da pesquisa educacional na FJP, porém, é importante mencionar que o projeto da escola incluiu a criação do Mestrado em Administração Pública e de um curso de graduação em Administração Pública, o Csap. No caso do curso de mestrado, logo após sua implantação, houve a proposta de expansão de áreas de concentração do programa, entre elas a de gestão de políticas sociais, particularmente importante para pesquisa em educação, como se verá.

A equipe inicial de implantação da EG (especialmente em sua dimensão mais acadêmica) era formada por quadros egressos da universidade, com larga experiência em pesquisa e inserção na área educacional. A partir da trajetória e do conhecimento desses profissionais, foram elaborados projetos estruturadores de pesquisa e ensino na EG.

Um desses projetos tratava justamente da educação. Foi uma ampla proposta chamada *Avaliação do Programa de Descentralização Financeira da Secretaria de Estado da Educação*

de Minas Gerais (1991-1995). Era um componente de um projeto apoiado pelo edital do Programa Especial de Reforma do Estado (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)¹¹⁸, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare). E era um componente específico, objeto de apoio da Fundação Ford e da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE MG). O projeto visava a avaliar as inovações na política educacional do estado (especialmente a partir do Projeto de Melhoria da Qualidade do Ensino de Primeiro Grau (Proqualidade), naquilo que compreendia a descentralização de recursos e autonomia para as escolas estaduais, principalmente a partir dos diferentes mecanismos, objetivos e das unidades que transferiam recursos diretamente às escolas e seus efeitos no âmbito da gestão das unidades escolares.

Além de seus resultados específicos e de sua contribuição para a política educacional, a aprovação e execução desse projeto amplo de pesquisa produziu efeitos institucionais importantes. Contribuiu para a afirmação da atividade de pesquisa na EG, e mais especificamente, para a pesquisa em educação. Formou uma massa crítica em política e gestão educacional em mais de um centro da FJP, já que o trabalho se deu a partir de equipes multidisciplinares de mais de um departamento, incluindo economistas e cientistas sociais. A nucleação desse grupo na EG interagiu com o Csap, que nesse momento se encontrava em consolidação, e também com a criação da área de concentração em gestão de políticas sociais no mestrado e, por meio das bolsas de pesquisa, recrutou e formou estudantes em ambos os níveis, resultando em trabalhos próprios de conclusão de curso nesse campo de pesquisa.

O ganho de escopo na formulação de uma problemática de pesquisa e na constituição de equipe em torno dessa política educacional permitiu avançar em outros projetos derivados. Exemplo: o projeto *Descentralização, Eficiência e Equidade: Avaliação do Impacto de Políticas Educacionais*, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). A partir daí, pela combinação de nova liderança acadêmica, recrutamento de novos pesquisadores, possibilidade de articulação com alunos do mestrado e da graduação e constituição de equipe

118 A nomenclatura atual é Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

multidisciplinar com pesquisadores de diversos centros da FJP, estabeleceu-se um núcleo e uma agenda de pesquisa em política e desigualdade educacionais. Esse núcleo articulava pesquisadores de várias unidades da instituição e alunos de graduação e mestrado, gerando uma variedade bastante ampla de artigos acadêmicos, relatórios de pesquisa, monografias, dissertações e teses.¹¹⁹

Para uma instituição como a Fundação João Pinheiro, não menos importante foi a possibilidade de contribuir para o debate com a Secretaria de Educação, parceira inicial do projeto, e a legitimação da instituição e de sua capacidade técnica como interlocutor qualificado no planejamento e na avaliação educacional.

3 Consolidação e diversificação da pesquisa em política e desigualdade educacional

A consecução bem-sucedida dos primeiros projetos estruturadores e a nucleação de uma equipe de pesquisadores em torno do tema das políticas e desigualdades educacionais na Escola de Governo, no então Centro de Estudos Econômicos e Sociais (CEES), no Centro de Estudos em Políticas Públicas (CEPP) e no Centro de Estatística e Informações (CEI) resultaram na visibilidade e na autonomia desse grupo, que passou a buscar apoio em agências de fomento e órgãos públicos para a pesquisa, além de apoiar e estimular trabalhos de conclusão de curso e titulação na área.

Na linha iniciada com os projetos sobre descentralização educacional e diante dos desafios para as relações federativas e a coordenação intergovernamental em política educacional, ainda a partir do último apoio da Fundação Ford, a equipe interdisciplinar da FJP buscou avaliar os resultados, em termos de equidade, dos primeiros anos de vigência do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, aproximando o debate educacional dos campos da ciência política e das finanças públicas. Além dos relatórios específicos, desse projeto resultaram

¹¹⁹ Exemplos não exaustivos são: VEIGA; COSTA; FORTES (1999a e 1999b); CANÇADO (1998); GUADANINI (1998); CERQUEIRA (1997); COSTA; VEIGA (1999).

tese de doutorado, dissertações de mestrado dos pesquisadores da FJP e outros discentes e uma variedade de produções acadêmicas expressas em trabalhos apresentados em eventos com o Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (Clad), Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (EnAnpad), encontros da Associação Nacional Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e em trabalhos publicados em periódicos da área¹²⁰.

Estava, portanto, revitalizada uma área de reflexão e pesquisa em desigualdades e políticas educacionais na FJP. Essa agenda disseminou-se na instituição e diversificou-se no conteúdo. É difícil fazer um inventário completo da produção na área, mas, a título de ilustração da diversificação da agenda de pesquisa, podem-se apontar projetos e produções em áreas tão distintas como a violência nas escolas e iniciativas de combate a ela¹²¹; a segurança alimentar e nutricional no âmbito da rede pública de educação¹²², a implementação de políticas e reformas educacionais¹²³, determinantes do *bullying*¹²⁴ nas escolas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e também em áreas de interface como o trabalho infantil¹²⁵ e o acesso à educação e exclusão educacional de crianças em situação de rua. O concurso para pesquisadores realizado em 2014 recrutou para a Fundação João Pinheiro novos quadros com experiência e formação em diferentes tipos de pesquisa educacional, o que revigorou e deu outro impulso à pesquisa na área, incluindo temas como formação e práticas docentes, ações afirmativas, percursos formativos, trajetórias educacionais no âmbito do Csap e da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG).

120 Por exemplo, LEITE (2001), VIEGAS (2003), RICARDO (2003); DUARTE (2004); VEIGA; COSTA (1999); COSTA; VEIGA (2003); DUARTE; COSTA (2008); COSTA (2006); PACHECO (2003); COSTA; DUARTE; FORTES; VEIGA (2004).

121 Por exemplo, DUARTE et al. (2006)

122 Por exemplo, SANT'ANNA (2008).

123 Por exemplo, SARAIVA (2007); CASTRO; COSTA (2015).

124 SILVA; COSTA (2016).

125 FJP (2008); FJP (2011).

Paralelamente, novos recrutamentos feitos pela Fundação. já em meados dos anos 2000, combinados com o fortalecimento e a disponibilidade dos sistemas de informação e avaliação educacional (censo educacional, Programa Educa Brasil (Proeb) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), entre outros), e o investimento em pesquisas amostrais, como a Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD), criaram e consolidaram iniciativas regulares e densas de pesquisa educacional, tendo como *locus* central a unidade de estatística e informação da FJP, o CEI (atualmente Diretoria de Estatística e Informações (Direi). A partir do uso intenso de recursos estatísticos, uma ampla gama de pesquisas e produção sobre determinantes das desigualdades em educação, recursos familiares e transições educacionais, trajetórias e determinantes da evolução dos indicadores de desenvolvimento e qualidade da educação vêm se tornando cada vez mais presentes e representativas da produção da FJP.¹²⁶

Finalmente e muito importante para uma instituição voltada para a pesquisa acadêmica e o apoio ao planejamento, ressalta-se que o desenvolvimento e a consolidação da capacidade técnica da FJP no campo da educação incorporou-se também em sua imagem pública e institucional. Como já acontecia em outras áreas, a Fundação João Pinheiro tornou-se interlocutor legítimo para a formulação e avaliação de políticas públicas na área. A participação na elaboração do *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI)*, no *Plano de Desenvolvimento da Região do Jequitinhonha*, o diagnóstico para o projeto especial voltado para a juventude, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), o diagnóstico sobre o trabalho infantil no estado e a assessoria na elaboração do plano estadual de combate ao trabalho infantil são exemplos de como a criação e consolidação de equipe e agenda de pesquisa multidisciplinar em educação tendem a se institucionalizar e se transformar em um ativo público importante.

126 Por exemplo, RIANI *et al.* (2019); FJP (2018); RIANI e ASSIS (2016); FJP (2010); FJP (2012) FJP (2014) COSTA e SARAIVA (2019); DUARTE e SARAIVA (2019); ASSIS (2013); ASSIS; RIANI; RIGOTTI (2016).

Conclusões

Conforme se demonstrou neste capítulo, a natureza, os objetivos e a inserção institucional de uma fundação estadual como a FJP fizeram com que, desde seu início, os temas e as informações sobre educação figurassem, de maneiras diferentes, com destaque na produção e nas atividades da instituição. Desse ponto de vista, a trajetória da reflexão e formulação no campo das políticas educacionais na FJP ultrapassa muito os limites deste ensaio. No entanto, é mais recente o processo de institucionalização da pesquisa educacional na instituição. A institucionalização à qual se faz referência é entendida como uma rede de pesquisadores de centros distintos, com um nível variável de cooperação e produção conjunta; uma agenda minimamente compartilhada de reflexão; instrumentalização e renovação da área por meio de projetos próprios e apoiados por agências de fomento, oferta de disciplinas de graduação e mestrado, trabalhos de conclusão de curso e recrutamento de novos pesquisadores e, por último, disseminação e visibilidade da produção por meio da publicação acadêmica, divulgação científica e participação em eventos especializados.

Esse processo respondeu a três vetores: mudanças no contexto das políticas educacionais, mudanças e processos internos da FJP e a ação deliberada de indução por parte da direção da instituição. Quanto ao primeiro elemento, destacam-se as mudanças institucionais e as iniciativas de reformas pelas quais passou a educação no Brasil, que trouxeram os temas da descentralização e desconcentração, gestão educacional, relações federativas e desigualdade educacional para o debate público. O investimento e aprimoramento dos sistemas de informação e de avaliação da educação, por sua parte, reduziram os custos e aumentaram e diversificaram a oferta de insumos e dados para a pesquisa na área. Internamente, a criação da Escola de Governo, a reformulação da carreira de pesquisador e o recrutamento por meio de concurso em meados da década de 1990 proporcionaram oportunidades para a formação de novas áreas e agendas de pesquisa, que foram se renovando pelos concursos no período. No entanto, ainda que mudanças nos contextos externo e interno tenham favorecido a criação e consolidação da área, diferentes lideranças institucionais deliberadamente agiram de maneira estratégica nessa direção. De início, na EG, a agenda educacional foi estratégica

para a sedimentação da área de pesquisa e a afirmação do mestrado, com a criação da área de concentração em gestão de políticas sociais. Logo em seguida, aproveitando o conhecimento da FJP com a criação e análise de indicadores sociais e a maior disponibilidade de informações educacionais, o Centro de Estatística e Informações (CEI/Direi) passou também a liderar a reflexão sobre políticas educacionais a partir das estatísticas da área.

Finalmente, duas características da pesquisa educacional na FJP tornam-se compreensíveis após esta narrativa. Primeiro, ainda que ocorram em mais de um espaço institucional, a maioria dos projetos e das produções em educação durante todo o período contaram com a participação de pesquisadores multidisciplinares da FJP com distintas formações e trajetórias acadêmicas e disciplinares. Segundo, a natureza da Fundação implica os fatos seguintes: entre suas funções, ela inclui a formação e qualificação de recursos humanos para a área pública, a produção e sistematização de informações e análises estatísticas e o apoio ao planejamento, à formulação e avaliação de políticas públicas; uma inserção institucional híbrida que, de um lado, dialoga com o debate e produção acadêmica e especializada, de outro, preocupa-se em qualificar e apoiar a gestão estadual. No campo da pesquisa em educação, a conjugação dessas duas características resulta em uma produção bastante plural em termos de estratégias metodológicas e abordagens teóricas que alcança reconhecimento nos espaços e veículos acadêmicos e disciplinares. Esse reconhecimento vem pelo seu rigor científico, mas tem valorizado uma preocupação bastante aplicada, ou seja, um tipo de pesquisa orientada para a construção de conhecimento que possa contribuir para a agenda educacional do país e para a reflexão e juízos informados sobre um amplo repertório de políticas e programas educacionais.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **Reforma do estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998. 187 p. (Pesquisas, 12).

ANDRADE, Luis Aureliano Gama de; PINTO, Ana Maria de Rezende; GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa (equipe). **Mudança e estagnação na universidade brasileira: o impacto do programa MEC/BID II**. Belo Horizonte: FJP, 1983.

ASSIS, Marcos Arcanjo de. Acesso, cobertura e progressão escolar em Minas Gerais: que desigualdades? *In*: FAHEL, Murilo *et al.* (org.). **Desigualdades educacionais e pobreza**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2013. v. 1, p. 211-231.

ASSIS, Marcos Arcanjo de; BARBOSA, Rogério Jerônimo; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. A evolução das desigualdades de oportunidades educacionais em Minas Gerais: uma análise das transições escolares entre 1989 e 2009. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindoia, SP. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 2012.

ASSIS, Marcos Arcanjo de; MENDES, Igor Adolfo Assaf; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Equidade, recursos familiares e oportunidades educacionais em Minas Gerais: um estudo das transições escolares em 2009 e 2013. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: SBS, 2017.

ASSIS, Marcos Arcanjo de; RIANI, Juliana de Lucena Ruas; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os determinantes da taxa de repetência do ensino médio em Minas Gerais, Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABEP: 2016.

ASSIS, Marcos Arcanjo de. **Educação e desigualdade em Minas Gerais: um diagnóstico a partir das transições educacionais**. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2012.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Planejamento. **Relatório de acompanhamento objetivos de desenvolvimento do milênio Belo Horizonte – 2010**. Belo Horizonte: SMPL, 2010. 163 p.

BIRDSALL, Nancy; SABOT, Richard H. **Opportunity foregone: education in Brazil.** Washington: Inter-American. Development Bank, 1996. 566 p.

BONAL, Xavier. **Sociología de la educación: una aproximación crítica a las corrientes contemporáneas.** Barcelona: Paidós, 1998.

CALERO, Jorge; BONAL, Xavier. **Política educativa y gasto público en educación: aspectos teóricos y una aplicación al caso español.** Barcelona: Pomares-Corredor, 1999. 234 p.

CANÇADO, Tassani Miguel Lopes. **O ensino público estadual em Minas: reprovação e abandono na 5ª série, 1991 e 1995.** Belo Horizonte: [s.n.], 1998.

CASTRO, Cláudio Moura; CARNOY, Martin (org.). Tradução de Luiz Alberto Monjardin e Maria Lúcia Leão Velloso de Magalhães. **Como anda a reforma da educação na América Latina.** Rio de Janeiro: FGV, 1997. 203 p.

CASTRO, F. M.; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Implementação de políticas de educação: uma análise da adaptação mútua no Programa de Intervenção Pedagógica. *In: ENCONTRO DA ANPAD, 39., 2015, Belo Horizonte. Anais [...].* Maringá, PR: ANPAD, 2015.

CERQUEIRA, Angelo Otavio Lopes da Gama. **Programa de descentralização de recursos financeiros da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais - 1991 a 1996: perfil da distribuição municipal dos recursos.** 1997. Monografia (Curso de Administração Pública). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1997.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. A que induzem os mecanismos de indução? O Fundef, as relações intergovernamentais e o ensino fundamental em Minas Gerais. *In: ENCONTRO DA ABCP, ST06 Políticas Públicas, 5., 2006, Belo Horizonte. Anais [...].* Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política, 2006a. p. 01-29.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Desigualdade educacional e coordenação intergovernamental: o caso do Fundef em Minas Gerais. *In: Congresso do Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 9., 2004, Madri. Anais [...].* Madri: CLAD, 2004.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Relaciones intergubernamentales y desigualdad educativa en la enseñanza fundamental: el caso de Minas Gerais. *In: GLOBALIZACIÓN, EDUCACIÓN Y POBREZA EN AMÉRICA LATINA: ¿Hacia una nueva agenda política? Anais [...].* Barcelona: Fundación CIDOB, 2006b, p. 217-246.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Relações intergovernamentais e o modelo de alocação de recursos no ensino fundamental público. **Caminhos da História**, Montes Claros, MG, v.14, n.1, p.147-170, 2009.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; MENDES, Igor Adolfo Assaf. A Escola e o mundo: determinantes intra e extra escolares do desempenho das escolas no PROEB. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2013.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; MENDES, Igor Adolfo Assaf. Família e desempenho escolar em Minas Gerais: recursos familiares e defasagem escolar. **Desigualdades Educacionais e Pobreza**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; SARAIVA, Ágnez de Lélis. Reformas Educacionais: características e tensões daquelas que objetivam a equidade. *In*: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ANPAD, 8., 2019, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: EnAPG - Administração Pública, 2019.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; VEIGA, Laura da. Equidade no ensino fundamental em Minas Gerais: uma avaliação exploratória. **Revista Mosaico**, Goiânia, v.1, p.42-58, 2002.

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; VEIGA, Laura da. Políticas educacionais nos anos 90 e a equidade no ensino fundamental em Minas Gerais: elementos para uma avaliação. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27., 2003, Caxambu, MG. **Anais** [...]. São Paulo: ANPOCS, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Fundef: uma promessa incompleta. *In*: SEMINÁRIO POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADE: estratégias de intervenção e financiamento. Belo Horizonte: FJP: Fundação Ford, 2000. Mimeografado.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Bahia; BRITO, Vera Lúcia Alves. **Medo à liberdade e compromisso democrático**: LDB e plano nacional da educação. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais nos anos 90. *In*: BAUMANN, Renato (org.). **Brasil**: uma década em transição. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p 101-142.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira; SARAIVA, Ágnez de Lélis. Regime de colaboração e a legislação educacional brasileira: federalismo e relações intergovernamentais entre sistemas de ensino. *In*: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED SUDESTE, 13., 2018, Campinas, SP. **Anais** [...]. Campinas, SP: ANPED, 2018a.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira; SARAIVA, Ágnez de Lélis. Regime de colaboração e o federalismo

educacional brasileiro: cooperação ou centralização? *In*: SEMINÁRIO FEDERALISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS, 3., 2018, Vitória, ES. **Anais** [...]. Vitória, ES: UFES, 2018b. p. 172-179.

DUARTE, Vanda Catarina. Capacitação docente em Minas Gerais e São Paulo: uma análise comparativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.121, p. 139-168, 2004.

DUARTE, Vanda Catarina; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Os efeitos do Fundef nas Políticas Educacionais dos Municípios Mineiros. **Educação em Revista UFMG**, Belo Horizonte, v.48, p.1-20, 2008.

DUARTE, Vanda Catarina; DINIZ, Maria Ruth Siifert; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Desafios para o controle público: os Conselhos de Acompanhamento do Fundef. ENANPAD, 29. **Anais** [...]. Brasília, DF: ENANPD, 2005.

FAHEL, Murilo; RAMBLA, Xavier; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; BRONZO, Carla (org.). **Desigualdades educacionais e pobreza**. Belo Horizonte: Editora Pucminas, 2013, v.1. p. 394.

FONSECA, João Pedro da. Como anda a reforma da educação na América Latina. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, jan./dez. 1997. Resenha.

FORTES, Fátima Beatriz. **Redistribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) entre os municípios mineiros – 1998/2000**. Belo Horizonte: FJP, 2002. Mimeografado.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **A implementação de projetos sociais em contextos de alta vulnerabilidade**: o caso dos projetos de combate à violência nas escolas. Belo Horizonte: FJP, 2006a. 2 v.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **A implementação de projetos sociais em contextos de alta vulnerabilidade**: os projetos de combate à violência nas escolas. Belo Horizonte: FJP, 2006b. 2 v.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Brasília: PNUD, FJP, Ipea, 2014. 120 p., il. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76047&codUsuario=0>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação do acesso da população de baixa renda a educação e saúde**. Belo Horizonte: FJP, 1978. 133 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação do programa de descentralização de recursos financeiros da SEE-MG (1991-1997)**. Belo Horizonte: FJP, 2000a. Relatório de pesquisa.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação do Programa de Descentralização Financeira da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (1991-1995)**: relatório parcial da pesquisa apresentada à Secretaria de Estado da Educação, Fundação Ford e ao Programa Especial de Reforma do Estado (CAPES, CNPq, MARE). Belo Horizonte: FJP, 1998a. 110 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Domicílios com crianças e adolescentes**: recursos familiares e demandas nas regiões de planejamento de Minas Gerais. Belo Horizonte: FJP, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fatores condicionantes da produtividade do ensino na escola oficial de 1º grau do Noroeste de Minas Gerais**: custo de oportunidade e distância cultural. Belo Horizonte: FJP, [1978]. 179 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Localização dos objetivos de desenvolvimento do milênio na escala subnacional**: Minas Gerais 2010. [S.l.: s.n.], 2012. 60 p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76830&codUsuario=0>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O desafio do trabalho infantil**: as crianças, o trabalho e a rua em Minas Gerais. Belo Horizonte: FJP, 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O Fundef e a municipalização em Minas Gerais**: relações intergovernamentais, equidade e controle público. Belo Horizonte: FJP. Relatório Final de Pesquisa, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano Jurídico-Institucional e Definição de Estratégias de Implantação da Universidade do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: FJP, 1991.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Projeto**: avaliação do processo de implementação e do impacto das ações do projeto de educação continuada da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo; polos: Ribeirão Preto, São Carlos, Bauru e Marília. Belo Horizonte: FJP, 1998b. Relatório final.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório Pesquisa por Amostra de Domicílios**: indicadores básicos. Belo Horizonte: FJP, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Educação informatizada**: uma nova técnica ou uma revolução tecnológica. Belo Horizonte: FJP, 1995.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Projeto Descentralização, Eficiência e Equidade:** avaliação do impacto de políticas educacionais (Processo SHA 1774/95): projeto A: avaliação da política de descentralização financeira da SEE-MG no ensino fundamental (1991/1997). Belo Horizonte: FJP, 2000b. 3 v.

GOSLING, Sandra Drummond *et al.* **Autonomia escolar:** uma estratégia de avaliação. Belo Horizonte: FJP, 1995. 179 p.

GUADANINI, Diovana Nogueira. **Um estudo do comportamento das taxas de reprovação e abandono escolar da 3ª série do ensino fundamental da rede pública estadual mineira - 1991 e 1995.** Belo Horizonte, MG: [s. n.], 1998.

LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira. **A interação entre as instituições públicas de ensino fundamental e a diversidade socioeconômica e cultural das crianças.** 2001. 200 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2001.

MENDES, Igor Adolfo Assaf; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Considerações sobre o papel do capital cultural e acesso ao ensino superior: uma investigação com dados de Minas Gerais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 71-95, 2015.

MENDES, Igor Adolfo Assaf; ASSIS, Marcos Arcanjo; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Equidade, recursos familiares e oportunidades educacionais em Minas Gerais: um estudo das transições escolares em 2009 e 2013. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: UNB, 2017.

PACHECO, Webert Meireles. **A qualificação dos professores e as desigualdades na política educacional:** uma exploração dos efeitos do novo arranjo institucional sobre o ensino fundamental. Belo Horizonte: [s.n.], 2003.

PENNA, Ricardo Pinheiro *et al* (superv.). **Plano institucional da Universidade de Rondônia.** Belo Horizonte: Palmares, 1984.

PLANK, David Nathan; MOTTER, Paulino; GOMES, Cândido da Costa Alberto. **Política educacional no Brasil:** caminhos para a salvação pública. São Paulo: Artmed, 2001.

REIMERS, Fernando. Educación, desigualdad y opciones de política en América Latina en el siglo 21. **Revista Latinoamericana de Estudios Educativos**, México, v.30, n. 2, p. 11-42, 2000.

RIANI, Juliana de Lucena Ruas *et al.* Análise do *trade-off* entre rendimento e desempenho na evolução do Ideb dos estados brasileiros. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 19., 2019, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: UFSC, 2019.

RIANI, Juliana de Lucena Ruas; ASSIS, Marcos Arcanjo de. A. Os determinantes da taxa de repetência do ensino médio em Minas Gerais, Brasil. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 7., e ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu: ABEP, 2016.

RIANI, Juliana de Lucena Ruas; SILVA, Vania Candida da; SOARES, Tufi Machado. Repetir ou progredir? uma análise da repetência nas escolas públicas de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, p. 623-636, 2012.

RICARDO, Angela Maria Albuquerque de Paula. **Os desafios dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef**. 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2003.

RIOS NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; RIANI, Juliana de Lucena Ruas (org.). **Introdução a demografia da educação**. Campinas, SP: ABEP, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANT'ANNA, Olívia de Souza. **Gestão descentralizada do Programa Nacional de Alimentação Escolar**: análise comparativa em municípios mineiros. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2008. 138p.

SARAIVA, Ágnez de Lélis. **Conflitos e constrangimentos que cercam a implementação de políticas educacionais voltadas para equidade**: o caso da Escola Plural. 2007. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro; Belo Horizonte, Minas Gerais, 2007.

SARAIVA, Ágnez de Lélis; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Escola Plural: reflexões sobre a produção de políticas educacionais. **Pensar BH: Política Social**, v.26, p. 23 - 27, 2010.

SILVA, Cíntia Santana E; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Opressão nas escolas: o *bullying* entre estudantes do ensino básico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.46, p.638-663, 2016.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.43, n.3, p.423-445, 2000.

SOARES, Tufi Machado; RIANI, Juliana de Lucena Ruas; NÓBREGA, Mariana Calife; SILVA, Neimar Fernandes da. Escola de Tempo Integral: resultados do projeto na proficiência dos alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede estadual de Minas Gerais. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 111-130, 2014.

SOUZA, Alberto de Mello. Crise de estado e descentralização educacional no Brasil: resistências, inovações e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 10, p. 1-31, dez.1993.

SOUZA, Alberto de Mello. Gestão da escola e qualidade da educação. *In*: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de; KNOOP, Joachim (coord.). **Políticas sociais no Brasil: descentralização, eficiência e equidade**. Rio de Janeiro: INAE/ILDES, 1995. p. 149-185.

UNESCO. Comisión Económica para América Latina (CEPAL). **Educación y conocimiento: ejes de la transformación productiva con equidad**. Santiago: Unesco/Cepal, 1992.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **O Fundef na avaliação da UNDIME**. Brasília, DF: UNDIME, 1999. Mimeografado.

VEIGA, Laura da; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; FORTES, Fátima Beatriz C. Teixeira P. Contexto Socioeconômico e Descentralização Financeira no Ensino Fundamental em Minas Gerais. **Preal Debates**, Rio de Janeiro, n. 5, v.5, p.1-40, 1999a.

VEIGA, Laura da; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz.; FORTES, Fátima Beatriz C. Teixeira P. Contexto Socioeconômico e Descentralização Financeira no Ensino Fundamental em Minas Gerais. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 23., 1999, Caxambu, MG. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 1999b.

VIEGAS, Karini da Silveira. **Relações intergovernamentais na política educacional: o caso da municipalização do ensino fundamental de Minas Gerais**. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2003.

WOODHALL, Maureen. Human Capital Concepts. *In*: HALSEY, A. H. *et al.* **Education: Culture, economy and society**. New York: Oxford University Press, 1997.

UMA TRAJETÓRIA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO EM ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Giovanni José Caixeta*¹²⁷

Introdução¹²⁸

No final da década de 1960, no processo de transição para a industrialização do estado de Minas Gerais, uma preocupação pautou o governo mineiro: a necessidade de quadros gerenciais qualificados, cuja falta resultaria, certamente, em estrangulamento desse processo. Também levou a uma constatação: a escassez desses quadros no Estado e as deficiências da estrutura educacional quanto aos seus programas de especialização e pós-graduação para a sua formação.

A busca de solução para esses problemas expressa o comprometimento e empenho do governo mineiro, naquele momento, com a sustentabilidade do crescimento que decorreria do processo de industrialização, condicionado pela eficiência administrativa.

127 Professor e pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro.

128 Este texto contou com a valiosa colaboração do professor e pesquisador aposentado da Fundação João Pinheiro Luciano Amorim Borges.

Nesse contexto, foi criado o Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), marco referencial de 1972 na Fundação João Pinheiro (FJP). Atuou com excelência na qualificação de quadros gerenciais em Minas Gerais, atividade com importante efeito multiplicador, desenvolveu atividades de consultoria que conduziram à modernização administrativa de entes privados, órgãos e entidades públicas, participou de processos de institucionalização de entidades estatais e realizou pesquisas aplicadas no campo da administração. Sua trajetória como unidade técnica da FJP, dada a sua relevância, merece e deve ser, pois, resgatada, explicitada e contextualizada, fazendo-se memória que fortalece a própria identidade dessa instituição.

1 O Centro de Desenvolvimento em Administração e sua trajetória

O Centro de Desenvolvimento em Administração Paulo Camilo de Oliveira Pena (CDA), instrumento fundamental no processo de formação de quadros gerenciais para o setor privado, essenciais ao processo de desenvolvimento do estado de Minas Gerais e na qualificação de pessoal para a administração pública, projetou a FJP no cenário nacional durante muitos anos.

De forma clara e sucinta, o relatório de atividades da FJP para 1980 explicita a motivação histórica da criação e concepção do centro, incumbido de realizar projetos “para o desenvolvimento administrativo e gerencial da comunidade empresarial, pública e privada”:

A concepção do CDA/FJP remonta ao Plano de Ação para a Industrialização do Estado de Minas Gerais, elaborado ao final dos anos 1960. Ao planejador regional, empenhado na identificação de oportunidades industriais de vulto, não escapou a importância da formação de quadros gerenciais, em nível regional, como vantagem locacional¹²⁹.

Isto se propunha, seja pela escassez de recursos humanos qualificados, seja ainda pela

¹²⁹ Em 1967, com assistência da Arthur D. Little Inc. e de diversas empresas de consultoria brasileiras, o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (Indi) deu início a uma proposta de atrair novas indústrias para Minas Gerais e aperfeiçoar as indústrias. Recomendava, no entanto, “com urgência o desenvolvimento de programas de educação administrativa profissional como instrumento indispensável à manutenção e aceleração do ritmo de crescimento da atividade empresarial na região.” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1972a, p. 1-2).

inadequação do equipamento educacional existente (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980b, p. 28).

Nesse momento, no cenário mineiro, além da necessidade e escassez de administradores capacitados, indispensáveis ao processo de expansão industrial e desenvolvimento do estado, constatava-se a inexistência de programas de educação, em nível de especialização ou de pós-graduação, na área de administração e de organizações empresariais. É preciso explicitar que eram oferecidos, no estado, programas tradicionais de graduação, no entanto, eles não atendiam as demandas daquele momento.

A escassez de quadros gerenciais treinados, sua relevância no contexto do processo de industrialização do estado de Minas Gerais e a inadequação do equipamento educacional remetem, por consequência, a uma urgente necessidade de correção, cuja concretização torna fundamental a existência de uma instituição capaz de fazê-lo.

O *Diagnóstico da Economia Mineira*, realizado na década de 1960, e o empenho do governo do estado para solucionar os problemas apontados, levaram a FJP em 1971, a decidir pela criação do CDA. A decisão comungava, de forma coerente, com o conceito que sustentava o aludido plano de ação e com os propósitos para os quais a FJP tinha sido instituída. Assim é criada essa escola de Administração de Negócios, com conteúdo programático específico e portadora de excelência acadêmica, no intuito de atender à demanda crescente no estado por executivos treinados em alto nível. Sua criação se concretiza em 1972, momento em que a FJP o inclui, pela primeira vez, no seu orçamento anual (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1971b).

De fato, a ideia de criação do centro encontrava-se implícita nos próprios propósitos da FJP, instituição destinada à pesquisa aplicada nos campos da Economia, da Administração e da Tecnologia Básica e Social. A lei de criação, em seu texto original, estabelecia como objetivo básico “estimular, apoiar e manter instituições que operem em regime de cooperação com o setor privado e o setor

público estadual". Em suas áreas de atividades, incluía, entre elas, o ensino, por meio de cursos afins com as atividades que lhes foram outorgadas (MINAS GERAIS, 1969).

Para sua implantação, foi firmado, em maio de 1971, convênio com a *Columbia University*, de *New York*, Estados Unidos, por intermédio da sua *Graduate School of Business*, considerada instituição de excelência no desenvolvimento do ensino da Administração. Essa estratégia tinha por objetivo promover a transferência para o CDA de tecnologia didática para a formação e o aperfeiçoamento de gestores, constituindo-se em um desafio a adaptação dessa tecnologia às exigências da realidade brasileira. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1976). Na época ficou estabelecida, também, a ampliação da área de abrangência da sua atuação, que incluiria os setores privado e público.

Contatos realizados junto a organizações empresariais dos setores público e privado permitiram a coleta de informações e a divulgação do programa que se estabeleceria para o centro. Ficou evidente, mais uma vez, a premente necessidade de treinamento para gestores dessas organizações, com a possibilidade concreta do seu financiamento pelos próprios interessados, salientando-se o grande interesse manifestado pelo setor empresarial no projeto do CDA.

Ainda com o objetivo de preparar o CDA para o cumprimento de sua missão, buscou-se a aproximação e estreitamento de relações com o meio acadêmico no Estado¹³⁰. O que se pretendia era verificar a possibilidade e receptividade de somar esforços para viabilizar a efetivação da implantação de um curso de pós-graduação destinado à formação de executivos. A ideia bem acolhida promoveu o diálogo com outros programas que poderiam auxiliar na elaboração e disponibilização de mais cursos pelo CDA.¹³¹ Esses contatos propunham também analisar a própria viabilidade do centro

130 Podem ser relacionadas a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e a Fundação Universidade de Minas Gerais. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979a, p. 13)

131 Podem ser citadas reuniões com as seguintes entidades: Universidade de São Paulo (USP), Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo e do estado da Guanabara e Pontifícia Universidade Católica da Guanabara. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979a, p. 14). A Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975 de cuja fusão com o estado do Rio de Janeiro surgiu o atual estado do Rio de Janeiro.

e a disponibilidade de professores e de material de ensino para utilização em suas atividades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979a).

A continuidade desses contatos com empresas dos setores público e privado, autoridades públicas e o meio acadêmico permitiu a expansão das áreas de atuação do CDA. Deles resultou a efetivação de intercâmbios e convênios com universidades e entidades voltadas para treinamento empresarial. Essa estratégia favoreceu o acesso a outras fontes de desenvolvimento pedagógico e financiamento, além de tornar possível o desenvolvimento de programas de treinamento de executivos e de pesquisas conjuntas com universidades, relacionadas às necessidades das empresas e de órgãos públicos.

Assim, conforme apresentado no seu projeto de atuação, o CDA foi criado e implantado para alcançar os seguintes objetivos, afirmados como “estritamente relacionados” e “mutuamente dependentes”, de forma que cada um atuasse como suporte para os demais, proporcionando o fortalecimento mútuo:

Elevar em todos os níveis o grau de desempenho da Administração existente no estado e no país, por meio de programas de educação de caráter contínuo¹³² para administradores de empresas; criar uma oferta de pessoal altamente qualificado e bem treinado, que tenha condição de ocupar posições administrativas de alto nível em empresas privadas e/ou órgãos de Governo; Promover prioritariamente o aprimoramento do nível gerencial de certos setores básicos para a economia regional; aumentar o conhecimento na área da Administração de Empresas por meio de relevantes programas de pesquisa, orientados especificamente para problemas práticos relativos às empresas brasileiras (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1972a, p. 5).

132 Educação continuada é a metodologia que estrutura programas de educação de caráter continuado com o objetivo de formar pessoal qualificado. Nessa direção, o programa proposto para o CDA se estruturava em quatro subprogramas de treinamento: (a) treinamento para altos executivos, (b) treinamento para executivos intermediários, (c) treinamento para gerentes das pequenas e médias empresas e (d) treinamento para administradores de setores básicos.

A partir do seu estágio de implantação, foram desenvolvidas ações para consolidá-lo e permitir o seu crescimento, de forma a alcançar seus objetivos. Nesse sentido, destaca-se, em primeiro lugar, a necessidade de instalações físicas que se adequassem ao escopo de suas atividades.

Para atender a essa necessidade e sediar o centro, foi adquirido, reformado e mobiliado, já no início da sua implantação, em 1972, um prédio com 4.200m² de área construída, erguido em um terreno de 13.000 m², onde se localizava o antigo centro de treinamento do Banco da Lavoura, na região da Pampulha, adequado às finalidades e necessidades locacionais do centro.¹³³

Outras ações importantes após sua implantação foram a constituição da memória educacional básica e a formação de pessoal próprio para a realização de suas atividades, proporcionando redução da participação de pessoal estrangeiro alocado pela *Columbia University* para a realização dos seus programas. Nessa direção, foi promovido o aperfeiçoamento de quadros técnicos do CDA a partir de estudos nessa universidade, em outras e na Fundação Getúlio Vargas. Denota-se o sucesso dessa estratégia ao se constatar que a participação de docentes estrangeiros na carga horária das atividades do centro, de 90% em 1972, é reduzida para 2% em 1978.

Quanto à sua atuação, em seu estágio de implantação, buscou atuar em duas áreas específicas: cursos de pós-graduação e treinamento para executivos. Para concretizar essa atuação, concatena suas atividades articulando “programas abertos” estruturados em três níveis de atuação: um focado em conteúdo tático; outro, dedicado a áreas funcionais e o terceiro, dedicado a conteúdo estratégico.

No primeiro nível, propunha a formação de executivos a partir de programas de longa duração profissionalizantes, em nível de pós-graduação, com ênfase no conteúdo tático. Nesse sentido, foi lançado em 1972 e iniciado em 17 de setembro de 1973 o primeiro Curso de Especialização

133 Após reforma e adaptações do imóvel adquirido, o CDA passou a contar com instalações que contemplavam salas de aula tecnicamente projetadas, gabinete para professores, biblioteca, instalações para computador, salões para conferências e discussões, restaurante, campo de futebol (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1972a) e quadra poliesportiva. No terreno onde se localizava, foi construído, posteriormente, o edifício-sede da FJP, com cinco andares, ao qual foram incorporadas as edificações que abrigavam o CDA. Inaugurado em março de 1987, esse complexo buscou abrigar toda a FJP num único espaço físico planejado para essa finalidade.

em Administração (CEA). Programa inédito, sob orientação da *Columbia University* e participação ampla dos seus professores, funcionava em regime de tempo integral, com estratégia e estrutura baseadas no modelo americano e duração de um ano aproximadamente. Propunha-se a oferecer uma visão ampla das organizações e sua inserção no ambiente sócio-político-econômico e institucional. Esse curso constitui-se no projeto mais reconhecido do centro, e sua manutenção “veio possibilitar, por meio da fixação de equipe técnica em tempo integral, o desenvolvimento de áreas de atuação complementares: treinamento gerencial [fechados], consultoria institucional, e [...] pesquisa aplicada.” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980b, p. 28).

Em sua trajetória, o CEA passou por diversas mudanças de estrutura curricular. A presença de engenheiros, oriundos das parcerias CDA-empresas e, posteriormente, de muitos recém-formados advindos da crise de mercado dos anos 1980, foi dominante nos CEA, nas áreas de conhecimento oferecidas – gestão de pessoas; administração financeira; *marketing*; e administração da produção.

O perfil dos alunos e do CEA vai se modificando ao longo dos anos, refletindo no próprio esvaziamento desse programa e na sua extinção, decorrência da diversificação do mercado que amplia a oferta de cursos de especialização e treinamento. A extinção se deve também ao direcionamento da FJP para a prática de políticas públicas e da opção pela oferta de programas de formação e capacitação para servidores públicos. Nesse contexto, o CEA foi oferecido pela última vez em 2004, então sob a orientação da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, criada em 1992.

O segundo nível contemplava programas de duração intermediária, com destaque para áreas funcionais específicas, a exemplo de Finanças Empresariais, Gestão de Marketing, Recursos Humanos e Administração da Produção, entre outras, e destinados a executivos de nível intermediário. Esses programas visavam o aperfeiçoamento de desempenho de áreas específicas e buscavam “proporcionar uma visão global das operações das empresas e das inter-relações de suas diversas atividades e das comunicações dentro da organização” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1972b, p. 6).

Com conteúdo estratégico, o terceiro nível foi dedicado a programas de curta duração, cujo público era constituído por altos executivos, atuantes nos setores público e privado. Tais programas concentravam-se em estudos sobre o ambiente econômico, social e político que envolviam as empresas, “no planejamento, formulação e implantação da estratégia”, e na “gestão interna da firma” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1972b, p.6).

Nesse sentido, destaca-se o *Programa de Políticas e Estratégias Empresariais para Altos Executivos* (PPEE), desenvolvido pelo CDA e que, em 1973, já “testado por duas vezes no ano anterior, ganhou maturidade suficiente para atrair o interesse de empresas e órgãos públicos de vários pontos do país” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979b, p.14-15), constatando-se crescente participação de executivos de outros estados brasileiros.

Como visto, o projeto do CDA abrangia altos executivos, cujos programas, a eles dedicados, viriam em primeiro lugar, de forma a “mostrar os benefícios potenciais que proporcionariam e fundamentar programas subsequentes”, e executivos de nível intermediário, sem se descuidar, porém, dos empresários e administradores de pequenas e médias empresas. Esse nicho é considerado “fator importante na economia do estado”, e a falta de treinamento e de conhecimento de práticas administrativas modernas era reconhecida como geradora de dificuldades financeiras enfrentadas por muitas delas. Foi preciso contemplá-las, então, por meio de programas integrados de treinamento, com o propósito de facilitar a compreensão, pelos empresários e seus gestores, das diversas funções das empresas de forma a ampliar seus horizontes e recursos administrativos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1972a, p.6). O CDA propunha para esses executivos programas em tempo parcial com o fito de prepará-los para ações administrativas, buscando ensinar-lhes a utilizar métodos e técnicas analíticas modernas de gestão e a aperfeiçoar “o seu conhecimento das forças comportamentais e ambientes que [afetariam] as suas empresas no futuro” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1972a, p.8).

Ainda em 1973, foram assinados dois convênios que contribuíram para a expansão das atividades do CDA. Um com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Miniplan) para

execução do *Programa Nacional de Treinamento de Executivos* (PNTE). O objetivo era treinar altos executivos e seu pessoal de apoio, responsáveis diretos pela formulação de políticas de suas respectivas organizações, ampliando sua “capacidade de tomada de decisão e de planejamento e a desenvolver recursos para analisar os problemas organizacionais sob o enfoque global e sistêmico” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1974). Por esse convênio, foi delegada à FJP, via CDA, a responsabilidade de desenvolver, em nível nacional, o treinamento de altos executivos, fato que se deve ao pioneirismo e à *expertise* desenvolvida por esse centro. O PPEE foi financiado pelo PNTE.

Outro convênio, firmado com o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresas (Cebrae)¹³⁴, tinha por objetivo o “aprimoramento do nível gerencial e da capacidade administrativa no estado e no país, por meio de programa integrado de educação e pesquisa” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1974). Ele permitiu a realização de intercâmbio com o Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais (Ceag MG).

No período 1974-1975, destacam-se as atividades de treinamento articulado em programas abertos.

Ressalta-se também, no período 1975-1976, a existência no CDA do Núcleo de Administração Pública (NAP), estrutura que introduziu mudanças na atuação gerencial do CDA, tanto na área de

134 O reconhecimento da importância da pequena e média empresa no processo de desenvolvimento nacional e a falta de recursos humanos capazes de desempenhar as funções indispensáveis da administração levou, por iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, à instituição do sistema brasileiro de assistência gerencial à pequena e média empresa, por meio da criação do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (Cebrae). Instituição vinculada à administração pública federal que, como componente de um sistema que pretendia alcançar todo o país, devia contar com correspondentes em todos os estados. Em Minas Gerais, a FJP e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) aliaram-se para compor a representação mineira do Cebrae, resultando a criação do Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais (Ceag/MG). Esse centro tinha por objetivo “colaborar na recuperação de pequenas e médias empresas com problemas de gestão ou em processo de falência” (SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM MINAS GERAIS, 2012) e como responsabilidade, naquele momento, repassar os recursos do Cebrae a órgãos executores de sua política específica no estado. Entrando em atividade, o Ceag/MG credenciou a FJP como um dos órgãos executores de sua atuação modernizadora (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1972b, s.p). Em outubro de 1990, o Cebrae foi transformado em Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae) pelo Decreto nº 99.570, que complementa a Lei nº 9.029, de 12 de abril de 1990, desvinculando-se da administração pública federal e tornando-se serviço social autônomo, sem fins lucrativos. A desvinculação do Ceag-MG do setor público se dá a partir de 1990, com a criação do Sistema Sebrae. Em 1991, tornou-se Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG).

consultoria – ampliação nas práticas com instituições públicas, quanto nos cursos desenvolvidos, ampliados a partir dos anos 1980 na área pública.

Em 1976, o CDA recebe o nome de Paulo Camilo de Oliveira Penna, ex-secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais, que veio a falecer nesse mesmo ano. Essa mudança de nome foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Curador da Fundação João Pinheiro, e constitui-se em uma homenagem pelos inúmeros serviços prestados como homem público ao estado de Minas Gerais¹³⁵ (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1976, p. 3).

Em 1977, em diversas regiões do país, várias mudanças levaram a FJP a reavaliar as estratégias do CDA e sua posição na instituição. Entre elas, podem ser listadas as que afetaram o centro:

- o deslocamento da demanda por cursos abertos para “programas fechados” visando à qualificação de pessoal, desenhados para atender necessidades organizacionais específicas previamente identificadas, promovendo, ainda, a interação das atividades de treinamento com as de consultoria;
- demandas potenciais de público relevante para o desenvolvimento tecnológico em suas áreas de interesse, gerando demandas compatíveis com o papel do CDA;
- processos de mudanças organizacionais que alcançam as entidades do setor público, levando à necessidade de construção de programas de qualificação de pessoal estruturados especificamente para atendê-las.

Diante desse cenário, o CDA vê reformulados seus objetivos, “dedicando-se à implantação de novas linhas de trabalho, além de definir estratégia e planos”, adotando linha de ação que buscou “desenvolver com maior intensidade ainda suas atividades no campo da pesquisa, consultoria e planejamento” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979a, p. 15).

¹³⁵ A aprovação do nome do ex-secretário à denominação do CDA pelo Conselho Curador da Fundação João Pinheiro se dá por proposição do conselheiro José Teixeira (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1976, p. 3).

A partir desse momento, não mais como uma superintendência, e já situado como diretoria da FJP, com objetivos reformulados, o centro redefine suas estratégias e planos, incorporando novas atividades:

- programas fechados voltados ao atendimento de necessidades organizacionais previamente identificadas e atividades de consultoria dirigidas tanto para o setor privado, quanto para a administração pública (direta e indireta), com atuação prevista em áreas em que o setor privado não detinha, ainda, conhecimento para fazê-lo (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979a). Verificou-se esforço para o “desenvolvimento de tecnologia própria adaptada à orientação e aos interesses dos [seus] públicos relevantes” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978a, p.66). Os cursos fechados e as consultorias organizacionais são consolidados a partir de 1977, destacando-se o seu conteúdo técnico inovador e, juntos, constituíram atividades de importância do centro¹³⁶;
- programas abertos de treinamento, considerando agora que “as próprias atividades desenvolvidas pelo centro tornaram possível a difusão no estado de Minas Gerais de tecnologia gerencial, o que possibilitou a capacitação de outras instituições para o desenvolvimento de programas abertos de treinamento”. Essas atividades, portanto, deveriam ser reorientadas para “áreas de fronteira” com dois propósitos: primeiramente, “restringir a possível superposição na oferta de programas convencionais”; segundo, promover como “‘escola de escolas’ a difusão de tecnologia para segmentos de interesse” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978a, p.66);
- desenvolvimento de programas especiais, cuja lógica de abordagem deveria ser vinculada, “alternativa ou solidariamente”, a “avanços disciplinares para o desenvolvimento de tecnologia apropriada” ao delineamento de programas para segmentos específicos, à construção de programas especiais para indústrias/setores específicos e à exploração de novos mercados, como, por exemplo, treinamento de executivos latino-americanos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978a, p. 66-67).

136 A título de ilustração, segundo o relatório de atividades da FJP de 1978, as atividades de treinamentos fechados e consultorias cresceram 500% em 1977, confrontadas com o ano anterior, e expandiram-se 240% em 1978, comparadas com 1977 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978a).

São mantidos os tradicionais programas de treinamento e aperfeiçoamento gerencial e passa-se à exploração e abertura de novos mercados, para além das fronteiras de Minas Gerais, incluindo o mercado latino-americano. Para tais programas, foi mantida como política básica a inovação de conteúdo e metodologia. Sob o aspecto didático e pedagógico, destacava-se o acervo de casos nacionais desenvolvidos em função dos programas a serem oferecidos, com realce para a realidade empresarial e o ambiente brasileiro.

A demanda por consultorias, assessorias e treinamentos fechados pelas organizações empresariais é destacada e bastante natural, considerando: (a) a influência proporcionada por lei de incentivo fiscal para treinamento de pessoal; (b) as mudanças de cenários já mencionadas; e (c) o fato de executivos capacitados pelo CDA, com elevado padrão de qualidade e efetivos resultados em sua atuação profissional, integrantes de quadros gerenciais, tenderem a buscar a realização de treinamentos fechados, consultorias e assessorias organizacionais para suas entidades na instituição que os formou. O atendimento a essas solicitações é possível em razão do CDA já estar dotado de um quadro permanente e altamente capacitado a desenvolver tais trabalhos.

O período 1977-1978 revela “um esforço concentrado na recuperação financeira do CDA, o qual se reflete em um considerável aumento no volume de atividades de treinamento aberto e fechado, período em que o centro alcançou estabilidade institucional” (SILVA, 2009, p. 85).

A partir de 1978, o centro inclui em sua programação aberta treinamento em horário noturno. O objetivo era “atender ao pequeno e médio empresário estabelecido na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), com programas de treinamento de média duração, em nível de formação básica em áreas funcionais”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979b, p. 29)

Nesse mesmo ano, é realizada uma intensa programação pelo interior de Minas Gerais¹³⁷, em esforço associado à política de interiorização do desenvolvimento, patrocinado pelo governo do estado, com a finalidade de “consolidar novos polos de desenvolvimento econômico e social em Minas Gerais”. No ano

137 Podem ser citados os municípios de Juiz de Fora, Curvelo, Varginha, Uberaba, Montes Claros, Governador Valadares, Uberlândia, Nova Lima, Araxá e Poços de Caldas. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979b)

seguinte, é desenvolvido programa de treinamento em outros estados da Federação brasileira¹³⁸ (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979b, p. 29).

O número de treinamentos gerenciais no período 1972-1979 alcança um total de 172 programas, envolvendo 5.187 participantes. São números dignos de nota, destacando-se o aperfeiçoamento de metodologia didática refletida no desenvolvimento de programas fechados desde o seu início. Em 1980, esses treinamentos correspondem a cerca de 40% das atividades de treinamento gerencial do CDA, considerados tão somente o número de programas realizados (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1980b).

Atuante junto a organizações públicas e privadas, o centro amplia o atendimento ao setor público, estendendo, também, atividades voltadas fortemente ao desenvolvimento gerencial para a área empresarial. Consolida-se como instituição de ponta entre as entidades brasileiras de treinamento nas áreas de gestão, com atuação estendida, inclusive, a outros estados da Federação brasileira e cumprindo, dessa forma, o papel original que lhe coube quando da sua criação.

A partir de 1979, um conjunto de fatos marca a trajetória do CDA, conduzindo-o a focar progressivamente seu conhecimento e seu domínio técnico para atuar no setor público, deixando sempre, no entanto, abertura para fazê-lo no setor privado.

Nesse mesmo ano, a coordenadoria do Programa de Modernização Administrativa (Promor), estruturada com o objetivo de “superintender e centralizar a coordenação, a execução e o controle de projetos e atividades de reforma e modernização a cargo da Fundação” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1977), e destinada a desenvolver projetos de ação, organização e reorganização do Estado, incorporou ao CDA suas atividades. Naquele momento, seus trabalhos eram, em sua maioria, voltados para consultoria e realização de cursos.

138 Podem ser relacionados os estados do Amazonas, Ceará e Pará. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979b).

A partir de 1980, como uma experiência pioneira em Minas Gerais, é desenvolvida pelo CDA metodologia para treinamento a distância, por meio de tele-educação¹³⁹, operacionalizado com o apoio do Cebrae, da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios (Sarem), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (Seplan MG) e de faculdades de administração localizadas no interior de Minas Gerais¹⁴⁰. Resultaram dessa iniciativa dois programas que alcançaram dois públicos importantes: os servidores públicos municipais e os gerentes e empresários de pequenas e médias empresas. Tratam-se, respectivamente, do *Programa de Treinamento em Administração Municipal* (PTAM) e do *Programa de Treinamento em Gestão Empresarial* (PTGE).

O PTAM destinava-se a “colaborar com as prefeituras municipais e associações microrregionais de Minas Gerais no constante aprimoramento do pessoal ligado à administração pública” em áreas como “processo legislativo municipal, administração de materiais, contabilidade pública, orçamento municipal e administração municipal, por meio de curso a distância.” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1982a).

O PTGE, planejado a partir das necessidades verificadas junto à comunidade empresarial, propunha, por meio dos cursos oferecidos, “respostas objetivas e práticas às dificuldades de planejamento, direção, organização e controle de pequenas e médias empresas” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1982b). Considerava, portanto, a demanda por profissionais atualizados para atuação em todos os níveis organizacionais e buscava colaborar para o desenvolvimento dos gerentes

139 Por meio dessa metodologia da tele-educação eram utilizados videocassetes gravados e módulos impressos enviados aos telecentros instalados geralmente em universidades ou faculdades no interior do estado. Os telecentros contavam com um gerente, que coordenava os cursos, e um orientador, que recebia as fitas gravadas, instruções e mais material. Foi instalada no CDA uma central de consultas para esclarecimento de dúvidas encaminhadas pelos telecentros por telex, telefonema e cartas. O estúdio para a produção de videocassetes foi inaugurado em 1982 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [198-?]).

140 Podem ser citadas: a Universidade Federal de Uberlândia, a Faculdade de Administração de Santa Rita do Sapucaí, a de Governador Valadares, a de Divinópolis, a do Triângulo Mineiro, em Uberaba, e a Fundação Norte-Mineira de Ensino Superior, de Montes Claros, entre outras.

empresariais. Ofereciam-se cursos em temáticas como vendas, orçamento de caixa, matemática financeira, organização e métodos e administração. O programa foi um esforço para dar acesso a empresas de pequeno e médio portes a treinamento para seus recursos humanos conforme divulgado em material institucional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1982b).

No contexto do CDA merecem destaque, ainda, a criação e oferta de cursos de especialização para servidores públicos, calcados no domínio técnico adquirido com o *Curso de Especialização em Administração*. Também destaca-se a criação do *Curso Superior de Administração Pública* (Csap) e a da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

Quanto a cursos de especialização voltados para a administração pública, pode ser destacado, em primeiro lugar, o *Programa de Especialização em Administração Pública* (Peap) em nível de pós-graduação *lato sensu*. É experiência inovadora, promovida pela primeira vez em conjunto com o Instituto de Administração Pública (Inap).¹⁴¹ Destinado aos servidores públicos de Minas Gerais¹⁴², tinha por objetivos:

- a) contribuir com a continuidade e eficácia dos programas públicos; b) capacitar o servidor para o desempenho de funções gerenciais e técnicas e administrativas;
- c) desenvolver a reflexão crítica frente à realidade política, econômica e social dos programas públicos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1984, p. 3).

Iniciado em maio de 1984, o Peap vê sua primeira turma concluir os estudos em dezembro do mesmo ano, marcando a oferta, pela FJP, de cursos de especialização destinados especificamente para o setor público. Esse programa deixa de ser oferecido a partir de 1987 e é resgatado em 1990. Ressalta-se que o Peap expandiu-se para fora de Belo Horizonte, com turmas em Montes Claros e em Juiz de Fora.

141 O Inap era órgão da Secretaria de Estado da Administração de Minas Gerais criado em 1963 e responsável pela formação de recursos humanos para a administração pública no estado de Minas Gerais.

142 O I Peap destinava-se a funcionários efetivos ocupantes de cargo técnico ou em comissão e a servidores da administração direta ou indireta com função técnica ou de direção.

Posteriormente, foi ofertado o *Programa de Especialização em Administração Municipal (Peam)*, destinado aos quadros atuantes em prefeituras municipais, e também outros programas fechados destinados à capacitação de pessoal para o setor público. Como exemplos podem ser citados o *Curso de Especialização em Administração Fazendária (Ceafaz)*, em convênio com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF MG), realizado ainda para a Secretaria da Fazenda do Maranhão, e o *Programa de Desenvolvimento Gerencial para o Setor Público (DGSP)*, oferecido em 1990, em convênio com a Seplan MG. Ministrado por dirigentes públicos da hierarquia intermediária de diversos órgãos e entidades de fomento, o último curso tinha por objetivo:

desenvolver a percepção crítica do ambiente e dos fatores condicionantes da ação pública governamental; desenvolver habilidades gerenciais básicas aplicáveis na gestão de atividades típicas do setor público; capacitar para o emprego no planejamento como estratégia de gestão de políticas públicas. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1991a, p. 20).

Deve ser destacado que o leque de cursos destinados ao setor público era bastante amplo, o que consolidou a ação da própria Gerência Geral de cursos do CDA.

Outro fato relevante que marca o CDA e a administração pública em Minas Gerais é a criação do *Curso Superior de Administração Pública (Csap)*. Autorizado a funcionar em 1986, pelo Decreto Federal nº 92.745, de 4 de junho, que, em seu art. 1º, explicitava que seria ministrado pelo CDA (BRASIL, 1986). O curso, então com duração de cinco anos, oferecido pela primeira vez em 1987, apresentava características curriculares inovadoras, e, por determinação da Lei Estadual nº 9.360, de 9 de dezembro do mesmo ano (MINAS GERAIS, 1986), seu vestibular passou a ter força de concurso público para ingresso na carreira de administrador público. Com divulgação ampla, tanto por parte da FJP, quanto do órgão de comunicação oficial do Estado (Jornal Minas Gerais) e da imprensa mineira, com todo o aparato institucional formatado, o curso foi colocado à disposição dos candidatos, que somaram 86 por vaga, para uma turma de quarenta alunos. Conforme proposto pelo governo do estado que o criara, objetivava-se formar administradores bem preparados, qualificados para atuar

de forma eficiente na administração pública do Poder Executivo do estado de Minas Gerais, tendo em vista aperfeiçoar e modernizar a estrutura administrativa para prover mais qualidade às ações do governo.

Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, o quadro de professores se compunha de profissionais da FJP mais os professores convidados de instituições universitárias de Belo Horizonte.

É importante mencionar que, no período 1988-1989, num contexto de baixa remuneração e greves que repercutiram na imprensa mineira e nacional, verificou-se crise institucional na FJP, com grandes reflexos no CDA. Verifica-se a evasão de quadros técnicos que deixaram a instituição em busca de remuneração e condições de trabalho melhores. Houve também demissões em um cenário de greves que ocorreram no período, com conseqüente comprometimento na execução de projetos em carteira. Isso exigiu um maior esforço no sentido da sua concretização, na própria captação e execução de novos trabalhos e na manutenção das atividades de coordenação e de docência.

Nessa conjuntura, a primeira turma do curso permaneceu durante um ano na FJP quando, em março de 1988, em situação adversa àquela em que fora criado, o curso foi transferido para outra instituição de ensino superior, a União de Negócios em Administração (UNA). Vale registrar a forte resistência dos seus alunos, dos seus professores e dos servidores da FJP para garantir a continuidade da formação desses futuros profissionais pela FJP. A retomada do projeto do curso ocorreu somente em 1993. Nesse mesmo ano há a entrada da segunda turma, com alterações na grade curricular, redução de carga horária e, conseqüentemente, do tempo para conclusão.

Ressalta-se que a recuperação da FJP e, nesse contexto, do CDA, ocorre a partir de 1991, com recomposição salarial a partir da aprovação e implantação de um novo plano de carreiras. Também contribuíram a readmissão de quadros demitidos durante as greves, por determinação judicial ou

por decisão administrativa, e a realização do primeiro concurso público destinado à FJP¹⁴³, com a incorporação de novos servidores aos seus quadros.

Posteriormente à criação do Csap, foi instituída, em 1992, a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho¹⁴⁴, integrada à estrutura organizacional da FJP, criada e implantada visando a atuar como instrumento estratégico para modernização do serviço público no governo do estado de Minas Gerais. Essa escola assumiu o Csap, os cursos de especialização em nível de pós-graduação e a execução dos demais programas de capacitação, até então desenvolvidos pelo CDA, ocasionando transferência para seus quadros de pessoal técnico e administrativo desse centro, com consequente esvaziamento das suas ações. O centro passa a se restringir, então, às atividades de consultoria organizacional e pesquisas no campo da administração.

É necessário registrar, também, a participação do CDA em relevantes projetos intersetoriais de consultoria e análise institucional na FJP. Podem ser citados: (a) a institucionalização da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), a partir da unificação por extinção das fundações estaduais de saúde¹⁴⁵, cujo projeto de fusão e de criação da nova Fundação foi elaborado pela FJP, sob a coordenação da Diretoria de Programas Públicos (DPP)¹⁴⁶ e do *Programa de Modernização Administrativa (Promor)*, então sob responsabilidade dessa diretoria, concluído em 1978 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978b); (b) análise institucional para o *Programa de Gestão das Prefeituras Municipais Integrantes do Projeto Cidades de Porte Médio de Minas Gerais*, na década de 1980; e (c) os *Estudos Básicos para Institucionalização da Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg): Diagnóstico de Potencialidades*, que nortearam sua institucionalização,

143 O Edital nº 1, de 1994, abriu concurso público para provimento de cargos das classes de pesquisador pleno, pesquisador assistente de ciência e tecnologia e técnico de atividades de pesquisa da Fundação João Pinheiro. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1994).

144 A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho foi criada em 14 de dezembro de 1992 pela Lei estadual nº 10.961.

145 Foram extintas as seguintes fundações: Fundação Educacional de Assistência Psiquiátrica (Feap); Fundação Estadual de Assistência Leprocomial (Feal); e Fundação Estadual de Assistência Médica de Urgência (Feamur).

146 A Diretoria de Programas Públicos (DPP), da Fundação João Pinheiro, criada em 1975, tinha a seu cargo “a realização de estudos e pesquisas voltadas para as áreas de trabalho e emprego, desenvolvimento regional, desenvolvimento social e modernização administrativa” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979a, p. 29).

coordenados pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais (Ceps)¹⁴⁷, concluído em junho de 1991 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1991b).

No período 1995-1998, verifica-se esforço do CDA para resgatar suas experiências e competências, agregando-lhes valor em matéria de gestão pública.

É relevante considerar e destacar, ainda no contexto da trajetória do CDA, a relação institucional estabelecida entre a FJP e a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), em razão da sua importância para essas instituições e para Minas Gerais.

2 Relação institucional com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG)

Com a reforma do sistema policial, ocorrida a partir da edição do Decreto nº 317, de 13 de março de 1967, e do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969¹⁴⁸, que finda a fase da polícia como exército estadual, reorientando a atuação policial para uma polícia ostensiva voltada para a preservação da ordem pública, a PMMG vê-se premiada pela necessidade de se adaptar a uma nova realidade que lhe é dada. Trata-se da adequação de sua estrutura, de seu comportamento e de sua cultura, trazendo a necessidade de obtenção de equilíbrio entre a habilitação técnico-policial e a político-administrativa dos seus oficiais. Configura, também nesse contexto, a necessidade de planejamento como instrumento de gestão para a realização dessa adequação e de uma boa administração. Tornou-se necessário suporte técnico para a realização de requeridas mudanças qualitativas na instituição policial. Esse suporte é buscado pela PMMG na FJP, referência nacional e entidade pertencente à estrutura do estado de Minas Gerais, por meio do CDA (SILVA, 2009).

147 O Centro de Estudos Políticos e Sociais (Ceps), da FJP, tinha como “objetivos básicos a elaboração de políticas públicas na área social e a realização de pesquisas avaliativas, visando caracterizar o impacto da ação governamental no ambiente social e realizar o planejamento das políticas, planos, programas e projetos de interesse social” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1991a, p.3)

148 Esses decretos reorganizam as Polícias e Corpos de Bombeiros Militares dos estados, dos territórios e do Distrito Federal.

A partir de convênio de cooperação técnica firmado no início da década de 1970, com o objetivo de promover a participação de oficiais da PMMG nos cursos promovidos pelo centro, os oficiais superiores da corporação participaram do programa mantido pela FJP, sob responsabilidade do CDA e orientação da *Columbia University*, como parte do programa de reforma administrativa da corporação. Estreita-se e consolida-se essa relação com a realização do *Curso de Planejamento Estratégico para a PMMG* no período de 1979 a 1983, com grande influência no comportamento administrativo da alta administração da PMMG (SILVA, 2009).

Em estágio mais amadurecido de convivência, a partir de 1985, é iniciado um trabalho conjunto entre PMMG, por meio da sua Academia de Polícia Militar de Minas Gerais (APM MG), e a FJP, por intermédio do CDA. A partir dessa aproximação, foi elaborada uma proposta de trabalho conjunto para promover o aperfeiçoamento profissional de oficiais de nível intermediário e superior, num contexto de abertura a novas visões e perspectivas. Resulta dessa aproximação um convênio de cooperação técnica, firmado em 17 de julho do mesmo ano, para regular a participação da FJP em programas de formação ou especialização de recursos humanos desenvolvidos pela PMMG, o que é realizado por meio do CDA.

Nesse contexto, o centro participou de forma efetiva de dois relevantes programas de formação e especialização de recursos humanos da PMMG: (1º) *Curso Superior de Polícia (CSP)*, criado em 1969 e tornado, posteriormente, *Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (Cegesp)*, destinado a oficiais superiores (majores e tenentes coronéis). Tinha por objetivo o “desenvolvimento de habilidades nos oficiais alunos para o desempenho de funções gerenciais de nível estratégico na organização” (SILVA, 2009, p. 116). (2º) O *Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO)*, criado em 1936, que se tornou, posteriormente, o *Curso de Especialização em Segurança Pública (Cesp)*, destinado a oficiais intermediários (capitães). Esse objetiva “fornecer conhecimento sobre processos organizacionais e favorecer o desenvolvimento de habilidades no oficial intermediário no sentido de capacitá-lo a funções de assessoria na organização” (SILVA, 2009, p. 117).

Essa cooperação técnica importante e profícua, vigente por mais de três décadas, já sob a responsabilidade da Escola de Governo da FJP, tem seu término em 2018.

Em 2007, após seus 35 anos de existência, o CDA, mais longo centro técnico da FJP, no contexto de uma reforma do Estado, é extinto, e suas atividades-fim incorporadas ao recém-criado Centro de Estudos de Políticas Públicas Paulo Camilo de Oliveira Penna (CEPP)¹⁴⁹. Esse novo centro incorpora em sua denominação a homenagem prestada a Paulo Camilo de Oliveira Penna.

3 Considerações finais

Criado em 1972, o Centro de Desenvolvimento em Administração Paulo Camilo de Oliveira Penna, da FJP, encerra sua trajetória em 2007, no contexto de uma reforma administrativa. Nos seus 35 anos de existência, como centro de excelência, por meio da realização dos seus programas e de suas atividades, primou por cumprir a destinação que lhe foi confiada, contribuindo, de forma efetiva e eficaz, para a modernização e o aperfeiçoamento de organizações públicas e privadas e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico-social regional e nacional.

Pela escassez de recursos humanos qualificados e inadequação do equipamento educacional, dedica-se, no primeiro momento, à formação de quadros gerenciais em âmbito regional, essenciais ao processo de desenvolvimento industrial do estado. Torna-se referência como instituição de desenvolvimento em administração pela excelência em seu escopo de atuação, em âmbito regional e nacional, com atuação alcançando, inclusive, o mercado internacional, outorgando prestígio à FJP.

Em fase posterior, até a absorção de suas atividades pelo CEPP, atendeu de forma mais contundente às necessidades do setor público em Minas Gerais quanto à capacitação de servidores

¹⁴⁹ O Centro de Estudos de Políticas Públicas Paulo Camilo de Oliveira Penna (CEPP) incorpora, além do Centro de Desenvolvimento em Administração Paulo Camilo de Oliveira Penna, também o Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (Cemme) e o Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc) e, conseqüentemente, as atividades até então por eles realizadas.

públicos. Isso, por meio de programas de pós-graduação *lato sensu* profissionalizantes, treinamentos abertos e fechados, seminários, promoção de palestras e outros fóruns, além de diagnósticos organizacionais, pesquisas, consultoria organizacional e participação em institucionalização de entidades estatais, mantendo-se ainda aberto ao setor privado. Foi ainda o responsável pelo *Curso Superior de Administração Pública (Csap)* contribuindo na formação de quadros técnicos e gerenciais para o estado de Minas Gerais, até a criação da Escola de Governo, que absorveu essa atividade. Da mesma forma que anteriormente, esse centro, precursor da Escola de Governo, pela qualidade e inovação da atuação e pelo efeito multiplicador dos seus programas, com atuação singular, contribuiu efetivamente para o desenvolvimento em administração no estado de Minas Gerais e para o amplo reconhecimento da FJP como instituição pública de ponta dedicada à sociedade mineira.

As atividades desse centro voltadas à formação e qualificação de pessoal têm continuidade com o mesmo empenho, diferencial didático-pedagógico e mesma inovação, agora na Escola de Governo, focada, no entanto, no setor público especificamente.

Referências

BRASIL. **Decreto Federal nº 92.745, de 4 de junho de 1986.** Autoriza o funcionamento do Curso de Administração da Fundação João Pinheiro. Brasília, DF: Senado Federal, 1986. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/515385/publicacao/15727144>. Acesso em: 14 mar. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atividades e trabalhos realizados em 1976.** Belo Horizonte, [1977?]. 170 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CDA: qualificação de pessoal. **Revista da Fundação JP**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 85, jan./mar. 1973.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento em Administração. **Projeto do Centro de Desenvolvimento em Administração**. Belo Horizonte, 1972a. 81 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Projetos de Desenvolvimento. **Relatório de atividades do Centro de Projetos de Desenvolvimento no exercício de 1972**. Belo Horizonte, 1972b.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Conselho Curador da Fundação João Pinheiro. **Ata da Sessão do Conselho Curador da Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte, 21 dez. 1976. 39 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Edital nº 1/94: concursos públicos para provimento de cargos das classes de Pesquisador Pleno, Pesquisador Assistente de Ciência e Tecnologia e técnicos de Atividade de Pesquisa da Fundação João Pinheiro – FJP. **Diário Oficial de Minas Gerais**: Parte I: Poder Executivo, Belo Horizonte, 1994, p.11-12, 2 fev. 1994.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estudos básicos para implantação da Universidade Estadual de Minas Gerais**: diagnóstico e potencialidades. Belo Horizonte: 1991b. 248 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fhemig**: Fundação Hospitalar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1978b. (Plano de gestão executiva relativa ao processo de extinção das fundações estaduais de saúde: manual de sucessão, 2). 163 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Manual do I Peap**. Belo Horizonte, 1984.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Notícia histórica, áreas de atuação, trabalhos realizados**. Belo Horizonte, 1979a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. O que é a Fundação João Pinheiro (documentos básicos). **Revista FJP**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 72-78, jan./mar. 1971a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ofício** enviado pelo presidente da Fundação João Pinheiro ao Conselho Curador, submetendo-lhe o orçamento da Fundação João Pinheiro relativo ao exercício de 1972. Belo Horizonte: dezembro de 1971b.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Portaria nº 23, de 8 de agosto de 1977**. Cria a Coordenadoria de Modernização Administrativa (PROMOR). Belo Horizonte, 1977.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Programa de Treinamento em Administração Municipal. Programa de Treinamento em Gestão Empresarial**. Belo Horizonte, [1982a]. Folder de divulgação.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Projeto de treinamento em gestão empresarial.** Belo Horizonte, [1982b]. Folder de divulgação.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades 1978.** Belo Horizonte, 1978a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de Atividades 1979.** Belo Horizonte, 1979b.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades 1980.** Belo Horizonte, 1980b.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades da Fundação João Pinheiro no período de 1971 a 1974.** Belo Horizonte, 1974. Não paginado.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades de 1972.** Belo Horizonte, 1972c.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades:** abril de 1990 a março de 1991. Belo Horizonte, 1991a, 46 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades:** primeiro semestre de 1980. Belo Horizonte, 1980a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades:** setembro de 1970 a setembro de 1971. Belo Horizonte, 1971b.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Teleducação, técnica avançada do CDA...** Belo Horizonte, [198-?]. Folder de divulgação.

MINAS GERAIS. **Lei nº 5.399, de 12 de dezembro de 1969** (Texto original). Autoriza instituição de Fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social. Belo Horizonte: ALMG, 1969. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5399&comp=&ano=1969> . Acesso em: 10 jun. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei nº 9360, de 9 de dezembro de 1986.** Dispõe sobre a criação da carreira de Administrador Público no Poder Executivo e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 1986. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=9360&comp=&ano=1986> . Acesso em: 07 mar. 2019.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS. **Um legado para as micro e pequenas empresa mineiras**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://sebraemgcomvce.com.br/em-40-anos-um-legado-para-as-micro-e-pequenas-empresas-mineiras/>. Acesso em: 28 abr. 2019.

SILVA. Sérgio Luiz da. **A parceria entre a Polícia Militar de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro**: uma busca de legitimidade em ambientes altamente institucionalizados? Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009.

A ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO: UM OLHAR INTERESSADO

Francisco Gaetani¹⁵⁰

Introdução

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (EG) é uma instituição única no Brasil. Seu arranjo institucional – incubada na Fundação João Pinheiro (FJP) – e a ambição de sua proposta transformaram-na numa experiência sem paralelo nos outros estados da Federação. Mesmo no diálogo com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), a EG destaca-se pelos fundamentos necessários para que uma instituição dessa natureza sobreviva a sucessivos governos com relativo sucesso.

Este texto procura contar a história da EG a partir de um olhar enviesado – o autor foi diretor da EG entre 1993 e 1997, no contexto de retomada do projeto esboçado em 1985. Não se trata de uma análise acadêmica do modelo de escolas de governo como parte da política de gestão pública

¹⁵⁰ Francisco Gaetani é doutor em *Political Science, Government Department - London School of Economics*, foi diretor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro 1993 – 1997.

de recursos humanos. Hoje as escolas de governo se multiplicam, substituindo a onda anterior – universidades corporativas – que, por sua vez, representou uma renovação das antigas abordagens de desenvolvimento de recursos humanos nas organizações governamentais. Assim, boa parte dos juízos emitidos é influenciada tanto pelas vivências do autor, quanto pelos relacionamentos com diversos protagonistas desses 27 anos de trajetória.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho é hoje uma referência na área, que dialoga com o mundo por meio de seus docentes, alunos e egressos. Ela sofre, porém, das restrições decorrentes das dificuldades dos avanços nos processos de modernização de Minas Gerais, como é inevitável acontecer.

O texto a seguir é um depoimento temperado pela distância, prejudicado pela proximidade.

1 O ensaio de origem

Minas Gerais era um dos vértices do processo de redemocratização nos anos de 1980. Derrotada a campanha pelas diretas em 1984, a oposição se alinhou ao redor do governador Tancredo de Almeida Neves (Tancredo Neves) para disputar a Presidência da República em eleição indireta pelo Congresso Nacional. Notadamente, Tancredo Neves era um político cuja biografia e *modus operandi* eram palatáveis para o regime militar.

Ao redor de Tancredo Neves, um grupo de políticos e uma elite jurídica de administrativistas discutia como democratizar um Estado governado pelos militares por duas décadas (1960-1970). Um dos pilares desse projeto era uma burocracia profissional e republicana. Era preciso passar o Estado a limpo e promover seu renascimento em novas bases, como haviam feito os franceses em 1946, obcecados por virar a página do governo de Vichy¹⁵¹. Na França, em 1945, a *École Nationale*

¹⁵¹ Instaurado na França durante a Segunda Guerra Mundial e em vigor até agosto de 1944, o governo de Vichy foi liderado pelo marechal Philippe Pétain.

d'Administration (ENA) nasce de um projeto apoiado por comunistas e nacionalistas, unidos momentaneamente em um doloroso pós-guerra. Ela é criada com o objetivo de democratizar o acesso à alta função pública do Estado.

No Estado brasileiro, a Nova República foi fruto de uma transição muito mais suave e sem ruptura. As reformas de 1937 foram fortemente inspiradas no modelo americano e em 1938 é criado o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Também inspirada nos Estados Unidos, a reforma de 1967, detalhada no Decreto-Lei nº 199 e no nº 200 (BRASIL, 1967a, 1967b), buscava a criação de uma administração mais ágil e contemporânea. No entanto, foi para a França que nossos dirigentes voltaram seus olhares para pensar e planejar a reconstrução do Estado de Direito.

O projeto da escola de governo no plano nacional – a criação da Escola Nacional de Administração Pública, que só ocorreria em 1988 – teve um ensaio mineiro alguns anos antes. A morte de Tancredo Neves não impediu o desenvolvimento de uma visão de *grandeur*, que unia homens como Hindemburgo Pereira Diniz¹⁵², um empreendedor carismático e visionário, Vicente de Paula Mendes¹⁵³, um respeitado administrativista professor universitário, e Paulo Neves de Carvalho¹⁵⁴, um dos maiores homens públicos de uma geração de advogados cuja vida era dedicada à administração pública, em especial a municipal – e que tinha participado da jornada da implementação do Decreto-Lei nº 200 (BRASIL, 1967a) ainda no final dos anos 1960.

O projeto tinha uma concepção original, sem paralelo na experiência internacional. Previa a criação de um curso de graduação em administração pública, cujos egressos já sairiam empregados em uma carreira de Estado. Assim sendo, a formulação combinava a visão estadunidense – com suas centenas de cursos de graduação em Administração Pública, Políticas Públicas e Gestão Pública, com

152 Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, advogado, foi o primeiro presidente da FJP (setembro de 1970 a março de 1971). Também foi presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) entre 1967 e 1970 e ocupou diversos cargos administrativos em outras instituições. Entre 1985 e 1987, voltou a presidir a FJP.

153 Vicente de Paula Mendes, advogado, professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi diretor do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) na FJP – 1986.

154 Paulo Neves de Carvalho, que dá nome à Escola de Governo/FJP em 2004, mestre e doutor em Ciência da Administração Pública.

o ideário republicano francês – que se estruturou em torno de um sistema de carreiras que tinha no egresso da ENA seu grupo de elite. Em 1986, o então presidente José Sarney autoriza a criação do Curso Superior de Administração Pública, o Csap¹⁵⁵, na FJP – uma instituição de elite da administração pública estadual.

A iniciativa viria a ser conduzida por um jovem promissor advogado, Antonio Augusto Junho Anastasia¹⁵⁶, sob supervisão de Paulo Neves de Carvalho e tendo na diretoria do CDA Vicente de Paula Mendes. O CDA – que abrigava cursos de pós-graduação em administração – foi a unidade responsável pela formação de gerações das elites pública e empresarial de Minas Gerais e por ministrar o Csap em seus primeiros anos.

O primeiro vestibular para o Csap foi um concurso com a proporção de quarenta candidatos por vaga e as expectativas em torno do projeto eram enormes. O Ministro Extraordinário da Administração Aluizio Alves empenhava-se, no plano federal, na criação de projeto similar – embora recrutando profissionais formados. Vicente de Paula Mendes era seu consultor e Nilson Holanda, um tecnocrata federal reputado egresso da *Harvard Kennedy School of Government*, fora convidado para auxiliar na condução da escola de governo no âmbito federal.

O resultado das eleições estaduais mineiras em 1986 mudaria o curso desses sonhos. A posse de Newton Cardoso, em março de 1987, marcaria o início da debacle do projeto que mobilizara tantas expectativas nas Minas Gerais e que caminhava entrelaçado com a iniciativa federal. Em poucos meses, a FJP foi desmantelada e seus melhores quadros buscaram outras colocações – especialmente na UFMG, em que muitos lecionavam anteriormente, em tempo parcial.

Numa conjuntura inflacionária, em meses se desestruturava uma instituição. O Governo estadual não abraçou as propostas modernizadoras da administração pública e enfrentava

155 Curso Superior de Administração Pública (Csap) – Autorizado a funcionar em 1986 pelo Decreto Federal nº 92.745, de 4 de junho, que, em seu art. 1º, explicitava que seria ministrado pelo CDA.

156 Antonio Augusto Junho Anastasia, político mineiro, trabalhou na FJP e foi o 15º presidente da instituição (5 de junho de 1991 a 26 de outubro de 1991).

escândalos de corrupção continuamente. Em meio ao caos que se instaurou na FJP, o Csap tornara-se um problema e os alunos foram abandonando o curso. O triste desfecho foi a transferência dos remanescentes para uma instituição de ensino superior privada. Embora retornem à FJP, um pequeno grupo terminou se graduando em circunstâncias melancólicas, frente às expectativas por ocasião de seu ingresso.

Curiosamente, a Enap teve desfecho semelhante no plano federal. Abortaram o projeto elitista frente ao agravamento da crise econômica. Também a queda de Aluizio Alves no *day after* da Assembleia Nacional Constituinte e a desconfiança da “tecnoburocracia” brasileira em relação àquele projeto de criação de um novo serviço público que começava por uma carreira de elite. A presidência da Enap ocupada por Antônio Octavio Cintra¹⁵⁷, que na década anterior fora presidente da FJP, assegurou que a iniciativa de um longo processo de formação fosse concluída, ao mesmo tempo em que promoveu concursos para as carreiras da área orçamentária, financeira e de controle.

A eleição de Fernando Affonso Collor de Mello, no final de 1989, e sua posse em março de 1990 encerrariam o ensaio original da Enap. Dos 120 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), aprovados no primeiro grande concurso pós-redemocratização, pouco mais da metade assumiu sua posição na administração pública federal.

2 Retomada

Em 1991, teve início a gestão do governador Hélio de Carvalho Garcia (Hélio Garcia), que sucedeu ao governador Newton Cardoso. Luís Aureliano Gama de Andrade¹⁵⁸ foi nomeado presidente da FJP. Cientista político, de renome nacional, o presidente Luiz Aureliano Gama de Andrade (Luiz

157 Antônio Octávio Cintra foi o sétimo presidente da FJP (27 de janeiro de 1977 a 4 de março de 1980). Ocupou o cargo no décimo aniversário da instituição.

158 Luiz Aureliano Gama de Andrade, 16º presidente da FJP (26 de outubro de 1991 a 6 de janeiro de 1995).

Aureliano Andrade) era professor na UFMG. Nesse momento, o aparato institucional do Governo estadual de Minas Gerais, talvez o mais sofisticado do país, tinha sido desestruturado, a FJP não era exceção. Seus melhores quadros tinham migrado para outras instituições.

O novo governo trazia alguns pontos importantes. O primeiro era o fato de Luiz Aureliano Andrade ter lecionado na Enap no final de 1989 e conhecido a proposta dos EPPGG. O segundo era o de que Antonio Augusto Junho Anastasia era o secretário-adjunto de planejamento, secretaria à qual a FJP era vinculada. E, finalmente, um ex-funcionário da FJP e egresso da primeira turma dos gestores – Francisco Gaetani – encontrava-se em Belo Horizonte, trabalhando na área de planejamento acadêmico da UFMG.

Luiz Aureliano Andrade e Antonio Anastasia decidem retomar o projeto de 1985/1986 e convidam Francisco Gaetani para recriar a EG no formato de uma nova diretoria da FJP. A EG nasce do Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), a área da FJP responsável pelos cursos de especialização. Um de seus quadros históricos – Luciano Amorim Borges¹⁵⁹ – torna-se o diretor adjunto da nova área, o que permitiu a internalização na EG do aprendizado acumulado no CDA desde o início dos anos 1970.

Um novo programa foi criado com o apoio de cientistas políticos da UFMG, em especial, Sérgio Azevedo¹⁶⁰. Em janeiro de 1994, foi organizado um novo vestibular e o projeto foi retomado mais ou menos nos termos de sua concepção original. Os alunos aprovados passariam a ter uma bolsa integral para se dedicarem totalmente ao curso e, posteriormente, ingressarem numa carreira de Estado da administração pública mineira. Ao mesmo tempo, foram reincorporados à carreira os residuais remanescentes do projeto original, embora já tivessem outros cargos.

159 Luciano Amorim Borges - professor e pesquisador aposentado da Fundação João Pinheiro - com formação diversa no campo das áreas econômicas teve grande atuação no CDA e Escola de Governo. Também tem papel importante para a Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro (AEFJP).

160 Sérgio de Azevedo - graduado pela Escola Brasileira de Administração Pública (1970), professor titular da UFMG.

A EG foi estruturada com base em três superintendências: Ensino e Graduação, Pesquisa, Pós-graduação e Extensão. O apoio de professores egressos da UFMG – aposentados e na ativa – foi decisivo para a EG se estabelecer e conquistar credibilidade no primeiro momento. Docentes como Maria Eugênia Dias de Oliveira, Cecília Puntel, Sheila Baggio e José Teixeira Dias assumiram posições estratégicas na EG e foram fundamentais para sua consolidação.

3 De projeto de governo a projeto de Estado

Em 1995, o novo Governo estadual contava com nomes como Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, Secretário de Estado de Fazenda, e João Heraldo Lima, Secretário de Estado de Planejamento, além de assessores como Paulo Roberto Haddad e João Pedro Gustin no Gabinete do Governador. Havia uma percepção difusa de que o projeto da EG era consistente com o ideário do novo governo. O novo presidente da FJP, Roberto Borges Martins¹⁶¹, reconheceu as potencialidades do projeto e assegurou à EG todas as condições de funcionamento e optou por manter Francisco Gaetani na diretoria.

A vinda de Olavo Brasil¹⁶² para a diretoria-adjunta e de Laura da Veiga¹⁶³ para a coordenação do mestrado mudou o patamar de atuação da EG. Criaram-se as condições para que se levasse adiante um programa de pós-graduação *stricto sensu*, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Isso abriria uma linha de financiamento destinada a apoiar iniciativas relacionadas com propostas de apoio à reforma do Estado.

Nesse período (1995 a 1998), a EG se institucionaliza. Os vestibulares foram retomados em bases anuais – embora em 1994 tivessem sido realizadas duas seleções com o intuito de impulsionar

161 Roberto Borges Martins, 17º presidente da FJP (6 de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1999).

162 Olavo Brasil, cientista social, foi professor na UFMG.

163 Laura da Veiga, cientista social, foi gestora em ensino e pesquisa na FJP, exerceu os cargos de diretora e diretora adjunta da Escola de Governo da FJP.

o projeto. Duas medidas foram decisivas para essa consolidação. A primeira foi a criação do programa de Mestrado em Administração Pública, em 1995, com ênfase em Tecnologia da Informação. A segunda foi a criação de cargos de docentes na EG, de modo a mitigar a dependência da utilização de pesquisadores da FJP e professores da UFMG como principal força de trabalho docente.

A primeira turma que ingressa na FJP em março de 1987, conclui o curso em 1992. Tem a peculiaridade de ser a única turma nomeada antes da colação de grau. A nomeação aconteceu em 8 de agosto de 1992; a colação só ocorreria em 9 de setembro de 1994, depois do reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Em dezembro de 1997, a segunda turma¹⁶⁴ se gradua e ingressa na administração pública estadual. Nesse período Beatriz Gonçalves¹⁶⁵ assume a direção da EG/FJP, no lugar de Francisco Gaetani, e Laura da Veiga substitui Olavo Brasil, como diretora adjunta. Ao final de 1998, a EG contava com quase duzentos alunos e se preparava para sua segunda transição.

Em 2003, Itamar Augusto Cautiero Franco toma posse como governador de Minas Gerais. O novo governo assumia em aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT), e uma das críticas mais consistentes ao projeto da EG era seu caráter elitista. Era um novo dilema para os novos gestores. O fato de dois quadros da FJP – João Batista Rezende¹⁶⁶ e Ricardo Carneiro¹⁶⁷ – terem sido nomeados para a presidência da instituição e direção da EG, respectivamente, contribuiu decisivamente para a preservação do projeto. Apesar da tumultuada atmosfera política do período, a EG seguiu adiante. Mais tarde, Ricardo Carneiro assumiu a presidência da FJP e Laura da Veiga, a direção da EG. Juntos,

164 Com entrada em 1994 e conclusão em dezembro de 1997, a segunda turma do Csap tem sua formação integral na Escola de Governo/FJP. Em 20 de setembro de 2004, a Escola de Governo/FJP passa a chamar-se Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (Lei Estadual nº 15.352, de 20 de setembro de 2004). Em 2019, deu entrada na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho a 41ª turma do Csap, com 33 turmas nomeadas. A última nomeação aconteceu em 4 de junho de 2019.

165 Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves, graduada em Serviço Social, foi diretora da Escola de Governo/FJP (setembro/1997 – dezembro/1999).

166 João Batista Rezende, economista, 19º presidente da FJP (24 de março de 1999 a 17 de janeiro de 2001).

167 Ricardo Carneiro, matemático, 21º presidente da FJP (15 de março de 2002 a 31 de dezembro de 2002).

conduziram a EG à transição de 2002 e 2003. A EG sobreviveu à primeira alternância relevante de poder desde sua criação.

4 **Consolidação**

A eleição de Aécio Neves da Cunha trouxe para o cargo de secretário de Estado de Planejamento e Gestão Antonio Junho Augusto Anastasia, o primeiro coordenador técnico do Csap, em 1989. Anastasia tinha ocupado importantes cargos na administração pública federal e colaborado para o esforço de reforma do Estado liderado pelo ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira¹⁶⁸. Assim, como secretário, fez de Minas Gerais o primeiro Governo estadual a criar uma Secretaria de Planejamento e Gestão, seguindo o modelo do Governo federal que, em 1998, decidiu fundir o Ministério da Administração e Reforma do Estado com o do Planejamento, dando origem ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Nesse período, a Presidência da Fundação João Pinheiro era ocupada por Amilcar Vianna Martins Filho¹⁶⁹, historiador respeitado e intelectual reconhecido no país, que convidou para a direção da EG um economista da UFMG, Afonso Henriques Borges Ferreira¹⁷⁰, que tinha passado por uma experiência bem-sucedida de modernização do mestrado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar).

Os avanços na época foram dignos de nota, começando pela duplicação do número de vagas do curso de graduação. O governo não poderia dar sinalização melhor da importância atribuída ao curso e a seus egressos. Apesar do salário ser ainda baixo, o governo sinalizava claramente que

168 Luiz Carlos Bresser Pereira foi ministro da Administração e Reforma do Estado no período de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998, no governo do presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

169 Amilcar Vianna Martins Filho, historiador, 22º presidente da FJP (6 de fevereiro de 2003 a 1º de novembro de 2007).

170 Afonso Henriques Borges Ferreira, economista, foi diretor da Escola de Governo (2004 – 2008) e o 24º presidente da FJP (2 de dezembro de 2008 a 1º de janeiro de 2011).

valorizava a iniciativa ao mesmo tempo em que começou a aproveitar egressos da EG em quadros de direção do Estado.

Na EG propriamente dita, ocorreu uma renovação e expansão importante do corpo docente, com valorização de professores doutores capazes de impulsionar a produção científica. O currículo do mestrado foi revisado, e foram extintas as áreas de concentração, o que deu mais foco e robustez ao programa. Essas iniciativas propiciaram o aumento da produção científica dos profissionais que atuavam na EG. Esse reposicionamento estratégico permitiu a recuperação da nota do mestrado, que corria o risco de descredenciamento pela Capes, agência do Ministério da Educação que supervisiona os mestrados e doutorados no país. Nesse momento, foi instituída também uma ferramenta de avaliação de desempenho acadêmico dos docentes¹⁷¹, iniciativa relevante para qualificar a EG em busca de mecanismos de aperfeiçoamento contínuo. Do mesmo modo, instaurou-se um programa vigoroso de capacitação em administração pública, voltado para a oferta de cursos de curta duração para servidores públicos, atendendo, em especial, a uma demanda da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag MG). A EG também passou a ter uma sede na região central de Belo Horizonte – o *campus* Brasil, localizado na Avenida Brasil – e, com isso, desenvolver um programa de extensão orientado para a capacitação em maior número.

5 Estabilização

No período de 2011 a 2014, tendo Antonio Augusto Junho Anastasia como governador de Minas Gerais, assume a presidência da FJP Marilena Chaves¹⁷² – uma executiva experiente do Estado que já havia sido funcionária da instituição no passado. Toma posse como diretora da EG a professora Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto¹⁷³, que reforça o vínculo com o mundo do direito. Na

171 Avaliação de desempenho docente – Resolução conjunta: Seplag/FJP nº 6.713/2008.

172 Marilena Chaves, economista, 25ª presidente da FJP – primeira mulher a assumir a presidência da instituição (12 de janeiro de 2011 a 17 de janeiro de 2015).

173 Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto, advogada - ocupou o cargo de diretora geral da EG/FJP no período de 16 de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.

coordenação do Csap estava Maria Isabel Araújo Rodrigues¹⁷⁴, egressa do Csap, que, desde julho de 2007, vinha ocupando esse cargo, permanecendo até junho de 2018, quando assumiu a direção geral da EG. Foi a primeira vez que um egresso assumiu tanto a coordenação do curso quanto a diretoria geral da EG.

Nesse período, egressos da EG, familiarizados com a retórica gerencial, ocuparam cargos mais altos na administração pública estadual, seja na Seplag, seja no Escritório de Prioridades Estratégicas do Governo de Minas Gerais. Esses órgãos representavam o projeto de modernização do Estado, de acordo com a proposta de gestão do então governador Antonio Anastasia. Os egressos da EG ocupavam não apenas cargos altos na administração pública estadual, mas também posições de média gerência em grande parte das secretarias estaduais.

A evasão da carreira para outras áreas da administração pública – federal, estadual e outros poderes – e para o setor privado foi caracterizando-se como argumento sólido que embasou as negociações salariais dos profissionais da área – a essa altura já rebatizada como a carreira homônima federal: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). Uma diferenciação importante, no entanto, foi que enquanto os quadros federais concentraram-se nas funções associadas aos processos de políticas públicas, na esfera estadual, a dominância foi gerencial, isto é, na dimensão mais técnica dos negócios de Estado.

Aumentos salariais foram sendo concedidos para os EPPGG, combinados com uma política inteligente de valorização das gratificações pagas a funções de confiança. Com isso, a evasão diminuiu consideravelmente. No entanto, as conquistas salariais dos EPPGG não foram extensivas ao funcionalismo em geral – ponto reiterado pelo movimento sindical do funcionalismo – e a ocupação de cargos-chave da administração por egressos da EG não contribuiu para a sua popularidade.

174 Graduada em Direito, e em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (1998), é também mestre em Administração Pública pela EG. Atualmente é diretora geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

6 Truncamento

A mudança do Governo federal, ocorrida em 2014 e 2015, produziu duas consequências para a EG. No plano federal, o PT ganhava a quarta eleição presidencial seguida. No plano estadual, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) perdeu uma de suas fortalezas históricas após ganhar três eleições seguidas. Em ambos os casos, a deterioração das finanças públicas foi decisiva.

Poder-se-ia argumentar que esses acontecimentos fazem parte do jogo democrático. Mas a conjuntura era de entropia com o agravamento da crise econômica. As estruturas do Estado tiveram seus tecidos institucionais esgarçados e, em muitos casos, rompidos.

Nesse meio tempo, a EG enfrentava outros problemas. Doze anos do mesmo grupo no governo acabaram por levar à percepção de que os quadros egressos da EG eram identificados com o projeto desse grupo político. A evidência não corroborava essa hipótese. O fato, entretanto, é que a EG era vista com desconfiança pelo novo Governo estadual que tinha dificuldades em lidar com um projeto de formação elitista e caro. Além disso, os salários pagos aos egressos despertavam críticas no funcionalismo que se ressentia do fato de não ter sua situação equacionada, enquanto aqueles jovens entravam no serviço público em um patamar inalcançável para a maioria dos demais.

Vários egressos da EG já ocupavam posições de direção no Governo estadual e alguns quadros da direção do Estado se manifestaram pela manutenção do projeto. Mas o agravamento da crise fiscal e o surgimento de uma interpretação de que o governo não poderia nomear novos concursados marcou uma inflexão na trajetória da EG. O novo governo manteve o projeto a despeito das dificuldades que surgiam. Ajustes foram feitos, o vestibular voltou a ser anual. As nomeações começaram a atrasar. Criou-se um limbo para os egressos que vivem uma situação de incerteza sobre o futuro.

Ao mesmo tempo, a própria FJP, dirigida por Roberto do Nascimento Rodrigues¹⁷⁵, um quadro do Cedeplar/UFMG, também se ressentia de uma penúria de recursos que abrangia as finanças públicas estaduais, já comprometidas desde o governo anterior. A EG passou a ser dirigida por egressos do curso, bons profissionais, enfrentando dificuldades inerentes ao contexto.

Essa situação se arrastou até as eleições de 2018 e na formatura do Csap XXXV, somaram-se três turmas aguardando nomeação, com a perigosa data de expiração da validade do concurso, que assegurava a efetivação dos alunos, se aproximando. Em janeiro de 2019, a turma do Csap XXXII foi nomeada e, em maio de 2019, a turma Csap XXXIII também teve a sua nomeação efetivada. As turmas XXXIV e XXXV ainda aguardam a tomada de posse para o cargo e em agosto de 2019, a turma XXXVI colará grau.

7 Balanço

A proposta da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho não possui paralelo nos demais governos estaduais, mesmo aqueles que também possuem carreiras de gestores e escolas de governo. Em nenhum outro estado, o grau de institucionalidade mineiro foi alcançado.

Isso não significa ser um modelo inflexível a críticas. Pelo menos cinco pontos críticos aparecem de forma recorrente quando se discute o futuro da EG: elitismo; custos; endógena; destino dos egressos e orientação metodológica.

O Csap é um programa de formação elitista. Considerando-se a tradição clientelista e patrimonialista da administração pública, tanto no estado quanto no país, é um risco perseguir um projeto orientado para a formação de altos quadros sem uma política mais ampla de modernização do serviço público e de gestão de carreiras. Expõe a iniciativa para além de sua capacidade de autogestão.

175 Roberto do Nascimento Rodrigues, economista – 26º presidente da FJP (17 de janeiro de 2015 a 1º de janeiro de 2019).

O Csap custa caro. A FJP abriga uma escola de governo pública que, além de não cobrar pelos custos do ensino de graduação, oferta uma bolsa de um salário mínimo para todos os alunos se dedicarem em tempo integral aos estudos. O retorno social desse investimento é discutível. Não é facilmente quantificável e, aparentemente, até o momento, não tem sido suficiente para desviar a trajetória do estado de Minas Gerais de uma realidade de estagnação econômica crônica.

Os egressos da EG que permaneceram na carreira ocupam hoje postos estratégicos na administração pública estadual. Mas é difícil qualificar ou quantificar seu impacto nesse espaço, isso ainda não foi pesquisado. Sabe-se que na Seplag os egressos encontraram acolhida maior e provavelmente fizeram mais diferença, mas sem uma análise mais sistemática das consequências de seu ingresso no Estado.

A concepção do Csap data de 1992. Desde então, ela sofreu modificações curriculares em vários momentos, mas segue com uma considerável fragilidade: os quadros docentes da EG são oriundos de áreas como Ciência Política, Sociologia, Direito e Economia. Quando se trata dos conteúdos de administração pública, os professores são formados na EG. Esse é um problema de todos os cursos de administração pública, mas hoje são dezenas, não três como no início dos anos 1990.

Há muito também para ser celebrado nestes 27 anos. Desde a redemocratização, a institucionalização de novas iniciativas tem sido um desafio constante. A instabilidade e a descontinuidade têm sido a norma. A celebração de 50 anos da FJP, quase o dobro da idade da EG, é motivo de muito orgulho para a administração estadual porque sinaliza a valorização de atividades de pesquisa, ensino, produção de dados e de conhecimento, hoje em crise no espaço público em geral.

Entre os aspectos positivos a serem ressaltados, merecem registros os resultados acadêmicos da EG, o povoamento profissionalizante da administração pública estadual, o impacto na capacidade gerencial do Estado, o desenvolvimento do mercado de Administração Pública e a *vertebración* que a EG proporcionou às várias áreas da FJP.

O motivo primeiro e mais óbvio para celebração da experiência do Csap é a avaliação do curso do ponto de vista dos *rankings* acadêmicos. Esse *triple A* anual é um indicador da maior relevância da qualidade do ensino no contexto de uma comparação nacional. O fato de os alunos serem estudantes em tempo integral, com bolsas de estudo, é uma explicação natural, mas que não tira os méritos do resultado.

O povoamento da administração pública estadual com profissionais preparados para atuar na função pública, recrutados por concurso público, foi outra importante contribuição do Csap. Parece óbvio, mas não é. Outros estados criaram carreiras de EPPGG como a de Minas Gerais – Mato Grosso (MT); São Paulo (SP); Rio de Janeiro (RJ); Sergipe (SE) etc. Mas os concursos foram poucos e espasmódicos. Em que pese a situação fiscal difícil do estado, Minas é das burocracias mais profissionalizadas da Federação.

O terceiro aspecto importante relativo aos egressos do Csap é o fato de que saíram da EG familiarizados com os desafios da reforma e modernização do Estado. Não surpreende que Minas Gerais tenha sido o estado que mais se sofisticou do ponto de vista gerencial. É fato que capacidades gerenciais não substituem nem a política, nem as políticas públicas. Do ponto de vista da administração pública, todavia, a qualidade dos egressos do Csap é reconhecida nacionalmente.

O desenvolvimento do mercado do ensino e da pesquisa na Administração Pública contou com a participação importante e consistente da FJP nas últimas décadas. Se, no início dos anos 1990, os únicos cursos de Administração Pública eram o da FJP e o da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Araraquara, além dos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) como área de concentração, hoje o chamado campo de públicas abrange quase duzentos programas no Brasil inteiro. A FJP e o Csap participaram ativamente do processo desse mercado, em especial por intermédio de seus alunos e egressos.

Finalmente, destaca-se que a EG funcionou, ao longo dos anos, como um amálgama de várias funções da FJP, misturando cursos com ensino, com pesquisa e com produção de dados, colocando

alunos, professores e pesquisadores como partes do mesmo processo de construção institucional coletiva. Hoje, a EG, talvez seja a diretoria da FJP mais conhecida no Estado, o que contribui para a consolidação da instituição e para sua projeção nacional.

Os prós, os contras e o modelo adotado pela EG têm apresentado um saldo positivo o suficiente para preservar o projeto até o momento. O futuro da EG está em aberto. Precisa ser construído e se, no passado, fazia sentido falar do desafio da sustentabilidade das instituições, hoje o imperativo é o da resiliência para fazer frente a tempos voláteis. A EG possui uma bússola moral que aponta na direção da profissionalização do serviço público para melhor atender à sociedade. Ela precisa estar sempre atualizando sua direção para estar em sintonia com as prioridades do povo mineiro. É como a classe política, porém com outros mecanismos e horizontes.

8 O futuro

O serviço público encontra-se em crise no mundo inteiro. Nos países desenvolvidos, nos emergentes, nos mais pobres. Em todos os lugares há uma discussão sobre qual administração pública os tempos modernos pedem. A diferença reside no fato de que, nos países centrais, a crise afeta instituições consolidadas enquanto nos emergentes, instituições em construção e nos países mais pobres, Estados ainda em sua fase embrionária de instauração.

Cinco pontos merecem atenção especial neste momento de inflexão: a revolução digital; o avanço da terceirização; a convergência dos mercados de trabalho; o crescente protagonismo do terceiro setor e o lugar do interesse público na sociedade contemporânea.

O *tsunami* digital está em curso e alcança a administração pública e privada em todos os países do mundo. O impacto dessas transformações sobre as burocracias governamentais é profundo e ainda mal antecipado. No caso do Csap, isso vale tanto para o currículo adotado quanto para o

perfil do profissional que a EG formará. Minas Gerais possui uma área de excelência nessa esfera – o Departamento da Ciência de Computação da UFMG, parceiro inicial do mestrado em 1997. Seria estratégico retomar o diálogo porque se trata de formar para o futuro, não para o passado.

O segundo ponto refere-se às mudanças trabalhistas que ampliam as possibilidades de terceirização na esfera pública. É cada vez menor o número de funções percebidas como exclusivas de funcionários públicos, em geral associadas ao exercício do poder de polícia ou à justiça. O Csap precisará adaptar-se a essa nova realidade. O perfil de funcionários públicos demandados hoje não é o de décadas atrás. Muito menos será o de amanhã.

O terceiro ponto a ser analisado com equilíbrio refere-se à convergência dos mercados de trabalho público e privado. Minas Gerais foi o primeiro estado a adotar o Regime Jurídico Único – estatutário – para sua administração pública estadual. E pagou um preço por isso. Logo ficou evidente que uma série de organizações públicas não possuem no combo contabilidade pública e regime estatutário a melhor forma de modelar suas instituições. A realidade é que os regimes estão convergindo em vários países. A unificação do regime previdenciário e a progressiva queda ou mitigação da estabilidade estão obrigando todos a pensarem no perfil dos gestores públicos do amanhã, para além da natureza do vínculo.

O quarto aspecto a ser explorado refere-se a uma das novidades importantes no cenário governamental dos últimos anos: a ascensão de instituições do terceiro setor – a filantropia empresarial – orientadas, entre outras coisas, para a modernização da gestão pública. Instituições como Lemann, Brava, Humanize, República e Comunitas começaram a investir intensivamente recursos privados em iniciativas cirúrgicas destinadas a melhorar a qualidade do serviço público. A diferença é que pensam no assunto “de fora para dentro” e são capazes de mobilizar e alocar recursos estrategicamente, com agilidade e flexibilidade que o setor público não consegue. A burocracia vê com desconfiança essas organizações e, em geral, continua a acreditar que vai resolver seus problemas a partir de soluções *in-house*, para as quais os recursos disponíveis nunca são suficientes. Hoje, parcerias com essas

instituições são decisivas para o avanço da gestão pública, especialmente em momentos de contração fiscal e de polarização política.

Por fim, há o interesse público, um debate que vem desaparecendo da esfera pública em função da polarização política. A proposta da EG nasceu de um projeto de democracia em que o contraditório, o conflito e a alternância no poder são ingredientes essenciais. Uma EG para todas as estações é enraizada na sociedade, não no voluntarismo. Em outras palavras, a ambição é a de que a EG seja menos objeto de políticas do governo que se encontra no poder e mais uma escola institucionalizada.

9 Conclusão

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho encontra-se hoje diante de uma nova encruzilhada. Fragiliza o projeto o fato de existirem turmas com suas nomeações pendentes, em função de interpretações do espaço na esfera da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000). A instabilidade paira sobre o futuro da EG.

O novo governo, eleito em 2018, possui uma visão minimalista do poder público, embora tenha nomeado de imediato a turma que perderia direito ao cargo em fevereiro de 2019. 27 anos de funcionamento após sua criação, a EG segue um projeto em aberto, que depende da avaliação política de sua pertinência e adequação, por parte do governo.

A nova conjuntura do país e a situação em que se encontra Minas Gerais, desde o início da década corrente, apontam na direção de um quadro crônico de restrição fiscal. Os custos e os benefícios da EG sempre estarão sujeitos a um escrutínio permanente pelos dirigentes do Estado e pela sociedade mineira. A continuidade do projeto dependerá sempre da reiteração de uma decisão tomada um quarto de século atrás. Todos os governos passados, entre 1994 e 2018,

abraçaram o projeto da EG, alguns com mais entusiasmo, outros mais reticentes. É natural que seja assim. O fato é que a EG existe graças a todos.

Ainda na década de 1990, por ocasião do período que se seguiu à implementação do Plano Real, a EG organizou um seminário internacional sobre regulação e foi criticada por privatizantes e estatizantes por trazer o tema para a discussão. A resposta era – e continua – simples. O fortalecimento do Estado regulador é importante para assegurar a competição, para incentivar investimentos, para garantir a qualidade da prestação dos serviços públicos e para assegurar a abrangência máxima possível. Não importa se as empresas são estatais ou privadas. As empresas que prestam serviços públicos precisam cumprir seu papel público.

Raciocínio análogo vale para a EG como projeto de longo prazo do estado de Minas Gerais. Estatizantes ou privatizantes, liberais, sociais-democratas, conservadores, libertários, centristas e outros, a todos interessa um Estado capaz de implementar suas agendas programáticas. A EG serve a esse projeto: um Estado forte, comprometido com o interesse público e a serviço dos governos eleitos democraticamente.

A experiência da EG encontra-se alinhada com o texto da Emenda Constitucional 19 (BRASIL, 1998), que prevê a criação de centros de formação destinados a formar profissionais do serviço público. Hoje, vários estados possuem escolas de governo e carreiras semelhantes às dos EPPGG.

Instituições necessitam de tempo para se consolidar. Na verdade, precisam sempre se renovar, pressionadas pelas necessidades infinitas das sociedades contemporâneas. Instituições são construídas e sustentadas por pessoas e a EG é fruto do esforço de um conjunto de pessoas comprometidas com o projeto de Estado que representam. Sua preservação depende de uma rede de apoios, na esfera pública e na sociedade, para que continue a desempenhar seu papel. Caberá à sociedade mineira decidir no presente sobre seu futuro, à luz dos serviços prestados no passado.

Referências

BRASIL. **Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1967a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1967b. Revogado pela Lei nº 8.443, de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0199.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos [...] Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm. Acesso em: 7 ago. 2019.

A FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO E A POLÍTICA AMBIENTAL EM MINAS GERAIS

*Maurício Andrés Ribeiro*¹⁷⁶

1 O contexto

Na segunda metade do século XX, uma rápida urbanização ocorreu no Brasil e, em especial na década de 1970, sucedeu um crescimento econômico intenso e correspondente processo de industrialização.

Intensificaram-se impactos ambientais, tais como a poluição do ar e da água, o desmatamento e a erosão acelerada dos solos, o acúmulo de resíduos sólidos, carências de saneamento básico, água e esgoto, problemas ambientais urbanos. A grave situação da poluição atmosférica nas metrópoles, o crescente desmatamento na mata atlântica e no cerrado para alimentar a indústria siderúrgica e a mineração instalada nas vizinhanças de grandes cidades, ferindo a paisagem, foram decisivos para formar o clima favorável a ideias relacionadas com a dimensão ambiental do desenvolvimento.

Em Minas Gerais, o crescimento econômico trazia impactos ambientais negativos e o aumento da poluição, com a degradação do quadro ambiental na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e no Vale do Aço.

¹⁷⁶ Autor dos livros *Ecologizar; Tesouros da Índia para a Civilização Sustentável; Ecologizando a Cidade e o Planeta; Meio Ambiente & Evolução Humana*.

Nos anos 1970, ocorreu o despertar da consciência para a crise ecológica, o alerta sobre os limites do crescimento econômico e os limites da capacidade da natureza de suprir os recursos naturais para abastecer as demandas da sociedade. Iniciaram-se movimentos ecológicos cujas sementes foram plantadas a partir do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson; do movimento da contracultura dos anos 1960; do livro *Os Limites do Crescimento*, do Clube de Roma; e da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972.

Juntamente com tais problemas, cresceram a percepção e a demanda da população para que fossem prevenidos ou mitigados. A imprensa e organizações da sociedade civil e a opinião pública passaram a dar atenção crescente ao tema e denunciaram a poluição e os danos causados à saúde humana e ao ambiente.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) criou uma comissão permanente em defesa do meio ambiente, em agosto de 1974, e abriram-se comissões parlamentares de inquérito (CPI) sobre a poluição provocada por grandes empresas, tais como a Mannesmann S/A, a Minerações Brasileiras Reunidas S/A (MBR), a Cia Cimento Portland Itaú, a Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração S/A (Soeicom S/A).

Nesse contexto, o setor industrial resistia ao estabelecimento de uma política ambiental em Minas Gerais.

2 Quadro conceitual: o ecodesenvolvimento

Durante o governo de Israel Pinheiro da Silva (1966-1971), instituiu-se a Fundação João Pinheiro (FJP), organismo de planejamento e formação de técnicos governamentais e para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais.

José Israel Vargas, nomeado presidente da FJP em 1975, no governo de Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (Aureliano Chaves), apresentou o tema do meio ambiente às políticas públicas. Vargas dizia, em 1975, que o problema do meio ambiente é complexo e deveria ser visto com respeito do uso de seus recursos por toda sociedade.

Em 1975, criou-se o Grupo Executivo de Ciência e Tecnologia. Ele tinha como objetivos “planejar, coordenar e controlar as atividades relativas ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos, inclusive os referentes ao meio ambiente, em Minas Gerais” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975, p.3). Com esse grupo, criaram-se três diretorias na FJP: a de Planejamento (DP); a de Tecnologia e Meio Ambiente (DTMA) e a de Programas Públicos (DPP).

Inserida no sistema de planejamento, a política de proteção ambiental passaria a ser vista, também pela primeira vez como fator de decisão política. Apontava-se para a necessidade da criação de instrumentos que possibilitassem a compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. “As atividades de pesquisa científica e tecnológica bem como as iniciativas relacionadas ao problema ambiental desenvolveram-se, até essa data, de forma fragmentada e isolada, sem chegar a constituir diretrizes definidas de política.”

Desde o início, as instituições governamentais de meio ambiente em Minas Gerais estiveram ligadas à ciência e à tecnologia, o que refletia tanto a consciência sobre a importância do conhecimento técnico e científico para se garantir a sustentabilidade do desenvolvimento, quanto a intuição de que a ignorância é o maior adversário da sustentabilidade. Isso facilitou o entendimento de que qualificação técnica, informação e conhecimento são imprescindíveis a essa política. Também, possibilitou que nela se injetasse o espírito da pesquisa, da abertura intelectual e científica, com menor ênfase relativa ao seu papel estritamente fiscalizador ou policial, característico de sistemas montados em outros estados. O fato de a questão ambiental ter sido criada a partir de uma visão científica, e não de uma visão fiscalizadora e controladora, punitiva, conferiu-lhe um “DNA” que perdurou durante todo o seu desenvolvimento posterior.

A noção de um desenvolvimento integrado com o meio – ecodesenvolvimento – norteou os trabalhos ambientais. O pensamento ecodesenvolvimentista, pioneiramente expresso por Ignacy Sachs¹⁷⁷, esteve presente desde os primórdios da política ambiental em Minas Gerais. A influência de Sachs sobre a concepção adotada pela DTMA/FJP e pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma) fazia-se por meio da leitura e tradução de seus textos e, posteriormente, pelo *Seminário Internacional de Ecodesenvolvimento e Tecnologia Apropriada (Sinta-78)*, realizado em Belo Horizonte em julho de 1978, ao qual Sachs compareceu (SACHS, 1978). Buscava-se inspiração no campo conceitual para traduzir tais ideias em inovações operacionais, administrativas e de gestão.

3 A Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente (DTMA)

Implantada em 1975, a DTMA foi o embrião do que viria a ser o sistema estadual de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável. Em 1977, quando se criou a Secretaria de Ciência e Tecnologia, suas atividades foram transferidas para a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec). Nesse curto período, entretanto, a DTMA exerceu atividades marcantes e pioneiras sobre a questão ambiental e foi o primeiro núcleo pensante sobre o tema no governo do estado.

Roberto Borges Martins comenta que

A DTMA foi o primeiro núcleo técnico de Minas Gerais voltado para a questão ambiental. A sua peculiaridade estava na proposta de articulação dos problemas do meio ambiente, que recebiam crescente atenção da opinião pública nacional e internacional, com a questão tecnológica. Do sucesso dessa articulação dependia, na visão da DTMA, a condução do processo de desenvolvimento do Estado, a promoção da melhoria da qualidade de vida e a ampliação da participação da sociedade na definição das prioridades políticas nesta área. A força desses condicionantes

¹⁷⁷ Socioeconomista polonês radicado na França. Graduou-se em economia no Brasil e fez seu doutorado na Índia. Formulou o conceito de ecodesenvolvimento, foi conselheiro da Eco-92. É autor de mais de 20 livros sobre desenvolvimento e meio ambiente.

impulsionou a formação de estruturas específicas de gestão ambiental em Minas Gerais, culminando, vinte anos depois, na instituição da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MARTINS, 1998).

A DTMA sistematizou pesquisas científicas e tecnológicas como pré-investimentos para o desenvolvimento econômico e social do estado. Seus trabalhos visavam a conhecer a realidade e dar subsídios para o planejamento, a preservação e a conservação do meio ambiente. Formaram-se equipes técnicas multidisciplinares por meio de recrutamento amplo.

A área de meio ambiente buscava:

a implantação e funcionamento de órgãos encarregados do setor, diagnóstico de situação e identificação dos problemas-chaves e prioritários, elaboração de normas técnicas, montagem e funcionamento de laboratórios de pesquisa e medidas, solução de problemas ambientais específicos, educação para o meio ambiente, coordenação com órgãos federais e treinamento de pessoal para fiscalização (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [1976], p. 11).

Também é importante salientar que:

As políticas definidas pela DTMA foram consubstanciadas no documento Diretrizes Básicas do II Plano de Governo de Minas Gerais, para o quadriênio 1976-1979, período no qual se concentram as primeiras medidas legais para a instituição de uma estrutura estadual para o meio ambiente. As principais políticas definidas foram a criação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente; a integração ao modelo de desenvolvimento científico e tecnológico nacional e a contribuição à sua implementação; a racionalização do aproveitamento dos recursos naturais; o desenvolvimento de novas fontes energéticas e a promoção da internalização do meio ambiente em todos os níveis de decisão (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [1976], p. 5)

Em 1975, a DTMA elaborou um programa de preservação e melhoria do meio ambiente e coordenou a comissão especial criada para realizar levantamentos e propor soluções para os

problemas ambientais da área da RMBH. Foi criada uma comissão especial para levantar a situação ambiental na RMBH que cobriu aspectos de organização territorial, qualidade do ar, recursos hídricos, solo, subsolo, resíduos sólidos, patrimônio natural, científico e cultural e aspectos institucionais. Levantou-se a legislação e foram analisadas as instituições ambientais em outras nações e em outros estados brasileiros. Foi proposto um plano de ação imediata e esse estudo foi o principal produto do programa de meio ambiente em 1976.

As atividades de ciência e tecnologia eram consideradas pré-investimentos para o desenvolvimento. A FJP participou de trabalhos da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), do Governo Federal, e celebrou convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para a formação de técnicos em medição de qualidade do ar. Foram montadas equipes técnicas e laboratórios para lidar com o problema. Também, foi implantada a formação de recursos humanos por meio de bolsas de estudos oferecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente (DTMA):

Além de participar decisivamente dos planos regionais, por meio das análises de impacto ambiental, avaliação preliminar de recursos naturais e, no caso do Planoroeste II, do levantamento integrado de recursos naturais, desenvolveu uma série de programas na área tecnológica, que se caracterizam por sua oportunidade e por ocuparem posição estratégica para o desenvolvimento do Estado (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [1976], p. 2).

Realizaram-se projetos envolvendo áreas de energia, carvão vegetal, energia solar, energia geotérmica, levantamentos de recursos naturais no *Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais (Planoroeste)* nos setores de geologia, hidrogeologia, hidrologia, geomorfologia, vegetação, pedologia. Na área de meio ambiente, foi analisada a situação ambiental nos planos regionais, definindo-se os parâmetros importantes, os problemas ambientais mais críticos

e indicando-se cuidados para o planejamento.¹⁷⁸ Foram montados projetos para parques e reservas no parque do rio Doce, no do Cipó e um diagnóstico geral de parques e reservas localizados no estado de Minas Gerais. As grutas na RMBH e na região do Serro foram estudadas.

O tema dos recursos hídricos foi focalizado e constatou-se que eles são relegados quando se adota um enfoque que divide as coisas em setores. Foram dados os passos iniciais para o gerenciamento de bacias dos rios Paraíba do Sul e Paraopeba. A poluição industrial se agravava com a industrialização e foi implementada ação preventiva, com o licenciamento ambiental de instalações novas. Estudou-se a erosão acelerada na bacia do rio das Velhas, a situação ambiental do barreiro do Araxá, a proteção de mananciais. Também foi feita a medição de partículas na atmosfera, elaborou-se plano de controle de poluição atmosférica, medição e controle de níveis de ruído.

Sugeriu-se a criação do Sistema Estadual de Meio Ambiente, com a definição de uma política ambiental estadual. Apontava-se para a oportunidade de se criar o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)¹⁷⁹, cuja Secretaria Executiva seria exercida pela DTMA. O sistema incluía o diálogo com o setor empresarial e a sociedade; celebravam-se termos de compromisso com cronograma de adequação tecnológica (com a Mannesmann em 1975, com a Itaú em 1976), com superveniência da Sema, órgão federal.

A FJP coordenaria os estudos e programas, com a participação dos órgãos da administração estadual. Definiram-se três tópicos principais: poluição industrial e urbana, preservação dos ecossistemas naturais e bacias fluviais. Aí se apontava para as três grandes agendas ambientais: a marrom, a verde e a azul.

178 Sobre a inserção da dimensão ambiental em planos regionais, ver RIBEIRO (1976, 1977).

179 O Copam funcionou pioneiramente no Brasil como um sistema colegiado e participativo de gestão ambiental desde 1977, antes, portanto, da Lei n. 6.938, de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

4 Outras atividades da Fundação João Pinheiro na área ambiental

Nomeados conforme a estrutura organizacional adotada, várias outras diretorias ou outros centros da FJP também se envolveram com os temas ambientais.¹⁸⁰

O Centro de Recursos Naturais (CRN/FJP), criado em 1973, realizou pesquisas em tecnologia básica para o levantamento dos recursos naturais do estado, investigações de solo e de formações vegetais, dos recursos naturais e cadastro de propriedades no Parque Nacional da Serra da Canastra e fez os seguintes levantamentos: o de formações vegetais e uso da terra na área de carvoejamento do estado, para o projeto de colonização de Sagarana e o do sítio natural de Ouro Preto e Mariana, esse último como subsídio para o plano de conservação, valorização e desenvolvimento dessas cidades históricas.

O CRN também promoveu um encontro nacional importante sobre limnologia, piscicultura e pesca continental, estudos para aproveitamento e valorização de águas quentes em Itabirito, estudos sobre secas e estiagens na área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Estudou o impacto ambiental da mineração de Águas Claras.

O setor de fotointerpretação realizou o levantamento de informações necessárias para a formulação de planos regionais. Em 1975, com a modificação da estrutura da FJP, o CRN integrou-se à DTMA e, posteriormente, ao Cetec. A FJP foi a primeira localização institucional do que viria a ser o Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), órgão metropolitano, e estudou o sítio natural na RMBH.

Em 1976, a Diretoria de Planejamento (DP) realizou trabalhos previstos no II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES), destacando-se os planos regionais de desenvolvimento integrado no Noroeste, no Sul de Minas e na área de influência da Companhia

180 Em 1979, ao completar nove anos, a FJP publicou uma notícia histórica com áreas de atuação e trabalhos realizados em numerosos campos de estudos e pesquisa aplicada. Um capítulo era dedicado aos trabalhos nas áreas de recursos naturais e meio ambiente (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979).

Vale do Rio Doce (CVRD)¹⁸¹, na área mineira da Sudene e no nordeste de Minas, além de planos microrregionais. Eles foram subsidiados com trabalhos de levantamento de recursos naturais, de ecodesenvolvimento e de proteção ao meio ambiente elaborados pela DTMA.

Em 1977, o Programa Mineiro de Abastecimento Alimentar incluiu estudo sobre meio ambiente, energia, sistema alimentar e florestas sociais.

O Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) realizou projetos sobre o meio ambiente urbano, voltados para a preservação e valorização de bens culturais, para sua restauração e preservação. Fez planos urbanos para: Vale do Aço, Itajubá, Varginha, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Três Corações, Araxá, Governador Valadares, Itabira, Juiz de Fora, Tapira, Uberlândia, Montes Claros, Ouro Branco, Ouro Preto e Mariana, São João Del Rei e Tiradentes, circuitos do ouro e do diamante. Posteriormente, outros planos diretores municipais, como o de Betim e o de Machado, foram feitos pelo Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (Cemme), incluindo a dimensão ambiental.

Nos anos 1990, o Centro de Estudos Políticos e Sociais (Ceps) realizou e publicou pesquisa sobre saneamento básico ambiental e saúde pública, com a avaliação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (Prodecom) e estudos sobre saúde, meio ambiente e impacto ambiental. E, ainda, o Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA) fez estudos sobre questões organizacionais e administrativas relacionadas ao meio ambiente.

Dirigida por Affonso Ávila, a Diretoria de Assessoramento e Projetos Especiais (Dape) organizou um seminário sobre sociedade, cultura e tecnologia em 1985. Seus anais foram publicados pela revista Fundação JP (FUNDAÇÃO JP, 1984, 1985). Neles havia uma seção dedicada ao tema das novas tecnologias e do meio ambiente.

Posteriormente essa diretoria transformou-se no Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc). A história da política ambiental em Minas Gerais e a reconstituição de seus principais períodos, as práticas políticas, os debates e as propostas que as fundamentaram foram registradas

181 Hoje Vale S/A.

em pesquisa elaborada pelo Cehc em 1998, publicada no livro *A Questão Ambiental em Minas Gerais - Discurso e Política*. Esse estudo sistematizou em períodos a história da política ambiental, tomando como marcos os estágios de desenvolvimento da ação do Copam, a partir das diversas etapas de evolução de sua Secretaria Executiva. O livro ressaltou a importância da ação prática fundamentada em princípios claros e em procedimentos democráticos.

O Centro de Economia Aplicada (CEA) estudou o perfil da indústria mineira e seus impactos ambientais. Em 1996, a FJP publicou o estudo *Impactos Ambientais da Indústria Mineira* (FJP, 1996), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), tendo como objetivo avaliar as relações entre o complexo metalomecânico e as indústrias químicas e de minerais não metálicos com o ambiente físico e biótico e a sua regulação pela sociedade.

Como desdobramento, pretendia-se dar subsídios para políticas ambientais relativas a esses ramos industriais. O volume 2 do estudo (FJP, 1996) relacionava a legislação ambiental internacional e federal, incluindo convenções, protocolos, decretos-leis, leis, decretos, resoluções do Conama, instruções normativas e portarias. O volume 3 do estudo relacionava a legislação ambiental estadual relativa à indústria e incluía leis, decretos, resoluções e deliberações normativas do Copam.

A revista Fundação JP, posteriormente renomeada como *Análise & Conjuntura*, publicou inúmeros artigos e estudos sobre os problemas ambientais nas várias áreas de atuação da instituição, ou seja, economia, administração, tecnologia, urbanismo, meio ambiente e teve papel importante para alimentar o pensamento e divulgar as atividades práticas desenvolvidas por dirigentes e técnicos da FJP na área ambiental.

5 ICMS Ecológico e a Fundação João Pinheiro

O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) Ecológico em

Minas Gerais iniciou-se em 1995. Havia um projeto de lei em discussão na ALMG e movimentação política de prefeitos de municípios com áreas de preservação. Ele foi instituído pela chamada Lei Robin Hood, a Lei nº 12.040, de dezembro de 1995, que redistribuiu o ICMS no estado de Minas Gerais. A engenharia de reformulação da lei foi conduzida pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), e a Fundação João Pinheiro teve papel relevante na definição dos critérios. A Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) concebeu os critérios ambientais.

O ICMS Ecológico foi um instrumento econômico importante para estimular os prefeitos municipais a darem atenção e a colocarem os problemas ambientais em sua pauta de prioridades. Ele fornece compensação financeira e aumento da alíquota de ICMS a municípios que tenham parte de seus territórios ocupada por unidades de conservação – áreas de proteção ambiental, parques, estações ecológicas.

A Lei Robin Hood foi um marco inovador de Minas Gerais, pois estendeu os incentivos não somente para a agenda verde, com a criação de unidades de conservação, mas também para a agenda marrom, ao incentivar o investimento em saneamento ambiental.

6 Conclusões

O curto período de existência da DTMA na FJP, entre 1975 e 1977, foi crucial para estabelecer as bases de uma política ambiental. A partir de então, outras instituições foram criadas e se estabeleceram, tendo assumido tal função.

Nas décadas subsequentes, a FJP continuou a atuar no campo, junto com instituições de gestão ambiental, por meio dos seus diversos centros e diretorias, que internalizaram atividades relacionadas com o meio ambiente.

A FJP atuou como incubadora de programas e planos ambientais, que subsidiavam o planejamento econômico e social do estado. Catalisou e impulsionou pesquisas e conferiu-lhes

rumo e direção claros. Tal rumo perdurou com as mudanças institucionais que levaram à criação do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e do Conselho de Política Ambiental do Estado.

A incorporação da dimensão ambiental aos planos urbanos e regionais, aos estudos históricos e sociais, aos estudos econômicos, à lei do ICMS e às atividades da administração pública continuou a ser exercida, como linha auxiliar para as políticas de meio ambiente e sustentabilidade no estado.

Durante sua história, em vários momentos a FJP teve atuação marcante em relação à política ambiental em Minas Gerais. Nos anos 1970, exerceu função central na formulação e gênese dessa política. Conceituou e colocou em prática um modelo de planejamento e de desenvolvimento que incluía a dimensão ambiental.

A FJP deu contribuição teórica e prática relevante à formulação e implantação da política ambiental em Minas Gerais.

Referências

FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico ambiental do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Cetec, 1983. 158 p. (Serie de Publicações Técnicas, 10).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atividades e trabalhos realizados em 1976**. Belo Horizonte, [1976]. 170 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fundação João Pinheiro**: notícia histórica, áreas de atuação, trabalhos realizados. Belo Horizonte, 1979. 58 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Impactos ambientais da indústria mineira**: legislação ambiental internacional e federal da indústria. Belo Horizonte, 1996. 3 v., 216 p.

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades do exercício de 1975**. Belo Horizonte, 1975. 57 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **A questão ambiental em Minas Gerais**: discurso e política. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 328 p.
- FUNDAÇÃO JP. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 14, n. 7/10, nov./dez. 1984, jul./out. 1984. 187 p.
- FUNDAÇÃO JP. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 14/15, n. 11/12/1/2, nov./dez. 1984, jan./fev. 1985.
- FUNDAÇÃO JP. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 15, n. 7/8, set./nov. 1985. 104 p.
- MARTINS, Roberto. Texto de abertura. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **A questão ambiental em Minas Gerais**: discurso e política. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- RIBEIRO, Maurício Andrés. Notas sobre meio ambiente, tecnologia e planos territoriais. **Fundação JP**: análise e conjuntura, Belo Horizonte, v.7, n.6, p. 22-28, 1977.
- RIBEIRO, Maurício Andrés. Notas sobre o meio ambiente e desenvolvimento regional no Vale do Rio Doce. **Fundação JP**: análise e conjuntura, Belo Horizonte, v.6, n.10, p. 29-37, 1976/10. 1976.
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento e planejamento regional. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ECODESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA APROPRIADA (SINTA'78), Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Cetec/MG, 1978. 120 p.

Mundo e Brasil

- 1962** Rachel Carson publica *Primavera Silenciosa*.
- 1965** Implantado o Código Florestal Brasileiro.
- 1966** Lei de incentivo ao reflorestamento.
- 1967** Lei de Proteção à Fauna, Código de Pesca, Código de Mineração.
- 1968 a 1974** “Milagre econômico” brasileiro: Itaipu e usina nuclear em Angra dos Reis.
- 1968** Expressão “desenvolvimento sustentado” é usada na Conferência da Biosfera, em Paris.
- 1969** *National Environmental Protection Act* (Nepa) – EUA.
- 1972** Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU).
- 1972** Clube de Roma publica *Os Limites do Crescimento*.
- 1973** Maurice Strong e Ignacy Sachs definem e conceituam o ecodesenvolvimento.
- 1973** Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com sede em Nairóbi, no Quênia.
- 1975** Cria-se a Secretaria de Meio Ambiente (Sema), no Ministério do Interior.
- 1975** Programa Nacional do Alcool (Proalcool), criado pelo Decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular sua produção.
- 1976** Conferência da ONU sobre *habitat* em Vancouver.
- 1977** Conferência intergovernamental sobre educação ambiental organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pelo Pnuma, em Tbilisi, Geórgia.
- 1981** Lei nº 6.938, de 30 de agosto de 1981, cria a Política Nacional de Meio Ambiente, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).
- 1983** Instituída a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Comissão Brundtland, com 20 membros, entre os quais o brasileiro Paulo Nogueira Neto.

- 1987** Publicado o relatório *Nosso Futuro Comum*, em que se usa o termo desenvolvimento sustentável.
- 1988** Influenciada pelos tratados internacionais de direitos humanos e pelas conferências sobre o meio ambiente, a Constituição brasileira ganha capítulo sobre o assunto.
- 1988** Assassinato de Chico Mendes no Acre.
- 1989** Criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
- 1989** Entra em vigor o Protocolo de Montreal, para proteger a camada de ozônio.
- 1992** Eco-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, produz a Agenda 21, a Declaração do Rio, as convenções sobre florestas e biodiversidade e a Convenção-quadro sobre clima.
- 1992** Criado o Ministério do Meio Ambiente.
- 1992** Criado o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).
- 1992** Protocolo Verde – Compromisso dos bancos com os problemas ambientais.
- 1997** Elaborada a Agenda 21 brasileira.
- 1997** Protocolo de Kyoto sobre o clima.
- 1997** Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos
- 1998** Lei de Crimes ambientais.
- 2000** Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
- 2000** Carta da Terra.
- 2000** Metas do Milênio, da ONU.
- 2000** Lei cria a Agência Nacional de Águas (ANA).
- 2002** Rio + 10, Conferência de Johannesburgo.
- 2002** Criada a pegada ecológica como indicador de sustentabilidade.
- 2003** Princípios do Equador – compromisso do sistema financeiro com o meio ambiente.
- 2005** Avaliação ecossistêmica do milênio.

- 2006** Lei de concessão de florestas públicas.
- 2006** Criado o Serviço Florestal Brasileiro.
- 2007** Painel Internacional de Cientistas sobre Mudanças Climáticas (IPCC) lança seu quarto relatório, que constata que as atividades humanas são, inequivocamente, causadoras das mudanças climáticas.
- 2007** Prêmio Nobel da Paz conferido ao IPCC e a Al Gore, pelo trabalho sobre as mudanças climáticas.
- 2007** Reestruturado o Ministério do Meio Ambiente e criado o Instituto Chico Mendes.
- 2007** Lançado o Plano Nacional de Mudanças Climáticas.
- 2008** Discussões internacionais sobre o período pós-Kyoto.
- 2015** Acordo de Paris sobre o clima.

Minas Gerais

- 1946** Implantada a Cidade Industrial de Contagem, desmembrada de Belo Horizonte.
- 1951** Criada a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), no governo JK.
- 1969** Criada a Fundação Joao Pinheiro.
- 1971** Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) elabora *Diagnóstico da Economia Mineira*.
- 1973** Cria-se, em Belo Horizonte, o Centro de Conservação da Natureza, sob a presidência de Hugo Werneck.
- 1974** Criada, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente.
- 1974** Projeto de lei encaminhado pela ALMG, no início de 1974, recomendando ao executivo a criação do Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente.
- 1975** Aureliano Chaves cria grupo executivo de ciência e tecnologia.

- 1975** XXVII reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, tendo como tema a conservação da natureza.
- 1975** Instituição de comissão especial para levantar o problema da poluição ambiental na RMBH.
- 1975** Primeiro encontro nacional de limnologia, piscicultura e pesca continental - DTMA e CRN da FJP.
- 1975** Suspensão das atividades da fábrica de cimento Itaú, em Contagem, pelo prefeito Newton Cardoso.
- 1975** Decreto-Lei nº 1.403, de 14 de agosto de 1975, atribui ao Governo federal a competência exclusiva de determinar ou cancelar a suspensão de atividade de estabelecimento industrial cuja atividade seja considerada de alto interesse para o desenvolvimento e as seguranças nacionais.
- 1976** Cria-se a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. José Israel Vargas é o primeiro secretário de Meio Ambiente do estado.
- 1976** Publicação do Relatório Situação Ambiental na RMBH, orientado pela DTMA/FJP.
- 1977** Criado o Copam MG, o primeiro colegiado normativo e deliberativo com participação da sociedade, do poder legislativo e da comunidade científica (comissão transformada em conselho em 1989).
- 1977** Implantada a lei ambiental mineira.
- 1978** Seminário Internacional de Ecodesenvolvimento e Tecnologia Apropriada (Sinta 78) em Belo Horizonte, promovido pela Secretaria de Meio Ambiente.
- 1978** Criada a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), *ong* atuante na política ambiental.
- 1979** O Programa de Cooperação Técnica com os Municípios para Defesa do Meio Ambiente (Prodemam) inicia a municipalização da política ambiental.
- 1980** Regulamentada a lei ambiental mineira.

- 1981** Criada a Superintendência de Meio Ambiente para ser a secretaria executiva da Comissão de Política Ambiental.
- 1989** Constituição mineira tem capítulo sobre meio ambiente.
- 1989** Cria-se a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam).
- 1990-1992** Belo Horizonte cria 22 parques municipais no governo do prefeito Eduardo Azeredo, implantados os primeiros conselhos consultivos em parques com gestão participativa.
- 1994** Implantada a lei mineira de recursos hídricos.
- 1994** Implantados conselhos consultivos para gestão participativa em unidades de conservação.
- 1995** Criado o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
- 1996** Integrado o Departamento de Recursos Hídricos (DRH) à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
- 1997** DRH transformado em Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam).
- 1998** Criada a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).
- 2006** Reestruturado o Sistema Estadual de Meio Ambiente. Regionalizada a gestão ambiental.
- 2006** Criado o Centro Mineiro de Referência em Resíduos.
- 2008** Elaborado inventário de emissões de gases de efeito estufa de Minas Gerais.

TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DA TEMÁTICA SEGURANÇA PÚBLICA NA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Eduardo Cerqueira Batitucci¹⁸²

Rosânia Rodrigues de Sousa¹⁸³

Em suas várias dimensões de pesquisas, a Fundação João Pinheiro (FJP), por intermédio da formação e do aperfeiçoamento de recursos humanos, vem, desde meados dos anos de 1970, desenvolvendo trabalhos com a temática da segurança pública em Minas Gerais com grande ressonância na administração pública: diagnósticos, criação, avaliação e monitoramento de políticas públicas; apoio e consultoria a órgãos governamentais nos vários níveis de governo (federal, estadual e municipal); sistematização e divulgação de índices e indicadores.

Igualmente, a FJP sempre se fez presente nos ambientes acadêmicos, por meio do desenvolvimento de pesquisa científica financiada pelas agências nacionais de fomento à pesquisa

182 Pesquisador da Fundação João Pinheiro e professor da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

183 Pesquisadora da Fundação João Pinheiro e professora da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

e políticas públicas – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) – ou agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Fundação Ford, Fundação *Konrad Adenauer*, o *British Council*. A instituição buscou, continuamente, a interlocução com grupos de pesquisa e organizações não governamentais nacionais e internacionais, promovendo a organização e disseminação de seus trabalhos a partir de publicações, congressos e seminários internos e externos.

Este ensaio procura oferecer um panorama das contribuições que a FJP tem oferecido nesse importante campo da atividade humana, tão fundamental para o desenvolvimento da administração pública brasileira e, nesse sentido, para a democracia.

1 Abrindo portas

O amadurecimento institucional das políticas públicas no campo da segurança pública no Brasil foi tardio em virtude dos ecos da ditadura e da distância simbólica da reflexão acadêmica nacional provocada pelo comprometimento das organizações da segurança pública com aquele regime. Alguns dos primeiros trabalhos acadêmicos na área datam apenas do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Neles se ressalta, entre outras, a contribuição fundamental de Antônio Luiz Paixão, na época pesquisador da FJP e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A distensão do momento da anistia, no início dos anos 1980, evidencia um interesse em crescimento pelo funcionamento do campo das políticas públicas de segurança pública e de seus

atores institucionais. Na FJP, ele foi marcado por um primeiro conjunto de pesquisas acadêmicas, assessoria e diagnósticos para órgãos governamentais, propostas e cursos para a formação e capacitação de recursos humanos, além da promoção dos primeiros congressos e seminários acadêmicos e profissionais na área.

Nesse sentido, um aspecto fundamental daquele momento está associado com a proximidade entre a FJP e a UFMG e seus departamentos de Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, Administração e Direito. Como se sabe, nos anos 1970 e 1980, muitos dos pesquisadores da FJP eram, também, professores da UFMG. Essa articulação dupla permitiu a potencialização dos trabalhos de ambas as organizações nesse campo assim como a formação, capacitação, especialização e profissionalização de muitos professores universitários e futuros pesquisadores da FJP, com trajetória profissional de estudos e trabalhos em segurança pública.

No âmbito das atividades de formação de recursos humanos, alguns trabalhos, como o convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), firmado em 1984, foram considerados marcos nas políticas de formação para os profissionais da área. Essa parceria, que durou 33 anos, pode ser considerada a mais longeva da FJP e tinha como objetivo o desenvolvimento de cursos voltados para os oficiais intermediários e superiores da organização policial. Iniciada pelo Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), a coordenação do curso passou a ser de responsabilidade da Escola de Governo a partir de sua criação, em 1992. Além do aperfeiçoamento de seus oficiais, o trabalho conjunto entre a FJP e a PMMG buscava a melhor prestação de serviços ligados à segurança pública. Várias das modificações ocorridas na organização policial militar foram decorrentes do conhecimento construído coletivamente, a partir dos diálogos estabelecidos com as Ciências Sociais e com as Sociais Aplicadas e das reflexões promovidas sobre a administração, as políticas e a segurança públicas. São muitos os trabalhos monográficos desenvolvidos nos cursos que auxiliaram, e ainda auxiliam, na formação e na atividade profissional.

De 1985 a 2018, passaram pela FJP cerca de 3.500 oficiais, entre capitães, majores e tenentes-coronéis do quadro de oficiais PM. Além dos policiais de Minas Gerais, aperfeiçoados pela FJP, se somaram outros, do Distrito Federal e de vários estados brasileiros, dos quais se destacam Mato Grosso, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Amazonas, além de policiais de países da América do Sul.

A experiência da FJP na formação e no aperfeiçoamento de profissionais da segurança pública possibilitou a aproximação com outras organizações policiais, como o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG). Em 2002, foi realizado o Curso de Especialização em Segurança Pública e Defesa Civil com o objetivo de capacitar trinta capitães do CBMMG, habilitando-os para as funções de assessoria na organização. Em 2015 e 2017, a FJP desenvolveu dois cursos de especialização *lato sensu* voltados tanto para capitães quanto para majores e tenentes-coronéis da organização. Nos períodos de 2015-2016 e 2017-2018, foram formados 120 oficiais intermediários e superiores do CBMMG.

A cooperação com a PMMG ofereceu à FJP a oportunidade inédita de se aproximar das organizações do sistema de segurança pública, ganhar domínio sobre sua linguagem e maior familiaridade com os problemas associados ao provimento de políticas públicas na área. Isso propiciou à instituição a liderança nacional na pesquisa acadêmica e no desenvolvimento institucional desse campo, desenvolvendo muitos projetos e muitas atividades que passaram a fazer parte do portfólio da FJP. Se as primeiras interlocuções vinham marcadas pelo domínio, por parte da FJP, dos conteúdos associados à gestão organizacional e institucional, rapidamente as dimensões relacionadas ao provimento de políticas públicas passaram a ser o foco dos trabalhos, primeiro na política pública prisional, depois nas políticas de policiamento, posteriormente nos estudos sobre o sistema de justiça e, por fim, na construção sistêmica de uma concepção de governança pública para o sistema.¹⁸⁴

184 Refere-se à constituição do arcabouço institucional que a área de segurança pública desenvolveu na administração pública de Minas Gerais.

Na esfera de atuação das atividades voltadas para a criação e avaliação de políticas públicas, citam-se, para aquele momento e entre outros, dois trabalhos importantes: o primeiro, *Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e no Rio de Janeiro* (1984), desenvolvido em colaboração com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sob encomenda do Ministério da Justiça, propunha a produção de amplo diagnóstico sobre as duas realidades prisionais para subsidiar as políticas prisionais a serem desenvolvidas pelo Governo federal; o segundo, *Indicadores Sociais de Criminalidade* (1987), também desenvolvido sob encomenda pelo Ministério da Justiça, teve por objetivo desenvolver um sistema nacional de indicadores sociais de criminalidade, inédito para a realidade brasileira.

Por fim, coroa essa fase a realização do seminário *Polícia Militar, Estado e Sociedade: os Desafios da Modernidade* (1992), no qual se consolidavam os estudos nacionais da área, com a presença de alguns dos principais pesquisadores brasileiros que trabalhavam nesse campo.

2 Consolidação

A partir do início dos anos 1990, com uma trajetória de trabalho já parcialmente consolidada junto a esses atores e com a renovação do quadro de pesquisadores da instituição, promovida pelo concurso público de 1994, a FJP ganha novo impulso em suas atividades ligadas aos estudos voltados para segurança pública, estreitando suas relações com o aparato policial, oferecendo novos cursos, inclusive para a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). Nesse cenário, é desenvolvido um conjunto de pesquisas e diagnósticos, especialmente depois da greve das polícias em 1997, com bases de dados, estatísticas e indicadores. Verifica-se também a reaproximação com as políticas, com o sistema prisional, com o governo do estado e com o aparato de governança das políticas no setor. Todo esse contexto marca a criação do Núcleo de Estudos em Segurança Pública (Nesp) em 1998. Esse núcleo concentrará os trabalhos no campo da segurança pública na FJP.

Entre as principais atividades desenvolvidas nesse momento e entre os produtos relacionados a políticas públicas, citam-se dois. O primeiro, *Projeto de Qualificação Profissional da População Penitenciária de Minas Gerais* (1995), encomendado pela Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos (SEJDH), estabelecia um programa de reestruturação do trabalho e das atividades de qualificação profissional da população prisional de Minas Gerais. O segundo, também para o sistema prisional, *Planejamento Estratégico da Transferência dos Presos da Secretaria de Estado de Segurança Pública para a Secretaria de Estado de Justiça e de Direitos Humanos* (1999). Encomendado pelo Governo estadual, esse segundo projeto estabelecia a política de transferência da custódia prisional, então controlada principalmente pela Polícia Civil, para os estabelecimentos do sistema prisional, ao mesmo tempo em que avaliava seu impacto e criava o cronograma de abertura de vagas no sistema.

Em relação ao desenvolvimento de indicadores e à produção de informações para a área, a FJP, em cooperação com a UFMG, desenvolveu o projeto *Indicadores de Segurança Pública: Criminalidade Violenta em Minas Gerais* (1998), financiado pela Fapemig, e que recuperou e consolidou as bases de dados de ocorrências policiais de Minas Gerais. Esse documento gerou a primeira série histórica, colocada à disposição do governo e da população, sobre os indicadores de ocorrências policiais sistematizadas e conhecidas pelo Estado. Para o Governo federal, foram desenvolvidas as *Matrizes Pedagógicas das Bases Curriculares do Curso de Formação para os Profissionais da Área de Segurança do Cidadão*, em 1999. Sob demanda do Ministério da Justiça, elas estabeleciam a primeira matriz curricular nacional para os profissionais da segurança pública no Brasil, resultado dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores da FJP.

Na área de atuação acadêmica, também em cooperação com a UFMG, outro importante projeto foi realizado: *A Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta (1997-2001)*. Esse foi um dos maiores projetos já financiados pela Fapemig, no qual uma pesquisa do tipo *survey*, com amostra relevante de todos os policiais militares que trabalhavam em Belo Horizonte, foi realizada. A intenção era avaliar aspectos relevantes de como os policiais aferiam as características

do seu trabalho, a sociedade e o futuro das políticas em segurança pública. Essa pesquisa se impunha no momento pós-greve de 1997 para também entender as razões e os efeitos daquele movimento na organização policial. Por fim, a realização do seminário internacional *Segurança Pública: Antigos Desafios, Novos Modelos* (1998), realizado com apoio da Fundação *Konrad Adenauer*, trazia para a pauta, durante dois dias, os maiores especialistas nacionais na área, além de pesquisadores de outros seis países.

Quanto à formação de recursos humanos, a experiência com a PMMG se consolida, agora com um conteúdo mais voltado às políticas públicas de segurança. O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e o Curso Superior de Polícia (CSP) evoluem para cursos de especialização *lato sensu* e transformam-se no Curso de Especialização em Segurança Pública (Cesp), destinado a capitães, e no Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (Cegesp), voltado a majores e tenentes-coronéis.

3 Institucionalização

Na primeira década dos anos 2000, são vistos a consolidação e o amadurecimento das relações institucionais e acadêmicas da FJP no campo da segurança pública. Esse processo pode ser verificado nos projetos realizados com atores governamentais e cujas atividades eram voltadas tanto para os três níveis de governo quanto para a comunidade acadêmica, a partir da aprovação de projetos nas agências de fomento de pesquisa, da realização de cursos e de seminários internacionais, da vinculação a redes de pesquisa e da interlocução com instituições nacionais e internacionais.

Outros espaços dessa consolidação e desse amadurecimento podem ser vistos nas organizações multilaterais e na sociedade civil, por meio da concretização de parcerias com agências internacionais como a ONU, o BID e o Banco Mundial. Na sociedade civil, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), é um bom exemplo desse amadurecimento.

Ainda nesses primeiros anos de 2000, destacam-se o subsídio ao planejamento, à contribuição, à institucionalização e à realização de projetos de avaliação e monitoramento dos novos arcabouços governamentais para a segurança pública. Isso se deu no nível estadual (a partir de 2003) e também no federal (a partir de 2006), por intermédio de numerosas atividades desenvolvidas. Entre elas, o *Plano de Segurança de Minas Gerais* (2000), uma demanda do Governo estadual, que articulava a primeira política pública sistemática para a área de segurança pública. Esse plano foi entregue ao Governo federal como a proposta de Minas Gerais para o Primeiro Plano Nacional de Segurança Pública. Posteriormente, o *Plano Estadual de Direitos Humanos* (2001), também sob demanda do Governo estadual, reunia, sistematizava e consolidava as ações relacionadas à promoção de direitos humanos de populações vulneráveis no estado.

Outros trabalhos merecem destaque. Os dois primeiros são: o *Diagnóstico do Sistema Policial de Uberlândia* e o *Plano de Segurança Pública para o Município de Uberlândia*, em 2000. Encomendadas pela Prefeitura de Uberlândia, as pesquisas traçavam um diagnóstico e um plano municipal para as políticas locais de segurança pública e para sua articulação com as políticas estaduais. O terceiro foi o *Projeto de Combate à Violência no Hipercentro de Belo Horizonte* (2002), para a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Nele, a FJP assessorou o órgão multilateral no desenvolvimento de um diagnóstico sobre os problemas de segurança pública da capital e especificou as soluções pretendidas. O quarto, *Plano Emergencial de Segurança Pública* (2003), demandado pelo Governo estadual, estabelecia um diagnóstico e apontava as primeiras medidas de emergência para as políticas de segurança pública no estado após as eleições do ano anterior. Por fim, o *Plano Prisional de Minas Gerais* (2004-2006). A partir de demanda da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (Seds MG), ele estabelecia a política pública prisional que seria implementada adiante pelo governo mineiro.

No que se refere ao desenvolvimento de indicadores e produção de informações, o Nesp-FJP, a partir do pleito da Seds MG, publicou os *Boletins e Anuários de Informações Criminais* (2004-

2010), com metodologia inédita e inovadora. Eles configuravam-se como a estatística oficial de Minas Gerais na área de segurança pública, por meio da edição de 13 publicações trimestrais e seis anuais e de sua oferta em meio impresso e nos *sites* governamentais.

Na dimensão de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, foram desenvolvidos múltiplos projetos, em que se destacam: para o Ministério da Justiça, no âmbito do *Programa de Treinamento de Profissionais da Área de Segurança do Cidadão*, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)/Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp).

Ainda sobre a formação e o aperfeiçoamento em recursos humanos, a FJP desenvolveu muitos projetos importantes na ação do *Programa de Treinamento de Profissionais da Área de Segurança do Cidadão*, da Senasp, em atendimento ao Ministério da Justiça. Podem ser citados: *Curso de Gestão e Gerenciamento em Segurança Pública* (2000-2001) e o *Curso de Estatística e Análise Criminal* (2001) – realizados em São Paulo, Maceió, Belém, Cuiabá, Fortaleza e Porto Alegre; o *Curso de Gerenciamento de Segurança Pública* (2001-2004) – para a PCMG; o *Curso de Preparação para a Chefia Policial* e o *Curso de Aperfeiçoamento de Policiais* (2001-2002) para o CBMMG; o *Curso de Gerenciamento de Defesa Social* (2002-2003); o *Curso para Operadores de Segurança Pública* (2004), realizado em parceria com a Escola de Governo do Pará; o *Curso de Especialização em Políticas Públicas de Segurança Pública* (2005/2006), realizado também em parceria com a Escola de Governo do Pará; o *Curso de Gestão Local de Segurança Pública e Políticas e Programas de Prevenção do Crime e da Violência* (2006), realizado em parceria com a Seds MG; o *Curso de Gestão de Segurança Pública e Planejamento Institucional* (2008), realizado em parceria com a PCMG. Também nessa área a FJP se qualificou como uma das instituições da Renaesp, promovida pelo Ministério da Justiça (2008-2011), e pela Seds MG – *Curso de Especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal* (2008-2010). Nas três edições realizadas desse curso, por volta de 110 operadores da segurança pública do Estado foram formados.

No campo da pesquisa e da divulgação científica, esse momento marca a consolidação das redes acadêmicas dos pesquisadores da FJP vinculados à área de segurança pública. Vários projetos de pesquisa foram desenvolvidos, entre os quais se destacam: *Organização e Gestão da Segurança Pública: Análise do Compstat* (Fapemig – 2006), *Fluxo do Crime de Homicídio no Sistema de Justiça Criminal de Minas Gerais* (Fapemig – 2006), *Formas Institucionais de Administração de Conflitos: Juizados Especiais Criminais em Minas Gerais* (Finep – 2006-2008) e *Building Evidence – Based Crime and Violence Prevention in Brazil – Case of Minas Gerais* (Banco Mundial – 2009-2011).

Também nessa dimensão, a FJP promoveu um conjunto de importantes eventos na primeira década dos anos 2000. Merecem destaque os seminários internacionais, entre eles *O Sistema Penitenciário Brasileiro e o Trabalho do Preso* (2000), com apoio do British Council, e *Formação de Recursos Humanos nas Organizações Policiais* (2000), em parceria com a Fundação Ford. Também o seminário nacional *Homicídios: Perspectivas e Experiências de Políticas Públicas* (2005) e, mais uma vez, o seminário internacional *Mídia e Violência* (2006), ambos com o apoio do Ministério da Justiça.

4 O momento atual

Atualmente a FJP se encontra com sua trajetória institucional consolidada no campo das pesquisas em segurança pública e está apta a oferecer sua contribuição em muitas dimensões (governamentais, incluindo subsídio ao planejamento, à criação, à avaliação e à governança de políticas públicas nos três níveis de governo, formação de gestores e operadores de políticas; acadêmicas, ocupando um lugar relevante nas discussões acadêmicas nacionais sobre o tema, seja nas ciências sociais, seja nas sociais aplicadas; e institucionais, utilizando-se de sua rica rede de interlocução com agências multilaterais e da sociedade civil que trabalham e debatem o tema).

Nos últimos anos, destacam-se as atividades voltadas à criação e avaliação de políticas públicas e de assessoria a instituições governamentais inseridas nas reflexões e searas da segurança pública. No primeiro caso, citam-se *O Plano de Defesa Social de Minas Gerais (2012-2014)*. Demandado pela Seds MG, tal plano avaliou e redefiniu a política pública estadual de segurança. *O Plano de Formação dos Gestores do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp JC) (2012-2013)*, sob demanda do Ministério da Justiça e em associação com o FBSP, reorientou a política pública nacional para a formação dos gestores do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública. Também merecem menção a proposta de *Matriz Teórica e Conceitual do Ciclo de Produção da Investigação Policial (2013-2014)*, que, a pedido da PCMG, avaliou um programa experimental de reorientação dos processos de investigação policial; o *Código de Ética e Conduta Para os Agentes de Segurança Penitenciários do Estado de Minas Gerais (2013)*, que assessorou o Escritório para Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC) na construção e validação dos códigos de conduta para os profissionais do sistema prisional em Minas Gerais; e o *Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (2016-2018)*, que, solicitado pela Defensoria Pública de Minas Gerais, promoveu a realização participativa do seu planejamento estratégico para os próximos anos.

No que envolve a assessoria e as instituições governamentais que atuam na área de segurança pública, ressalta-se o *Termo de Cooperação Técnica Nesp/FJP e Ministério Público de Minas Gerais (2017-2022)*. Nessa cooperação, se realizam, atualmente, três projetos: o primeiro é voltado ao entendimento, à mensuração e à organização das informações relativas à letalidade e mortalidade policial; o segundo, destinado à construção de um diagnóstico institucional da PCMG; o terceiro tem o objetivo de promover um diagnóstico das bases de dados em segurança pública de Minas Gerais. Também se ressalta o *Termo de Cooperação Técnica Nesp/FJP e o Observatório Segurança Cidadã (2019-2023)*, por meio do qual desenvolver-se-ão atividades voltadas à produção de estatísticas, indicadores e gestão de conhecimento e informações em segurança pública.

5. Atividades desenvolvidas pela FJP na área de segurança pública

A seguir, apresenta-se uma lista das principais atividades desenvolvidas pela FJP na área de segurança pública.

a) Atividades relacionadas com a concepção, o desígnio e a avaliação de políticas públicas:

- *Caracterização da População Prisional em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (1984)*: desenvolvido em colaboração com o Iuperj, sob encomenda do Ministério da Justiça;
- *Indicadores Sociais de Criminalidade (1987)*: trabalho desenvolvido sob encomenda do Ministério da Justiça, teve por objetivo a criação de um sistema nacional de indicadores sociais de criminalidade para a realidade brasileira;
- *Projeto de Qualificação Profissional da População Penitenciária de Minas Gerais (1995)*: encomendado pela Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos (SEJDH), desenhava um programa de reestruturação do trabalho e das atividades de qualificação profissional da população prisional do estado de Minas Gerais;
- *Indicadores de Segurança Pública: Criminalidade Violenta em Minas Gerais (1998)*: projeto financiado pela Fapemig, recuperou e consolidou as bases de dados de ocorrências policiais de Minas Gerais, gerando a primeira série histórica disponibilizada ao governo e à população sobre os indicadores de ocorrências policiais percebidas pelo Estado; (arquivos esparsos e em papel, para consolidá-las em uma base de dados sistematizada de forma compreensível, com metodologia defensável, e em meio digital);
- *Planejamento Estratégico da Transferência dos Presos da Secretaria de Estado de Segurança Pública para a Secretaria de Estado de Justiça e de Direitos Humanos (1999)*: projeto encomendado pelo governo do estado, desenhava a política de transferência da custódia prisional, então controlada principalmente pela Polícia Civil, para os estabelecimentos do sistema prisional, avaliando os seus impactos e programando o cronograma necessário de abertura de vagas no sistema;

- *Matrizes Pedagógicas das Bases Curriculares do Curso de Formação para os Profissionais da Área de Segurança do Cidadão (1999)*: sob demanda do Ministério da Justiça, desenhava a primeira Matriz Curricular Nacional para os profissionais da segurança pública no Brasil;
- *Plano de Segurança de Minas Gerais (2000)*: sob demanda do Governo Estadual, articulava a primeira política pública sistemática para a área de segurança pública, então a ser oferecida ao Governo Federal, como a proposta do estado de Minas Gerais, dentro do escopo do Primeiro Plano Nacional de Segurança Pública;
- *Plano Estadual de Direitos Humanos (2001)*: também sob demanda do Governo Estadual, reunia, sistematizava e consolidava as ações relacionadas à promoção de direitos humanos de populações vulneráveis no estado;
- *Diagnóstico do Sistema Policial de Uberlândia e Plano de Segurança Pública para o Município de Uberlândia (2000)*: sob encomenda da Prefeitura Municipal, desenhava um diagnóstico e um plano municipal para as políticas locais de segurança pública e sua articulação com as políticas estaduais;
- *Projeto de Combate à Violência no Hipercentro de Belo Horizonte (2002)*: sob demanda da Prefeitura de Belo Horizonte e financiado pelo Pnud, a FJP assessoreou o órgão multilateral no desenvolvimento de diagnóstico sobre os problemas de segurança pública da capital e as soluções pretendidas para a sua resolução;
- *Plano Emergencial de Segurança Pública (Seds MG - 2003)*: sob demanda do governo do Estado, estabelecia um diagnóstico e apontava as primeiras medidas emergenciais para as políticas de segurança pública no Estado;
- *Plano Prisional de Minas Gerais (Seds MG - 2004-2006)*: sob encomenda da Seds MG, desenhava a política pública prisional que seria implementada adiante pelo governo do Estado;
- *Avaliação do Programa de Gestão Penitenciária – Gespen (2007-2008)*: sob encomenda da Seds MG, avaliavam-se os instrumentos de gestão desenvolvidos para o gerenciamento da política e de suas unidades;

- *Gestão do Centro Integrado de Informações de Defesa Social (Cinds) e Certificação das bases de dados de defesa social (Seds MG – 2011)*: sob encomenda da Seds MG, oferecia capacitação aos gestores do Cinds;
- *Plano de Defesa Social de Minas Gerais (Seds MG – 2012-2014)*, já citado;
- *Plano de Formação dos Gestores do Sistema Nacional de Informações e Estatísticas em Segurança Pública – Sinesp]C (2012-2013)*, já citado;
- *Matriz Teórica e Conceitual do Ciclo de Produção da Investigação Policial (2013-2014)*, sob encomenda da PCMG, avaliava novas experiências de gestão da investigação policial;
- *Código de Ética e Conduta para os Agentes de Segurança Penitenciários do Estado de Minas Gerais (UNODC – 2013)*, já citado;
- *Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha e Mucuri (2016-2017)*, avaliando a dimensão segurança pública, sob encomenda do governo do estado;
- *Pobreza no Campo (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese MG – 2016-2018)*, avaliando a dimensão segurança pública, sob encomenda do governo do estado;
- *Juventude e Vulnerabilidades Sociais (Sedese MG – 2016-2018)*, idem;
- *Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (2016-2018)*, sob demanda da DPMG;
- *Inquérito Policial, Processo Investigativo e as Construções de Sentido do Trabalho Policial: um Estudo de Caso na Polícia Civil de Minas Gerais (Fapemig – 2017-2020)*;
- *Termo de Cooperação Técnica – Nesp/FJP e Ministério Público de Minas Gerais (2017-2022)*, já citado;
- *Termo de Cooperação Técnica – Nesp/FJP e Observatório Segurança Cidadã (OSPC – Sesp MG) (2019-2023)*, já citado.

b) Atividades relacionadas à produção e sistematização de informações e estatísticas em segurança pública:

- *Recuperação e Consolidação das Bases de Dados em Segurança Pública (Fapemig – 1995-1998)*, já citado;
- *Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS – Módulo Seg.Publ.) (2006 -)*;
- *Boletins e Anuários de Informações Criminais (2004-2010)*, já citados.

c) Atividades relacionadas à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos: citadas no texto.

d) Atividades e projetos relacionados à pesquisa científica:

- *As Lições do Motim na Penitenciária Agrícola de Neves (1985)*;
- *Políticas Públicas de Controle do Crime e Estatísticas Oficiais de Criminalidade: Notas Preliminares (1986)*;
- *Organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta (Fapemig – 1997-2001)*;
- *Minas Gerais no Século XXI (BDMG - 2002)*;
- *Organização e gestão da segurança pública: análise do “CompStat” (Fapemig – 2006)*;
- *Fluxo do crime de homicídio no sistema de justiça criminal de Minas Gerais (Fapemig – 2006-2007)*;
- *Formas Institucionais de Administração de Conflitos: Juizados Especiais Criminais em Minas Gerais (2006-2008) (Finep - UFF)*;
- *Avaliação da Implantação de Indicadores de Gestão Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais na 13ª Região de Polícia Militar (2007-2008)*;
- *Fluxo dos Crimes de Trânsito em Belo Horizonte (2008-2009)*;

- *Building Evidence-Based Crime and Violence Prevention in Brazil: Case of Minas Gerais (BIRD – 2009-2011);*
- *Fluxo dos Crimes Contra o Patrimônio em Belo Horizonte (CNPq - 2010-2014);*
- *Trajectoria Recente da Política Carcerária em Minas Gerais (Fapemig - 2010-2012);*
- *Análise dos Programas e das Ações de Policiamento Comunitário na Polícia Militar de Minas Gerais (1980-2010) (Fapemig – 2011-2013);*
- *Instituições Participativas no Âmbito da Segurança Pública Brasileira: Programas Impulsionados por Organizações Policiais (Ipea – 2012-2015);*
- *A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais no Brasil (MJ e Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – 2012-2013);*
- *Polícia comunitária e cultura policial na Polícia Militar de Minas Gerais (CNPq – 2014-2016);*
- *Parceria público-privada no sistema prisional: a experiência de Minas Gerais (CNPq – 2014-2016);*
- *Segurança pública e encarceramento no Brasil: articulações e tensões entre políticas e práticas (Pnud, MJ e UFSCar – 2016);*
- *Pensando a segurança pública - Edição especial homicídios (Pnud, MJ e UFMG – 2016);*
- *INCT – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Ineac (CNPq – UFF – 2017-2023);*
- *Pesquisa letalidade e mortalidade policial em Minas Gerais entre 2012 e 2016 (Fapemig – 2018-2021);*
- *Avaliação da institucionalização das políticas públicas de prevenção social à criminalidade no Brasil – estudo de caso em Minas Gerais (CNPq – 2018-2021);*
- *Trajectoria institucional da política prisional em Minas Gerais – Brasil (CNPq – 2018-2021).*

e) *Congressos e seminários realizados:*

1. *Seminário Polícia Militar, estado e sociedade: os desafios da modernidade (1992);*
2. *Seminário Polícia, violência e cidadania (1997);*
3. *Seminário Internacional Segurança pública: antigos desafios, novos modelos (1998 – apoio Fundação Konrad Adenauer);*
4. *Seminário Internacional O sistema penitenciário brasileiro e o trabalho do preso (2000 – apoio do British Council);*
5. *Seminário Internacional Formação de recursos humanos nas organizações policiais (2000 – apoio Fundação Ford);*
6. *Seminário Nacional Homicídios: perspectivas e experiências de políticas públicas (2005 – apoio MJ);*
7. *Seminário Internacional Mídia e violência (2006 – apoio MJ);*
8. *Seminário Políticas públicas de segurança: como a gestão por evidências pode reduzir a criminalidade (2018 – com a participação da UFMG).*

A TRAJETÓRIA DA ÁREA DA CULTURA NA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: UM RECORTE

*Eleonora Santa Rosa*¹⁸⁵

1 Os primeiros tempos

Ainda nos seus primórdios, a vertente cultural no âmbito da Fundação João Pinheiro (FJP), embora não constituísse uma área delimitada, específica, já indicava a presença que ganharia mais força e clareza ao longo dos anos, principalmente da década de 1980 em diante.

Quando se faz uma retrospectiva do papel da instituição nesse campo, corre-se o risco de omissões involuntárias, priorização de determinados temas, ações e escolhas, pela ótica de quem realiza o histórico de atuação.

Assim, o presente texto não tem a pretensão de elencar todos os trabalhos de natureza cultural executados pela entidade desde sua criação, embora eleja como marco inicial, de

¹⁸⁵ Jornalista, editora, produtora, estrategista cultural e consultora, formada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ao longo de sua trajetória profissional na FJP, ocupou diversos cargos, entre eles o de diretora do Centro de Estudos Históricos e Culturais de 1994 a 1998. Foi secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais e diretora executiva do Museu de Arte do Rio - MAR (2017/2019). É fundadora e diretora do Santa Rosa Bureau Cultural. Autora do livro *Interstício*, publicado em 2017.

repercussão no segmento urbano e cultural, o estudo referencial *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto/Mariana*, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)/Fundação João Pinheiro (FJP), sob a direção do eminente arquiteto português Alfredo Viana de Lima, cujo detalhamento de projetos ficou a cargo da instituição (FJP, 1975).

Outro fato relevante e singular concernente a essa iniciativa foi a contratação, nesse mesmo ano e para a execução das atividades que caberiam à FJP, de um grupo de renomados especialistas vinculados à *Revista Barroco*, dirigida pelo poeta e ensaísta Affonso Ávila, que assumiria a coordenação de suporte histórico do plano a convite de Viana de Lima em 1973.

A partir dessa data, formou-se na entidade o embrião do primeiro núcleo dedicado à pesquisa na área cultural. Consultores da magnitude de Francisco Iglésias, Hélio Gravatá e Myriam Ribeiro de Oliveira, entre outros, participaram dessa empreitada de larguíssimo fôlego que, inacreditavelmente, até os dias de hoje, não mereceu publicação editorial à altura do escopo e do significado de seu conteúdo. Trata-se de material valioso, um volume impressionante de textos e ensaios, fundamental para o entendimento do processo de formação e desenvolvimento de duas cidades basilares na história de Minas Gerais.

Destaca-se que, na segunda metade dos anos 1970, o corpo técnico da instituição já reunia equipe interdisciplinar de arquitetos, urbanistas, sociólogos, engenheiros, cientistas políticos, administradores e historiadores. Profissionais do mais alto gabarito e preparo acadêmico, responsáveis por atividades relacionadas à elaboração de planos de desenvolvimento urbano e de planos diretores dedicados às cidades históricas e às estâncias hidrominerais. Esses profissionais atuavam, sobretudo, na esfera da Diretoria de Planejamento Social e Urbano (DPSU) e os trabalhos realizados nesse período delinearam o perfil inaugural de atuação da instituição nesse campo.

Outra iniciativa de ressonância para a projeção nacional da FJP foi o seu *Programa de Recuperação das Cidades Históricas*, abrangendo levantamentos e inventários de bens culturais,

estudos essenciais para a criação de balizas e análises descritivas de edificações religiosas e civis no país.

Nesse contexto, emergiu também um estudo pioneiro que resultou em publicação à parte para o mercado de uma obra de grande interesse e êxito editorial, por seu ineditismo e singularidade – *Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação*, organizada por Affonso Ávila, João Marcos Machado Gontijo e Reinaldo Guedes Machado, pesquisadores da FJP.

Em sua versão comercial, a edição do glossário foi viabilizada por uma parceria com a Fundação Roberto Marinho e a Companhia Editora Nacional em 1980. Sucesso retumbante de vendas e de crítica, o livro é considerado bibliografia referencial na área, tendo merecido três outras edições. A mais recente, de 1996, foi revisada, ampliada e acompanhada de *CD ROM*, com a chancela da *Coleção Mineiriana* da FJP sob o patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), entidade fundamental na viabilização da referida coleção.

Ainda nessa linha, não poderia deixar de aludir a outros dois consideráveis empreendimentos de pesquisa, como o levantamento de bens culturais dos Circuitos do Ouro e do Diamante. Este último, contemplando o período de 1978-1981, foi transformado, posteriormente, em 1994, em obra de referência da mesma *Coleção Mineiriana – Série Municípios e Regiões*, numa parceria com a *Revista Barroco*, em seu número 16.

A edição especial da *Revista Barroco* contou com mais de 500 páginas sob o título *Minas Gerais - Monumentos Históricos e Artísticos – Circuito do Diamante*. De fato, um portentoso e minucioso levantamento e cadastramento, contendo análise, descrição e documentação surpreendentes dos bens culturais de 22 cidades e distritos do Alto e Médio Jequitinhonha. Trabalho original, alentadíssimo, que possibilitou o conhecimento e a divulgação da herança cultural expressiva da região, até então só estudada pelo viés dos problemas econômicos e sociais, revelando as particularidades do acervo histórico e artístico, legado pelos séculos XVIII e XIX.

2. O início da configuração cultural

Em 1983, com a nomeação, para a presidência da FJP, do ex-reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor Aluísio Pimenta¹⁸⁶, recém-chegado de longo exílio nos Estados Unidos, e do pesquisador e escritor Affonso Ávila para a Assessoria Técnica da Presidência (ATP), ambos convidados pelo governador Tancredo Neves, então eleito em memorável campanha no período de redemocratização do país, era previsível que a dimensão cultural da instituição ganhasse projeção, especialmente a vertente relacionada com as diretrizes urbanas e com os planos diretores.

Por outro lado, dada a envergadura intelectual e profissional de Affonso Ávila, poeta e ensaísta especializado no barroco mineiro, reconhecido nacional e internacionalmente, seria também natural que a ATP atuasse de forma mais estruturada e orgânica em projetos dessa natureza.

Assim, ainda em 1983, essa Assessoria foi transformada em Diretoria de Assessoramento e Programas Especiais (Dape)¹⁸⁷. Ela trazia uma organização mais clara em termos das diretrizes de atuação, unindo a tradição das pesquisas e dos estudos relacionados às cidades mineiras, particularmente as históricas e turísticas, e à promoção de seminários de temas emergentes. Nesse ponto, destaca-se a criação da série *Programa de Disseminação de Estudos e Pesquisas* da FJP, que deu vazão a cartilhas, revistas, livros e manuais elaborados pelos técnicos da instituição.

Por essa série, entre 1983 e 1986, foram publicados os seguintes títulos: *São João del-Rei: a Região, a Cidade, o Patrimônio de História e Arte* (1983); *São João del-Rei: Como Entender, Proteger e Viver a Cidade* (1984); *São Lourenço: Como Entender, Proteger e Viver a Cidade* (1984); *Contagem: Aspectos Ambientais* (1985); *Três Pontas: Como Entender, Proteger e Viver a Cidade* (1986). Iniciava-se também, nessa época, de forma mais planejada e estruturada, a produção de documentários culturais da FJP, sendo o primeiro deles um vídeo artístico dedicado a São João del-Rei.

186 Professor Aluísio Pimenta, nono presidente da Fundação João Pinheiro – 17 de março de 1983 a 29 de maio de 1985.

187 As áreas de competência da Dape encontram-se na Portaria n° 31/83, de 29 de junho de 1983.

Em 1984, foi realizada pela Dape uma das suas ações mais importantes e pioneiras: o seminário *Sociedade, Cultura e Tecnologia*, tremendo sucesso de público e notável repercussão de mídia, por se tratar de tema, até então, longe dos holofotes do país: o impacto das novas tecnologias na sociedade brasileira. Com efeito, esse foi o primeiro grande certame de expressão nacional dedicado a esse assunto que já era objeto de intensos debates e reflexões no exterior. O evento teve a participação de um time de respeitáveis intelectuais, artistas e professores como Marilena Chauí, Décio Pignatari, Benedito Nunes, José Zatz, Amilcar Herrera, Ivan Moura Campos, Francisco Iglésias, Lucrécia D'Aléssio Ferrara, Walter Barelli, Jorge Dantas, José Mindlin, José Celso Martinez Correia, Fernando Gabeira, Magda Soares, Laís Corrêa de Araújo, entre outros; e contou com uma excelente programação cultural de ponta com trabalhos pioneiros de arte e tecnologia.

A originalidade das ideias abordadas, a qualidade dos textos apresentados pelos palestrantes e o alto nível das intervenções ensejaram a publicação dos anais do seminário – uma edição especial da revista *Análise e Conjuntura* da Fundação João Pinheiro, em 1985, que se transformou em bibliografia obrigatória, rapidamente esgotada. Além disso, o seminário originou a produção de uma série de seis vídeos a partir das sessões realizadas: *Sociedade, Economia e Tecnologia; Novas Tecnologias da Comunicação e da Cultura; Informática, Educação e Juventude; Novas Tecnologias da Comunicação e Criatividade Artística; Novas Tecnologias e o Meio Ambiente; Novas Tecnologias e os Cenários do Futuro*.

O evento marcou também o início de uma série de colóquios e debates promovidos pela Dape e pelo seu sucedâneo institucional, o Centro de Estudos Culturais (CEC), criado em 1985, quando saíram da FJP o presidente Aluísio Pimenta e o diretor Affonso Ávila. Ambos deslocaram-se para Brasília em razão do convite ao ex-reitor da UFMG para assumir o Ministério da Cultura (MinC). Ávila o acompanharia na condição de assessor especial.

Como ministro, Aluísio Pimenta contratou a FJP para desenvolver dois projetos que inauguraram a linha de pesquisas pioneiras no campo da gestão pública de cultura e da economia

da cultura, estudos esses desdobrados pelo seu sucessor, o economista Celso Furtado, que, em sua administração, deu ênfase ao tema da economia da cultura, ainda incipiente no Brasil em 1988. Pertence ao período de Aluísio Pimenta no MinC o diagnóstico *Elementos para uma Política Cultural: Casas de Cultura em Minas Gerais*, desenvolvido pela equipe do CEC; já no período de Furtado seriam realizados o *Estudo de Viabilidade do PIB Cultural* e *A Indústria Cultural no Quadro da Economia Brasileira*, sob a responsabilidade do Centro de Economia Aplicada da FJP.

São trabalhos referenciais que serviram de base a outras pesquisas importantes desenvolvidas no início dos anos 1990 tanto pelo CEC quanto pela área de economia, como os *Estudos da Cadeia Produtiva do Cinema Brasileiro e da Indústria Editorial*.

3 A criação do Centro de Estudos Culturais (CEC)

A posse de Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz¹⁸⁸ na Presidência, em 1985, inaugurou um período de grande efervescência da instituição em todos os seus setores. Maurício Andrés Ribeiro, arquiteto e ambientalista, pesquisador do quadro técnico da Dape, assumiu a diretoria então transformada em Centro de Estudos Culturais (CEC).

Trata-se de um marco. A atividade cultural foi formalmente reconhecida e inserida nominalmente na estrutura administrativa e organizacional da FJP, uma vitória, fruto de um processo longo de trabalho e do resultado apresentado nessa seara.

Durante alguns períodos na trajetória da FJP, essa área sofreu críticas e incompreensões de várias ordens, muitas vezes tratada com preconceito e discriminação por aqueles que consideravam que uma fundação de planejamento, administração e gestão pública não deveria ter, em sua composição, um setor dedicado à cultura. Visão estreita e limitada quanto ao entendimento da importância do papel da cultura nas políticas públicas de desenvolvimento.

188 Primeiro mandato: setembro de 1970 a março de 1971. Segundo mandato: julho de 1985 a março de 1987.

A primeira fase do CEC foi bastante diversa e estendida em termos de atuação e interesses em função do perfil da Presidência da Fundação João Pinheiro e de sua diretoria naquele momento. Sua ênfase estava voltada para a execução de trabalhos destinados ao registro da memória de setores artísticos, como o projeto dedicado à memória musical de Belo Horizonte, em parceria com a Fundação Nacional de Artes (Funarte), que financiou também a pesquisa destinada à recuperação do acervo fotográfico de Chichico Alkimin, mineiro radicado em Diamantina, cujo resultado foi a publicação de um pioneiro manual de técnicas de preservação.

O CEC desenvolvia ações de memória de empresarial, de promoção de debates sobre países como a Índia, de grupos de estudo de temas estratégicos como a microeletrônica, demanda de interesse direto do presidente Hindemburgo, que resultou na organização do *Seminário Microeletrônica e Sociedade: Impactos de Tecnologias Emergentes* (SEMINÁRIO..., 1988), tratando de assuntos complexos e avançados no campo da telemática, robótica, inteligência artificial e da computação, entre outros.

Foi um momento de grande impulso também na produção de vídeos e programas exibidos em rede nacional, tais como: *Dandara - Mulher Negra*; a importante *Série Cultura em Debate*, composta de dez programas exibidos na TV Minas Cultural e Educativa, apresentados pelo cientista político e sociólogo Jarbas Medeiros¹⁸⁹, que integrava a equipe do CEC, com a participação de intelectuais e artistas de renome, sob os auspícios do Ministério da Cultura.

Sob encomenda do MinC e coordenação do CEC, realizou-se o *IV Seminário Regional de Reformulação da Pesquisa de Informações Culturais*, voltado para a ampliação da base do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na esfera estadual, foi assinado convênio com a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, abrangendo a formulação do *Plano Estadual de Cultura* e outros produtos e pesquisas que, infelizmente, não prosperaram.

189 Jarbas Medeiros foi presidente da Fundação João Pinheiro de 18 de janeiro de 2001 a 1º de março de 2002.

4 A extinção

Em 1988, com a eleição de um governador de triste memória, ocorreu a política de desmantelamento das instituições estaduais de planejamento, pesquisa, ciência e tecnologia, meio ambiente e cultura, entre outras. Governo adversário do pensamento, da formação crítica, da autonomia e do saber. Minas Gerais viveu, nessa fase, um dos seus períodos mais duros e persecutórios.

Na Fundação João Pinheiro, assumiu o assessor do então governador, figura despreparada para o desafio de lidar com uma instituição dessa natureza, celeiro de inteligência e competência do Estado. Pela primeira vez em sua história, os funcionários da entidade fizeram uma greve contra o governo, cujo resultado mais visível da prática obscurantista e opressora reinante foi a demissão de alguns gabaritados pesquisadores, profissionais de primeira grandeza, demitidos de forma arbitrária e agressiva.

Instala-se um clima inamistoso na Casa, pontuado por práticas de vigilância, de delação e de intimidação, marcado pela ação titubeante de uma diretoria incapaz de entender a dimensão e o significado do trabalho desenvolvido pela entidade. Nesse contexto, o CEC é extinto em 1988 e passa a integrar uma nova diretoria, o Centro de Estudos Sociais e Culturais (Cesc). A área da cultura passaria a ter uma estrutura gerencial única, secundarizada e subordinada, em termos hierárquicos, ao antigo Centro de Estudos e Políticas Sociais (Ceps), dirigida por um titular sem experiência na área.

Experiente em função de momentos anteriores de questionamentos e quase extinção, a equipe do CEC desdobrou-se em ações pulverizadas de busca de patrocínios e recursos para a realização de suas atividades precípuas. Impressiona-me ainda hoje, no momento desta retrospectiva, a mobilização de esforços para a viabilização de seminários, projetos de pesquisa, produção de documentários e outras atividades.

Em 1989, embora o governo permanecesse o mesmo, começaria um período de distensionamento na FJP, com a saída do então presidente e a nomeação de um executivo experiente na área pública e privada, Antônio Abraão Caram Filho (4 de agosto de 1989 a 24 de abril de 1990), que logo seria substituído por Roberto Gonçalves Pereira, que recriou o CEC em 1990.

Desse período emergiram dois seminários de grande importância: *Inconfidência Mineira e Revolução Francesa – Bicentenário: 1789/1989*, reunindo, em Ouro Preto, durante cinco dias, um robusto corpo de conferencistas das universidades brasileiras mais prestigiosas. Estavam presentes professores como Célia Freire D'Áquino Fonseca, Laura de Mello e Souza, César Boschi, João Antônio de Paula, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Renato Janine Ribeiro, Francisco Calazans Falcão, Maria Yeda Linhares, Roberto Romano, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Maria Efigênia Lage de Resende, Francisco Correia Dias, Carlos Fico, Otávio Dulci, Cândido Mendes de Almeida, além da participação especial de Affonso Ávila que havia sido demitido da FJP, em 1988, por motivos políticos. Evento de magnitude, com programação cultural ampla e sofisticada, teve grande repercussão e sinalizou que a área da Cultura da FJP permanecia diligente e atuante.

O segundo seminário foi o *Centenário da República - 1889-1989*, que congregou um time também de primeira grandeza. Estiveram na capital mineira para um animado ciclo de debates baluartes como Hélio Silva, Edgar Carone, Francisco de Assis Barbosa, Antônio Risério, Helena Bomeny, Aspásia Camargo, Evantina Pereira Vieira e Roberto Romano, entre outros.

Ambos os eventos foram registrados em anais editados em números especiais da *Revista Análise & Conjuntura* da FJP, também esgotados e disputados em sebos especializados. No campo da produção videográfica dessa fase, merecem destaque as seguintes produções: *A Liberdade é Amável; Roteiro de Minas I*, em parceria com o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha MG); *Abrigo Repórter*, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura; e *Arturos: Preservação de uma Cultura*.

Ainda em 1989, foi realizado o *Diagnóstico das Indústrias Culturais: o Cinema Brasileiro - Fase 1*.

5 A fase do equilíbrio frágil

Em 1991, com a eleição do novo governo e já reintegrado ao organograma institucional como diretoria, o CEC ainda atravessou momentos delicados de ameaça de supressão. Na ocasião, sob a gestão do presidente Luís Aureliano Gama de Andrade (26 de outubro de 1991 a 6 de janeiro de 1995) e a direção do historiador Bernardo da Mata Machado, deu-se continuidade aos projetos de pesquisa histórica, dos estudos das cadeias produtivas do segmento cultural e de memória de instituições. No entanto, a situação do centro era de flagrante fragilidade em virtude de problemas relacionados ao esvaziamento de equipe, à restrição de recursos e de infraestrutura, redução do número de parceiros e outras instabilidades.

A iniciativa mais importante desse período foi a proposição da *Coleção Mineiriana*, idealizada pelo professor emérito da UFMG e assessor especial da presidência da FJP, Júlio Barbosa, e pelo então diretor do CEC, com o apoio fundamental da Fapemig. Foram iniciados os trabalhos preliminares de organização da coleção que, no entanto, só ganharam corpo editorial na gestão seguinte do CEC.

Pertence também a esse período o *Diagnóstico do Setor Editorial Brasileiro*, resultado de convênio celebrado entre a FJP, o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (Cerlalc) e a Câmara Brasileira do Livro (CBL). Posteriormente, esse trabalho foi desdobrado em vários estudos anuais.

6 A nova face do Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc)

Faltando oito meses para o término da presidência de Luís Aureliano, em abril de 1994, assumiu a direção do CEC, já transformado em Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc), a jornalista, produtora e gestora pública Eleonora Santa Rosa, do quadro de técnicos da instituição. Por seu perfil e sua experiência, o centro passou a atuar de modo proativo, ampliando, pluralizando e desdobrando suas linhas de atuação.

O Cehc fez uma série de realizações de repercussão pública e ressonância na mídia, recompôs sua equipe por meio da chamada de concursados, celebrou uma série de convênios e contratos de parceria e patrocínio, desenvolvendo pesquisas voltadas ao universo dos gastos na área da cultura, entre outras, priorizando, também, trabalhos de revalorização da história municipal e empresarial, e publicações como a história do transporte em Belo Horizonte, que resultou em livro original – *Omnibus – Uma História dos Transportes Coletivos em Belo Horizonte*, esgotado, assim como a publicação decorrente da pesquisa dedicada à história do saneamento na capital, *Saneamento Básico em BH – Trajetória em 100 Anos – Os Serviços de Água e Esgoto*, e a história do comércio da capital. Esta última resultou em uma bela publicação – *Belo Horizonte e o Comércio – 100 Anos de História*, alentada e fartamente ilustrada, dando origem a uma série de depoimentos com dez comerciantes de destaque da cidade em fascículos. Formato similar foi adotado na pesquisa do saneamento básico. Além do referido livro, ela proporcionou quatro fascículos tratando de temas conexos. Todas essas obras foram lançadas já na gestão de Roberto Borges Martins (6 de janeiro de 1995 a 1º. de janeiro de 1999), com expressivo êxito editorial.

Tendo recebido convite para permanecer à frente da direção do Cehc e com apoio e entusiasmo do novo presidente, a área da cultura na FJP viveu um de seus momentos mais profícuos, com inúmeros projetos e pesquisas de cunho nacional. Destaca-se, nesse período, a aproximação estreita com o Ministério da Cultura, na gestão do Ministro Francisco Weffort, que contratou a FJP para a execução dos trabalhos seguintes:

- *Diagnóstico dos Investimentos Culturais no Brasil - 1985 a 1997 – (1997/1998).*
- *Gastos de Empresas Públicas, Privadas e suas Fundações e Institutos Culturais (1990-1997).*
- *Módulo 1 - Gastos Públicos com Cultura no Brasil – União, Estados e Municípios de Capital – 1985-1995.*

Foram estudos de fôlego, complexos, abarcando situações de discrepância e irregularidade de informação que demandaram o estabelecimento de metodologias e bases de informação pioneiras. É interessante notar que essa vertente de trabalho recuperou as incursões da FJP no campo da economia da cultura. Dessa feita, o foco foram os gastos com cultura na esfera pública, nos três níveis da Federação, além da medição dos primeiros resultados da operação da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

No âmbito local e em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, o Cehc realizou o *1º Censo Cultural de Belo Horizonte (1996/1997)*, pesquisa extensa e trabalhosa muito bem-sucedida, que incluiu a publicação dos resultados por intermédio do *1º Guia Cultural de Belo Horizonte*, uma edição em cooperação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) em 1997.

Em paralelo, o centro prosseguiu com a vertente de pesquisa de história sobre instituições, como a do BDMG, que resultou em uma publicação robusta e densa - *Trajetória do BDMG: Imagens de um Projeto para Minas (1997)*.

Para além das parcerias celebradas com o Ministério da Cultura, a Secretaria de Estado da Cultura, a Prefeitura de Belo Horizonte, a UFMG e outras instituições públicas e privadas, a parceria mais importante do Cehc nesse período foi com a Fapemig, que deu suporte imprescindível à concretização editorial da *Coleção Mineiriana*, um dos maiores êxitos da FJP, que alcançou

consagração nacional. De 1994 até fins de 1997, foram lançados mais de 15 volumes da coleção, com títulos fundamentais da historiografia mineira e brasileira.

Seguindo a trilha dessa iniciativa editorial, o Cehc, ainda na gestão de Eleonora Santa Rosa, lançou, em 1997, em função da celebração de 100 anos da capital mineira, a *Coleção Centenário*, que ganhou repercussão e reconhecimento notáveis. A maior parte de seus dez títulos está esgotada há muito.

A relação desse impressionante acervo das duas coleções encontra-se à disposição do público no *site* da FJP.

7 Entre pesquisas, estatísticas, publicações e resistência

A partir de 1998, sob outra direção e daí por diante, o Cehc diversificou seu campo de pesquisa e de publicações, com a preciosa *Série Cadernos do Cehc* (de 2001 até 2004), tratando de temas importantes dedicados à pesquisa de educação patrimonial, responsabilidade social e ao *marketing* cultural, ao patrocínio cultural em Minas Gerais, à análise quantitativa das empresas investidoras em cultura via Lei Estadual 1998-2001, às renúncias fiscais (*O Segmento Cultural numa Abordagem Comparativa*), aos apontamentos sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) Patrimônio Cultural, às estatísticas básicas da Lei Estadual de Incentivo à Cultura de MG – 1998-2001, à participação da sociedade civil e à democratização da gestão pública, entre outros.

Por meio do esforço de muitos, de acertos, desacertos e instabilidades, da persistência e resiliência de sua equipe, o Cehc continuou seu trabalho importante e significativo no campo das

estatísticas culturais, da pesquisa histórica, da organização de seminários, da produção de estudos e do desdobramento da *Coleção Mineiriana*, que ganhou *status* de seu projeto principal.

Ressalta-se, ainda, que os anos 2000 trouxeram períodos de grande instabilidade, ora com a fusão do centro, ora com a sua extinção, ora com sua recriação. Gangorra institucional que refletiu os humores da política dos governos vigentes, alguns com mais entendimento da importância do setor no âmbito da FJP, outros refratários ao papel estratégico de uma área específica dedicada aos assuntos culturais em sua mais ampla acepção. Registre-se também que duas técnicas de destacada produção intelectual e grande contribuição aos trabalhos de pesquisa do Cehc, ambas, por coincidência, convocadas para o quadro da diretoria na gestão de Eleonora Santa Rosa, a socióloga Sylvana de Castro Pessoa e a historiadora Maria Marta Martins de Araújo, foram coordenadoras de projetos do centro no período de 1994 a 1998, assumiram, em anos seguintes, por períodos distintos, a direção do Cehc, dando ênfase à continuidade da *Coleção Mineiriana* e aos diagnósticos do setor cultural. Gestões profissionalizadas, de elevada competência técnica.

Infelizmente, o Cehc foi novamente extinto a partir de medidas de reestruturação do Governo estadual eleito. Espera-se que essa situação passageira, como bem mostra a trajetória narrada neste texto, não seja impeditiva da permanência da linha de trabalho da entidade no campo cultural, mesmo que, nesse momento, integrada a outra diretoria. Em breve, como a história já mostrou, haverá de ser resgatada em sua dimensão específica e simbólica no organograma da instituição.

Por fim, a autora se desculpa previamente por eventuais omissões e lacunas involuntárias, em função do limite editorial do artigo e do recorte e das balizas conceituais e cronológicas adotadas. Como dito inicialmente, o espaço não é suficiente para a descrição completa e pormenorizada da trajetória da FJP na área da cultura.

Referências

- ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes (org.). **Barroco Mineiro**: glossário de arquitetura e ornamentação. Belo Horizonte: FJP, 1996. 234 p. (Coleção Mineiriana. Série Obras de Referência).
- CADERNOS DO CEHC. Belo Horizonte: FJP, 2001-2004. (Série Cultura). 11 v.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento Urbano. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana**: relatório síntese. [Belo Horizonte]: FJP, 1975. 69 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Culturais. **Elementos para política cultural**: casas de cultura em Minas Gerais – relatório final. Belo Horizonte: FJP, 1987. 156 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Culturais. **Projeto Seminário Inconfidência Mineira e Revolução Francesa**: bicentenário: 1789/1989. [Belo Horizonte]: FJP, [1989]. 226 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil**: gastos públicos com a cultura no Brasil: 1985-1995. Belo Horizonte: FJP, 1998. 3 v.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Diagnóstico do setor editorial brasileiro**. Belo Horizonte: FJP, 1993. 29 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **1º Guia cultural de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FJP, 1997a. 403 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **A trajetória do BDMG**: imagens de um projeto para Minas. Belo Horizonte: FJP, 1997b. 231 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Assessoramento e Programas Especiais. **São João del-Rei**: a região, a cidade, o patrimônio de história e arte. Belo Horizonte: FJP, 1983. 39 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Programa de disseminação de estudos e pesquisas**: urbanismo. Belo Horizonte: FJP, 1986. 5v.

MINAS Gerais: monumentos históricos e artísticos: circuito do diamante. **Barroco**. Belo Horizonte: FJP, v. 16, 1994. (Coleção Mineiriana. Série Municípios e Regiões). Número comemorativo.

SEMINÁRIO microeletrônica e sociedade: os impactos de tecnologias emergentes. **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte: FJP, v. 2/3, n. 3/1, set./dez. 1987, jan./abr. 1988.

SOCIEDADE, cultura e tecnologia. **Fundação JP**. Belo Horizonte: FJP, v. 14/15, n. 11/12/1/2, nov./dez. 1984, jan./fev. 1985. Número especial.

A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO NOS ESTUDOS URBANOS

*Marieta de Campos Alves Vitorino*¹⁹⁰

*Maria Valeska Duarte Drummond*¹⁹¹

Maria Izabel Marques do Valle^{192 193}

Introdução

Neste momento de comemoração dos 50 anos da Fundação João Pinheiro (FJP), este texto busca registrar as contribuições da instituição para a área de estudos urbanos e seu papel no planejamento de Minas Gerais. A temática estudos urbanos nasce na estrutura organizacional da FJP em 1972, dentro do recém-criado Centro de Economia e Estudos Urbanos (CEEU), que se desmembra, no ano seguinte, em duas diretorias: o Centro de Economia Aplicada (CEA) e o Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU) que abarcou as pesquisas em estudos urbanos. Entre suas

190 Arquiteta urbanista, pesquisadora aposentada da Fundação João Pinheiro.

191 Arquiteta urbanista, pesquisadora da Fundação João Pinheiro.

192 Arquiteta urbanista, pesquisadora da Fundação João Pinheiro.

193 Com a colaboração de Eduardo Roberto Tagliaferri, arquiteto urbanista, pesquisador aposentado da Fundação João Pinheiro.

atribuições, estava a de elaborar planos de desenvolvimento urbano local e regional. O CEEU, ao longo dos anos, se transformou em várias outras diretorias, no entanto, sempre mantendo essa atribuição.

Este ensaio está dividido em cinco seções. A primeira é a introdução, na qual se apresenta a estrutura do texto. A segunda seção aborda as primeiras décadas, quando foram realizados planos, programas e projetos de desenvolvimento integrado para Minas Gerais. Neles o debate sobre o processo de planejamento e implementação de ações em áreas urbanas foi contemplado, tendo as atividades sido concentradas no Centro de Desenvolvimento Municipal (CDM), uma das diretorias em que o CDU se desdobrou, levando consigo os estudos urbanos. A terceira seção registra a incorporação dos estudos metropolitanos, tanto os que antecederam a criação das regiões metropolitanas quanto aqueles realizados depois que a FJP incorpora, em sua composição, a equipe do Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), órgão de planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Foi nessa ocasião que o CDM se torna Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (Cemme). Já na quarta seção, são apresentados os trabalhos desenvolvidos quando já estava em vigor o Estatuto da Cidade, marco jurídico e urbanístico aprovado em 2001 e que se torna referência para os estudos urbanos. Destacam-se os planos diretores municipais como instrumentos de planejamento para cidades mais justas e mais humanas, seguindo princípios da sustentabilidade, gestão democrática e participação popular. No decorrer desse período, reformas administrativas aglutinam diretorias, e o Cemme foi absorvido pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP) que, por sua vez, transformou-se na atual Diretoria de Políticas Públicas (DPP). Na quinta seção são registrados alguns comentários finais.

1 Planos, programas e projetos de desenvolvimento integrado

Nesta seção buscou-se refazer a cronologia relacionada à elaboração e implementação de planos, programas e projetos de desenvolvimento integrado no âmbito estadual com a efetiva

participação da FJP a partir de 1979. É importante registrar que o *Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social – 1972 a 1976* (PMDES), publicado em 1971, definiu o planejamento participativo como instrumento governamental. Muitos dos planos, programas e projetos coordenados por órgãos estaduais e diretorias da FJP observaram, desde então, essa prática preconizada pelo PMDES.

Em junho de 1979, sob a responsabilidade da Assessoria Técnica da Presidência (ATP), foram contratados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) edições do *Plano de Organização Espacial, Valorização e Preservação de Cidades e Núcleos Urbanos Integrantes de Circuitos Históricos do Ciclo do Ouro*. O primeiro circuito envolvia Santa Bárbara, Santa Rita Durão (Mariana), Catas Altas, Brumal e Cocais (Barão de Cocais); o segundo, Tiradentes e Prados.

Os trabalhos foram realizados por uma equipe técnica multidisciplinar que buscou integração com diversos segmentos das comunidades para melhor conhecer as formas de apropriação do espaço urbano pelos moradores e sua compreensão sobre a importância do patrimônio local. Os resultados dessa participação conjunta entre equipe técnica e cidadãos foram importantes para demonstrar a conexão entre a população dos núcleos urbanos estudados e seu patrimônio histórico e artístico.

Em 1981, foi implantado o *Programa Estadual de Centros Intermediários (Proeci)*, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), repassados via Governo federal, com contrapartidas de ambos os níveis de governo. Estudos apoiados na análise da estrutura espacial de Minas Gerais, trabalho também realizado pela FJP, orientaram a concepção do Proeci segundo quatro critérios:

- a) a preocupação com o bem-estar e as condições de vida, particularmente da população de baixa renda em Minas Gerais;
- b) a dinâmica demográfica das várias regiões do estado, desenvolvendo projetos para a reorientação e contenção dos fluxos migratórios;

- c) a seleção de áreas geográficas estratégicas no sistema urbano mineiro que permitissem promover maior integração entre as regiões econômicas do estado;
- d) a preocupação com o dinamismo da base produtiva (potencial de retorno) – regiões que respondessem mais rapidamente aos investimentos privados, refletindo positivamente sobre os aspectos de pobreza, migração e organização espacial.

O programa contemplou 14 cidades: Unai, Patos de Minas, Uberlândia, Uberaba, Poços de Caldas, Itajubá, Pouso Alegre, Varginha, Três Corações, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo, Governador Valadares e Teófilo Otoni.

A estrutura de administração do programa envolveu a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (Seplan MG), coordenadora geral do programa; a Superintendência de Articulação com os Municípios (Supam), órgão da Seplan MG, coordenadora executiva, em que se instalaram o sistema de monitoria e os núcleos de orientação e implementação, esses com equipes técnicas multidisciplinares encarregadas da integração dos projetos nas cidades; e, ainda, a Câmara de Participação, representada pelos 14 prefeitos municipais e os supervisores dos núcleos de orientação e implementação.

Por solicitação da Seplan MG, a FJP cedeu técnicos para conduzir os trabalhos da coordenação executiva. Dessa forma, a FJP não só realizou os estudos, análises e concepção, mas também coordenou a implementação de todos os trabalhos voltados para o planejamento urbano das cidades e treinamento das equipes municipais.

O Proeci propôs a criação dos seguintes projetos: reforço institucional às prefeituras, centro de bairro; microunidades de produção; abastecimento agrícola, treinamento, artesanato, pegmatitos, saúde, educação e os centros de educação politécnica, infraestrutura viária, transportes e saneamento.

Reforçando o Proeci, havia um convênio entre o Governo estadual e o Ministério do Interior, com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) para a implementação do projeto *Reforço da Capacidade de Planejamento das Prefeituras*, visando à criação de núcleos de planejamento nas estruturas administrativas, focando as áreas de planejamento, fazenda e administração.

Alguns instrumentos básicos foram propostos para as prefeituras municipais – sempre com a participação da sociedade – para desencadear e sustentar o processo de implantação do sistema municipal de planejamento: elaborar o perfil do município contendo informações básicas e potencialidades de desenvolvimento, o que permitia definir uma estratégia de intervenção na estrutura social, econômica, física e territorial dos municípios; formular diretrizes e estratégias de desenvolvimento urbano e regional; criar o plano de ação da prefeitura e o programa de investimentos, instrumentos que resultariam em programas integrados, projetos setoriais e na legislação urbanística básica.

A participação da comunidade na elaboração, discussão e avaliação nos trabalhos acima mencionados se dava por meio da Comissão de Acompanhamento do Planejamento Urbano. Em sua composição, procurou-se assegurar a inclusão da representatividade social dos diversos segmentos da sociedade, notadamente aqueles de menor poder aquisitivo.

Entre 1991 e 1993, inicia-se a implementação do *Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios do Estado de Minas Gerais (Somma)*, também um programa do Governo estadual, com financiamento, acompanhamento e assistência técnica do Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird)). Foi criado também o Fundo de Desenvolvimento Municipal para apoiar esse programa. Como agência executora do programa, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) se encarregava de gerenciar os recursos financeiros alocados nesse fundo, que seriam aplicados em até cinco anos.

O Conselho Diretor do Somma era presidido pela Seplan MG e integrado por representantes da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, da Secretaria de Estado da Fazenda, da Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais e do BDMG. O papel da FJP se relacionava com a assistência técnica. A ela cabia elaborar o diagnóstico prévio institucional e financeiro dos municípios; elaborar, executar e supervisionar projetos de treinamento de recursos humanos para a administração municipal e acompanhar o desempenho do *Projeto de Desenvolvimento Institucional dos Municípios*, desenvolvido pela própria FJP. Seu objetivo era fortalecer a capacidade de gestão dos governos locais para consolidar seu papel de promotores do desenvolvimento municipal. Sua estratégia de intervenção apoiava-se em ações de assistência técnica e de treinamento para as prefeituras municipais nas áreas fazendária, de saneamento ambiental e de planejamento urbano, incluída a formulação de políticas públicas.

Para a elaboração dos projetos específicos para os municípios contemplados no programa, destacavam-se como linhas de atuação:

- a) modernização da área fazendária em busca do incremento da receita municipal: revisão e análise da legislação, racionalização de procedimentos e capacitação das chefias e equipes das prefeituras;
- b) elaboração de cartografia básica como suporte na instrumentalização do processo de ordenamento do desenvolvimento urbano, no lançamento e na cobrança dos tributos imobiliários e na elaboração de projetos de infraestrutura;
- c) análise das condições sanitárias e ambientais dos municípios visando à definição de propostas de políticas, diretrizes e ações e ao equacionamento dos problemas ali identificados.

No primeiro ano do programa, o CDM atuou em 22 municípios indicados pelo BDMG, para diagnóstico e estruturação do *Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI)*, com foco em seis áreas-chave: aspectos institucionais, administração fazendária, informações financeiras,

planejamento municipal, saneamento básico e meio ambiente. Para cada município, foi elaborado também o *Plano de Ações Estratégicas (PAE)*.

O *Programa Permanente de Desenvolvimento Municipal (Prodemu)* também foi criado em 1991 e sua proposta era cumprir os objetivos definidos no artigo 41 da Constituição do Estado de Minas Gerais (1989)¹⁹⁴ : prestar assistência técnica e financeira aos municípios e cooperar para o planejamento e a execução das funções públicas de interesse local, com vistas ao desenvolvimento municipal e regional. Com esse programa, o Governo estadual pretendia apoiar a política de fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais e de suas articulações com os demais níveis de governo, mediante quatro linhas programáticas:

- a) capacitação institucional das associações microrregionais de municípios;
- b) implantação de sistemas de informações municipais;
- c) capacitação e desenvolvimento de recursos humanos;
- d) orientação técnica na elaboração e implantação de planos, programas e projetos de interesse municipal, entre os quais os planos diretores de desenvolvimento urbano.

Para sua execução, o Prodemu apresentava a seguinte estrutura: o Conselho Diretor como órgão de gestão; a Seplan MG como órgão de coordenação geral, acompanhamento e avaliação; a Secretaria de Estado de Assuntos Municipais de Minas Gerais (Seam MG) como órgão de execução; a FJP como órgão de apoio técnico; a Federação das Associações Microrregionais dos

¹⁹⁴ Art. 41 – O Estado articulará regionalmente a ação administrativa, com o objetivo de:

I integrar o planejamento, a organização e a execução de funções públicas, de interesse comum, em área de intensa urbanização;
II contribuir para a redução das desigualdades regionais, mediante execução articulada de planos, programas e projetos regionais e setoriais dirigidos ao desenvolvimento global das coletividades do mesmo complexo geoeconômico e social;
III assistir os municípios de escassas condições de propulsão socioeconômica, situados na região, para que se integrem no processo de desenvolvimento.

Municípios (Femam) como entidade de cooperação. O Conselho Diretor tinha na sua composição um representante da Seam MG que o presidiu, um da Seplan MG, um da FJP e dois da Femam.

A Seplan MG cuidou dos aspectos referentes à articulação para o planejamento das ações, e a Seam MG, dos aspectos relativos à implementação do programa. A Femam, como órgão representativo das associações microrregionais, participou de forma cooperativa do planejamento e da implantação das ações do Prodemu. Essa federação foi um relevante canal de defesa dos interesses dos municípios, fortalecendo as associações microrregionais, em última instância, as responsáveis pela aglutinação das demandas das prefeituras.

A FJP teve o CDM como órgão responsável pelo apoio técnico aos governos locais, por meio das associações microrregionais de municípios, tanto para a formatação quanto para a execução dos planos de ação das associações microrregionais e dos planos de ação das prefeituras. A FJP buscou – em órgãos do Governo estadual, entidades e empresas – competência técnica para a elaboração conjunta de planos, programas e projetos de interesse dos municípios e do estado de Minas Gerais. Esses produtos foram executados por meio dos recursos financeiros do poder público (município, estado e União) e também de entidades privadas. Foi previsto também um programa de monitoria e avaliação das atividades do Prodemu para correção de rumos e garantia do processo permanente de apoio ao desenvolvimento municipal.

O associativismo tornou-se uma estratégia viável para se atingir os objetivos do Prodemu devido ao fato de Minas Gerais possuir uma grande base territorial com diferenças regionais acentuadas e muitos municípios. O eixo central dessa estratégia foi o diálogo técnico e político permanente entre os órgãos estaduais mineiros e os governos locais, representados pelas associações microrregionais de municípios. Essas associações desenvolveram um trabalho conjunto entre prefeitos e vereadores, deputados e demais lideranças comunitárias na defesa dos interesses locais e microrregionais.

O associativismo municipal se apresentava, assim, como estratégia adequada para fortalecer tanto a capacidade de gestão dos governos locais quanto a descentralização responsável e eficaz. Buscava-se um associativismo capaz de se transformar em um fórum técnico e político, de apoiar a modernização das administrações municipais e, finalmente, de sistematizar as demandas locais e microrregionais.

Dessa forma estavam criadas as condições para o planejamento regional mais democrático e eficaz. Prefeitos, associações microrregionais, vereadores, deputados, lideranças comunitárias e empresários formularam propostas de desenvolvimento local e microrregional que foram negociadas com o Governo estadual, responsável pela formatação das políticas de desenvolvimento.

Em 1994 foi assinado o Convênio de Cooperação Mútua entre a FJP e o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER MG), com a interveniência da Seplan MG e da Secretaria de Estado de Obras Públicas (Seop MG), para desenvolvimento do projeto *Estudos Básicos para Orientar os Planos Diretores dos Municípios Mineiros Situados na Área de Influência da Duplicação da Rodovia Fernão Dias*, também a cargo do CDM, contemplando 35 municípios mineiros.

Com a realização desse trabalho, o DER MG cumpriu uma das medidas compensatórias do Licenciamento Ambiental das obras da Rodovia Federal BR 381, relativamente aos impactos dessa duplicação nos municípios situados em sua área de influência. O cumprimento das medidas compensatórias previstas na licença ambiental foi monitorado pelo BID, organismo financiador das obras.

2 As regiões metropolitanas mineiras em perspectiva na Fundação João Pinheiro

Do ponto de vista legal, as regiões metropolitanas brasileiras foram reconhecidas na Constituição de 1967, mas estudos econômicos e regionais já as identificavam como um fenômeno que vinha ocorrendo no país, resultante de um novo perfil de urbanização e industrialização, a partir dos anos 1930, assim como o adensamento de centros polarizadores e a conurbação de caráter intermunicipal.

A institucionalização dessas regiões só veio a se dar, de fato, com a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, que criou a Região Metropolitana de Belo Horizonte, juntamente com as de outras sete capitais.

As duas regiões metropolitanas de Minas Gerais, a de Belo Horizonte (RMBH) e a do Vale do Aço (RMVA) têm, desde as suas origens, uma relação de entrelaçamento com a FJP. Antes da emergência do aparato institucional que lhes dava suporte, o Governo estadual deu os primeiros passos na direção do seu planejamento, com a elaboração de estudos e a consolidação de uma equipe dedicada ao tema, a cargo da FJP.

Após a Constituição de 1967, o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), órgão central do Sistema Estadual de Planejamento, iniciou as primeiras tentativas de estruturar um órgão de planejamento metropolitano, que sofreu forte oposição do prefeito de Belo Horizonte. Um estudo realizado pela consultoria paulista Hidroservice delimitou geograficamente a RMBH, que foi integrada por 14 municípios¹⁹⁵.

A consultoria recomendou a elaboração de um plano de desenvolvimento para a região. Iniciou-se uma disputa no conselho entre partidários da contratação de consultorias privadas para a sua elaboração e um grupo que defendia a elaboração pelas instituições estatais. O Governo estadual decidiu delegar o planejamento ao corpo técnico da FJP.

195 A RMBH conta hoje em dia com 34 municípios e possui um colar metropolitano composto por 18.

Em junho de 1971, o CED firmou convênio com o Governo estadual e os 14 municípios que integrariam a RMBH¹⁹⁶ para dar prosseguimento à elaboração do *Plano de Desenvolvimento Integrado Econômico e Social da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDIES-RMBH)*. Para esse fim, foi criado o Grupo Executivo do Plano Metropolitano de Belo Horizonte (Plambel)¹⁹⁷, embrião da futura Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, autarquia criada em 1974. No PDIES-RMBH, concluído pela autarquia Plambel e aprovado pelo Conselho Deliberativo da RMBH em 1975, foi incorporada grande parte dos estudos e planos setoriais que haviam sido elaborados pela FJP entre 1971 e 1974.

Um estudo de destaque realizado pela FJP e que deu suporte ao PDIES-RMBH foi o *Esquema Metropolitano de Estruturas (EME)*. A sua proposta consistia em definir tanto orientações básicas para a organização territorial metropolitana quanto prioridades de intervenção. A versão final foi aprovada em 1974.

O EME propunha uma estratégia de “desconcentração concentrada”, por um lado assentada em uma estrutura espacial mais dispersa, por outro em uma concentração de investimentos em novos polos urbanos. Foram utilizados modelos matemáticos que estimavam a distribuição da população futura de acordo com os parâmetros da localização de empregos básicos e secundários e de índices de acessibilidade.

A partir de 1995, foi criado, na FJP, um grupo de pesquisa que se dedicou a desenvolver uma linha de trabalhos que coadunava com o paradigma do desenvolvimento humano, conceito que a Organização das Nações Unidas (ONU) buscava consolidar, em contraponto ao conceito de desenvolvimento econômico.

196 Na época, a RMBH era composta pelos 14 seguintes municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

197 Plambel foi o nome do Grupo Executivo do Plano Metropolitano de Belo Horizonte, criado na Fundação João Pinheiro (1971). Posteriormente passou a designar a autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1974). Depois a autarquia passou a se chamar Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1975) e, por fim, Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1985), ainda com *status* de autarquia.

A partir das análises da série *Atlas do Desenvolvimento Humano* (1970, 1980, 1991), a equipe constatou que a desagregação do território nacional em municípios não era suficiente para captar o elevado grau de desigualdade de condições de vida no país, uma vez que grande parte dela ocorre no nível intramunicipal.

Em 1996, foi lançado o projeto *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores para a Região Metropolitana de Belo Horizonte 1980-1991*, com os mesmos indicadores e índices que haviam sido calculados inicialmente para os municípios brasileiros, dessa vez desagregados por áreas homogêneas (aproximações de bairros). Nesse mesmo ano, o trabalho recebeu o Prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU) *NHDR Excellence in the Innovative Use of Human Development Measurement Tools*. O trabalho foi reproduzido para diversas regiões metropolitanas do país.

O Plambel foi extinto em 1996. Suas funções de coordenação do planejamento metropolitano, de assessoria técnica à Assembleia Metropolitana e de anuência prévia para parcelamento do solo foram transferidas para a Seplan MG. As funções de pesquisa, documentação, estudo e de orientação técnica aos municípios foram acolhidas pela Fundação João Pinheiro, ocasião na qual o Centro de Desenvolvimento Municipal (CDM), integrante da estrutura orgânica da FJP, passou a chamar-se Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos (Cemme). As atividades de geoprocessamento foram encaminhadas para o Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec).

A transferência das responsabilidades atinentes ao planejamento e à gestão metropolitana não se mostrou muito clara. Naquele mesmo ano, houve também uma alteração na lei que regulamentava as Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC). A lei dividia as atribuições de planejamento, organização e controle entre a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a Fundação João Pinheiro. Não houve um planejamento propriamente dito nas duas instituições, mas foram realizadas algumas pesquisas na FJP, a exemplo da pesquisa *Origem-Destino*

(OD), da RMBH (2002), e da pesquisa *Gestão e Desigualdade Social e Governança*, na RMBH, que buscava descortinar as relações entre estruturação do espaço metropolitano e as dificuldades de gestão local.

Em 2003, foi criada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais (Sedru MG), estruturada com um aparato institucional para assumir as atividades de planejamento e gestão das regiões metropolitanas. Nesse ano se iniciava um novo mandato no Governo estadual, e a lei delegada que dispunha sobre a estrutura básica da FJP estipulava que o seu Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos se subordinaria tecnicamente à Sedru MG. Nem uma instituição nem outra compreendeu bem como isso se daria na prática e, por certo período, prevaleceu o dito pelo não dito.

Nesse aspecto, destaca-se que, em 2007, houve uma tentativa de fazer prevalecer essa subordinação, quando a Sedru MG solicita a transferência dos bens e dos servidores daquele centro para a secretaria, o que, no entanto, não logrou êxito, diante da resistência da própria FJP.

Nesse mesmo quadriênio, a FJP elaborou um estudo focado no desenvolvimento integrado da RMBH, consolidando as informações, os estudos e planos sobre a região. Conduzido pelo Cemme, o projeto se chamou *Estudos Básicos para a RMBH: Subsídios para o Plano de Desenvolvimento*.

Em 2009, a FJP finalizou uma pesquisa solicitada pela Sedru MG, *O Mercado da Terra na RMBH: Estudo de Caso no Entorno do Aeroporto de Confins*. Esse trabalho teve por referência um estudo realizado pelo Plambel, em 1987, que analisava as características de crescimento e ocupação dos municípios e o comportamento do mercado imobiliário na região.

Criada em 1998, a Região Metropolitana do Vale do Aço também se beneficiou de estudos realizados pela FJP. A região contempla os municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Timóteo e Santana do Paraíso e, na época, possuía um colar metropolitano composto por outros 22 municípios vizinhos (atualmente são 24).

Retrocedendo às origens, cabe apontar que o *Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social – 1972 a 1976*, que continha propostas para a RMBH, recomendava, a título de política de diversificação industrial, a implantação de um parque metalomecânico no aglomerado formado por Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, que veio a integrar a Região Metropolitana do Vale do Aço, aproximadamente 20 anos depois, atendendo à indústria siderúrgica, para a qual se previa amplo desenvolvimento. Para esses centros urbanos considerados complementares à RMBH, seriam elaboradas políticas de urbanização.

Ainda com relação ao Vale do Aço, no rol dos primeiros trabalhos da FJP, se insere o estudo *Diretrizes de Desenvolvimento para a Microrregião do Vale do Aço*, elaborado pelo Centro de Desenvolvimento Urbano (CDU). Esse estudo foi um desdobramento de um diagnóstico anterior que buscava examinar as transformações ocorridas na Microrregião do Vale do Aço e as relações que se estabeleceram entre o polo industrial emergente e os municípios polarizados por sua dinâmica econômica e urbana.

De autoria de dois integrantes da equipe do CDU e publicado na revista Fundação JP, o artigo *Uma Área Metropolitana sem Metrópole* teve grande repercussão entre os estudiosos do tema. Segundo os autores:

O caráter de complementariedade estabelecido entre os três centros e o início do fenômeno de conurbação daquela área foram possibilitados pela proximidade geográfica dos núcleos componentes. Estes dois fatores geraram um processo que poderia ser chamado de metropolização, ainda que prescindida de uma metrópole catalizadora que chamasse a si as funções principais de irradiação do desenvolvimento (MONTE-MÓR; DRUMMOND, 1974, p.21).

Em 1978, a FJP finalizou o estudo *Plano de Desenvolvimento Integrado do Aglomerado Urbano do Vale do Aço*. Realizado com a colaboração de outros órgãos do governo, seu objetivo era planejar a ordenação e orientação do espaço urbano do conjunto de cidades que compunha

o aglomerado. Segundo Costa e Costa (2000), o processo de elaboração estava apoiado em uma comissão consultiva, à qual os trabalhos da FJP eram constantemente submetidos. Eram realizados, também, seminários com participação da população do aglomerado. Ainda segundo os autores, a participação de diversos órgãos dos governos estadual e federal constituía uma “verdadeira aliança estratégica de negociação.” (COSTA; COSTA, 2000, p. 1066).

Uma das conclusões do plano é que, do ponto de vista espacial, o estudo do aglomerado deveria se estender aos municípios vizinhos de Mesquita, Caratinga e Belo Oriente. Foi proposta a criação de um organismo encarregado de coordenar as articulações necessárias à implementação das proposições do plano e de dar continuidade ao processo de planejamento iniciado. De forma embrionária, estava criada a Região Metropolitana do Vale do Aço.

Em 2002 retorna o tema do Vale do Aço, ocasião em que a FJP concluiu o *Projeto Metropolização dos Centros Médios – Proposta de Processos de Gestão a Partir do Caso Particular do Vale do Aço, em Minas Gerais*. O estudo contemplou referências teóricas e abordagens metodológicas sobre federalismo, políticas metropolitanas, levantamento e análise de dados de indicadores econômicos sociais e urbanos, capacidade institucional e relações intergovernamentais. A premissa era de que o estudo sobre o Vale do Aço traria contribuições para a reflexão a respeito da metropolização de centros de porte médio.

3 Estudos urbanos na perspectiva do Estatuto da Cidade

De maneira muito breve, pode-se apontar que os processos de urbanização nos anos 1970 e 1980 tiveram como resultado a criação de bolsões de pobreza e marginalidade nas cidades, periféricos ou não, ampliando, de forma relevante, os conflitos urbanos e a desigualdade e a exclusão sociais. Somaram-se a isso mudanças que afetaram o Estado, a economia e a sociedade, como a explosão

dos índices de crescimento econômico em paralelo à concentração de renda e de capital. Essas transformações acabaram por pressionar pelo exercício da livre cidadania, levando ao processo de redemocratização.

Nesse período, a Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 torna-se um marco. Entre outros aspectos, ela reconheceu o município como ente federativo. Os movimentos sociais urbanos contribuíram de forma decisiva, e essa é a primeira constituição brasileira a incluir a política urbana, estabelecendo que¹⁹⁸ “O plano diretor [...] é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”, [...]” que tem como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.”

O cenário a partir dos anos 1990 é marcado por mudanças econômicas e tecnológicas, por fenômenos como a globalização, maior complexidade da sociedade, com ampliação dos direitos sociais, as quais têm reflexo direto no papel do Estado e na formulação de políticas públicas, levando a uma mudança no paradigma da gestão pública, que passa a incorporar critérios como descentralização, participação social, valorização do local frente ao global.

Por meio da pressão do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, após dez anos de discussões, isso propiciou a aprovação do Estatuto da Cidade (EC) (Lei Federal nº 10.257). Em 2001, novo marco jurídico-urbanístico brasileiro regulamenta os artigos sobre política urbana da CFB 1988 e consolida a função social da propriedade e da cidade e a gestão democrática, definindo o plano diretor municipal como o instrumento por excelência para isso, para se alcançar a *cidade inclusiva*, mais justa e mais humana, equilibrando eficiência e equidade e sobrepondo direitos a privilégios.

Seu ponto central está em fazer com que toda e qualquer propriedade cumpra sua função social na cidade e no território municipal, propiciando o acesso à terra urbanizada e regularizada a todos os cidadãos, reconhecendo o direito à moradia e aos serviços urbanos. Nessa perspectiva, ele

198 Art. 182, § 1º, Capítulo II - Da Política Urbana

deixa de ser apenas um instrumento de controle do uso do solo para se tornar um instrumento que induz o desenvolvimento sustentável das cidades e um crescimento urbano equilibrado, interagindo com as dinâmicas ditadas pelo mercado, contribuindo para reduzir as desigualdades sociais, redistribuindo riscos e benefícios da urbanização.

Nesse novo contexto e incentivada por campanhas nacionais pela elaboração de planos diretores, a FJP passa a receber muitas demandas municipais nessa área. A equipe que se dedica ao tema esteve lotada no Cemme, que passou a integrar o Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), e atualmente é a Diretoria de Políticas Públicas (DPP). Ela sempre foi uma equipe multidisciplinar e incluía áreas como arquitetura e urbanismo, engenharia, geografia, administração, economia, sociologia e história atuando em planejamento urbano e regional, infraestrutura, mobilidade e acessibilidade, administração pública, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, patrimônio cultural, meio ambiente e saneamento. Atualmente conta com a parceria entre diretorias para o desenvolvimento dos projetos, como também com o apoio do setor jurídico da instituição e das áreas de logística, administrativa e financeira. Os trabalhos dessa equipe sempre resultaram em planos diretores e legislações urbanísticas aprovados nas respectivas câmaras municipais, devidamente referendados pela participação popular. Tanto as equipes técnicas dos municípios quanto os cidadãos que participaram do processo de desenvolvimento coletivo desses planos diretores tornaram-se aliados e parceiros valiosos, ombreando com a equipe da FJP na consecução dos objetivos colocados.

Muito desse envolvimento deve-se ao processo participativo transversal a todas as etapas de desenvolvimento de um plano diretor. Ele é formado pelo levantamento de dados primários e secundários, por trabalhos de campo, diagnósticos, propostas preliminares e pela construção do anteprojeto de lei com as propostas finais validadas. Envolve a realização de fóruns ou oficinas participativas, distribuídos nas áreas urbanas e rurais, com a presença da população local e das equipes técnicas locais para validar tanto os diagnósticos quanto as propostas. Nele se manifesta o

conhecimento dos moradores sobre sua própria realidade e seu cotidiano, identificando, discutindo e contrapondo problemas e potencialidades sob o ponto de vista dos diversos segmentos sociais e tomando decisões quanto ao que desejam para o futuro do seu município. Partindo da escala da moradia e do bairro, passa-se para a da cidade e do município, de forma a promover uma releitura coletiva dos temas tratados no plano diretor, espacializando e mapeando o que é relevante.

Entre os vários planos diretores desenvolvidos na FJP nesse período, predominaram aqueles para pequenos municípios. Em alguns deles desenvolveu-se o modelo “3x1”, ou seja, o plano diretor incorpora parâmetros da lei de uso e ocupação do solo e da lei de parcelamento. Como nesses municípios é comum a dificuldade de montar equipes técnicas adequadas, o objetivo desse modelo é facilitar a sua aplicação. Um único instrumento legal concentra todas as determinações necessárias ao controle do desenvolvimento municipal e dos processos de urbanização. Esse modelo foi desenvolvido no final da década de 1990 e início dos anos 2000, a partir do projeto de avaliação de impacto nos 33 municípios seccionados pela duplicação da Rodovia Fernão Dias (BR-381), contratado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER MG). Um dos principais impactos identificados atingia a organização das áreas urbanas das sedes municipais, já que a duplicação as seccionava de fato, ou poderia provocar um processo desordenado de expansão urbana, em função da atratividade de pessoas decorrente do investimento em curso. Assim, a segunda etapa do projeto envolveu a elaboração de planos urbanos para todas as 33 sedes municipais, como forma de enfrentar esses impactos, dando origem ao modelo “3x1” que passou a ser utilizado também nos planos diretores pós EC.

Para um panorama dos trabalhos em geral, podem ser citadas algumas cidades para as quais foram feitos planos diretores, alguns no modelo compacto, outros dentro do modelo adotado desde a aprovação do EC:

- até 5.000 habitantes: Conceição do Ibitipoca, distrito do município de Lima Duarte (2000), Ijaci (2001), Catas Altas (2004), Tiradentes (2015), Carrancas (2017);

- até 30.000 habitantes: Borda da Mata (2002), Conceição do Mato Dentro (2003), Paraguaçu (2004), Minas Novas (2005), Barão de Cocais (2006), Jacutinga (2013), Paraisópolis (2016);
- até 100.000 habitantes: Itajubá (2003), Itabira (2004), Lavras (2006), Pouso Alegre (2008).

Os motivos das demandas foram os mais diversos: desde impactos do turismo na região (Conceição do Ibitipoca, Tiradentes, Carrancas, Paraisópolis), até pelos impactos da mineração ou de grandes empreendimentos (Ijaci, Catas Altas, Barão de Cocais, Itabira); de questões ambientais ou do patrimônio cultural (Borda da Mata, Conceição do Mato Dentro, Paraguaçu, Minas Novas) até a própria dinâmica econômica e urbana local (Jacutinga, Itajubá, Lavras, Pouso Alegre).

As iniciativas também variaram desde iniciativas vinculadas à pressão da sociedade local (Conceição do Ibitipoca, Tiradentes, Jacutinga), até pressões do Ministério Público (Borda da Mata), passando por condicionantes de licenciamento de mineradoras e outros empreendimentos de porte (Ijaci, Catas Altas e Itabira) ou decisões do poder executivo local, pressionado ou não por termos de ajustamento de conduta (os demais).

A maioria dos recursos para o desenvolvimento dos trabalhos era do próprio município em contratos com a FJP. No entanto, houve situações variadas: o contratante foi o responsável pelos impactos gerados, como a Vale em Itabira e Catas Altas e a Camargo Correa Cimentos em Ijaci; em decorrência de processos de licenciamento ambiental; parceria entre o Estado e a FJP, sem custo para o município, como foi o caso de Conceição do Ibitipoca, distrito do município de Lima Duarte; e, por fim, um caso inédito em que o contratante foi o Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT), organização da sociedade civil de Tiradentes, com recursos a fundo perdido do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse município, todo o trabalho foi desenvolvido com a parceria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Ressalta-se a tradição da FJP nos estudos urbanos e o alinhamento de atuação, desde as primeiras décadas até o momento atual, principalmente no que se refere aos enfoques do

planejamento urbano, da articulação de políticas e da participação da sociedade nesse processo. Em especial, vale destacar que, em Catas Altas e Tiradentes, foi possível resgatar diretrizes apontadas nos trabalhos desenvolvidos a partir do contrato com o Iphan, válidas ainda hoje para a proteção do patrimônio cultural em um objetivo de desenvolvimento municipal.

Nesse universo de planos diretores, destaca-se o *Plano Bidecenal de Desenvolvimento Sustentável do Município de Paracatu – Paracatu 2030* – elaborado em 2010 e 2011, mediante contrato com a Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu (Adesp). O plano diretor foi conduzido por um comitê gestor que contou com representantes do poder público, dos agentes econômicos e de toda a sociedade local. Ele se difere dos outros planos diretores ao seguir uma metodologia diversa, mas estabelecida a partir dos mesmos princípios. O plano define visão, missão e princípios para um horizonte de 20 anos e abrange quatro eixos: o econômico, o ambiental, o social e o institucional. A política urbana é abordada no âmbito da dimensão ambiental. As propostas partem de uma matriz forças, oportunidades, fraquezas, ameaças (Fofa), construída de forma participativa e considerando os ambientes interno e externo. Essas propostas compreendem um conjunto de programas para cada dimensão e, em cada programa, ações de curto, médio e longo prazos com indicadores de monitoramento. Como nos planos diretores, esse plano prevê a gestão democrática por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

4 Comentários finais

Mesmo sem esgotar o universo dos estudos realizados pela FJP, os relatos apresentados são representativos da síntese a que se propõe este texto. Além disso, demonstram a trajetória da FJP no tema tratado e seu papel junto a órgãos de governo e bancos de fomento. Ela atua, desde sempre, de forma a incorporar a participação social e a apontar para uma direção considerada fundamental: a importância de programas estaduais de apoio aos municípios e às regiões que tenham como base

o associativismo, a participação da sociedade e a articulação entre os órgãos governamentais nos três níveis. Isso tem dois objetivos: o primeiro, propiciar a atuação em linhas programáticas e com recortes territoriais, recuperando o conceito de sustentabilidade – a despeito do desgaste do termo, exaustivamente usado; o segundo é recuperar o papel da FJP no desenvolvimento do estado, a partir de cada município, onde se fizer mais necessário. A FJP o faz aliando o crescimento econômico à proteção ambiental e à inclusão social, fortalecendo os governos locais, integrando políticas, combatendo as desigualdades e dando poder à sociedade como sujeito de seu desenvolvimento, buscando contribuir de forma efetiva para a democratização e a qualificação dos espaços urbanos e territórios.

Referências

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Saneamento ambiental, Organização e Modernização dos Municípios – Somma**: manual operacional/documento básico/orientação aos municípios. Belo Horizonte: BDMG, 1992.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jul. 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo**: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2004. 160 p.

COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Região metropolitana e competitividade intermunicipal: uma conciliação possível? *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9., 2000, Diamantina. PAULA, João Antônio *et al.* (ed.). **Anais** [...]. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2000. v. 2. p. 1055-1075.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Assessoria Técnica da Presidência. **Planos de organização espacial, valorização e preservação de cidades integrantes de circuitos históricos do ciclo do ouro.** Belo Horizonte: FJP, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento Municipal. **Programa Permanente de Desenvolvimento Municipal – Prodemu:** descentralização, participação e fortalecimento dos governos locais. Belo Horizonte: FJP, 1991a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento Municipal. **Relatório de atividades 1990/1994.** Belo Horizonte: FJP, 1995. 34 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Políticos e Sociais. **A execução do Programa Estadual de Cidades Intermediárias – PROECI:** relatório final de execução. Belo Horizonte: FJP, 1991b.v.1.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Diretrizes de desenvolvimento para a micro-região do vale do aço.** Belo Horizonte: FJP, 1974. 172 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Estudos básicos para a RMBH:** subsídios para o plano de desenvolvimento. Belo Horizonte: FJP, 2006. 189 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O mercado da terra na RMBH:** estudo de caso no entorno do Aeroporto de Confins. Belo Horizonte: FJP, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de desenvolvimento integrado do aglomerado urbano do vale do aço.** Belo Horizonte: FJP, 1978. 17 v.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Plano Metropolitano de Belo Horizonte – Plambel. **Esquema metropolitano de estruturas:** primeiro esboço. Belo Horizonte: FJP, 1972. 91 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Programa estadual de centros intermediários:** concepção, metodologia e síntese. Belo Horizonte: FJP, 1980.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Projeto de metropolização de centros médios:** proposta de projeto de gestão a partir do caso particular do vale do aço, em Minas Gerais. Belo Horizonte: FJP, 2002. 2v. 1 CD-ROM.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de pesquisa:** gestão e desigualdade social e governança. Belo Horizonte: FJP, 2000. 2v.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Saneamento ambiental, Organização e Modernização dos Municípios – Somma:** projeto piloto da Associação Microrregional de Municípios do Noroeste de Minas - AMNOR. Belo Horizonte: FJP, 1993.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desenvolvimento humano e condições de vida:** indicadores para a Região Metropolitana de Belo Horizonte 1980 - 1991. Belo Horizonte: FJP: Ipea, 1998.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Assuntos Municipais. **O associativismo estratégico.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, [1991].

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Plano mineiro de desenvolvimento econômico e social:** 1972-76. [Belo Horizonte]: [s.n.], 1971. 292 p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Assuntos Municipais; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; FEDERAÇÃO MINEIRA DE ASSOCIAÇÕES MICRORREGIONAIS DE MUNICÍPIOS. **Programa Permanente de Desenvolvimento Municipal – Prodemu:** descentralização e fortalecimento institucional dos municípios: o associativismo municipal como o interlocutor necessário. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, 1994.

MINAS GERAIS. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. Superintendência de Articulação com os Municípios. Projeto reforço institucional às prefeituras. *In:* _____. **Programa estadual de centros intermediários.** Belo Horizonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1981.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; DRUMMOND, Júlio César Moura. Uma área metropolitana sem metrópole. **Revista Fundação JP**, Belo Horizonte, ano 4, n. 1, p. 21-30, jan./mar. 1974.

RAMALHO, Arthur Dias Soares. **Planejamento e preservação:** a Fundação João Pinheiro e o plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. 2015. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VALLE, Maria Izabel Marques. **A participação social na elaboração de planos diretores em municípios de Minas Gerais.** 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2007.

ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO HUMANO

Maria Luiza de Aguiar Marques

*Fernando Martins Prates*¹⁹⁹

A participação da Fundação João Pinheiro (FJP) em trabalhos nacionais sobre desenvolvimento humano iniciou-se com a publicação, em 1998, do *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, com indicadores para todos os municípios do país referentes aos anos censitários de 1970, 1980 e 1991. Era o primeiro produto da parceria firmada, em 1996, entre a FJP, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O atlas foi uma grande inovação em termos da diversidade, da qualidade e da forma de se colocar à disposição da sociedade indicadores sociais municipais no país. Ele também inovou ao apresentar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países, divulgado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do Pnud.

¹⁹⁹ Pesquisadores da Fundação João Pinheiro e componentes do Núcleo de Desenvolvimento Humano desde a sua criação. Os autores agradecem a contribuição de seus colegas Olinto José Oliveira Nogueira, Mônica Galupo Costa, Vera Scarpelli Castilho, Priscilla de Souza da Costa Pereira e Denise Helena França Marques Maia.

A parceria entre as três instituições sedimentou-se ao longo dos anos de forma profícua, desenvolvendo e aperfeiçoando diversos trabalhos no paradigma do desenvolvimento humano.

Este ensaio faz um breve histórico desses trabalhos, principais produtos e perspectivas.

1 Breve histórico

Em 1995, foi criado na FJP um grupo de pesquisa com o objetivo de gerar indicadores sociais em nível municipal para Minas Gerais. Como consultores técnicos, foram contratados os pesquisadores Ricardo Paes de Barros e Rosane Silva Pinto Mendonça, do Ipea, e, especificamente para a área de demografia, o professor José Alberto de Carvalho, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A criação desse grupo foi uma das ações da FJP orientadas pela premissa “sem informação segura não pode haver planejamento sério, nem avaliação de políticas públicas, nem diagnósticos setoriais ou regionais”, explicitada na apresentação do primeiro trabalho do grupo.

A construção dos índices e indicadores foi inteiramente baseada nos microdados dos censos demográficos de 1970, 1980 e 1991, única fonte confiável de estatísticas municipais na época. Em 1996, foi publicado o primeiro trabalho do grupo, *Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais – 1970, 1980 e 1991*. A publicação colocava à disposição, em disquete, uma série de indicadores, organizados nas dimensões longevidade, educação, criança e renda, além de dois índices sintéticos: o IDHM, adaptação do IDH calculado pelo Pnud para países, e o Índice de Condições de Vida (ICV), mais amplo, ou seja, abarcando maior número de dimensões e de indicadores. Complementava a publicação uma análise desses indicadores e índices segundo municípios e regiões do estado. Em sua introdução, destacavam-se as premissas básicas da pesquisa, ainda as mesmas que orientam os trabalhos dessa linha até o presente:

[...] esforço de pesquisa, do qual esta publicação é o primeiro resultado, tem dois componentes: o primeiro visa a criar uma base de informações que permita avaliar a evolução das condições de vida da população mineira em nível municipal; o segundo, utilizando-se desta base de informações, objetiva, essencialmente, explorar as disparidades intermunicipais, visando a compreender a dinâmica do desenvolvimento social mineiro e brasileiro, identificar seus principais gargalos e desenhar políticas que permitam facilitar esse desenvolvimento (FJP; Ipea, 1996, p. 243).

O trabalho permitia a avaliação da evolução dos indicadores sociais para duas décadas, a de 1970, a “do milagre”, e a de 1980, a “perdida”. Ele demonstrava que os adjetivos relacionados a elas somente se comprovavam em termos dos indicadores de renda. Quanto aos demais indicadores, em especial os de educação, apresentavam uma evolução diferente da sugerida pelos adjetivos. Destacava também tanto as carências relativas, ou seja, as grandes disparidades entre os municípios e as regiões do estado, quanto às carências absolutas, representadas pelos grandes contingentes de população vivendo em situação de escassez nessas localidades, questões muito relevantes para a definição de público-alvo de políticas sociais.

2 Produção do núcleo de pesquisa

Com esse primeiro trabalho, evidenciou-se a riqueza dos censos demográficos como fonte de informações sociais desagregadas em nível municipal, até então muito pouco exploradas no país. Assim, ainda em 1996, firmou-se uma parceria com o Pnud e o Ipea para realização de um novo trabalho, nos moldes do primeiro, que abarcava, porém, todos os municípios do país. Esse trabalho resultou no lançamento, em 1998, do *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - 1970, 1980 e 1991*.

O atlas foi disponibilizado em meio magnético e contava com um *software* especialmente desenvolvido para o acesso, manuseio e a análise de sua base de informações, o que permitia fazer

ordenações, criar mapas e gráficos. Inovadora na época, essa ferramenta poderosa contribuiu para o grande sucesso do atlas, impulsionando sua popularização e utilização por públicos diversos – mídia, academia, instituições públicas e privadas. Ademais, ao oferecer um “retrato” de duas décadas para o país e para cada um de seus estados e municípios, com a possibilidade de recortes temáticos, em um contexto de municipalização das políticas públicas acelerada, o atlas tornou-se um instrumento importante na proposição, focalização e avaliação dessas políticas.

Por outro lado, o Pnud, na época a principal agência gerenciadora dos projetos sociais empreendidos pelo governo brasileiro, o que lhe conferia grande capilaridade entre agências governamentais, promoveu inúmeros seminários e cursos por todo o país voltados para a difusão do conceito e das medidas do desenvolvimento humano.

De fato, o atlas era instrumento valioso para as agências governamentais (federais, estaduais e municipais) e não governamentais, na época bastante voltadas para as teorias do “desenvolvimento local”, um conceito muito difundido no momento em que os grandes planos de desenvolvimento regional haviam perdido fôlego.

O *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil* obteve também reconhecimento internacional. Em 1998, recebeu o prêmio *Excellence in the Innovative Use of Human Development Measurement Tools* na premiação anual do *Human Development Report Office/United Nations Development Programme* (UNDP). Membros da equipe participaram de seminários e visitas internacionais para apresentá-lo.

Nesse contexto, o vínculo entre os três parceiros, que perdura até o presente, tornou-se um estímulo para pesquisas contínuas e aprimoradas, amplamente reconhecidas e utilizadas²⁰⁰.

200 O grupo recebeu posteriormente outras premiações: (a) Prêmio TI & Governo e integra a edição 2014 do Anuário TI & Governo, lançado em abril pelo Fórum Editorial, responsável, entre outros títulos, pela publicação do *Informática*; (b) Prêmio Excelência em Governo Eletrônico/2015 Outubro de 2015/Salvador e (c) *Human Development Award – Special Recognition for Innovation in Human Development Measurement Tools/2005* pelo “Atlas de Desenvolvimento Humano da cidade de Recife”, concedido pelo *Human Development Report Office/UNDP/NY*.

Com o *Censo Demográfico de 2000*, renova-se a fonte básica dos indicadores e índices do Atlas, possibilitando a atualização da sua base de dados. Assim, em 2003, foi colocado à disposição o segundo *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, com dados de 1991 e 2000.

Esse atlas trouxe algumas alterações e determinados aperfeiçoamentos metodológicos. Novos indicadores e dimensões foram inseridos na base de dados, e a fórmula de cálculo do IDHM foi alterada em função de modificações no cálculo do IDH internacional. Para isso, foram realizados vários estudos, encontros e debates que contaram com a presença de especialistas nos diversos temas, incluindo a equipe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi firmado um acordo com o IBGE para garantir acesso especial dos pesquisadores da parceria FJP/Ipea/Pnud aos microdados do Censo de 2000, o que permitiu o lançamento do novo atlas em tempo recorde.

Um aperfeiçoamento metodológico importante foi a compatibilização espacial dos municípios, de forma que a malha municipal de 2000 fosse reproduzida em 1991. Isso permitiu a comparabilidade intertemporal, ou seja, verificar a evolução dos indicadores em todos os municípios em 2000. Foi um passo imprescindível. Entre 1991 e 2000, foram criados mais de mil novos municípios no país (eram 4.491 municípios em 1991, 5.507 em 2000). Para empreendê-lo, foi utilizada a unidade básica da pesquisa do censo, o setor censitário²⁰¹.

O *Atlas do Desenvolvimento* propiciou análises mais desagregadas da situação socioeconômica no país, permitindo verificar e analisar as desigualdades sociais entre os municípios de uma mesma região ou de um mesmo estado. Mesmo nas regiões e nos estados mais desenvolvidos encontravam-se municípios em situação equiparável, ou até pior, que os das regiões e dos estados menos desenvolvidos.

201 Considerando-se que o processo de divisão administrativa de municípios na década anterior tinha sido também muito acelerado (em 1970, existiam 3.952 municípios no país; em 1980, já eram 3.991), o processo de compatibilização espacial não pode chegar a esses anos, limitado pela perda de confiabilidade na apuração dos indicadores para um agrupamento cada vez menor de setores censitários nesses anos. Assim, um impacto dos avanços da compatibilização espacial e temporal de indicadores e da sua ampliação foi a perda de comparabilidade com os anos de 1970 e de 1980, retirados da série do atlas de 2003.

Os municípios das capitais e das grandes metrópoles geralmente apresentavam indicadores melhores, o que os deixaria de fora de programas e políticas orientadas ou focalizadas por intermédio desses indicadores. No entanto, apesar de seu grau de carência relativamente baixo, o volume de carências nesses municípios é relativamente elevado, pelo seu tamanho populacional.

A decomposição do índice de Theil, um dos indicadores do atlas, demonstrava que 70% da desigualdade de renda observada no país deviam-se à desigualdade entre as pessoas no seu município e os 30% restantes, entre os municípios. Nos grandes centros urbanos, as grandes disparidades de renda são mais explícitas, com a proximidade física entre pessoas vivendo em áreas com condições sociais muito diversas. Localizar as carências nesses centros era, portanto, um passo a ser dado no sentido de inseri-los nos programas e políticas focalizadas e de fornecer um retrato mais nítido da situação socioeconômica do país.

Em vista disso, e contando com a experiência em trabalhar com setores censitários desagregados, os pesquisadores se propuseram a tarefa de calcular os mesmos índices e indicadores do atlas para subdivisões espaciais intramunicipais para os municípios das regiões metropolitanas, chamadas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). Na delimitação dessas unidades espaciais, alguns critérios foram considerados: (a) assegurar o máximo de homogeneidade interna possível, em termos de nível de renda e de outras condições sociais; (b) facilitar sua identificação e seu reconhecimento, aproximando-as, na medida do possível, dos bairros; (c) respeitar um número mínimo de domicílios amostrados na área delimitada (nem sempre contínua no espaço), de forma a garantir a confiabilidade estatística, condição exigida e rigorosamente controlada pelo IBGE para liberação dos microdados; (d) buscar a participação e o apoio de entidades locais que tinham conhecimento específico do processo de conformação urbana do espaço em estudo, o que propiciou a expansão do leque de relações institucionais da parceria com prefeituras, secretarias e institutos de pesquisa locais.

Entre 2003 e 2010, foram produzidos *Atlas de Desenvolvimento Humano* com essa nova desagregação espacial para as Regiões Metropolitanas (RM) de Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, João Pessoa, Vitória, Salvador e Manaus²⁰².

Um resultado que demonstra a importância da desagregação espacial nos grandes aglomerados urbanos foi observada na RM de Recife. O *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 1991-2000* havia destacado Manari, um município de 13 mil habitantes no interior de Pernambuco, como o de pior IDHM do Brasil em 2000. O *Atlas da RM de Recife* mostrou, no entanto, áreas nessa região (UDH) com índices piores que o de Manari e com população superior à desse município.

Em 2012, a parceria publicou o terceiro *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, com dados para 1991, 2000 e 2010.

Nele, recompôs-se a compatibilidade espacial dos municípios de acordo com a malha municipal de 2010, que já apresentava 5.565 municípios. O grande avanço tecnológico ocorreu na forma de disponibilização das informações, agora acessadas por meio de plataforma *on-line*, com novos recursos de pesquisa e análise e com a incorporação de perfis municipais eletrônicos.

A adaptação do IDHM ao IDH mundial, que passara por mudanças conceituais e metodológicas, foi novamente objeto de muito trabalho de pesquisa e de debates com diferentes especialistas. Empreenderam-se, por exemplo, processos de correção dos indicadores de renda. Problemas relacionados com a frequência excessiva da resposta “renda zero”, em contradição clara com outros quesitos do questionário, como condições de moradia e posse de bens, já vinham sendo observados nos anos anteriores e se intensificaram no *Censo Demográfico de 2010*. A implantação dessa correção envolveu consultores, especialistas temáticos e instituições diversos, como o Ministério do Desenvolvimento Social e o IBGE²⁰³.

202 Nesses trabalhos, a parceria não contou com a participação do Ipea. Destaca-se que a interação do núcleo da FJP com pesquisadores do Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), integrados à FJP, trouxe grandes aportes aos estudos intrametropolitanos desenvolvidos, em especial no caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

203 Os indicadores de educação também demandavam algum ajuste. Todavia, a despeito dos esforços empreendidos, inclusive com a assistência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), não foi possível chegar a uma solução aceitável.

Após a publicação do terceiro *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, em 2012, o grupo de pesquisadores, reforçados pela interação com instituições vinculadas à Rede Ipea, retomou os trabalhos de apuração de indicadores e índices para divisões espaciais dos grandes conglomerados urbanos do país (Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ride). Foram produzidos 24 atlas²⁰⁴, todos abrigados na Plataforma do Desenvolvimento Humano.

Além disso, o grupo de pesquisadores avançou em três frentes: na primeira, atendendo demandas de instituições e movimentos sociais, dedicou-se a desagregar os índices e indicadores do atlas por cor, por sexo e por situação de domicílio (rural e urbana), incorporando-os à plataforma em 2017.

204 RIDE Distrito Federal, 2000-2010: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)
 RIDE Grande Teresina, 2000-2010: Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro)
 RIDE Petrolina Juazeiro, 2000-2010: Fundação Joaquim Nabuco (FJN)
 RM Baixada Santista, 2000-2010: Agência Metropolitana da Baixada Santista
 RM Belém, 2000-2010: Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp)
 RM Belo Horizonte, com duas edições: 1991- 2000 e 2000-2010, ambas realizadas pela FJP, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).
 RM Campinas, 2000-2010: Agência Metropolitana de Campinas
 RM Curitiba, 2000-2010: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes)
 RM Florianópolis, 2000-2010: Secretaria de Estado do Planejamento (SPG)/Santa Catarina
 RM Fortaleza, 2000-2010: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece)
 RM Goiânia, 2000-2010: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB)/Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (Segplan GO)
 RM Grande São Luís, 2000-2010: Secretaria Adjunta de Assuntos Metropolitanos (Saam)
 RM Maceió, 2000-2010: Prefeitura Municipal de Maceió
 RM Manaus, com duas edições: 1991-2000 e 2000-2010: Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (SeplanCTI AM)
 RM Natal, 2000-2010: Observatório das Metrôpoles – Núcleo RM Natal
 RM Porto Alegre, 2000-2010: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)
 RM Recife: a) 1991-2000: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem)
 RM Rio de Janeiro a) 1991-2000, Instituto Pereira Passos e 2000-2010: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Fundação Ceperj)
 RM Salvador, com duas edições, 1991- 2000, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder)
 RM São Paulo, com duas edições: 1991- 2000, com as Secretarias Municipal do Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo, Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão de São Paulo, e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e 2000-2010 com a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa) e Fundação Seade
 RM Sorocaba, 2000-2010: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa)
 RM Vale do Rio Cuiabá, 2000-2010: Fundação Uniselva/Ministério Público Estadual de MT
 RM Vale do Paraíba e Litoral Norte, 2000-2010: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa)
 RM Vitória, com duas edições: 1991- 2000 e 2000-2010, ambas com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)

Na segunda frente de trabalho, com o objetivo de fornecer indicações da tendência geral do desenvolvimento humano no país após o Censo de 2010, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), de periodicidade anual, foi utilizada como fonte para o cálculo dos indicadores de desenvolvimento humano para o país, estados e RM. Chamado “Radar”, os resultados desse trabalho foram inseridos na plataforma em 2016 e atualizados em 2017 e 2018. Em 2019, a partir dos microdados da Pnad Contínua (pesquisa do IBGE que, com outra metodologia, veio a substituir a Pnad antiga), uma nova série desses indicadores foi gerada e incorporada à plataforma, abrangendo o período de 2012 a 2017.

Em andamento, a terceira frente de trabalho diz respeito à inclusão, na plataforma, de um rol de indicadores organizados segundo os objetivos do desenvolvimento sustentável, baseados em informações de registros administrativos (censos escolares, Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico etc.). Essa frente é uma extensão, para todos os municípios brasileiros, de um trabalho que vem sendo realizado desde 2005 pela equipe do Núcleo de Desenvolvimento Humano da FJP para os municípios de Minas Gerais. Trata-se do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS).

O projeto do IMRS surgiu em função da Lei Estadual n° 15.011 de 2004, que definiu a obrigatoriedade da FJP:

calcular um índice para todos os municípios do estado, a cada dois anos, que retratasse a implementação de planos, programas, projetos e ações que assegurassem o acesso da população à assistência social, educação, a serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento e ao transporte e lazer, com equidade de gênero, etnia, orientação sexual, idade e condição de deficiência.

Essa lei teve duas motivações: o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e a necessidade de algum balizador do desenvolvimento municipal entre os anos censitários cobertos pelo *Atlas de Desenvolvimento Humano*.

Ao longo de mais de uma década, o projeto do IMRS foi se expandindo e agregando pesquisadores de diferentes núcleos temáticos da FJP para a construção de uma base de dados atualizada anualmente para todos os municípios do estado. Ele reunia informações dispersas e em formatos diferentes nas diversas instituições públicas de modo a facilitar a sua utilização pelo setor público e pela sociedade. Outro objetivo era aprimorar as estatísticas de registro por meio de sua exposição e crítica, potencializando a sua utilização como instrumento de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Atualmente, a plataforma do IMRS conta com uma base de dados organizada em dez dimensões (saúde, educação, assistência social, segurança pública, meio ambiente, saneamento e habitação, cultura, esporte, renda, finanças e gestão), com mais de 700 indicadores para 2000-2017 e um perfil municipal para os 853 municípios do estado.

Transpor essa experiência da FJP com os municípios mineiros para todos os municípios do Brasil não é tarefa trivial. São muitos desafios a enfrentar. Inicialmente, deve ser levada em conta a natureza das estatísticas de registro e as dificuldades para que elas sejam utilizadas, de maneira ampla e comparativa, para todos os municípios do país. As diferenças estão na forma, na densidade e na qualidade dos registros. O seu manuseio e o fato de estarem à disposição como instrumento de análise requerem um caminho de adaptação e um estreito contato com as fontes de informação. Sem dúvida, no entanto, são instrumentos poderosos para o monitoramento e a avaliação de políticas e das condições de vida da população. Ademais, considerando a extensão do país e o custo das pesquisas de campo, cada vez mais tornar-se-ão a fonte de informação básica, como já ocorre em diversas partes do mundo.

Por fim, não são desprezíveis as condições materiais para se levar a cabo um trabalho de pesquisa dessa magnitude.

3 Conclusão

O olhar retrospectivo sobre a atuação do Núcleo de Desenvolvimento Humano da FJP nas duas últimas décadas mostra uma trajetória de sucesso, de realização e divulgação de inúmeros trabalhos que mostram um retrato cada vez mais abrangente e mais nítido das condições de vida e desigualdades sociais no país, em seus estados e, principalmente, em seus municípios e em suas regiões metropolitanas. Esses trabalhos tiveram repercussão internacional e serviram de base para inúmeras análises, trabalhos acadêmicos, criação e focalização de políticas públicas e para aumentar o conhecimento sobre a realidade local, estadual e nacional.

Ao longo desse período, o núcleo se consolidou, estabeleceu contatos e parcerias com inúmeros órgãos e instituições e participou de cursos, seminários, debates com especialistas, ganhou prêmios nacionais e internacionais. Seus pesquisadores adquiriram *expertise* na construção e no levantamento de indicadores sociais, no manuseio de grandes bases de dados, na compatibilização das malhas municipais, na divisão espacial de grandes conglomerados, além de aprofundarem seu conhecimento das fontes de dados disponíveis, principalmente das pesquisas domiciliares do IBGE, mas também de outras, como os censos escolares, o CadÚnico e outros.

Algumas condições têm garantido essa evolução vitoriosa dos trabalhos do núcleo até agora. Em primeiro lugar, a instituição preservou e cuidou da parceria, criou um grupo técnico e garantiu as condições para que o Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Humano se mantivesse em atividade desde 1995. O ambiente de pesquisa foi assegurado pelo contato permanente com importantes pesquisadores nas diversas áreas abarcadas pela temática do desenvolvimento humano.

O núcleo recebeu suporte financeiro da Fapemig em diversas ocasiões e em diversas modalidades: Bolsa de Pesquisadores Visitante (BPV), Bolsa de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico (BICT) e financiamento de projetos (demanda universal endogovernamental). O apoio de pesquisadores visitantes foi ampliado com o suporte do Pnud, que contratou renomados especialistas internacionais e de diversas partes do Brasil e promoveu

seminários temáticos, notadamente nos períodos de realização das adaptações do IDHM ao IDH internacional.

Certamente, ainda se abrem muitas perspectivas para a continuidade, evolução e novidades na linha de pesquisa do Núcleo de Desenvolvimento Humano da FJP: o Censo Demográfico de 2020 abre novas oportunidades e possibilidades; melhorias e inovações na plataforma do Atlas que podem torná-la uma ferramenta ainda mais poderosa e com mais recursos de pesquisa; há, ainda, muito a explorar das estatísticas de registro administrativo e de outras bases de dados.

A crise política e financeira que se instalou no país, entretanto, traz grandes incertezas quanto a isso, com o desmantelamento de políticas sociais, a restrição de recursos que atinge tanto a FJP quanto o Ipea, o Pnud e o IBGE, a cobrança de resultados imediatos dos projetos de pesquisa, desconsiderando a necessidade de maturação e de reflexão teórica e metodológica. Esses são fatores que põem em dúvida a sobrevivência dessa linha de pesquisa e, em geral, da pesquisa aplicada no setor público.

Referências

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil - 1991-2000**: análise da situação nos estados e municípios do Brasil. [Belo Horizonte]: FJP, [20--]. 50 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Condições de vida nos municípios de Minas Gerais**: 1970, 1980, 1991. [Belo Horizonte]: FJP: Ipea, 1996. 243 p. (Série Estudos Especiais, 1).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras**: Baixada Santista, Campinas, Maceió e Vale do Paraíba. Brasília: PNUD: Ipea; [Belo Horizonte]: FJP, 2015. 67 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras.** Brasília: PNUD: Ipea; [Belo Horizonte]: FJP, 2014. 120 p. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Belo Horizonte: PNUD: Ipea: FJP: IBGE, 2003. 1 CD-ROM.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília: PNUD: Ipea: FJP: IBGE, [1998]. 1 CD-ROM.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro.** Brasília: PNUD: Ipea: FJP, 2013. 95 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Prêmio atlas do desenvolvimento humano no Brasil:** coletânea de artigos. Brasília: PNUD: Ipea: FJP, 2015. 222 p.

CONTAS REGIONAIS – O CÁLCULO DO PRODUTO INTERNO BRUTO EM MINAS GERAIS

*Antônio Braz de Oliveira e Silva*²⁰⁵

*Carla Cristina Aguilar de Souza*²⁰⁶

Introdução

Na maior parte dos países do mundo, o órgão oficial de estatística responde pela produção de pesquisas econômicas, sociais e demográficas e coordena a produção de informação realizada por outros órgãos. A sua atuação como produtor e coordenador está respaldada em recomendações de organismos internacionais, como o *The United Nations Statistics Division* (UNSD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Recebe, por isso, a denominação de coordenador do Sistema Estatístico Nacional (SEN). No Brasil, essa função é exercida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

205 Doutor em Ciência da Informação (UFMG, 2007), analista sênior de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (aposentado). Foi assessor da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (1999-2000), diretor do Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (CEI/FJP) (1995-1999) e chefe-adjunto do Departamento de Contas Nacionais do IBGE (1987-1992).

206 Doutora em Economia. Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro. Professora na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Coordenadora do Núcleo de Análise Insumo-produto.

Estatística (IBGE), e os instrumentos legais que garantem sua atuação definem que fazem parte do Sistema Estatístico Nacional (SEN) todos os órgãos e todas as entidades da administração pública direta e indireta de todas as esferas de governo que recebem subvenção ou auxílio para a produção de informações estatísticas (SILVA, 2005).

Dessa forma, os Organismos Estaduais de Estatística (OEE) fazem parte do SEN. Muitos deles assumem, formalmente, o papel de coordenador do Sistema Estatístico Estadual.

A produção de estatísticas, especialmente demográficas, remonta a séculos, e a produção de estatísticas econômicas se expandiu e se consolidou após a Revolução Industrial. É no século XX, no entanto, com a presença maior do papel do Estado na economia, que se constrói a noção de sistema estatístico. Até então, as informações estatísticas cobriam atividades e setores, sem a necessidade teórica ou normativa de serem promovidas as conexões entre elas. A integração das informações setoriais de produção e geração da renda, de consumo e poupança ocorreu após a crise econômica de 1929 e foi formalizada após a II Guerra Mundial (STONE, 1947). Subdividido em inúmeras partes e tabelas, relacionadas de forma coerente conceitual e metodologicamente, tal instrumento de mensuração foi chamado Sistema de Contas Nacionais.

Prêmio Nobel de Economia em 1984, o economista inglês Richard Stone chama a atenção para o papel de coordenação que as contas nacionais iriam exercer sobre o sistema estatístico, ao demandarem, de forma intensiva, estatísticas consistentes entre si, das atividades e ações desenvolvidas pelos agentes econômicos.

Assim, Stone (1947) ressalta que:

Preencher os quadros das contas nacionais com números significa resolver um grande número de problemas estatísticos. Existem duas etapas nesse processo. A primeira é reunir as informações relevantes. Em muitos países, é provável que os dados contábeis apropriados estejam disponíveis para atividades do governo e, em alguns casos, a contabilidade das grandes empresas pode, também, ter sido padronizada. Mas,

além disso, os dados serão principalmente estatísticos; é provável que sejam muito volumosos e, principalmente, coletados para outros fins. Dessa forma, como fontes para a construção de contas nacionais, elas certamente serão incompletas, inconsistentes e de confiabilidade variável. Conseqüentemente, quando reunirmos todo esse material, sempre encontraremos discrepâncias e lacunas. O segundo estágio é encontrar uma maneira de lidar com essas discrepâncias e lacunas (STONE, 1947. p.21, tradução dos autores).

Dessa forma, o desenvolvimento da produção de pesquisas estatísticas e, conseqüentemente, do SEN encontra nas contas nacionais referência e mecanismo de pressão para melhorá-las no tocante aos métodos de coleta, às normas de classificação e à ampliação da cobertura. Assim, as contas nacionais tiveram papel importante na consolidação do SEN e de seu órgão coordenador.

No caso das contas regionais, sua elaboração envolve algumas mudanças e traz alguns problemas, como menciona Stone (1984, tradução dos autores) “[...] alguns agentes econômicos, como o governo central, não têm localização regional óbvia e, novamente, informações sobre muitos fluxos inter-regionais geralmente não estão disponíveis e podem ser caras de serem coletadas”.

Em sua elaboração, as contas regionais demandam tanto as estatísticas produzidas pelo IBGE de forma desagregada (por unidade da Federação (UF), Região Metropolitana (RM) e outras desagregações espaciais) como registros administrativos de outras organizações, como a Secretaria de Fazenda, as empresas de energia elétrica, órgãos de classe etc. Assim, as contas regionais não só desempenham um papel de coordenação do sistema estatístico estadual, mas também são relevantes para o aprimoramento do SEN.

Deve-se lembrar que, mesmo com o uso de outras fontes de informação, a metodologia e os conceitos são os mesmos das contas nacionais, como destaca o *Eurostat*, órgão oficial de estatística da União Europeia: “As contas regionais são uma especificação das contas correspondentes da nação. Assim, elas fazem uso dos conceitos usados nas contas nacionais.” (EUROSTAT, 1995, tradução dos autores).

Três pontos adicionais merecem destaque nas contas regionais: sua importância para a formação de técnicos dos órgãos de estatística, dada a capacidade dos técnicos das contas regionais de trabalhar com fontes diversas de informação, a aproximação com outros OEE e a troca de experiências. Além de trazerem novas abordagens e soluções, elas valorizam a equipe de cada instituição.

1 A produção de contas regionais em Minas Gerais

No Brasil, o cálculo sistematizado das contas nacionais data dos anos 1940, com a constituição de uma equipe técnica da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. Em 1956, são apresentados os primeiros resultados cobrindo o período de 1948 a 1955. Essa série foi produzida com a metodologia internacional proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), e seu cálculo continuou sendo realizado até que, em 1986, com a incorporação da equipe de contas nacionais da FGV, o IBGE tornou-se o responsável pelas estimativas dos agregados macroeconômicos do Brasil (HALLAK NETO, 2016).

Desde então, o IBGE acompanha as recomendações e metodologias de contas nacionais das Nações Unidas. A partir de 1999, o IBGE passou à condição de coordenador do programa de construção das contas regionais no país, com a produção e a publicação, em conjunto com os organismos estaduais de estatística (OEE), dos resultados do Produto Interno Bruto (PIB) por unidade da Federação (IBGE, 2008). Vale destacar que, anteriormente à atuação do IBGE, diversos estados da Federação já faziam estimativas do PIB estadual, contando com suporte da própria FGV e de organismos internacionais, como o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)²⁰⁷.

²⁰⁷ O Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes) é um órgão permanente, com identidade própria, e faz parte da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Foi criado no início da década de 1960 para apoiar os governos da região no campo do planejamento e administração pública, mediante a prestação de serviços de treinamento, capacitação, de consultoria e pesquisa (original em inglês, tradução dos autores). Disponível em: <https://www.cepal.org/en/acerca-del-ilpes>. Acesso em: agosto 2019.

Até 1986, quando era responsável pelas estimativas das contas nacionais do país, a FGV realizava estimativas do PIB por unidade da Federação nos anos de referência dos censos econômicos. Essa metodologia de estimação foi repassada para os estados que desejavam fazer suas estimativas. Minas Gerais se aproximou dessas três instituições (ONU, IBGE E FGV).

A incompletude do sistema estatístico estadual era amplamente conhecida, conforme apontado pelo presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG), Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, quando do lançamento do *Diagnóstico da Economia Mineira* (BDMG, 1968), no final dos anos 1960. Uma das consequências foi a assinatura, em 1968, do convênio de assessoria com o Ilpes. Surgiu assim a necessidade de aprimoramento do sistema estatístico estadual e a elaboração das contas regionais como suporte (GOMES; SHIKIDA, 2019).

No início dos anos 1970, foi criado o Escritório Técnico de Racionalização Administrativa (Etra), composto por jovens técnicos não pertencentes ao Instituto Estadual de Estatística (IEE)²⁰⁸. A Fundação João Pinheiro (FJP) surgiu de um anteprojeto realizado pelo Etra, com base nos estudos e nas análises que vinham sendo realizados pelo grupo do BDMG e do Conselho Estadual de Desenvolvimento, com a assessoria do Ilpes. Tratava-se de um órgão de suporte para todo o Sistema Estadual de Planejamento. O cálculo do PIB estadual começa na FJP no início dos anos 1970.

No governo de Aureliano Chaves (1975-1978), foram feitas mudanças no Sistema Estadual de Planejamento, com a criação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais (Seplan MG) em 1975. Com relação à produção de informações, a atribuição referente ao cálculo do PIB estadual ficou sob a incumbência do Instituto Estadual de Estatística (IEE), com a transferência de toda a equipe que estava na FJP (GOMES; SHIKIDA, 2019).

Segundo Maria Ângela Paiva de Franco, as mudanças entre os órgãos não afetaram os trabalhos das contas nem a equipe, a mesma desde o início. (GOMES; SHIKIDA, 2019).

208 Instituto Estadual de Estatística foi a denominação adotada pelo Departamento Estadual de Estatística a partir da Lei nº 5.792, de 8 de outubro de 1971. Além de alterar a denominação do OEE, ela insere o instituto na estrutura orgânica do Conselho Estadual de Desenvolvimento como um órgão de atividade auxiliar.

Em 1977, o Decreto nº 18.406 altera o nome do IEE para Superintendência de Estatística e Informações (SEI), que passa a compor o Sistema Estadual de Planejamento como órgão integrante da estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento. O cálculo do PIB estadual continua nesse órgão e, em 1981, é publicado o segundo volume da nova série do *Anuário Estatístico de Minas Gerais*, no qual se incluía o capítulo de contas regionais com as informações do PIB de 1970 a 1981.

Em dezembro de 1987, no governo Newton Cardoso, uma lei muda a denominação de Superintendência de Estatísticas e Informações (SEI) para Superintendência Central de Estatística e Informações (Sucei), ainda na Seplan. Em 1992, a Lei nº 10.827 extingue a Sucei e transfere as suas competências e atividades para a FJP. Em sua estrutura orgânica, cria-se o Centro de Estatística e Informações (CEI). Assim, o cálculo do PIB estadual retornou ao seu órgão de origem.

Os recursos para as atividades de produção de estatísticas, em especial das contas regionais, sofreram restrições relacionadas ao ciclo econômico, com forte redução a partir do final dos anos 1980, o que afetou diretamente a publicação dos anuários, não realizada em 1985 e 1986, voltando a sê-lo em 1987, 1990, 1994 e 2002; a partir dos anos 1990, somente com dados de crescimento real, ou seja, sem os resultados dos agregados em valores correntes. Até o final de 1995, a situação de carência de recursos do CEI afeta e compromete a elaboração e divulgação das contas regionais.

Em 1994, o novo presidente da FJP, Roberto Borges Martins, contrata o Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead) para a elaboração de um diagnóstico sobre a atuação do CEI. Foi destacada a importância dos trabalhos de contas regionais e recomendado que o anuário não fosse mais produzido, visto que ele demandava esforço exagerado da reduzida equipe e se tornava relativamente supérfluo com o início da divulgação de pesquisas pela internet. A reestruturação no CEI foi acompanhada de ciclo virtuoso de publicações.

No tocante às contas regionais, a nova direção do CEI implementou mudanças e ampliou os trabalhos. Foram publicadas as *Metodologias das Contas Estaduais* (FJP, 1996a), *do PIB Trimestral de Minas Gerais* e *do PIB Municipal* (FJP, 1996b, 1998a). Além das metodologias, os resultados passaram a ser divulgados em publicações próprias (FJP, 1998b).

Comunicado no *Boletim de Conjuntura Econômica de Minas Gerais*, o PIB trimestral passou a ser divulgado e apresentado em seminários trimestrais de conjuntura em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas) e o jornal Diário do Comércio. Até os dias de hoje, a FJP segue a divulgação em seminários abertos ao público externo, à imprensa e a instituições parceiras.

Em 1996, em parceria com as unidades da Federação, o IBGE deu início a um projeto das contas regionais consolidado em 1999. A partir desse ano, a nova direção do CEI passou a divulgar as contas regionais no convênio firmado com o IBGE. Nele, o IBGE torna-se o desenvolvedor da metodologia e atua na coordenação dos trabalhos das instituições estaduais parceiras. Desde então, os técnicos do CEI interagem bem mais com os especialistas do IBGE, com troca de informações e discussão dos resultados. Assim, desde 1999, a divulgação do PIB estadual é anual e compatível metodologicamente com o cálculo do PIB das demais unidades da Federação, com a soma dos resultados estaduais perfazendo o total do país. Como a base para o cálculo são as pesquisas econômicas anuais do IBGE, há uma defasagem de dois anos na divulgação dos resultados.

Nessa mesma linha de atuação, o IBGE, a partir de 2000, assume a coordenação da elaboração do PIB dos municípios brasileiros. A primeira divulgação se deu em 2005 para o período 1999-2003. A FJP publicou a série de PIB municipal de 1998 a 2004.

Deve-se mencionar que, até 1998, as metodologias adotadas pelo CEI eram compatíveis tanto com as recomendações internacionais quanto com as adotadas pelo IBGE e outros órgãos estaduais de estatística. O convênio com o IBGE traz uma alteração nos métodos de trabalho, com a preocupação de fazer com que a adição dos resultados das unidades políticas e administrativas mais detalhadas (municípios e estados) resultassem no PIB do país.

A primeira série de PIB estadual seguindo a metodologia do IBGE tinha 1985 como ano de referência e abrangeu o período de 1985 a 2004. Regularmente, a metodologia do cálculo do PIB passa por revisões para alinhamento com as metodologias do Sistema de Contas Nacionais (SCN). A

primeira revisão aconteceu em 2007, com o ano de referência 2002²⁰⁹ e abrangência do período de 2002 a 2014.

Para o período descrito (1985-2014), o cálculo do PIB era expresso apenas pela ótica da produção devido às particularidades apresentadas pelas unidades da Federação. A ótica da produção consiste em calcular o PIB como o valor adicionado bruto acrescido dos impostos líquidos de subsídios. O valor adicionado bruto é a diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário.

Enquanto o cálculo do PIB para Minas Gerais contemplava apenas a conta de produção das principais atividades econômicas anteriormente, após a parceria firmada, os resultados passaram a ser divulgados e colocados à disposição pelo IBGE e pela FJP com informações completas.

Em 2008, a FJP teve como desafio atualizar o método de cálculo do PIB trimestral. Ele passou, então, por alterações metodológicas de maneira a ficar plenamente compatível com o cálculo do PIB estadual desenvolvido em parceria com o IBGE. Até então, ele apresentava apenas a variação em volume.

Em 2009, com a expansão das estatísticas divulgadas pelo Sistema de Contas Regionais do CEI, realizou-se, pela primeira vez na FJP, a construção da Matriz Insumo-Produto (MIP) para Minas Gerais, o ano de 2005 tendo sido usado como referência (FJP, 2009). Vale frisar que, àquela época, poucas unidades da Federação (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) tinham-na construído.

A Matriz Insumo-Produto pode ser definida como a descrição estatística dos insumos e das produções dos diversos setores de atividade que compõem o sistema econômico. A MIP foi concebida e elaborada de maneira que tivesse aderência metodológica com o Sistema de Contas Regionais e os resultados obtidos para o PIB estadual. A desagregação dessa matriz foi de 35 setores de atividade e 53 produtos.

Essa estatística é relevante por permitir, pela ótica da produção, desagregação setorial maior do PIB mineiro. Já no cálculo do PIB pela ótica da despesa, detalha-se o destino da produção

209 A metodologia para o cálculo do PIB estadual desse período encontra-se detalhada no documento Contas Regionais do Brasil, da Série Relatórios Metodológicos, número 37, publicado pelo IBGE em 2008.

para consumo intermediário por setor, consumo das famílias, consumo do governo, investimento e exportações. O enfoque da renda apresenta o PIB como resultado da soma da remuneração dos fatores de produção, isto é, da remuneração dos empregados acrescida do rendimento misto bruto²¹⁰, do excedente operacional bruto²¹¹ e dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação. Outra geração de estatística importante da MIP é o comércio interestadual. Ele permite compreender as relações econômicas do estado com o restante do Brasil.

A partir da MIP, é possível mapear os fluxos intersetoriais da produção, o que, em última instância, se caracteriza pela identificação das cadeias produtivas no estado. Com a estatística da MIP, é possível a elaboração de indicadores de impacto setorial sobre emprego, renda e arrecadação, entre outros. O desenvolvimento da MIP no âmbito do CEI tem permitido à FJP tornar disponível mais uma estatística importante para a elaboração de políticas setoriais e de crescimento econômico.

Desde sua primeira concepção até os dias de hoje, o trabalho de construção da MIP enfrentou desafios de continuidade: toda a sua equipe inicial se desligou da FJP. No entanto, em maio de 2012, a instituição firmou um acordo de cooperação técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea),²¹² cujo tema de pesquisa era Matriz Insumo-Produto Regional. Nesse acordo, estavam previstos recursos para contratação de bolsistas, cursos de capacitação e também a participação da FJP em uma rede de pesquisadores envolvidos com o tema Matriz Insumo-Produto. Todo esse suporte possibilitou capacitar a nova equipe que elaborou a MIP que teve 2008 como referência. Sua publicação se deu em 2015 (FJP, 2015). Essa nova MIP ampliou a desagregação setorial da MIP 2005 para 40 setores de atividade e 85 produtos. Adicionalmente, avançou metodologicamente na estatística da produção secundária setorial.

210 Rendimento misto bruto: remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos) que não pode ser identificada separadamente se proveniente do capital ou do trabalho.

211 Excedente operacional bruto: saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção. (IBGE, 2016)

212 Na esfera de atuação do Programa de Mobilização de Competência Nacional para Estudo sobre o Desenvolvimento (Promob), com o apoio do Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisa (Proredes) definidos pelas portarias do Ipea n°491/2010 e 493/2010.

Em 2016, para acompanhar as mudanças metodológicas do *System of National Accounts* (SNA/2008) (EUROPEAN COMMISSION *et al.*, 2009), organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Banco Mundial, uma nova revisão metodológica foi implementada pelo Sistema de Contas Nacionais tendo 2010 (IBGE, 2016) como ano de referência. Nesse processo, o PIB estadual, o municipal e o trimestral acompanharam as alterações. Para o PIB estadual, ocorreu uma grande novidade e um grande avanço em seu cálculo pela ótica da renda para todas as unidades da Federação. Assim, para o PIB municipal e o estadual, iniciou-se uma série nova a partir de 2010, divulgada em 2016, com estatísticas até 2014.

Outra característica do cálculo do PIB mineiro é sua revisão quando o PIB estadual definitivo é divulgado conjuntamente com o IBGE, incorporando as informações das pesquisas estruturais da atividade econômica. Por questões metodológicas definidas pelo IBGE, em 2018, a FJP passa a divulgar as primeiras estatísticas do PIB trimestral nominal tendo 2010 como ponto de partida (FP, 2018a).

A divulgação da estatística da Matriz Insumo-Produto de Minas Gerais também vai se consolidando com a divulgação, em 2018, da MIP que teve 2013 como ano de referência (FJP, 2018b). Essa matriz acompanha a mudança metodológica de contas regionais ano de referência 2010. Manteve como base, portanto, as contas regionais para sua elaboração. Novamente, a MIP promove novo incremento, e os dados de 2013 foram tornados públicos com abertura setorial ainda mais ampliada que a verificada para a MIP 2008, ampliando-se para 57 atividades e 102 produtos. Um avanço na elaboração desse instrumento é a divulgação de uma Matriz Insumo-Produto com dimensões regionais, segundo critério adotado de classificação estadual, os denominados territórios de desenvolvimento de Minas Gerais (FJP, 2018b).

Essa regionalização foi utilizada por ser a adotada pelo Governo estadual para planejamento de políticas públicas (MINAS GERAIS, 2016). Entre as unidades da Federação, Minas Gerais é pioneira na divulgação de uma MIP especializada que pode subsidiar políticas de desenvolvimento regional no estado. A MIP regional contempla 42 setores e 42 produtos.

Em 2017, a FJP passa por uma alteração em sua estrutura orgânica e o Centro de Estatística e Informações (CEI) torna-se Diretoria de Estatística e Informações – Direi (MINAS GERAIS, 2017). Nesse ano, atendendo a uma demanda do Estado e da sociedade, desenvolve-se a metodologia de cálculo do PIB estadual trimestral em valores correntes, o que permitiu mais tempestividade no cálculo do valor do PIB estadual.

2 Comentários finais

Em muitas oportunidades, Desrosières²¹³ (2003, 1996) chamou a atenção para o fato de que as crises mundiais e seus impactos provocam mudanças nas formas de intervenção do Estado e, ao mesmo tempo, em suas estatísticas. Dessa forma, a evolução do papel e das funções do Estado explicariam as transformações nas estatísticas públicas, a despeito das nuances e disparidades entre os diferentes países. Segundo ele (DESROSIÈRES, 1996, não paginado), “até o século XVIII, a estatística feita em nome do rei estava ligada ao recrutamento de exército e pagamento de impostos”. Limitava-se exclusivamente à contagem populacional. Ao final do século XIX, na Europa, as preocupações já não eram mais com o poderio dos exércitos. O foco principal tornou-se as epidemias, a pobreza e questões gerais de saúde pública.

Entre 1940 e 1970, a produção de estatísticas considera a orientação keynesiana das políticas macroeconômicas” (DESROSIÈRES, 1996) e, após as crises vividas desde os anos 1970 (fim do padrão ouro para o dólar, crise do petróleo, redução do papel do Estado), se amplia na área de indicadores ambientais e sociais, donde se destaca o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Cabe destacar que o PIB (e depois o Produto Nacional Bruto – PNB) é um dos indicadores que formam o IDH.

Nesse contexto, o PIB é alvo de críticas tanto por economistas, quanto por sociólogos, antropólogos, geógrafos e outros. As críticas mais radicais destacam negativamente a concepção

213 Alain Desrosières era estatístico do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE)*, sociólogo e historiador da ciência na *École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)*. Ele é mundialmente conhecido por seu trabalho sobre a história da estatística, área na qual se destacam os seguintes trabalhos: *La Politique des Grands Nombres: Histoire de la Raison Statistique* (Paris, La Découverte, 2000, 2e éd, 1re éd. 1993) e *Pour une Sociologie Historique de la Quantification: L'Argument Statistique* (Presses de l'École des Mines de Paris, 2008).

de desenvolvimento medida pelo PIB, ou seja, a associação entre crescimento econômico, produção e consumo de bens e serviços criados de qualquer forma, sem preocupação com os impactos ambientais e sociais desse processo. Ainda que elas venham sendo consideradas pelos organismos internacionais, com a criação, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), “essas críticas tiveram pouco impacto até agora, pelo menos na institucionalização de indicadores alternativos”. (GADREY; JANY-CATRICE, 2010, tradução dos autores).

Por isso, o PIB resiste como indicador de referência, muito embora novas formas metodológicas de cálculo e apuração venham sendo discutidas e apresentadas como alternativas.

As razões para essa resistência, pelo menos em termos institucionais, se devem, em parte, à percepção de que o PIB e os demais indicadores macroeconômicos produzidos pelas contas nacionais tornam-se mais acessíveis com o tempo. O fato de serem apresentados em termos monetários parece permitir um entendimento mais fácil por parte do grande público... Além disso, o PIB pode ser calculado e divulgado trimestralmente, permitindo que seja usado como um painel de indicadores de curto prazo da economia (DUMONT, 2017, p. 215-216).

Junto com sua ferramenta estatística de cálculo, o Sistema de Contas Nacionais, o PIB é um instrumento poderoso, integra várias informações estatísticas de forma coerente. Como já mencionado, essa característica permite aos responsáveis por sua elaboração atuarem como coordenadores do sistema estatístico e formarem o pessoal técnico necessário para trabalhar com a produção e análise dos dados estatísticos. Em proporção menor, o Sistema de Contas Regionais também cumpre esse papel.

No Brasil, desde o final dos anos 1970, os organismos estaduais de estatística passaram por dificuldades de recursos, associadas às mudanças de preocupação da sociedade e à crise fiscal do Estado intervencionista. Ainda assim, muitos continuaram produzindo informações, com destaque para o PIB estadual. A FJP se destaca entre eles.

As mudanças no papel do Estado e a crise fiscal não significam que as contas nacionais e regionais tenham perdido relevância. Ao longo dos últimos 20 anos, houve uma ampliação das informações divulgadas a partir do cálculo do PIB: desagregação das atividades retratadas e maior quantidade e mais refino na qualidade de informações econômicas tanto anuais quanto trimestrais. E, além do seu uso pelos governos, o setor privado passou a demandá-las como subsídio em seus processos decisórios e de planejamento.

Desse modo, prossegue inovando e se consolidando o processo de produção de estatísticas públicas de contas regionais, tanto para subsidiar o Estado em suas políticas públicas de desenvolvimento econômico, quanto para a sociedade no seu processo de tomada de decisão. Parafraseando Desrosières (1996), os trabalhos de contas regionais continuam relevantes para a sociedade. As equipes que trabalham com essas informações reinventar-se-ão para superar as dificuldades. Voltando ao grande estatístico e historiador, os técnicos envolvidos sabem que “Combinando elementos dispersos e heterogêneos, a estatística constrói objetos novos, úteis para entender e transformar o mundo” (DESROSIÈRES, 1996, não paginado).

Referências

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico da Economia Mineira**. [Belo Horizonte]: BDMG, 1968. 6 v.

DESROSIÈRES, Alain. Naissance d'un nouveau langage statistique entre 1940 et 1960. **Courrier des statistiques**, [Paris], n. 108, p. 41-52, déc. 2003.

DESROSIÈRES, Alain. **O papel da informação na sociedade moderna**. In: ENCONTRO COMEMORAÇÃO IBGE 60 ANOS, 1996, Rio de Janeiro. Conferência n. 23 apresentada em 29 de maio de 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Documento não paginado.

DUMONT, Frédéric *et al.* Quando as escalas se cruzam: medidas de desenvolvimento no Brasil e na França. In: PARIS, Didier (ed.). **Vivre le territoire et faire la ville** autrement?: regards croisés franco-brésiliens. Versão português de Frédéric Dumont *et al.* Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2017.

EUROPEAN COMISSION *et al.* **System of national accounts 2008**. New York: European Comission, 2009. 662p. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2019.

EUROSTAT. **Regional accounts methods**: gross value-added and gross fixed capital formation by activity. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1995. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5826149/CA-87-95-943-EN.PDF/ab62f034-d8ce-44e8-93e4-aa1be4f55fd5?version=1.0>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Matriz de insumo-produto dos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais**: 2013. Belo Horizonte: FJP, 2018b. .

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **PIB trimestral de Minas Gerais**: 1º trimestre de 2018. Belo Horizonte: FJP, 2018a. (Indicadores FJP, n. 8). Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-trimestrais/820-indicadores-fjp-n-8-versao-completa/file>. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **PIB trimestral de Minas Gerais**: 4º trimestre de 2016. Belo Horizonte: FJP, 2017a. (Indicadores CEI, n. 1). Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-trimestrais/695-pib-4o-trimimestre-de-2016/file>. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais**: relatório anual 2015. Belo Horizonte: FJP, 2017b. (Indicadores FJP, n.4). Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-anuais/753-estatisticas-e-informacoes-relatorio-anual-pib-2015-final/file>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto interno Bruto de Minas Gerais**: metodologia. Belo Horizonte: FJP, 1996a. (Relatórios Metodológicos, 1).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais**: municípios e regiões: 1985-1995. Belo Horizonte: FJP, 1996b.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais:** municípios e regiões: 1985-1997. Belo Horizonte: FJP, 1998a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais 2015.** Belo Horizonte: FJP, 2017c. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/764-pib-municipios-2015-1/file>. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades:** 1995-1998. Belo Horizonte: FJP, 1998b. 239 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Tabela de Recursos e Usos (TRU-REGIONAL) e Matriz Insumo Produto para o estado de Minas Gerais para o ano de 2005.** Belo Horizonte: FJP, 2009. 36 p. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/tru-e-matriz-insumo/123-relatorio-metodologico-tabela-de-recursos-e-usos-e-matriz-de-insumo-produto-mg-2005/file>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Tabela de recursos e usos e matriz de insumo-produto de Minas Gerais – 2008.** Belo Horizonte: FJP, 2015. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/578-relatorio-metodologico-2008/file>. Acesso em: 24 set. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Tabela de recursos e usos e matriz de insumo-produto de Minas Gerais – 2013.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2018c. (Estatística e informações, 10). Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/Direi/Serie_Estatistica_Informacoesn10_Tabela_de_Recursos_e_Usos_e_Matriz_de_InsumoProduto_de_Minis_Gerais_8_11_2018.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

GADREY, Jean; JANY-CATRICE, Florence. **Les nouveaux indicateurs de richesse.** Paris : La Découverte, 2010.

GOMES, Maria do Carmo Alvarenga de Andrade; SHIKIDA, Aparecida Maciel da Silva. Planejamento para o desenvolvimento e políticas estatísticas (1967-1991). In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Minas de números:** políticas públicas de estatística em Minas Gerais: perspectivas históricas e catálogo de fontes 1890-2002. Belo Horizonte: FJP, 2019. p. 80-114. (Coleção Mineiriana. Série obras de referência).

HALLAK NETO, João; FORTE, Christina Maia. O Sistema de Contas Nacionais: evolução histórica e implantação no Brasil. **Revista Econômica**, [Rio de Janeiro], v. 18, n. 1, jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Relatórios Metodológicos, n.37).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais Brasil: Brasil – ano de referência 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Relatórios Metodológicos, n. 24). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98142.pdf>. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Portaria nº 491, de 28 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento - PROMOB. Brasília, DF: Ipea, 2010a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/Portaria_PROMOB.pdf. Acesso em: 17 jul. de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Portaria nº 493, de 29 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o funcionamento do Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisas – PROREDES do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento – PROMOB. Brasília, DF: Ipea, 2010b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/Portaria_proredes_porta93.pdf. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.214, de 30 de junho de 2017**. Dispõe sobre o conjunto de regras de organização e funcionamento da Fundação João Pinheiro, estabelece o novo estatuto da FJP. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47214&comp=&ano=2017>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MINAS GERAIS. Lei nº 21.967, de 1º. de janeiro de 2016. Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências. **Diário Oficial de Minas Gerais: Diário do Executivo**, Belo Horizonte, MG, v.2, p. 1, 13 jan. 2016.

NACIONES UNIDAS. **Un sistema de cuentas nacionales e correspondientes cuadros estadísticos**. Nueva York: Naciones Unidas, 1953.

SANTIAGO, Ricardo Luiz. Entrevista *online* concedida a Aparecida Maciel Shikida, Raphaella Aragão Vieira e Jéssica Mourão em 22 de fevereiro de 2018.

SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. O sistema de informações estatísticas no Brasil e as relações entre seus produtores e usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 2, p. 62-69, maio/ago. 2005.

STONE, Richard. **Prize lecture**: the accounts of society. Cambridge, U.K.: Nobelprize.org, 1984.

Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1984/stone/lecture/>. Acesso em: 8 de jul. de 2019.

STONE, Richard. Appendix: definition and measurement of the national income and related totals.

In: **Measurement of national income and the construction of social accounts**. Geneva: United Nations: 1947. p. 21. (Studies and reports on statistical methods, n. 7).

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA RMBH – UMA EXPERIÊNCIA BEM-SUCEDIDA NA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Plínio de Campos Souza

Maria Ramos de Souza²¹⁴

Em 1992, a Lei Estadual nº 10.827 transferiu as atividades estatísticas referentes a Minas Gerais para a Fundação João Pinheiro (FJP), órgão da administração indireta vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (Seplan). Extinguiu-se a então Superintendência Central de Estatística e Informações (Sucei), e criou-se o Centro de Estatística e Informações (CEI). Assim, a FJP adquire o *status* de órgão oficial de estatística estadual.

Um dos primeiros produtos lançados pelo CEI, em 1994, foi o *Anuário Estatístico de Minas Gerais* (ANUÁRIO..., 1994). Ele abrangia o período de 1990 a 1993 com dados e informações sobre as seguintes áreas: caracterização do território; demografia; população economicamente ativa; agricultura, pecuária e silvicultura; mineração; indústria de transformação; construção civil e habitação; energia elétrica; transporte e comunicação; comércio; mercados financeiros e de capitais;

214 Pesquisadores da Fundação João Pinheiro que participaram da PED-RMBH durante toda a existência da pesquisa.

preços, salários e rendimentos; contas regionais, incluindo informações sobre o PIB, calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); saneamento básico; educação; saúde, incluindo dados sobre mortalidade; previdência e assistência social; justiça, segurança pública e representação política. Em sua maioria, as informações eram oriundas do censo ou de fontes secundárias, exceto aquelas sobre mortalidade, cujos dados sobre óbitos eram codificados e produzidos no próprio CEI a partir de registros administrativos cartoriais.

Ainda em 1994, foi firmado o primeiro contrato entre a FJP, a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) para a realização da primeira pesquisa mensal domiciliar executada pela FJP. Com essa parceria ampla, nasceu a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED-RMBH). Seu objetivo era investigar a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), adotando a metodologia desenvolvida pela Fundação Seade e pelo Dieese, já utilizada nas regiões metropolitanas de São Paulo desde 1985, Belém (1987), Porto Alegre (1992), Curitiba (1994) e Distrito Federal (1991).

Na implementação dessa pesquisa em Belo Horizonte, destaca-se o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), órgão do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. A pesquisa foi financiada pelo Ministério do Trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e de recursos do tesouro do estado conforme Resolução nº 55 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), de 14 de dezembro de 1993. Em seu artigo 1º, a resolução estabelecia os repasses financeiros para o seguro desemprego, intermediação de mão de obra e geração de informação sobre mercado de trabalho, desde que usada a metodologia da Fundação Seade e do Dieese, considerada a mais abrangente.

A partir dessa iniciativa, deu-se o início de uma jornada longa e bem-sucedida de 20 anos na execução de uma pesquisa domiciliar mensal permanente para captação de dados sobre o

mercado de trabalho e outras áreas de interesse correlato, como a saúde do trabalhador; a inserção do jovem no mercado de trabalho; o treinamento e a formação profissional; a economia popular; o empreendedorismo e vários outros temas, experiência que perdurou até junho de 2014.

A metodologia Seade/Dieese foi elaborada em 1984 a partir da seguinte constatação: os métodos usados como métricas conjunturais dos mercados de trabalho urbanos, utilizados em outras pesquisas, não conseguiam retratar a realidade do mercado de trabalho, que apresentava alto grau de heterogeneidade produtiva, característico de economias que se industrializaram tardiamente, associado ao rápido processo de urbanização causado pela expulsão da força de trabalho do campo.

A elaboração da metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego pretendeu, portanto, dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com elevada disponibilidade de mão de obra e dinamizado por uma estrutura produtiva heterogênea. Seu propósito básico foi ampliar o conjunto de informações disponíveis a respeito do mercado de trabalho, preservando a possibilidade de obter os indicadores tradicionais e, portanto, a comparabilidade com aqueles produzidos por outros países, mas principalmente gerando medidas que permitissem construir um método de classificação da População em Idade Ativa (PIA) que captasse a fluidez dos três segmentos da condição de atividade – ocupados, desempregados e inativos – e a inter-relação entre eles. Nesse sentido, tornou-se possível, por exemplo, avaliar a dimensão e temporalidade dos movimentos de contração da população economicamente ativa e quantificar o segmento da PIA que, apesar da disponibilidade para o trabalho, não manifesta procura efetiva; criar uma tipologia em que a maior heterogeneidade dos diversos segmentos fosse explicitada, diferenciando-a das situações consideradas típicas. Assim, o subconjunto de desempregados não deve se restringir aos indivíduos que preenchem os três requisitos da norma internacional para classificação de desemprego; os ocupados não são classificados somente segundo a posse de carteira de trabalho assinada etc (DIEESE, [2012], p.3).

A partir da compreensão de que nosso mercado de trabalho urbano era altamente heterogêneo e da constatação de que, na prática, os indivíduos mais pobres buscavam atividades

remuneradas ainda muito jovens, percebeu-se que eles não deveriam ser excluídos de uma pesquisa sobre mercado de trabalho. Desde sua elaboração, portanto, o conceito de população em idade ativa da PED foi ampliado para incluir as pessoas de dez anos ou mais na pesquisa. Outra constatação importante naquele momento foi de que apenas metade dos trabalhadores tinha acesso às garantias oferecidas pela legislação do trabalho, via contrato formal. Ainda assim, a maioria desses trabalhadores estava submetida à alta rotatividade e aos salários baixos. Os assalariados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores autônomos eram, e ainda são, parte expressiva do conjunto de ocupados. A precariedade dessas formas de inserção leva à descontinuidade nas relações de trabalho e à instabilidade nos rendimentos.

Tendo em vista essas características do nosso mercado de trabalho, sua dinâmica não pode ser captada suficientemente se adotadas as noções usuais de emprego (exercício de qualquer atividade por no mínimo uma hora na semana da entrevista) e desemprego (ausência de trabalho combinada à procura e disponibilidade para trabalhar). Ou seja, a dicotomia emprego/desemprego aberto é insuficiente para descrevê-lo. Assim, outro conceito inovador foi a concepção do desemprego oculto pelo trabalho precário. Ele abrange aqueles que, de forma irregular, realizam algum trabalho remunerado (ou quem realiza trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou ainda que, não tendo procurado nesse período, o fizeram até 12 meses antes da entrevista. Nesse caso específico, nas estatísticas de pesquisas oficiais, esses indivíduos eram classificados como ocupados, desvirtuando sua situação real de desempregado oculto pelo trabalho precário.

O outro conceito importante foi o desemprego oculto pelo desalento. São pessoas sem trabalho que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que o procuraram nos últimos 12 meses e ainda querem trabalhar. Esses indivíduos eram classificados como inativos. O desemprego oculto pelo trabalho precário e também o oculto pelo desalento são bons indicadores de inconstância nos mercados de trabalho. No entanto,

esses conceitos só vieram a ser incorporados nas pesquisas oficiais em 2002, embora apresentem pequenas diferenças.

1 A PED-RMBH – implementação da pesquisa

Para a elaboração do plano amostral da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH, foram contratados estatísticos especialistas em amostras complexas, professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que decidiram usar como base de cadastro de domicílios o Censo de 1991. A tarefa foi concluída em outubro de 1994.

Paralelamente, outras atividades pertinentes a uma pesquisa domiciliar mensal eram realizadas. Exemplos disso foram o curso sobre a metodologia da PED para equipe interna da FJP envolvida na pesquisa e treinamentos práticos nas atividades relacionadas aos procedimentos de campo. Tais atividades eram ministradas pelos técnicos da Fundação Seade e do Dieese. Foi realizada a revisão de todos os manuais da pesquisa para adequá-los à Região Metropolitana de Belo Horizonte e ao plano amostral da PED-RMBH (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, [1994]).

Foram realizadas também visitas técnicas em São Paulo para treinamentos práticos de abordagem em entrevistas domiciliares, conferência de questionários, listagem de domicílios e treinamento em programas de consistência e acompanhamento de campo. Para os responsáveis pela análise estatística e pelo processamento dos dados da pesquisa, foi apresentado o *software* estatístico utilizado no trabalho.

Outra visita técnica foi realizada em Porto Alegre para conhecer tanto o arranjo institucional adotado, no qual a execução das entrevistas domiciliares era terceirizada, quanto as outras etapas do processo, como controle da amostra, consistência e processamento dos dados, análise dos resultados, supervisão e fiscalização dos serviços da empresa contratada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE). Esse modelo foi adotado pela FJP nos primeiros anos da pesquisa.

No início de 1995, foram realizadas as etapas finais do processo de licitação na contratação da empresa de pesquisa para a realização da coleta de dados em campo. Em maio, teve início o treinamento teórico e prático ministrado por técnicos da Seade e do Dieese para todos os envolvidos na coleta de dados (equipe externa), supervisores, recenseadores, listadores, críticos, supervisores de coleta e conferidores, totalizando uma equipe de aproximadamente 70 pessoas. Entre junho e setembro, foram feitos todos os ajustes nos procedimentos de campo. O número de entrevistas foi aumentando a cada mês, até que se atingissem 2.528 domicílios/mês. Simultaneamente, eram listados todos os 474 setores censitários que compuseram os três painéis da nossa primeira amostra. Para a divulgação dos resultados, era necessário acumular aproximadamente 7.500 domicílios. Assim, escolheu-se trabalhar com médias móveis trimestrais dos indicadores de interesse, acumulando-se três meses de pesquisa para então divulgar os resultados. A primeira divulgação da pesquisa só viria em fevereiro de 1996 com os resultados da média do trimestre de outubro, novembro e dezembro de 1995²¹⁵.

Mudança importante ocorreu a partir de agosto de 2002: a pesquisa de campo foi internalizada pela Fundação João Pinheiro. Assim, todas as etapas passaram a ser realizadas lá. Já tínhamos o domínio técnico. A partir do momento da internalização do campo, deteve-se também todo o conhecimento da gestão de pesquisas domiciliares complexas. Esse processo trouxe ainda a economia dos recursos financeiros da pesquisa que passaram a ser suficientes para sua execução e ainda permitiram pagar o custeio da FJP (taxa de administração do contrato) e também algum investimento em compra de equipamentos para a pesquisa.

A experiência da gestão completa de pesquisa domiciliar foi preponderante para que a FJP pudesse assumir projetos de abrangência territorial maior, como ocorreu na Pesquisa por Amostra

215 O primeiro resultado apresentou uma taxa de desemprego total de 11,1%. O desemprego aberto foi igual a 7,2%; o desemprego oculto, 3,9%, correspondendo, respectivamente, a 181 mil pessoas desempregadas, 118 mil em situação de desemprego aberto, 63 mil em situação de desemprego oculto.

de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG), realizada em 2009²¹⁶, 2011²¹⁷ e 2013²¹⁸ em parceria com o Banco Mundial e que abrangeu todas as regiões de planejamento de Minas Gerais. Essa pesquisa teve como objetivo investigar e gerar informações para a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.

Em meados de 2010, para modernizar a aplicação dos questionários da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH, até então impressos, foram desenvolvidos programas para permitir a aplicação eletrônica. Essa modernização atingiu também os outros procedimentos da pesquisa, como o controle, sorteio eletrônico da amostra e a pré-consistência dos dados²¹⁹, importantes para a redução tanto dos erros quanto do tempo de aplicação dos questionários.

2 Produtos desenvolvidos e publicações a partir da PED-RMBH

Os arranjos institucionais para a execução da pesquisa nas regiões metropolitanas possibilitaram autonomia para que pesquisas suplementares fossem realizadas conforme interesse e necessidades locais do poder público ou privado. Enquanto realizada a pesquisa, foram desenvolvidas várias outras pesquisas suplementares sobre diversos temas na RMBH.

O primeiro suplemento da pesquisa foi efetivado já em 1997, sobre o treinamento e a qualificação profissional do entrevistado na PED. Esse produto foi negociado com a equipe do Cedeplar/UFMG e tinha como objetivo investigar a importância da qualificação e do treinamento como promotor de mudanças/melhorias na vida laboral dos indivíduos.

216 Na primeira pesquisa, foram captadas informações sobre características dos domicílios e dos moradores, assistência social, saúde, educação, trabalho, rendimentos, juventude, gastos coletivos e individuais, gastos com alimentos e bebidas.

217 Em 2011, os tópicos pesquisados foram características dos domicílios e moradores, saúde, educação, trabalho, rendimentos, empreendedorismo, gastos coletivos e individuais e gastos com alimentos e bebidas.

218 Em 2013, os tópicos pesquisados foram características dos domicílios e moradores, saúde, educação, trabalho, rendimentos, mortalidade, segurança pública e vitimização.

219 Programas desenvolvidos na linguagem do *Census and Survey Processing System* (CSPRO).

Em 1999, foi realizado o trabalho *A Evolução do Emprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Ele teve a parceria da Fapemig e abordou as principais mudanças no mercado de trabalho na década de 1990 (FJP, 1999).

Em 2000, foi publicado outro suplemento de pesquisa, negociado com a Fapemig, sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, buscando conhecer a situação desse grupo de forma mais aprofundada. Nesse suplemento, a equipe técnica investigou as características da inserção ocupacional dos jovens de 15 a 29 anos e suas inter-relações com a inserção no sistema educacional e formação profissional, estado civil, maternidade, paternidade e outras informações qualitativas.

Em 2003, o Instituto René Rachou (Fiocruz Minas) contratou pesquisa de campo sobre a saúde dos adultos na RMBH, um estudo epidemiológico de base populacional e diversas temáticas: hábitos e estilos de vida, usos de serviços preventivos de saúde, usos de serviços de saúde e função física do idoso, entre outros.

Em 2006, a pedido da equipe que desenvolvia a metodologia do *deficit* habitacional na FJP, foi realizado um suplemento sobre os motivos da coabitação na RMBH. O objetivo era testar algumas questões para uso no questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), utilizadas até 2015, quando o IBGE passou a usar somente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC). Em 2008, o Dieese negociou um suplemento aplicado em todas as regiões em que a PED era realizada. Foram coletadas informações sobre intermediação de mão de obra, qualificação profissional, uso de seguro desemprego combinado com o exercício de atividade remunerada sem registro, economia popular e empreendedorismo. Essa investigação foi feita para o Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda 2008 para orientação da política pública na área de mercado de trabalho.

Em 2010, a pedido do Instituto René Rachou (Fiocruz Minas), foi realizada a segunda rodada do suplemento sobre a saúde dos adultos na RMBH para captar as mudanças nos hábitos e a percepção no lapso temporal entre 2003 e 2010.

Em 2011, foi publicada a análise feita pelo Dieese *Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho: Reflexões e Ensaios Metodológicos Construídos a Partir da PED*. A publicação trouxe informações sobre Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo, todas as regiões metropolitanas onde a pesquisa era executada. Os dados sobre a RMBH eram oriundos do suplemento aplicado em 2008, conforme citado.

No período de 20 anos da PED-RMBH, além dos suplementos realizados na pesquisa que geraram estudos sobre temas variados, os dados e as informações sobre o mercado de trabalho serviram de base para inúmeros outros trabalhos realizados internamente. Podemos listar alguns deles: *Determinantes da Distribuição de Renda na Região Metropolitana de Belo Horizonte: uma Análise a Partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMBH, 2001 e 2006*; *As Várias Faces do Mercado de Trabalho no Brasil*, revista comemorativa dos dez anos da PED-RMBH, publicada em novembro de 2006, iniciativa financiada pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM); *Análise da Situação dos Jovens no Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, para a revista *Objetivos do Milênio* (Objetivo 8 Meta 16), de 2010 a 2013; *Análise do Mercado de Trabalho na RMBH com Recorte Territorial da Pesquisa de Origem e Destino 2001 – OD2001*, com ênfase na construção civil. Nesse estudo, foi feita uma análise do emprego e desemprego entre 1996 e 2008 nas oito macrounidades territoriais da OD2001. Até junho de 2014, data de encerramento da pesquisa domiciliar, foram divulgados 232 boletins mensais com a análise conjuntural do mercado de trabalho na RMBH, 18 boletins anuais, outras dezenas de estudos em datas comemorativas, como o Dia Internacional das Mulheres, o Dia da Consciência Negra, o Dia do Trabalho e outros tantos. Durante esse período, centenas de entrevistas foram concedidas aos meios de comunicação e palestras sobre a pesquisa proferidas. Nos 20 anos de realização da PED-RMBH, a FJP esteve na mídia pelo menos 232 meses, considerando as divulgações mensais. Quando são considerados todos os produtos dessa pesquisa expostos nos meios de comunicação, percebe-se que, além de outros produtos da instituição, a PED foi o carro chefe para manter a FJP em evidência.

3 Conclusão

A crise econômica e recentes alterações nas leis trabalhistas, com introdução de trabalho intermitente e aumento da jornada considerada trabalho parcial, indicam uma desregulação forte do mercado de trabalho. Nesse contexto, muitos especialistas já apontam para uma precarização maior que acentua ainda mais o componente de heterogeneidade nas relações de produção. Isso mostra que, embora desenvolvida em 1984, a metodologia da PED continua muito atual, capaz de captar rapidamente essas novas mudanças nas relações de trabalho, a exemplo da “uberização”, referência ao aplicativo de transporte (Uber), uma das mais nítidas modalidades de trabalho desregulamentado e sem proteção de direitos na atualidade inseridas pelas novas tecnologias no mundo do trabalho.

Perceber que os conceitos inovadores da PED foram incorporados pela pesquisa domiciliar oficial do IBGE, a partir de 2012, na PnadC traz a certeza de que a PED-RMBH e a FJP trilharam um caminho de vanguarda na produção e geração de estatísticas do trabalho. Ao mesmo tempo, constata-se que, com o fim da PED-RMBH, em meados de 2014, foi grande a perda de autonomia na geração de informações sobre o mercado de trabalho local e outras informações não cobertas pelas estatísticas oficiais, principalmente aquelas que qualificam fenômenos de interesse locais, a exemplo da grande produção de estudos específicos da PED-RMBH durante sua duração.

Neste momento, quando se comemoram os 50 anos da Fundação João Pinheiro, pode-se dizer que, durante 20 anos, a execução da PED-RMBH ajudou a escrever a grande história desta instituição importante. A história longa e bem-sucedida da PED-RMBH/FJP só foi possível graças ao envolvimento de toda a equipe que participou desse projeto em seus diversos momentos, em especial os coordenadores técnicos pela FJP e do Dieese. Eles sempre acreditaram e trabalharam por esse projeto, principalmente nos seus momentos mais críticos, e conseguiram levá-lo adiante durante sua longa existência²²⁰.

220 Pela FJP, Helena Sylvia Pinheiro Wanderley Reis, Raimundo de Sousa Leal, Nícia Raies Moreira de Souza, Plínio de Campos Souza, Edilazir Altina A. Fonseca, Maria Ramos de Souza. Pelo Dieese, José Artur dos Santos Ferreira, Carlos Wagner Machado, Carlindo, Mário Marcos Rodarte, Gabriele S. Cicarelli; pelo Sistema Nacional PED/Dieese, Lúcia Garcia.

Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS: 1990-1993. Belo Horizonte: FJP, v.8, 1994.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Planejamento. **Relatório de acompanhamento objetivos de desenvolvimento do milênio**. Belo Horizonte: Observatório do Milênio, 2010.

BOLETIM PED/RMBH. Pesquisa de Emprego e Desemprego: Região Metropolitana de Belo Horizonte: FJP, v.1, n.1, dez.1995.

DIEESE. **Qualificação profissional e mercado de trabalho**: reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego. São Paulo: Dieese, 2011.

DIEESE. **Sistema PED**: metodologia utilizada. [São Paulo]: Dieese, [2012]. Disponível em: www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **A evolução do emprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte**: relatório final. Belo Horizonte: FJP, 1999. 159 p

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho**. Belo Horizonte: FJP, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **As várias faces do mercado de trabalho no Brasil**. Belo Horizonte: FJP, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Determinantes da distribuição de renda da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**: uma análise a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para 2001. Belo Horizonte: FJP, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relatório de atividades 1991-1994**. Belo Horizonte: FJP, [1994]. 25 p

LIMA-COSTA, Maria Fernanda Furtado de. **A saúde dos adultos na região metropolitana de Belo Horizonte**: um estudo epidemiológico de base populacional. Belo Horizonte: Nespe/Fiocruz: Nespe/UFMG, 2004. 132 p.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda; TURCI, Maria; MACINKO, James. **Saúde dos adultos em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Nespe/Fiocruz: Nespe/UFMG, 2012. 120 p.

BIBLIOTECA PROFESSORA MARIA HELENA DE ANDRADE

Roger de Miranda Guedes^{221 222}

Quem pensa que não há beleza no mundo do planejamento público se engana. As prateleiras da biblioteca da FJP guardam ideias tão belas quanto as melodias do Clube da Esquina, compostas pelos poetas quase anônimos da burocracia mineira.

Paulo Diniz, 2019

A Fundação João Pinheiro (FJP) iniciou suas atividades, efetivamente, em agosto de 1970. Naquele momento, ciente da importância e do valor estratégico para a instituição recém-criada, o então presidente da FJP Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz determinou a instalação de uma biblioteca (FJP, 1970).

Em meados de novembro daquele ano, a biblioteca da instituição entrava em funcionamento, com o propósito de oferecer suporte às atividades de pesquisa, capacitação e ensino desenvolvidas

221 Bibliotecário e doutor em Ciência da Informação, Roger Guedes atua desde 2008 na Fundação João Pinheiro, contribuindo para a trajetória da Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade, acompanhando-a e orgulhando-se dela.

222 O autor agradece as contribuições imprescindíveis da bibliotecária e colega de trabalho Joana D'Arc Inácio Ferreira na elaboração deste ensaio.

pela FJP. Tinha seu acervo e seus serviços especializados voltados às áreas de conhecimento e interesse da Fundação. Assim, buscava refletir a finalidade de criação da instituição: “pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social.” (MINAS GERAIS, 1969).

1 Articulação interna e externa: biblioteca dinâmica

A princípio, a biblioteca da FJP funcionava como unidade independente, isto é, não estava formalmente subordinada a nenhum outro setor. Em 1972, foi vinculada ao Setor de Comunicações e, até 1977, já havia sido ligada à Presidência, à Assessoria de Planejamento e Controle e à Secretaria Geral (FJP, 1980). Ocupava, na sede da instituição localizada na Avenida João Pinheiro, uma área de 264m² e no Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), setor subordinado à FJP situado na Pampulha, área de 42 m². Sua primeira gerente foi a bibliotecária Maria do Carmo Andrade Brandão, funcionária oriunda do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Na época, a biblioteca contava com quatro funcionários, e suas atividades voltavam-se para a formação de acervos e serviços de informação demandados pelos primeiros projetos da instituição e dos cursos do CDA. Entre 1974 e 1976, em razão de problemas financeiros, a FJP necessita reduzir seu quadro de pessoal, o que repercutiu na biblioteca, que teve seu número de funcionários reduzido. Nesse momento, foi necessário definir as demandas prioritárias para o setor. Seus esforços concentraram-se no atendimento aos usuários (pesquisa bibliográfica e levantamento de legislação para o desenvolvimento de projetos) e aos demais trabalhos requeridos pela alta administração.

A partir de 1977, com a mudança organizacional implementada na FJP, a biblioteca vê seu quadro funcional acrescido consideravelmente. Em decorrência das mudanças na dinâmica organizacional, foi implementada, na Biblioteca, a função de “agente setorial”. Com uma política de articulação intersetorial, incorporou-se em cada diretoria uma bibliotecária, cujas tarefas

não se limitariam ao acompanhamento de projetos e à orientação na área de normalização, mas abrangeriam também assessorar os técnicos das diretorias na utilização de outros serviços de informação oferecidos pela instituição. Desse modo, esse arranjo institucional perdurou até a década de 1980, baseado na formalização de setores funcionais e no acompanhamento das necessidades informacionais das diretorias por agentes setoriais.



*Figura 1:
Estrutura interna da Biblioteca da
FJP – 1985*

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1985.

É amplamente reconhecido na biblioteconomia que, em virtude dos conhecimentos múltiplos em estratégias de busca e acesso à informação, bibliotecários atuantes em unidades de informação especializadas se tornam membros de equipes de pesquisa e desenvolvimento e exercem

um papel substancial no ciclo de criação da informação ao facilitar e promover o acesso a fontes de dados e informação (ENGLAND; SHAFFER, 1994).

Embora há tempos defendida por especialistas da informação, a implementação desse modelo de estrutura intersetorial não costumava ser adotada pelas instituições brasileiras. Nesse sentido, isso indica que a iniciativa da Biblioteca da FJP foi um exemplo de vanguarda para a época.

A produtividade das áreas finalísticas da FJP dava indícios de que essas articulações intersetoriais, promovidas pela biblioteca, se mostraram acertadas. Isso levou a instituição a, sob condução da biblioteca, instaurar um sistema de publicações. A partir de um diagnóstico realizado por uma comissão técnica interna na FJP, verificou-se que “havia grande preocupação com o conteúdo [dos trabalhos da instituição], mas pouca atenção era dada à sua apresentação” (GUIMARÃES; BRANDÃO, 1981, p. 4). Desse modo, a comissão elaborou documentos normativos e definiu, para as unidades, os procedimentos e fluxos de trabalho que comporiam o sistema com o propósito de estabelecer um controle de qualidade das publicações da FJP.

Nessa época, visando à profusão de publicações oriundas da instituição, foram dados os primeiros passos para o desenvolvimento de acervo memorialístico, de caráter técnico-científico, no qual fosse possível reunir as produções intelectuais assinadas pela FJP. Isso se deu em 1984, mais precisamente quando, por meio da Portaria nº1/1984, Maria do Carmo Brandão é designada pelo presidente da FJP, Aluísio Pimenta²²³, a participar do grupo de trabalho concebido para elaborar o projeto *Memória Técnica da Fundação João Pinheiro* (FJP, 1985). Como resultado, foi criada a Coleção de Reserva da Fundação João Pinheiro e, nos idos de 1990, ela tornar-se-ia a Coleção Memória Técnica da Fundação João Pinheiro²²⁴.

223 Catedrático da UFMG, Aluísio Pimenta foi o nono presidente da FJP, 17 de março de 1983 a 29 de maio de 1985.

224 Na esfera do setor público, uma coleção documental chamada memória técnica ou memória técnico-científica é normalmente reconhecida por se tratar de informação não-administrativa resultante das atividades de determinadas entidades públicas. Pode ser alvo de interesse de grupos particulares ou do público em geral. Também pode apresentar um alto valor histórico e influenciar a tomada de decisões das esferas pública e privada.

Ao mesmo tempo em que se aumentava a produtividade dos resultados de projetos, publicados em formato de relatório, porém, diminuía-se a capacidade de atender os usuários. A instabilidade econômica no cenário nacional na década e, conseqüentemente, as restrições orçamentárias nas unidades da Federação afetaram diretamente as aquisições de material bibliográfico pelas bibliotecas, demandando estímulo e novas estratégias na busca por alternativas de acesso pelos vários segmentos na área da informação.

Surgiu a preocupação de como garantir a obtenção de todas as informações publicadas, tendo em vista o aumento crescente de títulos e os altos custos envolvidos. Essa década [1980] foi marcada pelo grande desafio enfrentado pelas bibliotecas e pelos centros de documentação de controlar e adquirir a massa de informação produzida em suas respectivas áreas do conhecimento e distribuída em diferentes meios (KRZYZANOWSKI, 2007, p. 5).

Em resposta a essa conjuntura, a biblioteca da FJP acentua sua dinamicidade e se integra a diversas redes de cooperação entre bibliotecas de instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior, esforçando-se para atender às demandas de informação de pesquisadores e técnicos. Por possuir um acervo bibliográfico especializado bastante relevante, ela era um centro cooperante de diversas redes de intercâmbio bibliográfico, como, por exemplo, o Programa de Comutação Bibliográfica (Comut). Além disso, passou a integrar outro importante suporte cooperativo de informação, o Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos (CCN), mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Também fazia parte do Sistema Estadual de Documentação²²⁵, coordenado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan-MG), trabalhando em regime de cooperação com as demais bibliotecas que o integravam. Sempre atuante, a Biblioteca promovia seminários, mesas-redondas e outros eventos para fortalecer a rede de bibliotecas.

225 O Sistema Estadual de Documentação foi instituído pelo Decreto nº 14.323, de 4 de fevereiro de 1972, que regulamentava o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED). Posteriormente, teria muitas de suas atribuições absorvidas pela Seplan MG.



Mesa redonda sobre "Intercâmbio e Empréstimo entre Bibliotecas", promovida pela Fundação João Pinheiro (FJP), por ocasião da "Semana Nacional do Livro e da Biblioteca", de 23 a 29 de outubro e coordenada pela Biblioteca e Assessoria de Comunicação. Vê-se o presidente da FJP, Aluísio Pimenta e Maria do Carmo Andrade Brandão, a coordenadora da Biblioteca

Data: 27 de outubro de 1983

Fonte: RI-FJP

Ressaltam-se ainda as ações da biblioteca da FJP em sua participação no Grupo de Bibliotecários de Ciências Sociais e Humanidades e no Grupo Jurídico da Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, colaborando com o desenvolvimento de pesquisas bibliográficas e trabalhos que beneficiam as bibliotecas envolvidas.

Em maio de 1987, com a mudança da sede da FJP para a Pampulha, a biblioteca passou a funcionar numa área de 664m² projetada especialmente para o seu funcionamento. A alteração de endereço e ampliação trouxeram vários benefícios, entre eles condições de desenvolver coleções de materiais especiais, de interesse da instituição, que requeriam estrutura adequada.

Desse modo, em 1988, sob a responsabilidade da biblioteca, foi iniciado o projeto de organização da memória fotográfica da FJP, com o objetivo de reunir e tratar o repertório fotográfico que registrava os fatos, eventos e as atividades da instituição, acondicionando-o em mobiliário e local adequados à sua preservação. Já nessa época, a FJP possuía uma publicação, elaborada pela Biblioteca, que apresentava procedimentos e métodos para preservação de acervos fotográficos. Era uma obra reconhecida nacionalmente, dada a relevância de seu conteúdo (FJP,1985).

O resultado final do projeto foi a criação de uma coleção fotográfica abrangendo um total aproximado de duas mil fotografias catalogadas, descritas e identificadas. Esse acervo ganharia atenção especial, duas décadas depois, ao ser digitalizado e colocado à disposição para acesso livre nos serviços de informação digital mantidos pela biblioteca.

Ainda em 1988, ocorre a primeira mudança na administração da biblioteca, que passa a ser gerenciada pela bibliotecária Maria José Rocha Gomes. Em sua gestão, ocorreu a alteração de posicionamento do setor na estrutura organizacional da FJP. Vinculada à Diretoria Técnica (DT) de 1988 até agosto de 1990, a biblioteca passa então a se subordinar ao Centro de Apoio Técnico (Cate), uma superintendência da DT, juntamente com a Divisão de Editoração e com o Estúdio.

2 Renovação e informatização: biblioteca moderna

No início da década de 1990, a biblioteca retomou, com maior alcance e envergadura, o projeto *Memória Técnica da Fundação João Pinheiro*. Até então, muitos relatórios e demais publicações, resultados de pesquisas, eram mantidos apenas na própria gerência que os havia produzido. Esses documentos encontravam-se organizados de formas diferentes, dificultando a pesquisa e o acesso (FJP, 1990).

Dessa forma, o projeto tinha o objetivo de reunir o conhecimento ali produzido em uma única coleção, submetê-los a um tratamento da informação mais adequado para fins de recuperação e acesso e preservar o maior ativo que a instituição possuía, o conhecimento ali produzido. Com isso, a biblioteca dava passos importantes para assumir, definitivamente, seu papel custodial e memorialístico no que se refere à produção intelectual da FJP.

A diretriz do projeto enfatizava a necessidade de ser encaminhado à Biblioteca ao menos um exemplar de cada documento de caráter técnico-científico produzido na instituição ou elaborado

por consultores externos a pedido da FJP. Um fato interessante é que, a partir do levantamento dos trabalhos elaborados e editados pela FJP – etapa fundamental para o projeto – foi lançada, em 1992, a obra *Publicações da Fundação João Pinheiro*, organizada por uma equipe do setor (FJP,1992).

Em 1991, a bibliotecária Magda de Oliveira Guimarães Alves assume a gerência da biblioteca. Sua missão principal era manter a condição de setor estratégico que ela havia adquirido. Durante todo o período pré-informatização de rotinas e serviços, era grande a atenção para estratégias e métodos que pudessem atender ao perfil de um relevante grupo de usuários, os técnicos e pesquisadores da FJP. Em momentos de grande atividade e desenvolvimento de projetos pelos pesquisadores, eles necessitavam estar sempre atualizados sobre a literatura especializada de interesse. Para isso, a biblioteca realizava a leitura dos projetos sistematicamente, o que possibilitava a disseminação seletiva da informação mais eficaz.

Contava também com o serviço de circulação de cópias de sumários de periódicos, uma atividade que proporcionava a oportunidade de atualização em áreas específicas e de aplicação do conhecimento adquirido no contexto de trabalho.

Uma série de mudanças estruturais marcou o ano de 1994 na FJP. A biblioteca ganhou novos espaços e *layout* funcional, sua área passou de 740m² para 800m². Houve substituição de mobiliário, resultando em melhora notável nas áreas do acervo e do setor de referência. Estantes, escaninhos e estações de estudo também fizeram parte das aquisições previstas nas ações de mudança.

Foram melhorias estruturais muito bem-vindas para aquele momento. O Curso Superior de Administração Pública (Csap), da então Escola de Governo de Minas Gerais, começaria a ser ofertado na sede da FJP²²⁶, o que afetaria diretamente nas atividades da biblioteca, que haveria de se dedicar a atender às necessidades de informação de usuários de outro perfil.

226 O Curso Superior de Administração Pública (Csap) foi autorizado a funcionar em 1986 pelo Decreto Federal nº 92.745, de 4 de junho. Sua primeira turma é de 1987. Em parte do curso, foi transferida para uma instituição privada. A segunda turma do Csap, com entrada em 1994 e conclusão em dezembro de 1997, tem sua formação integral na Escola de Governo/FJP.

A preocupação com a informatização de atividades e serviços já estava presente nas pautas de reuniões do setor desde o fim da década de 1980 (FJP, 1988). Na década seguinte, o tema já fazia parte do plano de ação, e a execução de um projeto chegou a ser iniciada em 1993, mas precisou ser adiada. Assim, a biblioteca deu início à sua informatização, de fato, em 1995, apoiada por “uma política de informática mais agressiva da nova administração da Casa” (FJP, 1995, p. 6).

No início daquele ano, um plano foi elaborado contendo o detalhamento dos serviços a serem automatizados, dos equipamentos e *softwares* necessários, além do cronograma físico e financeiro de implantação. O plano foi aprovado pela direção da FJP, implantado sob a responsabilidade da Biblioteca e teve como resultado a modernização e agilidade dos seus serviços técnicos e do atendimento prestado.

Equipada e bem estruturada, pareceu, de certa forma, que a biblioteca já esperava o que estava por acontecer nos meses e no ano que viriam. Ainda em 1995, ocorre a implantação do programa de pós-graduação *stricto sensu* Mestrado em Administração Pública: Sistemas de Informação e Gestão na Escola de Governo. O mestrado na FJP demandaria tanto atenção com relação à melhoria na estrutura física quanto investimento em bibliografia especializada, nos recursos de informação e nas fontes e bases de dados que pudessem ser úteis considerando o nível de excelência buscado com a oferta do curso.

No ano seguinte, a autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel) seria extinta (MINAS GERAIS, 1996). Algumas de suas atribuições foram assumidas pela Seplan MG; outras, pela FJP. De acordo com a lei que extinguiu a Plambel, o seu patrimônio documental – incluindo os acervos técnicos – passaria a fazer parte do espólio da FJP, ampliando as coleções da biblioteca em número e em tipologias documentais. Vale registrar que situação semelhante já havia ocorrido quatro anos antes, com a extinção da Superintendência Central de Estatística e Informações (Sucei), unidade subordinada à Seplan MG, que teve suas atividades transferidas para a FJP e seu acervo bibliográfico destinado à biblioteca (MINAS GERAIS, 1992).

Ainda em 1996, haveria a transição de chefias no setor e a mudança de sua posição no organograma da FJP. Com a extinção do Cate e do estúdio, a biblioteca e a Divisão de Editoração passam a integrar a estrutura da Assessoria Técnica da Presidência (ATP). Quanto à nova gerência, a biblioteca passaria a ser coordenada pela bibliotecária Joana D'arc Inácio Ferreira, que tinha à frente a incumbência de prosseguir com as ações de modernização das rotinas e dos serviços do setor. Iniciou-se, nesse período, uma parceria entre a Biblioteca da FJP e a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais (FJP, 1998) que visava à organização das coleções especiais sobre Minas Gerais, existentes naquela instituição, mais precisamente, as obras da produção intelectual de escritores e temas relacionados a Minas Gerais.

3 Projetos e projeções: biblioteca sem fronteiras

O que foi vivenciado pela biblioteca no fim da década de 1990 e no início da década seguinte foi um reflexo do cenário institucional. Contingenciamento e cortes em investimentos na FJP fizeram o setor buscar alternativas para continuar seu processo de modernização.

Em 2001, com mais de 30 anos de existência, a biblioteca contava com mais de três mil documentos em sua *Coleção Memória Técnico-Científica da Fundação João Pinheiro*²²⁷. Um número bastante considerável, indicador de décadas produtivas da instituição, tais documentos representando os resultados e produtos dos trabalhos da Fundação João Pinheiro. Cabe lembrar que esse acervo de memória havia incorporado a produção técnica e científica dos extintos Plambel e Sucei, o que só fazia aumentar a importância e o valor científico e histórico daquela coleção.

No entanto, apesar do esforço para reunir toda a documentação produzida nessa coleção, constatou-se que existiam documentos que, dispersos na instituição, escaparam ao controle.

²²⁷ A partir desse período, a coleção passa a se chamar *Memória Técnico-Científica*. Característica marcante da *Coleção Memória Técnico-Científica da FJP* é que sua formação é composta, em sua maior parte, por relatórios finais de pesquisa. Considerando como relatório final de pesquisa a formalização do resultado (produto final) de muitas das atividades desenvolvidas pela instituição.

Isso se deve às mudanças sofridas na estrutura da FJP e à adoção de novas tecnologias, que propiciaram mais autonomia aos técnicos na elaboração e divulgação dos trabalhos, o que facilitou a inobservância às normas (FJP, 2001. p. 4).

Enfrentando problemas de ordem estrutural e tecnológica, Joana D’Arc Ferreira dá início a uma série de estratégias de captação de recursos e de sensibilização para o reconhecimento e valorização de tal acervo. A biblioteca buscava chamar a atenção para as condições especiais de preservação, de tratamento e de acesso que aquela documentação necessitava.

Era necessário reavaliar e estabelecer um plano de preservação dos acervos especiais – tanto o acervo memorialístico principal quanto os acervos cartográficos, os iconográficos e multimídia necessitam de acondicionamento adequado e, no caso dos acervos multimídia, soluções para preservação dos meios eletrônicos. Outra preocupação estava relacionada com o acesso à memória técnica. Tendo em mente o seu valor informativo e histórico, Joana D’Arc preocupou-se em buscar soluções que pudessem promover o acesso amplo ao conteúdo dessa coleção.

Para tanto, foram concentrados esforços na captação de recursos financeiros que possibilitassem o empreendimento de preservação e acesso dos acervos especiais. O primeiro grande desafio era rastrear fontes de recursos para além da instituição. Devido à crise financeira, o Estado havia reduzido a receita de todas as entidades estaduais nos idos de 2003.

Tal conjuntura deslocou os esforços e a expectativa para as agências de fomento de pesquisa e inovação, nacionais e internacionais. A equipe da biblioteca se debruçou sobre a elaboração de propostas de projetos que privilegiassem soluções de preservação e acesso à informação técnico-científica produzida no âmbito da FJP. Assim, foram esboçadas muitas propostas de projetos cujo objetivo principal era a criação de uma biblioteca digital – ou serviço similar – que atendesse ao propósito duplo traçado pela Biblioteca: preservação e acesso à *Coleção Memória Técnico-Científica da FJP*.

Os processos de preservação se efetivariam com a digitalização do acervo, uma vez que a ação do tempo já apontava para o risco de perda de informação. Já a ampliação do acesso ocorreria com a colocação do acervo em meio digital à disposição em rede institucional ou na internet.

Em 2006, a até então Biblioteca da Fundação João Pinheiro passa a se chamar Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade (FJP, 2006). Foi uma homenagem da FJP à distinta professora, pesquisadora e gestora pública que, ao longo de sua carreira profissional, esteve, por 28 anos, à frente de atividades, projetos, cargos de confiança e de alta responsabilidade na instituição, tendo falecido naquele ano.

Ciente da importância da boa gestão e da custódia dos documentos gerados organicamente no decorrer das atividades realizadas pela instituição, em 2007, a biblioteca articulou a criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo e Planejamento, instituída pela portaria nº 44/2007. Esse seria o primeiro passo para se estabelecerem políticas e diretrizes de gestão de documentos na FJP.

O ano de 2007 ainda reservaria uma guinada no horizonte estratégico da biblioteca. Após algumas tentativas e submissões a agências financiadoras de propostas voltadas à preservação e ao acesso à *Coleção Memória Técnico-Científica da FJP*, ela é convidada a apresentar sua proposta à Superintendência Central de Governança Eletrônica, unidade da Seplag MG, que reconheceu o potencial do projeto.

As preocupações da biblioteca com a preservação e ampliação do acesso ao patrimônio documental técnico-científico da FJP e seu valor histórico e informativo imensurável estavam alinhadas com os objetivos do programa de governança eletrônica, presente no Plano Plurianual de Ação Governamental 2004-2007, sob a responsabilidade da Seplag MG (MINAS GERAIS, 2008).

A parceria entre FJP e Seplag-MG viabilizou a contratação da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge) para atender aos dois objetivos principais

considerados: a digitalização de acervos técnicos e memorialísticos, além do desenvolvimento e da implantação de um sistema dedicado ao provimento de acesso ao acervo digitalizado por intermédio de uma aplicação *web*. Dessa forma, em meados de 2007, entrava em funcionamento a primeira versão da Biblioteca Digital do Estado de Minas Gerais.²²⁸

A intitulação daquele serviço de informação recém-criado já demonstrava a abrangência do propósito e da parceria firmada entre FJP e Seplag MG. A digitalização e a disponibilização da memória técnica da FJP foram consideradas um piloto para o que se pretendia no futuro. A intenção era que tal iniciativa fosse o embrião da criação de um sistema de informação digital para o armazenamento, a preservação e a disseminação das informações de natureza técnica e científica das entidades públicas da administração direta de Minas Gerais.

Nos anos que se seguiram, foram disponibilizados os acervos técnico-científicos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) e da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (Seds MG).

Paralelamente, na Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade, um projeto financiado pela Fapemig objetivou a formação de uma estrutura de apoio técnico, a elaboração e o estabelecimento de diretrizes que pudessem orientar os órgãos estaduais interessados em participar da biblioteca digital. Desenvolvia-se também interlocução com a Secretaria de Estado de Casa Civil e a Seplag para a formulação e publicação de legislação que instituísse formalmente a Biblioteca Digital do Estado de Minas Gerais.

Em 4 de maio de 2009, é publicado o decreto que institui a Biblioteca Digital do Estado de Minas Gerais “Raymundo Nonato de Castro”, homenagem a um nome de destaque na política mineira. Estadista importante, Castro (1935-1992) foi responsável pela articulação de relevantes políticas de modernização e racionalização do Estado.

228 Por um período breve, ela foi chamada Biblioteca Virtual do Estado de Minas Gerais.

O lançamento oficial da Biblioteca Digital do Estado de Minas Gerais foi marcado pela realização do seminário Gestão e Tecnologias da Informação.

Seminário de lançamento da Biblioteca Digital do Estado Minas Gerais promovido pela FJP e realizado no auditório do BDMG. Compondo uma mesa-redonda, Joana D'Arc Inácio Ferreira, gerente da Biblioteca, à esquerda

Fonte: RI-FJP



O evento teve o objetivo de suscitar o diálogo entre instituições governamentais e especialistas da informação ressaltando as potencialidades e os desafios da gestão documental, da informação e do conhecimento na esfera pública estadual. Além de autoridades políticas, estiveram presentes representantes de diversas entidades governamentais e membros de setores acadêmicos e da iniciativa privada.

4 Proficiência e segmentação: biblioteca multifacetada

O papel da Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade para a idealização da Biblioteca Digital do Estado de Minas Gerais demonstrou a atuação vivaz dos bibliotecários da FJP e representou um alento para se pensar projetos novos no setor. Em 2010, por exemplo, a biblioteca teve outro projeto aprovado pela Fapemig que possibilitou dar continuidade às ações de preservação de acervos

multimídia de caráter técnico, científico e memorialístico mantidos pelo setor.

Na mesma linha de captação de recursos, em 2012, ela executa um projeto destinado à preparação, ao tratamento e à digitalização do acervo técnico-científico da biblioteca da Seplag, desativada e com parte de seu patrimônio bibliográfico incorporado à FJP. Trata-se de um precioso acervo documental da produção técnica da Seplag e dos órgãos incorporados a ela ao longo dos anos, como o Conselho Estadual do Desenvolvimento (CED), o Instituto Estadual de Estatística, a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração (Serha), o Instituto Estadual de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Iedrhu) e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (Minas Caixa). Em registros, tal espólio documental representa nada menos que a história administrativa e econômica de Minas Gerais.

Ainda nos primeiros anos da década de 2010, a biblioteca seria contemplada com recursos advindos de um edital de chamada da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) cujo objetivo era viabilizar a criação de repositórios institucionais em entidades públicas de ensino e pesquisa do Brasil.

Em razão dessa conjuntura, cria-se o Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro (RI-FJP) em 2013 com o propósito de reunir, armazenar e disseminar informações científicas produzidas pelo corpo técnico da instituição, favorecendo a promoção, o impacto e a visibilidade do conhecimento e de pesquisas desenvolvidas pela FJP.

Essas pesquisas e seus resultados são insumos importantes para a gestão pública e recebem muita atenção das comunidades especializadas e da sociedade. Por essa razão, conjuntamente com outras unidades institucionais, a biblioteca sempre trabalhou para garantir a qualidade editorial dos trabalhos da FJP. Destaca-se sua atuação frente à retomada de um setor dedicado à gestão da produção das publicações da instituição. Desse modo, foi instituído o Núcleo de Editoração em 2013, formado por integrantes da biblioteca e da Assessoria de Comunicação Social (FJP, 2013).

No ano seguinte, 2014, a biblioteca conduziu os trabalhos de reformulação da portaria e do regimento interno da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo (CPAD) da FJP, tendo alcançado, nos anos anteriores, bons resultados na implementação da gestão documental na instituição.

Essa segmentação estratégica da biblioteca apontou para uma necessidade que, ao longo da existência do setor, já havia sido objeto de proposta: formalizar os núcleos de trabalho internamente com o propósito de racionalizar e otimizar processos e atividades, serviços e missão da biblioteca. Desse modo, na atualização de 2017 do estatuto da FJP, foram acrescentados à organização interna do setor o Núcleo de Gestão de Documentos e Arquivos, o Núcleo de Editoração e o Núcleo de Serviços de Informação Digital (MINAS GERAIS, 2017).

Essa nova estrutura interna tem gerado resultados operacionais bons e fortalecido o posicionamento da Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade no contexto institucional. Esse é o cenário no qual ela inicia um novo ciclo, tendo a bibliotecária Edna Pereira França à frente do setor, com o compromisso de dar prosseguimento ao modelo de qualidade e eficiência que sempre pautaram as suas atividades.

5 Considerações finais

A cada ciclo de reposicionamento e renovação pelo qual a FJP passou nestes 50 anos, nota-se o quanto a biblioteca da instituição é componente determinante para o cumprimento de sua missão. Ela encontra-se em meio às interseções de papéis desempenhados na FJP. Por um lado, é um setor de assessoramento, estratégico e fundamental para viabilização de atividades de ensino e pesquisa; por outro, tem exercido com responsabilidade sua missão de lugar de memória - uma dimensão que ultrapassa as fronteiras institucionais e abarca a história do desenvolvimento e planejamento do Estado.

Os ativos de conhecimento por ela geridos, preservados e disseminados representam uma parte importante da memória científica de Minas Gerais, manifestados na forma de rigorosos estudos, levantamentos, pesquisas e coletas de dados do estado que subsidiaram o planejamento e as ações para o desenvolvimento de diversos setores da sociedade.

Embora rememorada neste ensaio a grandes pinceladas, fica evidente o papel importante que a Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade tem desempenhado no âmbito do tracejado histórico da FJP. A partir dessas notas históricas, é possível conferir todo o dinamismo e vigor com o qual o setor desenvolveu suas atividades até hoje, na certeza de que sua aptidão vigorosa acena para novos desafios e novas conquistas ao longo dos próximos 50 anos da Fundação João Pinheiro.

Referências

DINIZ, Paulo. Os sonhos que envelhecem. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniaio/paulo-diniz/os-sonhos-que-envelhecem-1.2148154>. Acesso em: 25 jul. 2019.

ENGLAND, M.; SHAFFER, M. Librarians in the digital library. *In*: ANNUAL CONFERENCE ON THE THEORY AND PRACTICE OF DIGITAL LIBRARIES, 1. 1994. **Proceedings [...]**. College Station, Texas, 1994.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Ata da segunda (2ª) reunião da diretoria executiva da Fundação João Pinheiro [...]**. Belo Horizonte: FJP, 1970.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Biblioteca. **[Informações gerais sobre a biblioteca da FJP]**. Belo Horizonte: FJP, 1985. 49 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Biblioteca. **[Relatório de atividades]**. Belo Horizonte: FJP,1990.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Biblioteca. **Diagnóstico preliminar e proposições gerais para a biblioteca da Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte: FJP,1988. 3 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Biblioteca. **Preservação da memória técnica da Fundação João Pinheiro**: proposta técnico-financeira. Belo Horizonte: FJP,2001. 11 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Biblioteca. **Projeto de Reestruturação da Biblioteca da Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte, 1980. 34 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Biblioteca. **Relatório de Atividades do Período 1994-1998**. Belo Horizonte: FJP,1998. 5 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Assessoramento e Programas Especiais. **Manual de orientação para preservação de acervos fotográficos**. Belo Horizonte: FJP,1985. 43 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Informatização da Biblioteca da Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte: FJP,1995. 35 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Portaria nº 001, de 13 de janeiro de 1984**. Criar grupos de trabalho com a incumbência de apresentar a Direção da Casa estudos e proposições concretas [...]. Belo Horizonte: FJP,1984.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Portaria nº 006, de 27 de janeiro de 2006**. Denomina “Biblioteca Professora Maria Helena de Andrade” a biblioteca da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: FJP, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Portaria nº 035, de 02 de outubro de 2013**. Institui o Núcleo de Editoração, no âmbito da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: FJP,2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Publicações da Fundação João Pinheiro**. Belo Horizonte: FJP,1992. 345 p.

GUIMARÃES, M.O.; BRANDÃO, M. C. A.. Sistema de publicação da Fundação; experiência de organização e implantação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES, 1981, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEBAB, 1981.

KRZYŻANOWSKI, R. F. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-24, 2007.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 14.323, de 4 de fevereiro de 1972**. Regulamenta o Conselho Estadual do Desenvolvimento. Belo Horizonte: ALMG, 1972. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=14323&comp=&ano=1972>. Acesso em: 08 jul. 2019.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.214, de 30 de junho de 2017**. Contém o Estatuto da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017.

MINAS GERAIS. **Lei 5.399, de 12 de dezembro de 1969**. Autoriza instituição de Fundação destinada à pesquisa aplicada nos campos da economia, da administração e da tecnologia básica e social. Belo Horizonte: ALMG, 1969. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5399&comp=&ano=1969>. Acesso em: 19 jun. 2019

MINAS GERAIS. Lei nº 12.153, de 21 de maio de 1996. Extingue a autarquia Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Plambel e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**: Diário do Executivo, Belo Horizonte, 22 maio 1996. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2309>. Acesso em: 11 jul. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei nº 10827, de 23 de julho de 1992**. Dispõe sobre a transformação da Secretaria de Estado de Assuntos Metropolitanos em Secretaria de Estado de Comunicação Social, cria a

autarquia - Departamento Estadual de Telecomunicações - Detel-MG - e dá outras providências. Belo Horizonte: ALMG, 1992. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=10827&comp=&ano=1992>. Acesso em: 16 set. 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Plano Plurianual de Ação Governamental**: PPAG 2004 - 2007: exercício 2007. Belo Horizonte: SEPLAG, 2008. 411 p.

Posfácio

2014 A 2018 - ENTRE PROJETOS E GESTOS **FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: A CASA DA POLÍTICA PÚBLICA MINEIRA**

Roberto do Nascimento Rodrigues²²⁹

Em Minas Gerais, a importância do Estado, das políticas públicas e do planejamento tem sido reconhecida desde os anos 1930, e esse processo certamente foi objeto de estudo específico no projeto *Fundação João Pinheiro: 50 Anos de História e Memória*, no qual este ensaio se insere. Cabe pontuar aqui, sinteticamente, que foi no âmago da convicção da necessidade de se constituir um sistema de planejamento que pudesse contribuir para promover um processo de desenvolvimento sustentável em Minas Gerais que, em 1969, foi enviado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) o projeto de lei de criação da Fundação João Pinheiro (FJP), destinada à pesquisa aplicada em economia, administração e tecnologia básica e social.

²²⁹ PhD em Demografia pela *Australian National University*. Professor titular aposentado da UFMG. Presidente da Fundação João Pinheiro gestão 2015-2018.

Completando seu primeiro cinquentenário em dezembro de 2019, a FJP pode ser considerada, sem exagero nem ufanismo, a “casa da política pública” de Minas Gerais. De fato, se prestamos a devida atenção em alguns dos preceitos constantes nas principais normas legais que definiram e delimitaram o escopo administrativo e institucional da FJP, podemos verificar que, para além de outras atribuições correlatas e não menos importantes que lhe foram designadas, as atividades relacionadas à formulação e ao monitoramento das políticas públicas ganharam centralidade e consistiram no eixo fundamental em torno do qual ela foi organizada e vem se desenvolvendo ao longo dos últimos cinquenta anos.

Basta observar, por exemplo, a Lei nº 5.349, assinada pelo então governador Israel Pinheiro, em 12 de dezembro de 1969, criando a FJP. Entre as competências e áreas fixadas para a sua atuação foram definidos: o planejamento do desenvolvimento do estado; a realização de estudos e pesquisas nos mais diversos campos da realidade socioeconômica de Minas Gerais; a execução de serviços de geografia e estatística; a articulação técnica e científica com outras instituições públicas e privadas para fomentar e apoiar o desenvolvimento integrado mineiro e a formação e capacitação de recursos humanos para o quadro técnico do serviço público estadual. Juntas ou isoladas, todas essas atribuições estão estreitamente vinculadas, buscando aprimorar e dar forma e conteúdo à ação estatal, concretizada e presente no cotidiano da sociedade justamente por meio de um conjunto de políticas públicas amplo e variado.

É importante levar em consideração esse aspecto da natureza e dos fundamentos constitutivos da FJP neste momento. A partir de tal perspectiva, é possível elucidar alguns dos grandes desafios que se impõem à instituição, que completa seu primeiro cinquentenário em meio a um contexto nacional extremamente adverso para as políticas públicas e, portanto, para o seu próprio campo original e intrínseco de atuação. Evidentemente, essas adversidades não surgiram agora, mas tornaram-se mais agudas pela crise econômica e política atual, cujo impacto sobre as condições fiscais e financeiras dos estados foi devastador, redundando na quase desarticulação das administrações públicas estaduais.

É necessário reconhecer que a dinâmica dos institutos estaduais de pesquisa, como a Fundação João Pinheiro, está sobredeterminada por fatores de cunho político e institucional que afetam as expectativas dos agentes e conturbam todas as variáveis macroeconômicas, em especial o investimento, a produção e o emprego, com grande repercussão para as condições fiscais e financeiras do setor público, cujo grau de deterioração realimenta cumulativamente a crise em curso.

Nesse ambiente complexo e problemático, vou me deter no contexto estadual. As dificuldades fiscais e financeiras dos estados, que se acentuaram e foram reiteradas nos anos recentes, têm implicações de grande alcance para os institutos estaduais de pesquisa.

Os problemas enfrentados pelos governos estaduais, de modo geral, e do estado de Minas Gerais, em particular, podem ser convenientemente ilustrados pela trajetória da poupança corrente neste século XXI. Os dados disponíveis evidenciam que, desde o exercício fiscal de 2012, os governos estaduais passaram a incorrer em saldos negativos, Minas Gerais começou a registrar “despoupança” na sua conta corrente a partir de 2013. Tais desequilíbrios das finanças estaduais foram aprofundados nos anos recentes na evolução da crise atual.

Foi nesse contexto que, em 2015, demos início à nossa gestão à frente da FJP, pautada, principalmente, por uma orientação de cunho abrangente e sistêmico: contribuir com o esforço do governo que acabara de tomar posse na recuperação do dinamismo perdido de Minas Gerais, criando, assim, as condições básicas necessárias para reencenar um novo ciclo duradouro de desenvolvimento do estado. A consecução de tal projeto envolvia, portanto, a revitalização da capacidade de atuação estatal nos mais diversos campos da realidade socioeconômica de Minas Gerais. Isso pressupunha, igualmente, a restauração e o revigoramento das competências da FJP na formulação e no monitoramento de políticas públicas.

Nessas circunstâncias desafiadoras de mudanças vivenciadas em Minas Gerais, de redefinição e reconfiguração do aparato estatal e a fim de habilitar a administração pública a voltar

a atuar em prol do progresso e do bem-estar da sociedade mineira, em especial daqueles estratos e segmentos sociais mais necessitados, diversas iniciativas foram adotadas para recuperar e fortalecer as competências institucionais e operacionais da FJP. Elas ganham maior relevância se for levado em consideração o referido quadro de crise que marcou o período recente, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais mais especificamente.

Há relativo consenso entre os analistas de que essa crise, que eclodiu em 2015, teve determinantes múltiplos e complexos, sobressaindo-se os fatores de natureza política e institucional, cujos efeitos inerentemente desestabilizadores agravaram as condições macroeconômicas vigentes no país. Como comentado antes, tal fato implicou a deterioração fiscal e financeira do setor público consolidado e, mais agudamente, dos governos estaduais, que já se encontravam em uma situação orçamentária bastante delicada.

Um aspecto de suma importância a ser salientado diz respeito ao fato de que, além de ter turvado em grande medida os avanços alcançados e tê-los tornado menos perceptíveis, a crise estabeleceu limites para as mudanças pretendidas. Mas elas aconteceram, e é necessário reconhecer que, a despeito das enormes dificuldades enfrentadas, transformações importantes foram desencadeadas, modificando potencialmente o contexto que prevalecia em Minas Gerais e, conseqüentemente, na FJP.

Na escala estadual, fortaleceram-se as políticas públicas, como pode ser inferido a partir da observação da trajetória dos dispêndios públicos alocados nas funções que mais diretamente influenciam o desenvolvimento da cidadania. As áreas de cunho social (educação, saúde, trabalho, segurança pública, assistência social, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, organização agrária e desporto e lazer) absorveram investimentos maiores e, assim, conseguiram ganhar maior representatividade no orçamento do Estado no quadriênio 2015-2018 em comparação com o quadriênio imediatamente anterior. A despeito das maiores dificuldades fiscais enfrentadas pelo Governo estadual, o gasto médio anual alocado na promoção da cidadania, entre

2015 e 2018, cresceu quase 30% em termos reais em relação ao período de 2011- 2014, de modo que essa modalidade de investimento passou a responder por uma fatia média de 40,2% das despesas orçamentárias anuais, perfazendo aumento da ordem de 16% em relação à participação média do período anterior.

Essa revalorização das políticas públicas foi coerente e ocorreu em simultâneo a mudanças que também se efetivaram na FJP. Uma referência inicial a ser feita diz respeito à sua reinserção institucional nos processos governamentais de planejamento do estado, culminando com a elaboração de dois documentos importantes. O primeiro foi o *Diagnóstico MG*, divulgado em abril de 2015. Nele foi realizada minuciosa avaliação das condições socioeconômicas vigentes em Minas Gerais, mediante a mobilização e a articulação de mais de 70 órgãos e entidades estaduais, entre secretarias, empresas públicas e instituições da administração direta e indireta. A FJP ficou responsável pelo estudo da evolução econômica, social e demográfica recente de Minas Gerais. Por meio de análise técnica e científica, ela buscou identificar tanto os avanços e retrocessos ocorridos quanto os problemas que ainda persistiam à espera de soluções apropriadas.

Posteriormente, essa iniciativa se desdobrou em outra atividade que requereu a mobilização e o esforço técnico e intelectual dos pesquisadores da instituição: a coordenação e a elaboração de estudos setoriais do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), principal instrumento de planejamento de médio e longo prazos da ação governamental, criado pelo artigo 231 da Constituição estadual de 1989. É possível afirmar que o *PMDI 2016-2027 – Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável de Minas Gerais* marcou uma inflexão, na medida em que apontou para mudanças substanciais no padrão de atuação estatal até então prevalecente. Isso porque o novo plano defendeu a revitalização das capacidades estatais de planejamento e de fomento ao desenvolvimento, rompendo, portanto, com a visão que se havia estabelecido como hegemônica no passado recente, contrária à ação do Estado, por ter sido identificada de forma simplória e equivocada como o fator de estrangulamento da economia mineira.

Não seria exagero dizer que tais iniciativas, que contaram com o comprometimento intelectual e profissional dos pesquisadores da FJP, foram uma espécie de preâmbulo de outras ações que, ao longo dos últimos anos, enraizaram ainda mais o *ethos* da instituição de formuladora por excelência das políticas públicas de Minas Gerais.

Antes, porém, de exemplificar os projetos técnico-científicos aos quais a FJP se dedicou no quadriênio em referência, é importante pontuar as transformações ocorridas no plano institucional, tanto do ponto de vista da estrutura orgânica quanto no que concerne às condições de trabalho dos servidores.

Oficializado pelo Decreto nº 47.214, de 30 de julho de 2017, o novo estatuto da FJP registrou a criação de duas novas diretorias e de uma assessoria. A Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa (Dectec) foi instituída com as atribuições de apoiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de projetos e políticas nessas áreas, além de coordenar treinamentos, seminários, debates, grupos de trabalho, parcerias e convênios focados nas temáticas pertinentes à sua atuação. Já a criação da Diretoria de Informação Territorial e Geoprocessamento (Diteg) decorreu da transferência, para a FJP, das atribuições do Instituto de Geoinformação e Tecnologia (Igtec), de demarcação das divisas municipais e distritais de Minas Gerais e de manutenção da base cartográfica oficial da divisão territorial mineira. A Assessoria de Gestão do Conhecimento (AGC) foi instituída com a finalidade de organizar, em um único setor, as competências de formular políticas e implementar práticas e processos para a disseminação da informação e do conhecimento produzidos pela FJP.

No plano do desenvolvimento de recursos humanos, cumpre registrar que em 2015 foram efetivados 18 novos pesquisadores oriundos de um concurso público realizado no ano anterior e, em 2017, foram integrados ao corpo técnico da FJP sete pesquisadores vindos do extinto Igtec. Afora a conquista de benefícios relacionada à aplicação das gratificações que compõem a estrutura salarial dos servidores, diversas ações direcionadas à qualidade de vida no trabalho e à segurança do servidor foram realizadas. Destacam-se a adequação do mobiliário, a revitalização dos jardins da área externa –

financiada pela Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro (AEFJP) – e do estacionamento do *campus* Pampulha, a implementação do *Plano de Preparação para Aposentadoria Programada* e o *Programa FJP em Movimento*, voltado para o bem-estar dos servidores.

Ainda no plano do desenvolvimento dos recursos humanos, destaque especial deve ser conferido à proposta – construída pelos próprios servidores da FJP e aprovada em assembleia geral – que resultou na Lei nº 23.178, de 22 de dezembro de 2018, que criou as carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino e Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro. Além disso, pensando na capacitação constante dos seus servidores, a FJP, entre 2015 e 2018, executou quatro planos operativos anuais no *Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH)*, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), tendo sido ministrados 57 treinamentos nas áreas de administração, arquitetura e urbanismo, ciência da informação, ciência política, comunicação, demografia, economia, geociências, história, planejamento urbano e regional, probabilidade estatística e saúde coletiva.

Voltando ao desenvolvimento de projetos técnicos e científicos, outros trabalhos, muitos deles contando com equipe formada por servidores de diferentes diretorias da FJP, resultaram em diversos instrumentos de planejamento e de política pública. Cabe citar, por exemplo, o *Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural*, com a finalidade de subsidiar a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese MG) nos seus projetos de combate à pobreza rural nos municípios dos territórios do Norte, Mucuri, Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce. No estudo, o enfoque da pobreza ou da vulnerabilidade à pobreza rural levou em consideração seu caráter multidimensional, ao invés de centrar-se em apenas um indicador sintético para espelhar ou delimitar o fenômeno. Com isso, foi possível identificar os distintos padrões de pobreza, suas disparidades espaciais e seu comportamento temporal, além de estabelecer correlações entre dimensões de vulnerabilidade diferentes. A partir de uma vasta gama de informações foram gerados subsídios necessários para a elaboração de planos mais qualificados de enfrentamento à pobreza rural, capitaneados pelo governo de Minas Gerais.

Da mesma forma, foi produzido o *Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha* (PDVJ). Por meio dele, buscou-se definir um conjunto amplo de metas e estratégias para nortear ações focadas no crescimento sustentável e de longo prazo dos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha. O PDVJ foi elaborado com base em um conceito de desenvolvimento que enfatizou seu caráter multi e interdimensional: uma dimensão econômica, vinculada à renda e às condições de produção; uma dimensão social, vinculada ao acesso a serviços essenciais; e, por fim, uma dimensão institucional, vinculada à capacidade do Estado de cumprir suas funções e garantir a participação da sociedade. O plano propôs a estruturação de um sistema de governança capaz de promover a convergência entre os gestores públicos e a sociedade em torno de seus objetivos e ações, que foram organizados em cinco eixos de intervenção: recursos hídricos, desenvolvimento produtivo, desenvolvimento social, infraestrutura econômica e gestão municipal. Ressalta-se que o PDVJ foi elaborado com ampla participação da população do Vale do Jequitinhonha, de órgãos representativos da comunidade e das administrações municipais, tendo também contemplado as demandas apresentadas pela população da região durante os fóruns regionais promovidos pelo governo de Minas Gerais.

A FJP também teve participação decisiva nas ações realizadas com as trabalhadoras rurais, por meio do lançamento da biografia coletiva *Mulheres do Campo de Minas Gerais: Trajetórias de Vida, de Lutas e de Trabalho com a Terra*, organizada a partir de um projeto mais abrangente, baseado no *Diagnóstico das Mulheres do Campo em Minas Gerais*. Os projetos possibilitaram compreender o papel dessas mulheres e sua contribuição para a economia rural e para a vida das comunidades, destacando-as como um segmento específico no interior dos movimentos do campo e dos movimentos feministas que procuravam combater a exploração das trabalhadoras por meio do ecofeminismo. Para retirar o manto de invisibilidade que sempre pairou sobre esse recorte da população feminina, foram publicadas as histórias de vida dessas mulheres com base em análise qualitativa e entrevistas de história oral realizadas em 12 comunidades rurais de Minas Gerais. Além disso, foi produzida uma coletânea composta por 12 livretos voltados para a educação infantil,

distribuídos nas escolas rurais do estado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE MG), produziu-se também uma série especial *Mulheres do Campo*, com oito episódios do programa *Mulhere-se*, da Rede Minas.

Digno de nota foi o estudo que deu origem à publicação das *Projeções Populacionais: Minas Gerais e Territórios de Desenvolvimento 2010-2060*, decorrente da participação da FJP no Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais (Sispep), coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para os 853 municípios mineiros e seus 17 territórios de desenvolvimento, os dados das projeções populacionais foram desagregados por sexo e grupos quinquenais de idade. A fim de fornecer informações para públicos-alvo de políticas públicas específicas, tais como nas áreas de educação, saúde e trabalho, as projeções foram desagregadas por idades simples até a faixa dos 19 anos. O estudo permitiu divisar resultados importantes para a criação, elaboração e implantação de políticas públicas. Exemplo: o fato de que, já na primeira metade do século atual, Minas Gerais deverá apresentar redução do seu contingente populacional, ou seja, apresentará taxas negativas de crescimento da população. Tal situação atingirá, primeiro, os territórios de desenvolvimento de dinamismo econômico menor, em razão da continuidade dos fluxos migratórios desses territórios para outras áreas do estado ou para outras unidades federativas, aliada à persistência do processo de redução da taxa de fecundidade, que expressa o número médio de filhos por mulher.

No período em referência, a FJP também realizou a atualização da *Tabela de Recursos e Usos* (TRU) e da *Matriz de Insumo-Produto* (MIP) de Minas Gerais, estudo que tornou o estado a primeira unidade federativa a dispor de uma TRU/MIP própria, elaborada com a mesma metodologia da TRU nacional, estimada pelo IBGE. A entidade também inovou, mais uma vez, ao construir a MIP-MG, instrumento que, pela primeira vez, foi elaborado de maneira desagregada, contemplando cada um dos 17 territórios de desenvolvimento mineiros. Com esse avanço, é possível elaborar o planejamento econômico dos setores público e privado do estado e, no caso específico dos territórios de desenvolvimento, fornecer informações que podem subsidiar a tomada de decisão para incentivos setoriais nas economias locais.

Em outra vertente, a FJP contribuiu para o processo de indicação geográfica do café produzido na região das Matas de Minas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi). Para isso, foi realizada pesquisa histórica que resultou no relatório *História do Café das Matas de Minas, 1808-2015*. Ele retoma a memória da produção do grão na região responsável por aproximadamente 24% da produção cafeeira estadual. A indicação geográfica é um instrumento normatizado internacionalmente, de reconhecimento das qualidades específicas de produtos inerentes a uma região, que contribui para o desenvolvimento socioeconômico das localidades produtoras incorporando iniciativas que inserem a população como elemento central das políticas públicas e, em consequência, resultam em um crescimento econômico inclusivo e sustentável. A pesquisa representou um passo expressivo para a política governamental de incentivar, apoiar e propiciar condições mais adequadas para que Minas Gerais mantenha sua condição de liderança na produção cafeeira no país.

Destaca-se, ainda, a atuação da FJP no desenvolvimento e na implantação do *Geoportal do Café de Minas*, atendendo a uma demanda da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater MG). A ferramenta torna disponíveis informações precisas – obtidas por meio de imagens de satélite validadas em campo pelos extensionistas da Emater MG – sobre o tamanho e a distribuição geográfica da produção de café nos 463 municípios produtores, além de um amplo conjunto de indicadores relacionados ao agronegócio do grão no estado.

Em relação aos trabalhos contínuos, como o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) – trimestral para o conjunto do estado de Minas Gerais, anual para os 853 municípios mineiros – que, desde 1995, é atribuição da FJP, é importante acrescentar que, em 2018, foi assinado acordo de cooperação com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa MG) para calcular o PIB do agronegócio. O acordo prevê, ainda, o desenvolvimento de uma metodologia de cálculo das projeções mensais dos preços de referência do leite em Minas Gerais, indicador utilizado para subsidiar o planejamento da produção e a comercialização do produto no estado.

No rol dos trabalhos contínuos também se insere o cálculo do *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), atividade de referência nacional, premiada internacionalmente pela adequação da metodologia de cálculo do *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal* (IDHM) para todos os municípios brasileiros, fornecendo mais de 200 indicadores nas dimensões de educação, renda e longevidade. O projeto é realizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No quadriênio em referência, a Fundação João Pinheiro envolveu-se com o desenvolvimento de metodologia e cálculo do IDH para as regiões metropolitanas brasileiras, no período intercensitário, desagregados por unidades de desenvolvimento humano, que permitem cotejar diferenciais intrametropolitanos. Da mesma forma, a cada dois anos, a FJP atualiza o *Índice Mineiro de Responsabilidade Social* (IMRS) para os 853 municípios do estado, colocando à disposição mais de 600 indicadores nas áreas da saúde, educação, assistência social, segurança pública, meio ambiente, saneamento e habitação, cultura, esporte e turismo, renda e emprego e finanças municipais. Desde 2016, o IMRS e o *Perfil Municipal* têm sido postos à disposição tanto *on-line* quanto para acesso via telefonia móvel. No campo do ensino, o *Curso de Administração Pública* (Csap)²³⁰, oferecido pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, manteve o histórico de classificações excelentes nas avaliações oficiais do país. Permaneceu em primeiro lugar entre os cursos de administração pública do Brasil no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e conquistou o conceito máximo (5) no Índice Geral de Cursos (IGC), calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação (Inep/MEC). No período em referência, o Csap obteve o selo de qualidade cinco estrelas na avaliação de cursos superiores do Guia do Estudante (Editora Abril) e, em 2016 e 2017, recebeu o Prêmio Melhores Universidades – Excelência Especializada. Seguindo os preceitos do governo do Estado, no que diz respeito a um modelo de desenvolvimento justo e inclusivo, a FJP democratizou o acesso ao Csap com a adoção, a partir de 2015, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como parte do processo seletivo do concurso público anual da Secretaria de Estado de

230 Inicialmente, o curso chamava-se Curso Superior de Administração Pública. Posteriormente, Curso de Administração Pública. A sigla Csap, pela qual ele é conhecido, todavia, permaneceu inalterada.

Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag MG)/FJP para ingresso na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). No mesmo sentido, a Lei Estadual nº 22.929, de 2018, instituiu cotas sociais e raciais para admissão nesse concurso e estabeleceu uma das conquistas mais importantes da instituição e um avanço na promoção da inclusão social de Minas Gerais.

Em meio à oferta do Csap, é preciso destacar as atividades de extensão. Em 2016, a FJP criou o *Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem)*. Ele permite aos discentes vivenciar a dinâmica da administração pública municipal, aprender com os servidores locais e contribuir para a melhoria dos processos e das políticas públicas nos municípios. A experiência prática de atuação nos municípios do interior do estado permite aos discentes adquirirem uma visão mais aprimorada das diversas nuances e adversidades da administração pública em contextos regionais distintos. Além disso, permite a eles colaborar com o desenvolvimento local em áreas como gestão e avaliação de projetos e políticas públicas, mapeamento e redefinição de processos e participação social.

Ainda na vertente de ensino, a FJP, entre 2016 e 2018, apoiou o *Programa Qualifica Suas*, coordenado pela Sedese MG e destinado aos profissionais do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais (Suas MG). Nesse projeto, a FJP desenvolveu materiais didáticos, ministrou cursos para servidores estaduais da área, desenvolveu metodologias e estratégias para a supervisão técnica dos profissionais do Suas, conduziu pesquisas voltadas para o fortalecimento do sistema e executou missões técnicas de acompanhamento e monitoramento da atuação pedagógica de professores e coordenadores nos 21 polos de capacitação de Minas Gerais.

Para ampliar o alcance de seus produtos de informação, a FJP aprimorou as ações de comunicação institucional, intensificando a utilização de meios digitais. Em 2016, o boletim eletrônico mensal *FJP On-line* foi totalmente reestruturado, revitalizando a proposta de ampliar a visibilidade das pesquisas efetuadas em áreas cruciais do desenvolvimento e que suscitam a discussão sobre assuntos relevantes para as transformações econômicas e sociais de Minas Gerais e do Brasil. No

mesmo ano, em uma parceria inédita com a Rádio Inconfidência, a FJP lançou o programa semanal *Sintonia Pública*. No programa, os pesquisadores da instituição têm a oportunidade de apresentar os estudos e projetos sobre questões essenciais para o desenvolvimento socioeconômico de Minas Gerais nos quais estão envolvidos.

Essas atividades, que compõem apenas uma pequena amostra do rol das desenvolvidas pela FJP no período 2015-2018, se coadunam com as competências que lhes foram fixadas quando da sua criação, em 1969. Todas foram executadas sob demanda, ou seja, fruto da articulação técnica e científica com outras instituições públicas e privadas para fomentar e apoiar o desenvolvimento integrado de Minas Gerais. Mas da Casa da política pública mineira se espera também uma visão própria, ainda que não solitária, sobre quais projetos, políticas ou ações são prioritárias para que o estado não apenas volte a experimentar desenvolvimento socioeconômico sustentável, mas também que o faça em meio a um processo de redução de desigualdades, que permanece um traço característico forte de Minas Gerais.

Esse foi o desafio que motivou a FJP a solicitar apoio da Fapemig para propiciar à instituição a submissão de projetos de pesquisa de elaboração própria, cujos resultados pudessem apontar lacunas e potenciais capazes de subsidiar a formulação de políticas e ações visando a dotar Minas Gerais de um conjunto de propostas voltadas para o seu desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo. No desenvolvimento dessas atividades, a ideia era que a FJP pudesse sair fortalecida não apenas do ponto de vista da consolidação do amadurecimento do seu corpo técnico, mas também do ponto de vista da infraestrutura técnica e operacional da instituição no desenvolvimento de suas atividades. Daí resultou uma das conquistas mais relevantes da instituição em sua história, o edital lançado em 2017 pela Fapemig para financiar exclusivamente projetos de pesquisa da FJP, devidamente aprovados, no mérito, por comissão examinadora externa, com um total de recursos da ordem de quatro milhões de reais.

Assim, em meio às ações de revitalização da FJP, objetivando fortalecer sua capacidade de formulação e monitoramento de políticas públicas, foram aprovados nove projetos institucionais estruturantes. Esses investimentos abrem horizontes de desenvolvimento novos e promissores para a instituição, criando perspectivas efetivas de mudança de sua escala institucional e operacional. Destarte, a execução dos nove projetos irá, certamente, aprimorar e revigorar as atribuições da FJP no campo das políticas públicas. Como dissemos, elas encontram-se na origem e no DNA dessa instituição cinquentenária.

Em síntese, os nove projetos propostos e aprovados no edital da Fapemig para a FJP são os seguintes:

- 1 Desenvolvimento do Sistema Estadual de Estatística e da tecnologia da plataforma de informações da Fundação João Pinheiro e o aprimoramento da produção e da difusão dos indicadores socioeconômicos do estado: o objetivo do projeto é desenvolver a plataforma do Sistema Estadual de Estatística e Geoinformação, com utilização de novas tecnologias que permitem a planificação, a organização e a difusão das atividades de processamento de dados e informações socioeconômicas. A proposta visa também a aperfeiçoar os padrões técnicos das análises temáticas e da produção de estatísticas e indicadores.
- 2 Desenvolvimento técnico e tecnológico com vistas a subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas: o projeto propõe a elaboração de um conjunto de estudos e atividades pertinentes à produção e ao refinamento de indicadores e índices para o desenvolvimento de metodologias de gestão integrada de políticas sociais.
- 3 A capacidade administrativa e institucional do estado de Minas Gerais e a implementação descentralizada de políticas públicas: o objetivo central do projeto é analisar as instâncias regionais dos diferentes órgãos da administração estadual, examinar a capacidade das administrações de municípios mineiros selecionados e definir uma estratégia de melhoria da capacidade por meio da formação dos recursos humanos.

- 4 Criação do Laboratório de Ciência de Dados (LCD) da FJP: com base no desenvolvimento de um sistema de tratamento e interconexão de dados de fontes diferentes para aprimorar a produção e disseminação de indicadores para o planejamento socioeconômico do estado, o projeto permitirá a oferta de um conjunto de serviços com repositório único de dados, área de interação de produção de portais temáticos e geoportais com informações especializadas, além de uma área de interação de programação aplicada que acelera o compartilhamento de elementos estratégicos para planejamento socioeconômico do estado.
- 5 Aplicação de novas geotecnologias na demarcação de divisas municipais: o estudo permitirá viabilizar o uso de novas geotecnologias para agilizar, reduzir custos e ampliar a capacidade de atendimento às demandas de certificação de pertencimento municipal.
- 6 Cultura, história e economia criativa – pesquisa e geração de bases informacionais aplicadas ao planejamento e ao desenvolvimento econômico, social e cultural de Minas Gerais: o projeto tem como objetivo precípua realizar pesquisas nas áreas de cultura, história, turismo e economia criativa, primeiro na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que servirá de experiência piloto, de maneira a contribuir para o planejamento e formulação de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de preservação do patrimônio cultural do estado.
- 7 Geoinformação, memória e conhecimento – organização, preservação e ampliação do acesso aos acervos aerofotogramétricos da FJP: o objetivo do projeto é desenvolver uma metodologia de tratamento documental que contemple a organização, a preservação e ampliação do acesso ao acervo aerofotogramétrico da FJP, o maior do Brasil.
- 8 Painel de ciência, tecnologia e inovação de Minas Gerais: o projeto tem como ponto central a criação de um instrumento capaz tanto de promover estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação quanto de subsidiar o planejamento estadual desse setor em Minas Gerais.

9 Inovação na área de comunicação social por meio da produção multimídia para a divulgação digital de produtos de ciência e tecnologia desenvolvidos pelos projetos de pesquisa da FJP: o projeto objetiva fortalecer a competência da área de comunicação social da FJP, ampliando sua capacidade de suporte ao desenvolvimento institucional, a partir da consolidação de uma rede de comunicação plural com os diversos atores do governo e da sociedade civil.

Em síntese, podemos dizer que as iniciativas de ajuste, aprimoramento, reconfiguração, modernização e expansão adotadas na FJP no último quadriênio incorporaram aquele sentido fundamental que Max Weber denotou à política econômica ou, mais genericamente, às políticas públicas. No que consiste tal sentido? Nos efeitos acumulativos, dinâmicos e temporalmente incrementais dessas políticas, posto que elas só têm razão de ser quando tendem a afetar o presente imediato, mas, principalmente, conseguem deflagrar modificações sucessivas em cadeia, transformando estruturalmente o futuro de uma dada sociedade. Acreditamos que a FJP se encontra em tal posição neste momento em que completa os seus cinquenta anos: conseguiu reunir os atributos necessários para, nos dias de hoje, contribuir na moldagem do futuro da sociedade mineira.



Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz

Primeira gestão: 3 de setembro de 1970 a 15 de março de 1971

Segunda gestão: 9 de julho de 1985 a 12 de março de 1987





Paulo Valladares Versiani Caldeira

16 de março a 22 de setembro de 1971





Luís de Oliveira Castro

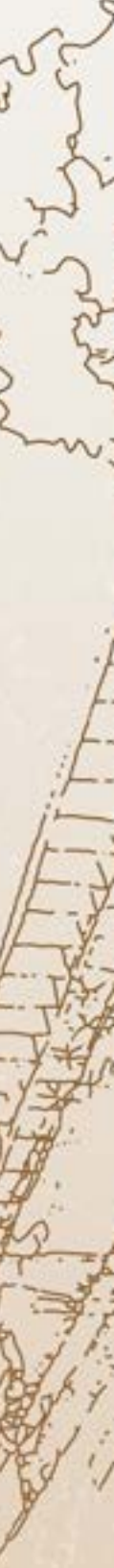
23 de setembro de 1971 a 11 de junho de 1974





Clodoaldo da Cunha Bonfim

12 de junho de 1974 a 20 de março de 1975





José Israel Vargas

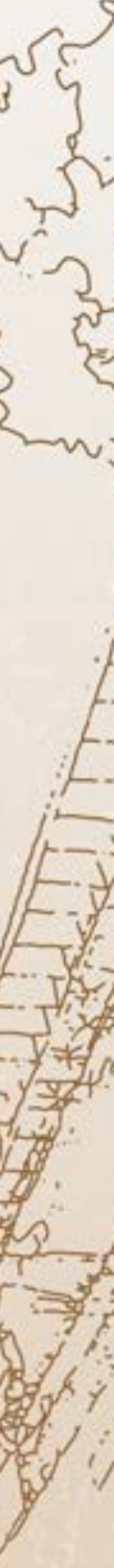
24 de março de 1975 a 17 de janeiro de 1977





Hélio Braz de Oliveira Marques

18 de janeiro de 1977 a 21 de janeiro de 1977





Antonio Octavio Cintra

27 de janeiro de 1977 a 4 de março de 1980





Carlos Maurício de Carvalho Ferreira

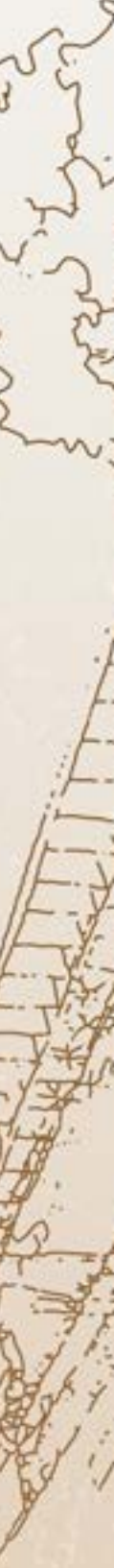
5 de março de 1980 a 18 de março de 1983





Aluísio Pimenta

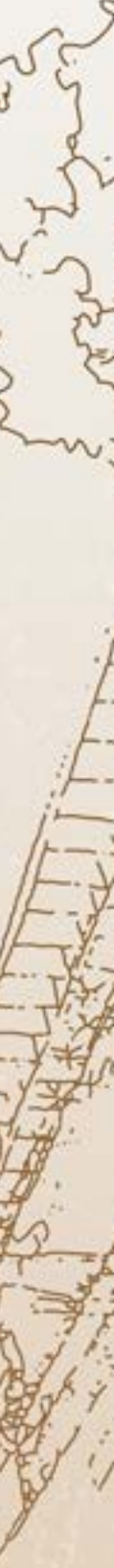
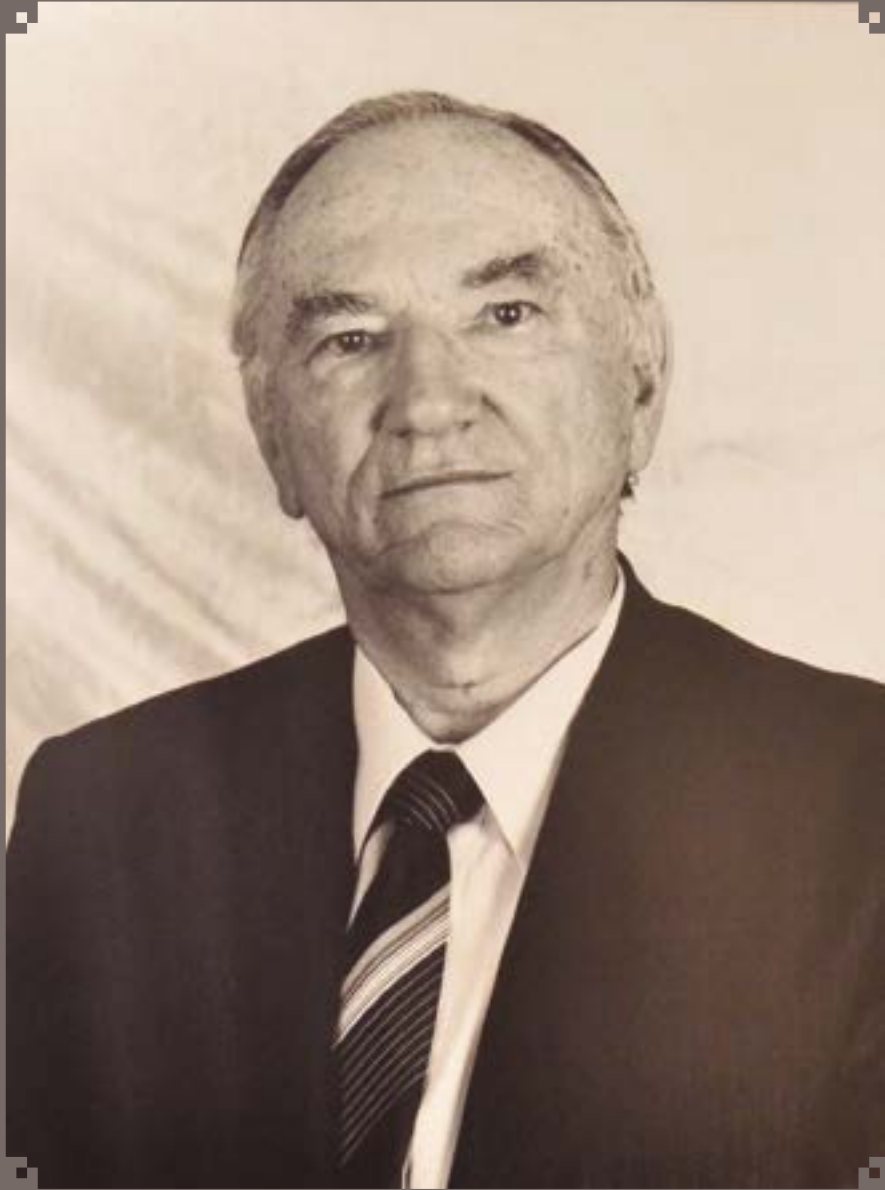
17 de março de 1983 a 29 de maio de 1985





Hamilton Parma

21 de março de 1987 a 25 de maio de 1988





Aluízio Gonçalves Werneck

25 de maio de 1988 a 3 de agosto de 1989





Antônio Abrahão Caram Filho

4 de agosto de 1989 a 24 de abril de 1990





Roberto Gonçalves Pereira

25 de abril de 1990 a 5 de junho de 1991





Antonio Augusto Junho Anastasia

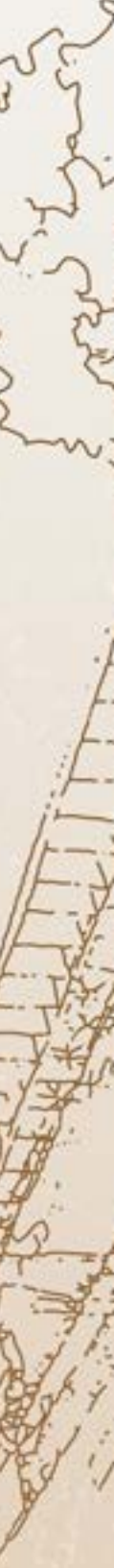
5 de junho a 26 de outubro de 1991





Luiz Aureliano Gama de Andrade

26 de outubro de 1991 a 6 de janeiro de 1995





Roberto Borges Martins

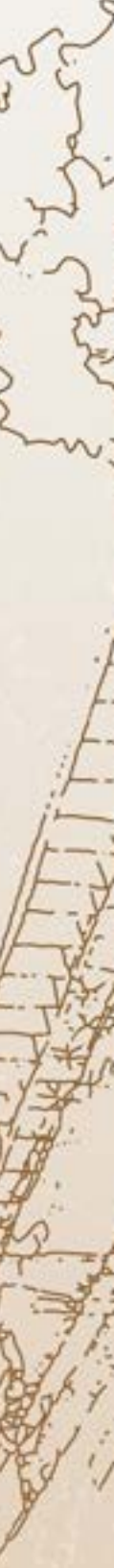
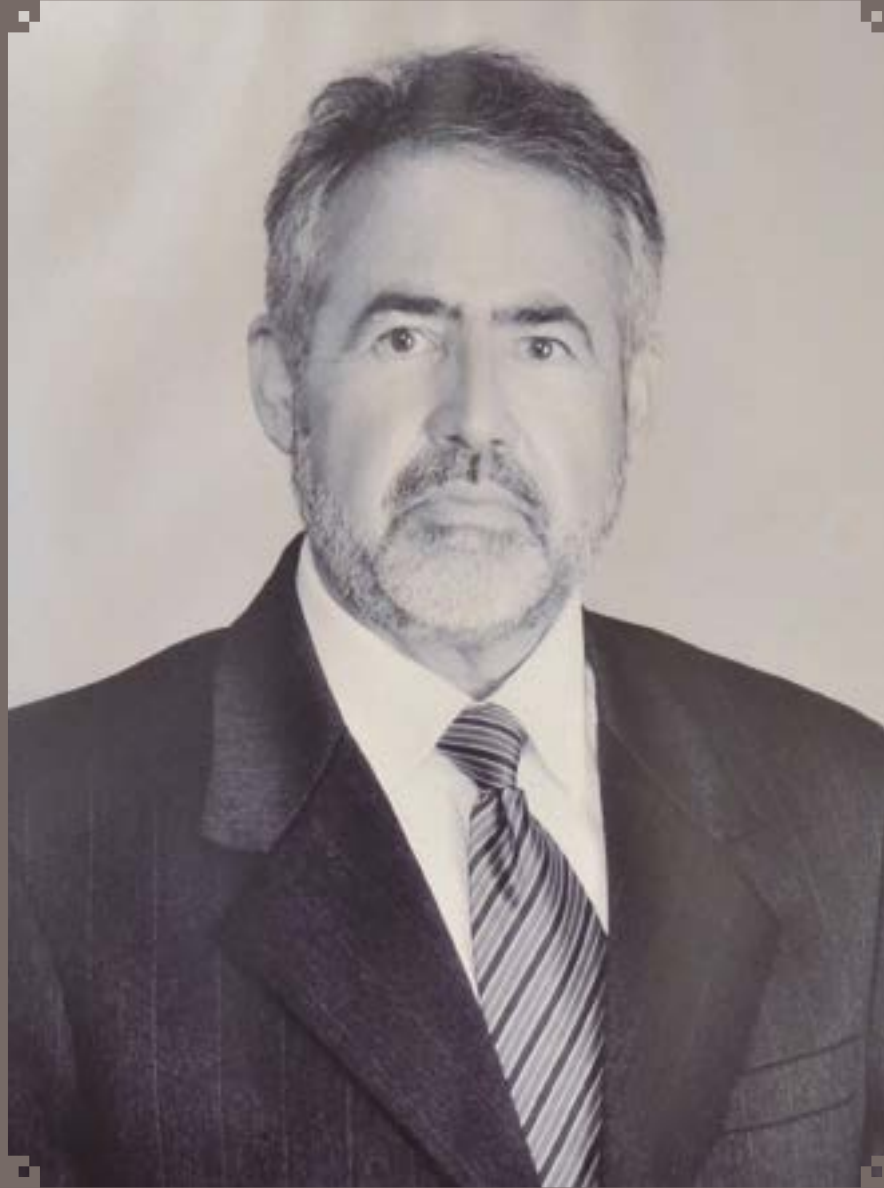
6 de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1999





João Batista Rezende

24 de março de 1999 a 17 de janeiro de 2001





Jarbas Nogueira de Medeiros Silva

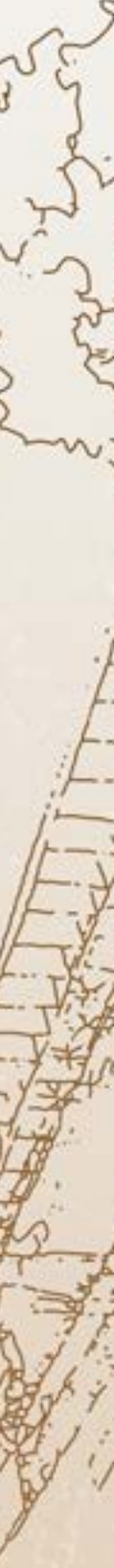
18 de janeiro de 2001 a 1º de março de 2002





Ricardo Carneiro

15 de março a 31 de dezembro de 2002





Amilcar Vianna Martins Filho

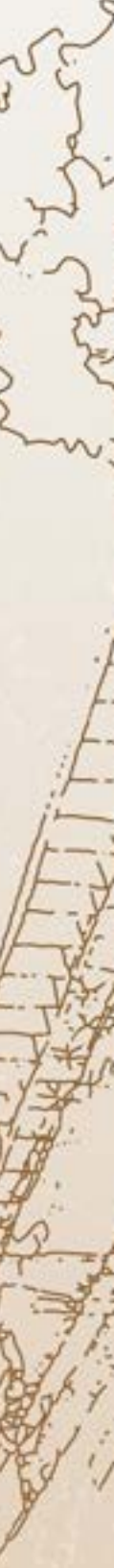
6 de fevereiro de 2003 a 1º de novembro de 2007





Ricardo Luiz Santiago

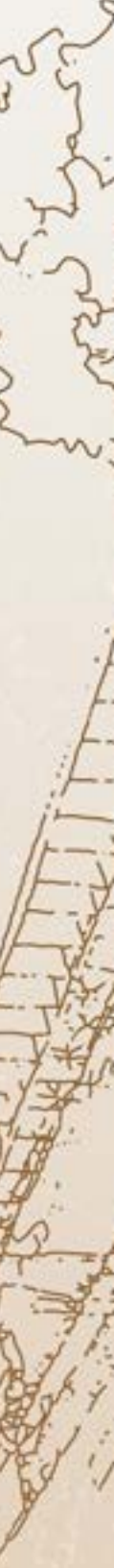
1º de novembro de 2007 a 2 de dezembro de 2008





Afonso Henriques Borges Ferreira

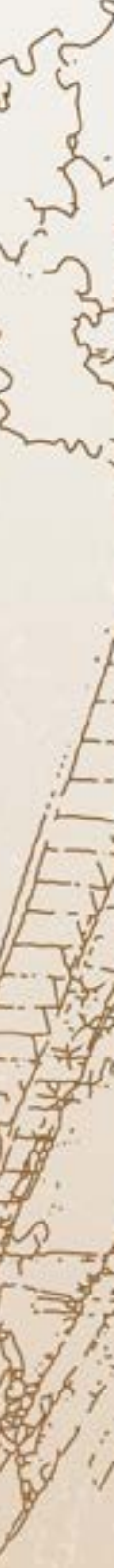
2 de dezembro de 2008 a 1º de janeiro de 2011





Marilena Chaves

12 de janeiro de 2011 a 17 de janeiro de 2015





Roberto do Nascimento Rodrigues

17 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018





Helger Marra Lopes

30 de janeiro de 2019 até o atual momento



LISTA DE SIGLAS

ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
ACMinas	Associação Comercial e Empresarial de Minas
Adesp	Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu
AEFJP	Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro
AGC	Assessoria de Gestão do Conhecimento
AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-3	Ato Institucional nº 3
ALMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Ambel	Assembleia Metropolitana de Belo Horizonte
Anpad	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
Anpocs	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
APC	Assessoria de Planejamento e Coordenação
APM MG	Academia de Polícia Militar de Minas Gerais
ATP	Assessoria Técnica da Presidência
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BICT	Bolsa de Incentivo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPV	Bolsa de Pesquisador Visitante
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cate	Centro de Apoio Técnico
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CBMM	Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração
CBMMG	Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais
CCN	Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos
CDA	Centro de Desenvolvimento em Administração
CDI MG	Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
CDM	Centro de Desenvolvimento Municipal
CDU	Centro de Desenvolvimento Urbano
CEA	Centro de Economia Aplicada
CEA	Curso de Especialização em Administração
Ceafaz	Curso de Especialização em Administração Fazendária
Ceag MG	Centro de Assistência Gerencial de Minas Gerais
Ceasa MG	Centro de Abastecimento de Minas Gerais
Cebrae	Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
CEC	Centro de Estudos Culturais
CED	Conselho Estadual de Desenvolvimento

Cedeplar	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEE	Centro de Estudos Econômicos
CEES	Centro de Estudos Econômicos e Sociais
CEEU	Centro de Economia e Estudos Urbanos
Cegesp	Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública
Cehc	Centro de Estudos Históricos e Culturais
CEI	Centro de Estatística e Informações
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
Cemme	Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos
Cepal	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe
CEPP	Centro de Estudos de Políticas Públicas Paulo Camilo de Oliveira Penna
Cepro	Centro de Processamento de Dados
Cepro	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
Ceps	Centro de Estudos e Políticas Sociais
CER	Centro de Estudos Regionais
Cerlalc	Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe
Cesc	Centro de Estudos Sociais e Culturais
Cesp	Curso de Especialização em Segurança Pública
Cetec	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
CF/88	Constituição Federal de 1988
CFB	Constituição Federal Brasileira
CGE MG	Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais
CGT	Conselho de Gestão Técnica

CGU	Controladoria Geral da União
Cinco	Centro Industrial de Contagem
Cinds	Centro Integrado de Informações de Defesa Social
Clad	<i>Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo</i>
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
Cnen	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSS	Conselho Nacional do Serviço Social
Codefat	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
Codemig	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Cohab Minas	Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
Comag	Companhia Mineira de Águas e Esgotos
Comut	Programa de Comutação Bibliográfica
Conama	Conselho Nacional de Meio Ambiente
Conder	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
Copam	Conselho Estadual de Política Ambiental
Copaminas	Cooperativa dos Produtores do Açúcar de Minas Gerais
Copasa MG	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPAD	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo
CPD	Centro de Projetos de Desenvolvimento
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

Cras	Centro de Referência da Assistência Social
Credireal	Banco de Crédito Real do Estado Minas Gerais S/A
CRN	Centro de Recursos Naturais
Csap	Curso de Administração Pública
CSP	Curso Superior de Polícia
CSPRO	<i>Census and Survey Processing System</i>
CTE	Coordenadoria de Tecnologia Educacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
Dape	Diretoria de Assessoramento e Programas Especiais
Dasp	Departamento Administrativo do Serviço Público
Dectec	Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa
DEP	Departamento de Estudos e Planejamento
DER	Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais
DGSP	Programa de Desenvolvimento Gerencial para o Setor Público
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Direi	Diretoria de Estatística e Informações
Diteg	Diretoria de Informação Territorial e Geoprocessamento
DP	Diretoria de Planejamento
DP MG	Defensoria Pública de Minas Gerais
DPP	Diretoria de Políticas Públicas
DPP	Diretoria de Programas Públicos
DPSU	Diretoria de Planejamento Social e Urbano
DT	Diretoria Técnica

DTMA	Diretoria de Tecnologia e Meio Ambiente
EC	Estatuto da Cidade
EG	Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EME	Esquema Metropolitano de Estruturas
Emplasa	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A
ENA	<i>École Nationale d'Administration</i>
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
Enap	Escola Nacional de Administração Pública
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Epamig	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPPGG	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
EpR	Estado para Resultados
Epuc	Escritório de Planejamento Urbano de Contagem
ETI	Esquema de Trabalho Integrado
Etra	Escritório Técnico de Racionalização Administrativa
FA	Fator de Alocação de Recursos em Saúde
Face	Faculdade de Ciências Econômicas
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Faperj	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Feal	Fundação Estadual de Assistência Lep~pOrocomial
Feam	Fundação Estadual do Meio Ambiente

Feamur	Fundação Estadual de Assistência Médica de Urgência
Feap	Fundação Educacional de Assistência Psiquiátrica
Febem	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Femam	Federação das Associações Microrregionais dos Municípios
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHB	Fundação Hermantina Beraldo
Fhemig	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
Fiemg	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Fipeme	Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa
FJN	Fundação Joaquim Nabuco
FJP	Fundação João Pinheiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDU	Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano
FPIC	Funções Públicas de Interesse Comum
Fsesp	Fundação Serviço de Saúde Pública
Funarte	Fundação Nacional de Artes
Funcep	Fundação Centro de Formação do Servidor Público
Fundação Ceperj	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
Fundasemg	Fundação de Seguridade dos Celetistas do Estado
Funed	Fundação Ezequiel Dias

Funtec	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
Gatt	<i>General Agreement on Trade and Tariffs</i> (Acordo Geral de Comércio e Tarifas)
Gespen	Programa de Gestão Penitenciária
GFPE	Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino
Giped	Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
ICV	Índice de Condições de Vida
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Idesp	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Iedrhu	Instituto Estadual de Desenvolvimento de Recursos Humanos
IEE	Instituto Estadual de Estatística
IEF	Instituto Estadual de Florestas
Iepha MG	Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGA	Instituto de Geociências Aplicadas
IGC	Índice Geral de Cursos
Igtec	Instituto de Geoinformação e Tecnologia

IHGT	Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
Ilpes	Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IMRS	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
Inamps	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
Inap	Instituto de Administração Pública
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Indi	Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
Inep/MEC	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Inpi	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INS	Índice de Necessidade de Saúde
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipead	Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
Ipes	Instituto de Pesquisa Econômico-Social
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPU	Instituto de Pesquisas e Projetos Urbanos
IPR	Instituto de Pesquisas Radioativas
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social

Ipsemg	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IR	Imposto de Renda
Iseb	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
Iuperj	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
LCD	Laboratório de Ciência de Dados
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Lemg	Loteria do Estado de Minas Gerais
Mare	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MBR	Minerações Brasileiras Reunidas S/A
MEC	Ministério da Educação
Minas Caixa	Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais
MinC	Ministério da Cultura
Miniplan	Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
Minter	Ministério do Interior
MIP	Matriz Insumo-Produto
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NAF	Núcleo de Apoio à Família
NAP	Núcleo de Administração Pública
Nesp	Núcleo de Estudos em Segurança Pública
NRI	Núcleo de Relações Internacionais
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OD	Origem-Destino
OEA	Organização dos Estados Americanos

OEE	Organismos Estaduais de Estatística
OGE MG	Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais
ONU	Organizações das Nações Unidas
Opas	Organização Panamericana de Saúde
PAB	Piso de Atenção Básica
PAC	Plano de Ação Concentrada
PAD MG	Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais
PAE	Plano de Ações Estratégicas
Paeg	Programa de Ação Econômica do Governo
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCH	Programa de Cidades Históricas
PCMG	Polícia Civil de Minas Gerais
PCRH	Programa de Capacitação de Recursos Humanos
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PDIES RMBH	Plano de Desenvolvimento Integrado Econômico e Social da Região Metropolitana de Belo Horizonte
Peam	Programa de Especialização em Administração Municipal
Peap	Programa de Especialização em Administração Pública
PED RMBH	Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PIS	Programa de Integração Social
Plambel	Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Planoroeste	Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais
PMDES	Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social
PMDI	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PnadC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNB	Produto Nacional Bruto
PNTE	Programa Nacional de Treinamento de Executivos
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Polocentro	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPAG	Plano Plurianual de Ação Governamental
PPEE	Programa de Políticas e Estratégias Empresariais
Ppsus	Programa Pesquisa para o SUS
Prinagem	Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal
Proalcool	Programa Nacional do Alcool
Prodecom	Programa de Desenvolvimento de Comunidades
Prodemge	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais
Prodemu	Programa Permanente de Desenvolvimento Municipal
Prodev	Programa de Desenvolvimento da Gestão por Resultados nos Estados e Distrito Federal
Prodevale	Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Noroeste de Minas Gerais
Proeb	Programa Educa Brasil
Proeci	Programa Estadual de Centros Intermediários

Promob	Programa de Mobilização de Competência Nacional para Estudo sobre o Desenvolvimento
Promor	Programa de Modernização Administrativa
Proqualidade	Projeto de Melhoria da Qualidade do Ensino de Primeiro Grau
Proredes	Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisa
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTAM	Programa de Treinamento em Administração Municipal
PTGE	Programa de Treinamento em Gestão Empresarial
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Renaesp	Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública
Ride	Regiões Integradas de Desenvolvimento
RI FJP	Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro
Ripsa	Rede Interagencial de Informação para a Saúde
RM	Região Metropolitana
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMVA	Região Metropolitana do Vale do Aço
Saam	Secretaria Adjunta de Assuntos Metropolitanos
Sarem	Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCN	Sistema de Contas Nacionais
Seade SP	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Seam MG	Secretaria de Estado de Assuntos Municipais de Minas Gerais
Seapa MG	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECT	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Sectma	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
Sede MG	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
Sedese MG	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais
Sedru MG	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais
Seds MG	Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais
SEE MG	Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais
SEF MG	Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
SEF	Secretaria de Estado de Fazenda
Segplan GO	Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás
SEI	Superintendência de Estatística e Informação
Seis	Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento
SEJDH	Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos
Sema	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEN	Sistema Estatístico Nacional
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
Seop MG	Secretaria de Estado de Obras Públicas de Minas Gerais
Seplag MG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
Seplan MG	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais

SeplanCTI AM	Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas
Serha	Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração
SES MG	Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
Sesp MG	Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais
Setascad MG	Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais
SG	Secretaria Geral da Presidência
Sicoob Nossacoop	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
Sine	Sistema Nacional de Emprego
Sinesp	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
Sinta 78	Seminário Internacional de Ecodesenvolvimento e Tecnologia Apropriada
Sintappi	Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Gerais
Sisas	Sistema de Informação dos Serviços de Assistência Social
Sispep	Sistema de Projeções e Estimativas Populacionais
SMAS PBH	Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Soeicom S/A	Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração
Somma	Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios do Estado de Minas Gerais
Sosf	Serviço de Orientação Sócio-Familiar
Sosp	Sistema Operacional de Saúde Pública
SPG SC	Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina
Suas	Sistema Único de Assistência Social

Subas	Subsecretaria de Assistência Social
Sucam	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
Sucei	Superintendência Central de Estatística e Informações
Sudeco	Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Supam	Superintendência de Articulação com os Municípios
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE MG	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TRU	Tabela de Recursos e Usos
TVA	<i>Tennessee Valley Authority</i>
UDH	Unidades de Desenvolvimento Humano
Uemg	Universidade do Estado de Minas Gerais
UF	Unidade da Federação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNA	União de Negócios e Administração
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesp	Universidade Estadual Paulista
Unimed	Cooperativa de Trabalho Médico
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
UNSD	<i>The United Nations Statistics Division</i>
USP	Universidade de São Paulo



